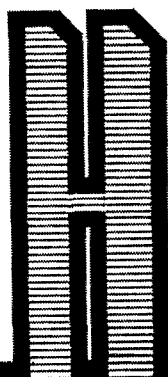


12967



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO II — Nº 298

QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1988

BRASÍLIA — DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 — ATA DA 323ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 24 DE AGOSTO DE 1988

- I — Abertura da sessão
- II — Leitura da Ata da Sessão anterior que é, sem observações, assinada
- III — Leitura do Expediente

COMUNICAÇÕES

Do Senhor Antônio Câmara, participando que se ausentará do País no período compreendido entre 22 e 26 de agosto do corrente.

Do Senhor Virgílio Guimarães, justificando sua ausência à sessão da Assembléia Nacional Constituinte realizada em 17 de agosto do corrente.

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto de Decisão nº 18, de 1988 (Do Sr. Brandão Monteiro) — Proíbe a privatização da Petrobrás S.A., Banco do Brasil S.A., Companhia Vale do Rio Doce, Caixa Econômica Federal, Rede Ferroviária Federal, Siderbrás S.A., BNDES, Embraer S.A., Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNCC, Telebrás S.A., Acesita, Banco Mendional S.A., Cobra S. A.

Projeto de Resolução nº 37, de 1988 (ANC) (Do Sr. Hélio Costa) — Especifica os casos em que os Constituintes estarão excluídos da assinatura da nova Constituição.

SESSÃO ORDINÁRIA MATUTINA

IV — Pequeno Expediente

NILSON GIBSON — Necessidade da obtenção de recursos para prosseguimento das

obras da Barragem de Xingó pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF.

JOSE GENOÍNO — Improcedência de insinuações do Constituinte Nilson Gibson em seu pronunciamento. Apoio a manifestação dos portuários de Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá em protesto contra privatização dos portos brasileiros.

CÉSAR MAIA — Crítica a proposta da Frente Parlamentar dos Contribuintes no sentido de isenção de dedução do Imposto de Renda para gastos com educação. Trinta e quatro anos da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas.

DORETO CAMPANARI — Declarações do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Luiz Raphael Mayer, em contradição a afirmações do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Oscar Corrêa, a propósito dos trabalhos de elaboração constitucional.

SÓLON BORGES DOS REIS — Relevância do Governo do ex-Presidente Getúlio Vargas e transcrição nos Anais do texto de sua "Carta-Testamento".

AMÁURY MÜLLER — Cerimônias de reverência à memória do ex-Presidente Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul. Documento encaminhado pelo Comando Nacional dos Trabalhadores em empresas estatais e pelo funcionalismo público ao Presidente da República, em protesto contra o arrocho salarial. Apoio do Constituinte Roberto Campos ao Governo e suas agressões à nova Carta constitucional.

MÁRIO MAIA — Patrocínio, pelo Governo do Acre, da campanha do candidato do PMDB

à Prefeitura de Rio Branco, com utilização da máquina administrativa do Estado.

FRANCISCO DIAS — Luta do orador contra fraudes eleitorais.

PAULO RAMOS — Trinta e quatro anos da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas. Paralelo entre seu governo e o do Presidente José Sarney.

FRANCISCO KUSTER — Descumprimento, pelo Governo, da promessa de revogar o empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de combustíveis. Decisão governamental no sentido de não canalizar recursos para programas de construção de habitações populares. Desacerto da concessão de cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney.

OLÍVIO DUTRA — Atos organizados pelos trabalhadores de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em protesto contra o arrocho salarial, o congelamento da Unidade de Referência de Preços — URP, e a política de privatização adotada pelo Governo. Descontentamento da comunidade universitária de Porto Alegre com a nomeação do novo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Telegrama encaminhado pelo orador ao Ministro da Justiça a propósito da invasão, na cidade de Imperatriz, Maranhão, por forças das Polícias Civil, Militar e Federal, do Secretariado dos Trabalhadores Sem-Terra.

PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Solicitação de comparecimento dos Constituintes ao plenário, para fins de verificação de **quorum** e início do processo de votação.

ADYLSO MOTA — Alerta quanto aos prejuízos que decorrerão caso aprovado o art. 64 da nova Carta constitucional, que possibilita a adoção de medidas excepcionais pelo Presidente da República.

PLÍNIO MARTINS — Emoção e ansiedade vividos pela Assembléia Nacional Constituinte na quadra final dos trabalhos de elaboração constitucional. Falecimento do Secretário de Estado Harry Amorim Costa, do Rio Grande do Sul.

IRMA PASSONI — Repúdio a aparato militar ordenado pelo Governador José Aparecido, de Brasília, Distrito Federal, para evitar passeata de funcionários públicos em greve. Comemoração, em São Paulo, dos dez anos de existência do Movimento contra a Ceresia

ADROALDO STRECK — Esforço concentrado visando à conclusão dos trabalhos de elaboração constitucional. Ausência do Constituinte Felipe Cheidde das sessões da Assembléia Nacional Constituinte e sugestão de cassação de seu mandato.

BENEDITO MONTEIRO — Aniversário do falecimento do ex-Presidente Getúlio Vargas. Sugestão de privatização da Empresa de Navegação da Amazônia — Enasa.

CRISTINA TAVARES — Solidariedade aos funcionários do Serpro, em greve, e situação social e administrativa do órgão.

LUÍZ SOYER — O problema da preservação ecológica.

IVO MAINARDI — Atuação do PMDB no sentido da inserção, na nova Carta constitucional, de dispositivos que representem ganhos reais.

PAULO PAIM — Avaliação das conquistas obtidas pela Assembléia Nacional Constituinte.

CARLOS VINAGRE — Crítica a parecer do Relator Bernardo Cabral contrário a emenda de autoria do orador que visa à supressão do art. 40, § 1º, do Projeto de Constituição. Preocupação com rumores de extinção da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — Ceplac.

UBIRATAN AGUIAR — Anúncio, pelo Ministério do Planejamento, de corte de recursos federais repassados aos Estados pela Embrater e do fechamento de serviços estaduais de extensão rural, em prejuízo dos pequenos e médios produtores.

FÁBIO RAUNHEITTI — Inconveniência da transferência da implantação do 4º Pólo Petroquímico de Itaguaí, Rio de Janeiro, para Triunfo, Rio Grande do Sul.

DENISAR ARNEIRO — Telex dirigido pelo Presidente da NTC, Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga, e da Fenatrac, Federação Nacional das Empresas de Transportes de Carga, Sebastião Ubson Ribeiro, ao Relator Bernardo Cabral, em defesa de Emenda ao art. 241 do Projeto de Constituição.

PEDRO CANEDO — Intenção, pelo Clube dos Treze, de equiparar o calendário nacional

de futebol ao calendário europeu. Artigo do jornalista Luiz Gerci de Araújo, publicado pelo jornal "O Popular", de Goiânia, a propósito do assunto.

ABIGAIL FEITOSA — Necessidade de criação de um Conselho Nacional de Comunicação. Apoio à proposta da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais no sentido da criação de conselhos editoriais em todos os veículos de comunicação do País.

FARABULINI JÚNIOR — Manifesto do Instituto Getúlio Vargas 24 de Agosto, São Paulo, subscrito pelo Secretário-Geral Paulo Pereira, a propósito da luta do Brasil e da América Latina perante os banqueiros internacionais.

JORGE ARBAGE — Comemoração do Jubileu de Ouro de Instituto Santa Terezinha, do Município de Bragança, Estado do Pará. Inserção nos Anais do programa das festividades.

MAURÍCIO NASSER — Trigésimo quarto aniversário da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas.

DIONÍSIO HAGE — Comemoração do Jubileu de Ouro do Instituto Santa Terezinha, do Município de Bragança, Estado do Pará.

INOCÊNCIO OLIVEIRA — O livro descartável nas escolas de 1º grau, modismo a ser corrigido.

JOÃO DE DEUS ANTUNES — Aniversário da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas.

SIMÃO SESSIM — Preocupação com possibilidade de extinção do Serviço de Extensão Rural, desenvolvido pela Embrater e pelos órgãos estaduais Emater, Aster e Emaper.

JOACI GÓES — Dilapidação do patrimônio aurífero da Nação, pelo contrabando do ouro.

PAULO MACARINI — Colaboração do Prof. José Afonso da Silva para os trabalhos de elaboração constitucional e sua palestra proferida no I Encontro Nacional de Advogados, em Belo Horizonte, sobre o tema "O Estado Democrático do Direito".

FERES NADER — Conveniência de volta ao mercado brasileiro do carro Romi-Isetta, fabricado em Santa Bárbara D'Oeste, visando à economia de combustível e à geração de novos empregos.

FRANCISCO AMARAL — Apelo à diretoria do Banco Central no sentido de autorização para que a Caixa Econômica do Estado de São Paulo atue em mesa de **over**.

NELTON FRIEDRICH — Solidariedade aos empregados do Serpro, da Datamec e da Dataprev, em greve por melhores condições de trabalho e de salário.

ANTÔNIO DE JESUS — Próxima votação, pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, de dispositivos constitucionais concernentes à fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial da União, a ser exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo pelo Tribunal de Contas da União.

JORGE UQUEDE — Posição do orador pela retirada do art. 64 do Projeto de Constituição, que institui a adoção de medidas provisórias com força de lei sem aprovação do Congresso Nacional.

BOCAYIVA CUNHA — Desmentindo as declarações do Governador Moreira Franco, do Rio Janeiro, segundo as quais o orador seria contrário à instalação de pólo petroquímico no Estado.

PAULO ZARZUR — Conclusão da Câmara Metropolitana de Transportes de São Paulo no sentido da necessidade de formação de consórcio entre empresas operadoras na área, visando à eficácia do vale-transporte.

MAGUITO VILELA — Motivos que justificam a manutenção da Embrater — Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, ameaçada de extinção pelo Governo Federal. JOSÉ YUNES — Medidas adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do Secretário de Habitação, Dr. Adriano Murgel Branco, para solucionar os problemas da área.

CUNHA BUENO — Aplauso à aprovação, pelo Senado Federal, da indicação do Senador Alexandre Costa para o Governo do Distrito Federal. Falecimento do poeta paulista Menotti Del Picchia.

LÚCIO ALCÂNTARA — Realização, pela Fundação Demócrito Rocha, da Exposição de Culturas Efêmeras, com o lançamento dos livros "Demócrito Rocha — Uma Vocação Para a Liberdade", da autoria de Paulo Bonavides, e "A História do Ceará Passa por Essa Rua", coordenado por Rogaciano Leite Filho.

WILMA MAIA — Falta de justiça por parte da Caixa Econômica Federal na distribuição dos prêmios aos acertadores em suas loterias.

MANOEL MOREIRA — Tentativa de influência sobre o Governo Federal e o Inamps visando a inviabilizar o funcionamento do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUDS. "Carta de São Paulo", elaborado pelo Plenário do Conselho Nacional de Secretários de Saúde — Conass, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde — Conasems, reunidos em São Paulo em seminário sobre o financiamento do SUDS. Apoio aos cortes e ao controle dos gastos públicos pelo Governo Federal.

PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Convocação dos Constituintes ao plenário, para registro de presença.

PRESIDENTE — Homenagem à memória do artista paulista Menotti Del Picchia.

PRESIDENTE — Início da verificação de **quorum**.

GASTONE RIGHI (Pela ordem) — Solidariedade da Liderança do PTB à homenagem à memória de Menotti Del Picchia.

AMAURY MÜLLER (Pela ordem) — Solidariedade da Liderança do PDT às homenagens à memória de Menotti Del Picchia.

AMARAL NETTO (Pela ordem) — Solidariedade das Lideranças partidárias às homenagens à memória de Menotti Del Picchia.

PAULO DELGADO (Pela ordem) — Solidariedade do Partido dos Trabalhadores às homenagens prestadas à memória de Menotti Del Picchia.

NELSON CARNEIRO (Pela ordem) — Pesar do PMDB pelo falecimento de Menotti Del Picchia.

MILTON REIS (Pela ordem) — Solidariedade da bancada mineira às homenagens à memória de Menotti Del Picchia.

ALDO ARANTES (Pela ordem) — Solidariedade do PC do B às homenagens à memória de Menotti Del Picchia.

MESSIAS SOARES (Pela ordem) — Solidariedade do PTR às homenagens prestadas à memória de Menotti Del Picchia.

SIQUEIRA CAMPOS (Pela ordem) — Solidariedade do PDC às homenagens póstumas prestadas a Menotti Del Picchia.

RICARDO IZAR (Pela ordem) — Solidariedade do PFL às homenagens prestadas à memória de Menotti Del Picchia.

PRESIDENTE — Verificação de **quorum**. (Procede-se à verificação de **quorum**.)

GASTONE RIGHI (Pela ordem) — Transcurso do aniversário de falecimento do ex-Presidente Getúlio Vargas.

JESUS TAJRA (Pela ordem) — Justificativa da ausência da Constituinte Lúcia Braga das sessões da Assembleia Nacional Constituinte no mês de agosto.

PRESIDENTE — Encerramento da verificação de **quorum**.

HAROLDO LIMA (Pela ordem) — Pedido de esclarecimento sobre permanência de cerco policial-militar nas dependências do edifício do Congresso Nacional.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Haroldo Lima.

PRESIDENTE — Existência de **quorum** para votação.

V — Ordem do Dia

Votação das emendas destacadas oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno (art. 29, § 4º do Regimento Interno.) (Votação iniciada.)

PRESIDENTE — Anúncio do Requerimento de Destaque nº 1.537, Emenda nº 594, do Constituinte Oswaldo Trevisan, que visa à supressão do inciso IV do § 4º do art. 62, a propósito da insusceptibilidade de recebimento de emenda constitucional que objetive abolir os direitos e garantias individuais.

OSWALDO TREVISAN (Pela ordem) — Solicitação do uso da palavra para encaminhamento da votação da emenda.

PRESIDENTE — Impossibilidade da concessão da palavra ao Constituinte Oswaldo Trevisan.

ELIEL RODRIGUES (Pela ordem) — Pedido de informação sobre manutenção do parecer do Relator para a matéria a ser submetida a votos.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao Relator, para prestação de esclarecimento.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Esclarecimento ao Constituinte Eliel Rodrigues.

PRESIDENTE — Confirmação, pelo Relator, de parecer favorável à matéria.

DIRCE TUTU QUADROS (Pela ordem) — Registro de presença não computada no painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta à Constituinte Dirce Tutu Quadros.

ROBERTO FREIRE (PFL), AMARAL NETTO (PDS), NELSON CARNEIRO (PMDB), HAROLDO LIMA (PC do B), ADOLFO OLIVEIRA (PL), ADEMIR ANDRADE (PSB), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), JOSÉ GENOÍNO (PT), SÓLON BORGES DOS REIS (PTB) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

FLORESTAN FERNANDES (Pela ordem) — Retificação de voto.

AMAURY MÜLLER (Pela ordem) — Justificativa da ausência do Constituinte Vivaldo Barbosa.

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 845.

DARCY POZZA, BOCAYUVA CUNHA (Pela ordem) — Retificação de voto.

PRESIDENTE — Rejeição da Emenda nº 594.

DEL BOSCO AMARAL (Pela ordem) — Apelo no sentido de que a Presidência solicite aos Líderes que sejam breves nas declarações de voto de suas bancadas.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Del Bosco Amaral.

FIRMO DE CASTRO — (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

ORLANDO PACHECO (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação anterior.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 1.189, Emenda nº 503-2, do Constituinte Gastone Righi, ao inciso VII do art. 20, a propósito da faculdade da lei federal para transferir aos municípios o domínio dos terrenos de marinha já habitados e que tenham recebido benfeitorias do Poder Público.

MILTON REIS (Pela ordem) — Registro de voto "sim" não constante do painel eletrônico na votação anterior.

HÉLIO ROSAS (Pela ordem) — Registro de voto "não" omissivo do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Desistência do uso da palavra pelo Constituinte Paes Landim.

CUNHA BUENO (Pela ordem) — Retificação de voto.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao Constituinte Gastone Righi.

GASTONE RIGHI — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao Relator.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela rejeição da emenda.

PRESIDENTE — Confirmação de parecer do Relator contrário à emenda.

CÉSAR MAIA (PDT), EDUARDO BONFIM (PC do B), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), AMARAL NETTO (PDS), NELSON JOBIM (PMDB), ADEMIR ANDRADE (PSB), ARTUR

DA TÁVOLA (PSDB), JOSÉ GENOÍNO (PT), ROBERTO FREIRE (PDB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 846. Rejeição da Emenda nº 503.

UBIRATAN SPINELLI (Pela ordem) — Declaração de voto contrário.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Ubiratan Spinelli.

PRESIDENTE — Reunião de emendas dos Constituintes Nelson Wedekin, Messias Góes, Sotero Cunha, Nelson Jobim, José Lins, Gerson Peres César Maia, Adolfo Oliveira e Plínio Arruda Sampaio, relativas ao art. 26, inciso II, a propósito do domínio das áreas das linhas oceânicas e costeiras. Parecer do Relator favorável à matéria e aprovação dos Líderes e forças representativas da Assembleia Nacional Constituinte.

JOSÉ GENOÍNO (PT), CÉSAR MAIA (PDT), ADEMIR ANDRADE (PSB), MENDES RIBEIRO (PMDB), ROBERTO FREIRE (PCB), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), SOTERO CUNHA (PDC) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PAULO DELGADO (Pela ordem) — Pedido de esclarecimento sobre votação do art. 38, § 1º, relativo a propaganda e publicidade.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Paulo Delgado.

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 847. Aprovação da reunião de emendas votadas.

ARTENIR WERNER (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Artenir Werner.

ANTÔNIO DE JESUS (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Antônio de Jesus.

PRESIDENTE — Anúncio de reunião de emendas aos arts. 45 a 76 do Projeto. Leitura e esclarecimentos sobre o texto em causa.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Esclarecimento sobre a matéria em votação.

NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação anterior.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Nelson Friedrich.

ÁTILA LIRA, GABRIEL GUERREIRO, EDÉSIO FRIAS, JOSÉ CARLOS COUTINHO — (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação anterior.

PRESIDENTE — Início da votação.

EDME TAVARES (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação anterior.

JOFRAN FREJAT (Pela ordem) — Retirada do acordo de destaques do orador e do Constituinte Lélío Souza.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Jofran Frejat.

CÉSAR MAIA (PDT), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ROBERTO FREIRE (PCB), SOTERO CUNHA (PDC), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), ADEMIR ANDRADE (PSB), EDUARDO BONFIM (PC do B), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), NELSON JOBIM (PMDB), JOSÉ GENOÍNO (PT), SÓLON BORGES DOS REIS (PTB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 848. Aprovação da reunião de emendas votada.

JOSÉ MAURÍCIO (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Maurício.

DARCY DEITOS (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Darcy Deitos.

PRESIDENTE — Consulta sobre presença em plenário do Constituinte Geraldo Melo.

GERALDO MELO — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Consulta sobre presença em plenário do Constituinte Acival Gomes.

ACIVAL GOMES — Retirada da proposição de sua autoria.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 1.491, Emenda nº 842-2, do Constituinte Gerson Peres, que visa à supressão da expressão "de capital" no inciso I do art. 57.

GERSON PERES (Pela ordem) — Manutenção da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gerson Peres.

GERSON PERES — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao Relator.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela rejeição da emenda.

PRESIDENTE — Ratificação de parecer do Relator contrário à matéria.

MESSIAS SOARES (PTR), ROBERTO FREIRE (PCB), AMARAL NETTO (PDS), CÉSAR MAIA (PDT), ADEMIR ANDRADE (PSB), NELSON JOBIM (PMDB), GASTONE RIGHI (PTB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), JOSÉ GENOÍNO (PT), HAROLDO LIMA (PC do B), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

NELSON CARNEIRO (Pela ordem) — Retificação de voto.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Nelson Carneiro.

NELSON SEIXAS (Pela ordem) — Retificação de voto na votação anterior.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Nelson Seixas.

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 849. Rejeição da Emenda nº 842.

WILSON CAMPOS (Pela ordem) — Registro de voto "não" omisso no painel eletrônico.

LÉZIO SATHLER (Pela ordem) — Retificação de voto.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 387, Emenda nº 556-3, do Constituinte Albérico Filho, ao inciso I do art. 57, a propósito dos cargos que podem ser ocupados sem perda do mandato de Deputado ou Senador.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Impossibilidade de votação da emenda em causa, por se tratar de emenda aditiva.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao Constituinte Albérico Filho.

ALBÉRICO FILHO — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao Relator.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela aprovação da matéria em votação.

PRESIDENTE — Ratificação de parecer do Relator pela aprovação da matéria.

ROBERTO FREIRE (PCB), BOCAYUVA CUNHA (PDT), NELSON JOBIM (PMDB), EDUARDO BONFIM (PC do B), AMARAL NETTO (PDS), JOSÉ GENOÍNO (PT), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), ADEMIR ANDRADE (PSB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 850. Aprovação da Emenda nº 556.

PRESIDENTE — Requerimentos de Destaque nº 1.355, Emenda nº 1.448-1, do Constituinte Roberto Campos; nº 1.688, Emenda nº 1.448-1, do Constituinte Francisco Küster; nº 102, Emenda nº 1.587-9, do Constituinte Acival Gomes, ao inciso I do art. 50, relativo à competência exclusiva do Congresso Nacional para resolver sobre tratados e acordos internacionais.

PRESIDENTE — Impossibilidade de conceder a palavra aos Constituintes José Genoíno e Roberto Freire, no momento. Leitura do texto posto em votação.

ROBERTO FREIRE — Retirada, por solicitação do orador, da emenda em causa.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Roberto Freire.

ERICO PEGORARO (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação anterior.

PRESIDENTE — Requerimentos de Destaque nº 11, Emenda nº 1.788, do Constituinte Nelson Carneiro; nº 747, Emenda nº 847-3, do Constituinte Lúcio Alcântara; nº 1.093, Emenda nº 804-0, que visam a suprimir do

§ 1º do art. 60 a expressão "ou dos blocos partidários".

GERSON PERES (Pela ordem) — Existência de acordo de Lideranças sobre adiamento da votação da matéria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gerson Peres.

OLÍVIO DUTRA (Pela ordem) — Retificação de voto na última votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Olívio Dutra.

PRESIDENTE — Anúncio de Destaques nº 500, do Constituinte Jairo Carneiro; nº 988, do Constituinte Mauro Sampaio; nº 1.083, do Constituinte Carlos Alberto, relativos ao art. 38. Solicitação de adiamento da votação da matéria, visando à obtenção de acordo.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 398, Emenda nº 1.277-2, do Constituinte Erico Pegoraro, que visa a suprimir do item VI do art. 50 a expressão "do poder regulamentar".

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Retirada da Emenda nº 1.277-2, ontem, pelo autor.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

PRESIDENTE — Destaque nº 414, do Constituinte Osvaldo Sobrinho, ao art. 50, item XIII, e ao art. 53 item III, letra "b".

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Esclarecimento sobre retirada da emenda posta em votação.

PRESIDENTE — Consulta ao Constituinte Osvaldo Sobrinho sobre retirada de sua emenda.

OSVALDO SOBRINHO — Confirmação da retirada de sua emenda.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Osvaldo Sobrinho.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 1.124, Emenda nº 1.517, do Constituinte Vilson Souza, ao art. 52. Leitura da matéria destacada.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Esclarecimento no sentido de que a emenda posta em votação retorna ao texto original.

PRESIDENTE — Ponderação sobre a ocorrência de manifestações, ontem, a respeito de providências consideradas parlamentaristas.

JOSÉ GENOÍNO — Observação a propósito de não se tratar do mérito da matéria, mas do retorno ao texto.

PRESIDENTE — Consulta às Lideranças sobre se estão de acordo.

CHICO HUMBERTO (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação anterior.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — O retorno ao texto original como ato da Mesa. Expectativa de decisão do Presidente.

JOSÉ COSTA (Pela ordem) — Falta de oportunidade para o oferecimento de emendas, pelos Constituintes, ao texto em causa.

PRESIDENTE — Retirada do texto da Ordem do Dia, para votação posterior a acordo das Lideranças.

VICTOR FONTANA (Pela ordem) — Retificação de voto proferido ao Destaque nº 846.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Victor Fontana

PRESIDENTE — Prejudicialidade da Proposição nº 1.475, do Constituinte Carlos Cardinal, em virtude da ausência do autor.

PRESIDENTE — Requerimentos de Destques nº 1.518, Emenda nº 1.085, do Constituinte Adylson Motta; nº 546, Emenda nº 512-1, do Constituinte Lavoisier Maia; nº 944, Emenda nº 620-9, do Constituinte Mendes Botelho, que visam a suprimir o art. 64 e seu parágrafo, a propósito da adoção de medidas provisórias pelo Presidente da República.

ADYLSO MOTA, EGÍDIO FERREIRA LIMA — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao Relator.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela rejeição da matéria.

ROBERTO FREIRE (PCB), AMARAL NETTO (PDS), CÉSAR MAIA (PDT), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), JOSÉ GENOÍNO (PT), GASTONE RIGHI (PTB), EDUARDO BONFIM (PC do B), MENDES RIBEIRO (PMDB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), ADEMIR ANDRADE (PSB), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), ADOLFO OLIVEIRA (PF) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

EDÉSIO FRIAS (Pela ordem) — Retificação de voto.

NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Registro de voto "não".

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Registro de voto "sim"

MARIA DE LOURDES ABADIA (Pela ordem) — Registro de voto "não" omisso no painel eletrônico.

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 851. Rejeição das emendas votadas

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 72, Emenda nº 1.593-3, do Constituinte Iram Saraiva, que visa a correção no art. 68, **caput**. Leitura do texto em votação Retirada do destaque pelo autor.

PRESIDENTE — Retirada da Emenda nº 1.518, do Constituinte Vilson Souza.

PRESIDENTE — Emenda de autonomia do Constituinte Nion Albernaz ao art. 73, inciso II.

NION ALBERNAZ (Pela ordem) — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Nion Albernaz.

PRESIDENTE — Emenda do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues ao art. 73, inciso V.

LUIZ ALBERTO RODRIGUES (Pela ordem) — Retirada da emenda de sua autoria pela Liderança do PMDB.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Luiz Alberto Rodrigues.

PRESIDENTE — Retirada da emenda de autonomia do Constituinte Júlio Costamilan.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da emenda do Constituinte Milton Reis, em virtude de ausência do autor.

PRESIDENTE — Requerimentos de Destques nº 608, Emenda nº 1.169, do Constituinte João Agripino; nº 810, Emenda nº 1.232-2,

do Constituinte Arnaldo Prieto; nº 1.309, Emenda nº 1.396-5, do Constituinte Fernando Gasparian; nº 1.493, Emenda nº 667-5, do Constituinte Jarbas Passarinho, que visam à supressão de expressão constante do § 2º do art. 75, a propósito do mandato dos Ministros do Tribunal de Contas da União. Leitura do texto em votação. Solicitação de permanência dos Constituintes em plenário, visando à conclusão das votações.

JOÃO AGRIPINO — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer favorável às emendas.

EDUARDO BONFIM (PC do B), ROBERTO FREIRE (PCB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), AMARAL NETTO (PDS), CÉSAR MAIA (PDT), NELSON JOBIM (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), PAULO DELGADO (PT), GASTONE RIGHI (PTB), ADEMIR ANDRADE (PSB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), JORGE HAGE (PSDB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE — Convocação de sessão da Assembleia Nacional Constituinte para 15 horas de hoje.

PRESIDENTE — Encerramento da votação nº 852. Rejeição das emendas votadas.

HAROLDO SABÓIA (Pela ordem) — Registro de voto "não".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Haroldo Sabóia.

VI — Encerramento

Ata da 323ª Sessão, extraordinária matutina em 24 de agosto de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; e Mário Maia, Segundo-Secretário

ÀS 9 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa — PSB; Acival Gomes — PMDB; Aduino Pereira — PDS; Ademir Andrade — PSB; Adhemar de Barros Filho — PDT; Adolfo Oliveira — PL; Adroaldo Streck — PDT; Adylson Motta — PDS; Aécio de Borba — PDS; Aécio Neves — PMDB; Afonso Camargo — PTB; Afonso Arinos — PSDB; Afonso Sancho — PDS; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Ailton Cordeiro — PFL; Ailton Sandoval — PMDB; Alarico Abib — PMDB; Albano Franco — PMDB; Albérico Cordeiro — PFL; Albérico Filho — PMDB; Alcení Guerra — PFL; Aldo Arantes — PC do B; Alexandre Costa

— PFL; Alexandre Puzyna — PMDB; Alfredo Campos — PMDB; Almir Gabriel — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aloysio Chaves — PFL; Aloysio Teixeira — PMDB; Aluizio Bezerra — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Amaral Netto — PDS; Amaury Muller — PDT; Amílcar Moreira — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Anna Maria Rattes — PSDB; Annibal Barcellos — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Brito — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Antoniocarlos Mendes Thame — PFL; Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Ferreira — PFL; Antonio Gaspar — PMDB; Anto-

nio Perosa — PSDB; Antonio Salim Curiati — PDS; Antonio Ueno — PFL; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Arnaldo Martins — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Arnold Fioravante — PDS; Aroldo de Oliveira — PFL; Artenir Werner — PDS; Artur da Távola — PSDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Assis Canuto — PFL; Átila Lira — PFL; Augusto Carvalho — PCB; Áureo Mello — PMDB; Basílio Villani — PTB; Benedicto Monteiro — PTB; Benedita da Silva — PT; Benito Gama — PFL; Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSDB; Bezerra de Melo — PMDB; Bocayuva Cunha — PDT; Bonifácio de Andrada — PDS; Bosco França — PMDB; Caio Pompeu —

dade ao povo sergipano, o representante do PTR vota "não".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Mantendo o texto, o Partido Comunista Brasileiro votará contra, Sr. Presidente.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com respeito a Aracaju e em nome da bancada do PDS, votamos "sim".

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ) — Sr. Presidente, o PDT vota "não".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "não".

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota "não".

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará "sim".

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PFL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, com as nossas homenagens ao ilustre autor, o Partido Liberal vota "não".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "não".

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota com o texto, contra a emenda.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal vota com o ilustre Relator e recomenda à sua Bancada vote "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Solicito aos Srs. Constituintes tomem os seus lugares para a votação.

(Procede-se à votação.)

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes mesmo de apurada a votação, quero deixar patente que votei errado. Eu ia votar "não" e votei "sim".

Quero que conste dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será registrada a confissão de V. Exª, em nome da sua sinceridade.

O Sr. Nelson Seixas Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pediria a retificação na votação anterior, pois votei "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Não há dúvida, V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 849):

SIM — 79
NÃO — 307
ABSTENÇÃO — 6
TOTAL — 392

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Abigail Feitosa — Não
Acival Gomes — Não
Adauto Pereira — Não
Ademir Andrade — Não
Adhemar de Barros Filho — Não

Adolfo Oliveira — Não
Adroaldo Streck — Não
Adylson Motta — Abstenção
Aécio de Borba — Sim
Affonso Camargo — Não
Afonso Arinos — Não
Afonso Sancho — Não
Agripino de Oliveira Lima — Não
Airton Sandoval — Não
Alarico Abib — Sim
Albérico Filho — Não
Alceni Guerra — Não
Aldo Arantes — Não
Alfredo Campos — Não
Almir Gabriel — Não
Aloisio Vasconcelos — Não
Aloysio Chaves — Não
Aluizio Campos — Não
Amaral Netto — Sim
Amaury Muller — Não
Amílcar Moreira — Não
Anna Maria Rattes — Não
Annibal Barcellos — Sim
Antero de Barros — Não
Antônio Carlos Franco — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Não
Antoniocarlos Mendes Thame — Não
Antônio de Jesus — Não
Antonio Ferreira — Sim
Antonio Gaspar — Não
Antonio Perosa — Não
Antonio Salim Curiati — Sim
Antonio Ueno — Não
Arnaldo Faria de Sá — Não
Arnaldo Martins — Sim
Arnaldo Moraes — Não
Arnaldo Prieto — Não
Arnold Fioravante — Sim
Artenir Werner — Não
Artur da Távola — Não
Asdrubal Bentes — Não
Átila Lira — Não
Augusto Carvalho — Não
Áureo Mello — Não
Basílio Villani — Sim
Benedicto Monteiro — Sim
Benedita da Silva — Não
Bernardo Cabral — Não
Beth Azize — Não
Bocayuva Cunha — Não
Bonifácio de Andrada — Sim
Caio Pompeu — Não
Carlos Alberto Caó — Não
Carlos Benevides — Não
Carlos Chiarelli — Não
Carlos Cotta — Não
Carlos Mosconi — Não
Carlos Sant'Anna — Sim
Carlos Virgílio — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim
Célio de Castro — Não
Celso Dourado — Não
César Maia — Não
Chagas Duarte — Não
Chagas Rodrigues — Não
Chico Humberto — Não
Christóvam Chiaradia — Não
Cid Sabóia de Carvalho — Não
Cláudio Ávila — Não
Cleônânio Fonseca — Sim
Cristina Tavares — Não

PSDB; Carlos Alberto Caó — PDT; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Chiarelli — PFL; Carlos Cotta — PSDB; Carlos De'Carli — PTB; Carlos Mosconi — PSDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Cássio Cunha Lima — PMDB; Celso de Castro — PSDB; Celso Dourado — PMDB; César Cals Neto — PSD; César Maia — PDT; Chagas Duarte — PFL; Chagas Rodrigues — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Cid Carvalho — PMDB; Cid Sabóia de Carvalho — PMDB; Cláudio Ávila — PFL; Cleonânio Fonseca — PFL; Costa Ferreira — PFL; Cristina Tavares — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Dálton Canabrava — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Darcy Pozza — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Davi Alves Silva — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Délio Braz — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Dionísio Hage — PFL; Dirceu Tutu Quadros — PSDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Djenal Gonçalves — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Domingos Leonelli — PMDB; Doretto Campanari — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edison Lobão — PFL; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Edmilson Valentim — PC do B; Eduardo Bonfim — PC do B; Eduardo Jorge — PT; Eduardo Moreira — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Elias Murad — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eraldo Tinoco — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Erico Pegoraro — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Etevaldo Nogueira — PFL; Euclides Scalco — PSDB; Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Expedito Machado — PMDB; Ézio Ferreira — PFL; Fábio Feldmann — PSDB; Fábio Raunheiti — PTB; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Fernandes — PMDB; Fausto Rocha — PFL; Felipe Cheidde — PMDB; Felipe Mendes — PDS; Feres Nader — PTB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Henrique Cardoso — PSDB; PCB; Fernando Velasco — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Flávio Rocha — PL; Florestan Fernandes — PT; Floriceno Paixão — PDT; França Teixeira — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Carneiro — PMDB; Francisco Coelho — PFL; Francisco Dias — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; Francisco Dornelles — PFL; Francisco Kuster — PSDB; Francisco Pinto — PMDB; Francisco Rollemberg — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Furtado Leite — PFL; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Gastone Righi — PTB; Genebaldo Correia — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Geovani Borges — PFL; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Geraldo Campos — PSDB; Geraldo Fleming — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gerson Camata — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gerson Peres — PDS; Gidel Dantas — PDC; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PMDB; Guilherme Palmeira — PFL; Gumercindo Milhomem — PT; Gustavo de Faria — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Haroldo Sabóia — PMDB; Hélio Costa — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Henrique Córdova — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Lu-

cena — PMDB; Humberto Souto — PFL; Iberê Ferreira — PFL; Ibsen Pinheiro — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Irma Passoni — PT; Ismael Wanderley — PMDB; Itamar Franco — ; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; Jalles Fontoura — PFL; Jamil Haddad — PSB; Jarbas Passarinho — PDS; Jayme Paliarin — PTB; Jayme Santana — PSDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; Joaci Góes — PMDB; João Agripino — PMDB; João Alves — PFL; João Calmon — PMDB; João Carlos Bacelar — PMDB; João Castelo — PDS; João Cunha — PDT; João de Deus Antunes — PTB; João Herrmann Neto — PSB; João Lobo — PFL; João Machado Rollemberg — PFL; João Menezes — PFL; João Natal — PMDB; João Paulo — PT; João Rezek — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; Joaquim Francisco — PFL; Joaquim Hayckel — PMDB; Joaquim Sucena — PTB; Jofran Frejat — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Jonival Lucas — PDC; Jorge Arbage — PDS; Jorge Bornhausen — PFL; Jorge Hage — PSDB; Jorge Leite — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Queved — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Agripino — PFL; José Camargo — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Carlos Grecco — PSDB; José Carlos Martinez — PMDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Costa —; José da Conceição — PMDB; José Dutra — PMDB; José Egreja — PTB; José Elias — PTB; José Fernandes — PDT; José Fogaça — PMDB; José Freire — PMDB; José Gueino — PT; José Geraldo — PMDB; José Guedes — PSDB; José Ignácio Ferreira — PMDB; José Jorge — PFL; José Lins — PFL; José Lourenço — PFL; José Luiz de Sá — PL; José Luiz Maia — PDS; José Maranhão — PMDB; José Maria Eymael — PDC; José Maurício — PDT; José Melo — PMDB; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Paulo Bisol — PSDB; José Queiroz — PFL; José Richa — PSDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; José Serra — PSDB; José Tavares — PMDB; José Teixeira — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; José Tinoco — PFL; José Ullisses de Oliveira — PMDB; José Viana — PMDB; José Yunes — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Jutahy Magalhães — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Lael Varella — PFL; Lavoisier Maia — PDS; Leite Chaves — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Leopoldo Peres — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Levy Dias — PFL; Lezio Sathler — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Louremberg Nunes Rocha — PTB; Lourival Baptista — PFL; Lúcia Vânia — PMDB; Lúcio Alcântara — PFL; Luís Eduardo — PFL; Luís Roberto Ponte — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Freire — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Luiz Henrique — PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Luiz Marques — PFL; Luiz Salomão — PDT; Luiz Soyer — PMDB; Luiz Viana — PMDB; Luiz Viana Neto — PMDB; Lysáneas Maciel — PDT; Maguito Vilela — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Castro — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Manoel Ribeiro — PMDB; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Marco Maciel — PFL; Marcos Lima — PMDB; Marcos Queiroz — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Maria Lúcia

— PMDB; Mário Assad — PFL; Mário Covas — PSDB; Mário de Oliveira — PMDB; Mário Lima — PMDB; Mário Maia — PDT; Marluce Pinto — PTB; Matheus Iensen — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Correa — PDT; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Maurício Pádua — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Mauro Benevides — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Campos — PSDB; Mauro Miranda — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Meira Filho — PMDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Mendes Botelho — PTB; Mendes Canale — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Messias Góis — PFL; Messias Soares — PTR; Michel Temer — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Miraldo Gomes — PDC; Miro Teixeira — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Moza-rildo Cavalcanti — PFL; Mussa Demes — PFL; Myrian Portella — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Nelson Aguiar — PDT; Nelson Carneiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Sabrá — PFL; Nelson Seixas — PDT; Nelson Wedekin — PMDB; Nelson Friedrich — PSDB; Nestor Duarte — PMDB; Ney Maranhão — PMB; Nilson Gibson — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Norberto Schwantes — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Octávio Elisio — PSDB; Odacir Soares — PFL; Olívio Dutra — PT; Onofre Corrêa — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Orlando Pacheco — PFL; Oscar Corrêa — PFL; Osmar Leitão — PFL; Osmir Lima — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Macedo — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PTB; Osvaldo Almeida — PL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Otommar Pinto — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paes Landim — PFL; Paulo Almada — PMDB; Paulo Delgado — PT; Paulo Macarini — PMDB; Paulo Marques — PFL; Paulo Mincaroni — PMDB; Paulo Paim — PT; Paulo Pimentel — PFL; Paulo Ramos — PMN; Paulo Roberto — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Paulo Silva — PSDB; Paulo Zarzur — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Pedro Ceolin — PFL; Pimenta da Veiga — PSDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Plínio Martins — PMDB; Pompeu de Sousa — PSDB; Rachid Saldanha Derzi — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Raimundo Lira — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Raquel Cândido — PDT; Raquel Capiberibe — PSB; Raul Belém — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Renan Calheiros — PSDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ricardo Fiuza — PFL; Ricardo Izar — PFL; Rita Camata — PMDB; Rita Furtado — PFL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Ampos — PDS; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Freire — PCB; Roberto Jefferson — PTB; Roberto Torres — PTB; Roberto Vital — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Rodrigues Palma — PTB; Ronaldo Aragão — PMDB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Ronan Tito — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Rospide Netto — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB; Rubem Medina — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Ruy Nedei — PMDB; Sadie Hauache — PFL; Salatiel Carvalho — PFL; Samir Achôa — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB; Sérgio Brito — PFL; Sérgio

Queiroz — PSDB; Sérgio Brito — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Severo Gomes — PMDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Sílvia Abreu — PSC; Simão Sessim — PFL; Siqueira Campos — PDC; Sólton Borges dos Reis — PTB; Sotero Cunha — PDC; Stélio Dias — PFL; Tadeu França — PDT; Telmo Kirst — PDS; Teotônio Vilela Filho — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS; Uldurico Pinto — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valmir Campelo — PFL; Vasco Alves — PSDB; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS; Victor Fontana — PFL; Wilson Souza — PSDB; Vingt Rosado — PMDB; Vinicius Cansação — PFL; Virgildásio de Senna — PSDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Vitor Buaiz — PT; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Wagner Lago — PMDB; Waldec Ornêlas — PFL; Waldyr Pugliesi — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Wilma Maia — PDT; Wilson Campos — PMDB; Wilson Martins — PMDB; Ziza Valadares — PSDB.

I — ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — A lista de presença registra o comparecimento de 302 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — LEITURA DA ATA

O SR. PAULO RAMOS, Servindo como 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. MARCELO CORDEIRO, 1º-Secretário, procede à leitura do seguinte.

III — EXPEDIENTE

COMUNICAÇÕES

Do Sr. Constituinte Antônio Câmara, nos seguintes termos:

OF.019/88

Brasília-DF, 22 de agosto de 1988

Exmº Senhor

Doutor Ulysses Guimarães

MD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Notifico a Vossa Excelência que estarei ausente das sessões da Assembléia Nacional Constituinte nos dias 22-8 à 26-8 em Buenos Aires, participando de um Seminário a convite do Parlamento Latino-Americano.

Na oportunidade gostaria de informar-lhe que estarei retornando no dia 27 próximo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de meu respeito e apreço.

Cordialmente. — **Antônio Câmara**, Deputado Federal.

Do Sr. Constituinte Virgílio Guimarães, nos seguintes termos:

Of.VG-004/88

Brasília, 18 de agosto de 1988

À Mesa da Assembléia Nacional Constituinte Nobres Constituintes,

O abaixo assinado, Deputado Constituinte Virgílio Guimarães, vem justificar para os devidos fins sua ausência à sessão do dia 17 do corrente em virtude do falecimento de sua avó materna, Srª Carlota Moreira Guimarães, cujo sepultamento ocorreu no mesmo dia em Belo Horizonte.

Atenciosamente, — **Virgílio Guimarães**, Deputado Constituinte.

PROJETO DE DECISÃO

Nº 18, de 1988

(Do Sr. Brandão Monteiro)

Proíbe a privatização da PETROBRÁS S.A., Banco do Brasil S.A., Companhia Vale do Rio Doce, Caixa Econômica Federal, Rede Ferroviária Federal, SIDERBRÁS S.A., BNDES, EMBRAER S.A., Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, BNCC, TELEBRÁS S.A., ACESITA, Banco Meridional S.A., COBRA S.A.

(À Comissão de Sistematização.)

A Assembléia Nacional Constituinte decreta e promulga o seguinte Projeto de Decisão:

Art. 1º Ficam terminantemente proibidas a alienação, cessão ou transferência do controle acionário ou qualquer outra forma de privatização das Empresas Petróleo Brasileiro S.A., Banco do Brasil S.A., Companhia Vale do Rio Doce, Caixa Econômica Federal, Rede Ferroviária Federal, Siderurgia Brasileira S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Telecomunicações Brasileiras S.A., Companhia de Aços Especiais de Itabira S.A., Banco Meridional S.A. e Computadores Brasileiros S.A., além de todas as empresas públicas que prestem serviços essenciais.

Art. 2º A alienação do controle acionário de subsidiárias ou controladas das empresas relacionadas no art. 1º dependerá de prévia autorização do Congresso Nacional.

Art. 3º A alienação, cessão ou transferência de ações pertencentes ao Poder Público deverão resguardar o patrimônio público, mediante a fixação de preços mínimos que assegurem o retorno dos investimentos e dispêndios feitos pelo Poder Público.

Art. 4º Esta Decisão Constitucional, depois de aprovada, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões de 1988. — Constituinte **Brandão Monteiro**.

Justificação

Sob o pretexto de combater o déficit público, o Governo vem acelerando as medidas de privatização das empresas controladas pelo poder público, sem resguardar os legítimos interesses nacionais e os dinheiros dos contribuintes investidos nessas empresas.

As recentes privatizações realizadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, como por exemplo, a Empresa Aracruz Celulose, constituíram, inequivocamente, uma verdadeira doação do patrimônio público aos grandes grupos, de vez que sequer foram ressarcidos os investimentos efetuados com os dinheiros dos contribuintes.

As privatizações estão se transformando num verdadeiro "Escândalo do Século", em atos altamente lesivos ao patrimônio público e aos interesses da sociedade brasileira. O pretexto de eliminação do déficit público é falso, porque só interessa à iniciativa privada as empresas rentáveis, e **empresas de que dão lucro não aumentam o déficit público.**

Ninguém se opõe a que retornem à iniciativa privada as empresas hoje controladas pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, que foram socorridas com dinheiros públicos, em momentos de dificuldade. Torna-se, no entanto, necessário que, na devolução dessas empresas à iniciativa privada, se resguarde o patrimônio público, se recuperem as despesas e investimentos efetivados pelo poder público, sob pena de as privatizações se transformarem em verdadeiro crime de lesa-patrimônio. Mais do que imoralidade, seria crime.

Qualquer projeto ou iniciativa de privatização deve ser submetida ao controle do Poder Legislativo, pois trata-se de dinheiros públicos, dinheiro do contribuinte, que não pode ser manipulado exclusivamente pelo Poder Executivo, sem qualquer controle da sociedade, através do Congresso Nacional.

A intocabilidade das empresas do setor energético, de telecomunicação, mineração e sistema financeiro é essencial para a preservação da independência e da soberania nacional.

Não há poupança privada no País suficiente para comprar essas empresas controladas pelo poder público.

Basta dizer que somente o sistema ELETROBRÁS custou à Nação mais de US\$ 40 bilhões e ainda tem uma dívida de US\$ 20 bilhões.

Com relação à PETROBRÁS, cujo faturamento anual é de US\$ 20 bilhões, o seu patrimônio, por força do monopólio estatal, compreende todas as jazidas e reservas de petróleo, conhecidas e desconhecidas, existentes no território brasileiro, sendo impossível a avaliação patrimonial de suas ações.

Petróleo Brasileiro S.A., Banco do Brasil S.A., Companhia Vale do Rio Doce, Caixa Econômica Federal, Rede Ferroviária Federal, Siderurgia Brasileira S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A., Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Telecomunicações Brasileiras S.A., Companhia de Aços Especiais de Itabira — S.A., ACESITA, Banco Meridional S.A. e Computadores Brasileiros S.A., são empresas altamente rentáveis, essenciais para o desenvolvimento do País.

A província mineral de Carajás, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, tem jazidas estimadas em mais de US\$ 250 bilhões.

A inclusão da TELEBRÁS — Telecomunicações Brasileiras S.A., em recente lista de empresas privatizáveis, significa uma ameaça à própria segurança Nacional.

* A Empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. e seu sistema de empresas conseguiram (nestes últimos 15 anos), com esforço e dedicação, retirar o País do atraso em que se encontrava em matéria de serviços de telecomunicações.

Hoje, todos os municípios, e um grande número de seus distritos falam entre si e com o exterior, e a televisão alcança praticamente todo o território nacional.

As telecomunicações nacionais — a telefonia, o telex, o fac-símile, a transmissão de dados, são serviços prestados pela Telebrás e seu sistema de empresas, que colaboram assim, decisivamente para a integração nacional.

Completando a área de suas atribuições, além de treinar pessoal especializado, gera tecnologia de ponta que a seguir é transferida e cedida a indústrias privadas brasileiras de capital nacional, libertando assim o País da dependência tecnológica do exterior.

A soberania e a segurança nacional somente ficarão garantidas se o acesso às transmissões se fizer através de uma empresa estatal e sob a operação e controle desta.

Um marco nas telecomunicações nacionais foi a Lei nº 4.117/62, que, criando o Sistema Nacional de Telecomunicações, ordena, planejadamente, a sua implantação, prevendo, inclusive, seu autofinanciamento ou o Fundo Nacional de Comunicações.

Durante mais de 15 anos, todos os brasileiros usuários participaram compulsoriamente para o desenvolvimento da Telebrás, através do FNT — Fundo Nacional de Telecomunicações — adicional cobrado sobre as contas de seus serviços.

Resalte-se, ainda, que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou em primeiro turno, no art. 21, que compete à União explorar direta ou mediante concessão à empresa estatal os serviços telefônicos, telegráficos e de transmissão de dados, além dos serviços e instalações de energia elétrica e transportes ferroviários. O monopólio estatal do petróleo também foi constitucionalmente assegurado no art. 183 da futura Constituição.

Nos termos do art. 59, § 7º do Regimento Interno, os Projetos de Decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam "ameaçar os trabalhos e decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte".

As privatizações indiscriminadas propostas pelo Chefe do Executivo, além de, em muitos casos, lesivas ao patrimônio e ao interesse nacional, afrontam a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Constituem, ainda, motivos para intranquilidade no País, estimulando a eclosão de greves e movimentos de protesto, ameaçando e dificultando, destarte, o andamento normal dos trabalhos da Constituinte.

Confiarmos em que seja aprovado o presente Projeto de Decisão para que o Congresso Nacional seja ouvido previamente e possa exercer a fiscalização que a Constituição atribui como seu dever, resguardando o patrimônio e a moralidade pública.

A ausência de controle Legislativo sobre privatizações poderá terminar inviabilizando o programa, pela desmoralização de seu processo.

Aprovada a nova Constituição, o Congresso terá a atribuição de autorizar a criação de novas em-

presas estatais, não havendo porque exonerar as suas responsabilidades quando se tratar da extinção dessas empresas.

Sala das Sessões, de 1988 —
Constituintes Brandão Monteiro — Adhemar de Barros Filho — Adroaldo Streck — Amaury Müller — Bocayuva Cunha — Carlos Alberto Caó — Carlos Cardinal — César Maia — Chico Humberto — Edésio Frias — Floriceno Paixão — João Cunha — José Fernandes — José Mauricio — Juarez Antunes — Luiz Salomão — Lysâneas Maciel — Mauricio Corrêa — Moema São Thiago — Nelson Aguiar — Nelson Seixas — Noel de Carvalho — Roberto D'Ávila — Tadeu França — Vivaldo Barbosa — Hermes Zaneti — Francisco Kuster — Olívio Dutra — José Genoíno — Gonzaga Patriota — Irma Passoni — Luiz Inácio Lula da Silva — Paulo Ramos — Edmilson Valentim — Roberto Freire — Augusto Carvalho — Mário Covas — Paulo Paim — Lídice da Maia — Eduardo Jorge — José Tavares — Antônio Gaspar — Vicente Bogo — Nilton Friedrich — Haroldo Sabóia — Arnaldo Faria de Sá — Abigail Feitosa — Benedita da Silva — João Paulo — Wilma Maia — Plínio Arruda Sampaio — Eduardo Bonfim — Beth Azize — Fernando Lyra — Raquel Cândido — Dirce Tutu Quadros — Fernando Henrique Cardoso — Alarico Abib — José Luiz de Sá — Joaquim Bevilacqua — Eraldo Trindade — Valtér Pereira — José Carlos Vasconcelos — Gerson Peres — Bezerra de Melo — Benedicto Monteiro — Michel Temer — Raimundo Bezerra — Virgílio Guimarães — Ruy Nadel — José Costa — José Luiz Maia — Miro Teixeira — José Carlos Grecco — Dionísio Dal Prá — Ruberval Pilotto — Mairaldo Gomes — Renato Bernardi — Paulo Marques — Paulo Silva — Júlio Campos — Joaquim Herrmann Neto — João Natal — Davi Alves Silva — Geraldo Fleming — Ronaro Corrêa — César Cals Neto — Mauro Sampaio — Francisco Rossi — Stélio Dias — Márcio Braga — Salatiel Carvalho — Narciso Mendes — Roberto Augusto — Luiz Soyer — Paes de Andrade — Victor Faccioni — Ronaldo Carvalho — José Carlos Coutinho — Hélio Manhães — Nelson Sabrá — Orlando Bezerra — Geraldo Campos — Máno de Oliveira — Sotero Cunha — Naphtali Alves de Souza — Raquel Capiberibe — Dionísio Hage — Gabriel Guerreiro — Wilson Souza — Nilso Sguarezi — Walmor de Luca — Maurício Corrêa — Antonio Mariz — Mário Assad — Cristina Tavares — Mansueto de Lavor — Antônio Perosa — Mauro Campos — Jorge Medauar — Jorge Ulequed — Carlos Mosconi — Florestan Fernandes — Anna Maria Rattes — Antero de Barros — Farabulini Júnior — Celso Dourado — Severo Gomes — Pompeu de Sousa — Wilson Campos — Maurílio Ferreira Lima — Luiz Freire — Euclides Scalco — Fernando Santana — Ademir Andrade — Haroldo Lima — Wagner Lago — José Carlos Sabóia — Maurício Fruct — Ronan Tito — Mário Lima — Máno Maia — Heráclito Fortes — Gumercindo Milhomem — Paulo Delgado — Vasco Alves — Itamar Franco — Genebaldo Correia — Nelson Carneiro — Fernando Gasparian — Ailton Cordeiro — Santinho Furtado — Vitor Buaiz — Aldo Arantes — Vladimir Palmeira — Maguito Vilela — Messias Soares — Adolfo Oliveira — Mendes Ribeiro — Doreto Campanari — Márcio Lacerda — Marcelo Cordeiro — Aluizio Bezerra — José Paulo Bisol

— Sigmaringa Seixas — Luiz Gushiken — Célio de Castro — Leite Chaves — Francisco Pinto — Hélio Duque — Chagas Rodrigues — Bernardo Cabral — Ottomar Pinto — Cid Carvalho — Teotônio Vilela Filho — Renan Calheiros — Osmir Lima — Roberto Brant — Lélío Souza — Ibsen Pinheiro — Alcení Guerra — Rita Camata — Adylson Motta — Cássio Cunha Lima — Jarbas Passarinho — Paulo Mincarone — Geraldo Alckmin Filho — Elias Murad — Mello Reis — José Ignácio Ferreira.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, de 1988 (ANC)

(Do Sr. Hélio Costa)

Especifica os casos em que os Constituintes estarão excluídos da assinatura da nova Constituição.

(À Mesa)

Art. 1º Os Constituintes que tenham faltado a mais de 40% (quarenta por cento) das votações em plenário do 1º e do 2º turno do texto da Constituição, estão excluídos de assinarem a nova Carta Magna na sua promulgação.

Art. 2º Os Constituintes que por motivo justificado tenham sido incluídos na determinação do artigo 1º poderão assinar a Constituição desde que as faltas justificadas, somadas às presenças, atinjam a 60% (sessenta por cento) das votações.

Art. 3º Os Suplentes que, no exercício das funções Constituintes, não tenham participado de mais de 60% (sessenta por cento) das votações ocorridas em plenário durante o tempo em que exerceram o mandato serão excluídos da assinatura da Constituição.

Art. 4º A 1ª Vice-Presidência, nas funções de corregedoria, divulgará a relação das faltas, por Constituintes, indicando o seu percentual em relação ao total das votações.

Art. 5º Os casos omissos serão apreciados pela 1ª Vice-Presidência cabendo recurso à Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

Hélio Costa, Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao

IV — PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, não sabe a honra que tenho em falar com a sessão presidida por V. Exª, nobre e eminente Constituinte Jorge Arbage.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) reúne-se com industriais, objetivando estabelecer uma colaboração econômica mais estreita. O problema em mira é o desafio da Barragem de Xingó. Repetidas vezes se tem alertado ao Governo Federal, aliás, diretamente ao Presidente da República para os interesses em jogo na construção da grande barragem. Daqui mesmo desta tribuna temos provocado o debate, visando despertar a consciência dos responsáveis para a ameaça que paira sobre o Nordeste.

Diga-se em homenagem à justiça que irrepreensível tem sido a conduta do presidente da

CHESF, Dr. José Carlos Aleluia, que não perde oportunidade para chamar a atenção de todos os interessados, dando as informações necessárias e apontando as soluções.

Outra coisa, também, tem ocorrido. Mais uma vez o Nordeste foi inflacionado com promessas. O fato de que a região nordestina venha ficar sem energia no próximo decênio, aparentemente, suscitou preocupações.

Tudo bem e desejável.

A quem interessa um Nordeste feito eterno bolsão de pobreza, terrível Biafra interna, ressumando ressentido e revolta? Evidentemente aos "Jo-sés Genoínos" de São Paulo! Só que as solidariedades e compreensões manifestadas, infalivelmente, como as rosas do poeta, duram, apenas, o espaço da manhã.

Na realidade, não se sente o ânimo de fazer do mundo oficial. Decerto que o País vive uma crise destruidora. Há que se cortar na própria carne. Só que o Nordeste há muito faz dieta e não possui celulite nenhuma para remover a não ser os asseclas daqueles que seguem a orientação dos "Genoínos" de São Paulo!

O Presidente José Sarney tem que priorizar. Sua obrigação é estabelecer hierarquia de obras, atento ao significado social e econômico das mesmas.

Governar não é apenas a capacidade de criar impostos, como vem ocorrendo. Até que o dinheiro, subitamente, aparece. E o faz, desgraçadamente, em projetos adiáveis, quando não descartáveis, de toda forma alheios ao quadro de carências em que o Brasil é crucificado.

A Chesf procura conseguir o apoio do empresariado regional, uma forma de conquistar recursos para que não haja descontinuidade na obra de construção de Xingó, comprometendo-se com retorno, logo que elas sejam concluídas. Parece que a preocupação imediata seria a identificação dessa forma de retorno. Neste sentido, fala-se em venda antecipada de energia ou emissão de debêntures, entendidas como depósitos compulsórios antecipados, a serem negociados com o empresariado.

Os caminhos são múltiplos, o importante é que sejam percorridos e o parque industrial nordestino não negue seu apoio à iniciativa em estudo.

Viver no Nordeste é perigoso, como poderia dizer um personagem roseano. A guerra é permanente; cada dia, uma batalha. O caso da barragem de Xingó, é bem expressivo dessa afirmação. Temos que construí-la, não há outra opção!

Estive com o Presidente José Sarney, no ano passado nas obras e assisti S. Ex^a com entusiasmo afirmar que antes de encerrar seu Governo seriam abertos novos horizontes. Mais do que nunca Xingó reclama, praça aos céus, que venha o sinal!

É que agora temos na presidência da República um presidente nordestino!

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, com base no Regimento Interno, peço a palavra pela ordem, para responder às insinuações maldosas do nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — V. Ex^a se acha inscrito mas a Mesa não lhe negará o direito à palavra, já que V. Ex^a tem respaldo no Regimento para solicitá-la.

Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, simplesmente para deixar claro, em primeiro lugar, que o nobre Constituinte Nilson Gibson, que se está retirando do plenário, no seu afã de servir ao Governo José Sarney, ao governo estadual, ao governo municipal e, por tabela, à sua intimidade com a Casa palaciana, S. Ex^a teoriza que a arte da política é a arte de estar próximo ao poder, não importa de que maneira nem a que custo.

Para este Constituinte a arte da política é a arte da luta, para se criarem novas alternativas. Para o nobre Constituinte Nilson Gibson a arte da política é, exatamente, o favor, o privilégio e as benesses do Poder.

O nobre Constituinte fez insinuações, evidentemente, equivocadas, maldosas e digo até que irresponsáveis em relação a este Parlamentar.

Quero manter com o nobre Constituinte Nilson Gibson o mais alto nível de debate político. Por isso, deixo claro que não procedem as colocações de Ex^a, que, por sinal, não estavam escritas no seu discurso.

O nobre Colega tudo faz para servir aos poderosos, não só apoiando, não só elogiando, como, também, atacando aqueles que combatem este Governo, e que são Oposição a este Governo, desde o seu nascimento, diferentemente do nobre Constituinte Nilson Gibson, que votou em Paulo Salim Maluf e, agora, já passou para o lado da Nova República, e que se torna mais realista do que o rei, Sr. Presidente!

Espero que a questão esteja devidamente clara, com os devidos pingos nos "ii".

Outra questão, Sr. Presidente, diz respeito ao nosso pronunciamento, que é o principal. Quero apenas fazer um registro do nosso apoio, até do nosso alerta à questão da privatização dos portos brasileiros. Participamos, juntamente com os Constituintes Gastoni Righi, Del Bosco Amaral, Koyu Iha, e os Deputados Estaduais Rubens Lara e Telmo de Sousa, de uma manifestação dos portuários de Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá, onde se firmou um movimento, uma campanha contra a privatização dos portos brasileiros.

Esse processo que está em andamento, esse processo que, tudo indica, tem o beneplácito do Governo Federal, está dentro dessa grande operação de privatização dirigida por este Governo. Estamos nós, Parlamentares, o movimento sindical apoiando o pacto de unidade e ação em defesa dos portos brasileiros contra a política de privatização, a política de arrocho salarial dos portuários, a política de deterioração das condições de trabalho dos portuários brasileiros.

Aqui manifesto o meu apoio, minha participação nessa grande campanha que teve, no ato público de sexta-feira, seu lançamento na cidade de Santos.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, dois breves comentários acerca de fatos que reputo muito importantes. O primeiro, menos importante, no entanto, grave, é o que trata da divulgação, pelos órgãos de imprensa, com certa ressonância, da existência de uma tal Frente Parlamentar dos Contribuintes. Não sei quantos Parlamentares participam dessa Frente; sei que, na verdade, nas suas teses, tem sido uma Frente Parlamentar dos Contribuintes de alta renda.

Errou o Governo na discussão do pacote fiscal, privilegiando a negociação, parece-me com dois ou três Parlamentares que compõem essa Frente, e que terminou por conquistar espaços para tornar estrutura do Imposto de Renda ainda mais regressiva e, a tempo, entendeu dos reclamos dos Partidos progressistas contra o pacote fiscal, corrigindo, aí sim, de forma progressiva o Imposto de Renda na fonte.

Agora, Sr. Presidente, escandalosamente, vem essa Frente Parlamentar propor a isenção completa com os gastos de educação, a educação no Imposto de Renda para quaisquer gastos com educação. Significa, na prática, desfazer o que a Constituinte já fez, isto é, evitar que as verbas públicas possam subsidiar a escola privada. Deduzir do Imposto de Renda as despesas com a educação é o mesmo que transferir verbas públicas para as escolas privadas.

Sr. Presidente, seria uma atitude regressiva, pior, seria uma decisão inconstitucional, que qualquer Parlamentar, com o mínimo de bom senso social, não pode aceitar nem admitir. Agora vem-se rebelar contra as medidas fiscais que o Governo discute; de novo vem-se rebelar contra o que essas medidas têm de melhor, contra a parte que evita a incidência do Imposto de Renda nas faixas menores, para a defesa dos contribuintes de mais alta renda.

O segundo assunto, Sr. Presidente. Completa hoje 34 anos um fato político da maior importância na vida nacional, a morte do ex-Presidente Getúlio Vargas.

Sr. Presidente, a vida de Getúlio Vargas, principalmente a segunda fase da sua vida, marcou todo o desenvolvimento econômico, político e social do nosso País, até os nossos dias, no que ele tem de mais positivo.

Lançou esse grande Estadista as bases econômicas do Brasil moderno; lançou as bases de toda a legislação, de toda a institucionalização dos direitos sociais; lançou as bases de toda a legislação e a institucionalização dos direitos políticos do cidadão.

Mais ainda, Sr. Presidente, colocou como questão fundamental, na ordem do dia e permanentemente, a questão da soberania nacional, tão discutida nesta Assembléia Nacional Constituinte.

A carta-testamento de Getúlio Vargas é atualíssima. É um documento político que a nossa juventude, que os nossos adolescentes devem ler e reler, porque um elemento de orientação da nossa vida pública, de orientação dos nossos homens públicos, documento que não pode ser colocado apenas nos arquivos da História. É um documento atual, e esses 34 anos exigem de todos nós não apenas um ato de reconhecimento a essa figura extraordinária que foi Getúlio Vargas, como, mais do que isto, a transformação do seu pensamento, da sua vida, num marco de orientação da nossa ação política. (Muito bem!)

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Constituintes, numa conferência realizada em Belo Horizonte, cujas afirmações foram reiteradas em declarações à imprensa, a propósito do funcionamento do TSE diante das próximas eleições, o seu Presidente, Ministro Oscar Corrêa, com a autoridade de membro do Supremo Tribunal Federal, lançou graves acusações

contra o trabalho constituinte, seguindo as pegadas do Sr. José Sarney, para quem, com ela, o País será ingovernável.

Diante da perplexidade dos meios políticos e jurídicos do País, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Luiz Raphael Mayer, veio a público declarar que as chamadas conquistas sociais inseridas na nova Carta representam um avanço cauteloso, não havendo nada, no seu texto, que ponha em perigo o País, cujos problemas não agravará, como pretende o Sr. Oscar Corrêa, cujas declarações foram feitas em caráter pessoal, "sem envolver posições dos demais ministros".

O tratamento dado pelos Constituintes ao Judiciário, segundo seu Presidente, representa alterações de certa profundidade, destacando que "não foi alcançado o patamar ideal para a modernização do Judiciário", mas o Supremo foi resguardado substancialmente na sua estrutura, tornando-se predominantemente uma corte constitucional, "que terá uma importância considerável no sentido de aplicar e dar eficácia à nova Constituição".

Salientou o Ministro Luiz Raphael Mayer que o trabalho dos Constituintes tem legitimidade, porque foram escolhidos pela população em eleições diretas, cuja vontade se expressará no novo documento.

Sábias e serenas palavras de quem, ao lado do Presidente da República, prestará juramento à nova Constituição, o que não ocorrerá com o Sr. Oscar Corrêa que, no caso, cometerá um verdadeiro perjúrio.

Deve-se calcular o constrangimento do Ministro Raphael Mayer em ressaltar a Egrégia Corte dos Improvisos desabusados de um ex-político da UDN feito juiz de tão alto tribunal.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nestes noventa e nove anos de República, a figura extraordinária de Getúlio Vargas sobreleva, na planície política brasileira, como um pico altaneiro de altitude até agora não superada, toda a vida administrativa e toda a luta do Brasil para abrir o seu próprio caminho. Depois de José Bonifácio, que propiciou D. Pedro I todo o respaldo necessário para o ponto de partida da nossa independência política, e se projetou dentro e fora do Brasil como uma das maiores cabeças da América Latina, tivemos Getúlio Vargas que, no poder durante dezenove anos, encaminhou o Brasil, com a sua grande preocupação, ao desenvolvimento econômico e ao progresso social.

Conheceu o poder por quatro caminhos diferentes. A primeira vez, chegando ao Palácio do Catete na crista da Revolução de 1930, que reclamava voto secreto, e trouxe, também, a justiça do trabalho, o voto feminino e a justiça eleitoral.

A segunda vez, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional depois da Constituinte, que nos deu a Constituição de 16 de julho de 1934.

A terceira vez, através de um golpe de Estado, em 10 de novembro de 1937.

A quarta vez, em 1950, nos braços do povo, depois de eleito, por numerosos Estados, Deputado Federal e Senador da República.

Governador do Rio Grande do Sul, Ministro de Estado e Presidente da República, na ditadura ou no regime constitucional, pelas forças da Revolução Armada ou pelo voto indireto, mas principalmente pelo voto direto do povo, que o levou nos braços de volta ao Palácio do Catete, Getúlio Vargas marcou uma posição singular na História deste País.

Sr. Presidente, Getúlio Vargas foi um homem de extraordinária visão social e de grande acuidade política. Tolerante, compreensivo, foi vítima até à morte da intolerância política, do fanatismo pessoal e do ódio que o levou ao suicídio.

Do seu trabalho político surgiram organizações partidárias, das quais ainda sobrevivem na sua inspiração dois Partidos na atualidade, duas vertentes do pensamento político de Getúlio Vargas, sempre voltados para os trabalhadores do Brasil: um, de tendência socialista, o Partido Democrático Trabalhista, o PDT; o outro, inspirado nos ideais trabalhistas de Haroldo Laski e nos sonhos de Alberto Pasqualini — o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, em cujo nome tenho a honra de falar nesta data, quando se assinala o 34º aniversário da morte histórica de Getúlio Vargas.

Em nome do meu Partido, Sr. Presidente, peço a V. Exª licença, um minuto a mais, dado o caráter excepcional da data, para fazer a leitura deste documento que é, realmente, culminante na História política e social do Brasil — a carta-testamento, deixada no dia da sua morte, 24 de agosto de 1954, por Getúlio Vargas. O texto é o seguinte:

CARTA-TESTAMENTO DEIXADA NO DIA DE SUA MORTE, EM 24 DE AGOSTO DE 1954

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadearam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. E Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões

de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

GETÚLIO VARGAS

Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro, como outros Partidos nesta Casa, está honrando a memória de Getúlio Vargas, pondo na Constituição que vamos promulgar conquistas importantes na linha do pensamento trabalhista a favor do povo, dos trabalhadores do Brasil. (Muito bem!)

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem, ao evocar a data histórica de 24 de agosto, e ao anunciar as cerimônias que reverenciam a memória ainda viva de Getúlio Vargas, lembrei dois atos que se realizam hoje no Rio Grande do Sul, promovidos exatamente pela agremiação político-partidária que constitui modernamente a continuidade histórica do pensamento e da vida do ex-Presidente Getúlio Vargas.

Pela manhã, na Praça da Alfândega, junto à carta-testamento, realiza-se, agora, uma cerimônia em homenagem à memória de Vargas. E à tarde, em São Borja, haverá uma romaria ao túmulo do ex-Presidente.

Dizia também, Sr. Presidente, que as mesmas forças que levaram Getúlio Vargas ao gesto extremo do suicídio hoje atuam no sentido de inviabilizar a Assembléia Nacional Constituinte, retar-

dando a passagem do País para o processo democrático e tentando evitar pequenos e tímidos avanços conquistados pela classe trabalhadora brasileira.

Ninguém quer ser o herdeiro, o proprietário, nem ter monopólio das idéias de Vargas. No entanto, é inquestionável que o Partido Democrático Trabalhista, na sua modernidade socialista, na sua tentativa de construir com outros Partidos progressistas uma nova ordem social, um novo tipo de convívio entre os brasileiros, representa, sem dúvida, o mais legítimo e autêntico pensamento de Getúlio Vargas.

Neste sentido, Sr. Presidente, menciono documento que o Comando Nacional dos Trabalhadores em empresas estatais e do funcionalismo público, encaminha hoje ao Presidente da República, José Sarney, ressaltando a situação angustiante e aflitiva em que se encontram enormes segmentos da sociedade brasileira, em vista do arrocho salarial sem precedentes, que tem imposto sérios prejuízos à já difícil vida do trabalhador brasileiro e à política equivocada, antinacional e entreguista de privatização, que pretende transferir a grandes grupos econômicos nacionais e, notadamente, internacionais, empresas que, pela sua história e serviços que prestam, constituem indiscutivelmente, patrimônio comum do povo brasileiro.

O documento certamente será jogado no lixo, pela indiferença com que o Presidente José Sarney encara as questões cruciais do povo brasileiro. Lido aqui, para que fique registrado nos Anais da Casa e da História, será sempre um libelo duro e contundente contra este homem que perdeu a sensibilidade, a perspectiva histórica, e hoje se constitui num dos mais brutais verdugos dos direitos do povo brasileiro. E que tem, lamentavelmente, o apoio de figuras decrépitas e casmurras, como o Senador Roberto Campos, que insiste em agredir a Assembléia Nacional Constituinte nas suas entrevistas e matérias assinadas, tachando a nova Carta de simples catálogo telefônico, onde se listam aspirações confusas, anseios irrealizáveis e que levam o País a uma crise de ingovernabilidade.

Esse homem, que diz tudo isso da Carta, da qual participa como biônico, porque sequer foi eleito para ser Constituinte, chegou a nos chamar, a todos os 559 Constituintes, de idiotas, incluindo a si próprio. Na verdade, o maior idiota é ele próprio, que deveria renunciar o seu mandato, porque não foi eleito para ser Constituinte.

Sr. Presidente, não será por obra desse homem que iremos parar. Ele, sim, está na contramão da História. E por estar na contramão da História, não impedirá, com seus votos negativos, com seu pessimismo, os pequenos avanços que conquistamos e vamos continuar conquistando na Assembléia Nacional Constituinte.

Por isso, Sr. Presidente, quando se evoca o 34º aniversário da morte de um nacionalista como Vargas, é com profundo desgosto e indignação que lembro as agressões desse homem, Roberto Campos, um golpista em 1954, um entreguista durante a ditadura militar, ao País. Mas ele será julgado pela História. Ninguém escapa a este julgamento, e ele certamente estará no banco dos réus, onde sentam-se os que cometem crimes contra os direitos e os interesses do povo brasileiro. (Muito bem!)

O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, não é sem constrangimento que faço comentários, críticas e denúncias em pronunciamentos nesta Casa, referindo-me ao enganoso Governo que o atual PMDB, eivado de figuras estranhas, realiza no Estado do Acre, no intuito de que essas críticas sejam ouvidas no Estado, e que o povo brasileiro saiba, realmente, o que está acontecendo nos bastidores da política medíocre que atualmente se pratica nas entranhas do Executivo acreano.

Desta vez vou citar, por exemplo, o grande e despuadorado desembaraço com que o Governo do Acre assume o patrocínio da campanha do candidato do PMDB à Prefeitura de Rio Branco, Capital do meu Estado. O próprio candidato se vangloria da impunidade reinante. Suas largas costas, protegidas pelo Governo Estadual, não sofrem ameaças. Eles detêm o poder à força. É a chamada democracia à brasileira, onde nem todos são iguais perante a lei, onde prevalece a norma que determina: para os correligionários, tudo, para os adversários, nem o benefício da lei, pois esta pressupõe a justiça.

No Acre, o uso da máquina do Estado, na atual campanha para as prefeituras, é abusivo, descarado, feito às claras. A proteção à impunidade é, em verdade, impressionante, Sr. Presidente. O exemplo vem daí. Toda autoridade pública cuja formação se apoiou em estruturas morais exemplares, em hábitos públicos respeitáveis, tende a locupletar-se, a usar o cargo em benefício próprio e de seus amigos. Infelizmente, é este o Brasil de hoje. Não é gratuito que tantos queiram desertar, ir para outros países, até como clandestinos. Não é à toa que as autoridades públicas brasileiras têm uma imagem cada vez mais negativa no conceito do povo.

Toda a sociedade brasileira está passando por grave crise moral. Talvez daí nasça a esperança. Porém, a crise maior vem dos que detêm o poder e dele abusam descaradamente. O Judiciário é o responsável pela fiscalização da lisura da moralidade da campanha eleitoral e do pleito. O uso da máquina administrativa na campanha não é demonstração de imoralidade? A Justiça Eleitoral acreana não pode permanecer impassível e omisso frente a tanta corrupção pública, notoriamente conhecida e comentada nas ruas e nas praças do Estado do Acre.

Sr. Presidente, era o que eu desejava dizer. (Muito bem!)

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na legislatura anterior, apresentamos uma emenda, que foi aprovada por todas as Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados relacionada à apuração dos votos nas eleições municipais, estaduais e federal.

Na oportunidade, Sr. Presidente, ao discutirmos aquela emenda, apelamos a todos os Líderes, no sentido de se aprovar aquela matéria, porque era fruto do entendimento de alguns Companheiros que nos ofereceram a idéia de que a melhor forma de se resolver o problema das fraudes eleitorais, em todo o País, seria a realização da coleta dos votos imediatamente após a eleição.

Ficamos contentes, quando vimos aquela matéria estampada no projeto que regulamentou as

eleições deste ano. Esperávamos que fosse aprovada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, porque é a melhor forma de se resolver um gravíssimo problema que o Brasil enfrenta, quicá outras nações.

Por que razão defendi esta tese? Porque entendi que, dando-se a apuração imediatamente após a coleta de votos, no dia da eleição, na presença dos fiscais dos vários Partidos, quando todos receberiam uma cópia do mapa do número de votos apurados, a eleição seria mais honesta, mais rápida e muito mais barata. Na apuração dos votos em local previamente preparado pelos Tribunais Eleitorais, acontecem fatos desconhecidos. Eu mesmo fui vítima disto.

Tanto batalhei por isto no Congresso Nacional, tanto lutei, que consegui a aprovação, nas Comissões Técnicas, da minha emenda constitucional, faltando apenas a aprovação em plenário. Logo após aconteceram as eleições de 86 e fui vítima disto, na minha cidade de Guarulhos, quando todos sabem que fui vergonhosamente achincalhado, roubado nessa cidade por pseudocompanheiros, por pseudo-amigos, que batiam às minhas costas, mas não queriam a minha vinda para este Congresso Nacional.

Pois bem, o que se passou comigo passou-se com muita gente neste País, e passar-se-á nas próximas eleições, fruto da falta de vontade dos responsáveis pelo projeto que regulamentava a realização das eleições. Tivéssemos regulamentado esse item, e acabaríamos com a pouca vergonha que acontece em todos os locais de apuração neste País.

Concluo, Sr. Presidente, reiterando que continuarei lutando, sempre que puder, e até onde puder, pela regulamentação desse ponto que entendo de suma importância.

O SR. PAULO RAMOS (PMN — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, estamos hoje, 24 de agosto, comemorando 340 anos da morte de Getúlio Vargas com alguns contrastes.

Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que foi um ditador implacável, que promoveu a tortura e a perseguição a brasileiros, também foi um grande estadista, revelou as suas qualidades de estadista quando assumiu o cargo de Primeiro-Mandatário da Nação, não através de golpes, mas através do voto popular.

O segundo período Vargas, quando o povo o consagrou nas urnas, é o mais rico da vida de Getúlio Vargas, rico e exemplar para todos aqueles que participam da atividade política e têm responsabilidade no processo decisório.

O papel de Getúlio Vargas, a partir da sua posse na Presidência da República, legitimado pelo voto popular, deveria ser estudado pelo atual Presidente da República, que, infelizmente, assumiu o poder em decorrência de uma fatalidade histórica e, ao longo do exercício do poder, tem demonstrado que caminha exatamente em sentido contrário ao esforço nacionalista de Getúlio Vargas, que, àquela época, na década de 50, contou com o apoio de todo o povo brasileiro.

O Presidente José Sarney não caminha no sentido da nacionalização da nossa economia e da afirmação da soberania nacional. Ao contrário, caminha no sentido do entreguismo e da submis-

são do Brasil aos interesses das multinacionais e do imperialismo internacional.

Hoje, a memória de Getúlio Vargas há de estar presente nos quatro cantos deste País e em todos os lares, para que possamos mobilizar a vontade nacional e rechaçar o ignominioso procedimento do Senhor José Sarney, que não respeita, sequer, a Assembléia Nacional Constituinte, e, além de entreguista, se comporta com sua costureira incompetência.

Hoje, o Senhor José Sarney está no comando de um Governo repressivo, Governo que compromete a imagem das Forças Armadas, utilizando-as como força de intervenção. Temos o exemplo, agora, dos servidores do Serpro, que, exercendo o legítimo direito de greve, lutam por melhores condições de vida e de trabalho. E o que faz o Presidente da República? Reprime e demite os funcionários, insensível que é, porque procura utilizar-se do instrumento da repressão para impedir até a moralização num setor público que a exige. Os servidores do Serpro cuidaram, inclusive, de preservar as atividades relativas à Justiça Eleitoral, para que não houvesse solução de continuidade no cadastramento. Entretanto, como aconteceu em Recife, o Governo se utiliza do Exército para intervir e reprimir.

Sr. Presidente, é preciso que o segundo período Vargas, que lutou pela soberania nacional e criou empresas estatais que, hoje, são exemplo para o desenvolvimento deste País, seja lembrado. Getúlio Vargas, no seu segundo período, precisa servir de espelho para o Senhor José Sarney, que deve — porque tem um compromisso com esta Nação — afirmar a soberania nacional e lutar pela implantação da democracia.

Este meu pronunciamento, além de ser uma homenagem a Getúlio Vargas, além de ser uma manifestação de solidariedade aos servidores do Serpro, é, acima de tudo, a manifestação de quem não se conforma com os rumos que vêm sendo imprimidos para este País pelo Senhor José Sarney. É, portanto, um pronunciamento de homenagem a Getúlio Vargas, de solidariedade aos trabalhadores e de repulsa a este Governo que aí está. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Paulo Ramos, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PSDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o Governo, no início do ano, anunciou, através do seu Ministro das Minas e Energia, a intenção de revogar o famigerado empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de combustíveis no País. Entretanto, já cruzamos a fronteira da metade do ano e tal não ocorreu.

Em janeiro, tínhamos o álcool custando Cz\$ 30,40, hoje, Cz\$ 112,00, com um acréscimo de 314,8%. Também em janeiro o preço da gasolina era Cz\$ 47,50, hoje, Cz\$ 162,00. Poderiam dizer: "Quem tem automóvel é a classe média — os ricos". Este é um argumento que não resiste ao menor questionamento, porque é sobre as rodas que, infelizmente, repito, transita o progresso, se é que existe progresso neste País. Se existe, é

para uma elite, para uma minoria encastelada no poder e a serviço dos interesses do grande capital internacional.

Não fica por aí. O gás de cozinha, que interfere diretamente no orçamento do trabalhador, também não tem sido poupado — Cz\$ 725,00 um botijão de gás. Sr. Presidente, poder-se-ia dizer: "É, mas vocês não vão querer também viabilizar a Petrobrás, uma estatal que está contribuindo para o déficit público". Pois bem, até hoje não se sabe por que a Petrobrás tem apresentado enormes prejuízos, como a Petrobrás gasta o que arrecada.

O Congresso Nacional a tudo assiste, infelizmente, passivamente: a um Governo sem vocação para fazer justiça, sem vocação para bem governar o País, com uma vocação, única e exclusivamente, de premiar, da forma mais generosa possível, os seus compadres, os seus apadrinhados, os seus amigos. Essa é a vocação do Governo Sarney.

Sr. Presidente, agora, mais recentemente, a questão da habitação popular. Dizem que o déficit habitacional é de, mais ou menos, 10 milhões de habitações no País. O Governo anunciou, também, espalhafatosamente, que deveria desencadear programas de construção de habitação popular. Pois bem, agora, para sanear o déficit público, o Governo decide não mais canalizar recursos ou construir casas populares. Recursos, apenas, para habitações para a classe média e para os ricos.

Não sei o que este Governo pretende. Só sei dizer uma coisa: o povo haverá de fazer justiça aos amigos do Sarney que lhe deram cinco anos de mandato. É um castigo que o povo e a Nação não mereciam: cinco anos de mandato para o Presidente Sarney.

Portanto, nunca é demais trazer à baila esse equívoco da maioria da Assembléia Nacional Constituinte. Essas pessoas não haverão de ter a consciência muito tranquila no seu futuro, porque ousaram dar a uma pessoa sem vocação e — a meu ver, sob o ângulo da nossa modesta ótica —, sem competência para governar um País do tamanho do Brasil, que já ultrapassou a fronteira dos 140 milhões de habitantes, esses que deram cinco anos para o Presidente Sarney haverão de ser cobrados, até pelos seus familiares, até pelos seus filhos, porque concederam a Presidência da República a uma pessoa que não tem a menor sensibilidade, a menor vocação para direcionar o desenvolvimento do País, em busca do resgate da imensa, da enorme e, a meu ver, irredutível, a curto prazo, hipoteca social.

É este, Sr. Presidente, o registro que deixo nesta oportunidade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, hoje, dia 24 de agosto, na minha cidade, capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, teremos dois atos organizados pelos trabalhadores na sua luta contra o arrocho salarial e o congelamento da URP. É o caso dos bancários, que estão para realizar hoje, às 17 horas e 30 minutos, no Largo da Prefeitura, convocado pelo Comando das Estatais e pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, um ato contra a política de privatização da nova República — que é do interesse do FMI e dos grandes conglomerados nacionais

e internacionais —, e um ato, também, pela reposição da URP aos trabalhadores das estatais.

É preciso também lembrar, Sr. Presidente, que a comunidade universitária de Porto Alegre de forma alguma se conforma com a nomeação, feita pelo Presidente da República, do novo Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A nomeação recai, como se diz lá no Rio Grande, no cavalo do comissário, não necessariamente no que teve mais votos, mas no terceiro da lista, cuja votação foi três vezes inferior à do escolhido pela maioria da comunidade universitária, o Prof. Alceu Ferrari.

Por isso, professores, alunos e funcionários da Universidade estão, a partir de hoje, em greve no **campus** universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, num justo protesto contra essa violência à democracia da Universidade, à sua autonomia, à sua independência.

Queremos também Sr. Presidente, ir ao outro lado do nosso País, o Nordeste. Encaminhamos a S. Ex^a o Ministro da Justiça, no dia 20, um telegrama reivindicando imediatas informações e solução para atos graves que estavam ocorrendo em Imperatriz. Os trabalhadores rurais de Imperatriz e da região sul do Maranhão há alguns anos lutam pelo controle democrático de seu Sindicato. A burocracia do Ministério do Trabalho, o jogo truculento do latifúndio na região têm feito com que o Sindicato tenha uma direção que não representa a vontade dos trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma terra do sul do Maranhão. Tal situação tem gerado conflitos constantes, porque os trabalhadores não se conformam em ter uma direção que não representa a maioria deles. Por isso, têm buscado, primeiro, na negociação com o Governo, através do Ministério do Trabalho, resolver essa questão que tem sido um foco de permanente conflito naquela área entre os trabalhadores rurais e os latifundiários representados na direção do Sindicato.

Há dias, o Secretariado dos Trabalhadores Sem-Terra foi invadido por forças da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Federal, porque os trabalhadores, um dia antes, haviam realizado, num terreno baldio, próximo àquele Secretariado, uma assembléia, protestando contra a situação do seu Sindicato nas mãos dos que representam o latifúndio. Por interesse combinado desses latifundiários com os Governos Estadual e Federal, o Movimento dos Sem-Terra sofreu essa agressão. Vários companheiros, além da violência física, sofreram restrições aos seus direitos de ir e vir e de se reunir.

O Sr. Luiz Antônio Guimarães Marrey, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça, responde ao nosso telegrama, informando que foram solicitadas informações sobre o assunto ao Departamento de Polícia Federal, e nada mais nos adiantou. Não queremos que se fique apenas nessa troca respeitosa de telegramas. Queremos que o Governo Federal responda por que a Polícia — tanto a Federal, a Estadual, a Civil quanto a Militar — tenta impedir que os trabalhadores se reúnam. Vale lembrar que o Congresso Constituinte já aprovou o amplo direito de reunião, a liberdade de expressão, a autonomia dos sindicatos e o direito de greve.

Sr. Presidente, continuaremos a insistir na apuração da responsabilidade do Governo pelos

acontecimentos dos últimos dias em Imperatriz, no Maranhão.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Data: 20-8-88

Exm^o Senhor Paulo Brossard
DD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília — DF

Dirijo-me a V. Ex^a para denunciar fatos graves que estão ocorrendo na cidade de Imperatriz-Ma, no dia de hoje. Segundo informações recebidas em meu Gabinete, por volta das 15:30 horas, cerca de 40 homens, fortemente armados, da Polícia Militar, Polícia Civil e da Polícia Federal, invadiram a sede da secretaria estadual do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, levando detidos Edvaldo Ferreira da Silva, Maria da Penha, Luiz Marajuba, Maria Pereira Lima e José Mendes Filho, os quais estão sendo interrogados na delegacia de polícia civil daquela cidade. Os policiais, que, não portavam qualquer ordem ou mandato judicial, apreenderam a documentação (livros, jornais, publicações) do movimento, cortaram o telefone e fizeram várias ameaças contra os trabalhadores e suas lideranças. Esses lamentáveis fatos ocorreram logo após uma assembléia de trabalhadores rurais realizada em terreno baldio vizinho à sede do movimento dos sem-terra, para discutir o impasse criado no sindicato de trabalhadores rurais de Imperatriz com a realização de um processo eleitoral questionado pela maioria dos filiados, por vícios e fraudes que teriam ocorrido, situação essa até hoje sem solução, apesar dos constantes apelos e gestões inclusive junto ao senhor ministro de estado do trabalho. Assim sendo, senhor ministro, em nome do partido dos trabalhadores, quero registrar nosso repúdio às arbitrariedades aqui relatadas que ocorrem no justo momento em que a assembléia nacional constituinte acaba de aprovar, por ampla maioria, a livre organização dos trabalhadores e a liberdade de manifestação, dentre outros direitos que visam garantir a cidadania e restabelecer o estado de direito em nosso País. Solicito, portanto, providências urgentes no sentido de liberar os trabalhadores ilegalmente detidos bem como de averiguar a atuação da polícia federal nesse episódio, a nosso ver totalmente descabida. Cordialmente. Deputado constituinte **Olívio Dutra** — Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Resposta ao Ministro

Do Ministério da Justiça MSG 3911
Urgente

Dt 22-8-88

Exm^o Sr.
Dep. Federal Olívio Dutra
Presidente do Partido dos Trabalhadores — PT
Câmara dos Deputados

GM/SA/NR 000963 — Sirvo-me do presente para acusar o recebimento do telex NR 5282, de 19-8-88, No qual V. Ex^a trata de incidente que teria ocorrido na mencionada data junto a secretaria estadual do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, localizada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, informando que foram solicitadas. Informações sobre o assunto ao

departamento de Polícia Federal. Atenciosamente, **Luiz Antonio Guimarães Marrey** — Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Olívio Dutra, o Sr. Mário Maia, 2^o-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2^o-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — A Mesa informa que às 10 horas e 15 minutos procederá à verificação de **quorum** em plenário, para a votação da matéria constante da Ordem do Dia, o Projeto de Constituição. Pode, portanto, às Sr^{as} e aos Srs. Constituintes venham ao plenário, a fim de que possamos realizar esse procedimento de dar início ao processo de votação

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Adylson Motta

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS — RS) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dificilmente me arrependo pelas coisas que faço, mas sempre me arrependi pelo que deixei de fazer. Não quero me penitenciar por não ter aqui lutado para evitar que o Congresso Nacional cometa, hoje, aqui, o seu haraquiri, quando vamos votar o art. 64. Passei vinte anos assistindo a uma luta para que se resgatasse as prerrogativas do Congresso Nacional, em que a abolição do decreto-lei foi bandeira de luta de Partidos políticos.

Sr. Presidente, sei que, hoje, pela imposição da nossa realidade político-social, o Executivo, até admito, deva ter mecanismos ágeis, muitas vezes, para suprir a carência ou a falta de uma lei pertinente. No entanto, houve um exagero aos incluir-se o art. 64, porque, nos períodos discricionários de 37 a 45 e, depois, de 67 até hoje, nesses dois períodos, que são os únicos em que existe a figura do decreto-lei, houve pelo menos uma cautela, que foi a de estabelecer os limites de sua abrangência, de sua aplicação e sobre a natureza da matéria sobre o qual ele poderia incidir.

Diz a Constituição atual, no seu art. 55:

“O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante”, — aqui vem uma ressalva — “e desde que não haja aumento de despesa”, — então, isso é um resguardo importante, e depois estabelece os limites de aplicação — “poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

- I — segurança nacional;
- II — finanças públicas, inclusive normas tributárias; e
- III — criação de cargos públicos e fixação de vencimentos”.

O período discricionário, autoritário, a ditadura, como preferem dizer, teve a cautela de estabelecer alguns limites para a aplicação do decreto-lei e, também, a ressalva de que não poderia aumentar as despesas.

O art. 64 da nova Constituição, embora de uma maneira disfarçada, até o Consultor-Geral da República chama o “decreto-lei envergonhado” — foi a expressão que usou —, restabelece a figura deste dispositivo que possibilita medidas excepcionais ao Presidente da República, e não há nenhum limite para a aplicação das medidas provi-

sórias com força de lei. Aí vêm os advogados das medidas provisórias dizendo que é diferente, que, uma vez revogado perde a sua eficácia desde a sua edição.

Temos de lembrar, Sr. Presidente que aqueles efeitos gerados terão de ser disciplinados, terão de ter a sua ordenação jurídica disciplinada pelo Congresso Nacional. Então, o Congresso Nacional terá de procurar uma forma de dar eficácia, de contornar essa situação. E pela experiência que tenho vivido aqui, de um Congresso pouco afeito a reuniões, imagino o caos que se vai estabelecer no Brasil com a aprovação do art. 64. E, o que é mais triste: o Congresso Nacional está abrindo mão de suas prerrogativas, se castrando, se autolimitando, e está incorrendo numa incoerência, num paradoxo, numa incongruência, numa contradição com aquilo que foi a luta de todos os Parlamentares nas últimas campanhas políticas.

Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui este alerta, porque dificilmente vou conseguir falar durante o encaminhamento de votação, uma vez que se estabelece uma verdadeira balbúrdia, com abandono de todas as regras regimentais, por ocasião da votação das matérias no plenário. Deixo este alerta, repito, que não é preocupação apenas minha. Cito uma entrevista do Ministro Leitão de Abreu, defensor do decreto-lei, Ministro de dois Governos no período militar, Professor de Direito, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Parece-me que é uma pessoa cuja entrevista merece ser lida. S. Ex^a diz que “esse poder dado pelo art. 64 excede, pela sua largueza e pelas suas repercussões na ordem política e social, o poder do Presidente da República sob a Constituição que estranhamente ainda nos rege e dado exercer por via de decreto-lei. Paradoxalmente, este, no entanto, é repudiado pelos nossos atuais fazedores de Constituição”.

Este texto fixa o ponto de vista de um Jurista, de um homem com larga folha de serviços prestados ao País, de amplos conhecimentos jurídicos, e que define o art. 64, como “um cheque em branco dado ao Presidente José Sarney e aos futuros Presidentes”.

Era a minha preocupação e o meu alerta, Sr. Presidente, porque, quando esta Casa chorar pelo que vai fazer hoje, quero pelo menos estar com a minha consciência tranqüila.

O SR. PLÍNIO MARTINS (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o ambiente desta Casa é de burburinho e de preocupações antecedentes do próximo momento em que se quer promulgar a Lei Magna para o País. Todos os participantes deste duro trabalho vivem com emoção e ansiedade a quadra final da caminhada de estudos, redações, discussões, argumentações e votações, ensejadora da concretização da obra agora em seus retoques finais. Dentro de pouco tempo este cenáculo dará à Pátria a sua lei monumental. Cortarei, entretanto, por minutos, esse estado de espírito, dizendo aos Parlamentares haveremos, todos nós, perdido um ex-colega que enalteceu o Brasil — Harry Amorim Costa foi silenciado e abafado pela morte.

Esse homem, nascido no Rio Grande do Sul, prestou serviços ao Brasil todo, ocupando importante função federal, período durante o qual se

tornou conhecido pela sua capacidade profissional e simplicidade. Percorreu todo o nosso território semeando obras e fez amigos em rincões os mais variados. Era comum, estando com ele no plenário desta Casa, vê-lo abraçado, reconhecido e estimado por representantes das mais diversas regiões brasileiras.

Dividido Mato Grosso, ele foi nomeado para governar o nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Fixou-se naquele solo e se empenhou decididamente na iniciação da máquina da nova Unidade da Federação; geriu e promoveu a arrancada do novel Estado. Administrou-o e deu-lhe a primeira feição. Estava em plena e aplaudida atividade quando se viu injustamente banido do Governo. Apegou-se à região e dela fez sua querença. Viúvo vigoroso e vistoso, foi observado e pretendido por numerosas mulheres. Escolheu a sua amada e constituiu nova família. Foi exemplar.

Suas estórias eram agradáveis. Narrador de fatos, prendia os amigos em suas soberbas descrições. Lembro-me com carinho da vez em que me relatou uma caçada e a busca trabalhosa de um pato em pântano rio-grandense. Foi Deputado Federal e faleceu como Secretário de Estado, preocupado em restituir pureza à ecologia do meu Mato Grosso do Sul, do qual se tornou magnífico filho adotivo. Percebi e senti o quanto foi pranteada sua partida deste mundo. É dolorosa a perda do amigo e, mais grave ainda, compreender a falta que ele fará ao gerenciamento do interesse social. Busquemos nossas reservas de aceitação.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, registro, hoje, aqui, o meu repúdio pela forma como o Governador José Aparecido se despede de seu Governo, colocando nas ruas próximas ao Congresso Nacional mais de quinhentos policiais militares, com o objetivo de prevenir uma passeata dos funcionários públicos em greve.

A trulência desse Governador merece o repúdio global, tendo como princípio a forma como desaloja e destrói a casa, os barracos dos trabalhadores. E agora despede-se com a trulência da repressão.

Neste País ninguém vai segurar a manifestação de greves que ocorrem por todos os lados, porque é insustentável viver com o salário defasado e destruído, com uma inflação sobre a qual o Governo não tem controle, porque é incapaz, é um Governo que não tem condições de governar, que não tem pulso, que não tem direção e que assume claramente uma política econômica ditada pelo Ministro Maison da Nóbrega, da linha apoiada por Delfim Netto, Reis Velloso etc.

Essa política visa a exportação, o crescimento econômico e não visa o bem-estar e o desenvolvimento social da Nação brasileira.

Em São Paulo, sábado, serão comemorados os 10 anos de um movimento muito significativo — o Movimento contra a Carestia. Desde o primeiro dia participei desse Movimento, que se iniciou em 1971 e que teve um ato público, na Praça da Sé, no dia 27 de agosto de 1978. Fomos barbaramente reprimidos pela polícia com cães, com bombas.

Depois de 10 anos, quando questionamos a política econômica, denunciávamos a fome e a miséria do povo, voltamos novamente à Praça da Sé para dizer que a situação é ainda mais precária,

a fome é mais aguda, a carestia está cada vez pior e as panelas continuam vazias.

Essa “Feira da Panela Vazia” que acontecerá na Praça da Sé, dia 27 deste mês, tem por objetivo questionar, denunciar a fome do povo, dizer claro que há necessidade de romper com o FMI, que não há possibilidade — está provado e todos estamos de acordo — de pagar a dívida externa, muito menos os juros. Isso que o Governo prega, de que o FMI libera um bilhão e não sei quantos milhões de dólares, e, agora, quatrocentos e poucos milhões de dólares, sabemos, é mentira; é apenas o repasse de um banco para outro. O Brasil jamais verá a cor desse dinheiro. Ao contrário, seremos mais devedores do que já somos.

Então, o Movimento Contra a Carestia repudia e exige o fim da negociação dessa dívida externa, porque contribui para a miséria e a fome do Brasil. Coloca como desafio a necessidade de subsídios, alimentos básicos, que é uma proposta contrária, profundamente contrária a essa questão de tirada de subsídios, por exemplo, do pão, da farinha etc., e que o Brasil está retirando — hoje está nos jornais. É evidente que em certos setores precisa-se acabar com os subsídios. Mas por que o subsídio aos alimentos básicos da população? Sabemos que o congelamento não dá efeito nenhum.

Outra questão que o Movimento Contra a Carestia defende é a reforma agrária. Não há possibilidade de produção de alimentos básicos sem a reforma agrária.

Estas, as três questões que vão ser colocadas em praça pública, dia 27 de agosto, em comemoração aos 10 anos do Movimento Contra a Carestia. A população, com muita justiça, diz que o Governo pode reprimir, pode demitir, como está demitindo no Serpro, Dataprev e Datamec, só que a fome ninguém segura, a mobilização continuará, porque o Governo pela força um dia também cai.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, temos evoluído muito nas últimas horas. Ontem, vencemos aproximadamente 100 destaques, e entendo que a prova de fogo de conclusão dos trabalhos constituintes será o esforço concentrado deste final de semana. Se conseguirmos manter um **quorum** de 400 a 450 Constituintes, não haverá nenhuma dúvida de que esse trabalho será concluído até o final da próxima semana.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lemos nos jornais de Brasília, hoje, que um de nossos colegas, Sr. Felipe Cheidde, que não tem comparecido, declara que, no final da semana também aqui não estará, porque tem compromissos familiares, como se nenhum de nós tivesse família e mais responsabilidade com o País.

Esse tipo de manifestação é que às vezes compromete o espírito da maioria dos Srs. Constituintes que estão preocupados em concluir este trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entendo que, em nossas circunstâncias, nada contra a pessoa física do Sr. Felipe Cheidde, mas contra a sua atitude como integrante deste Poder. Isto aqui é um Poder! Devemos examinar situações como a do Constituinte a que me estou referindo, e, se for o caso, puni-lo com cassação. Se S. Ex.

não quer colocar-se na posição de Constituinte que é, integrante de um Póde, trabalhando por uma causa que é de todos nós, S. Ex. precisa ser punido. Uma punição exemplar, que, às vezes, é muito oportuna, a cassação pura e simples.

Um operário que não vá ao trabalho um ou dois dias e declare isso ao seu empregador, certamente será demitido. Então, pergunto: por que alguém, regamente pago para cumprir uma tarefa, pode dar-se ao luxo de dizer que não irá trabalhar no final de semana, quando todos nós estamos preocupados em trabalhar e concluir a nova Constituição?

Este, Sr. Presidente, o registro que faço.

É uma falta de consideração com a Nação e com todos nós, um Constituinte, numa hora de dificuldade que o País vive, se negue a participar desse esforço concentrado, que espero seja exitoso, para, no final da semana que vem, podermos concluir os trabalhos de elaboração da nova Constituição.

O SR. BENEDITO MONTEIRO (PTB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje, 24 de agosto, é o dia histórico em que o Presidente Getúlio Vargas suicidou-se, depois de uma pressão terrível da famosa “República do Galeão”, comandada pelo Governador Carlos Lacerda.

Aproveito a oportunidade desta data para lembrar que foi o Presidente Getúlio Vargas que, na década de 40, ainda, pronunciou o famoso “Discurso do Amazonas”, no qual dizia que a Amazônia deixaria de ser um simples capítulo da História da Terra para ser um capítulo da História da Civilização.

Além desse pioneirismo de Getúlio Vargas, de considerar a Amazônia um espaço vital para o País e para o Mundo, ele deixou na nossa terra uma lembrança que pouco a pouco foi deteriorada pelos Governos que o sucederam: a famosa “Frota Branca”. Getúlio Vargas transformou a Amazon River, uma companhia de navegação inglesa que explorava a navegação do rio Amazonas, em empresa estatal, que teve primeiro, o nome de SNAP — Serviço Nacional de Navegação da Amazônia e dos Portos do Pará, e, depois, de ENASA — Empresa de Navegação da Amazônia.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estivemos, ontem com o Presidente da República justamente para reclamar, de viva voz, a Sua Excelência incluiu na lista das empresas estatais que devem ser privatizadas a ENASA, porque somente o Governo tem condições de explorar os 85.000km de navegação da Amazônia, uma vez que as empresas particulares se dedicam apenas ao transporte de cargas e deixam a navegação, o transporte de passageiros exclusivamente para a empresa estatal.

É lamentável que neste 24 de agosto, quando relembramos a morte, o suicídio de Getúlio Vargas, tenhamos que reclamar do Governo por incluir na lista das empresas a serem privatizadas a ENASA, um patrimônio da Amazônia, um patrimônio do Estado do Pará, a única empresa capaz de fazer esse transporte fluvial.

É, também, absurdo que este Governo atual possa desprezar a maior bacia hidrográfica do Mundo, fazendo a privatização de uma empresa que só tem trazido benefícios para o povo da

Amazônia e para o povo do Pará. (Muito bem! Palmas.)

A SRA. CRISTINA TAVARES (PSDB — PE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, venho fazer um registro de solidariedade aos empregados do Serpro, que, ao exercerem o legítimo direito da sua greve, o exercício que esta Assembléia Nacional Constituinte consagra para o funcionalismo público sem limites, são punidos com demissões e com um comportamento que, não hesito em dizer, o comportamento da diretoria do Serpro é muito assemelhado ao dos fascistas.

A história do Serpro, Sr. Presidente, é muito a história dos servidores desse Serviço. Até cerca de dois anos, dominava o Serpro o Dr. José Dion de Melo Teles, conhecido, nacional e internacionalmente, como "o bandido da informática". O Serpro era um grande instrumento que, lidando com registros eletrônicos, tinha o Governo Federal em suas mãos — e por diversas vezes foi a Associação dos Funcionários do Serpro quem denunciou a preparação do número único.

Sabem todos aqueles que estão minimamente informados sobre as questões da informatização da sociedade que a privacidade é realmente uma das questões mais candentes do momento contemporâneo. Mas não fica apenas na denúncia, fica também no trabalho efetivo dos funcionários do Serpro e no esforço que foi feito aqui neste Plenário, através de todo o Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados, e não apenas dele. Toda a comunidade acadêmica, todos aqueles que têm a responsabilidade pela ciência e tecnologia levantaram a sua voz, inclusive com aquiescência e com apoio do Presidente desta Casa, Ulysses Guimarães, para que botássemos o bandido para fora.

O Sr. José Dion de Melo Teles foi finalmente demitido. E por força da Bancada do então MDB, à frente o Senador Severo Gomes, que tinha compromissos reais e concretos com a informatização da sociedade, se escolheu e se colocou no Serpro uma administração democrática.

Instaurou-se imediatamente um inquérito sobre os desvios, sobre as falcaturas, sobre as irregularidades, e os auditores chegaram à conclusão de que a administração José Dion de Melo Teles e as suas diretorias teriam um destino, se a moralização pública tivesse que chegar a este País, que era o destino das barras da Justiça.

Recentemente, com a política do Ministro Maíson da Nóbrega, sendo demitido o Presidente, são demitidos todos os diretores e presidentes das UIROS, exceto aqueles que têm compromissos com a administração passada.

Este, Presidente Mauro Benevides, não é um simples fato de greve e de demissão. A questão do Serpro envolve responsabilidades muito maiores, responsabilidades que dizem respeito à administração pública. Daí por que não apenas a solidariedade, mas o apelo que faço à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte para que a questão do Serpro não seja tratada como uma questão de política, o sim como uma questão social e administrativa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr. Constituinte Cristina Tavares, o Sr. Jorge Arbage, 2.º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1.º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o problema da preservação ecológica não foi tratado, apenas, em um artigo, dividido em mais de uma dezena de dispositivos.

A defesa do meio ambiente permeia o documento constitucional em várias ocasiões, bastando salientar que uma das características do exigível uso social da propriedade é a preservação do meio ambiente.

Afinal, a maioria dos Constituintes se convenceu de que, no caso brasileiro principalmente, não haverá desenvolvimento auto-sustentado se não preservarmos nossos recursos naturais, que nem sempre são renováveis, como se pensa.

O que se destrói da mata amazônica jamais se renova, transformando-se o solo, lixiviado em cinco anos, num deserto ou num caírasal infértil.

Se hoje dez por cento dos animais e vegetais são responsáveis por noventa por cento da alimentação do mundo, o Brasil, com a maior diversidade de fauna e flora do Planeta não pode ficar alheio à preservação ambiental.

Os rios assoreados e poluídos, os agrotóxicos empastando a atmosfera, os adubos químicos aplicados sem o mínimo critério, tudo isso contribui para o empobrecimento da vida no País e dificulta o nosso desenvolvimento.

No caso dos agrotóxicos, por exemplo, em vários países do mundo, como a China e os Estados Unidos, têm sido vitoriosas experiências de laboratório que melhoraram determinadas espécies de insetos, não nocivos aos animais e às plantas, para destruir as pragas da lavoura, paulatinamente, segundo os cânones da lei da sobrevivência das espécies, ajudadas pelos homens aquelas que eliminam a nocividade das demais.

Esses assuntos precisam ser estudados, em laboratórios, nas universidades de Agronomia, com mais atenção às ciências ecológicas, tudo isso acompanhado de uma educação do homem, para que não seja ele próprio um destruidor do ambiente, num crime de lesa-humanidade.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o processo constituinte que se encaminha para sua conclusão, é de grande importância para o País, que passará a ter uma nova ordem emanada diretamente da vontade popular. Apesar das reiteradas críticas que sofremos por segmentos perfeitamente orquestrados da sociedade e que, a bem da verdade são minoritários, podemos confortar-nos com a realidade daquilo que produzimos.

Com paciência e muito trabalho, urdimos, em perfeita sintonia com o pensamento médio da sociedade brasileira um texto constitucional que consagra enormes avanços sociais. Isto, sem cair na irresponsabilidade do exagero ou no retrocesso.

De tal sorte, podemos dizer que as gestantes terão 120 dias de licença, os maridos, no mínimo cinco dias durante o parto. Os trabalhadores, ainda, passarão a receber mais 30% sobre seu salário por ocasião das férias. As horas extras serão pagas, no mínimo, com 50% a mais; aviso prévio de trinta dias, no mínimo. Já os servidores públicos, terão todos esses direitos e mais a possibilidade da livre organização sindical e de greve.

Há ainda que destacar o mandato de injunção e o mandato de segurança coletivo. Por esses dois instrumentos, qualquer cidadão poderá acionar a justiça para forçar o cumprimento de dispositivo constitucional, e os partidos, associações, sindicatos, igualmente.

Singelamente, alinhei alguns dos novos dispositivos que representam ganhos reais, mas há muitos outros, como o novo ordenamento tributário que beneficiará Municípios e Estados.

Com satisfação podemos dizer que esses avanços só foram possíveis pela atuação do PMDB, partido majoritário que trabalhou, juntamente com os demais, articulando, redigindo, buscando uma forma exequível de redação que consagrasse um texto enxuto, correto e progressista.

Cumprimos, assim, com soberania e independência, o papel que o povo nos delegou nas urnas. Resgatamos, assim, nosso compromisso histórico. Agora, precisamos consolidar a nova Carta e partir para as transformações sociais reclamadas por nosso povo.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao término da votação em 2.º turno do capítulo referente aos Direitos Sociais, cabe, entendemos, já que definitivamente incorporados ao texto a ser promulgado, uma avaliação dos avanços e retrocessos, das conquistas de luta, permanente, arduosa, engenhosa desenvolvida desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte.

Os compromissos assumidos em praça pública, no período pré-eleitoral, foram parcialmente resgatados.

O que efetivamente ficou comprovado foi a lealdade, a capacidade de organização e negociação, a garra e o desprendimento, a determinação que nortearam a ação e a operacionalidade da pequena bancada petista. Que foi a luta, aguerridamente, na defesa de seus compromissos e dos interesses da classe trabalhadora.

Pela primeira vez na história republicana deste País tivemos uma autêntica representação de trabalhadores, defendendo os interesses dos trabalhadores.

Só este registro, da participação efetiva, da organização, da conscientização da classe trabalhadora, elegendo, acompanhado, contestando, fiscalizando, cobrando e fornecendo subsídios para a atuação de seus legítimos representantes teria dado o respaldo de validade e credibilidade àqueles que se propuseram a contribuir para este momento histórico e decisivo de restauração dos direitos sociais e políticos do povo brasileiro.

São indiscutíveis a importância e o grau de conscientização atingidos pela classe trabalhadora, pelos dirigentes sindicais, pelas associações de classe, verdadeiros democratas deste País.

Cabe, agora, responsavelmente, desenvolver uma ação ordenada e efetiva na aplicação dos

direitos e no uso dos instrumentos consubstanciados nas relações específicas entre o capital e o trabalho.

Temos certeza, esta Constituição que está a se concluir, terá a marca, o registro, a presença marcante de nossas intervenções, da ação permanente, vigilante e contraditória nas discussões, nas negociações e na crítica contundente e determinada dos assuntos mais polêmicos e controversos.

Cremos que até esta fase foi possível produzirem-se alguns avanços, principalmente no que diz respeito aos Direitos Sociais.

As 44 horas, O Direito de Greve, Estabilidade dos Dirigentes Sindicais, o aviso prévio acrescido e proporcional, o adicional de férias a não prescrição dos direitos trabalhistas para o trabalhador rural e urbano, o turno de 6 horas, a licença-gestante, a licença-paternidade a igualdade de direitos entre o trabalhador rural e o trabalhador urbano, a remuneração integral da aposentadoria, dos direitos do trabalhador e a igualdade à empregada doméstica, enfim, foram alguns dos pontos que consideramos positivos e do interesse das classes trabalhadoras inseridos na Constituição em elaboração. Tivemos alguns reverses, algumas proposições em que não logramos êxito, como a questão da reforma agrária, a jornada de 40 horas, a aposentadoria integral aos 30 anos de serviço. A estabilidade no emprego e algumas inconveniências que, lamentavelmente não foram vencidas, principalmente os 5 anos que foram negociados fisiologicamente por grupos comprometidos com o autoritarismo e a troca de favores.

Ainda teremos em alguns casos, a regulamentação, que começará a ser discutida tão logo seja promulgada a nova Constituição.

No momento, deveremos, mais uma vez, nos manter atentos, para que a aplicação legal do texto constitucional não seja deformado nem desvirtuado, em prejuízo do que pretendam os constituintes na forma original.

Estas e outras ações serão desenvolvidas, no âmbito do Congresso Nacional, nos projetos leis, que deverão complementar as conquistas até aqui já asseguradas. A classe trabalhadora e as forças progressistas deverão estar atentas e vigilantes no futuro aperfeiçoamento da Carta, é na busca de novas conquistas que certamente nos serão exigidas e cobradas na evolução do próprio processo democrático.

Passado o período crítico de participação e aprendizado, de organização e conscientização, precisamos ampliar, significativamente, o número de nossos representantes nas câmaras municipais, nos legislativos estaduais e federal, e, fundamentalmente nos cargos executivos. O crescimento e a evolução organizacional nos levará a um constante aperfeiçoamento e a exigências de nossas lideranças, da consciência e da coerência política comprometidas em fortalecer e defender os direitos dos trabalhadores.

O que fica comprovado nestes 18 meses de atuação na Assembléia Constituinte é que só aqueles é que viveram *in loco*, sentindo na carne as mazelas, os sacrifícios e as dificuldades do dia-a-dia têm a verdadeira dimensão e o efetivo comprometimento com suas bases, com as conquistas sociais, com os companheiros das mesmas origens, dos mesmos ideais e da mesma confiabilidade.

O SR. CARLOS VINAGRE(PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não compreendo as razões que levaram o nobre Relator a opinar pela rejeição da emenda de minha autoria, que está sendo apreciada.

De fato, trata-se de uma proposição oportuna e necessária, porque visa a escoimar o texto do projeto de uma excrescência, uma redundância, num momento em que trabalhamos na lapidação do instrumento que, logo mais, será a Constituição brasileira.

Volto a insistir em que o art. 140 do projeto não faz sentido, pois o art. 40, § 1º já contempla, de modo genérico, como cabível, eventual assemeção de funções ou cargos entre os vários Poderes. Por isso reitero a conveniência, e até a necessidade da sua supressão.

O parecer do Relator reconhece que o princípio da isonomia está resguardado no art. 40, § 1º. Mas insiste em manter o art. 140, sob a alegação de que o preceito determina um confronto das carreiras previstas no Título IV, apenas "para se aferir os pressupostos da isonomia".

Ora, Sr. Presidente, a justificativa transparece como demasiadamente frágil para impor ao texto constitucional um dispositivo que reputo desnecessário, até porque sua redação, um tanto sucinta, apenas remete o leitor aos princípios estabelecidos pelo art. 38, item XII, e pelo art. 40, § 1º.

A permanência do art. 140 no projeto poderá, inclusive, ensejar confusão no que toca a direitos instituídos para carreiras diferentes, dando margem a reivindicações que pretendam nivelar áreas de trabalho tão distintas como sejam a Magistratura, o Ministério Público, os Advogados da União e dos Estados e os Defensores Públicos.

Não há como assemelhar carreiras que são, cada uma delas, contempladas com um canal próprio de atuação e a conseqüente progressão funcional. Cada uma dessas carreiras tem funções próprias, sistemas de garantias e vedações autônomos, chefias independentes e representam interesses díspares no contexto da Administração Pública.

Por tudo isso peço aos nobres colegas a aprovação da emenda, rejeitando, portanto, o parecer do ilustre Relator.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente. A comunidade nacional mostra-se preocupada e apreensiva, com os boatos soltos no País, de que é também disposição do Governo, extinguir a Ceplac — Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, criada em 1957 pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, para estabelecer o equilíbrio financeiro dos cacaucultores e a recuperação da lavoura cacaueira no Brasil.

Na réstea da tirania do efêmero, soam notícias da iminente extinção da Ceplac, não obstante seu orçamento não onerar o Governo, já que no somatório dos valores do imposto de exportação dos produtos da lavoura, o órgão apresenta superávit em relação aos valores que lhe são repassados pela União.

Em todos estes anos de atividade, a Ceplac tem cumprido seu objetivo, quais sejam: restabelecer o equilíbrio financeiro dos cacaucultores, que foi abalado pelas sucessivas crises pelo declínio da produção e pela instabilidade de preços, além da incapacidade dos Estados produtores,

para investir mais na melhoria do quadro, o que obrigou o órgão a repensar em cima de maior esforço pela modernização dos métodos de produção agrícola, mediante o teor da própria legislação que estabeleceu a fonte dos recursos.

Até 1965, a Ceplac tinha sua atuação restrita aos Estados da Bahia e do Espírito Santo, estendendo-se a partir daquele ano aos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso e Acre, criando-se em 1981 o Depea — Departamento Especial da Amazonas, para comandar o desenvolvimento da cacaucultura nessa região, assumindo a partir de então a Ceplac, órgão de caráter nacional.

Em seus 31 anos de atividade, a Ceplac elevou a produção brasileira do cacau em 310%, passando de 123 toneladas no quinquênio 1960/1965, para 380 mil toneladas no período de 1980 a 1985 e alcançando o recorde de grande produção de 457 mil toneladas, no ano internacional da agricultura, que celebrou-se em 1984/1985.

Sem considerar o consumo interno, a receita decorrente das exportações, elevou-se de US\$ 50 milhões como média no quinquênio 1960/1965, para US\$ 620 milhões por ano, no espaço de 80/1985, significando um crescimento de 1.240%, chegando-se ao nível máximo de US\$ 953 milhões em 1979.

Em 1910 o Brasil perdeu a liderança mundial na produção do cacau, sendo que sob os auspícios da Ceplac, depois de evoluir do 4º lugar, encontra-se agora em segundo lugar no universo produtivo desse produto.

Acrescente-se que a Ceplac distribuiu mais de 500 milhões de sementes de cacau na sua área de atuação, implantando-se e recompondo-se em 10 anos (1976/1985) cerca de 224 mil hectares, renovando-se 39 mil hectares de cultura, o que globalizou 263 mil hectares, o que corresponde a quase 70% do remanescente plantado em 200 anos de cacaucultura no Brasil.

Paralela a essa atuação, a Ceplac mantém em funcionamento nos Estados de sua jurisdição, o ensino agrícola profissionalizante, capacitando a mão-de-obra jovem especializada para o trato da terra no plantio do cacau, que é também destinado à indústria de chocolate, cujos produtos na exportação, atingiram US\$ 20 milhões de dólares, sendo o brasileiro um povo que consome pouco esse produto em relação aos outros países do mundo.

Para 1988, a Ceplac apresenta em seu programa, seus propósitos de assistência técnica a 32.872 produtores de cacau, a 751.933 hectares de cacauais, a 8.743 produtores de outras explorações, assistência técnica a 1.537 pequenos produtores, assistência técnica a 1.224.629 hectares de pastagens e a 1.163.998 bovinos concluindo-se pela assistência técnica a cultivos diversificados, quanto a ciclo curto e longo, na ordem de 89.987 hectares.

Atuando de forma integral em setores como a pesquisa, extensão rural e a educação, voltada para a modernização da cacaucultura, e com o objetivo de integralizar-se estruturalmente, num ciclo capaz de implementar estratégias e viabilizar suas metas, é que no ato, a Ceplac tem como objetivo:

Manutenção, consolidação e ampliação da modernização da cacaucultura nacional, na Bahia,

Espírito Santo e Região Amazônica, estabilidade dos níveis de empregos a cerca de 409.000 trabalhadores, que no aspecto social representa a manutenção de mais de dois milhões de pessoas na Bahia e na Amazônia, aumento do nível de competitividade do cacau brasileiro no mercado de consumo internacional, criação de alternativas agroindustriais no sudeste da Bahia e norte do Espírito Santo, a fim de diminuir a monocultura desse produto.

Leva-se também em conta a elevação dos níveis de empregos nas zonas em que atua a Ceplac, de cultura diversificada, aumento da contribuição do produto e de seus derivados na pauta das exportações brasileiras e, o aumento das receitas federais, via imposto de exportação, com a consequente contribuição na redução do déficit público.

É certo que o futuro das regiões cacauzeiras do Brasil depende em muito da manutenção das atividades da Ceplac, que, a esta altura da história, é uma das poucas repartições que no País destaca-se em manter-se na sua operacionalidade sem onerar os cofres da União, visto que sobrevive e atua, pelos 10% que usufrui sobre o Imposto de Exportação, do cacau e seus derivados que sai do Brasil, para o mercado mundial.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estando nós, cômicos do papel que a Ceplac desenvolve no progresso brasileiro, nos setores de produção, extensão rural, educação e mecanização na indústria cacauzeira, é que encareço a V. Ex.^a a necessidade de ser aprovado por esta Casa, um apelo do Legislativo à consciência cívica do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para que a Ceplac, vinculada ao Ministério da Agricultura, não seja extinta, considerando o grande serviço que a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauzeira vem prestando ao Espírito Santo, à Bahia e aos Estados da Amazônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. UIRATAN AGUIAR (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, alegando déficit de caixa do Governo Federal, o Ministro do Planejamento anunciou, recentemente, a necessidade de cortes de recursos federais atualmente repassados aos Estados pela Embrater.

Confirmando-se a decisão, provocará o fechamento de diversos serviços estaduais de Extensão Rural, com reflexos negativos sobre os pequenos e médios produtores rurais.

Deve-se advertir que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou a redistribuição de rendas de parte da Receita Federal aos Estados e Municípios dentro de um escalonamento gradual, para os próximos anos. Assim, não parece razoável transferir, imediatamente, tais encargos para Estados e Municípios sem que estejam preparados para assumir essa obrigação.

Além disso, poucos investimentos governamentais podem dar retornos sociais maiores que a prestação de assistência aos agricultores, em termos de formação de renda dos segmentos menos favorecidos e da redução dos surtos migratórios, que têm levado o desemprego e a miséria aos centros urbanos.

A medida é tanto mais compreensível quanto tomada depois de duas safras agrícolas excepcionais, para as quais contribuiu o desempenho da Embrater.

Esse sistema atende a mais de um milhão e trezentos mil produtores e trinta e cinco mil comunidades rurais. Advirta-se, por outro lado, que, quando da estruturação institucional do sistema Embrater, já se baseou nas idéias das atuais reformas administrativas e orçamentárias em estudo, ao enxugamento da estrutura federal e ao uso adequado dos recursos, com menor custo administrativo.

O papel da extensão rural transcende a pura difusão da tecnologia agropecuária, pautado no assessoramento e apoio aos agricultores e suas famílias e à viabilização da pequena propriedade rural, com ações no campo social, na organização das comunidades rurais, no associativismo e na administração rural.

Trata-se de uma peça fundamental para o desempenho da agricultura nacional, levando apoio, estímulo e orientação que permitam condições propícias para o alcance de safras crescentes.

Esperamos que o Ministro Íris Rezende Machado não permita prosperar essa idéia desastrosa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes.

O SR. FÁBIO RAUNHEITI (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há cerca de um ano, ocupei esta tribuna para saudar, com muita satisfação, a decisão do Governo em instalar no Estado do Rio de Janeiro o 4º Pólo Petroquímico do País.

E o fiz convicto de que a economia fluminense receberá, com referido empreendimento, substancial e importante alavancagem, através da geração de milhares de empregos diretos e indiretos, beneficiando, portanto, toda a economia regional e a população trabalhadora, uma vez que o complexo industrial absorverá amplo elenco de categorias profissionais e mão-de-obra de variadas qualificações, proporcionando significativo aporte de receita ao Rio de Janeiro.

Com idêntico entusiasmo, os segmentos empresariais, a classe política e o Governo do Estado realizaram estudos preparatórios, inclusive quanto à localização do projeto visando ao desenvolvimento da iniciativa e sua plena viabilização, no menor prazo possível.

O consenso indicou o Município de Itaguaí como a área mais adequada à instalação do Pólo, tendo em vista ele possuir porto bem aparelhado — o de Sepetiba — além de ocupar estratégica posição para o escoamento da produção aos três principais centros do País, graças à malha viária de que dispõe, na qual se destacam a estrada Rio — Santos, a avenida Brasil, ali iniciada, e a antiga rodovia Rio — São Paulo, com ligação para a Presidente Dutra e o Sul do País.

Todavia, Sr. Presidente, o projeto inicial de instalação do pólo petroquímico, destinado a produzir fenol-acetona, passou a enfrentar um processo de retardamento, em face de uma extemporânea discussão sobre qual Estado deveria sediá-lo, resolvendo uma definição que já se estabelecera em meados do ano passado, conforme tenho enfatizado repetidamente.

Pois bem, são questões de caráter meramente político e regional, caracterizadas em pressões promovidas por grupos com interesse no Rio Grande do Sul, as responsáveis pelo atraso na execução do projeto que irá desencadear todo

o desenvolvimento do 4º Pólo Petroquímico no Rio de Janeiro.

Ora, a transferência da produção de fenol-acetona, de Itaguaí-RJ para o Estado do Rio Grande do Sul, como se chegou a cogitar, representaria consideráveis prejuízos ao Plano Nacional de Petroquímica, porque tal medida seguiria orientação contrária aos fundamentos técnicos que devem justificar a viabilidade de qualquer empreendimento.

O Rio de Janeiro é o maior produtor nacional de petróleo e detém mais de 70% das reservas conhecidas, sendo responsáveis ainda pela produção e o processamento de matéria-prima utilizada em complexos industriais do setor petroquímico, inclusive no Rio Grande do Sul, localizado no município de Triunfo.

Dessa forma, Sr. Presidente, quero reiterar minha irrestrita solidariedade e participação na luta que o Rio de Janeiro empreende para tomar definitivamente implantado, em Itaguaí, o pólo petroquímico, o qual, a despeito do grande esforço do Governo estadual, depende de providências no âmbito federal, infelizmente ainda não adotadas na devida plenitude.

Aproveito o ensejo para apresentar aos novos ministros da Reforma Agrária, da Ciência e Tecnologia e da Indústria e Comércio, os cumprimentos e votos de pleno êxito na condução dessas importantes Pastas, bem como a expectativa do povo fluminense em encontrar nos novos titulares apoio indispensável à consecução dos investimentos programados, sobretudo na área industrial.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs.^s e Srs. Constituintes, representando o pensamento de todo sistema rodoviário de carga e passageiros do Brasil, o presidente da NTC-Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Carga e Fenatac-Federação Nacional das Empresas de Transportes de Carga, Sr. Sebastião Ulbon Ribeiro, enviou o seguinte telex ao nobre Constituinte Bernardo Cabral, Relator da nossa Constituição, defendendo a emenda feita ao art. 241, por vários parlamentares:

“Renovamos o apelo a V. Ex.^a no sentido de que, com o senso de justiça que lhe é peculiar, reexamine a orientação constantes dos pareceres às Emendas nºs 359, 787, 788, 1206 e 1410, todos visando aperfeiçoar o art. 241 do texto aprovado em 1º turno. É evidente que houve um mal-entendido, mais do que compreensível, dada a exiguidade do prazo regimental. Ao contrário do que afirmam aqueles pareceres, não existe o risco do “surgimento indiscriminado de outras entidades similares” ao Sesi e ao Senai. A criação de novos serviços sociais e de formação profissional dependerá sempre de lei ordinária. Portanto, o Congresso Nacional terá ampla possibilidade de examinar, em cada caso, a conveniência e a oportunidade da iniciativa. Ao defender aquelas emendas supressivas estamos apenas defendendo o nosso interesse (legítimo) de ter o pleito de criação do Sesi/Senai oportunamente apreciado e, se possível, aprovado pelo Congresso Nacional. Por outro lado, o que pretendem os dirigentes da Indústria e do Comércio é criar

um obstáculo constitucional à tramitação de qualquer projeto de lei nesse sentido, com o injustificável propósito de eternizarem a sua ingerência sobre outros setores igualmente organizados em termos confederativos, e conseguirão isso caso seja mantida a atual redação do art. 241, razão pela qual as justificativas daquelas emendas aludem à verdadeira "reserva de mercado" que estará sendo instituída no texto constitucional, em favor dos serviços já existentes. Importantíssimo salientar, por fim, que o eventual surgimento de novas entidades de serviço social e de formação profissional não representaria — ao contrário do que pressupõem os pareceres — qualquer "sobrecarga na folha de salários". Se isso fosse verdade, nós também nos oporíamos à medida. Trata-se apenas de redirecionar recursos já existentes. As contribuições seriam as mesmas que já pagamos hoje. As entidades destinatárias desses recursos é que seriam outras (no nosso caso, o Sest e o Senat). No caso dos bancários, o Sest e o Senab. Na esperança de termos esclarecido o objetivo e o sentido daquelas emendas que contam com o apoio de toda a comunidade transportadora brasileira (empresários, empregados e autônomos) e também da comunidade de trânsito, como comprova a resolução do Contran nº 07/88, de 3-8-88 — permanecemos no aguardo do pronunciamento favorável de V. Exª

Sr. Presidente, em outra oportunidade já usamos a tribuna desta Casa para mostrar aos meus pares o que poderá ocorrer, se não forem aceitas pelos mesmos, as Emendas de nº 788, Destaques nº 951, Emenda nº 1410, Destaques nº 1570, dos eminentes Constituintes José Ulisses de Oliveira e Marco Maciel. Criaremos um verdadeiro "cartório" para as entidades Sesi e Senai, proibindo na Constituição a criação de outros órgãos semelhantes como é interesse de todos os transportadores, e, se bem analisados, de toda Nação.

A Constituição que estamos elaborando é para todas as entidades, órgãos oficiais e particulares, para todo povo brasileiro, não sendo possível criar, no seu ventre, privilégios odiondos como pretendem alguns mal-avisados.

Estando vigilantes e certos de que uma das duas emendas que suprime esta aberração será aprovada por consenso das lideranças ou pela maioria dos 280 constituintes presentes no momento da votação.

Era o que tinha para dizer, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, o futebol é uma paixão nacional e entendendo que deve ser tratado como tal, nacionalmente, não é possível que um país inteiro de aficionados e de praticantes do futebol fiquem à mercê dos interesses de apenas treze clubes, dispostos a colocar os demais na dependência de seus caprichos e decisões.

Com efeito, o chamado clube dos treze, que reúne clubes de futebol dos grandes centros — não todos, mas alguns somente — esteve reunido para dizer como serão as coisas, segundo fórmulas que atentam para o crescimento ou ganhos do grupo, imprimindo ao futebol uma marca que

está longe de ser nacional e, mais ainda do que isso, de ser racional.

Pretendem os "treze mais" — como querem ser admitidos — que a CBF organize um campeonato que começará agora em setembro e só terminará em 1989, em maio talvez, com jogos realizados nos fins de semana, em atenção a contratos firmados com uma rede de televisão e outros patrocinadores, deixando de auscultar qualquer opinião no restante do país, seja onde for, trate-se do clube que tratar. Nada interessa a não ser os possíveis rendimentos que venha o grupo a obter. Diante disso, podem admitir mais alguns poucos entre eles, dezesseis ou vinte, quem sabe? — Mas sempre em razão da disputa em que vão se envolver, nunca tendo o futebol como um todo ou o esporte como meta.

A idéia, segundo se veiculou fartamente, é a de adaptar o calendário nacional ao europeu, como se a realidade local fosse a mesma verificada na vetusta Europa, onde tudo se processa de forma bastante diferente e onde um país de pequena extensão territorial não pode nem deve ser comparado ao porte continental do Brasil. Quer-se criar um calendário brasileiro — onde nunca houve qualquer calendário a propósito do assunto — baseado no calendário do futebol europeu. Lá existe o campeonato, a copa, a recopa e outros torneios paralelos, todos de grande apelo popular, de modo inteiramente diferenciado do brasileiro, onde o regionalismo é forte mas não sobrevive à concorrência com a TV.

Os clubes do interior, pequenos mas formadores de craques para os grandes e verdadeiros laboratórios do que outrora foi o melhor futebol do mundo, serão os grandes prejudicados com um certame levado a efeito como desejam os "treze mais". Longe de acreditar que nesse caso a televisão é um bem, a realidade é que ela acabará por matar os pequenos clubes pelo país afora, enterrando o próprio futuro do futebol brasileiro.

Vale no caso, a transcrição do artigo do jornalista Luiz Gerci de Araújo, publicado em **O Popular**, de Goiânia, na última terça-feira, dia 16, abordando com muita propriedade a questão. Eis o que diz, sob o título "Era só entusiasmo":

Confesso que cheguei a ficar entusiasmado com as atitudes do professor Manoel Tubino a frente do Conselho Nacional de Desportos. Algumas medidas suas no início de mandato mostravam uma luz no fim do túnel. Poderia estar nascendo, com Tubino, uma nova realidade para o futebol brasileiro. Mas, ao que tudo indica, foi apenas uma doce ilusão; levando-se em conta a proposta que Tubino está apoiando no momento, que é a de equiparar o calendário do futebol brasileiro ao europeu. Na verdade seria criar um calendário para o Brasil nos moldes dos europeus, pois nós aqui nunca tivemos calendários.

Criar um calendário seria uma atitude plenamente louvável, mas falar em copiar a Europa é uma utopia principalmente partindo do presidente do CND. Nossa realidade é outra, em todos os aspectos. Essa história de começar um campeonato brasileiro num ano e terminá-lo no outro é coisa de quem deseja acabar com a grande maioria dos clu-

bes brasileiros, principalmente os pequenos e humildes, aqueles que funcionam como verdadeiros celeiros para os chamados grandes clubes. Seria o tiro de misericórdia no futebol moribundo, massacrado ao longo dos anos por pessoas que só desejam se servir do futebol, usando como arma mais mortal esse famigerado campeonato brasileiro.

Nunca é demais repetir. O Brasil é um continente e não há como copiar costumes de países como a Itália, França, Espanha, Portugal, por exemplo. Nosso campeonato nacional está transformando a maioria dos jogos em partidas de uma torcida só, em virtude das longas distâncias. Um campeonato começando num ano e terminando no outro, vai acabar, de uma vez por todas, com os campeonatos estaduais. Permaneceriam apenas os clubes do certame nacional. E como ficariam os atletas desses pequenos clubes? Seriam milhares de pessoas desempregadas. Será este o objetivo do professor Manoel Tubino? É preciso ser feita alguma coisa. Os clubes que não estão relacionados para o brasileiro precisam acordar. Procurem o Ministro da Educação, defendam seus direitos enquanto é tempo, do contrário podem se preparar para outras atividades, como voltar ao futebol de várzea, por exemplo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª, Srs. Constituintes, quero deixar aqui um alerta aos meus caros colegas Constituintes no sentido de que todos esses avanços e conquistas que estamos inscrevendo no novo texto constitucional estão ameaçados seriamente, caso não aproveitamos, também, a democratização dos meios de comunicação, matéria que brevemente será submetida à nossa apreciação definitiva.

É fundamental que decretemos a extinção da manipulação na outorga de concessões e permissões de emissoras de rádio e tevê por critérios político-partidários ou por aqueles que não atendem aos legítimos e superiores interesses nacionais.

Esta Assembléia deve decretar também o fim no tráfico de influência nessas concessões, o que somente será possível se outorgarmos tal prerrogativa ao Poder Legislativo, que deve ficar responsável pela definição de políticas democráticas de comunicação para todo o País.

É urgente, Sr. Presidente, a criação de um **conselho nacional de comunicação**, integrado por representantes da sociedade civil a serem designados pelo Congresso Nacional, como forma de assegurar que tais políticas sejam fixadas com afetiva e total independência.

Outro ponto fundamental é a regionalização obrigatória da produção informativa, cultural, artística e publicitária, como forma de garantir identidade sócio-cultural de sua população, extinguindo a imposição de padrões únicos e que quase sempre atendem apenas a interesses de grupos regionais.

Queremos, por isso, Sr. Presidente, apoiar inteiramente, e com ela nos solidarizar, a proposta da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais.

nais, que defende a criação de conselhos editoriais em todos os veículos de comunicação do País, impressos ou eletrônicos, porque a liberdade de expressão não se pode condicionar a liberdade que os donos desses veículos têm de divulgar apenas os seus pontos de vista, que nunca atendem ao interesse público.

Essa é a única forma de assegurar-se maior, efetiva e permanente participação dos profissionais de comunicação no processo decisório que determina que tipo de informação ou de opinião será transmitido à opinião pública.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta data 24 de agosto, ponto alto nas páginas da história do Brasil. Fala do Presidente Getúlio Vargas cuja carta-testamento está gravada na memória dos brasileiros, Getúlio Vargas é o estadista, é o governante, é o político que criou o ordenamento jurídico que deu apoio ao trabalhador brasileiro. Lutas memoráveis resgataram, na época, a dívida social. Getúlio morreu e deixou um vazio que cumpre ainda questionar. A Assembléia Nacional Constituinte votou nos Direitos Fundamentais do Trabalhador o tanto que pôde votar, avançar e permitiu conquistas que precisam ser implantadas.

Getúlio é marco histórico, figura que ficou bem perto dos brasileiros, essa é a realidade. Lembrá-lo é reviver e emular o proletariado e fortalecer o nacionalismo, a empresa nacional, a força de trabalho.

Trago o manifesto do Instituto Getúlio Vargas 24 de Agosto, liderado em São Paulo pelo Jornalista Paulo Pereira. Faço-o para que fique nos Anais neste dia...

É um manifesto que traz à luz a luta deste País e da América Latina perante os banqueiros internacionais que procuram escravos, não clientes. Procuram aviltar, não fazer crescer. É um manifesto que precisa ser cartilha para todos os brasileiros. (Muito bem!)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:)

Diante dos números da dívida externa do terceiro mundo, em confronto com alguns dos seus principais indicadores econômicos e financeiros, torna-se evidente que esses países, onde se divisa o Brasil, vivem uma situação de extrema dificuldade e de grande perplexidade.

Não será preciso mencionar, nesse primeiro enfoque, as insuficiências econômicas e sociais, graves e profundas, para ressaltar o absurdo da política que vem sendo seguida no Brasil e no terceiro mundo, de não abordar o problema de frente e deixar rolar a dívida.

Para se chegar a conclusões negociadas sobre a dívida externa do terceiro mundo é essencial considerar inicialmente que essa não é uma questão exclusiva entre países subcapitalizados e banqueiros de países supercapitalizados e credores. Essa é uma questão a ser negociada entre países, entre governos, por muitos motivos, inclusive porque suas consequências atingem a toda humanidade.

Impossível não ter presente os efeitos devastadores que o pagamento da dívida está causando às economias e aos povos desses países. Tentar forçá-los ao pagamento é o mesmo que levá-los

ao empobrecimento progressivo e extremo. É uma atitude estúpida de graves consequências, não apenas para o terceiro mundo mas para todo mundo, inclusive o capitalizado e mais rico.

Tudo começou quando em 1971, Richard Nixon, então ocupante da Casa Branca, unilateralmente, renunciou a cláusula ouro, passando o dólar a ser moeda sem lastro, moeda internacional de conversão. Os EUA iniciaram, então, uma fabricação maciça de dólares para compra de petróleo, que havia subido de preço. Daí vem o nome de petrodólares, dólar petróleo. Tais dólares pagos aos árabes eram depositados em bancos europeus, daí eurodólares, indiscutivelmente, o dólar americano, fabricado sem lastro. Era dólar falso, papel pintado de curso internacional.

A chamada dívida externa brasileira que, dizem, já ultrapassou os 100 bilhões de dólares, precisa de uma auditoria urgente. Os caminhos percorridos pelos nossos negociadores deixa-nos com a suspeita de que eles não são bons esgrimistas à distância. Em ocasiões bem recentes, setores da economia americana, incentivados por banqueiros, com o mais aberto apoio do departamento de comércio daquele país irmão, que irmão?, bem como a Comunidade Econômica Europeia, nos ameaçam com retaliações econômicas, num perfeito concubinato de cobradores.

A grande imprensa do Rio de Janeiro apresentou em julho, às vésperas de entregarmos aos banqueiros americanos mais de um bilhão de dólares, à guisa de juros, um estudo elaborado por Mário Henrique Simonsen, ex-ministro das finanças do governo do general Ernesto Geisel. Simonsen atualmente é vice-presidente do City Bank, um dos bancos que se credencia como detentor da maior parte de nossa dívida.

Salta aos olhos a necessidade de uma saída para o impasse em que se encontra o Brasil. Até porque os credores não aceitam nenhum entendimento que não seja o de pequenas prorrogações de pagamento de parte dos juros e de transposições de investimentos de capitais estrangeiros como forma compensatória ao desenvolvimento provocado pela dívida. Os banqueiros negam-se a partilhar de qualquer compromisso, de qualquer plano de liquidação da dívida, deixando claro que o seu interesse é continuar as negociações como vêm sendo feitas, negociações entre vítimas e algozes, colocando-se eles, é claro, como vítimas, embora credores.

Parecem propositais os gestos de indiferença e de dureza. Um propósito, talvez, de amesquinhar o Brasil, no seu desejo maior de soberania nacional, que ao afirmar a soberania, essas questões seriam discutidas de outro modo muito diferente. Entretanto, os elos restantes do neocolonialismo, podem ser rotos a qualquer momento.

Não eram somente perspectivas de grandes lucros que tinham os países supercapitalizados na ocasião em que foram mais intensos os empréstimos ao Brasil e outros países do terceiro mundo. Tinham eles outras razões para oferecer dinheiro, pois essa era a conjuntura na década de 70, a de excesso de liquidez no mercado de capitais. Era uma conjuntura negativa para os países exportadores de capitais.

Na falta, igualmente, de novas aplicações, os países capitalistas, supercapitalizados, procuraram o mundo subcapitalizado onde passaram a oferecer empréstimos, unicamente visando o lu-

cro máximo, sem ter o cuidado ou propósitos de desenvolvimento, de aplicações em atividades reprodutivas.

A dívida externa dos países subcapitalizados, onde se inclui o Brasil, atendeu principalmente aos interesses dos países supercapitalizados e emprestadores. Isso porque os empréstimos não foram de governo a governo, mas de banqueiros a empresas, sem o rigor de negociações oficiais orientadas para planos de desenvolvimento econômico. Foram, desse modo, responsáveis pela euforia que se apoderou dos setores da atividade industrial de bens de consumo, dos países subcapitalizados.

É fácil imaginar as bases desses empréstimos. A posição cômoda dos emprestadores que oferecem dinheiro a empresários fracos financeiramente, mas fortes o bastante para pressionar e obter aval do seu governo. Daí os juros extorsivos e os prazos exíguos, o que obriga a renovações ruinosas.

Na mensagem de 31 de dezembro de 1951, o saudoso Presidente Getúlio Vargas, que foi sacrificado no dia 24 de agosto de 1954, por defender a soberania do Estado e do povo brasileiro, dizia que o Presidente Eurico Gaspar Dutra, em 27 de fevereiro de 1946, promulgou um Decreto-Lei que tomou o nº 9.025 e que assegurou aos capitais estrangeiros, aplicados no Brasil, o direito de retorno ao seu país de origem, mas na proporção máxima de 20% ao ano. Assegurou-lhe também o direito de remeter para o estrangeiro os juros, lucros e dividendos produzidos no Brasil, porém, no máximo, até 8% ao ano. Essa lei ainda está em vigor.

Naquela ocasião, constatou-se que houve uma fraude superior a 200% no envio das remessas de lucro do capital estrangeiro no Brasil. Os fraudadores nunca foram punidos e tampouco devolveram o dinheiro surrupiado do Brasil.

Assim, deve o terceiro mundo e o Brasil, de imediato, mostrar aos seus credores e ao mundo em geral, as condições de negociações em outros termos. Deve, portanto, estar preparado para realizar uma política dessa natureza. Repudiar a filosofia que lhe está sendo imposta e que o deixa sem saída, sem perspectiva de denunciar esses fatos.

À negociação colocada em bases tão radicais contra o terceiro mundo e o Brasil, só resta uma contraproposta também radical.

Solicitar, talvez, um tribunal internacional de arbitragem procurando para isso a adesão do resto do mundo, de todos os países subcapitalizados devedores e também desenvolvidos, que não estão comprometidos com os países supercapitalizados e credores. Deve ser discutida, inclusive, a própria validade da dívida, de como foi criada, até onde vai sua legitimidade.

Impossível aceitar a hipótese de vida que supõe a condição imposta pelos credores aos países devedores. Não deixa, de verdade, uma saída. Não estamos falando da impossibilidade de pagá-la. Trata-se do preço que o pagamento exigiria dos povos subdesenvolvidos e devedores. Poderiam pagá-la num esforço extremo, mas não é disso que se trata.

O que importa é que o Brasil e os países do terceiro mundo, subcapitalizados, enfrentem o problema da dívida externa em outros termos, opostos aos termos draconianos e absurdos em

que está colocado o problema. É indispensável que tomem uma atitude direta e denunciem o impasse que os está levando à alienação de sua independência, tanto econômica como política.

A decisão deve ser de um tribunal especial. E a formação desse tribunal aprovada por todos os países membros da ONU e não apenas pelos países sub e supercapitalizados, envolvidos na dívida.

Enquanto os representantes dos países devedores não se manifestam naquele organismo de política internacional (ONU), acreditamos que é do nosso dever fazer esta denúncia, sem mais delongas.

Temos a esperança que este documento de responsabilidade do Instituto Getúlio Vargas — 24 de Agosto, seja uma contribuição necessária ao Tribunal Permanente dos Direitos dos Povos, que se reunirá no próximo dia 22 de setembro, em Berlim Ocidental para o desejado julgamento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional—FMI, pela sua duradoura impunidade quanto aos crimes cometidos contra os povos do terceiro mundo e do Brasil. — **Paulo Pereira**, Secretário-Geral — **Instituto Getúlio Vargas — 24 de Agosto.**

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, desejo registrar nos Anais dos nossos trabalhos da sessão de hoje um evento muito importante para o itinerário da Educação no meu Estado. Refiro-me à comemoração do Jubileu de Ouro do Instituto Santa Teresinha, que nos últimos 50 (cinquenta) anos de atividades vem trabalhando pelo engrandecimento do Brasil, do Pará e do Município de Bragança, onde está sediada.

Os festejos foram iniciados no passado dia 20 do mês corrente. Deles, consta um variado programa, que requeiro seja transcrito para que o País tome conhecimento de um trabalho que superou tantos percalços na sua trajetória, mas graças à força de Deus, tornou-se um autêntico celeiro na formação educacional, moral, espiritual, social e cristã de milhares de jovens que hoje participam de atividades nos diversos segmentos do Pará e do Brasil.

Congratulo-me, Sr. Presidente, como representante político do meu Estado, pelo evento que está empolgando a alma do povo bragantino, e das alegrias que todos os paraenses sentem pelo sucesso da obra criada pelo genial e saudoso Dom Elizeu Maria Coroli, Bispo Prelado do Guamá, já falecido.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

PROGRAMA-CONVITE

1938 — 1988

O Instituto Santa Teresinha, que vem trabalhando pelo engrandecimento do Brasil, do Pará e de Bragança, celebra com grande alegria o seu

JUBILEU DE OURO DE FUNDAÇÃO

Desejamos a presença de V. Sª e DD. família às comemorações dos 50 anos de fundação deste estabelecimento de ensino que, com um trabalho

pioneiro em nossa região, vem realizando, com entusiasmo, uma obra impercível.

A Diretoria

Dia 20 de agosto de 1988

Às 5 horas — Alvorada com repicar dos sinos e pipocar dos foguetes.

Às 8 horas — Passeata motorizada dos alunos e professores pelas principais ruas da cidade animada com o Som Stª. Mônica, faixas, cartazes e slogans alusivos aos 50 anos na Educação.

Às 18 horas — Palestra radiofônica sobre o evento proferida pelo ex-aluno e professor: Dr. Gerson Guimarães.

Às 19:30 horas — Missa solene em Ação de Graças a Deus e por todos aqueles que contribuíram e contribuem com a sua parcela de trabalho e dedicação para o crescimento de nosso educandário. Lembramos de modo especial, e com profunda gratidão, todos aqueles que passaram por esta casa e que hoje já se encontram no seio do Pai: fundador, diretores, professores, alunos, funcionários.

Local — Ginásio de Esportes Santa Teresinha.

Dia 21 de agosto de 1988

Às 20 horas — Sessão solene de abertura das comemorações do "Jubileu".

1 — Discurso Oficial de abertura (Prof. Dr. José Maria Maia)

2 — Apresentação do Hino do Jubileu com coreografia (alunos do IST)

3 — Hora de Arte (Equipe Artística e Cultural do IST)

Local — Ginásio de Esportes Santa Teresinha.

Dia 1º de outubro de 1988

(Dia de Santa Teresinha)

Às 8 horas — Missa celebrada na Igreja Catedral com a participação de todos os alunos, ex-alunos e professores em regozijo pelo dia de nossa querida padroeira.

Às 9:30 horas — Lanche festivo para os participantes em comemoração à data.

Local — Pátio interno do Colégio.

"Que seja vibrante a alegria de nossas Crianças!"

Às 15 horas — Será levada à cena a Peça PLUFT O FANTASMINHA, (Maria Clara Machado). Local — Auditório do IST.

Às 19 horas — Abertura solene dos jogos Teresianos.

Período: 1º a 5-10-88

Participação: Pais, professores, alunos e ex-alunos

Modalidades: Futebol de salão, volei, basquete, dama, dominó, baralho, ping-pong.

Data Jubilar — 23 de novembro — 1988

SALVE!
INSTITUTO GLORIOSO,
neste seu
JUBILEU DE OURO!
Que Deus o Abençoe!

Às 8 horas — A posição da placa comemorativa do Jubileu.

Às 18 horas — Missa em Ação de Graças (*Te Deum*) pelos incontáveis benefícios recebidos durante 50 anos de fecundo trabalho em prol da instrução e da Educação da infância e da juventude Bragantina.

Local: Ginásio de Esportes Stª Teresinha

Às 20:30 horas — Sessão solene de encerramento do Jubileu.

1 — Palavra da diretora do IST

2 — Palavra aberta

3 — Programação Artística

Local — Ginásio de Esportes Stª Teresinha.

E assim se passaram 50 anos sob as bênçãos de Deus.

O SR. MAURÍCIO NASSER (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a data de hoje assinala a passagem do 34º aniversário da trágica morte do Presidente Getúlio Vargas, fato esse que traumatizou o povo brasileiro, e mudou o curso da nossa História.

Quando, após a vitoriosa Revolução de Outubro de 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder, encontrou um país tido como essencialmente agrícola, com indústria incipiente, e a depender, para a sua sobrevivência, do que importava. Restringiam-se as exportações a matérias-primas, — minérios, couros, borracha, madeiras, camaúba, — e a produtos de sobremesa, — café, açúcar, chá-mate e cacau. Os especuladores internacionais aviltavam os preços dos produtos que exportávamos, e superdimensionavam os preços dos produtos que importávamos. Vivíamos, portanto, em permanente **déficit** em nossa balança comercial, o que nos obrigava a contrair empréstimos externos. A situação econômico-financeira se agravava crucialmente em face do craque da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que provocara falências e suicídios no mundo inteiro. Encomendas foram suspensas. Compras deixaram de ser pagas. O caos atingiu o Brasil.

A energia elétrica, o telefone, as ferrovias, os portos, os bancos, os transportes coletivos urbanos, e outros serviços essenciais, estavam em mãos estrangeiras, que dominavam, também, o comércio de importação e exportação. Não passávamos, na verdade, de país colonizado, com o rótulo apenas de República independente.

Criado na fronteira missionária, conturbada, ao longo dos séculos, por guerras sucessivas, Getúlio Vargas tinha arraigado no coração o mais vivo sentimento de amor à Pátria. À frente do governo, outras realidades, outras forças adversas. Não mais o castelhano a galopar nos pampas, mas, sim, o capital colonizador e espoliativo, que con-

trolava, com arrogância, as nossas mais ricas fontes de recursos naturais. Urgia, pois, mudança de rota, através da industrialização em massa e da nacionalização dos setores vitais da nossa economia.

O plano de industrialização enfrentou séria resistência. Firms alienígenas, empenhadas no comércio de importação e exportação, lutavam pela manutenção do **status quo**. Interessava-lhes que continuássemos "país essencialmente agrícola", fornecedor de produtos primários, e importador de tudo quanto fosse imaginado, a fim de que se mantivesse elevado o nível dos lucros delas. Contrariava-as, sobretudo, a política de emancipação econômica nacional, porque, quanto mais e mais diversificadamente produzíssemos, tanto menos dependentes ficaríamos, em nossas necessidades do mercado externo, com baixa de lucros para abastecedores e importadores. Esta a razão principal da furiosa hostilidade ao Governo Vargas, promotora de vários levantes armados, sob não menos variados pretextos.

Houve, no início da década de 1930, a encampação das estradas de ferro, sob o domínio de capitais europeus, canadenses e norte-americanos, dando origem, então, à Rede Ferroviária Federal SA. Assistimos à nacionalização dos Portos, como o de Belém do Pará, Santos e Rio de Janeiro. A International Telegraph and Telephon Co., o célebre truste internacional dos serviços de telefone e rádio comunicação, perdeu a concessão dos telefones e da Radiobrás, para surgirem, em seu lugar, empresas concessionárias brasileiras. O projeto da Eletrobrás teve lançamento por ocasião de discurso oficial de Vargas em 1953, nas comemorações do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Estado do Paraná, visando o abastecimento das empresas de energia elétrica. Não é demais lembrar, a propósito, que essas empresas, quando de capitais canadenses e norte-americanos, não aumentavam a produção energética, para que o Brasil não pudesse industrializar-se. A lei que criou a Eletrobrás partiu do Governo Vargas. A nacionalização da navegação de cabotagem fortaleceu as nossas empresas do ramo, como o Lloyd Brasileiro. A Fábrica Nacional de Motores estava destinada a ser o ponto de partida de promissora indústria automobilística fundamentalmente brasileira.

Ninguém ignora que o petróleo é como o sangue no organismo econômico nacional. Quando Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo, como passo primeiro na pesquisa e prospecção de nossas jazidas, aportou ao país mister Walter Link, técnico da então Standard Oil, que, pago regamente em dólares, tentou provar, por a + b, que a formação geológica dos diversos tipos de subsolo não permitia a existência de petróleo no Brasil. Os tropeços para a aprovação, no Congresso Nacional, da lei que criou a Petrobrás, comprovaram a firme oposição das chamadas "sete irmãs", — os sete trustes internacionais do petróleo — contra o monopólio estatal do petróleo no Brasil. Fato significativo é que, às vésperas da sanção dessa lei por Vargas, surgiu, inopinadamente, na Baía da Guanabara, uma esquadra norte-americana, com vinte e sete navios de guerra, em hipotética "visita de cortesia", mas, flagrantemente, em visita de pressão ostensiva para obrigar o veto ao monopólio estatal, e abertura para a participação de capitais estrangeiros na explora-

ção do petróleo brasileiro. Getúlio Vargas não se impressionou com a demonstração de força. O monopólio estatal na prospecção e lavra foi quebrado apenas no Governo Geisel, com estranhos contratos de risco. Tenta-se, agora, a quebra total do monopólio estatal, até no que diz respeito à importação de petróleo, através de campanha subliminar bem dirigida, junto à Constituinte e junto à opinião pública brasileira.

Outro ponto extremamente sensível no caminho da emancipação econômica nacional é, sem dúvida, o da produção de aço. Sem aço, não há indústria pesada, e a construção civil continua também dependente de abastecimento externo. Daí, a preocupação getuliana em implantar, entre nós, a siderurgia.

Os trustes internacionais do aço se opuseram frontalmente à pretensão, vetando financiamentos e entrega de equipamentos. Queriam continuar recebendo o nosso minério de ferro a preços vis, e mandar-nos as manufaturas a preços exorbitantes. A teimosia de Vargas sobrepujou toda sorte de armadilhas e dificuldades, até que a Usina Siderúrgica de Volta Redonda veio representar o marco positivo da industrialização brasileira.

Medidas paralelas, de ordem legal, iam aplaiando o caminho para a iniciativa privada, como as de concessão de incentivos, proibição de importação de produtos similares aos fabricados no país, lei antitruste, e outras.

O proletariado urbano tomou corpo e identidade graças à política industrialista, que gerou, multiplicadamente, os empregos, e deu ensejo a que grandes contingentes de homens e mulheres migrassem para as cidades, à procura de trabalho mais remunerativo. As cidades cresceram, e, com elas, a rede de escolas, os postos de saúde, as entidades de proteção à maternidade e à infância, que rareavam, ou inexistiam, no meio rural.

O trabalhador vivera até 1930 em completo desamparo, — jornada de trabalho de doze a dezesseis horas, sem pagamento de horas extras, salários ao inteiro arbítrio do patrão, sem repouso aos domingos e feriados, sem férias anuais, sem seguro contra acidentes de trabalho, sem aposentadoria e assistência médico-hospitalar.

Getúlio Vargas apoiou decididamente a sindicalização dos trabalhadores, regulamentou as profissões, estabeleceu a jornada de oito horas, e jornada menor em casos específicos segundo a natureza do trabalho, pagamento de horas extras, salário mínimo regional, repouso semanal e férias remuneradas, obrigatoriedade de, no mínimo, dois terços de trabalhadores na empresa serem brasileiros, regulamentou o trabalho da mulher e do menor, criou a Previdência Social para todas as categorias de trabalhadores, com assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica, concedeu aposentadoria e pensões, fundou os restaurantes do SAPS com alimentação sadia e barata, e que governos posteriores extinguíram, instalou centros de recreação e de férias, instituiu escolas profissionalizantes no campo e na cidade. Vargas soube dignificar o trabalho, e elevar o trabalhador à condição de ser humano, capaz de obrigações e direitos na sociedade a que pertence.

Vítima de atroz e injusta campanha de calúnias e difamação, por não ter-se curvado aos interesses escusos de capitais nacionais e estrangeiros, Getúlio Vargas não consentiu na desmoralização e na desintegração da autoridade do Presidente

da República. Com um tiro no coração, na manhã fatídica de 24 de agosto de 1954, em seus aposentos no palácio do Catete, Rio de Janeiro, resguardou, pelo sangue, a dignidade de homem e de Chefe da Nação, tendo saído da vida para entrar na História.

Deixou-nos um documento histórico e imperecível, — a Carta Testamento, mais atual do que nunca, por mostrar a ganância e a insensibilidade dos que sobrepõem os seus mesquinhos interesses pessoais e de grupo aos supremos interesses da Pátria brasileira.

Nesta data de luto, o nosso comovido preito de reverência ao Presidente Getúlio Vargas, o maior brasileiro de todos os tempos!

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aprez-me vir a esta tribuna fazer o registro de um significativo evento na história da educação do Estado do Pará: o jubileu de ouro de fundação do Instituto Santa Teresinha, no município de Bragança.

Foi em 23 de novembro de 1938, que, com constância e pertinácia, lograram êxito as gestões de Dom Eliseu Maria Caroli, ao ser assinado o Decreto nº 3.149, fundando a primeira Escola Normal daquela circunscrição administrativa paraense e terceira estadual. Em fevereiro do ano seguinte, tinham início a vida escolar e o curso letivo. Em 5 de julho de 1940 era lançado a Pedra Fundamental do prédio próprio do Instituto Santa Teresinha.

Hoje, são 1.690 alunos, desde o pré-primário até o segundo grau e ao final do corrente ano, estará o colégio formando sua 45ª turma de normalistas e 31ª de contabilistas.

Sob o lema de D. Elizeu: "Educar é não somente instruir: é preparar para a vida", a Irmã-Superiora Edith Ferro, com a supervisão do Bispo D. Miguel Giambeli conduz essa parcela da mocidade bragantina para a realização de suas potencialidades e em prol do bem comum.

Ao mandar erigir um busto em homenagem a Dom Elizeu Caroli, quando Secretário de Educação no Governo Alacid Nunes e estando na Prefeitura de Bragança, Emílio Ramos, fi-lo na Praça das Bandeiras, construída pelo saudoso prefeito José Maria Cardoso, aproveitando o ensejo para render tributo, ao mesmo tempo, a essas ilustres figuras da comunidade educacional do Pará.

Assim, deixo consignado nos Anais desta Casa o reconhecimento não só meu, mas de todos os paraenses a essa obra meritória que já está consagrada ao comemorar os seus cinquenta anos de existência.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, entre o livro de Gutenberg e o atual, houve apenas diferenças técnicas: o gasto da impressão é o mesmo e as tiragens seguiram uma determinada linha, elevando paulatinamente o número de exemplares.

Entretanto, a demanda do consumo de massa transformou o livro num dos mais expressivos instrumentos de comunicação e difusão de idéias, além de indispensável recurso didático.

O número de títulos publicados no Brasil é consideravelmente elevado com a inclusão dos livros didáticos, sem dúvida alguma, o grande filão da

Editoração Nacional, uma vez que, de cada três livros publicados, um se destina aos estudantes.

Se, para o ensino, o fenômeno pode ser considerado alvissareiro, para a grande maioria das famílias brasileiras a aquisição do livro didático constitui um pesadelo devido ao seu elevado preço.

O livro didático, portanto, é um item tão importante para o ensino quanto a gratuidade escolar ou a distribuição da merenda, pois sem esses três requisitos básicos será impossível a universalização do ensino fundamental.

Atualmente, os livros descartáveis tornaram-se o padrão típico do livro didático brasileiro, principalmente a nível de 1º grau. Pesquisas realizadas revelaram que cerca de 90% dos livros disponíveis nas escolas são desse tipo. E o pior: verificou-se, também, que o livro descartável é muito mais preocupado com a forma do que com a substância, o que é preconizado pelas teorias e tecnologias educacionais.

Trata-se, portanto, apenas de um modismo. Uma situação transitória que, se não for corrigida a tempo, poderá contribuir para maior redução da produtividade escolar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PTB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, já se passaram mais de trinta anos, desde aquele fatídico e sinistro 24 de agosto de 1954, mas a imagem de Getúlio Vargas permanece, tão viva como sempre, no espírito e na saudade dos brasileiros.

Campeão do nacionalismo, suas iniciativas, nunca igualadas nem suficientemente desmerecidas, continuam a constituir exemplo marcante de idealismo, brasilidade e respeito pelo ser humano.

Uma das maiores lições deixadas por Getúlio Vargas, calcada em sua atuação e exemplo edificantes, está no fato de ter ensinado os brasileiros a amar o Brasil, nacionalisticamente, como ele amou.

Evidentemente, um homem que teve a vida que Getúlio teve, que agiu como ele agiu, que conheceu vitórias e derrotas, e que foi considerado como sendo, talvez, a figura mais impressionante de nossa História, apresenta incontáveis facetas, quer como pessoa, quer como personalidade pública, estadista e governante.

Não se pode negar que Getúlio Vargas foi, sem dúvida, uma personagem ímpar da vida política nacional.

E, em assim sendo, não podemos agasalhar, neste momento em que nos dispomos a fazer-lhe o elogio da vida e da obra, a pretensão de, no espaço deste curto pronunciamento, abranger todas as suas multifacetadas qualidades e incontáveis realizações.

O temperamento, a filosofia e a concepção de vida de Getúlio Vargas fizeram dele um homem público cujas dimensões não nos é dado abranger em toda a plenitude. Temos visões de sua dimensão, através de fatos, gestos, declarações e atitudes esparsas.

Manoel Rodrigues de Souza, assim termina o livro “Por que Getúlio Vargas suspendeu o funcionamento do Congresso em 1937?”

“Para mim — como trabalhador humilde que sou — Getúlio Vargas representa uma saudade que não me abandonará, enquanto estiver por este mundo de Deus. Devo-lhe o que todos os trabalhadores do Brasil lhe devem: posição decente na atual sociedade brasileira, através de uma legislação trabalhista que muito nos honra perante os demais países do mundo.

A Getúlio Vargas, pois, toda a minha admiração e respeito.”

E é justo que assim seja, pois os trabalhadores brasileiros se beneficiam, hoje, por legado de Getúlio, de uma legislação social das mais avançadas do mundo, gozo de férias, assistência médica, estabilidade no emprego, indenização, escolas profissionais de ensino técnico, regulamentação da jornada diária de trabalho, pagamento pelas horas extraordinárias, institutos de aposentadoria e pensões, financiamento para aquisição de casa própria.

Mas nossa dívida para com Getúlio Vargas não pára por aí; a ele devemos a solução nacionalista para o petróleo e as riquezas minerais do País, o Banco da Borracha, o Ministério do Trabalho, o Conselho Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Petrobrás, a Aeronáutica e uma fábrica pioneira de aviões....

Em “Getúlio, esse Desconhecido”, Leon Josefsohn conta o seguinte:

“Ele conhecia a frase alvar de um Secretário de Estado que exclamara, num banquete em Washington: “olhai o mapa do Brasil, que tem a forma de um presunto e fiquei certo de que Tio Sam é bom garfo.”

Foi considerando esses dados que o pequeno gaúcho de São Borja, naquela atitude muito sua, de contemplar a fumaça deusa do charuto inseparável, resolveu transformar esse presunto num osso duro de roer para os dentes da voracidade capitalista. Num osso que, graças à sua tenacidade, seu patriotismo e seu gênio de estadista, começa a transformar-se numa lima de aço, em que se hão de gastar em vão as presas e os molares colonialistas de todas as raças.”

E fez mais ainda o Patrono das Massas.

Com uma vocação patriótica indiscutível, elevou aos altares da Pátria, arrancados das páginas da História, dois grandes vultos nacionais: o Duque de Caxias, por ele proclamado patrono do Exército, e representando uma das mais altas expressões da campanha pela unidade nacional, — uma de suas místicas —, e Tiradentes, para lembrar necessidade sempre presente da luta pela libertação econômica.

Trabalhadores do Brasil!

Essa frase ainda ressoa no coração dos brasileiros, pois, com os trabalhadores, Getúlio construiu a riqueza do País, combatendo a injustiça social. Abriu a estrada para o Brasil do futuro e a nós compete, hoje, seguir firmes no rumo por ele traçado, pois essa é, certamente, a trajetória segura para o progresso, a soberania e autoafirmação de nossa nacionalidade.

A prosperidade e a paz virão, certamente, como consequência inevitável.

Por isso mesmo, não só os trabalhadores brasileiros devem conservar na memória o marcante

exemplo de Getúlio Vargas e, reverenciando-o, seguir-lhe os ensinamentos de interesse por problemas sociais, de cultura, pela elevação social e intelectual do povo, pela valorização de todos e de cada um. Esse dever se estende a todo o cidadão cômico de suas responsabilidades.

Trabalhadores do Brasil!

Conservemos viva no altar da Pátria a chama que ilumina o vulto inesquecível de Getúlio Vargas.

Estaremos, assim, fazendo justiça ao mais carismático homem público que jamais tivemos e, ao mesmo tempo, construindo o pedestal de opulência e liberdade por que o Brasil anseia.

O SR. SIMÃO SESSIM (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, diante da reconhecida necessidade em se promover um efetivo ajuste no orçamento da União, adequando-o não apenas às diretrizes do combate à inflação, mas também à realidade ditada pela reforma tributária inserida no novo texto constitucional, surgem informações descontraídas a respeito de extinção de órgãos estatais e suspensão das respectivas atividades.

No elenco das alternativas anunciadas, vislumbramos com enorme preocupação aquela que propõe a extinção do Sistema de Extensão Rural, responsável pelo trabalho de assistência técnica aos pequenos e médios produtores rurais de todo o Brasil.

Não podemos imaginar, Sr. Presidente, que uma atividade de vital importância como essa desenvolvida pela Embrater e os órgãos estaduais — Emater/Aster/Emaper — possa ser considerada dispensável, precisamente quando mais o País necessita empreender esforços para aumentar a produtividade no meio rural.

São mais de 23 mil funcionários espalhados pelo Brasil inteiro, atingindo 90% dos nossos municípios; técnicos de comprovada capacidade, que se dedicam à orientação nas áreas rurais, proporcionando assistência fundamental aos produtores, através do desenvolvimento de programas prioritários às áreas de reforma agrária e colonização, microbacias hidrográficas, ecologia, irrigação, entre outros, importantíssimos ao progresso técnico e à viabilidade de uma produção de alimentos em níveis crescentes.

No Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente, o Serviço de Extensão Rural, representado pela Emater-Rio, sucessora da Acar-RJ, completa neste ano o 30º aniversário de implantação, realizando esforços para modernizar a agropecuária fluminense e assistir de forma permanente a milhares de famílias de produtores.

Em 1977, por exemplo, a Emater-Rio prestou assistência a mais de 41 mil produtores, promovendo ainda atividades de orientação a 20 mil mulheres e a 12 mil jovens integrados às lides do campo e da lavoura.

Ademais, a atuação dos extensionistas assume notável dimensão para a manutenção e o desenvolvimento da agropecuária nacional, uma vez que também compreende medidas nas esferas da comercialização, cooperativismo e associativismo, com resultados incalculáveis para as diferentes etapas do processo produtivo.

Não imaginamos justificativas plausíveis à eliminação de um sistema que oferece tantos benefícios ao setor e à economia como um todo.

Ao contrário, precisamos incrementar ainda mais o serviço de extensão rural, para que novas técnicas produtivas sejam colocadas ao alcance do maior número possível de famílias produtoras, inclusive para incentivá-las a permanecerem no meio rural e para preparar aquelas beneficiadas com um pedaço de terra, pelo programa de reforma agrária que devemos acelerar.

A preservação e o fortalecimento da agropecuária em nosso País, dependem do trabalho, que a Embrater e as respectivas empresas regionais, realizam há décadas, razão por que a anunciada, possível extinção do Sistema de Extensão Rural, traria irrecuperável prejuízos ao setor e à economia nacional.

O SR. JOACI GÓES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaríamos de pedir aos eminentes companheiros o máximo de atenção para o tema que pretendemos abordar neste discurso: a questão do contrabando do ouro no Brasil.

No instante em que o País amargura a crise econômica mais aguda de sua existência, assustados com a constatação de que, pela via fraudulenta da prática do descaminho da produção interna do metal amarelo, a Nação perde, anualmente, de 1,5 a 2 bilhões de dólares!

Estamos convencidos de que o Governo, a sociedade e os políticos não estão suficientemente atentos para a magnitude desse problema, que repercute profundamente no conjunto de nossa economia e se reflete, em conseqüência, sobre o cotidiano dos nossos cidadãos.

A nós, Sr. Presidente, chocou, constrangeu, estarrecceu constatar estatísticas tão alarmantes e, sobretudo, verificar que o fenômeno se vem arrastando por décadas neste país, sem que tenham sido dotadas medidas eficazes para eliminá-lo do rol dos tantos absurdos que maculam a vida nacional.

Creemos que é chegada a hora de uma reflexão serena sobre o problema. Acreditamos que, juntos, poderemos contribuir para conscientizar os vários segmentos da sociedade para a necessidade da cobrança de providências sérias para pôr um fim a essa sangria diuturna das nossas riquezas.

É preciso romper o estado de paralisia em que nos encontramos, abandonar a postura passiva e lutar com empenho para que se estanque o processo ominoso de dilapidação do gigantesco patrimônio mineral da Nação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ninguém ignora que o ouro foi um dos primeiros metais a atrair a cobiça do homem. Acompanha-o, através da História, desde o Período Paleolítico há cerca de 20.000 anos, embora sua utilização só tenha tido início no século VIII a.C., quando serviu à cunhagem de moedas na Lídia e na Jônia.

Acredita-se que o Egito tenha sido a maior potência aurífera dos tempos antigos e que lá tenham sido desenvolvidas a técnica mineira e sua metalurgia.

Com o correr dos séculos, a beleza da cor e o brilho, aliados a uma raridade relativa, cuidadosamente dosada pela Natureza, e à facilidade com que o metal podia ser trabalhado, promoveram sua ampla aplicação nas artes, desenvolvendo-se, notavelmente, na antiguidade, a ourivesaria.

Por seu fascínio, o ouro passou também a ser associado à nobreza ou posição social e a constituir atributo indispensável para acumulação de riqueza e símbolo de poder.

Estava-lhe, entretanto, reservado um papel importantíssimo que, arraigado durante milênios aos hábitos dos povos, exerce, até hoje influência preponderante no mecanismo de fixação de seu preço: o ouro-moeda.

Uma série de características e propriedades, não encontradas conjuntamente em nenhuma outra mercadoria, contribuiu para a afirmação internacional do uso monetário do metal:

a) o fato de ser encontrado em todos os continentes;

b) o seu alto peso específico — 19,3 a 20° C —, somente superado pelo da platina e de outros metais raros;

c) a inalterabilidade à ação dos principais agentes corrosivos e a facilidade de sua recuperação em objetos sucataados;

d) a possibilidade de divisão e a proporcionalidade entre o peso e o valor.

Outras propriedades, somadas a estas, iriam garantir-lhe vasto uso também nas indústrias eletrônica, química, joalheira e espacial, na odontologia, na cerâmica decorativa etc.: o ouro é excelente condutor de calor e pode ser ligado com outros metais, aumentando a resistência à abrasão; apresenta os maiores índices de maleabilidade e ductibilidade entre todos os metais — pode ser laminado até a ínfima espessura de quinze milésimos de milímetro e é possível recobrir uma superfície de 30m² ou confeccionar um fio de cerca de 90km de comprimento com apenas uma onça do metal (pouco mais de 31g).

Assim, como moeda, meio de troca ou medida de valor, o ouro aparece entre os antigos povos gregos, desde o século VIII a.C., sendo introduzido na Índia pelos exércitos de Alexandre, prática que depois se generalizou. A partir de meados do século XIX, foi, porém, aos poucos, substituído pela moeda-prata.

O padrão-ouro, instituído pela Inglaterra em 1816, pode ser considerado o primeiro sistema monetário e financeiro organizado internacionalmente, e se baseava em dois pressupostos: a) que a unidade monetária nacional se definisse com relação ao ouro e que qualquer moeda fosse conversível em ouro; b) que as autoridades monetárias do país vendessem e comprassem ouro a um preço fixo em relação à sua própria moeda.

Em 1875, a maioria dos países, inclusive o Brasil, regia-se pelo padrão-ouro, tendo os Estados Unidos aderido ao sistema em 1879.

No período entre as duas Grandes Guerras, as transações internacionais, contudo, não tiveram um padrão comum.

Em 1944, por contraposição ao padrão-ouro, foi adotada uma posição intermediária, e o dólar americano passou a formar o elo de ligação entre o sistema monetário internacional e o ouro, servindo como unidade internacional de conta e compartilhando com o metal as funções de reserva de valor e meio de pagamento da moeda internacional.

Desde 1934, o Tesouro dos Estados Unidos passou a negociar o metal com os tesouros e bancos centrais estrangeiros ao preço oficial de 35 dólares a onça "troy", conversão essa transformada em obrigação legal do país em 1945.

Em 1968, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ficou patenteado que a oferta de ouro a 35 dólares era inadequada para lastrear a expansão do comércio internacional, tendo em vista que os estoques americanos não seriam suficientes para honrar a conversibilidade, caso houvesse uma corrida nesse sentido, e que o preço não constituía atrativo capaz de provocar a abertura de novas minas. Surgiram, então, dois mercados: o oficial e o livre ("paralelo").

A "desmonetização" do ouro, com o advento, a partir daquele ano, do mercado livre, e outras medidas que se seguiram com a abolição do preço oficial pelo Fundo Monetário Internacional em 1975, foi oficializada, mas, como se observa ainda hoje, o metal continuou a fazer parte das reservas de liquidez internacional de muitos países, inclusive do Brasil.

Cabe frisar que, com essa "desmonetização", facilitou-se a procura do metal como ativo de valor, de interesse para o setor privado. De outra parte, como efeito da inconvertibilidade do dólar, com a consequente perda de poder aquisitivo das "moedas fortes", houve uma crescente valorização de ouro na década de 70, conferindo lucros excelentes a seus compradores particulares. Tal fato provocou, naturalmente, a ampliação do setor de investimento, sobretudo a partir da liberação legal do mercado nos Estados Unidos.

Os significativos reajustes de preço, ocorridos com o fim da conversibilidade do dólar em ouro, abriram, também, novas perspectivas para o aproveitamento de reservas de baixo teor e para a retomada de minas abandonadas.

Eminentemente companheiros; esse conjunto de fatores, de repercussão profunda em toda a economia mundial, fez renascer o interesse no aproveitamento do potencial aurífero brasileiro a partir do final da década passada, reeditando, em nuances modernas, a "corrida do ouro" dos tempos coloniais.

Lembram-se todos de que, no século XVIII, o País chegou a responder por 40% da produção mundial, enriquecendo muitas das capitais europeias de então. No período de cem anos, produziram-se em nossas fronteiras aproximadamente 840 toneladas de ouro.

A busca do metal e sua exploração, página notável da História brasileira, propiciaram uma verdadeira corrida para o interior, ensejando a conquista, ocupação e fixação de contingentes populacionais em grandes extensões do nosso território.

Mas, Sr. Presidente, interessa-nos examinar especialmente o que ocorreu no País nos anos recentes.

O vertiginoso aumento do preço do metal verificado no mercado internacional, aliado aos graves problemas econômicos com que se defrontava o Governo e a violenta seca que assolava o Nordeste, gerando um enorme excedente de mão-de-obra no mercado formal de trabalho, provocaria a expansão desordenada dos garimpos de ouro, sobretudo na Amazônia.

A descoberta de Serra Pelada e o início de outros garimpos ensejaram um aumento expressivo da produção do metal — cerca de 1.000% em 4 anos, de 1980 a 1983 —, levando o poder público a adotar uma complexa política de controle, orientação técnica e fiscalização do comércio nas

principais áreas garimpeiras, para garantir o incremento dessa produção, inclusive com atuação intensa da Caixa Econômica Federal na compra do metal, por determinação do Banco Central.

É verdade, Sr. Presidente, que a partir de 1980, com essa política de controle do Governo e a implementação paralela do sistema de compra de ouro pelo Banco Central, através da CEF, boa parte da produção dos garimpos saiu da ilegalidade.

Estimulando, de um lado, os garimpos a produzirem mais a qualquer custo e, de outro, convocando para a mineração de ouro empresários sem experiência, mediante o atrativo das chamadas "lavras experimentais", a ação política do Governo, todavia, contribuiu para desorganizar o sistema mineral do País, com o aguçamento dos conflitos entre a atividade garimpeira e a mineração organizada em moldes empresariais.

A partir daí, a produção registrada nos garimpos galgou, realmente, crescimento rápido, elevando-se de 4,4 toneladas em 1979 para 47,5 toneladas em 1983, o que representou, naquele ano, quase 90% de toda a produção brasileira de ouro oficialmente reconhecida. O garimpeiro foi, no exercício em referência, o maior agente minerador do País, tendo respondido por 30% do valor da produção mineral nacional.

Ocorre, Sr. Presidente — e nisto reside, a nosso ver, um dos aspectos mais graves da questão aurífera —, que, em virtude da desorganização da produção garimpeira, tem-se observado uma situação caótica nessas áreas. É baixa atividade dos processos utilizados na extração do metal; há excessiva agressão ao meio ambiente; os benefícios decorrentes da atividade alcançam apenas um número limitado de pessoas, e — saliente-se — é elevadíssimo o descaminho na comercialização do produto.

Atentem os ilustres companheiros para estes números: no período de 1977 a 1986 — são dados divulgados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral —, 267 toneladas de ano, ou 62% das 434 toneladas provavelmente produzidas no País, foram comercializadas ilegalmente, inclusive exportadas pelos canais subterrâneos, inteiramente fora dos controles governamentais! O contrabando dessas 267 toneladas, Senhores, equivale a quase 4 bilhões de dólares!

Acréscem-se aos prejuízos decorrentes da atividade clandestina, as perdas elevadíssimas provocadas pela baixa recuperação do ouro contido no minério, ensejada pelos processos rudimentares que são empregados no garimpo, e pela dilapidação dos depósitos, causada pela lavra dos teores mais elevados.

Essas perdas na lavra e no beneficiamento são estimadas, para o mesmo decênio, em cerca de 18 bilhões de dólares. Assim sendo, pasmem os caríssimos colegas, a soma dos valores relativos ao descaminho e às perdas decorrentes do aproveitamento do ouro nos garimpos ascende a mais de 12 bilhões de dólares, ou o equivalente a 45% do valor das exportações brasileiras.

A evasão do metal, como é sabido, ocorre seja pela venda clandestina dentro das nossas fronteiras, seja pela transferência para o exterior. Dados divulgados pelo **Bureau of Mines**, órgão do governo americano, acusaram a exportação, pelo Uruguai, em 1985 de mais de 34 toneladas, enquanto a produção brasileira, no mesmo ano, não

alcançou 30 toneladas. Curiosamente, o Uruguai não possui nenhuma mina de ouro...

O descaminho, Sr. Presidente, é estimulado por uma infeliz combinação de fatores. Desde o "branqueamento" de dólares recebidos no tráfico de drogas em nossas fronteiras até a saída ilegal por países vizinhos para burlar o fisco, tudo se combina num coquetel criminoso no qual o Brasil perde alguns bilhões de dólares por ano!

Em depoimento prestado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Minerais Estratégicos, que funcionou nesta Casa no ano de 1986, o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, confessou que as autoridades têm pleno conhecimento dos meios, dos métodos e das rotas dos fraudadores.

Permitimo-nos fazer algumas citações do depoimento de S. Sa.:

"O ouro, de uma maneira geral, sai com relativa facilidade pela região fronteiriça, em toda espécie de transporte, principalmente aéreo.

Nas regiões de garimpo, encontram-se por toda parte pistas de pouso, feitas de modo rudimentar, que são utilizadas para operações com aeronaves de pequeno porte, as quais transportam mercadorias contrabandeadas, tóxicos e é por onde sai grande quantidade de ouro extraído naquelas regiões.

Utilizam ainda outros artifícios para transportar ouro em aeroportos oficiais, a exemplo de Belém, em que, há pouco tempo, foi detectado transporte de ouro acondicionado em vasilhames de suco de cupuaçu.

No próprio aeroporto do Galeão, há certeza de que sai grande quantidade de ouro contrabandeado do Brasil."

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, "Um país que não dá importância ao ouro, não dá importância a mais nada", já disse um dos geólogos mais combativos destas plagas, cassado pela Revolução de 1964, hoje reintegrado aos quadros da Petrobrás — Moisés Bentes.

Realmente, é estarrecedora a situação aqui revelada, que exhibe, nos seus dramáticos contornos, a fragilidade e a ineficácia da ação governamental em aspectos cruciais da problemática aurífera no País.

Fazemos questão de repetir que já se arrasta há algumas décadas o descaminho do ouro entre nós.

Em 1964, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, de iniciativa do ex-Líder do nosso Partido na Assembléia Nacional Constituinte, o Constituinte Mário Covas, cujo objetivo era apurar as causas do constante aumento do contrabando de ouro e de pedras preciosas, oferecia, dentre outras, as seguintes conclusões:

"6. A nossa fiscalização, nas condições atuais, é insuficiente para exercer a prevenção e repressão ao contrabando, estando a necessitar, para efetivação dessas medidas, da cooperação do aparelhamento policial e de nossas Forças Armadas.

mia nacional, ao problema social e refletindo na própria autoridade do Governo.

13. As causas do contrabando e da sonegação são, umas, dependendo do nosso estágio de desenvolvimento e de nossa extensão territorial; outras, da desorganização, ineficiência e insuficiência da máquina administrativa, e outras ainda, como consequência da ausência de efetiva política para minérios."

Persistem, pois, como se vê, os problemas gravíssimos apontados já em 1964.

Sr. Presidente, não somos ingênuos a ponto de pensar que soluções isoladas de iniciativa deste ou daquele órgão governamental poderiam pôr fim, em definitivo, ao descabro que hoje se verifica.

Sabemos que, pela complexidade da questão, de nada adiantará a Polícia Federal, por exemplo, agir nas fronteiras, se o interesse continuado pelo contrabando prevalecer; sabemos que não bastará a ação da Receita Federal ou o **marketing** agressivo das Bolsas de Mercadorias para atrair os negócios para os seus pregões. Entendemos que é imperiosa uma conjugação de esforços em áreas diversas, sob pena de fracassarem as ações segmentadas, setoriais.

Entretanto, não podemos aceitar que o Governo não aja com seriedade e determinação no trato de tão melindroso problema. Não concordamos, por exemplo, com o que se fez recentemente nas áreas de garimpo, quando a Polícia Federal anunciou a retirada de todos os seus homens, sob a alegação do não cumprimento, por parte da Caixa Econômica Federal, de um convênio que previa o pagamento, pela empresa, das diárias dos policiais.

Não é admissível, Senhores, que se digladiem publicamente, em torno de interesses subalternos, órgãos do próprio Governo, numa atitude irresponsável que só prejuízos traz à Nação, agravando, cada vez mais, a lenta e inexorável sangria das nossas reservas de metais preciosos.

Temos conhecimento de que medidas mais ou menos recentes foram adotadas visando a reduzir o contrabando do ouro. Instrução Normativa da Receita Federal, baixada em agosto do ano passado, regulamentou a aquisição do produto dos garimpos por instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central a operar com o metal. Ao mesmo tempo, determinou-se, corretamente, a redução da carga tributária, dispensando-se ao ouro assim comercializado tratamento idêntico ao dado aos ativos financeiros, imunes à maioria dos tributos, providência que vem de ser referendada pela Assembléia Nacional Constituinte, ao aprovar fusão de emendas nesse sentido, para inclusão no "Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias"

É com grande preocupação, contudo, que constatamos serem ainda tímidas essas medidas.

Há poucos dias, a imprensa divulgou declarações do atual coordenador do Projeto Ouro-Geemas do Departamento Nacional da Produção Mineral confirmando que o ouro, apesar de estar sendo tratado como ativo financeiro desde o ano passado, continua sendo contrabandeado em larga escala no País.

11. O contrabando e a sonegação desses minérios são em volume considerável e vêm trazendo reais prejuízos ao Erário, à econo-

De acordo com a notícia, no mês de julho de 1987, a comercialização legal teria sido de 1,4 toneladas; em março deste ano, não ultrapassou 1,5 toneladas. Essa margem mínima de elevação, Senhores, serve para demonstrar a insuficiência das novas providências governamentais e é reveladora de que parcela substancial da produção dos garimpos continua sendo desviada, sobretudo quando se sabe que as estimativas recentes apontam para uma provável produção de 120 toneladas no ano em curso.

Sr. Presidente, a reversão do fluxo ilegal do metal poderia fazer com que o Brasil assumisse rapidamente o segundo — ou até mesmo o primeiro — lugar entre os produtores mundiais, internalizando no País os benefícios decorrentes dessa posição privilegiada. Além da produção garimpeira, convém não esquecer que a produção industrial, a cargo das empresas mineradoras, deverá superar as 33 toneladas já em 1990, o que corresponde a mais de três vezes a produção de 1986.

Embora haja grande discrepância nas estimativas do nosso potencial aurífero, estudo sistemático realizado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais-CPRM, ao Ministério das Minas e Energia, conclui que, entre reservas definitivas, reservas geológicas e reservas potenciais, os recursos brasileiros somam 33.297 toneladas de metal contido, o equivalente a aproximadamente 636 bilhões de dólares, ou cinco vezes o valor da dívida externa.

Fácil, pois, deduzir sua importância para os destinos da Nação e, conseqüentemente, a necessidade de cuidar o Governo com toda a seriedade da questão aurífera.

Um controle eficiente das várias pontas da produção e da comercialização do ouro, capaz de agregar garimpeiros, fundidores, Bolsas, Receita Federal e Banco Central, poderia proporcionar enormes resultados positivos para balança de pagamentos do País.

A disciplina para o ouro passa pela fiscalização rigorosa dos garimpos, responsáveis por mais de 80% da produção; pelas saídas das alfândegas; pela introdução de empresas mais organizadas na produção, e também, é claro, pela adoção de um tratamento fiscal competente para o metal como ativo financeiro, o que, como se disse, já vem sendo posto em prática.

É evidente que ninguém com um mínimo de conhecimento da problemática aurífera brasileira será ingênuo a ponto de pensar ser possível o descaminho apenas com a ação repressora da polícia. Todos sabemos que a solução reside, fundamentalmente, na viabilização de um comércio a preços competitivos e realistas, livre de taxaço exorbitante, capaz de atrair para o mercado formal, regular, o enorme volume de ouro hoje transacionado nos subterrâneos da ilegalidade.

No entanto, estamos convencidos de que jamais serão suficientes as medidas que aí estão.

Se não se aumentar efetivamente a fiscalização; se não se montar uma estrutura repressora ágil, forte e eficiente; se não se controlar o crescimento desmesurado da atividade garimpeira; se não se estimular a organização da produção em moldes mais racionais; se não se integrarem, numa ação conjunta, coordenada e harmônica, os órgãos de governo com competência para atuar no setor, este País, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, conti-

nuará, estupidamente, a assistir à ominosa dissipação do seu colossal patrimônio aurífero! (Muito bem!)

O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nova Constituição está sendo construída pela sociedade brasileira, eis que, pelas dependências do Congresso Nacional, já passaram, desde fevereiro de 1987, cerca de seis milhões de patrícos.

Há, dentre eles, também curiosos, mas a grande maioria trouxe sua contribuição, tão valiosa, quanto anônima, para que a Carta Magna tenha a cara e a face do Brasil do amanhã.

Pois bem, neste voluntariado cumpro o dever de registrar a participação do Professor José Afonso da Silva que, com sua presença, assessora, orienta e ajuda a Liderança do PMDB, cujo **curriculum vitae** merece descrever:

Filho de: Nereu Afonso da Silva e Augusta Maria de Lacerda

Nascido em: Silva Campos, no Município de Pompeu, MG, em 30-4-1925

Casado com: Helena Muñoz Afonso da Silva

Três filhos: — José Nereu Afonso da Silva, Helena Augusta Afonso da Silva, Luís Virgílio Afonso da Silva

Radicado em São Paulo, há mais de trinta anos, onde fez seus estudos secundário e superior.

Foi garimpeiro, padeiro, alfaiate e Oficial de Justiça.

Formou-se em Direito e Ciências Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1957.

É professor titular, por concurso, na mesma Faculdade, desde 1975, tendo sido, aí, professor livre-docente (desde 1969) e professor adjunto em Direito Constitucional (1973-1975).

Livre-docente em Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Tem várias obras publicadas em Direito Processual, Direito Financeiro e Tributário, Direito Municipal e, especialmente, em **Direito Constitucional**, tais como: "Ação Popular Constitucional, Doutrina e Processo", "Aplicabilidade das Normas Constitucionais" (2ª ed.) e "Curso de Direito Constitucional Positivo" (4ª ed.)

Foi organizador e chefe a Seção Brasileira do Instituto Ibero-americano de Derecho Constitucional, com sede no México. Já participou de vários congressos, seminários e colóquios nacionais e internacionais de Direito Constitucional, o último deles em Buenos Aires, em maio de 1988, sobre a reforma da Constituição Argentina, e, em setembro do corrente ano, a convite do Instituto de Investigaciones Jurídicas da Universidade Nacional Autónoma do México; participará do IV Congresso Ibero-Americano de Direito Constitucional, em Madri, com um trabalho sobre **Presidencialismo e Parlamentarismo no Brasil**.

Foi membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, conhecida como Comissão Afonso Arinos, a convite de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. Aí apresentou um anteprojeto integral de Constituição, em grande parte acolhi-

do, com aperfeiçoamentos. Dentre suas propostas, foram acolhidas no Anteprojeto Afonso Arinos — a metodologia de iniciar a Constituição pelos Princípios Fundamentais e pelos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana;

— o **habeas data**;

— o Estado Democrático de Direito;

— a estrutura da repartição de competências da Federação;

Adotadas, por sugestão sua, no Projeto aprovado nesta ANC.

Assessorou, desde o início, a Liderança do PMDB na Constituinte.

Elaborou sugestões e propostas à Assembléia Nacional Constituinte. Com base nos textos aprovados nas Comissões Temáticas, elaborou um anteprojeto (chamado Projeto Afonso), apreciado pela Relatoria em comparação com outros, foram adotadas várias de suas propostas.

O conceito de Estado Democrático de Direito, sugerido à Liderança do PMDB por ele, foi apresentado pelo Deputado Antonio Mariz como emenda ao art. 1º e acolhido pelo Plenário em primeiro turno, já confirmado em segundo turno.

Ademais, em palestra proferida no dia 6-8-88, no 1º Encontro Nacional de Advogados, realizado em Belo Horizonte, sob o patrocínio da Associação dos Advogados de Minas Gerais, dissertando sobre o Estado Democrático de Direito, o Professor José Afonso da Silva proferiu a conferência do teor seguinte:

1. Democracia e Estado de Direito

A **democracia**, como realização de valores (igualdade, liberdade e dignidade da pessoa) de convivência humana, é conceito mais abrangente do que a de **Estado de Direito**, que surgiu como expressão jurídica da democracia liberal. Seu conceito é tão histórico como o de democracia, e se enriquece de conteúdo com o evoluir dos tempos. A evolução histórica e a superação do liberalismo, a que se vinculou o conceito de Estado de Direito, colocam em debate a questão da sua sintonia com a sociedade democrática. O reconhecimento de sua insuficiência gerou o conceito de Estado Social de Direito, nem sempre de conteúdo democrático. Chega-se agora ao **Estado Democrático de Direito** que a Constituição acolhe no art. 1º como um conceito-chave de regime adotado, tanto quanto o são o conceito de **Estado de Direito Democrático** da Constituição da República Portuguesa (art. 2º) e o de **Estado Social e Democrático de Direito** da Constituição Espanhola (art. 1º). (2)

O Estado Democrático de Direito concilia Estado Democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do **status quo**. Para compreendê-lo, no entanto, teremos que passar em revista a evolução e características de seus componentes, para, no final, chegarmos ao conceito-síntese e seu real significado.

2. Estado de Direito

Na origem, como é sabido, o **Estado de Direito** era um conceito tipicamente liberal. Constituiu uma das garantias das constituições liberais burguesas. Daí falar-se em Estado Liberal de Direito. Tinha como objetivo fundamental assegurar o princípio da legalidade, segundo o qual toda atividade estatal havia de submeter-se à lei. Suas características básicas foram: a) submissão ao **império da lei**, que era a nota primária de seu conceito, sendo a lei considerada como ato emanado formalmente do poder legislativo, composto de representantes do povo, mas do povo-cidadão; b) **divisão de poderes**, que separa de forma independente e harmônica os poderes legislativo, executivo e judiciário, como técnica que assegure a produção das leis ao primeiro e a independência e imparcialidade do último em face dos demais e das pressões dos poderosos particulares; c) **enunciado e garantia dos direitos individuais**. (3) Essas exigências continuam a ser postulados básicos do Estado de Direito, que configura uma grande conquista da civilização liberal.

A concepção liberal do Estado de Direito servira de apoio aos direitos do homem, convertendo os súditos em cidadãos livres, consoante *nota Verdu*, (4) a qual, contudo, se tornara insuficiente, pelo que a expressão **Estado de Direito** evoluiu, enriquecendo-se com conteúdo novo.

Houve, porém, concepções deformadoras do conceito de Estado de Direito, pois é perceptível que seu significado depende da própria idéia que se tem do Direito. Por isso, cabe razão a Carl Schmitt quando assinala que a expressão “Estado de Direito” pode ter tantos significados distintos como a própria palavra “Direito” e designar tantas organizações quanto as a que se aplica a palavra “Estado”. Assim, acrescenta ele, há um Estado de Direito feudal, outro estatal, outro burguês, outro nacional, outro social, além de outros conforme com o Direito natural, com o Direito racional e com o Direito histórico. (5) Disso deriva a ambiguidade da expressão **Estado de Direito**, sem mais qualificativo que lhe indique conteúdo material. Em tal caso a tendência é adotar-se a concepção formal do Estado de Direito à maneira de Forsthoﬀ, (6) ou de um **Estado de Justiça**, tomada a justiça como um conceito absoluto, abstrato, idealista, espiritualista, que, no fundo, encontra sua matriz no conceito hegeliano do **Estado Ético**, que fundamentou a concepção do Estado fascista: “totalitário e ditatorial em que os direitos e liberdades humanas ficam praticamente anuladas e totalmente submetidas ao arbítrio de um poder político onipotente e incontrolado, no qual toda participação popular é sistematicamente negada em benefício da minoria (**na verdade, da elite**) que controla o poder político e econômico.” (7) Diga-se, desde logo, que o Estado de Justiça, na formulação indicada, nada tem a ver com Estado submetido ao poder judiciário, que é um elemento importante do Estado de Direito. Estado submetido ao juiz é Estado cujos atos vos, administrativos e também judiciais ficam sujeitos ao controle jurisdicional no que tange à legitimidade constitucional e legal. É também uma abstração confundir Estado de Direito com uma visão jusnaturalista do Estado.

Por outro lado, se se concebe o Direito apenas como um conjunto de normas estabelecidas pelo legislativo, o Estado de Direito passa a ser Estado de Legalidade, ou Estado Legislativo, (8) o que constitui uma redução deformante do Estado de Direito. Se o princípio da legalidade é um elemento importante do conceito de Estado de Direito, nele não se realiza completamente.

A concepção jurídica de Kelsen também contribuiu para deformar o conceito de Estado de Direito. Para ele Estado e Direito são conceitos idênticos. Na medida em que ele confunde Estado e ordem jurídica, todo Estado, para ele, há de ser Estado de Direito. (9) Por isso, vota significativo desprezo a esse conceito. Como na sua concepção, só é Direito o direito positivo, como norma pura, desvinculada de qualquer conteúdo, chega-se, sem dificuldade, a uma idéia formalista do Estado de Direito ou Estado Formal de Direito, que serve também a interesses ditatoriais, como vimos. Pois, se o Direito acaba se confundindo com mero enunciado formal da lei, destituída de qualquer conteúdo, sem compromisso com a realidade política, social, econômica, ideológica enfim (o que, no fundo, esconde uma ideologia reacionária), todo Estado acaba sendo Estado de Direito, ainda que seja ditatorial. Essa doutrina converte o Estado de Direito em mero Estado Legal. (10) Em verdade, destrói qualquer idéia de Estado de Direito.

3 — Estado Social de Direito

O individualismo e o abstencionismo ou neutralismo do Estado liberal provocará imensas injustiças, e os movimentos sociais do século passado e deste especialmente, desvelando a insuficiência das liberdades burguesas, permitiram que se tivesse consciência da necessidade da justiça social, conforme nota Lucas Verdu, que acrescenta: “Mas o Estado de Direito, que já não poderia justificar-se como liberal, necessitou, para enfrentar a maré social, despojar-se de sua neutralidade, integrar, em seu seio, a sociedade, sem renunciar ao primado do Direito. O Estado de Direito, na atualidade, deixou de ser formal, neutro e individualista, para transformar-se em Estado material de Direito, enquanto adota uma dogmática e pretende realizar a justiça social”. (11) Transforma-se em **Estado Social de Direito** onde o “qualificativo **social** refere à correção do individualismo clássico liberal pela afirmação dos chamados direitos sociais e realização de objetivos de justiça social”. (12) Caracteriza-se no propósito de compatibilizar, em um mesmo sistema, anota Elias Díaz, dois elementos: o capitalismo, como forma de produção, e a consecução do bem-estar social geral, servindo de base ao neocapitalismo típico do **Welfare State**. (13)

Os regimes constitucionais ocidentais prometem, explícita ou implicitamente, realizar o Estado Social de Direito, quando definem um capítulo de direitos econômicos e sociais. Expressas são as Constituições da República Federal Alemã e da Espanha, definindo os respectivos Estados como sociais e democráticos de Direito. (14)

Mas ainda é insuficiente a concepção do Estado Social de Direito, ainda que, como **Estado Mate-**

rial de Direito, revele um tipo de Estado que tende a criar uma situação de bem-estar geral que garanta o desenvolvimento da pessoa humana. Sua ambiguidade, porém, é manifesta. Primeiro, porque a palavra **social** está sujeita a várias interpretações (15) Todas as ideologias, com sua própria visão do **social** e do **Direito**, podem acolher uma concepção do Estado Social de Direito, menos a ideologia marxista que não confunde o social com o socialista. A Alemanha nazista, a Itália fascista, a Espanha franquista, Portugal salazarista, a Inglaterra de Churchill e Attlee, a França, com a Quarta República, especialmente, e o Brasil, desde a Revolução de 30 — bem observava Paulo Benevides — foram “Estados sociais”, o que evidencia, conclui, “que o Estado social se compadece com regimes políticos antagônicos, como sejam a democracia, o fascismo e o nacional-socialismo”. (16) Em segundo lugar, o importante não é o **social**, qualificando o Estado, em lugar de qualificar o Direito. Talvez até por isso se possa dar razão a Forsthoﬀ quando exprime a idéia de que Estado de Direito e Estado Social não podem fundir-se no plano constitucional. (17) O próprio Elias Díaz, que reconhece a importância histórica do Estado Social de Direito, não deixa de lembrar a suspeita quanto a “saber se e até que ponto o neocapitalismo do Estado Social de Direito não estaria em realidade encobrindo uma forma muito mais matizada e sutil de ditadura do grande capital, isto é, algo que no fundo poderia denominar-se, e se tem denominado, neofascismo”. (18) Ele não descarta essa possibilidade, admitindo que “o grande capital encontrou fácil entrada nas novas estruturas demoliberais, chegando assim a constituir-se como peça chave e central do **Welfare State**. Ainda que institucionalizado no chamado Estado Social de Direito, permanece sempre sob este — representada por seus grupos políticos e econômicos mais reacionários e violentos — essa tendência e propensão do capitalismo ao controle econômico monopolista e à utilização de métodos políticos de caráter totalitário e ditatorial, visando a evitar, sobretudo, qualquer eventualidade realmente socialista”. (19)

Por tudo isso, a expressão **Estado Social de Direito** manifesta-se carregada de suspeição, ainda que se tome mais precisa quando se lhe adjunta a palavra **democrático** como fizeram as Constituições da República Federal da Alemanha e da República Espanhola para chamá-lo **Estado Social e Democrático de Direito**. Mas aí, mantendo o qualificativo **social** ligado a **Estado**, engasta-se aquela tendência neocapitalista e a pertrificação do **Welfare State**, com o conteúdo mencionado acima, delimitadora de qualquer passo à frente no sentido socialista. Talvez, para caracterizar um Estado não socialista preocupado, no entanto, com a realização dos direitos fundamentais de caráter social, fosse melhor manter a expressão **Estado de Direito** que já tem uma conotação democratizante, mas, para retirar dele o sentido liberal burguês individualista, qualificar a palavra Direito com o social, com o que se definiria uma concepção jurídica mais progressista e aberta, e então, em lugar de Estado Social de Direito, diríamos **Estado de Direito Social**. Assim disse-mos de outra feita, com base na Constituição de 1969. (20) Mas, não satisfeito, acrescentamos:

"por que não avançar um pouco mais e chegar a um conceito de **Estado de Direito Económico?**"

4. O Estado Democrático

As considerações supra mostram que o Estado de Direito, quer como Estado Liberal de Direito quer como Estado Social de Direito, nem sempre caracteriza **Estado Democrático**. Este se funda no princípio da soberania popular que "impõe a participação efetiva e operante do povo na coisa pública, participação que não se exaure, como veremos, na simples formação das instituições representativas, que constituem um estágio da evolução do Estado Democrático, mas não o seu completo desenvolvimento".(21) Visa, assim, realizar o princípio democrático como garantia geral dos direitos fundamentais da pessoa humana. Nesse sentido, na verdade, contrapõe-se ao Estado Liberal, pois, como lembra Paulo Benevides, "a idéia essencial do liberalismo não é a presença do elemento popular na formação da vontade estatal, nem tampouco a teoria igualitária de que todos têm direito igual a essa participação ou que a liberdade é formalmente esse direito".(22)

O Estado de Direito, como lembramos acima, é uma criação do liberalismo. Por isso, na doutrina clássica, repousa na concepção do Direito **natural, imutável e universal**, daí decorre que a **lei**, que realiza o princípio da legalidade essência do conceito de Estado de Direito, é concebida como norma jurídica geral e abstrata. A **generalidade da lei** constituía o fulcro do Estado de Direito. Nela se assentaria o justo conforme a razão. Dela e só dela defluiria a igualdade. "Sendo regra geral, a lei é regra para todos". (23) O postulado da generalidade das leis foi ressuscitado por Carl Schmitt sob a Constituição de Weimar, após ter sido abandonado sob a influência de Laband, surgindo, em seu lugar, a divisão das leis em formais e materiais. (24) Essa restauração tem sentido ideológico preciso, pois que, como lembra Frans Neumann, a teoria de que o Estado só pode governar por meio de leis gerais se aplica a um sistema económico de livre concorrência,(25) e "o renascimento, sob a Constituição de Weimar, da noção da generalidade das leis e sua aplicação indiscriminada às liberdades pessoais, políticas e económicas, foi assim usado como um dispositivo para restringir o poder do Parlamento que já não mais representava exclusivamente os interesses dos grandes latifundiários, dos capitalistas, do exército e da burocracia. E então, o direito geral, dentro da esfera económica, era usado para conservar o sistema de propriedade existente e para protegê-lo contra intervenção sempre que esta fosse julgada incompatível com os interesses dos grupos mencionados acima".(26)

Invoca-se, com frequência, a doutrina da vontade geral de Rousseau para fundamentar a afirmativa de que a igualdade só pode ser atingida por meio de normas gerais, mas se esquece de que ele discutia o direito geral com referência a uma sociedade em que só haveria pequenas propriedades ou propriedades comuns. (27) Não é, pois, fundamento válido para o postulado da generalidade que embasa o liberalismo capitalista. De fato, a "propriedade particular, que é sagrada e

inviolável", de acordo com Rousseau, só é propriedade até onde permanece como um direito individual e discriminado. "Se for considerada comum a todos os cidadãos, ficará sujeita a **volenté générale** e poderá ser infringida ou negada. Assim o soberano não tem o direito de tocar na propriedade de um ou de diversos cidadãos embora possa legitimamente tomar a propriedade de todos".(28)

Conclui-se daí que a igualdade do Estado de Direito, na concepção clássica, se funda num elemento puramente formal e abstrado, qual seja a generalidade das leis. Não tem base material que se realize na vida concreta. A tentativa de corrigir isso, como vimos, foi a construção do Estado Social de Direito, que, no entanto, não foi capaz de assegurar a justiça social nem a autêntica participação democrática do povo no processo político,(29) de onde a concepção mais recente do Estado Democrático de Direito, como Estado de legitimidade justa (ou Estado de Justiça material), fundante de uma sociedade democrática qual seja a que instaure um processo de efetiva **incorporação** de todo o povo nos mecanismos do **controle das decisões**, e de sua **real participação nos rendimentos da produção**.(30)

5. Caracterização do Estado Democrático de Direito

A configuração do **Estado Democrático de Direito** não significa apenas unir formalmente os conceitos de Estado Democrático e Estado de Direito. Consiste, na verdade, na criação de um conceito novo, que leve em conta os conceitos dos elementos componentes, mas os supera na medida em que incorpora um componente revolucionário de transformação do **status quo**. E aí se entremosta a extrema importância do art. 1º da Constituição de 1988, quando afirma que a República Federativa do Brasil se constitui em **Estado Democrático de Direito**, não como mera promessa de organizar tal Estado, pois, a Constituição aí já o está proclamando e fundando.

A Constituição portuguesa instaura o **Estado de Direito Democrático**, com o "democrático" qualificando o Direito e não o Estado. Essa é uma diferença formal entre ambas as constituições. A nossa emprega a expressão mais adequada, cunhada pela doutrina, em que o "democrático" qualifica o Estado, o que irradia os valores da democracia sobre todos os seus elementos constitutivos e, pois, também, sobre a ordem jurídica. O Direito, assim, imantado por esses valores, se enriquece do sentir popular e terá que ajustar-se ao interesse coletivo. Contudo, o texto da Constituição portuguesa dá ao Estado de Direito Democrático o conteúdo básico que a doutrina reconhece ao Estado Democrático de Direito, quando afirma que ele é "baseado na soberania popular, no respeito, na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objetivo assegurar a transição para o socialismo mediante a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa".(art. 2º).

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, II), em que o poder emana do povo, deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por seus representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único); participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formação dos atos de governo;(31) pluralista, porque respeita a pluralidade de idéias, culturas e etnias(32) e pressupõe assim o diálogo entre opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes na sociedade; há de ser um processo de liberação da pessoa humana das formas de opressão que não depende apenas do reconhecimento formal de certos direitos individuais, políticos e sociais, mas especialmente da vigência de condições económicas suscetíveis de favorecer o seu pleno exercício.

Não é Estado de democracia popular subordinado ao personalismo e ao monismo político, mas tende a realizar a síntese do processo contraditório do mundo contemporâneo, manifestado entre os Estados capitalistas ou neocapitalistas do ocidente e os Estados coletivistas do leste. Será, neste quadrante, o tipo de Estado do futuro, superador das atuais antíteses Leste-Oeste e Norte-Sul. É nesse sentido o pronunciamento de Elias Diaz:

"Desta forma, e sem querer chegar com isso apressadamente "à grande síntese final" ou a qualquer outra forma de "culminação da História" (isto deve ficar bem claro) cabe dizer que o Estado Democrático de Direito aparece como a fórmula institucional em que atualmente, e sobretudo para um futuro próximo, pode vir a concretizar-se o processo de convergência em que podem ir concorrendo as concepções atuais da democracia e do socialismo. A passagem do neocapitalismo ao socialismo nos países de democracia liberal e, paralelamente, o crescente processo de despersonalização e institucionalização jurídica do poder nos países de democracia popular, constituem em síntese a dupla ação para esse processo de convergência em que aparece o Estado Democrático de Direito".(33) O mesmo autor, em outra obra, define-o como a institucionalização do poder popular ou realização democrática do socialismo. (34)

A Constituição de 1988, contudo, não chegou a estruturar um Estado Democrático de Direito de conteúdo socialista, mas abre as perspectivas de realização social profunda pela prática dos direitos sociais que ela inscreve e pelo exercício dos instrumentos que oferece à cidadania que possibilita concretizar as exigências de um Estado de justiça social fundado na dignidade da pessoa humana.

6. A Lei no Estado Democrático de Direito

O princípio da legalidade é também um princípio basilar do Estado Democrático de Direito. É da essência do seu conceito subordinar-se à Constituição e fundar-se na legalidade democrática. Sujeita-se, como todo Estado de Direito, ao império da lei, mas da lei que realize o princípio da igualdade e da justiça não pela sua genera-

lidade, mas pela busca da igualização das condições dos socialmente desiguais. Deve-se, pois, ser destacada a relevância da lei no Estado Democrático de Direito, não apenas quanto ao seu conceito formal de ato jurídico abstrato, geral, obrigatório e modificativo da ordem jurídica existente, mas também à sua função de regulamentação fundamental, produzida segundo um procedimento constitucional qualificado. A lei é efetivamente o ato oficial de maior realce na vida política. Ato de decisão política por excelência, é por meio dela, enquanto emanada da atuação da vontade popular, que o poder estatal propicia ao viver social modos predeterminados de conduta, de maneira que os membros da sociedade saibam, de antemão, como guiar-se na realização de seus interesses.

É precisamente no Estado Democrático de Direito que se ressalta a relevância da lei, pois ele não pode ficar limitado a um conceito de lei, como o que imperou no Estado de Direito clássico.⁽³⁵⁾ Pois ele tem que estar em condições de realizar, mediante lei, intervenções que impliquem diretamente uma alteração na situação da comunidade.⁽³⁶⁾ Significa dizer, a lei não deve ficar numa esfera puramente normativa, não pode ser apenas lei de arbitragem, pois precisa influir na realidade social. E se a Constituição se abre para as transformações políticas, econômicas e sociais que a sociedade brasileira requer, a lei se elevará de importância, na medida em que, sendo fundamental expressão do direito positivo, caracteriza-se como desdobramento necessário do conteúdo da Constituição e aí exerce função transformadora da sociedade, impondo mudanças sociais democráticas, ainda que possa continuar a desempenhar uma função conservadora, garantindo a sobrevivência de valores socialmente aceitos.

7. Os princípios do Estado Democrático de Direito

Limitar-nos-emos a indicar esses princípios⁽³⁷⁾ sem entrar em pormenores. São os seguintes:

a) princípio da constitucionalidade, que exprime, em primeiro lugar, que o Estado Democrático de Direito se funda na legitimidade de uma Constituição rígida, emanada da vontade popular, que, dotada de supremacia, vincule todos os poderes e os atos deles provenientes, com as garantias de atuação livre da jurisdição constitucional;

b) princípio democrático que, nos termos da Constituição, há de constituir uma democracia representativa e participativa, pluralista, e que seja a garantia geral da vigência e eficácia dos direitos fundamentais (art. 1º);

c) sistema de direitos fundamentais individuais, coletivos, sociais e culturais (Tít. II, VII e VIII);

d) princípio da justiça social, referido no art. 176, *caput*, no art. 198, como princípio da ordem econômica e da ordem social; como dissemos, a Constituição não prometeu a transição para o socialismo mediante a realização da democracia econômica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa, como o faz

a Constituição portuguesa, mas abre-se ela, também, para a realização da democracia social e cultural, embora não avance significativamente rumo à democracia econômica;

e) princípio da igualdade (art. 5º, *caput*, e inciso I);

f) princípio da divisão de poderes (art. 2º) e da independência do juiz (art. 100);

g) princípio da legalidade (art. 5º, II);

h) princípio da segurança jurídica (art. 5º, XXXVI a LXXIII).

8. Tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito

A tarefa fundamental do Estado Democrático de Direito consiste em superar as desigualdades sociais e regionais e instaurar um regime democrático que realize a justiça social.

A seguir, passo a referir às notas componentes da palestra:

2. A propósito, cf. J.J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, ob. cit., p. 73. A doutrina portuguesa, espanhola e alemã sobre o Estado Democrático de Direito já fornece uma configuração desse conceito que foi, por certo, o que influenciou a Constituinte a acolhê-la na nova Constituição. É, por isso, que, aqui, recorre-mos, amiúde, a essa doutrina, a fim de defini-lo com a devida precisão, para que se compreenda que não se trata de mero conceito formal, mas de um conceito tendente à realização de uma democracia socialista.

3. Cf. Elias Díaz, *Estado de Derecho e Sociedad Democrática*, Madrid, Editorial Cuadernos para el Diálogo, 1973, pp. 29 e ss.

4. Cf. Pablo Lucas Verdu, *La Lucha por el Estado de Derecho*, Bolonha, Publicaciones del Real Colegio de España, 1975, p. 94.

5. Cf. *Legalidad y Legitimidad*, Madrid, Aguilar, 1971, p. 23, trad. de José Díaz García.

6. Cf. Ernst Forsthooff, *Stato di diritto in trasformazione*, Milão, Guiffre, 1973, p.6, onde, respondendo às críticas, reafirma que continua a sustentar que o Estado de Direito deve ser entendido no sentido formal.

7. Cf. Elias Díaz, ob. cit., pp. 57 e ss., ampla discussão sobre o Estado Ético. O texto citado acha-se à p. 77. Ressalva-se o texto — “na verdade, da elite” — que é nosso.

8. Cf. Carl Schmitt, ob. cit., p. 4. “Por ‘Estado Legislativo’ se entende aqui um determinado tipo de comunidade política, cuja peculiaridade consiste em que ve a expressão suprema e decisiva de la voluntad común en la proclamación de una especie cualificada de normas que pretenden ser Derecho”.

9. Kelsen é expresso, nesse sentido, como se pode ver destas palavras da versão francesa de sua obra clássica “Des lors que l'on reconnaît que l'Etat est un Etat de droit, et ce terme d'Etat de droit représente un pleonasma”. É certo que, em seguida, ele dá o sentido em que o termo é empregado. “En fait cependant”, on répond aux postulats de la démocratie et de la sécurité juridique. En ce sens spécifique, “l'Etat de droit” est un ordre juridique relativement centralisé qui présente les traits suivants: la juridiction et l'administration y sont liées par des lois, c'est-à-dire par des normes générales qui sont décidées par un Parlement élu par le peuple, avec ou sans la collaboration d'un chef d'Etat qui est placé à la tête du gouvernement, les membres du gouvernement y sont responsables de leurs actes; les tribunaux y sont indépendants; et les citoyens “y voient garantir certains droits de liberté, en particulier la liberté de conscience et de croyance, et la d'exprimer leurs opinions” (Cf. *Théorie Pure du Droit*, Paris, Dalloz, 1962, p. 422, trad. francesa de Charles Eisenmann, Cf. do mesmo autor *Teoría General del Diritto e dello Stato*, 5ª ed., Milão, Etas Libri, 1974, p. 186, trad. de Sergio Cotta e Giuseppino Treves). A propósito, cf. Antonio Enrique Pérez Luno, “Estado de Derecho y Derecho Fundamental”, no volume de que foi editor — *Los Derechos Humanos, Significación, Estatuto Jurídico y Sistema*, Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1979, p. 165.

10. Sobre a diferença entre Estado de Direito e Estado Legal, cf. Carré de Malberg, *Contribución a la Gheorie Générale*

de l'Etat. T. I, Paris, Recueil Sirey, 1920 (reimpressão de 1962), pp. 490 a 494.

11. Cf. *La Lucha por el Estado de Derecho*, p. 94.

12. Cf. Elias Díaz, ob. cit., p. 96, Verdu, ob. cit., pp. 95 e ss.

13. Ob. cit., p. 106.

14. “A República Federal da Alemanha é um Estado Federal Democrático e Social (art.20.1). “Espana se constituy en un Estado social y democrático de Derecho...” (art. 1.1)

15. Cf. Ernst Forsthooff, *Stato di Diritto in Trasformazione*, p. 53.

16. Cf. *Do Estado Liberal ao Estado Social*, São Paulo, Saraiva, 1961, pp. 205-206.

17. Ob. cit., p. 70.

18. Ob. cit., p.121, também p.123.

19. Id. ib., pp.122-123.

20. Cf. nosso *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 4ª ed., São Paulo, RT, 1987, 2ª tiragem 1988, p. 316.

21. Cf. Emilio Crosa, *Lo Stato Democratico* Turim, Utet, 1946, p. 25.

22. Cf. *Do Estado Liberal ao Estado Social*, p. 16.

23. Cf. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, *Estado de Direito e Constituição*, São Paulo, Saraiva, 1988, p. 21.

24. Cf. Franz Neumann, *Estado Democrático e Estado Autoritário*, Rio, Zahar Editores, 1969, pp. 60-61, trad. de Luiz Corrêa.

25. Ob. cit., p. 61.

26. Frans Neumann, ob. cit., p. 63.

27. Frans Neumann, ob. cit., p. 61.

28. Cf. Frans Neumann, ob. cit., p.62, citando, sob nota 27 *Émile*, livro V. Cf. efetivamente *Émile ou de l'Éducation*, Paris Flammarion, 1966, pp. 604-605.

29. Cf. Pablo Lucas Verdu, *Curso de Derecho Político*, vol II Madrid, Editorial Tecnos, — 1974, pp. 230-231.

30. Cf. Elias Díaz, ob. cit., pp.139-141.

31. Arts. 14, I a IV; 30,X e XI; 31, § 3º, 50, XV, 63, §2º; 203, III, 209, III.

32. arts. 1º, V; 17; 211, III.

33. Ob. cit., p. 133.

34. Cf. *Legitimidad-Legalidad en el Socialismo Democrático*, Madrid, Editorial Civitas, 1977, p. 184.

35. A propósito, cf. Christian Starck, *El Concepto de Ley en la Constitución Alemana*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1979, p.249.

36. Christian Starck, ob. cit., p. 300.

37. Mais uma vez recorreremos ao magistério de Gomes Canotilho, que desenvolveu os princípios do Estado de Direito Democrático português com pormenores em livro *Direito Constitucional*, 4ª ed., pp. 296 e segs. Todos são aplicáveis ao Estado Democrático de Direito brasileiro. Haverá alguma diferença que o leitor, em comparando, logo perceberá.

Pois bem, esta minha iniciativa quer premiar e fazer justiça à valiosa contribuição que o Professor José Afonso da Silva prestou a este País, através da Liderança do PMDB, na Assembléia Nacional Constituinte, na elaboração de um instrumento de paz social e desenvolvimento econômico, refletido na nova Carta Magna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Os firmatários, abaixo assinados, vêm requerer, nos termos das normas regimentais, a reunião dos destaques e emendas infra-referidos, para votação simultânea, relativa ao texto do(s) arts.45 a 76, para: supressões parciais ou integrais, e correções de erro, omissão e contradição. Restando o(s) texto(s) com a seguinte redação:

“Art. 45.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 46.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado, Território e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, de forma que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta.

Art. 50. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados, acordos, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República;

Art. 53. Compete privativamente ao Senado Federal:

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III — aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, e escolha de:

Art. 57. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I — investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou Chefe de missão diplomática; (vide obs. nº 01)

Art. 59. § 7º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I — pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou se intervenção federal e de pedido de autorização para a decretação de Estado de Sítio, bem como para receber o compromisso e dar posse ao Presidente e Vice-Presidente da República, nos termos do § 4º, inciso III, deste artigo;

Art. 60. § 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

IV — suprimir;

Art. 73. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III — apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV — realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando forem requeridas

pela Câmara dos Deputados, Senado Federal ou por iniciativa de comissão técnica ou de inquérito, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II;

VI — fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII — prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, por comissão, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e, ainda, sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

Art. 74. A comissão mista permanente a que se refere o art. 172, § 1º, diante de indícios de despesas não autorizadas ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável, que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

Art. 76. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dele darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Observação nº 01: Ficam prejudicados os Destaques nºs 780-Mauro Benevides, 639-Chagas Neto, 961-João Menezes, 998-Domingos Juvenil, e ressalvada a votação dos Destaques nºs 1595-Geraldo Melo, 103-Acival Gomes, 1491-Gerson Peres e 387-Albérico Filho, relativos ao inciso I do art. 57.

Sala das Sessões, de agosto de 1988. — **Ivo Vanderlinde**, D.096/E.1569 — **Adroaldo Streck**, D.850/E.1152 — **Antônio Salim Curitiba**, D.769/E.006 — **Irma Passoni**, D.169/E.1306 — **Airton Sandoval**, D.1739/E.777 — **Roberto Campos**, D.1355/E.1448 — **Francisco Küster**, D.1688/E.1448 — **Acival Gomes**, D.102/E.1587 — **José Viana**, E.138 — **Nestor Duarte**, D.033/E.956 — **Maurício Fruet**, D.050/E.1591 — **Leopoldo Peres**, D.286/E.1683 — **Nelson Carneiro**, D.011/E.1788 — **Lúcio Alcântara**, D.747/E.847, D.748/E.848 — **Alfredo Campos**, D.1093/E.804 — **Carlos Cotta**, E.1772 — **Arnaldo Moraes**, D.452/E.524 — **Orlando Pacheco**, D.627/E.1458 — **Irajá Rodrigues**, D.095/E.1790 — **Luiz Alberto Rodrigues**, D.065/E.1595 — **Lélio Souza**, D.1583/E.1183 — **Jofran Frejat**, D.1632/E.1183 — **Geovah Amarante**, D.074/E.1599 — **Fernando Henrique Cardoso**, D.1693/E.1729 — **João Alves**, D.1289/E.1445 — **Márcia Kubitschek**, D.799/E.1684.

O SR. FERES NADER (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos vivendo momentos de grande

intranquilidade, em face do excesso de poluição que se acumula no ar. As grandes indústrias, na sua busca insana de elevar a sua produção, surgem como geradoras principais, no que pese o esforço de sua maioria visando reduzir o volume de poluentes no ar. Todavia, o grande número de veículos que transitam pelas cidades e estradas brasileiras continuam contribuindo para agravar ainda mais o quadro.

O número crescente de veículos nas grandes metrópoles tem criado outro problema: a falta de área para estacionamento, frequentes congestionamentos, falta de espaço físico para o fluxo aceitável dos carros.

Se voltarmos ao passado, curiosamente encontraremos uma alternativa capaz de pelo menos minimizar os efeitos dos problemas de poluição e de trânsito, precipuamente nos grandes centros urbanos.

Na década de 50, a Romi, de Santa Bárbara D'Oeste, lançava no mercado brasileiro a Romi-Isetta, com 2,26 metros de comprimento, perto de 350 quilos e capaz de rodar 25 quilômetros com um litro de gasolina. Em forma de ovo, a Romi-Isetta, fabricada por uma indústria de equipamentos agrícolas, tinha apenas uma porta na frente, que tomava toda a parte dianteira, e lugar só para duas pessoas.

Para a época foi considerado revolucionário e hoje muitos dizem que a Romi-Isetta, "um veículo do futuro", nasceu no passado. Cinco anos depois de lançado e com uma produção que já somava três mil unidades, o carro saiu de linha. As taxas que ele estava sujeito elevaram seu preço no mercado ao nível dos importados, isentos de pagamento de impostos. Essa foi uma das razões, apenas. Além dessa, a Romi não tinha estrutura para competir com as montadoras multinacionais, que começava a chegar ao Brasil. Era o fim da Romi-Isetta, que começou a querer ressuscitar no início da década de 80. Mais uma vez, não deu certo, por absoluta falta de apoio.

Agora, em 1988, talvez seja o momento certo para ressuscitá-la. Pelo menos três motivos justificariam a sua volta ao mercado brasileiro: economia de combustível e, concomitantemente, redução do índice de poluição; cinco mil novos empregos, no mínimo, e descongestionamento do trânsito; e, finalmente, baixo custo para a sua comercialização, propiciando que um maior número de brasileiros possa ter o seu veículo. Junte-se a tudo isto a redução de acidentes de trânsito, principalmente atropelamentos, pois o Romi não desenvolve grande velocidade, permitindo ao motorista absoluto controle dos seus movimentos.

Entendemos, Sr. Presidente, que estamos enfrentando momentos difíceis e cuja estratégia para vencê-los está centrada na busca de novas alternativas. Acreditamos que a nossa sugestão deve merecer maior atenção das autoridades do setor e dos empresários. Aqueles que disseram, na década de 50, que o Romi-Isetta era "um veículo do futuro", estavam com a razão. 1989 deve ser o ano que marcará o renascimento da Romi-Isetta no Brasil, inclusive com possíveis melhorias, mas sem mexer na sua estrutura.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fazemos um apelo veemente à Diretoria do Banco Central para que autorize,

em sua sessão de hoje, pelo menos um dos pleitos reivindicados pela Caixa Econômica do Estado de São Paulo, atuar em mesa de *over* — uma autorização que se mostra como fundamental e de necessidade imediata — para que o estabelecimento de crédito paulista tenha atividades que contribuam para minorar suas dificuldades financeiras.

Não há, na verdade, nenhum empecilho a tal tipo de operação, uma vez que, recentemente, a Caixa Econômica Federal, foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional a atuar no mercado aberto. Com isso, fica liberado às Caixas Econômicas Estaduais esse tipo de operação.

Existem apenas quatro Caixas Econômicas Estaduais no País, sendo uma delas em São Paulo, as quais, quando bem dirigidas e com a liberação de algumas operações, a exemplo do que sucede com a Caixa Econômica Federal e bancos, terão condições plenas de se tornarem auto-suficientes, dispensando os erários estaduais de “injeções” de recursos.

A Caixa necessita oferecer à sua clientela outros serviços, compatíveis com aqueles praticados pelos bancos privados; desta forma a “Nossa Caixa” abre caminho para o seu saneamento financeiro, deixando, a médio prazo, de ser uma instituição deficitária.

E ela necessita desta autonomia financeira para atender ao seu principal objetivo, que é consolidar-se como banco social do Estado de São Paulo com a função primordial de financiar habitações, especialmente para as camadas mais carentes da população.

Mas, para a realização desse objetivo, a Caixa não pode manter os prejuízos em seus balanços e nem continuar nessa situação discriminatória com relação à Caixa Econômica Federal e bancos privados o que fere, acintosamente, o princípio da isonomia.

Assim, nos unimos ao justo apelo feito por Nildo Masini, Presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, à Diretoria do Banco Central, para que autorize a “Nossa Caixa” a operar em mesa de *over*, a fim de que consiga condições para alcançar a sua autonomia financeira e possa atender, desta forma, a todos os seus compromissos sociais com o povo paulista.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PSDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejamos transmitir a nossa solidariedade aos empregados do Serpro, da Datamec e da Dataprev que estão em greve por melhores condições de trabalho e por salários dignos, ao mesmo tempo em que repudiamos, com veemência, a autorização de intervenção de tropas no movimento, que é pacífico.

É importante assinalar que os empregados da Datamec, da Dataprev e do Serpro estão exigindo apenas o cumprimento de cláusulas contratuais constantes no último acordo de trabalho, cláusulas essas, aliás, que já foram transformadas em benefícios reais para os servidores da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Empresa de Correios e Telégrafos.

Queremos, também, Sr. Presidente, protestar com energia contra centenas de demissões no Serpro, especialmente em sua delegacia regional do Paraná, porque se trata de medida violenta e que deixa à mostra a face dura do Governo do Sr. Sarney.

Apelamos ao Sr. Ministro da Fazenda no sentido de que determine, com urgência, a reabertura nos entendimentos com as representações de trabalhadores daquelas empresas, visando à retomada do diálogo, a fim de que seja possível alcançar uma solução negociada.

Entendemos, finalmente, que está em jogo o interesse público, e a greve, que é justa, oportuna e necessária, se prosseguir, deverá ser debitada unicamente à intransigência governamental, com sérios prejuízos para milhões de trabalhadores, humildes em sua maioria, os quais estão ameaçados de não receber seus vencimentos deste mês porque as folhas de pagamento não estão sendo processadas. (Muito bem!)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aproxima-se o momento em que estaremos apreciando e votando dispositivos alusivos à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União. Está proposto que esta será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, o qual será executado pelo Tribunal de Contas e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O art. 76 expressa, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle com a finalidade de:

Avaliar as metas no plano plurianual.

Comprovar a legalidade dos procedimentos

Controlar as operações de crédito e apoiar os Tribunais de Contas.

Para isso é necessário que cada Poder tenha um sistema de controle eficaz e consistente. Pois, uma vez constatada a irregularidade através do Tribunal de Contas ou do Conselho de Contas, que esses exerçam ação competente sobre as respectivas irregularidades. Assim sendo, o controle das contas públicas passará a ser mais eficiente e integrado. Amarrará determinadas liberdades exageradas, reforçará significativamente o Poder Legislativo. A força dos tribunais está em que eles se apoiem na legitimidade do Legislativo que, por sua vez, deverá aparelhar-se com os recursos humanos e técnicos necessários.

Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União será escolhido pelo Presidente da República, com a aprovação do Senado Federal, enquanto dois terços serão escolhidos pelo Congresso Nacional.

O SR. JORGE UEDQUE (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Assembleia Nacional Constituinte, atendendo a apelos dos legisladores e da sociedade, eliminou, no 1º turno, a nefasta figura do decreto-lei, mas, equivocadamente, criou o art. 64, que institui “as medidas provisórias com força de lei”, que terão eficácia desde o momento da edição, mas que não recebendo aprovação do Congresso Nacional, terão a sua eficácia revogada a partir da edição. Ocorre que o Congresso deverá resolver as situações criadas com os atos jurídicos praticados entre a edição da medida provisória e a sua revogação.

Quero incluir-me entre os Constituintes que estão coordenando uma ação política para revogar, no 2º turno, essa figura do art. 64, que é tão nefasta ao Congresso Nacional como o decreto-lei, que foi por nós duramente criticado.

Desejo alertar as Lideranças políticas, responsável pela criação do art. 64, que estão diminuindo os poderes do Congresso Nacional, fortalecendo o Executivo e ajudando a criar um clima de insegurança para os que foram atingidos pelas medidas provisórias com força de lei até o momento da sua aprovação ou rejeição pelo Congresso Nacional.

As medidas provisórias com força de lei são de lei com nova roupagem, por isso minha posição pela sua retirada do texto constitucional.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou sendo acusado por Moreira **et caterva** de estar contra o Pólo Petroquímico do nosso Estado. Pura balela. Sou intransigente defensor do Pólo. Apenas condenei a maneira pela qual o nosso Moreira se colocou como “dono da bola” e apontei as dificuldades que ainda teríamos para conciliar os interesses da Companhia Siderúrgica Nacional — CSN — como os da criação do Pólo, em Itaguaí; tudo que afirmei então, está rigorosamente certo, tanto que até agora ainda não saiu o decreto presidencial dividindo a área entre a Siderúrgica Nacional e o Pólo.

Também quero confundir a opinião pública dizendo que aqueles que combatem o monopólio da Rhodia na produção de Fenol são “inimigos do Pólo”. Eles é que são defensores do monopólio para a multinacional — eles é que podem ser advogados da Rhodia e não defensores dos interesses fluminenses.

Agora, em que pese a seriedade da Feema, na luta contra a poluição, o Moreira, com estardalhaço e se fazendo de energético, ameaça a CSN até de fechamento. Vejamos a bazófia do homem. Sempre implicando com a CSN. Antes querendo tomar o terreno da Siderúrgica em Itaguaí para o Pólo, agora “ameaçando-a” de fechamento. Como se Moreira tivesse poder e “peito” para sequer interromper o funcionamento deste marco na história da emancipação econômica do nosso País, a nossa maior Usina de Aço, criada por Getúlio Vargas.

Todos sabemos da luta dos competentes dirigentes e técnicos da Usina de Volta Redonda para diminuir os efeitos da poluição que toda usina siderúrgica, sobretudo do porte da CSN, causa ao meio ambiente. É louvável o esforço da Feema que, trabalhando com diretores, engenheiros e trabalhadores vem tentando minimizar as consequências poluidoras da produção de aço. Sabemos que esta luta não é de hoje. Para acabar com a poluição da CSN, serão necessários investimentos da ordem de 50 milhões de dólares. É só o Governo Federal autorizar o BNDES a financiar com esta importância a aquisição de equipamentos e obras complementares que a poluição acaba. É só isso que todos queremos. Mas não é com declarações bombásticas que esse Governador ou temos vai conseguir acabar com a poluição em Volta Redonda. Muito menos com ameaças infantis. Vamos deixar de bobagem, Moreira. Não atrapalhe a CSN, já com tantas dificuldades, inclusive por ter sido obrigada a praticar preços gravosos como tem sido. E, sobretudo, não venha agora, por seus porta-vozes, “acusar-me” de ser inimigo da ecologia. Sou contra a poluição. Como sou contra o monopólio da Rhodia. E a favor da CSN e do Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO ZARZUR (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a instituição do vale-transporte representou, sem sombra de dúvidas, uma grande conquista para o trabalhador: ficou ele sabendo que, em qualquer circunstância e independentemente do custo final do preço de uma passagem em transporte coletivo urbano, não necessariamente ele desembolsaria quantia superior a 6% de sua remuneração. Esse o ideal perseguido, essa a intenção que gerou a Lei Federal nº 7.615. Mas a realidade tem oferecido contorno diferente que, em muitas ocasiões, acabou por desvirtuar e, até mesmo, desestimular o uso do vale-transporte.

Visando superar essa dificuldade e oferecer essa efetiva vantagem a todos os trabalhadores, a Câmara Metropolitana de Transportes de São Paulo estudou minuciosamente o tema e chegou a uma conclusão: é necessário a formação de um consórcio entre as diferentes empresas operadoras para que os objetivos maiores daquele benefício possam efetivamente ser alcançados. Essa Câmara, Sr. Presidente, que é responsável pela coordenação e articulação entre entidades federais, estaduais e municipais de transportes atuantes na região da Grande São Paulo, manteve contatos com inúmeros outros segmentos e órgãos interessados nessa questão, merecendo especial destaque a participação da CBTU, CMTC, Consulti, EMTU — SP, Fepasa, Metrô e SNM, procurando uma saída para o entrave operacional.

A Grande São Paulo conta com um contingente avaliado de 6,3 milhões de vales-transportes diários. E, infelizmente, estava ocorrendo um considerável esvaziamento desse mecanismo, pois o transporte coletivo da região está a cargo de 147 empresas públicas e privadas, agrupadas de acordo com seu órgão de gerência ou conforme os poderes concedentes.

Em atitude que merece o maior louvor, a Câmara Metropolitana de Transportes resolveu que o caminho mais seguro para a superação de todos os problemas, até hoje verificados, está na formação de um consórcio. O vale-transporte passa a ser único, distribuído sem prazo de validade e aceito por qualquer operadora de transporte.

Desejo louvar esse esforço que foi desenvolvido na Capital paulista e que pode, perfeitamente, servir de modelo para as outras grandes aglomerações urbanas. O resultado mais imediato, no caso da Capital de nosso Estado, será a comercialização mensal de cerca de 150 milhões de vales-transportes e o oferecimento de condições reais para que os trabalhadores possam se utilizar desse benefício de indiscutível justiça social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a reação do Governo Federal frente aos avanços e as conquistas que advirão da promulgação da nova Constituição, em particular àquelas referentes à Reforma Tributária, é notória e flagrante.

Reformas administrativas e medidas de contenção de gastos, visando a redução de encargos para a União, e a sua conseqüente transferência para os Estados e Municípios, estão sendo cogitadas ou mesmo implementadas pelo Executivo Federal, numa atividade precipitada e inconse-

quente, gerando intranquilidade e descontentamento em diversos setores governamentais.

Um dos alvos do Governo, o Sibrater — Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, corre o sério risco de ser desestruturado frente à ameaça de corte no repasse de verbas e extinção da Embrater-Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, mola propulsora, articuladora do sistema de extensão rural a nível de Federação.

Iniciado há 32 anos e institucionalizado em 1975, com a criação da Embrater e das Emater, vinculadas ao Ministério da Agricultura e às Secretarias de Agricultura estaduais, respectivamente, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural cumpre importante papel no contexto econômico e social do País.

A Embrater, desempenhando um papel catalisador e canalizador de apoios externos entre as Emater, 25 empresas estaduais e territoriais, está presente hoje em todo o território nacional, em 3.254 municípios — mais de 90% do total ou 35.000 comunidades, através de 2.988 escritórios locais e 14.000 técnicos dentre os quais 11.500 no campo.

As 25 empresas estaduais, as Emater, contando com a coordenação e assessoramento da Embrater, são responsáveis pela execução da extensão rural. Prestam assistência a 1,3 milhão de agricultores e suas famílias, em sua grande maioria pequenos produtores, difundindo tecnologia agropecuária — seu principal canal de ação, desenvolvendo e orientando atividades de cunho social (saúde, nutrição, habitação, economia doméstica em geral), organizando comunidades rurais, associativas, a comercialização, a administração rural e a gestão agrícola, apoiando as mulheres e jovens rurais.

A Embrater e as Emater participam ainda dos programas federais em áreas de assentamento da reforma agrária, colonização, microbacias hidrográficas, irrigação e outros.

Poderia citar inúmeras outras vantagens para enfatizar a importância e necessidade de resguardarmos o nosso sistema de extensão rural. Todavia, acho desnecessário, tendo a plena convicção de que os nobres Deputados aqui presentes estão cientes do problema e compartilham comigo da mesma opinião.

Assim sendo, gostaria de fazer um chamamento a V. Ex^{as}: unamo-nos em torno do propósito de evitar esse desastre. Precisamos impedir a efetivação dessa medida pretendida pelo Governo em favor dos nossos trabalhadores do campo, cidadãos brasileiros que, de sol a sol, produzem alimentos e geram divisas para o País.

A Embrater deve ser mantida. Comprovadamente, ela não é responsável por nenhum rombo nos cofres do Governo, por ínfimo que seja, já que todo o montante dos recursos que lhe são destinados são integral e corretamente aplicados e revertidos em benefícios de interesse público.

Ademais, o Governo não pode abster-se de compartilhar com os Estados e municípios da nobre tarefa de assistir ao meio rural brasileiro.

O SR. JOSÉ YUNES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Constituintes, neste momento histórico em que o Brasil se vê inserido num quadro econômico, social e político preocupante, devemos, por uma questão

patriótica, exaltar quem substitui a postura crítica e lamentações inúteis por uma ação concreta para solucionar problemas que nos afligem.

Ocupo esta tribuna para enaltecer o enorme esforço que o Governo do Estado de São Paulo vem desenvolvendo na área da habitação, encarando a questão como de responsabilidade pública, na medida em que oitenta por cento da população brasileira estão representadas por famílias de renda inferior a cinco salários mínimos, obrigando grande parte de pessoas que não têm condições de arcar com os custos de moradia e da casa própria.

A carência de moradias no Brasil chegou a níveis insustentáveis, pois não se constata hoje que um terço da população, o correspondente a mais de 40 milhões de pessoas, vive em condições de subabitação, proporção esta muito superior à média do próprio terceiro mundo. Somente em São Paulo o déficit de moradias gira em torno de dois milhões de unidades.

O Governo de São Paulo teve a coragem de aceitar o desafio de começar a reverter esta situação caótica. Criou, em 20 de fevereiro de 1987, a Secretaria Estadual de Habitação e delineou, possivelmente pela primeira vez na história deste País, os traços de uma política para o setor com metas definidas, sem improvisos.

O balanço do primeiro ano da Administração do Governo Quéricia, nesta área, há de ser feito sobre toda tarefa preparatória que o competente Engenheiro Adriano Branco, titular da pasta da Secretaria de Habitação do Estado vem desenvolvendo para consolidar esta política e, conseqüentemente, alcançar seus objetivos.

Os números deste balanço não devem, entretanto, ser desprezados. Em apenas um ano a Companhia de Desenvolvimento Habitacional — CDH, presidida pelo Doutor Manoel Carlos Ferrari, empresa subordinada à Secretaria de Habitação, projetou a construção de 120 mil casas, quantidade três vezes superior às moradias que viabilizou em 22 anos de existência.

Importante ressaltar a prioridade absoluta que as famílias de baixa renda estão recebendo para a aquisição destas moradias. Ao contrário do que sempre ocorreu em São Paulo e nos demais Estados brasileiros, se constata agora um esforço real para beneficiar a população mais carente.

Em 22 anos de existência do BNH, noventa e dois por cento das verbas do Sistema Financeiro de Habitação, composto por recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS, e da Caderneta da Poupança, foram aplicadas em benefício de famílias com rendimento mensal superior a cinco salários mínimos, restando apenas oito por cento para o atendimento das de renda inferior.

Tal insensatez fez o déficit habitacional saltar, nas duas últimas décadas, de menos de dois milhões de moradias para oito milhões nos dias de hoje.

As dificuldades são, porém, ainda enormes, pois os Estados, e São Paulo não foge à regra, não dispõem de mecanismos capazes de captar recursos para a construção da casa própria, mesmo porque o Sistema Financeiro de Habitação foi criado para esta finalidade.

A Resolução nº 1.464 do Governo Federal, mesmo com os reparos que já sofreu, proíbe Estados e municípios de contrair empréstimos, medida

esta que se de um lado contribui para redução do déficit público, de outro coloca em risco projetos habitacionais para uma população mais carente de moradias.

Para vencer o desafio do enorme déficit habitacional, da escassez de recursos para a área e de obstáculos como os gerados por resoluções federais como a que citamos acima, o governo paulista conta com o trabalho e a competência de Adriano Murgel Branco, Secretário de Habitação e o responsável pela mudança do conceito do apoio governamental à habitação popular, respaldado pelo apoio irrestrito que recebe do executivo estadual paulista para executar esta difícil tarefa, para que tal conceito, fundamental para o êxito de qualquer política eficaz para o setor, ganhasse dimensão nacional. Criou-se, por proposta do Estado de São Paulo, o **forum** permanente de secretarias da área de habitação, do qual o secretário é hoje seu presidente. É nesta trincheira que se trava atualmente a batalha pela busca incessante de recursos para investimento habitacional.

Adriano Branco lidera esta batalha sob o argumento irrefutável de que a casa própria é fator de desenvolvimento social, da promoção do homem, de integração da família, de melhores condições de educação e saúde, da estabilidade social, do trabalho informal.

A sua construção, em larga escala, além de quitar significativa parcela da dívida social, é geradora de empregos, de consumo e, portanto, de ativação da economia.

É de se lamentar que o Governo Federal coloque obstáculos neste trabalho que São Paulo vem desenvolvendo de maneira pioneira nesta área.

Há outras maneiras mais eficientes de se combater o déficit público.

O déficit é gerado pela corrupção, pelo desvio de finalidades, pelo atendimento fisiológico e discriminatório, pelo empreguismo, por obras faraônicas inúteis, enfim, pela imoralidade pública, jamais por se destinar recursos à construção de casas para famílias de baixa renda.

O congelamento de recursos federais para os Estados, inclusive os já comprometidos com os programas habitacionais em São Paulo, fez com que o governo paulista se visse obrigado a lançar mão do próprio tesouro estadual para dar continuidade às construções.

Enquanto aguarda verbas da Caixa Econômica Federal para iniciar imediatamente a construção de mais de dez mil unidades na área metropolitana e de outras catorze mil no interior do Estado, o Governo de São Paulo deverá terminar ainda este ano perto de cinco mil moradias, viabilizadas através de recursos provenientes do Tesouro paulista.

O grave problema na área habitacional é de tal ordem que os próprios constituintes ao elaborarem uma Carta política visando fundamentalmente a erradicação da fome, da miséria, seus fatores de marginalização, preocuparam-se também, em explicitar, em norma cogente e imperativa consoante o art. 23 das Disposições Permanentes que:

“É competência comum da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX — promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.”

É este esforço e coragem comuns de enfrentar um problema social de tamanha gravidade que enalteço desta tribuna, esperando, que o governo federal seja sensível a estas modestas, mas sinceras considerações. Muito obrigado

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos registrar aqui nossos aplausos à aprovação, pelo Senado Federal, da indicação do ilustre Senador Alexandre Costa para o Governo do Distrito Federal. Foi uma decisão sábia e justa daquela Casa, posto que o Senador Alexandre Costa é homem público experiente e preparado para o exercício da administração do Distrito Federal, que ele tão bem conhece.

É com especial alegria que constatamos a sensibilidade do Senador Alexandre Costa em relação à política do Distrito Federal.

O **Correio Braziliense** de hoje stampa em primeira página proposta de Alexandre Costa no sentido de que os administradores das cidades-satélites sejam escolhidos através de plebiscito realizado junto às respectivas populações.

Eis um bom princípio de governo, pois Alexandre Costa deixa bem claro que atuará sob a égide da participação popular, base da democracia. Este é o mesmo princípio que preconizamos para outras decisões nacionais. Assim justificamos nossa iniciativa, que mereceu unânime acolhida por parte dos ilustres Constituintes, para que seja realizado, em 1993, plebiscito nacional, que permitirá ao povo brasileiro, pela primeira vez em nossa História, opinar sobre a forma de governo de sua preferência: República presidencialista ou parlamentarista e Monarquia parlamentarista.

Esta Constituição, que estamos elaborando, para ser brevemente promulgada, é consagradora da participação popular, da democracia participativa, sem exclusão do princípio representativo. Entendemos que democracia participativa e representativa podem conviver pacificamente, servindo uma ao fortalecimento da outra, reciprocamente.

Não fosse por tantas medidas sociais de profundo alcance, a nova Constituição poderia ser qualificada como revolucionária e moderna com base apenas na consagração da participação popular que ela enseja.

Nossos aplausos ao Senador Alexandre Costa, pela sua excelente proposta.

Outro assunto me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Acaba de falecer um dos maiores vultos da literatura brasileira: Menotti Del Picchia. A homenagem, que ora lhe prestamos é das mais justas e merecidas. Além dos sus méritos intelectuais, ele foi Deputado Constituinte em 1946, Parlamentar ativo e fiel ao seu ideal.

Todos sabemos o alto valor da obra poética de Menotti Del Picchia, **Juca Mulato**, consagrado pelo povo através da venda de mais de quarenta milhões de exemplares no Brasil, Alemanha, Itália, França e Polônia. Nele, Menotti Del Picchia encarna os anseios de afirmação da nacionalidade num personagem que é sua síntese. Ali estão descritos o amor à terra natal, a solidariedade humanista e a confiança no futuro. O movimento verde-amarelo era a sua bandeira.

A repercussão de **Juca Mulato**, escrito em 1917, muito influenciou a Semana de Arte Mo-

derna de 1922 em São Paulo. Menotti Del Picchia está dentre os membros mais destacados daquela geração que tão profundamente renovou a cultura brasileira. Ele próprio foi artista plástico — pintor e escultor — ao mesmo tempo que artista da palavra literária.

Intelectual que nunca se distanciou do povo, não só elegeu-se Deputado estadual e federal, foi ao ponto de participar da Revolução Constitucionalista de 1932 em nome de São Paulo e do Brasil.

Num momento em que o Brasil atravessa fase de tantas incertezas, a leitura de Menotti Del Picchia renova nossa confiança. O Juca Mulato, herói do poema, cisma, mas enquanto reflexão, para retomar a luta. Não mergulha no derrotismo, nem se detém no medo. Devem as autoridades educacionais dar uma nova projeção a ele e a sua obra. Nele e nela os jovens poderão identificar o vulto do patriota e do escritor.

Solicito que a Assembléia Nacional Constituinte comunique oficialmente à sua família o nosso profundo pesar e a esperança que a memória de Menotti Del Picchia prossiga nos inspirando a todos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Fundação Demócrito Rocha, instituída para homenagear o grande cearense que alcançou invulgar destaque como político, jornalista e poeta tem realizado grandes feitos sobretudo na área cultural, com realce para a realização há algum tempo da “Exposição de Culturas Efêmeras”, evento que repercutiu internacionalmente, organização de um coral e bem cuidado programa editorial. Exemplo desta última iniciativa é o lançamento recente de duas obras: “Demócrito Rocha — Uma Vocaçao Para a Liberdade”, de autoria do conceituado jurista e jornalista Paulo Bonavides e a “História do Ceará Passa Por Essa Rua”, coordenado por Rogaciano Leite Filho.

O primeiro reconstitui a vida do bravo jornalista, o cívico, o homem de letras, assinalando as passagens marcantes da trajetória do autor do grande poema “Rio Jaguaribe”. O segundo livro conta a história do Ceará através dos patronos de logradouros públicos de Fortaleza, muitos dos quais são desconhecidos do público, não obstante seus grandes feitos, motivo de orgulho do povo cearense.

Meu pronunciamento tem por objetivo aplaudir a iniciativa da “Fundação Demócrito Rocha” ao mesmo tempo em que busco estimulá-la a prosseguir em suas iniciativas em favor da cultura cearense. (Muito bem!)

A SRA. WILMA MAIA (PDT — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal são, hoje, como um mal necessário. Afinal, num país em que o jogo e a emigração passaram a ser as únicas esperanças de vida de milhões de brasileiros, não sei qual de nós poderá atirar a primeira pedra.

Contudo, esse estado de necessidade da população brasileira que a faz jogar freneticamente não pode justificar os absurdos e injustos critérios de premiação adotados pela Caixa, porque há de

existir uma correlação entre o volume apostado e a parcela que se destina à premiação.

Para que se tenha idéia da gravidade deste assunto, Sr. Presidente, queremos mencionar alguns números relativos ao Teste número 22 da **Loteria de Números II**, mais conhecido como Sena, no qual foram feitas 67 milhões de apostas que deixaram uma arrecadação de mais de seis bilhões de cruzados.

Pois bem, Sr. Presidente; desses seis bilhões e tantos ficaram para premiação cerca de um bilhão e 90 milhões de cruzados, ou seja, menos de 20 por cento, o que, em verdade, constitui autêntica apropriação dos recursos apostados, ficando patenteada total falta de justiça por parte da Caixa Econômica Federal.

É preciso que a Caixa reformule os critérios de distribuição de prêmios aos acertadores em suas loterias, já que essa distorção não ocorre apenas em relação à Sena, mas se verifica também quanto à Loto e à Loteria Esportiva, tendo em vista tratar-se de matéria de natureza normativa, de responsabilidade, portanto, do Executivo.

O SR. MANOEL MOREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a preparação cavilosa de uma trama deplorável e execranda, envolvendo a saúde do povo brasileiro me traz novamente a esta tribuna.

Aqui estou para defender, enfaticamente, a consolidação plena e o funcionamento produtivo do SUDS — (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde), uma conquista, aliás, das mais importantes e decisivas para a modernização do sistema de saúde do Brasil, que mereceu, inclusive, recentemente, expresso e elogioso apoio do Ministro da Previdência e Assistência Social, o Dr. Jader Barbalho.

Todavia, pasmem V. Ex^{ca}. Por mais incrível e hediondo que nos possa parecer, estão maquinando contra o SUDS. Perversos cidadãos, atingidos e deslocados pelos ventos benéficos da modernidade administrativa que dinamizou e vem otimizando todo o sistema de atendimento médico estadual e municipal, tentam agora influenciar o Governo Federal e o INAMPS, no sentido malévolo de inviabilizar o SUDS, protelando recursos financeiros, fazendo exigências descabidas, gerando desconfianças irracionais, que, sem dúvida alguma, conduzem ao retrocesso e comprometem seriamente a eficiente destinação e o inegável prestígio já conquistado pelo SUDS. Aqui me encontro, objetivando delatar essa urdidura sub-reptícia, habilmente organizada por impatriotas que tergiversam perante tamanha prioridade, ou seja, o cuidado com a saúde de nosso povo. Sirvo-me deste precioso momento para conclamar todos os nobres Constituintes a uma ação conjunta, responsável e coerente, visando a manter, integralmente, no segundo turno da Assembleia Nacional Constituinte, todas as conquistas dos setores saúde já expressas no atual Projeto de Constituição.

Desejo, também, e com extrema honra, parabenizar e hipotecar completa e irrestrita solidariedade ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, o Dr. José Aristodemo Pinotti, cuja firmeza, intepidez e determinação na luta pela implantação do SUDS têm arrancado aplausos do Conass (Conselho Nacional de Secretários de

Saúde), e do Conasems (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde) e têm recebido entusiásticos elogios da população brasileira. A propósito disso, Sr. Presidente, torna-se fundamental ressaltar aqui a importância que assume, para a política nacional de saúde pública, a Carta de São Paulo, divulgada no dia 08-08-1988, por ocasião do Seminário de Financiamento do SUDS, cujo texto solicito à Presidência da Mesa seja registrado nos anais desta Casa.

Finalmente, quero manifestar-me claramente favorável aos cortes e ao controle dos gastos públicos, ora executados pelo Governo Federal. Sugiro, contudo, que os Ministros de Estado, em especial o da Saúde, tenham suficiente autonomia para recompor as aplicações dos programas dos Ministérios, a partir dos limites do orçamento global fixado pela Seplan, condição **sine qua non** se poderá atender às prementes necessidades dos diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

0810.2100
612082cdep br
1123221SAUDB BR

São Paulo — SP NR.43357 DT 10-8-88

Exm^o Sr. Deputado Manoel Moreira

Prezado Deputado,

Conforme combinamos transmito a Vossa Excelência, inteiro teor da "Carta de São Paulo", deliberado pelo Conselho Nacional de Secretários da Saúde, Conass, em sua reunião de 8 de agosto de 1988, em São Paulo, por ocasião do seminário de financiamento do SUDS, considerando:

Carta de São Paulo

O plenário do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) reunido em São Paulo, no dia 8 de agosto de 1988, por ocasião do seminário sobre financiamento do SUDS, considerando:

— O momento de definição da saúde na nova Carta Constitucional, exigindo rigoroso acompanhamento para manutenção de conquistas com a unificação e descentralização do sistema de saúde.

— A atual configuração nacional do processo de descentralização, nos níveis estadual e municipal, porém ainda fragmentado no plano nacional.

— As dificuldades operacionais que os Estados e Municípios vêm enfrentando para construir e consolidar o SUDS.

— A importância para o SUDS de contar com estrutura jurídico-institucional adequada e mecanismos regulares de financiamento e transferência de recursos para investimentos e custeio, em harmonia com o princípio da descentralização, que implica em necessário fortalecimento do poder decisório local, base do próprio SUDS, e já expresso no atual Projeto Constitucional.

Decide

I — Apoiar enfaticamente a manutenção integral das conquistas do setor saúde, expressas no texto do atual projeto constitucional, aprovado no 1º turno de votação.

II — Concitar os Constituintes, as instituições e pessoas envolvidas com o esforço de modernização do sistema de saúde, como doutrinariamente expresso no projeto constitucional no sentido de ampliar a mobilização em defesa da manutenção integral das conquistas do setor saúde.

III — Conclamar os Ministros da Saúde, Educação, Trabalho e Previdência Social, responsáveis pela coordenação intra-setorial do sistema de saúde, para que, de imediato, intensifiquem as medidas objetivas de integração para suporte ao SUDS, definido no novo texto constitucional, para tanto, faz-se necessária a urgente reestruturação e fortalecimento da Ciplan como instância de coordenação, normatização e apoio técnico ao SUDS estaduais, e como instrumento indutor da reestruturação Federal do setor de saúde.

IV — Criar no âmbito do Conass e Conasems, apoiado pelo escritório técnico, grupo especial de estudos, suporte e promoção, para atuar junto ao Congresso Nacional e instâncias do Poder Executivo durante a elaboração da legislação aditiva da seguridade social, do sistema único de saúde e de toda a legislação aditiva relacionadas direta ou indiretamente com o setor saúde.

V — Denunciar as medidas protelatórias, as exigências absurdas, os atrasos injustificáveis, as desconfianças irracionais que têm sido colocadas pela direção geral do Inamps, no caminho da implementação do SUDS, visando artificialmente, torná-lo inviável e retornar ao processo centralizado, distorcido e autoritário do passado.

VI — Cumprimentar o Ministro da Previdência e Assistência Social, Doutor Jader Barbalho, pela posição de apoio ao SUDS recentemente manifestada, e apelar a Sua Excelência que determine a normalização das relações institucionais, administrativas e orçamentário-financeiras entre MPAS e os SUDS estaduais, dentro do espírito e dos princípios constantes dos convênios firmados, para evitar retrocessos, cerceamento da responsabilidade decisória local e a perda dos avanços significativos já conseguidos na melhoria da atenção à saúde da população. Solicita-se também estudos imediatos para revisão dos valores orçamentários definidos para o exercício de 1988.

Atenciosamente — **José Aristodemo Pinotti**.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Manoel Moreira, o Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Presidência solicita aos Srs. Constituintes que estejam em seus Gabinetes venham ao Plenário, para que façam o registro de suas presenças. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos, então, fazer a chamada. Peço venham ao Plenário os Srs. Constituintes que estiverem fora. Os que estão no Plenário não compõem o **quorum** necessário. (Pausa.)

Peço aos Srs. Constituintes tomem seus assentos, para podermos proceder à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Antes da constatação do **quorum**, acredito que interpreto o sentimento da Nação e dos Srs. Constituintes em uma palavra de tristeza e de homenagem pelo falecimento de Menotti Del Picchia,

que inclusive, foi Colega nosso: Deputado Federal e Deputado Estadual.

Creio que na vida intelectual do País poucos tiveram as características polimórficas do talento de Menotti Del Picchia: escritor, poeta, teatrólogo, escultor, pintor, além de outras manifestações extraordinárias da sua personalidade.

Tive a ventura de privar com ele. No Rio de Janeiro, na Avenida Churchill, nº 60, moramos no mesmo edifício, lado a lado, onde uma plêiade de Parlamentares também se hospedava. Entre eles Flores da Cunha, Nestor Duarte, da Bahia, e tantos outros.

A última vez que o vi, em São Paulo, foi para pedir o seu voto para o grande Jornalista Castello Branco, para a Academia Brasileira de Letras. Encontrei-o lépido. Levei um quadro de sua autoria que havia recebido, dizendo-lhe o seguinte: "Menotti, mais do que o quadro vale a sua assinatura, e o tempo apagou o seu nome". Levou-me ao seu estúdio, mostrou-me vários quadros e autenticou-o novamente.

Desejo, neste instante, fazer uma homenagem a esse extraordinário criador de mitos, de beleza artística que, inclusive, me falou, certas vezes, o seguinte: "várias praças e ruas do Brasil têm o nome de Juca Mulato, não de Menotti Del Picchia. Isto constitui a suprema homenagem que poderia receber do povo brasileiro porque sei que com isso a minha obra vai transcender a minha existência".

Irei pedir à Câmara dos Deputados para que, oportunamente, preste a homenagem, principalmente, ao Parlamentar capaz, competente e digno que foi. A nossa homenagem, a nossa saudade a Menotti Del Picchia. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Registrem seus códigos para fazermos a verificação de **quorum**.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pela Liderança do PTB, nos associamos às homenagens que V. Exª registra à memória do saudoso Menotti Del Picchia.

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Liderança do PDT, ao associar-se às manifestações de V. Exª, deseja expressar a sua solidariedade à dor, ao luto da nação brasileira pela morte de Menotti Del Picchia.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, unicamente para dizer que todas as Lide-

ranças de todos os Partidos se associam à homenagem que V. Exª prestou a Menotti Del Picchia.

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido dos Trabalhadores associa-se, também, à homenagem ao poeta centenário Menotti Del Picchia.

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª, já expressou o pensamento da Casa.

O PMDB quer deixar expresso, também, o seu pesar pela morte desse grande brasileiro que teve a oportunidade de conhecer num momento difícil para o País. Depois da Revolução Constitucionalista de 1932, quando se tinha em conta a falsa impressão de que São Paulo lutava contra o Brasil, Menotti Del Picchia foi um dos pioneiros na luta de reaproximação do Brasil com o seu Estado.

Tive eu a ventura de publicar um livro nesse tempo, prefaciado por Menotti Del Picchia, em que ressalta a necessidade da unidade nacional, pondo por terra aquela visão falsa do separatismo bandeirante. (Muito bem!)

O Sr. Milton Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MILTON REIS (PMDB — MG) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, associo-me às justas homenagens que V. Exª presta, Sr. Presidente, à memória do insigne poeta Menotti Del Picchia, esse grande criador na literatura e nas artes, sobretudo, dos notáveis poemas de "Juca Mulato" e "Máscaras", e que era, até agora, o único poeta vivo, que conseguiu em 1922, participar da Semana de Arte Moderna.

Ele, que, antes, era um clássico, marca, na História do País, o título que não teve, mas que merecia de "Príncipe dos Poetas brasileiros."

Associo-me, em nome da Bancada mineira, a estas homenagens, e desde já, requeiro a V. Exª, como Presidente da Câmara dos Deputados, e não da Assembléia Nacional Constituinte, a convocação de uma Sessão Especial para que possamos prestar as homenagens da Casa à memória daquele que também foi Deputado por várias legislaturas, e de quem tive a honra de ser colega como V. Exª, ainda no Palácio Tiradentes e quando da transferência para Brasília, do grande poeta Menotti Del Picchia, que foi, ainda jornalista, romancista, teatrólogo e pintor.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs.

Constituintes, a homenagem do PC do B, a Menotti Del Picchia

O Sr. Messias Soares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MESSIAS SOARES (PTR — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PTR associa-se à homenagem que V. Exª e esta Casa acabam de prestar ao inesquecível Menotti Del Picchia.

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, pelo a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PDC associa-se às homenagens prestadas pela voz autorizada de V. Exª, à grande figura desaparecida, e solidariza-se com a dor e o luto do povo brasileiro neste momento.

O Sr. Ricardo Izar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RICARDO IZAR (PFL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PFL, igualmente, associa-se a V. Exª e a todos os Partidos nesta homenagem a Menotti Del Picchia.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Srs. Constituintes, vamos à verificação de **quorum**.

(*Procede-se à verificação de quorum*)

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para o registro, nesta data, da passagem de mais um ano que Getúlio Vargas deixou a vida para entrar na eternidade.

Há 34 anos, esse ilustre estadista brasileiro deu a sua própria vida em holocausto, mas seguramente não morreu; está vivo entre nós e aqui nesta Constituinte, através dos dispositivos, dos Capítulos em que votamos os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. O seu elevado espírito, voltado sempre à assistência e à defesa do direito da classe trabalhadora, aqui revive entre nós, e os integrantes da Bancada do PTB, autores incontestes da maioria das conquistas e dos avanços no campo social, trabalhista e previdenciário, fazem, hoje, o registro da sua homenagem à memória desse insigne brasileiro, desse grande nacionalista e grande governante, que deu tudo de si para a construção de um Brasil maior, equânime e com justiça social.

O fórum correto para o registro desta homenagem haveria de ser a Assembléia Nacional Constituinte, porque aqui consolidamos, quase 50 anos depois, as inovações que Getúlio Vargas deu ao povo brasileiro; e as consolidamos e ins-

crevermos indelevelmente em nossa Carta Magna para as gerações vindouras. A elas se devem associar a memória e a lembrança de Getúlio Vargas por toda a eternidade. (Muito bem!)

O Sr. Jesus Tajra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JESUS TAJRA (PFL — Pl. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no decorrer deste mês de agosto, a nobre Constituinte Lúcia Braga tem estado ausente das nossas sessões, por motivo justificado, porquanto teve a sua filha acidentada, que está em precário estado de saúde no Hospital Albert Einstein, em São Paulo.

Faço este registro para que suas faltas sejam devidamente abonadas e para que possamos fazer, aqui, uma corrente de preces para a rápida recuperação de sua filha.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vou encerrar a verificação de **quorum**.

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Entraremos na fase de votações, nobre Constituinte.

O Sr. Haroldo Lima — É uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Se for rápido.

O Sr. Haroldo Lima — Serei rápido, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLD LIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, trata-se de um pedido de esclarecimento. Todos nós, em aqui chegando hoje pela manhã, fomos surpreendidos com um cerco policial-militar, extremamente grande, nas dependências da Constituinte. Ficamos preocupados.

Todos estamos desejosos de uma explicação de V. Ex^a, para sabermos, afinal de contas, o que se está passando. Quem pediu esse cerco à Constituinte? Vamos trabalhar assim? Eles estão aí para nos garantir ou para nos intimidar? Afinal de contas, qual o sentido, qual o objetivo desse cerco policial-militar?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Levaremos as ponderações de V. Ex^a ao Corregedor, o Vice-Presidente Jorge Arbage. Já estou procurando por S. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a verificação de **quorum**. Vamos ao resultado. Estão presentes 360 Srs. Constituintes. Há número para votação.

REGISTRARAM PRESENÇA OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães
Abigail Feitosa — Acival Gomes — Aduino Pereira — Ademir Andrade — Adhemar de Barros Filho — Adolfo Oliveira — Adroaldo Streck —

Adylson Motta — Aécio de Borba — Afonso Sancho — Agripino de Oliveira Lima — Airton Cordeiro — Airton Sandoval — Alarico Abib — Aldo Arantes — Alexandre Puzyna — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aloisio Vasconcelos — Aloysio Chaves — Aluizio Campos — Amaral Netto — Amaury Muller — Ângelo Magalhães — Anna Maria Rattes — Annibal Barcellos — Antero de Barros — Antônio Carlos Franco — Antônio Carlos Konder Reis — Antônio de Jesus — Antonio Gaspar — Antonio Perosa — Arnaldo Martins — Arnaldo Moraes — Arnaldo Prieto — Arnold Fioravante — Arolde de Oliveira — Artenir Werner — Asdrubal Bentes — Assis Canuto — Átila Lira — Augusto Carvalho — Aureo Mello — Basílio Villani — Benedicto Monteiro — Benedita da Silva — Bernardo Cabral — Beth Azize — Bocayuva Cunha — Bonifácio de Andrada — Carlos Alberto Caó — Carlos Chiarelli — Carlos Cotta — Carlos Mosconi — Carlos Sant'Anna — Carlos Vinagre — Carlos Virgílio — Cássio Cunha Lima — Célio de Castro — Celso Dourado — César Maia — Chagas Rodrigues — Chico Humberto — Chnstóvam Chiaradia — Cid Sabóia de Carvalho — Cláudio Ávila — Cristina Tavares — Cunha Bueno — Dálton Canabrava — Darcy Pozza — Daso Coimbra — Del Bosco Amaral — Delfim Netto — Délio Braz — Denisar Arneiro — Dionísio Dal Prá — Dionísio Hage — Dirceu Carneiro — Djenal Gonçalves — Domingos Leonelli — Doreto Campanari — Edivaldo Motta — Edmilson Valentim — Eduardo Bonfim — Eduardo Jorge — Eduardo Moreira — Egidio Ferreira Lima — Elias Murad — Eliel Rodrigues — Eraldo Tinoco — Eraldo Trindade — Erico Pegoraro — Euclides Scalco — Eunice Michiles — Evaldo Gonçalves — Expedito Machado — Fábio Raunheitti — Farabulini Júnior — Felipe Cheidde — Felipe Mendes — Feres Nader — Fernando Bezerra Coelho — Fernando Gasparian — Fernando Gomes — Fernando Santana — Fernando Velasco — Florestan Fernandes — Floriceno Paixão — França Teixeira — Francisco Amaral — Francisco Carneiro — Francisco Coelho — Francisco Dias Alves — Francisco Diógenes — Francisco Dornelles — Francisco Rollemberg — Francisco Rossi — Furtado Leite — Gastone Righi — Genebaldo Correia — Genésio Bernardino — Geovani Borges — Geraldo Alckmin Filho — Geraldo Campos — Geraldo Fleming — Geraldo Melo — Gerson Marccondes — Gerson Peres — Gidel Dantas — Gonzaga Patriota — Guilherme Palmeira — Gumerindo Milhomem — Gustavo de Faria — Harlan Gadelha — Haroldo Lima — Hélio Costa — Hélio Manhães — Hélio Rosas — Hermes Zaneti — Hilário Braun — Humberto Souto — Iberê Ferreira — Ibsen Pinheiro — Inocêncio Oliveira — Iram Saraiva — Irma Passoni — Israel Pinheiro — Itamar Franco — Ivo Lech — Ivo Mainardi — Ivo Vanderlinde — Jacy Scanagatta — Jairo Carneiro — Jalles Fontoura — Jamil Haddad — Jarbas Passarinho — Jayme Paliarin — Jesualdo Cavalcanti — Jesus Tajra — Joaci Góes — João Agripino — João Calmon — João Cunha — João — João Menezes — João Natal — João Paulo — João Rezek — Joaquim Bevilacqua — Joaquim Francisco — Jofran Frejat — Jorge Arbage — Jorge Bornhausen — Jorge Hage — Jorge Medauar — Jorge Quequed — Jorge Vianna — José Camargo — José Carlos Grecco — José Carlos Martínez — José Carlos Sabóia — José

Costa — José da Conceição — José Egreja — José Genoíno — José Ignácio Ferreira — José Lins — José Luiz de Sá — José Luiz Maia — José Mauricio — José Mendonça Bezerra — José Moura — José Paulo Bisol — José Queiroz — José Richa — José Tavares — José Teixeira — José Tinoco — José Ulisses de Oliveira — José Viana — José Yunes — Júlio Costamilan — Jutahy Magalhães — Koyu Iha — Lael Varela — Leite Chaves — Lélío Souza — Leopoldo Peres — Lezio Sathler — Lídice da Mata — Lourival Baptista — Luís Roberto Ponte — Luiz Alberto Rodrigues — Luiz Freire — Luiz Gushiken — Luiz Henrique — Luiz Inácio Lula da Silva — Luiz Marques — Luiz Salomão — Luiz Soyer — Luiz Viana — Luiz Viana Neto — Lysâneas Maciel — Maguito Vilela — Maluly Neto — Manoel Castro — Manoel Ribeiro — Marcelo Cordeiro — Márcia Kubitschek — Márcio Braga — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Marcos Lima — Marcos Perez Queiroz — Maria de Lourdes Abadia — Maria Lúcia — Mário Assad — Mário de Oliveira — Mário Lima — Mário Maia — Marluce Pinto — Matheus Iensen — Mauricio Campos — Maurício Corrêa — Maurício Fruet — Maurício Pádua — Mauro Benevides — Mauro Borges — Mauro Miranda — Mauro Sampaio — Meira Filho — Melo Freire — Mendes Botelho — Mendes Canale — Mendes Ribeiro — Messias Góis — Messias Soares — Michel Temer — Milton Lima — Milton Reis — Miraldo Gomes — Miro Teixeira — Moysés Pimentel — Nabor Júnior — Naphtali Alves de Souza — Narciso Mendes — Nelson Aguiar — Nelson Carneiro — Nelson Jobim — Nelson Seixas — Nelson Wedekin — Nelson Friedrich — Nestor Duarte — Ney Maranhão — Nilson Gibson — Nion Albernaz — Norberto Schwantes — Nyder Barbosa — Octávio Elisio — Olívio Dutra — Onofre Corrêa — Orlando Bezerra — Oscar Corrêa — Osmar Leitão — Osvaldo Macedo — Oswaldo Trevisan — Ottomar Pinto — Paes de Andrade — Paes Landim — Paulo Delgado — Paulo Macarini — Paulo Mincarone — Paulo Paim — Paulo Ramos — Paulo Roberto — Paulo Silva — Paulo Zazur — Pedro Canedo — Plínio Arruda Sampaio — Plínio Martins — Pompeu de Sousa — Raimundo Bezerra — Raimundo Lira — Raimundo Rezende — Raquel Capiberibe — Renato Johnsson — Renato Vianna — Ricardo Izar — Rita Camata — Roberto Augusto — Roberto Balestra — Roberto Brant — Roberto Campos — Roberto Freire — Roberto Vital — Robson Marinho — Rodrigues Palma — Ronaro Corrêa — Rosa Prata — Rubem Branquinho — Ruben Figueiró — Ruy Nedel — Samir Achôa — Sandra Cavalcanti — Santinho Furtado — Saulo Queiroz — Sérgio Spada — Severo Gomes — Sigmaringa Seixas — Sílvio Abreu — Simão Sessim — Siqueira Campos — Sólón Borges dos Reis — Sotero Cunha — Tadeu França — Telmo Kirst — Teotônio Vilela Filho — Theodoro Mendes — Tito Costa — Ubiratan Aguiar — Ubiratan Spinelli — Uldunco Pinto — Valmir Campelo — Vasco Alves — Vicente Bogo — Victor Faccioni — Victor Fontana — Wilson Souza — Vingt Rosado — Virgílio Galassi — Virgílio Guimarães — Vitor Buaiz — Vladimir Palmeira — Waldeck Ornêlas — Waldyr Pugliesi — Wilma Maia — Wilson Campos — Wilson Martins

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vai-se passar à

V — ORDEM DO DIA

Votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno. (art. 29, § 4º do Regimento Interno). (Votação iniciada).

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.537

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2t 00594 — **Oswaldo Trevisan**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 594
Do Sr. Oswaldo Trevisan

Suprima-se o inciso IV do § 4º do art. 62.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos repetir a votação, interrompida ontem, da proposição do nobre Constituinte Oswaldo Trevisan. É o Destaque nº 1.537. S. Exª deseja suprimir no art. 62, que diz ser insusceptível de recebimento emenda constitucional que objetive abolir os direitos e garantias individuais.
Vamos à votação.

O Sr. Oswaldo Trevisan — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para sustentar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª já a sustentou. Estamos em fase de votação. A votação foi interrompida e vai ser renovada.

O SR. OSWALDO TREVISAN — É que havia poucos Constituintes em plenário ontem. Agora, há possibilidade de esclarecimento àqueles que não estavam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Lamentavelmente, não posso, porque uma votação interrompida tem que ser renovada.

Vamos à votação.

Srs. Constituintes, ocupem seus lugares.

O Sr. Eliel Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação de ontem, o assunto que vai ser apreciado agora mereceu parecer favorável do Relator. S. Exª confirma esse parecer?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos ouvir o Relator, por solicitação do nobre Constituinte, para verificarmos se S. Exª confirma o parecer exarado ontem.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem encarei a atenção deste Plenário para a supressão do art.

62, § 4º, no sentido de que pudesse ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a expungir certos direitos e garantias individuais, chamando a atenção, inclusive, para a gradação das penas que constam desse Capítulo. Dizia, Sr. Presidente, que a emenda merecia ser aprovada, como merece, porque vai permitir, amanhã, que a Casa, ao revisar o Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, possa extirpar, possa cortar, possa amputar o que ficar anacrônico e ampliar aquilo que se fizer necessário, com dinamismo.

Algumas Lideranças não entenderam, supondo que seria uma restrição, quando, ao contrário, o que vai acontecer é para melhorar e nunca para reduzir, nunca para retirar.

A emenda do Constituinte Oswaldo Trevisan, além de oportuna, é objetiva, é momentosa e merece aprovação.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O Relator confirma o parecer favorável.
Vamos à votação.

A Srª Dirce Tutu Quadros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PSDB — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar a minha presença, que não saiu no pannel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será registrada a declaração de V. Exª
Vamos ao voto.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, confirmando o nosso voto de ontem, votaremos contrariamente à emenda.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal aceita as informações do ilustre Relator e com elas concorda. Assim, recomendo à sua Bancada vote "sim".

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, essa redação pode ser mal interpretada. Abolir por inteiro os direitos e garantias individuais é um crime que não se pode admitir; mas impedir que se modifique o capítulo, não! Dou a V. Exª uma prova: os crimes horríveis que estão acontecendo exigem a pena de morte. Se, amanhã eu quiser voltar com a pena de morte, estarei impedido

Assim, recomendo à minha Bancada vote "sim".

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator. Vota "sim".

O Sr. Haroldo Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDOLIMA (PC do B — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B reitera o seu ponto de vista de que mudar e aprimorar esses direitos é susceptível. Aboli-los, porém, não é correto.

Votamos contra esta emenda.

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal acompanha o Relator e vota "sim".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB reafirma o seu voto "não".

O Sr. Carlos Alberto Caó — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — SR. Presidente, o PDT reafirma a sua posição e votará "não".

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PSDB votará "não".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "não".

O Sr. Sólton Borges dos Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, partindo do princípio de que é possível melhorar,

mas não abolir o texto atual, o PTB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer favorável do Relator. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Florestan Fernandes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por favor, quero retificar o meu voto por engano votei "sim", quando queria votar "não".

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero comunicar a V. Exª que o nobre Constituinte Vivaldo Barbosa encontra-se internado com uma crise de pancreatite. Portanto, S. Exª está impossibilitado de participar desta sessão da Assembléia Nacional Constituinte, pelo que se justifica, plenamente, a sua ausência.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos encerrar a votação. (Pausa.) Está encerrada.

O Sr. Darcy Pozza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DARCY POZZA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero modificar meu voto. Saiu no painel "sim", quando meu voto é "não".

O Sr. Bocayuva Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer a mesma modificação. O meu voto saiu "sim" e, na realidade, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa vai proclamar o resultado da votação (votação nº 845):

SIM — 214
NÃO — 144
ABSTENÇÃO — 4
TOTAL — 362

A Emenda foi rejeitada

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Abigail Feitosa — Não
Acival Gomes — Não
Adauto Pereira — Sim

Ademir Andrade — Não
Adhemar de Barros Filho — Não
Adolfo Oliveira — Sim
Adroaldo Streck — Sim
Adylson Motta — Sim
Aécio de Borba — Sim
Agripino de Oliveira Lima — Sim
Ailton Cordeiro — Sim
Ailton Sandoval — Sim
Alanco Abib — Sim
Albérico Cordeiro — Sim
Albérico Filho — Sim
Alceni Guerra — Sim
Aldo Arantes — Não
Alexandre Puzyna — Sim
Alfredo Campos — Sim
Almir Gabriel — Não
Aloisio Vasconcelos — Sim
Aloysio Chaves — Sim
Aluizio Campos — Sim
Amaral Netto — Sim
Amaury Muller — Não
Ângelo Magalhães — Sim
Anna Maria Rattes — Não
Annibal Barcellos — Sim
Antero de Barros — Não
Antonio Carlos Franco — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Sim
Antônio de Jesus — Sim
Antonio Gaspar — Sim
Antonio Perosa — Não
Antonio Ueno — Sim
Arnaldo Martins — Sim
Arnaldo Moraes — Sim
Arnaldo Prieto — Sim
Arnold Fioravante — Sim
Arolde de Oliveira — Sim
Artenir Werner — Sim
Artur da Távola — Não
Asdrubal Bentes — Sim
Assis Canuto — Sim
Átila Lira — Sim
Augusto Carvalho — Não
Áureo Mello — Sim
Basílio Villani — Sim
Benedicto Monteiro — Não
Benedita da Silva — Não
Bernardo Cabral — Sim
Beth Aize — Não
Bocayuva Cunha — Sim
Carlos Alberto Caó — Não
Carlos Chiarelli — Sim
Carlos Cotta — Não
Carlos Mosconi — Não
Carlos Sant'Anna — Sim
Carlos Vinagre — Sim
Carlos Virgílio — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim
Célio de Castro — Não
Celso Dourado — Não
César Maia — Não
Chagas Rodrigues — Não
Chico Humberto — Não
Cid Carvalho — Abstenção
Cid Sabója de Carvalho — Sim
Cláudio Ávila — Sim
Costa Ferreira — Sim
Cristina Tavares — Não
Cunha Bueno — Sim
Dálmton Canabrava — Sim
Darcy Deitos — Sim

Darcy Pozza — Sim
Daso Coimbra — Sim
Del Bosco Amaral — Sim
Delfim Netto — Sim
Délio Braz — Sim
Denisar Arneiro — Sim
Dionísio Dal Prá — Sim
Dionísio Hage — Sim
Dirce Tutu Quadros — Não
Dirceu Carneiro — Não
Djenal Gonçalves — Sim
Domingos Leonelli — Não
Doreto Campanari — Não
Edivaldo Motta — Sim
Edmilson Valentim — Não
Eduardo Bonfim — Não
Eduardo Jorge — Não
Eduardo Moreira — Sim
Egídio Ferreira Lima — Não
Elieel Rodrigues — Sim
Enoc Vieira — Sim
Eraldo Tinoco — Sim
Eraldo Trindade — Não
Erico Pegoraro — Sim
Etevaldo Nogueira — Sim
Euclides Scalco — Não
Eunice Michiles — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim
Expedito Machado — Sim
Fábio Raunheitti — Sim
Farabulini Júnior — Não
Fausto Fernandes — Sim
Felipe Cheidde — Sim
Felipe Mendes — Sim
Feres Nader — Sim
Fernando Bezerra Coelho — Sim
Fernando Gomes — Sim
Fernando Santana — Não
Fernando Velasco — Sim
Florestan Fernandes — Sim
Floríceno Paixão — Não
França Teixeira — Não
Francisco Amaral — Sim
Francisco Benjamim — Sim
Francisco Carneiro — Sim
Francisco Coelho — Não
Francisco Dias Alves — Sim
Francisco Diógenes — Sim
Francisco Dornelles — Sim
Francisco Kuster — Não
Francisco Rollemberg — Sim
Francisco Rossi — Não
Furtado Leite — Sim
Gastone Righi — Não
Genebaldo Correia — Sim
Genésio Bernardino — Sim
Geovani Borges — Sim
Geraldo Alckmin Filho — Não
Geraldo Campos — Sim
Geraldo Fleming — Sim
Geraldo Melo — Não
Gerson Marcondes — Sim
Gerson Peres — Sim
Gidel Dantas — Sim
Gonzaga Patriota — Não
Guilherme Palmeira — Sim
Gumercindo Milhomem — Não
Gustavo de Faria — Sim
Harlan Gadelha — Não
Haroldo Lima — Não
Hélio Costa — Abstenção

Hélio Manhães — Não
 Henrique Córdova — Sim
 Hermes Zaneti — Não
 Hilário Braun — Sim
 Homero Santos — Sim
 Inocêncio Oliveira — Sim
 Iram Saraiva — Não
 Israel Pinheiro — Sim
 Itamar Franco — Não
 Ivo Lech — Sim
 Ivo Mainardi — Sim
 Ivo Vanderlinde — Sim
 Jacy Scanagatta — Sim
 Jalles Fontoura — Sim
 Jamil Haddad — Não
 Jarbas Passarinho — Não
 Jayme Paliarin — Não
 Jayme Santana — Não
 Jesualdo Cavalcanti — Não
 Jesus Tajra — Sim
 Joaci Góes — Sim
 João Agripino — Não
 João Calmon — Sim
 João Machado Rollemberg — Sim
 João Natal — Não
 João Paulo — Não
 João Rezek — Sim
 Joaquim Bevilacqua — Não
 Joaquim Francisco — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Jorge Bornhausen — Sim
 Jorge Hage — Não
 Jorge Medauar — Não
 Jorge Uequed — Não
 José Camargo — Sim
 José Carlos Coutinho — Sim
 José Carlos Grecco — Não
 José Carlos Martínez — Sim
 José Carlos Sabóia — Não
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Não
 José Egreja — Sim
 José Fogaça — Sim
 José Genoíno — Não
 José Guedes — Não
 José Ignácio Ferreira — Não
 José Jorge — Sim
 José Lins — Sim
 José Luiz de Sá — Sim
 José Luiz Maia — Sim
 José Maurício — Não
 José Melo — Sim
 José Mendonça Bezerra — Sim
 José Paulo Bisol — Não
 José Queiroz — Não
 José Richa — Não
 José Tavares — Sim
 José Teixeira — Sim
 José Thomaz Nonô — Sim
 José Tinoco — Não
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 José Viana — Sim
 José Yunes — Não
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Não
 Koyu Iha — Não
 Lael Varella — Sim
 Lavoisier Maia — Não
 Leite Chaves — Não
 Lélío Souza — Sim
 Leopoldo Peres — Sim

Lezio Sathler — Sim
 Lídice da Mata — Não
 Luís Eduardo — Sim
 Luís Roberto Ponte — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Não
 Luiz Gushiken — Não
 Luiz Henrique — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Sim
 Luiz Salomão — Não
 Luiz Soyer — Sim
 Luiz Viana — Sim
 Luiz Viana Neto — Sim
 Lysâneas Maciel — Não
 Maguito Vilela — Não
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Manoel Ribeiro — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Braga — Sim
 Márcio Lacerda — Não
 Marcos Perez Queiroz — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Maria Lúcia — Sim
 Mário Assad — Não
 Mário Covas — Não
 Mário de Oliveira — Sim
 Mário Lima — Não
 Mário Maia — Não
 Marluce Pinto — Sim
 Maurício Campos — Sim
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Pádua — Sim
 Mauro Benevides — Sim
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Miranda — Não
 Mauro Sampaio — Sim
 Meira Filho — Sim
 Mendes Botelho — Não
 Mendes Canale — Não
 Mendes Ribeiro — Sim
 Messias Góis — Sim
 Messias Soares — Não
 Michel Temer — Abstenção
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Lima — Sim
 Miraldo Gomes — Sim
 Miro Teixeira — Não
 Moysés Pimentel — Não
 Mozarildo Cavalcanti — Sim
 Nabor Júnior — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Não
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nelton Friedrich — Não
 Nestor Duarte — Não
 Ney Maranhão — Não
 Nilson Gibson — Sim
 Nion Albemaz — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elisio — Não
 Onofre Corrêa — Sim
 Orlando Bezerra — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Coelho — Sim
 Osvaldo Macedo — Não
 Osvaldo Trevisan — Sim

Ottomar Pinto — Sim
 Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Delgado — Não
 Paulo Macarini — Não
 Paulo Mincarone — Não
 Paulo Paim — Não
 Paulo Ramos — Não
 Paulo Roberto — Sim
 Paulo Silva — Não
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Plínio Martins — Não
 Pompeu de Sousa — Não
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberibe — Não
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Não
 Roberto Augusto — Não
 Roberto Balestra — Sim
 Roberto Brant — Não
 Roberto Campos — Sim
 Roberto Freire — Não
 Roberto Vital — Não
 Robson Marinho — Não
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronan Tito — Não
 Ronaro Corrêa — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Rospide Netto — Sim
 Rubem Branquinho — Sim
 Rubem Medina — Sim
 Ruy Nedel — Não
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Saulo Queiroz — Não
 Severo Gomes — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Não
 Sólton Borges dos Reis — Não
 Sotero Cunha — Sim
 Tadeu França — Não
 Telmo Kirst — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Não
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Não
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Não
 Vingt Rosado — Sim
 Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Não
 Vitor Buaiz — Não
 Vladimir Palmeira — Não
 Waldeck Omélas — Sim
 Waldyr Pugliesi — Não
 Wilma Maia — Sim

Wilson Campos — Sim
Wilson Martins — Não
Ziza Valadares — Não.

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para maior agilidade dos trabalhos, apelo a V. Exª no sentido de que cumpra religiosamente o Regimento, não permitindo que os Líderes, ao encaminharem os votos ao final, façam um discurso paralelo para que outro venha a responder, pois já há os oradores que encaminham. Se V. Exª o cumprir, asseguro-lhe que a velocidade das votações irá dobrar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Muito grato pela inteligente sugestão de V. Exª

O Sr. Firmo de Castro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. FIRMO DE CASTRO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar o meu voto "sim".

O Sr. Orlando Pacheco — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. ORLANDO PACHECO (PFL — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu voto foi "sim" na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.189

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda Nº 2T00503-2. — **Gastone Righi**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 503 (Do Sr. Gastone Righi)

Substitua-se o disposto no inciso VII do art. 20 pela seguinte redação:

Art. 20.
"VII — Os terrenos de marinha e seus acrescidos, facultada à lei federal transferir o domínio daqueles já habitados e que tenham recebido benfeitorias do poder público aos municípios."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque do nobre Constituinte Gastone Righi. S. Exª quer alterar o art. 20, com a seguinte redação:

"Os terrenos da marinha e seus acrescidos, facultada à lei federal transferir o domínio daqueles já habitados... e que tenham

recebido benfeitorias do Poder Público aos municípios."

Trata-se de uma alteração do art. 20, inciso VII.

O Sr. Milton Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MILTON REIS (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, verifico que o meu nome não saiu na votação anterior. Meu voto é "sim".

O Sr. Hélio Rosas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HÉLIO ROSAS (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apesar de ter votado na bancada, o meu voto não foi consignado. Ele é "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Paes Landim está inscrito para falar. V. Exª mantém a inscrição? (Pausa.) S. Exª declina da palavra.

O Sr. Cunha Bueno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de corrigir o meu voto que saiu erradamente no painel. O meu voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi, autor da emenda.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejo chamar a atenção de V. Exª para a emenda que vamos votar. Esta emenda foi apresentada em virtude de erro na votação quando no primeiro turno. Ela declara que são bens da União os terrenos de marinha, podendo ou ficando facultado à lei destiná-los ou destinar a sua propriedade às prefeituras, quando estejam habitados e tenham recebido melhoramentos públicos. Visa a permitir às prefeituras, principalmente as litorâneas de todo este Brasil, urbanizar as áreas que se constituem terrenos de marinha. Via de regra, são os alagados, os mocambos, as palafitas, as favelas de todo o litoral do Brasil. Elas existem na minha região da Baixada Santista, passando por Cubatão, Guarujá, São Vicente, Santos, e ali centenas de milhares de criaturas carentes habitam favelas, palafitas. O poder público municipal fica impedido da urbanização dessas áreas, de poder loteá-las, transferindo a ocupação aos seus habitantes. O mesmo acontece em Recife, em Salvador, em Belém, por todo este Brasil.

A minha emenda visa a permitir por lei — e serão casos específicos, que o Congresso Nacional haverá de analisar, lei que fica submetida à votação da Câmara, à votação do Senado e, em seguida, à sanção ou ao veto do Poder Executivo — que essas regiões, essas áreas ocupadas, habitadas, onde já há melhoramentos públicos, como

luz, água, ruas, sejam destinadas aos municípios, para que estes as urbanizem, possam dotá-las de condições habitacionais humanas, possam destiná-las aos seus ocupantes, via de regra miseráveis favelados.

Esta emenda, no primeiro turno, foi derrotada por menos de 20 votos, e Lideranças como a do PDT, de Brandão Monteiro, reconheceram, depois, que estavam erradas no momento da votação.

É por isso que, aqui, formulo um apelo aos Srs. Constituintes: aprovem esta emenda. Milhões de criaturas poderão ter vida melhor neste País. A emenda não beneficia ninguém, individualmente, que seja bem aquinhado. Os eventualmente ricos, que ocupam orlas da praia, não têm nenhum problema hoje. Eles dirigem-se ao Serviço de Patrimônio da União e obtêm aforamento, obtêm a propriedade útil dos seus terrenos. Eles têm dinheiro para pagar esses aforamentos. Eles têm recursos para comprar e subornar os funcionários do Serviço de Patrimônio da União. Portanto, aos ricos, aos poderosos, esta emenda não aproveita. Eles já detêm, como querem, terrenos na orla da praia.

Esta emenda objetiva, única e exclusivamente, os mais carentes, os mais pobres, e não traz nenhum benefício direto e imediato. Ela fica submetida à lei posterior, que pode destinar, caso por caso, a municípios, e esses casos, a utilização dessas áreas, serão analisados pelo Congresso.

Assim, conclamo os Srs. Constituintes a aprovar esta emenda, de minha autoria e do Constituinte Koyu Iha, porque atende aos mais elevados interesses do sofrido povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, a atitude do eminente Constituinte Gastone Righi é louvável, mas S. Exª poderá, com essa emenda, levar à privatização das praias, que hoje são consideradas terrenos de marinha, porque o art. 20, inciso VII, declara que são bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos. E o eminente Constituinte Gastone Righi quer facultar à lei federal transferir o domínio daqueles já habitados e que tenham recebido benfeitorias do poder público ou do município.

O Sr. Presidente, com toda a boa vontade que poderia existir, não tenho dúvida de que isto acabaria levando à privatização.

Por esta razão, sou pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Pela rejeição, é o parecer do Relator.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT chama a atenção da sua Bancada para os graves riscos de privatização que esta emenda enseja, e encaminha contrariamente: "não".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada que vote “não”.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS recomenda à Bancada o voto “não”.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota “não”.

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará “não”.

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB votará “não”.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota “não”.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer contrário do Relator. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 846):

SIM — 33
NÃO — 329
ABSTENÇÃO — 3
TOTAL — 365

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Não

Adauto Pereira — Não

Ademir Andrade — Não

Adhemar de Barros Filho — Não

Adolfo Oliveira — Não

Adroaldo Streck — Não

Adylson Motta — Abstenção

Agripino de Oliveira Lima — Não

Airton Cordeiro — Não

Airton Sandoval — Não

Alarico Abib — Não

Albérico Filho — Não

Alceni Guerra — Não

Aldo Arantes — Não

Alfredo Campos — Não

Almir Gabnel — Não

Aloisio Vasconcelos — Não

Aloysio Chaves — Não

Aluizio Campos — Não

Amaral Netto — Não

Armaury Muller — Não

Amílcar Moreira — Não

Ângelo Magalhães — Não

Anna Maria Rattes — Não

Annibal Barcellos — Não

Antero de Barros — Não

Antônio Carlos Franco — Não

Antônio Carlos Konder Reis — Não

Antônio de Jesus — Não

Antonio Gaspar — Não

Antonio Perosa — Não

Antonio Ueno — Sim

Arnaldo Faria de Sá — Não

Arnaldo Martins — Não

Arnaldo Moraes — Não

Arnaldo Prieto — Não

Arnold Fioravante — Não

Arolde de Oliveira — Não

Artenir Werner — Não

Artur da Távola — Não

Asdrubal Bentes — Não

Átila Lira — Não

Augusto Carvalho — Não

Aureo Mello — Não

Basilio Villani — Sim

Benedicto Monteiro — Sim

Benedita da Silva — Não

Bernardo Cabral — Não

Beth Azize — Não

Bocayuva Cunha — Não

Bonifácio de Andrada — Sim

Caio Pompeu — Não

Carlos Alberto Caó — Não

Carlos Chiarelli — Não

Carlos Cotta — Não

Carlos Mosconi — Não

Carlos Sant'Anna — Não

Carlos Vinagre — Não

Carlos Virgílio — Não

Cássio Cunha Lima — Sim

Célio de Castro — Não

Celso Dourado — Não

César Maia — Não

Chagas Duarte — Não

Chagas Rodrigues — Não

Chico Humberto — Não

Cid Carvalho — Não

Cid Sabója de Carvalho — Não

Cláudio Ávila — Não

Costa Ferreira — Não

Cristina Tavares — Não

Cunha Bueno — Sim

Darcy Deitos — Não

Darcy Pozza — Sim

Daso Coimbra — Não

Del Bosco Amaral — Sim

Delfim Netto — Não

Délio Braz — Não

Denisar Arneiro — Não

Dionísio Dal Prá — Não

Dionísio Hage — Não

Dirce Tutu Quadros — Não

Dirceu Carneiro — Não

Djenal Gonçalves — Não

Domingos Leonelli — Não

Edmilson Valentim — Não

Eduardo Bonfim — Não

Eduardo Jorge — Não

Eduardo Moreira — Não

Egídio Ferreira Lima — Não

Eliel Rodrigues — Sim

Enoc Vieira — Não

Eraldo Tinoco — Não

Eraldo Trindade — Não

Erico Pegoraro — Não

Etevaldo Nogueira — Não

Euclides Scalco — Não

Eunice Michiles — Não

Evaldo Gonçalves — Não

Exedito Machado — Não

Ézio Ferreira — Não

Fábio Feldmann — Não

Fábio Raunheitti — Não

Farabulini Júnior — Sim

Fausto Fernandes — Não

Felipe Cheidde — Não

Felipe Mendes — Não

Feres Nader — Não

Fernando Bezerra Coelho — Não

Fernando Gasparian — Sim

Fernando Gomes — Não

Fernando Santana — Não

Fernando Velasco — Não

Firmo de Castro — Não

Flavio Palmier da Veiga — Não

Flávio Rocha — Sim

Florestan Fernandes — Não

Florêncio Paixão — Não

França Teixeira — Não

Francisco Amaral — Não

Francisco Benjamim — Não

Francisco Carneiro — Não

Francisco Coelho — Não

Francisco Dias Alves — Não

Francisco Dornelles — Não

Francisco Küster — Não

Francisco Rollemberg — Não

Francisco Rossi — Sim

Gastone Righi — Sim

Genebaldo Correia — Não
 Genésio Bernardino — Não
 Geovani Borges — Não
 Geraldo Alckmin Filho — Não
 Geraldo Campos — Não
 Geraldo Melo — Não
 Gerson Marcondes — Não
 Gerson Peres — Não
 Gidel Dantas — Não
 Gonzaga Patriota — Não
 Gumerindo Milhomem — Não
 Gustavo de Faria — Sim
 Harlan Gadelha — Não
 Haroldo Lima — Não
 Haroldo Sabóia — Não
 Hélio Costa — Não
 Hélio Duque — Não
 Hélio Manhães — Não
 Hélio Rosas — Sim
 Henrique Córdova — Não
 Hermes Zaneti — Não
 Hilário Braun — Não
 Homero Santos — Não
 Humberto Lucena — Não
 Ibsen Pinheiro — Não
 Inocêncio Oliveira — Não
 Iram Saraiva — Não
 Irma Passoni — Não
 Israel Pinheiro — Não
 Itamar Franco — Não
 Ivo Lech — Não
 Ivo Mainardi — Não
 Ivo Vanderlinde — Não
 Jacy Scanagatta — Não
 Jairo Carneiro — Não
 Jalles Fontoura — Não
 Jamil Haddad — Não
 Jarbas Passarinho — Não
 Jayme Paliarin — Sim
 Jayme Santana — Não
 Jesualdo Cavalcanti — Não
 Jesus Tajra — Não
 Joaci Góes — Não
 João Agripino — Não
 João Calmon — Não
 João de Deus Antunes — Não
 João Natal — Não
 Joaquim Bevilacqua — Sim
 Joaquim Francisco — Não
 Jofran Frejat — Não
 Jorge Arbage — Não
 Jorge Bornhausen — Não
 Jorge Hage — Não
 Jorge Medauar — Não
 Jorge Queved — Sim
 José Agripino — Não
 José Carlos Coutinho — Não
 José Carlos Grecco — Não
 José Carlos Martinez — Não
 José Carlos Sabóia — Não
 José Costa — Não
 José da Conceição — Não
 José Egreja — Sim
 José Freire — Não
 José Genoíno — Não
 José Guedes — Não
 José Jorge — Não
 José Lins — Não
 José Luiz de Sá — Não
 José Luiz Maia — Não
 Jose Mauricio — Não

José Mendonça Bezerra — Não
 José Moura — Não
 José Paulo Bisol — Não
 José Queiroz — Não
 José Richa — Não
 José Tavares — Não
 José Teixeira — Não
 José Thomaz Nonô — Não
 José Tinoco — Não
 José Viana — Não
 José Yunes — Não
 Jovanni Masini — Não
 Júlio Costamilan — Não
 Jutahy Magalhães — Não
 Koyu Iha — Sim
 Lael Varella — Não
 Lavoisier Maia — Não
 Leite Chaves — Não
 Lélcio Souza — Não
 Lezio Sathler — Não
 Lídice da Mata — Não
 Lúcio Alcântara — Não
 Luís Eduardo — Não
 Luís Roberto Ponte — Não
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Não
 Luiz Gushiken — Não
 Luiz Henrique — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não
 Luiz Marques — Não
 Luiz Salomão — Não
 Luiz Soyer — Não
 Luiz Viana — Não
 Luiz Viana Neto — Não
 Maguito Vilela — Não
 Maluly Neto — Não
 Manoel Castro — Abstenção
 Manoel Ribeiro — Não
 Marcelo Cordeiro — Não
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Braga — Não
 Márcio Lacerda — Não
 Marco Maciel — Não
 Marcos Perez Queiroz — Não
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Mário Covas — Não
 Mário de Oliveira — Não
 Mário Lima — Não
 Máno Maia — Não
 Marluce Pinto — Sim
 Maurício Campos — Não
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Fruet — Não
 Maurício Pádua — Não
 Maurílio Ferreira Lima — Não
 Mauro Benevides — Não
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Miranda — Não
 Mauro Sampaio — Não
 Meira Filho — Não
 Mello Reis — Não
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Ribeiro — Não
 Messias Góis — Não
 Messias Soares — Não
 Michel Temer — Não
 Milton Barbosa — Não
 Milton Lima — Não
 Miraldo Gomes — Não
 Miro Teixeira — Não
 Mozarildo Cavalcanti — Não

Naphtali Alves de Souza — Não
 Nelson Aguiar — Não
 Nelson Carneiro — Não
 Nelson Jobim — Não
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nelton Friedrich — Não
 Nestor Duarte — Não
 Ney Maranhão — Não
 Nilson Gibson — Não
 Nion Albernaz — Não
 Norberto Schwantes — Não
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Não
 Olívio Dutra — Não
 Onofre Corrêa — Não
 Orlando Bezerra — Não
 Orlando Pacheco — Não
 Oscar Corrêa — Não
 Osvaldo Bender — Não
 Osvaldo Coelho — Não
 Oswaldo Almeida — Não
 Oswaldo Trevisan — Não
 Paes de Andrade — Não
 Paes Landim — Não
 Paulo Delgado — Não
 Paulo Macarini — Não
 Paulo Mincaroni — Não
 Paulo Paim — Não
 Paulo Ramos — Não
 Paulo Roberto — Não
 Paulo Silva — Não
 Pedro Canedo — Não
 Pedro Ceolin — Não
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Plínio Martins — Não
 Pompeu de Sousa — Não
 Rachid Saldanha Derzi — Não
 Raimundo Bezerra — Não
 Raimundo Lira — Não
 Raimundo Rezende — Não
 Raquel Capiberibe — Não
 Renato Bernardi — Não
 Renato Vianna — Não
 Ricardo Izar — Não
 Rita Camata — Não
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Balestra — Não
 Roberto Brant — Não
 Roberto Campos — Não
 Roberto D'Ávila — Não
 Roberto Freire — Não
 Roberto Vital — Não
 Robson Marinho — Não
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Não
 Ronan Tito — Não
 Ronaro Corrêa — Não
 Rosa Prata — Não
 Rospide Netto — Não
 Ruy Nedel — Não
 Santinho Furtado — Não
 Saulo Queiroz — Não
 Sérgio Naya — Não
 Severo Gomes — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Não
 Siqueira Campos — Não
 Sólon Borges dos Reis — Sim
 Sotero Cunha — Não
 Tadeu França — Não

Telmo Kirst — Não
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Não
 Ubiratan Aguiar — Não
 Uldurico Pinto — Não
 Valmir Campelo — Não
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Não
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Não
 Vingt Rosado — Sim
 Vinicius Cansação — Não
 Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Galassi — Não
 Virgílio Guimarães — Não
 Vladimir Palmeira — Não
 Waldyr Pugliese — Não
 Wilma Maia — Não
 Wilson Campos — Não
 Wilson Martins — Não
 Ziza Valadares — Não.

O Sr. Ubiratan Spinelli — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. UBIRATAN SPINELLI (PDS — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para declarar que meu voto é “não.”

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será feito o registro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães.) — Sobre a Mesa, o seguinte texto de reunião de emendas:

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Os firmatários, abaixo-assinados, vêm requerer, nos termos das normas regimentais, a reunião, dos destaques e emendas infra-referidos, para votação simultânea, relativa ao texto do art 26, inciso II, para supressão parcial/correção, restando o texto com a seguinte redação:

“Art. 26
 II — as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas daquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros.”

Sala das Sessões, de agosto de 1988.
 — **Nélson Wedekin**, D.1502-1/E.840-6 — **Mesias Góes**, D-623-4/E.1191-1 — **Sotero Cunha** — PDC, **Nelson Jobim** — PMDB, **José Lins** — PFL, **Adolfo Oliveira** — PL, **Gerson Peres** — , **César Maia** — PDT, **Jorge Hage** — PSDB, **Plínio Arruda Sampaio**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio, portanto, de vários Srs. Constituintes, sendo encabeçada pelo nobre Constituinte Nelson Wedekin, uma reunião de emendas. É o art. 26, inciso II.

A reunião de emendas tem esta redação:

“As áreas nas ilhas oceânicas e costeiras que estiverem no seu domínio, excluídas daquelas sob o domínio da União, município ou terceiros.”

É o texto, que assim está redigido no inciso II:

“As ilhas oceânicas e marítimas já ocupadas pelos Estados.”

O Relator é favorável e ao que parece, a informação que chega à Mesa é de que a emenda tem o parecer favorável dos Líderes e forças representativas da Constituinte.

Vamos à votação do texto.

O texto é o seguinte:

“As áreas nas ilhas oceânicas e costeiras que estiverem no seu domínio, excluídas daquelas sob o domínio da União, municípios e terceiros.”

Verifica-se que o objetivo é mais técnico, torna mais explícita a disposição.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta é uma emenda de acordo. Votamos “sim”.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT está com o acordo e votará “sim”.

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB votará “sim”.

O Sr. Mendes Ribeiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará “sim”, pelo acordo.

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB votará “sim”.

O Sr. José Luiz de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota “sim”.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS, por causa do acordo, vota favorável, mas depois apresentará sugestões para a redação final.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em face do acordo dos dois Líderes com assento nesta Assembléia Nacional Constituinte, a Liderança do Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada vote “sim”.

O Sr. Sotero Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A reunião de emendas tem parecer favorável do Relator e acordo geral. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito uma informação sobre a pendência de votação do art. 38, § 1º, que trata de propaganda e publicidade. Esta Presidência já tem uma posição sobre o momento em que vamos votar este destaque?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Estamos dando preferência à votação de matéria pendente e atrasada. Certamente, nesta sessão ou na sessão da tarde, a matéria será votada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 847):

SIM — 349
 NÃO — 3
 ABSTENÇÃO — 5
 TOTAL — 357

A reunião foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
 Abigail Feitosa — Abstenção

Acival Gomes — Sim
 Ademir Andrade — Sim
 Adhemar de Barros Filho — Sim
 Adolfo Oliveira — Sim
 Adroaldo Streck — Sim
 Adylson Motta — Sim
 Agripino de Oliveira Lima — Sim
 Airton Cordeiro — Sim
 Airton Sandoval — Sim
 Alarico Abib — Sim
 Albérico Filho — Sim
 Alcení Guerra — Sim
 Aldo Arantes — Sim
 Alexandre Puzyna — Sim
 Alfredo Campos — Sim
 Almir Gabriel — Sim
 Aloisio Vasconcelos — Sim
 Aloysio Chaves — Sim
 Aluizio Campos — Sim
 Amaral Netto — Sim
 Amaury Müller — Sim
 Amílcar Moreira — Sim
 Anna Maria Rattes — Sim
 Annibal Barcellos — Sim
 Antero de Barros — Sim
 Antônio Carlos Franco — Sim
 Antônio Carlos Konder Reis — Sim
 Antoniocarlos Mendes Thame — Sim
 Antonio Gaspar — Sim
 Antonio Perosa — Sim
 Antonio Ueno — Sim
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Arnaldo Martins — Sim
 Arnaldo Moraes — Sim
 Arnaldo Prieto — Sim
 Arnold Fioravante — Sim
 Artur da Távola — Sim
 Asdrubal Bentes — Sim
 Augusto Carvalho — Sim
 Áureo Mello — Sim
 Basílio Villani — Sim
 Benedicto Monteiro — Sim
 Benedita da Silva — Sim
 Bernardo Cabral — Sim
 Beth Azize — Sim
 Bocayuva Cunha — Sim
 Bonifácio de Andrada — Sim
 Caio Pompeu — Sim
 Carlos Alberto Caó — Sim
 Carlos Benevides — Sim
 Carlos Chiarelli — Sim
 Carlos Cotta — Sim
 Carlos Mosconi — Sim
 Carlos Sant'Anna — Sim
 Carlos Virgílio — Sim
 Cássio Cunha Lima — Sim
 Célio de Castro — Sim
 Celso Dourado — Sim
 César Maia — Sim
 Chagas Duarte — Sim
 Chagas Rodrigues — Sim
 Chico Humberto — Sim
 Christóvam Chiaradia — Sim
 Cid Carvalho — Sim
 Cid Sabóia de Carvalho — Sim
 Cláudio Ávila — Sim
 Costa Ferreira — Sim
 Cunha Bueno — Sim
 Dalton Canabrava — Sim
 Darcy Pozza — Sim
 Daso Coimbra — Sim

Del Bosco Amaral — Sim
 Delfim Netto — Sim
 Délio Braz — Sim
 Denisar Arneiro — Sim
 Dionísio Dal Prá — Sim
 Dionísio Hage — Sim
 Dirceu Tutu Quadros — Sim
 Dirceu Carneiro — Sim
 Djenal Gonçalves — Sim
 Domingos Juvenil — Sim
 Domingos Leonelli — Sim
 Edivaldo Motta — Sim
 Edmilson Valentim — Sim
 Eduardo Bonfim — Sim
 Eduardo Jorge — Sim
 Eduardo Moreira — Sim
 Egídio Ferreira Lima — Sim
 Eliel Rodrigues — Sim
 Enoc Vieira — Sim
 Eraldo Tinoco — Abstenção
 Eraldo Trindade — Sim
 Erico Pegoraro — Sim
 Etevaldo Nogueira — Sim
 Euclides Scalco — Sim
 Eunice Michiles — Abstenção
 Evaldo Gonçalves — Sim
 Expedito Machado — Sim
 Fábio Feldmann — Sim
 Fábio Raunheitti — Sim
 Farabulini Júnior — Sim
 Fausto Fernandes — Sim
 Fausto Rocha — Sim
 Felipe Cheidde — Sim
 Felipe Mendes — Sim
 Feres Nader — Abstenção
 Fernando Bezerra Coelho — Sim
 Fernando Gomes — Sim
 Fernando Santana — Sim
 Firmo de Castro — Sim
 Flavio Palmier da Veiga — Sim
 Flávio Rocha — Sim
 Florestan Fernandes — Sim
 Floriceno Paixão — Sim
 França Teixeira — Sim
 Francisco Amaral — Sim
 Francisco Benjamim — Sim
 Francisco Carneiro — Sim
 Francisco Coelho — Sim
 Francisco Dias da Silva — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Francisco Kuster — Sim
 Francisco Rollemberg — Sim
 Francisco Rossi — Sim
 Gastone Righi — Sim
 Genebaldo Correia — Sim
 Genésio Bernardino — Sim
 Geovani Borges — Sim
 Geraldo Alckmin Filho — Sim
 Geraldo Campos — Sim
 Geraldo Melo — Sim
 Gerson Marcondes — Sim
 Gerson Peres — Sim
 Gidel Dantas — Sim
 Gonzaga Patriota — Sim
 Gumerindo Milhomem — Sim
 Gustavo de Faria — Sim
 Harlan Gadelha — Sim
 Haroldo Lima — Sim
 Haroldo Sabóia — Sim
 Hélio Costa — Sim
 Hélio Duque — Sim

Hélio Rosas — Sim
 Henrique Córdova — Sim
 Hermes Zaneti — Sim
 Hilário Braun — Sim
 Humberto Lucena — Sim
 Ibsen Pinheiro — Sim
 Inocêncio Oliveira — Sim
 Iram Saraiva — Sim
 Irma Passoni — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 Itamar Franco — Sim
 Ivo Lech — Sim
 Ivo Mainardi — Sim
 Ivo Vanderlinde — Sim
 Jacy Scanagatta — Sim
 Jairo Carneiro — Sim
 Jalles Fontoura — Sim
 Jamil Haddad — Sim
 Jarbas Passarinho — Sim
 Jayme Paliarin — Sim
 Jayme Santana — Sim
 Jesualdo Cavalcanti — Sim
 Jesus Tajra — Sim
 Joaci Góes — Sim
 João Agripino — Sim
 João Calmon — Sim
 João de Deus Antunes — Sim
 João Paulo — Sim
 Joaquim Bevilacqua — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Jorge Bornhausen — Sim
 Jorge Hage — Sim
 Jorge Medauar — Sim
 Jorge Uequed — Sim
 José Agripino — Sim
 José Carlos Grecco — Sim
 José Carlos Martinez — Sim
 José Carlos Sabóia — Sim
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Sim
 José Egreja — Sim
 José Fogaça — Sim
 José Genoíno — Sim
 José Guedes — Sim
 José Jorge — Sim
 José Lins — Sim
 José Luiz de Sá — Sim
 José Luiz Maia — Sim
 José Maurício — Sim
 José Mendonça Bezerra — Sim
 José Moura — Sim
 José Paulo Bisol — Sim
 José Queiroz — Sim
 José Richa — Sim
 José Tavares — Sim
 José Teixeira — Sim
 José Thomaz Nonô — Sim
 José Tinoco — Sim
 José Viana — Sim
 José Yunes — Sim
 Jovanni Masini — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Sim
 Koyu Iha — Sim
 Lavoisier Maia — Sim
 Leite Chaves — Não
 Lélío Souza — Sim
 Lídice da Mata — Sim
 Louremberg Nunes Rocha — Sim
 Lúcio Alcântara — Sim
 Luís Eduardo — Sim

Luís Roberto Ponte — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Sim
 Luiz Gushiken — Sim
 Luiz Henrique — Sim
 Luiz Inacio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Sim
 Luiz Salomão — Sim
 Luiz Soyer — Sim
 Luiz Viana — Sim
 Luiz Viana Neto — Sim
 Lysâneas Maciel — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Manoel Ribeiro — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Braga — Sim
 Márcio Lacerda — Sim
 Marco Maciel — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Sim
 Mário Assad — Sim
 Mário Covas — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mário Lima — Sim
 Mário Maia — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Maurício Corrêa — Sim
 Maurício Fruet — Sim
 Maurício Nasser — Sim
 Maurício Pádua — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Mauro Benevides — Sim
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Meira Filho — Sim
 Mello Reis — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Ribeiro — Sim
 Messias Góis — Sim
 Messias Soares — Sim
 Michel Temer — Sim
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Lima — Sim
 Milton Reis — Sim
 Miraldo Gomes — Sim
 Miro Teixeira — Sim
 Mussa Demeas — Sim
 Nelson Aguiar — Sim
 Nelson Carneiro — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Nelson Wedekin — Sim
 Nestor Duarte — Sim
 Ney Maranhão — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Nion Albemaz — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Sim
 Olívio Dutra — Sim
 Onofre Corrêa — Sim
 Orlando Bezerra — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Osvaldo Almeida — Sim
 Osvaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim

Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Pimenta da Veiga — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Rachid Saldanha Derzi — Sim
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberibe — Sim
 Renato Bernardi — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Sim
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim
 Roberto Freire — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Ronan Tito — Sim
 Ronaro Corrêa — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Rospide Netto — Sim
 Ruy Nedel — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Saulo Queiroz — Sim
 Sérgio Naya — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Sílvio Abreu — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólón Borges dos Reis — Sim
 Sotero Cunha — Sim
 Tadeu França — Sim
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim
 Theodoro Mendes — Não
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Sim
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Não
 Wilson Souza — Sim
 Vingt Rosado — Sim
 Vinicius Cansanção — Sim
 Virgildásio de Senna — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim

O Sr. Artenir Werner — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTENIR WERNER (PDS — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª registre o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será registrada a declaração de V. Exª

O Sr. Antônio de Jesus — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª registre o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, outro texto de reunião de emendas:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional Constituinte

Os signatários, abaixo assinados, vêm requerer, nos termos das normas regimentais, a reunião dos destaques e emendas infra-referidos, para votação simultânea, relativa ao texto dos arts. 45 a 76, para: supressões parciais ou integrais, e correções de erro, Comissão e contradição, restando os textos com a seguinte redação:

"Art. 45.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 46.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, de forma que nenhuma daquelas Unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta.

Art. 53. Compete privativamente ao Senado Federal:

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III — aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

Art. 57. — Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I — investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou Chefe de missão diplomática; (vide OBS. nº 01)

Art. 59.

§ 7º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I — pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de inter-

venção federal e de pedido de autorização para a decretação de Estado de Sítio, bem como para receber o compromisso e dar posse ao Presidente e Vice-Presidente da República, nos termos do § 4º, inciso III, deste artigo;

Art. 60.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

IV — suprimir;

VI — suprimir;

Art. 73 O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III — apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV — realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando forem requeridas pela Câmara dos Deputados, Senado Federal ou por iniciativa de comissão técnica ou de inquérito, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II;

VI — fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII — prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, por comissão, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e, ainda, sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

Art. 74. A comissão mista permanente a que se refere o art. 172, § 1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

Art. 76.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dele darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União."

Observação nº 01: Ficam prejudicados os Destaques nº 780—Mauro Benevides, 639—Chagas

Neto, 961—João Menezes, 998—Domingos Juvenil, e ressalvada a votação dos Destaques nº 1595—Geraldo Melo, 103—Acival Gomes, 1491—Gerson Peres e 387—Albérico Filho, relativos ao inciso I do art. 57.

Sala das Sessões, de agosto de 1988. — Ivo Vanderlinde, D.096/E.1569 — Irma Passoni, D.169/E.1306 — Adroaldo Streck, D.850/E.1152 — Airton Sandoval, D.1739/E.777 — Antônio Salim Curiati, D.769/E.006 — Roberto Campos, D.1355/E.1448 — Francisco Küster, D.1688/E.1448 — Nestor Duarte, D.033/E.956 — Nelson Carneiro, D.011/E.1788 — Carlos Cotta, E.1772 — Irajá Rodrigues, D.095/E.1790 — Jofran Frejat, D.1632/E.1183 — João Alves, D.1289/E.1445 — Acival Gomes, D.102/E.1587 — Maurício Fruct, D.050/E.1591 — Lúcio Alcântara, D.747/E.847, D.748/E.848 — Arnaldo Moraes, D.452/E.524 — Luiz Alberto Rodrigues, D.065/E.1595 — Geovah Amarante, D.074/E.1599 — Márcia Kubitschek, D.799/E.1684 — José Viana, E.138 — Leopoldo Peres, D.286/E.1683 — Alfredo Campos, D.1093/E.804 — Orlando Pacheco, D.627/E.1458 — Lélío Souza, D.1583/E.1183 — Fernando Henrique Cardoso, D.1693/E.1729.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio, assim, assinada por cerca de trinta Constituintes, uma reunião de emendas. Diz respeito ao art. 45.

"Art. 45.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de 4 anos, iniciando-se com a posse dos Deputados."

É o texto do primeiro turno. É mais sintético o texto do segundo turno; naturalmente deixa matéria para o Regimento.

"Art. 46.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, de forma que nenhuma daquelas Unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta."

Este texto, ao que parece, não sofreu alteração. É uma mera transcrição: "bem como a representação". É a modificação.

"Art. 53. Compete privativamente ao Senado Federal:

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;"

É uma correção meramente de linguagem, fazendo referência ao Advogado-Geral da União.

"VI — aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública" — tirou "sessão pública" e colocou "arguição pública", redação mais sintética — "a escolhe de..."

Art. 57. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I — investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Territórios,

de Prefeitura de Capital ou Chefe de missão diplomática; (vide OBS. nº 1)

É uma referência. Ao invés de Prefeito, faz referência a Prefeitura. É meramente vernacular.

"Art. 59.

§ 7º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I — pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de Estado de Defesa ou de intervenção federal e de pedido de autorização para a decretação de Estado de Sítio, bem como — é a parte que acrescenta ao texto — para receber o compromisso e dar posse ao Presidente e Vice-Presidente, nos termos do § 4º, inciso III, deste artigo."

Vê-se que esta atribuição, dada ao Senado de convocar, deriva da circunstância de o Congresso Nacional estar em recesso e ele ser convocado para receber o compromisso.

"Art. 60.

§ 2º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

IV — suprimir;

VI — suprimir;

Suprimir o inciso IV, que é acompanhar junto ao Governo os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação.

"VI — Acompanhar junto ao Governo a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua execução.

Art. 73. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III — apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, inclusive nas fundações, instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;"

Retira-se "cargo de natureza especial" e inclui-se "cargo de provimento".

"IV — realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, inclusive quando forem requeridas pela Câmara dos Deputados, Senado Federal ou por iniciativa de Comissão Técnica ou de Inquérito, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II;"

VI — fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

Foi acordo e ajuste e outros instrumentos ideais de acréscimo, ampliando a capacidade de fiscalização, portanto.

"VII — prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, por comissão, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e, ainda, sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;"

Corrige a redação, quando por iniciativa. Já retirado, não?

"Art. 74. A comissão mista permanente a que se refere o art. 172, § 1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários."

É retirada a exigência da maioria absoluta.

"§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias."

Tirou a exigência dos 2/3 — maioria qualificada de 2/3.

"Art. 76.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dele darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

A palavra "abusos" é substituída por "ilegalidades".

"Observação nº 1: Ficam prejudicados os Destaques nºs 780-Mauro Benevides, 639-Chagas Neto, 961-João Menezes, 998-Domingos Juvenil, e ressalvada a votação dos Destaques nºs 1.595-Geraldo Melo, 103-Acival Gomes, 1.491-Gerson Peres e 387-Albérico Filho, relativos ao inciso I do art. 57."

Esta reunião, como sabem — já deve ser do conhecimento da Casa — é certamente porque, ontem, foi retirada depois da sua leitura, para que as Lideranças acordassem sobre alguns pontos de divergência.

O parecer do Relator é favorável.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta matéria é um acordo de todas as Lideranças, mas é importante que fique claro e cristalino, a partir, inclusive, do parecer do Relator a esta reunião de emendas,

de acordo de Lideranças, sobre o inciso I do art. 57, que fique claro:

"Art. 57

I — não perderá o mandato o Deputado ou Senador, investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Territórios, Secretário de Estado e Secretário do Distrito Federal."

Portanto, aqui, não está incluindo Governador do Distrito Federal, apenas Secretário do Distrito Federal. Deixar bem claro, se esta é a interpretação do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Srs. Constituintes, vamos passar à votação.

O Sr. Nelson Friedrich — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto na votação anterior, que é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O Sr. Átila Lira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto, na votação anterior que é "sim".

O Sr. Gabriel Guerreiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria registrar meu voto na votação anterior, que é "sim".

O Sr. Edésio Frias — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, da mesma forma, na votação anterior, "sim".

O Sr. José Carlos Coutinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queria registrar o meu voto na votação anterior, que é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Srs. Constituintes, vamos votar.

O Sr. Edme Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDME TAVARES (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "sim" na votação anterior.

O Sr. Jofran Frejat — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOFRAN FREJAT (PFL — DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o inciso VI do art. 73 tem dois destaques, apresentados por mim e pelo Constituinte Lélio Souza, que foram retirados e estão incluídos como resultado do acordo, quando estes destaques foram retirados.

Pediria a V. Exª, Sr. Presidente, retirasse do acordo este inciso VI, cujos destaques pertencem aos dois Constituintes que não querem incluí-los.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos votar.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo sido escoimadas todas as matérias consideradas polêmicas no texto de ontem, que V. Exª leu, e que foi encaminhado à deliberação do nosso Plenário, a Liderança do Partido da Frente Liberal, considerando que o texto hoje ficou de acordo com todas as Lideranças recomenda a sua bancada vote "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Comunista Brasileiro votará "sim", nos termos do acordo.

O Sr. Sotero Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SOTERO CUNHA (PDC — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDC recomenda à sua Bancada que, diante do acordo, vote "sim".

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB, nos termos do acordo, também vota "sim".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro, nos termos do acordo, também vota "sim".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota "sim", de acordo com os entendimentos.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães. Fazendo acionar as campanhas.) — Ocupem os lugares, Srs. Constituintes.

O Sr. Sólón Borges dos Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer favorável. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 848):

SIM — 367
NÃO — 6
ABSTENÇÃO — 4
TOTAL — 377

A reunião de emendas foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTE:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Abigail Feitosa — Sim

Acival Gomes — Sim

Adaauto Pereira — Sim

Ademir Andrade — Sim

Adhemar de Barros Filho — Sim

Adolfo Oliveira — Sim

Adroaldo Streck — Sim

Adylson Motta — Não

Afonso Arinos — Sim

Agripino de Oliveira Lima — Sim

Airton Sandoval — Sim

Alarico Abib — Sim

Albérico Cordeiro — Sim

Albérico Filho — Sim

Alceni Guerra — Sim

Aldo Arantes — Sim

Alexandre Puzyna — Sim

Alfredo Campos — Sim

Almir Gabriel — Sim

Aloisio Vasconcelos — Sim

Aloysio Chaves — Sim

Aluizio Campos — Sim

Amaral Netto — Sim

Amaury Müller — Sim

Amilcar Moreira — Sim

Anna Maria Rattes — Sim

Annibal Barcellos — Sim

Antero de Barros — Sim

Antônio Carlos Franco — Não

Antônio Carlos Konder Reis — Sim

Antoniocarlos Mendes Thame — Sim

Antônio de Jesus — Sim

Antonio Ferreira — Sim

Antonio Gaspar — Sim

Antonio Perosa — Sim

Antonio Ueno — Sim

Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Sim

Arnaldo Moraes — Sim

Arnaldo Prieto — Sim

Arnold Fioravante — Sim

Artenir Werner — Sim

Artur da Távola — Sim

Asdrubal Bentes — Sim

Átila Lira — Sim

Augusto Carvalho — Sim

Aureo Mello — Sim

Basílio Villani — Sim

Benedicto Monteiro — Sim

Benedita da Silva — Sim

Beth Azize — Sim

Bocayuva Cunha — Sim

Bonifácio de Andrada — Sim

Caio Pompeu — Sim

Carlos Alberto Caó — Sim

Carlos Benevides — Sim

Carlos Chiarelli — Sim

Carlos Cotta — Sim

Carlos Mosconi — Sim

Carlos Sant'Anna — Sim

Carlos Virgílio — Sim

Cássio Cunha Lima — Sim

Célio de Castro — Sim

Celso Dourado — Sim

César Maia — Sim

Chagas Duarte — Sim

Chagas Rodrigues — Sim

Chico Humberto — Sim

Christóvam Chiaradia — Sim

Cid Carvalho — Sim

Cid Sabóia de Carvalho — Sim

Cláudio Ávila — Sim

Cristina Tavares — Sim

Cunha Bueno — Sim

Dálton Canabrava — Sim

Darcy Pozza — Sim

Daso Coimbra — Sim

Del Bosco Amaral — Sim

Delfim Netto — Abstenção

Délio Braz — Não

Denisar Arneiro — Sim

Dionísio Dal Prá — Sim

Dionísio Hage — Sim

Dirce Tutu Quadros — Sim

Dirceu Carneiro — Sim

Djenal Gonçalves — Sim

Domingos Juvenil — Sim

Domingos Leonelli — Sim

Edésio Frias — Sim

Edivaldo Motta — Sim

Edme Tavares — Sim

Edmilson Valentim — Sim

Eduardo Bonfim — Sim

Eduardo Jorge — Sim

Eduardo Moreira — Sim

Egídio Ferreira Lima — Sim

Eliel Rodrigues — Sim

Enoc Vieira — Não

Eraldo Tinoco — Abstenção

Eraldo Trindade — Sim

Erico Pegoraro — Sim

Ervin Bonkoski — Sim

Euclides Scalco — Sim

Eunice Michiles — Sim

Evaldo Gonçalves — Sim

Exedito Machado — Sim

Fábio Feldmann — Sim

Fábio Raunheiti — Sim

Farabulini Júnior — Sim

Fausto Fernandes — Sim

Fausto Rocha — Sim

Felipe Cheidde — Sim

Felipe Mendes — Sim

Feres Nader — Sim

Fernando Bezerra Coelho — Sim

Fernando Gomes — Sim

Fernando Henrique Cardoso — Sim

Fernando Lyra — Sim

Fernando Santana — Sim

Firmo de Castro — Sim

Flavio Palmier da Veiga — Sim

Flávio Rocha — Sim

Florestan Fernandes — Sim

Floríceno Paixão — Sim

França Teixeira — Sim

Francisco Amaral — Sim

Francisco Benjamim — Sim

Francisco Carneiro — Sim

Francisco Coelho — Sim

Francisco Dias Alves — Sim

Francisco Dornelles — Sim

Francisco Küster — Sim

Francisco Rollemberg — Sim

Francisco Rossi — Sim

Gabriel Guerreiro — Sim

Genésio Bernardino — Sim

Geovani Borges — Sim

Geraldo Alckmin Filho — Sim

Geraldo Campos — Sim

Gerson Marcondes — Sim	José Viana — Sim	Nestor Duarte — Sim
Gerson Peres — Sim	José Yunes — Sim	Ney Maranhão — Sim
Gidel Dantas — Sim	Jovanni Masini — Sim	Nilson Gibson — Sim
Gonzaga Patriota — Sim	Júlio Costamilan — Sim	Nion Albernaz — Sim
Guilherme Palmeira — Sim	Jutahy Magalhães — Sim	Norberto Schwantes — Sim
Gumerindo Milhomem — Sim	Koyu Iha — Sim	Nyder Barbosa — Sim
Harlan Gadelha — Sim	Lael Varella — Sim	Octávio Elísio — Sim
Haroldo Lima — Sim	Lavoisier Maia — Sim	Olívio Dutra — Sim
Haroldo Sabóia — Sim	Leite Chaves — Sim	Orlando Bezerra — Sim
Hélio Costa — Sim	Lélío Souza — Sim	Osmir Lima — Abstenção
Hélio Duque — Sim	Leopoldo Peres — Sim	Oswaldo Bender — Sim
Hélio Manhães — Sim	Lézio Sathler — Sim	Oswaldo Macedo — Sim
Hélio Rosas — Sim	Lídice da Mata — Sim	Oswaldo Sobrinho — Sim
Henrique Córdova — Não	Louremberg Nunes Rocha — Sim	Oswaldo Almeida — Sim
Hermes Zaneti — Sim	Lúcio Alcântara — Sim	Ottomar Pinto — Sim
Hilário Braun — Sim	Luís Eduardo — Sim	Paes de Andrade — Sim
Humberto Lucena — Sim	Luís Roberto Ponte — Sim	Paes Landim — Sim
Ibsen Pinheiro — Sim	Luiz Alberto Rodrigues — Sim	Paulo Almada — Sim
Inocêncio Oliveira — Sim	Luiz Freire — Sim	Paulo Delgado — Sim
Iram Sarajva — Sim	Luiz Gushiken — Sim	Paulo Macarini — Sim
Irma Passoni — Sim	Luiz Henrique — Sim	Paulo Paim — Sim
Israel Pinheiro — Sim	Luiz Inácio Lula da Silva — Sim	Paulo Ramos — Sim
Itamar Franco — Sim	Luiz Marques — Sim	Paulo Silva — Sim
Ivo Lech — Sim	Luiz Salomão — Sim	Paulo Zarzur — Sim
Ivo Mainardi — Sim	Luiz Viana — Sim	Pedro Canedo — Sim
Ivo Vanderlinde — Sim	Luiz Viana Neto — Sim	Pedro Ceolin — Sim
Jacy Scanagatta — Sim	Lysâneas Maciel — Sim	Pimenta da Veiga — Sim
Jairo Carneiro — Sim	Maguito Vilela — Sim	Plínio Arruda Sampaio — Sim
Jamil Haddad — Sim	Maluly Neto — Sim	Pompeu de Sousa — Sim
Jarbas Passarinho — Sim	Manoel Castro — Sim	Rachid Saldanha Derzi — Sim
Jayme Paliarin — Sim	Manoel Moreira — Sim	Raimundo Bezerra — Sim
Jayme Santana — Sim	Manoel Ribeiro — Sim	Raimundo Lira — Sim
Jesualdo Cavalcanti — Sim	Manuel Viana — Sim	Raimundo Rezende — Sim
Jesus Tajra — Sim	Marcelo Cordeiro — Sim	Raquel Cândido — Sim
Joaci Góes — Sim	Márcia Kubitschek — Sim	Raquel Capiberibe — Sim
João Agripino — Sim	Márcio Braga — Sim	Raul Ferraz — Sim
João Calmon — Sim	Márcio Lacerda — Sim	Renato Bernardi — Sim
João Carlos Bacelar — Sim	Marco Maciel — Sim	Renato Vianna — Sim
João de Deus Antunes — Sim	Marcos Perez Queiroz — Sim	Ricardo Izar — Sim
João Natal — Sim	Maria de Lourdes Abadia — Sim	Rita Camata — Sim
João Paulo — Sim	Mário Covas — Sim	Roberto Augusto — Sim
Joaquim Bevilacqua — Sim	Mário de Oliveira — Sim	Roberto Brant — Sim
Jofran Frejat — Sim	Mário Maia — Sim	Roberto Campos — Sim
Jorge Bornhausen — Sim	Marluce Pinto — Sim	Roberto D'Ávila — Sim
Jorge Hage — Sim	Maurício Corrêa — Sim	Roberto Freire — Sim
Jorge Medauar — Sim	Maurício Fruet — Sim	Roberto Torres — Sim
Jorge Uequet — Sim	Maurício Nasser — Sim	Roberto Vital — Sim
José Agripino — Sim	Maurício Pádua — Sim	Robson Marinho — Sim
José Carlos Coutinho — Sim	Maurílio Ferreira Lima — Sim	Rodrigues Palma — Sim
José Carlos Grecco — Sim	Mauro Benevides — Sim	Ronaldo Cezar Coelho — Sim
José Carlos Martinez — Sim	Mauro Borges — Sim	Ronan Tito — Sim
José Carlos Sabóia — Sim	Mauro Miranda — Sim	Ronaro Corrêa — Sim
José Carlos Vasconcelos — Sim	Meira Filho — Sim	Rosa Prata — Sim
José Costa — Sim	Mello Reis — Sim	Rospide Netto — Sim
José da Conceição — Sim	Mendes Botelho — Sim	Ruberval Pilotto — Sim
José Egreja — Sim	Mendes Ribeiro — Sim	Ruy Nedel — Sim
José Fogaça — Sim	Messias Góis — Sim	Samir Achôa — Sim
José Freire — Sim	Messias Soares — Sim	Sandra Cavalcanti — Sim
José Genoíno — Sim	Michel Temer — Sim	Santinho Furtado — Sim
José Geraldo — Sim	Milton Barbosa — Sim	Saulo Queiroz — Sim
José Guedes — Sim	Milton Lima — Sim	Sérgio Brito — Sim
José Jorge — Sim	Milton Reis — Sim	Sérgio Naya — Sim
José Lins — Sim	Miraldo Gomes — Sim	Sérgio Werneck — Sim
José Luiz de Sá — Sim	Miro Teixeira — Sim	Severo Gomes — Sim
José Luiz Maia — Sim	Moema São Thiago — Sim	Sigmaringa Seixas — Sim
José Moura — Sim	Mozarildo Cavalcanti — Sim	Sílvio Abreu — Sim
José Paulo Bisol — Sim	Nelson Aguiar — Sim	Siqueira Campos — Sim
José Queiroz — Sim	Nelson Carneiro — Sim	Sólon Borges dos Reis — Sim
José Richa — Sim	Nelson Jobim — Sim	Sotero Cunha — Sim
José Thomaz Nonô — Sim	Nelson Seixas — Não	Tadeu França — Sim
José Tinoco — Sim	Nelton Friedrich — Sim	Telmo Kirst — Sim

Teotônio Vilela Filho — Sim
Theodoro Mendes — Não
Tito Costa — Sim
Ubiratan Aguiar — Sim
Ubiratan Spinelli — Sim
Uldurico Pinto — Sim
Valmir Pampelo — Sim
Vasco Alves — Sim
Vicente Bogo — Sim
Victor Faccioni — Sim
Victor Fontana — Sim
Vilson Souza — Sim
Vingt Rosado — Sim
Vinicius Cansanção — Sim
Virgildásio de Senna — Sim
Virgílio Galassi — Sim
Virgílio Guimarães — Sim
Vitor Buaiz — Sim
Vladimir Palmeira — Sim
Waldyr Pugliesi — Sim
Wilma Maia — Sim
Wilson Campos — Sim
Wilson Martins — Sim
Ziza Valadares — Sim.

O Sr. José Maurício — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O Sr. Darcy Deitos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. DARCY DEITOS (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Geraldo Melo se encontra em plenário? (Pausa.)

O SR. GERALDO MELO (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro a minha emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Geraldo Melo retira a sua emenda.

O nobre Constituinte Acival Gomes se encontra em plenário? (Pausa.)

O nobre Constituinte deseja retirar do art. 57, inciso I, a expressão "chefe de missão diplomática".

Quer dizer: a possibilidade de parlamentar ocupar a chefia de missão diplomática. O nobre Parlamentar deseja suprimir esta possibilidade. V. Exª retira sua proposição?

O SR. ACIVAL GOMES (PMDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro a minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Acival Gomes retira a sua proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 1.491**

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00842-2. — **Gerson Peres**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 842 (Do Sr. Gerson Peres)

Suprima-se do art. 57, inciso I, a expressão "de Capital".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Gerson Peres mantém a sua proposição?

É sobre o mesmo dispositivo, art. 57, inciso I: faculta que o Deputado Parlamentar ocupe a prefeitura da Capital. S. Exª deseja retirar a expressão "da capital". Portanto, para qualquer prefeitura

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero permaneça a minha emenda, quero que seja votada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vai ser votada. As ordens de V. Exª serão cumpridas.

Tem a palavra o nobre Constituinte, para encaminhar

O SR. GERSON PERES (PDS — PA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, este texto, como está redigido, é discriminativo, porque só permite ao Deputado Federal ser Secretário de Prefeitura de Capital. Acontece que estamos legislando para **ad aeternum**, para sempre. Pressupõe-se que as cidades brasileiras irão crescer, irão desenvolver-se, irão transformar-se em cidades importantes.

Ora, não posso ser Secretário, hoje, de uma cidade como Campinas, no Estado de São Paulo, que é muito mais importante do que a Capital do Estado de Sergipe. Não posso ser Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos ouvir o nosso Companheiro.

O SR. GERSON PERES — Quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª está com a palavra.

Peço a atenção da Casa. O nobre Constituinte está exercitando um direito.

O SR. GERSON PERES — Falava, Sr. Presidente, que a cidade de Campinas, em São Paulo, é muito mais importante que... (Diálogo paralelo)

A Srª Dirce Tutu Quadros — Presidente, eu queria ver um dia o Prefeito de São Paulo convidar

o Sr. Gerson Peres para ser Secretário da Prefeitura dessa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Atenção! Não são permitidos apartes. Vou desligar o microfone de apartes.

O SR. GERSON PERES — Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Claro, V. Exª está encaminhando.

O SR. GERSON PERES — Sr. Presidente, quero que os Colegas não coloquem o coração acima da cabeça. Quero que a cabeça domine o coração. Vou repetir, sem querer atingir sentimento nenhum: as cidades brasileiras, como Campinas, Santo André, São Bernardo do Campo, Santos e outras tantas, são, populacional e economicamente, mais importantes que várias Capitais do Norte e do Nordeste. Se aprovarmos o texto como está, nenhum Deputado pode ser Secretário da Prefeitura dessas cidades, só pode ser da Capital

Juridicamente, também, Sr. Presidente, é uma aberração constitucional. Por quê? Porque não podemos distinguir municípios na Constituição. Ou o Deputado vai ser Secretário de Prefeitura, ou não vai ser. Ele não pode ser Secretário de um tipo de prefeitura e pode ser Secretário de outro tipo.

É uma emenda irregular.

Pediria ao eminente Relator prestasse atenção para esse aspecto constitucional. O texto da emenda é discriminativo e atenta contra o direito de o Parlamentar ser Secretário de outras prefeituras tão importantes quanto as de Capital.

Por isso, pediria aos Colegas refletissem sobre esse argumento, porque é um argumento sério.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos ouvir o Relator, para passarmos à votação.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Gerson Peres sabe, porque experimentado Parlamentar, que aplicações foram sendo feitas ao longo das Constituições. Nesse tipo de concessões, antigamente o Parlamentar só poderia exercer, sem a perda do mandato, o lugar de Ministro e outros cargos. Em relação a esta questão começou a ser feita uma abertura enorme. S. Exª, agora, quer ampliá-la. Até parece que o eminente Constituinte Gerson Peres está largando o seu Norte para ser Secretário numa prefeitura em Estado do Sul.

Sr. Presidente, é evidente que não cabe a generalização.

Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

O Relator é pela rejeição
Vamos votar.

O Sr. Messias Soares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MESSIAS SOARES (PTR — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em solidarie-

Cunha Bueno — Sim
 Dálton Canabrava — Não
 Darcy Deitos — Não
 Darcy Pozza — Sim
 Daso Coimbra — Sim
 Delfim Netto — Sim
 Délio Braz — Sim
 Denisar Arneiro — Sim
 Dionísio Hage — Não
 Dirce Tutu Quadros — Não
 Dirceu Carneiro — Não
 Djenal Gonçalves — Não
 Domingos Juvenil — Sim
 Domingos Leonelli — Não
 Edésio Frias — Não
 Edivaldo Motta — Não
 Edme Tavares — Sim
 Edmilson Valentim — Não
 Eduardo Bonfim — Não
 Eduardo Jorge — Não
 Eduardo Moreira — Não
 Egídio Ferreira Lima — Não
 Eliel Rodrigues — Não
 Eliézer Moreira — Não
 Enoc Vieira — Sim
 Eraldo Tinoco — Sim
 Eraldo Trindade — Não
 Erico Pegoraro — Não
 Ervin Bonkoski — Sim
 Etevaldo Nogueira — Sim
 Euclides Scalco — Não
 Eunice Michiles — Não
 Evaldo Gonçalves — Não
 Expedito Machado — Não
 Fábio Feldmann — Não
 Fábio Raunheitti — Sim
 Farabulini Júnior — Não
 Fausto Fernandes — Não
 Fausto Rocha — Sim
 Felipe Mendes — Não
 Feres Nader — Sim
 Fernando Bezerra Coelho — Não
 Fernando Gomes — Não
 Fernando Lyra — Não
 Fernando Santana — Não
 Firmo de Castro — Não
 Flavio Palmier da Veiga — Não
 Florestan Fernandes — Não
 Floriceno Paixão — Não
 França Teixeira — Sim
 Francisco Amaral — Sim
 Francisco Carneiro — Não
 Francisco Coelho — Não
 Francisco Dias Alves — Não
 Francisco Dornelles — Não
 Francisco Kuster — Não
 Francisco Pinto — Não
 Francisco Rollemberg — Sim
 Francisco Rossi — Não
 Furtado Leite — Não
 Gabriel Guerreiro — Não
 Gastone Righi — Sim
 Genebaldo Correia — Não
 Genésio Bernardino — Não
 Geovani Borges — Não
 Geraldo Alckmin Filho — Não
 Geraldo Campos — Não
 Geraldo Fleming — Sim
 Geraldo Melo — Não
 Gerson Marcondes — Sim
 Gerson Peres — Sim

Gidel Dantas — Não
 Gilson Machado — Não
 Gonzaga Patriota — Não
 Gumercindo Milhomem — Não
 Harlan Gadelha — Sim
 Haroldo Lima — Não
 Haroldo Sabóia — Não
 Hélio Costa — Não
 Hélio Duque — Não
 Hélio Manhães — Não
 Hélio Rosas — Sim
 Henrique Córdova — Não
 Heráclito Fortes — Não
 Hermes Zaneti — Não
 Hilário Braun — Não
 Homero Santos — Não
 Humberto Lucena — Não
 Ibsen Pinheiro — Não
 Inocêncio Oliveira — Não
 Iram Saraiva — Não
 Irma Passoni — Não
 Israel Pinheiro — Sim
 Itamar Franco — Não
 Ivo Lech — Não
 Ivo Mainardi — Não
 Ivo Vanderlinde — Não
 Jacy Scanagatta — Sim
 Jairo Carneiro — Não
 Jamil Haddad — Não
 Jarbas Passarinho — Não
 Jayme Paliarin — Não
 Jayme Santana — Não
 Jesualdo Cavalcanti — Não
 Jesus Tajra — Sim
 Joaci Gôes — Não
 João Agripino — Não
 João Alves — Não
 João Calmon — Não
 João Carlos Bacelar — Não
 João Machado Rollemberg — Não
 João Natal — Não
 João Paulo — Não
 Joaquim Bevilacqua — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Jorge Arbage — Sim
 Jorge Bornhausen — Não
 Jorge Hage — Não
 Jorge Medauar — Não
 Jorge Clequed — Não
 Jorge Vianna — Não
 José Agripino — Não
 José Carlos Coutinho — Não
 José Carlos Grecco — Não
 José Carlos Martinez — Não
 José Carlos Sabóia — Não
 José Carlos Vasconcelos — Não
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Não
 José Egreja — Sim
 José Fernandes — Não
 José Freire — Sim
 José Genoíno — Não
 José Geraldo — Não
 José Guedes — Não
 José Jorge — Não
 José Lins — Não
 José Luiz de Sá — Não
 José Luiz Maia — Sim
 José Maranhão — Não
 José Maurício — Não
 José Melo — Não

José Moura — Não
 José Paulo Bisol — Não
 José Queiroz — Não
 José Richa — Não
 José Santana de Vasconcellos — Sim
 José Tavares — Não
 José Thomaz Nonô — Não
 José Tinoco — Não
 José Viana — Não
 José Yunes — Não
 Júlio Costamilan — Não
 Jutahy Magalhães — Não
 Koyu Iha — Não
 Lael Varella — Abstenção
 Leite Chaves — Não
 Lélio Souza — Não
 Leopoldo Peres — Não
 Lezio Sathler — Sim
 Lídice da Mata — Não
 Lucio Alcantara — Não
 Luís Eduardo — Não
 Luís Roberto Ponte — Não
 Luiz Alberto Rodrigues — Não
 Luiz Freire — Não
 Luiz Gushiken — Não
 Luiz Henrique — Não
 Luiz Inacio Lula da Silva — Não
 Luiz Marques — Sim
 Luiz Salomão — Não
 Luiz Viana — Não
 Luiz Viana Neto — Não
 Lysâneas Maciel — Sim
 Maguito Vilela — Não
 Manoel Castro — Não
 Manoel Moreira — Não
 Manoel Ribeiro — Não
 Manuel Viana — Sim
 Marcelo Cordeiro — Não
 Márcia Kubitschek — Não
 Márcio Braga — Não
 Márcio Lacerda — Não
 Marco Maciel — Não
 Marcos Perez Queiroz — Não
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Mário Assad — Não
 Mário Covas — Não
 Mário de Oliveira — Não
 Mário Maia — Não
 Marluce Pinto — Não
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Fruet — Não
 Maurício Nasser — Não
 Maurício Pádua — Não
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Mauro Benevides — Não
 Mauro Borges — Não
 Mauro Campos — Não
 Mauro Miranda — Não
 Max Rosenmann — Não
 Meira Filho — Sim
 Mello Reis — Não
 Mendes Botelho — Não
 Mendes Ribeiro — Não
 Messias Góis — Não
 Messias Soares — Não
 Michel Temer — Não
 Milton Barbosa — Não
 Milton Lima — Não
 Milton Reis — Não
 Miraldo Gomes — Não
 Miro Teixeira — Não

Moema São Thiago — Não
 Mozarildo Cavalcanti — Não
 Mussa Dernes — Não
 Nabor Júnior — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Não
 Nelson Aguiar — Não
 Nelson Carneiro — Sim
 Nelson Jobim — Não
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nelton Friedrich — Não
 Ney Maranhão — Não
 Nilson Gibson — Não
 Nion Albernaz — Não
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Não
 Octávio Elísio — Não
 Olívio Dutra — Não
 Orlando Bezerra — Não
 Osmir Lima — Não
 Osvaldo Macedo — Não
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Oswaldo Almeida — Não
 Oswaldo Trevisan — Não
 Ottomar Pinto — Não
 Paes de Andrade — Não
 Paes Landim — Não
 Paulo Almada — Não
 Paulo Delgado — Não
 Paulo Macarini — Não
 Paulo Paim — Não
 Paulo Ramos — Não
 Paulo Silva — Não
 Paulo Zarzur — Abstenção
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Não
 Pimenta da Veiga — Não
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Pompeu de Sousa — Não
 Rachid Saldanha Derzi — Não
 Raimundo Bezerra — Não
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Não
 Raquel Cândido — Não
 Raquel Capiberibe — Não
 Raul Ferraz — Não
 Renato Bernardi — Sim
 Renato Vianna — Não
 Ricardo Izar — Não
 Rita Camata — Não
 Roberto Augusto — Não
 Roberto Brant — Não
 Roberto Campos — Abstenção
 Roberto D'Ávila — Não
 Roberto Freire — Não
 Roberto Torres — Não
 Roberto Vital — Não
 Robson Marinho — Não
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Ronan Tito — Não
 Ronaro Corrêa — Não
 Rosa Prata — Não
 Rospide Netto — Não
 Ruberval Pilotto — Não
 Ruy Nadel — Sim
 Salatiel Carvalho — Abstenção
 Samir Achôa — Não
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Não
 Saulo Queiroz — Não

Sérgio Brito — Sim
 Severo Gomes — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólton Borges dos Reis — Sim
 Sotero Cunha — Não
 Tadeu França — Não
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Não
 Ubiratan Aguiar — Não
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Não
 Ulysses Guimarães — Abstenção
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Não
 Vilson Souza — Não
 Vingt Rosado — Sim
 Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Não
 Vítor Buaiz — Não
 Vladimir Palmeira — Não
 Wagner Lago — Não
 Waldyr Pugliesi — Não
 Walmor de Luca — Não
 Wilson Martins — Não
 Ziza Valadares — Não

O Sr. Wilson Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. WILSON CAMPOS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de consignar o meu voto "não", que não apareceu no painel.

O Sr. Lézio Sathler — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo consignar o voto "não", que, em equívoco, saiu "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 387

Senhor Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00556-3. — Constituinte **Albérico Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 556 Do Sr. Albérico Filho

Ao inciso I, do art. 57.

Para corrigir omissão acrescente-se a palavra "temporária" à expressão "missão diplomática", passando a ter a seguinte redação:

"Art. 57.
 Inciso I — Investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeito de Capital ou Chefe de Missão diplomática temporária."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Propõe o nobre Constituinte Albérico Filho o mesmo texto em que se mencionam os cargos que podem ser ocupados sem perda do mandato de Deputado ou Senador.

O texto admite "chefe de missão diplomática". O nobre Constituinte deseja fazer com que seja temporária, chefe de missão diplomática temporária. É uma distinção entre os Embaixadores que têm caráter permanente ou chefe de missão diplomática temporária, como constava nos textos anteriores do País.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta emenda, parece-me que sem acordo de Lideranças, não pode ser votada, porque acrescenta o termo "temporária".

É uma emenda aditiva.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Mas, sem acordo de Lideranças, pode ter o acordo do Plenário.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, esta emenda não podia ser recebida, é aditiva. Pode haver emenda supressiva. Esta emenda está acrescentando o termo "temporária".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte Albérico Filho, autor da proposição.

O SR. ALBÉRICO FILHO (PMDB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta nossa emenda tem como objetivo maior tentar corrigir esse inciso que foi feito aqui, nesta Assembléia Nacional Constituinte, durante a votação.

A justificativa maior, o art. 57, inciso I, na sua parte final, afirma que "não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido na função de chefe de missão diplomática". Mas seus termos atuais não esclarecem se a missão diplomática é permanente ou temporária.

O presente inciso I resulta de emenda (Mário Covas) introduzida em plenário. Naquela oportunidade já surgiu o debate sobre a conveniência de caracterizar as missões a serem confiadas a Parlamentar, sem prejuízo do mandato.

Os autores da emenda adotada entenderam que caberia aos Parlamentares as missões diplomáticas temporárias de acordo com a tradição constitucional brasileira. A redação do inciso I, todavia, não é clara e, apesar da emenda, pode dar lugar a outras interpretações.

Seria conveniente, assim, dispor, com precisão, que são temporárias as missões diplomáticas confiadas sem perda de mandato aos Parlamen-

tares. Seria, assim, atendido o objetivo do art. 57, ou seja, o de reservar aos Parlamentares sem perda de mandato, de funções essencialmente políticas (conforme a tradição republicana).

A emenda omissiva ora apresentada simplesmente corrige uma imprecisão do texto até agora existente, respeitando a unidade do artigo e a intenção (Emenda Covas) dos que lhe deram a presente redação em plenário.

Essa reivindicação foi feita pelos diplomatas, que é uma carreira do Itamarati, feita não só para este Constituinte, como para vários outros Srs. Constituintes.

Peço aos Srs. Líderes e aos Srs. Constituintes votem pela aprovação da nossa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Relator Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a emenda do eminente Constituinte Albérico Filho tem inteira procedência.

Em verdade, o que pretende é que o Parlamentar possa exercer um cargo executivo de forma temporária. Não é possível admitir que ele assuma um cargo executivo com índole de permanência.

Sr. Presidente, além de boa, a emenda corrige uma omissão, melhora o texto e merece ser aprovada.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O parecer do Relator é pela aprovação.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, entendo que o acréscimo do termo "temporária" melhora o texto, votaremos favoravelmente à emenda.

O Sr. Bocayuva Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT, respeitando as tradições do Itamarati, uma Casa reconhecidamente competente, está inteiramente a favor da inclusão do termo "temporária" e, por isso, recomenda à sua Bancada vote com a emenda.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota "sim".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, voto "sim" e recomendo o mesmo à minha Bancada.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim", com as Lideranças.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada vote "sim".

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer favorável. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 850):

SIM — 345
NÃO — 27
ABSTENÇÃO — 8
TOTAL — 380

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente: Ulysses Guimarães — Abstenção
Abigail Feitosa — Sim
Acival Gomes — Não
Adauto Pereira — Sim
Ademir Andrade — Sim
Adhemar de Barros Filho — Sim
Adolfo Oliveira — Sim

Adroaldo Streck — Sim
Adylson Motta — Sim
Aécio de Borba — Sim
Afonso Arinos — Sim
Afonso Sancho — Sim
Ailton Sandoval — Sim
Alarico Abib — Sim
Albérico Cordeiro — Sim
Albérico Filho — Sim
Alceni Guerra — Sim
Aldo Arantes — Sim
Alfredo Campos — Sim
Almir Gabriel — Sim
Aloysio Chaves — Sim
Aluizio Campos — Sim
Alysson Paulinelli — Não
Amaral Netto — Sim
Amaury Muller — Sim
Amílcar Moreira — Sim
Anna Maria Rattes — Sim
Annibal Barcellos — Sim
Antero de Barros — Sim
Antônio Carlos Franco — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Sim
Antoniocarlos Mendes Thame — Sim
Antônio de Jesus — Sim
Antonio Ferreira — Sim
Antonio Gaspar — Sim
Antonio Perosa — Sim
Antonio Salim Curiati — Sim
Antonio Ueno — Sim
Arnaldo Faria de Sá — Sim
Arnaldo Martins — Sim
Arnaldo Moraes — Sim
Arnaldo Prieto — Não
Arnold Fioravante — Sim
Artenir Werner — Sim
Artur da Távola — Sim
Asdrubal Bentes — Sim
Augusto Carvalho — Sim
Basílio Villani — Sim
Benedicto Monteiro — Sim
Benedita da Silva — Sim
Bernardo Cabral — Sim
Beth Azize — Sim
Bocayuva Cunha — Sim
Bonifácio de Andrada — Sim
Caio Pompeu — Sim
Carlos Alberto Caó — Sim
Carlos Benevides — Sim
Carlos Chiarelli — Não
Carlos Cotta — Sim
Carlos Mosconi — Sim
Carlos Sant'Anna — Sim
Carlos Virgílio — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim
Célio de Castro — Sim
Celso Dourado — Sim
César Maia — Sim
Chagas Duarte — Sim
Chagas Rodrigues — Sim
Chico Humberto — Sim
Christóvam Chiaradia — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Sim
Cláudio Ávila — Sim
Cleonânio Fonseca — Sim
Cunha Bueno — Não
Darcy Deitos — Sim
Daso Coimbra — Não
Del Bosco Amaral — Sim
Délio Braz — Sim

Denisar Arneiro — Sim	Heráclito Fortes — Sim	Jutahy Magalhães — Sim
Dionísio Hage — Sim	Hermes Zaneti — Sim	Koyu Iha — Sim
Dirce Tutu Quadros — Sim	Hilário Braun — Sim	Lael Varella — Sim
Dirceu Carneiro — Sim	Homero Santos — Sim	Lavoisier Maia — Sim
Djenal Gonçalves — Sim	Humberto Souto — Não	Leite Chaves — Sim
Domingos Juvenil — Sim	Inocêncio Oliveira — Sim	Lélio Souza — Sim
Domingos Leonelli — Sim	Iram Saraiva — Sim	Leopoldo Peres — Abstenção
Edésio Frias — Sim	Irapuan Costa Júnior — Sim	Lezio Sathler — Sim
Edivaldo Motta — Sim	Irma Passoni — Sim	Lídice da Mata — Sim
Edme Tavares — Sim	Ismael Wanderley — Sim	Lúcio Alcântara — Não
Edmilson Valentim — Sim	Israel Pinheiro — Sim	Luís Roberto Ponte — Sim
Eduardo Bonfim — Sim	Itamar Franco — Sim	Luiz Alberto Rodrigues — Sim
Eduardo Jorge — Sim	Ivo Lech — Sim	Luiz Freire — Sim
Eduardo Moreira — Sim	Ivo Mainardi — Sim	Luiz Gushiken — Sim
Egídio Ferreira Lima — Sim	Ivo Vanderlinde — Sim	Luís Henrique — Sim
Eliel Rodrigues — Sim	Jacy Scanagatta — Sim	Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
Eliézer Moreira — Sim	Jairo Carneiro — Sim	Luiz Marques — Sim
Enoc Vieira — Sim	Jamil Haddad — Sim	Luiz Salomão — Sim
Eraldo Tinoco — Sim	Jarbas Passarinho — Sim	Luiz Viana Neto — Sim
Eraldo Trindade — Sim	Jayme Paliarin — Sim	Maguito Vilela — Sim
Ervin Bonkoski — Sim	Jayme Santana — Sim	Maluly Neto — Não
Euclides Scalco — Sim	Jesualdo Cavalcanti — Sim	Manoel Castro — Sim
Eunice Michiles — Sim	Joaci Góes — Sim	Manoel Moreira — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim	João Agripino — Sim	Manoel Ribeiro — Sim
Expedito Machado — Abstenção	João Alves — Sim	Marcelo Cordeiro — Sim
Fábio Feldmann — Sim	João Calmon — Sim	Márcio Lacerda — Sim
Fábio Raunheitti — Sim	João Carlos Bacelar — Sim	Marco Maciel — Não
Farabulini Júnior — Sim	João Machado Rollemberg — Não	Marcos Perez Queiroz — Sim
Fausto Rocha — Não	João Natal — Sim	Maria de Lourdes Abadia — Sim
Felipe Mendes — Sim	João Paulo — Sim	Maria Lúcia — Sim
Feres Nader — Não	Joaquim Bevilacqua — Sim	Mário Assad — Não
Fernando Bezerra Coelho — Sim	Jofran Frejat — Sim	Mário Covas — Sim
Fernando Gomes — Sim	Jorge Arbage — Sim	Mário de Oliveira — Sim
Fernando Henrique Cardoso — Sim	Jorge Bornhausen — Não	Mário Maia — Sim
Fernando Lyra — Sim	Jorge Hage — Sim	Marluce Pinto — Sim
Fernando Santana — Sim	Jorge Medauar — Sim	Maurício Corrêa — Sim
Firmo de Castro — Sim	Jorge Oleque — Abstenção	Maurício Fruet — Sim
Flávio Palmier da Veiga — Não	Jorge Vianna — Sim	Maurício Nasser — Sim
Florestan Fernandes — Sim	José Agripino — Sim	Maurício Pádua — Sim
Floríceno Paixão — Sim	José Carlos Coutinho — Sim	Mauro Benevides — Sim
França Teixeira — Sim	José Carlos Grecco — Sim	Mauro Borges — Sim
Francisco Amaral — Sim	José Carlos Martínez — Sim	Mauro Campos — Sim
Francisco Carneiro — Sim	José Carlos Sabóia — Sim	Mauro Miranda — Sim
Francisco Coelho — Sim	José Carlos Vasconcelos — Sim	Max Rosenmann — Sim
Francisco Dias Alves — Sim	José Costa — Sim	Meira Filho — Sim
Francisco Dornelles — Sim	José da Conceição — Sim	Mello Reis — Sim
Francisco Küster — Sim	José Egreja — Sim	Mendes Ribeiro — Sim
Francisco Pinto — Sim	José Fernandes — Sim	Messias Góis — Sim
Francisco Rollemberg — Sim	José Fogaça — Sim	Messias Soares — Sim
Francisco Rossi — Sim	José Freire — Sim	Michel Temer — Sim
Gabriel Guerreiro — Sim	José Genoíno — Sim	Milton Reis — Sim
Gastone Righi — Não	José Geraldo — Abstenção	Miraldo Gomes — Sim
Genebaldo Correia — Abstenção	José Guedes — Sim	Miro Teixeira — Sim
Geovani Borges — Sim	José Jorge — Não	Moema São Thiago — Sim
Geraldo Alckmin Filho — Sim	José Lins — Sim	Mozarildo Cavalcanti — Sim
Geraldo Campos — Sim	José Luiz de Sá — Sim	Nabor Júnior — Sim
Geraldo Fleming — Abstenção	José Luiz Maia — Sim	Naphtali Alves de Souza — Sim
Gerson Marcondes — Sim	José Maranhão — Sim	Nelson Aguiar — Não
Gerson Peres — Não	José Maria Eymael — Sim	Nelson Carneiro — Sim
Gidel Dantas — Sim	José Maurício — Sim	Nelson Jobim — Sim
Gonzaga Patriota — Sim	José Moura — Não	Nelson Seixas — Sim
Guilherme Palmeira — Sim	José Paulo Bisol — Sim	Nelson Wedekin — Sim
Gumercindo Milhomem — Sim	José Queiroz — Sim	Nelton Friedrich — Sim
Harlan Gadelha — Sim	José Santana de Vasconcellos — Sim	Nestor Duarte — Sim
Haroldo Lima — Sim	José Serra — Sim	Ney Maranhão — Sim
Haroldo Sabóia — Sim	José Tavares — Sim	Nilson Gibson — Sim
Hélio Costa — Sim	José Thomaz Nonô — Não	Níon Albernaz — Sim
Hélio Duque — Abstenção	José Tinoco — Sim	Norberto Schwantes — Sim
Hélio Manhães — Sim	José Viana — Sim	Nyder Barbosa — Sim
Hélio Rosas — Sim	José Yunes — Sim	Octávio Elísio — Sim
Henrique Córdova — Sim	Júlio Costamilan — Sim	Olívio Dutra — Não

Orlando Bezerra — Sim
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Coelho — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Osvaldo Almeida — Sim
 Osvaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Não
 Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Almada — Sim
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Pimenta da Veiga — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberibe — Sim
 Raul Ferraz — Sim
 Renato Bernardi — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Viana — Sim
 Rita Camata — Sim
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim
 Roberto Freire — Sim
 Roberto Jefferson — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Ronan Tito — Sim
 Ronaro Corrêa — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Ruy Nadel — Sim
 Salatiel Carvalho — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Saulo Queiroz — Sim
 Sérgio Brito — Sim
 Sérgio Naya — Sim
 Sérgio Werneck — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Sílvio Abreu — Sim
 Siqueira Campos — Não
 Sólton Borges dos Reis — Não
 Sotero Cunha — Sim
 Tadeu França — Sim
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Sim
 Valmir Campelo — Sim

Vasco Alves — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Sim
 Vinicius Cansanção — Não
 Virgildásio de Senna — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Walmor de Luca — Sim
 Wilma Maia — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de des-
 taque:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 1.355**

Senhor Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº
 2T01448-1. — Constituinte **Roberto Campos**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 1.688**

Senhor Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº
 2T01448-1, referente ao artigo 50, I. — Consti-
 tuínte **Francisco Küster**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 102**

Sr. Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº
 2T01587-9, (art. 57, inciso I). — Constituinte **Ací-
 val Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 São as seguintes as emendas destacadas:

EMENDA Nº 1.448 (Do Sr. Roberto Campos)

Suprimam-se, do inciso I do artigo 50 do Pro-
 jeto de Constituição (B), as seguintes expressões:
 ... "ou atos que acarretem encargos ou compro-
 missos gravosos ao patrimônio nacional".

EMENDA Nº 1.587 (Do Sr. Acival Gomes)

Suprima-se no texto do inciso I, do art. 50, a
 palavra "gravosos".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio as Emendas nºs 1.448 e 1.587, referentes
 aos Destaques nºs 1.355, 1.688 e 102.

Trata-se do art. 50.

"É competência exclusiva do Congresso
 Nacional:
 I — resolver definitivamente sobre tratados e
 acordos internacionais..."

O objetivo dos Destaques é a supressão do
 restante do texto, que assim dispõe:

"I — ... ou atos que acarretem encargos
 ou compromissos gravosos ao patrimônio
 nacional."

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço
 a palavra pela ordem.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço
 a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Um momento! Um momento! Estou lendo o tex-
 to.

O Sr. Roberto Freire — É que esta emenda
 foi adiada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Vou ler o texto, depois ouvirei o que V. Exª têm
 a falar.

"... ou atos que acarretem encargos ou com-
 promissos gravosos ao patrimônio nacional."
 É o texto.

Tem a palavra o nobre Constituinte Roberto
 Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem
 revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta matéria
 fazia parte do texto de um acordo e, por solicitação
 minha, inclusive, foi retirado e ainda se encontra
 em negociação.

Era o queria esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Desde que haja anuência — que parece razoável
 — para se chegar a um entendimento, por tratar-
 se de matéria da maior importância, fica adiada
 para outra oportunidade a decisão do Plenário
 sobre a matéria.

O Sr. Erico Pegoraro — Sr. Presidente, peço
 a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL — RS. Sem
 revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que
 ficasse registrado o meu voto "sim" na votação
 anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de des-
 taque:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 11**

Senhor Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01788-0
 (Suprima-se no § 1º do art. 60, a expressão
 "ou dos blocos parlamentares"). — Constituinte
Nelson Carneiro.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 747**

Senhor Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº
 2T00847-3. — Constituinte **Lúcio Alcântara**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 1.093**

Senhor Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº
 2T00804-0. — Constituinte **Alfredo Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as emendas destacadas:

EMENDA Nº 1.788
(Do Sr. Nelson Carneiro)

Suprima-se no § 1º do art. 60, do Projeto (B), a expressão "...ou dos blocos parlamentares..."

EMENDA Nº 847
(Do Sr. Lúcio Alcântara)

Suprima-se no § 1º do art. 60 do Projeto de Constituição (B) a seguinte expressão: "ou dos blocos parlamentares".

EMENDA Nº 804
(Do Sr. Alfredo Campos)

Suprima-se do § 1º, do art. 60, do Projeto de Constituição, a expressão "...ou dos blocos parlamentares..."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 11, do nobre Constituinte Nelson Carneiro; Destaque nº 747, do nobre Constituinte Lúcio Alcântara; Destaque nº 1.093, do nobre Constituinte Alfredo Campos.

Objetivam, no art. 60, § 1º, onde está escrito:

"Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos" — aqui vem a discrepância, a discordância — "a um dos blocos parlamentares."

Os autores dos destaques querem retirar essa referência "a um dos blocos parlamentares" que participam da respectiva Casa.

Tem a palavra o Relator.

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. GERSON PERES (PDS — PA Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, este tema faz parte do entendimento para ver se colocamos os próprios Parlamentares nas Disposições Transitórias por dois anos. Foi o que realmente procuramos conversar. Não sei como ficam as outras Lideranças que não estavam presentes. Se estão ou não de acordo se adiássemos por mais 24 horas a apreciação desse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sr. Constituinte, verifico que há anuência para que o texto seja meditado através das Lideranças e forças representativas, e o Plenário decidirá.

O SR. GERSON PERES — Muito obrigado.

O Sr. Olívio Dutra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retifico o meu voto registrado nesta última votação. Voto com a Bancada, portanto, voto "sim", e não como apaixonei no painel, que foi "não". Meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será feito o registro pedido por V. Exª

O SR. OLÍVIO DUTRA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 500, do nobre Constituinte Jairo Carneiro; Destaque nº 988, do nobre Constituinte Mauro Sampaio; Destaque nº 1.083, do nobre Constituinte Carlos Alberto. Objetivam o art. 38, inciso XV.

O art. 38 é sobre Administração Pública. Há uma solicitação de adiamento, objetivando um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 398

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a emenda nº 2T01277-2 — **Erico Pegoraro**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.277
(Do Sr. Erico Pegoraro)

Art. 50, VI: Suprimir a expressão "do poder regulamentar".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 398, do nobre Constituinte Erico Pegoraro

Art. 50. inciso VI:

"Art. 50. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

VI — Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar..."

S. Exª quer retirar essa referência do poder regulamentar.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — S. Exª já a retirou, Sr. Presidente. Esta emenda foi retirada ontem pelo Constituinte Erico Pegoraro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho tem um Destaque, sob nº 414, que se reporta ao art. 50, item XIII e art. 53, item III, letra "b".

O Sr. José Genoíno — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O Sr. José Genoíno (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Foi retirada também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Segundo o registro da Mesa, não foi retirada. Nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho, V. Exª retira?

O SR. OSVALDO SOBRINHO — Sim, Exª

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está retirada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.124

Senhor Presidente, requeiro o destaque para a Emenda nº 2T01517-8. — Deputado **Vilson Souza**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.517
(Do Sr. Vilson Souza)

Incluir no artigo 52 do Projeto (B) o seguinte inciso:

VI — recomendar ao Presidente da República o afastamento de detentor de cargo ou função de confiança no Governo Federal, inclusive a administração indireta.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque do nobre Constituinte Vilson Souza, faz referência ao art. 52

Deseja que o art. 52, seja assim redigido:

"Recomendar ao Presidente da República o afastamento de detentor de cargo ou função de confiança do Governo Federal, inclusive a Administração Indireta"

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta emenda está retornando ao texto aprovado por ato da Mesa, que não precisa votar. Está retornando ao texto original. O texto original votado no primeiro turno tem esta emenda neste dispositivo. Está, portanto, retornando ao texto original.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, é só um ato declaratório, cortando-o.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É preciso ponderar também o seguinte: ontem, houve várias manifestações da Casa a respeito de certas providências consideradas parlamentaristas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Sr. Presidente, apenas lembraria a V. Exª que tivemos uma matéria polêmica, sobre a organização sindical, em que havia uma alteração de mérito no retorno ao texto original, diferentemente do texto do Relator, e aceitamos retornar ao texto original. Portanto, o mérito não está em discussão. Está-se discutindo o retorno ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — As demais Lideranças estão de acordo?

O Sr. Chico Humberto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para consignar meu voto na votação anterior. Meu voto é "sim".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em relação à organização sindical, o que foi decidido pelas Lideranças e pela Mesa? Quando se tratar de retornar ao texto original, é ato da Mesa. Quem discordar e, portanto, quiser ficar com o texto do Relator, solicita à Mesa a votação.

Foi o que fizemos nós, do Partido dos Trabalhadores, em relação à unicidade sindical, e que, até agora, V. Exª não decidiu se vai conceder a votação ou não

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, cria-se uma situação realmente curiosa. Se a Mesa decide que o texto é pura e simplesmente inserido, retorna ao texto original do primeiro turno. Verifica-se que não houve oportunidade de os Constituintes eventualmente oferecerem emendas sobre este texto. De modo que se cria uma situação embaraçosa.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Em face das dúvidas havidas, retiro da Ordem do Dia este texto, para meditar, e, se for necessário conversar com as Lideranças sobre o assunto.

O Sr. Victor Fontana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. VICTOR FONTANA (PFL — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação de Destaque nº 846, o meu voto apareceu como "não". Eu gostaria de corrigi-lo para "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos ao texto do nobre Constituinte Carlos Cardinal, de nº 1.475

S. Exª está em Plenário? (Pausa.)

O nobre Constituinte está ausente. Por isso, sua proposição fica prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.518

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01085-1, (art. 64 e parágrafo único). — Constituinte **Adylson Motta**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 546

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00512-1. — Constituinte **Lavoisier Maia**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 944

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00620-9. — Constituinte **Mendes Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as emendas destacadas:

EMENDA Nº 1.085 (Do Sr. Adylson Motta)

Art. 64 e parágrafo único.
Suprima-se o artigo e seu parágrafo.

EMENDA Nº 512 (Do Sr. Lavoisier Maia)

Suprimir o art. 64 e seu parágrafo.

EMENDA Nº 620 (Do Sr. Mendes Botelho)

Suprima-se o art. 64.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Diz respeito — repito — à supressão do art. 64, que, em caso de urgência, são as medidas provisórias, matéria sobejamente conhecida da Casa.

Tem a palavra o nobre Constituinte Adilson Motta, para encaminhar.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o baixo **quorum** e o parecer contrário do Relator mais ou menos indicam-me o caminho, a sorte que terá minha proposta.

Já apresentei um pedido de supressão desse artigo na Comissão de Sistematização. Depois, juntamente com o Constituinte Michel Temer, repeti no primeiro turno de apreciação do texto constitucional.

Não fora a minha absoluta convicção da iniquidade e da nocividade desse artigo para esta Casa, para o Congresso Nacional, e eu não voltaria a repetir este pedido de supressão.

Não vou entrar em debates acadêmicos aqui, conforme o fiz da outra vez, para tentar provar que estamos tratando de uma forma dissimulada de decreto-lei. Prefiro apenas, Sr. Presidente, dentro de um enfoque eminentemente pragmático, mostrar a minha preocupação, que não é apenas minha, é de vários Constituintes e de eminentes juristas deste País. Um dos mais ardorosos defensores do decreto-lei, o ex-Ministro Leitão de Abreu, duas vezes Ministro do período autoritário, Professor de nomeada, Jurista eminente, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em entrevista concedida ao jornal **Zero Horam** de Porto Alegre, disse o seguinte: "A Constituinte deu um cheque em branco a Sarney". Eu diria que aos Presidentes futuros.

O decreto-lei, Sr. Presidente, foi adotado no Brasil nos períodos discricionários. No entanto, mesmo sendo uma medida de exceção, teve ele a cautela de estabelecer alguns parâmetros, alguns balizamentos, alguns limites para a sua edição. Primeiro, não poderia aumentar despesas,

aliás, não pode, porque o texto está em vigor. Em segundo lugar, são elencadas, através de três incisos, as situações sobre as quais se pode editar o decreto-lei: segurança nacional, matéria financeira, criação de cargos públicos e fixação de vencimentos. No período autoritário se teve essa cautela. Agora, na abertura democrática, se baixam as medidas provisórias com força de lei, sem qualquer restrição ao seu uso, não há qualquer limite para a sua abrangência.

Sr. Presidente, isso é muito grave. Até admito que o Executivo, principalmente no parlamentarismo, porque foi nessa situação que se propôs, disponha de instrumentos ágeis para poder governar, até admito que existam, mas que, pelo menos, haja um regramento, um balizamento, uma restrição, uma demarcação para o campo de sua abrangência.

Da forma como está posto — e é esta a razão de eu insistir na minha emenda — nós estamos aqui praticando, o que já disse hoje, o haraquiri do Congresso Nacional; é uma autopodação, é uma auto-mutilação, é uma transferência de competência. Se isso persistir, Sr. Presidente, deixo uma sugestão: no art. 57, onde se diz que "não perderá o mandato o Deputado que for eleito prefeito, for investido no cargo de prefeito de Capital, investido como Secretário de Estado, etc.", que se incluam, ali, também, assessores jurídicos do Palácio do Planalto, porque estes serão os elaboradores das leis, a partir da aprovação do art. 64, que está hoje proposto no texto constitucional.

Por isso, amanhã ou depois, o caos se instalará nesta Casa.

Diz-se que o decreto-lei vai perder a sua eficácia desde a sua edição. É a grande diferença do instituto que existe hoje, que a perde a partir da sua revogação. Mas no caso das medidas provisórias do art. 64, o Congresso Nacional terá que procurar disciplinar as relações jurídicas daí decorrentes. E se sabendo como funciona o Congresso Nacional, imagino o caos que se vai instalar nesta Casa e neste País.

Sr. Presidente, não tenho ilusão de que minha proposta vá ser aprovada, mas não quero, amanhã ou depois, ser conivente com essa verdadeira atrocidade que se comete contra esta Casa Legislativa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Egidio Ferreira Lima.

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Constituinte Adylson Motta é um homem obstinado. Com a mesma argumentação e sem a percepção clara do alcance das medidas provisórias, com força de lei, contidas neste projeto, insiste em erradicá-las da nova Constituição.

As medidas provisórias, com força de lei, não têm nada com o decreto-lei. O decreto-lei era um instrumento arbitrário da ditadura. Era por intermédio dele que os Governos Militares tocavam os assuntos do Estado e o Governo de hoje ainda conduz a administração do País. Esta Casa está abarrotada de decretos-leis não votados, decretos esses que não podem ser modificados, não podem ser alterados. Decretos-leis que são considerados aprovados pelo mero decurso de prazo.

As medidas provisórias, com força de lei, são medidas que o Governo recorre a elas, em caso de relevância e de comprovada urgência, pela necessidade da administração. Editado o instrumento, de imediato, ele é remetido ao Congresso, que tem o prazo de 30 dias para apreciá-lo e votá-lo. As medidas provisórias poderão ser alteradas e, se não forem votadas no prazo de 30 dias, elas perderão a sua eficácia e são consideradas não aprovadas. Aí a diferença fundamental. Este instituto não é uma criação nossa, ele já existe no Direito Constitucional italiano, praticamente com as mesmas características, só que o nosso está mais aprimorado, no sentido de melhor democratizar o mecanismo. A Constituição espanhola, na mesma linha, também adota o instrumento. Nenhuma democracia de hoje pode viver, pode legislar, pode dirimir os conflitos sem a lei delegada e sem a medida provisória com força de lei, adotada pelos italianos e que se estendeu por um grande número de países outros. Estamos nos modernizando com ela. É preciso tirar da cabeça de cada legislador, de cada Membro desta Casa, que a função única do Legislativo é fazer a lei. De há muito, há mais de século, que ele partilha essa atribuição com o Poder Executivo. É o caminho correto para que se dê essa partilha é a lei delegada e o decreto-lei, quando democraticamente disciplinados.

As medidas provisórias, com força de lei, são um instrumento preciso, bem estruturado, democrático, eficaz, rápido e necessário à modernização da administração brasileira.

Contra, portanto é o meu pronunciamento à emenda do Constituinte Adylson Motta. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Adylson Motta vê uma semelhança entre o decreto-lei e a medida provisória, a ponto de entender que estamos praticando — palavras suas — um haraquiri, uma automutilação. Os argumentos expendidos pelo Constituinte Egídio Ferreira Lima, já pela sua consistência, dispensam maiores considerações, mas é bom que se aduza, Sr. Presidente, que não há comparação entre medida provisória e o decreto-lei. As medidas provisórias perderão a eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, ademais são necessárias para a administração pública, a fim de resolverem questões de relevante e urgente interesse público nacional.

Por estas razões, Sr. Presidente, pela rejeição.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por considerar a grande conquista que significa a medida provisória, porque arma o Executivo e extingue o decreto-lei, valorizando o Legislativo, votaremos contrários ao destaque.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, creio que não preciso recomendar à Bancada do PDS, tanto pelo autor, como pelo mérito da questão, o voto "sim".

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT faz um apelo aos autores da emenda para que retirem a proposição, na medida em que existe um acordo no sentido de se votar "não". O PDT votará "não".

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada vote "não".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aceitaríamos o acordo do "não" para fazer uma fusão geral de emendas, mas como a emenda está sendo mantida, vamos votar "sim".

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará "não".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC DO B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

O Sr. Mendes Ribeiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "não".

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a ques-

tão é aberta no PDC, mas esta liderança votará "sim".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro entende que isso não tem nada a ver com decreto-lei. Portanto, vota "não".

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB votará "não".

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal votará "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar seus lugares. A emenda tem parecer contrário. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Edésio Frias — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDÉSIO FRIAS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para dizer a V. Ex. que errei na votação, votei "sim" quando devia ter votado "não".

O Sr. Nelson Friedrich — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex. registre o meu voto "não".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex. registre o meu voto "sim".

A Sr. Maria de Lourdes Abadia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PSDB — DF. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, o meu nome não saiu registrado. Quero consignar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar
o resultado. (votação nº 851).

SIM — 66
NÃO — 309
ABSTENÇÃO — 4
TOTAL — 379

As emendas foram rejeitadas.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTE:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Abigail Feitosa — Não
Acival Gomes — Não
Adauto Pereira — Não
Ademir Andrade — Não
Adhemar de Barros Filho — Não
Adolfo Oliveira — Não
Adroaldo Streck — Sim
Adylson Motta — Sim
Aécio de Borba — Não
Afonso Arinos — Sim
Afonso Sancho — Não
Ailton Cordeiro — Não
Ailton Sandoval — Não
Alarico Abib — Não
Alceni Guerra — Não
Aldo Arantes — Sim
Alexandre Puzyna — Não
Alfredo Campos — Não
Aloysio Chaves — Não
Aloysio Teixeira — Sim
Aluizio Campos — Sim
Álvaro Antônio — Não
Alysson Paulinelli — Não
Amaury Muller — Não
Anna Maria Rattes — Não
Antero de Barros — Não
Antônio Carlos Franco — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Não
Antoniocarlos Mendes Thame — Não
Antônio de Jesus — Não
Antonio Ferreira — Não
Antonio Gaspar — Sim
Antonio Perosa — Não
Antonio Salim Curiatí — Sim
Antonio Ueno — Não
Arnaldo Faria de Sá — Não
Arnaldo Martins — Não
Arnaldo Moraes — Não
Arnaldo Prieto — Não
Arnold Fioravante — Sim
Arolde de Oliveira — Não
Artur da Távola — Não
Asdrubal Bentes — Não
Augusto Carvalho — Não
Basílio Villani — Não
Benedicto Monteiro — Não
Benedita da Silva — Sim
Bernardo Cabral — Não
Beth Azize — Não
Bocayuva Cunha — Não
Bonifácio de Andrada — Sim
Caio Pompeu — Não
Carlos Alberto Caó — Não
Carlos Benevides — Não
Carlos Cotta — Não
Carlos Mosconi — Não
Célio de Castro — Não
Celso Dourado — Não
César Cals Neto — Não
César Maia — Não
Chagas Duarte — Sim
Chagas Neto — Não
Chagas Rodrigues — Não
Cid Carvalho — Não
Cid Sabóia de Carvalho — Sim
Cláudio Ávila — Não
Cleonânio Fonseca — Não
Cristina Tavares — Não
Cunha Bueno — Sim
Dálton Canabrava — Não
Darcy Deitos — Não
Daso Coimbra — Não
Del Bosco Amaral — Não
Délio Braz — Sim
Denisar Arneiro — Não
Dirce Tutu Quadros — Não
Dirceu Carneiro — Não
Djenal Gonçalves — Não
Domingos Leonelli — Não
Edésio Frias — Sim
Edme Tavares — Não
Edmilson Valentim — Sim
Eduardo Bonfim — Sim
Eduardo Jorge — Sim
Eduardo Moreira — Não
Egídio Ferreira Lima — Não
Eliezer Moreira — Não
Enoc Vieira — Não
Eraldo Tinoco — Não
Eraldo Trindade — Não
Erico Pegoraro — Não
Ervin Bonkoski — Não
Etevaldo Nogueira — Não
Euclides Scalco — Não
Eunice Michiles — Sim
Evaldo Gonçalves — Não
Expedito Machado — Não
Fábio Feldmann — Não
Fábio Raunheitti — Não
Farabulini Júnior — Não
Fausto Fernandes — Não
Felipe Mendes — Sim
Feres Nader — Não
Fernando Bezerra Coelho — Não
Fernando Gasparian — Sim
Fernando Gomes — Não
Fernando Henrique Cardoso — Não
Fernando Santana — Não
Firmo de Castro — Não
Flávio Palmier da Veiga — Não
Florestan Fernandes — Sim
Florêncio Paixão — Não
França Teixeira — Não
Francisco Amaral — Não
Francisco Coelho — Não
Francisco Dias Alves — Não
Francisco Diogenes — Sim
Francisco Dornelles — Não
Francisco Kuster — Sim
Francisco Pinto — Sim
Francisco Rollemberg — Sim
Francisco Rossi — Não
Furtado Leite — Sim
Gabriel Guerreiro — Não
Gastone Righi — Não
Genebaldo Correia — Não
Geovani Borges — Não
Geraldo Alckmin Filho — Não
Geraldo Campos — Não
Geraldo Fleming — Não
Geraldo Melo — Não
Gerson Marcondes — Não
Gerson Peres — Sim
Gidel Dantas — Não
Gonzaga Patriota — Não
Guilherme Palmeira — Não
Gumercindo Milhomem — Sim
Harlan Gadelha — Não
Haroldo Lima — Sim
Haroldo Sabóia — Não
Hélio Costa — Não
Hélio Duque — Não
Hélio Manhães — Não
Hélio Rosas — Não
Henrique Córdova — Sim
Henrique Eduardo Alves — Não
Hermes Zaneti — Não
Hilário Braun — Não
Humberto Souto — Não
Iberê Ferreira — Não
Ibsen Pinheiro — Não
Inocêncio Oliveira — Não
Iram Saraiva — Não
Irapuan Costa Júnior — Não
Irma Passoni — Sim
Ismael Wanderley — Não
Israel Pinheiro — Não
Itamar Franco — Sim
Iturival Nascimento — Não
Ivo Cersósimo — Não
Ivo Lech — Não
Ivo Mainardi — Não
Ivo Vanderlinde — Não
Jacy Scanagatta — Não
Jamil Haddad — Não
Jarbas Passarinho — Sim
Jesualdo Cavalcanti — Não
Joaci Góes — Não
João Agripino — Não
João Alves — Não
João Calmon — Não
João Carlos Bacelar — Não
João Lobo — Não
João Machado Rollemberg — Não
João Menezes — Não
João Natal — Não
João Paulo — Não
Joaquim Bevilacqua — Não
Joaquim Francisco — Não
Joaquim Sucena — Não
Jofran Frejat — Não
Jonas Pinheiro — Não
Jorge Arbage — Sim
Jorge Bornhausen — Não
Jorge Hage — Não
Jorge Leite — Não
Jorge Medauar — Não
Jorge Olequed — Sim
Jorge Vianna — Não
José Agripino — Sim
José Carlos Coutinho — Não
José Carlos Grecco — Não
José Carlos Sabóia — Não
José Carlos Vasconcelos — Não
José Costa — Não
José da Conceição — Não
José Dutra — Não
José Egreja — Não

José Fernandes — Não
 José Fogaça — Não
 José Freire — Não
 José Geraldo — Não
 José Guedes — Não
 José Ignácio Ferreira — Não
 José Lins — Não
 José Luiz de Sá — Não
 José Maranhão — Não
 José Maria Eymael — Sim
 José Melo — Não
 José Moura — Não
 José Paulo Bisol — Não
 José Queiroz — Não
 José Richa — Não
 José Serra — Não
 José Tavares — Não
 José Thomaz Nonô — Não
 José Tinoco — Não
 José Ulisses de Oliveira — Não
 José Viana — Não
 José Yunes — Não
 Jovanni Masini — Não
 Júlio Costamilan — Não
 Jutahy Magalhães — Não
 Koyu Iha — Não
 Lael Varella — Não
 Lavoisier Maia — Sim
 Leite Chaves — Não
 Lélío Souza — Não
 Leopoldo Peres — Não
 Lezio Sathler — Não
 Lídice da Mata — Sim
 Louremberg Nunes Rocha — Não
 Lourival Baptista — Não
 Lúcio Alcântara — Não
 Luís Eduardo — Não
 Luís Roberto Ponte — Não
 Luiz Alberto Rodrigues — Não
 Luiz Freire — Não
 Luiz Gushiken — Sim
 Luiz Henrique — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Não
 Luiz Salomão — Não
 Luiz Viana — Não
 Lysâneas Maciel — Sim
 Maguito Vilela — Não
 Manoel Castro — Não
 Manoel Moreira — Não
 Manoel Ribeiro — Não
 Marcelo Cordeiro — Não
 Márcia Kubitschek — Não
 Márcio Braga — Não
 Marco Maciel — Não
 Marcos Perez Queiroz — Não
 Maria Lúcia — Não
 Mário Assad — Não
 Mário Covas — Não
 Mário de Oliveira — Não
 Mário Maia — Sim
 Marluce Pinto — Não
 Matheus Iensen — Não
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Fruet — Não
 Maurício Nasser — Não
 Maurício Pádua — Não
 Mauro Benevides — Não
 Mauro Borges — Não
 Mauro Campos — Não
 Mauro Miranda — Não

Mauro Sampaio — Não
 Max Rosenmann — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Ribeiro — Não
 Messias Góis — Não
 Messias Soares — Não
 Michel Temer — Sim
 Milton Barbosa — Não
 Milton Reis — Não
 Miraldo Gomes — Não
 Miro Teixeira — Não
 Moema São Thiago — Não
 Nabor Júnior — Não
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Narciso Mendes — Não
 Nelson Carneiro — Não
 Nelson Jobim — Não
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nestor Duarte — Não
 Ney Maranhão — Não
 Nilson Gibson — Não
 Nion Albernaz — Não
 Nyder Barbosa — Não
 Octávio Elísio — Não
 Odacir Soares — Não
 Olívio Dutra — Sim
 Orlando Bezerra — Não
 Osmar Leitão — Não
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Não
 Oswaldo Almeida — Abstenção
 Oswaldo Trevisan — Não
 Ottomar Pinto — Não
 Paes de Andrade — Não
 Paes Landim — Não
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Ramos — Não
 Paulo Zarzur — Não
 Pedro Canedo — Não
 Pimenta da Veiga — Não
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Pompeu de Sousa — Não
 Raimundo Bezerra — Não
 Raimundo Lira — Não
 Raquel Capiberibe — Não
 Raul Ferraz — Não
 Renato Bernardi — Não
 Renato Johnsson — Não
 Renato Vianna — Não
 Rita Camata — Não
 Roberto Augusto — Não
 Roberto Balestra — Não
 Roberto Brant — Não
 Roberto Campos — Não
 Roberto D'Ávila — Não
 Roberto Freire — Não
 Roberto Jefferson — Não
 Roberto Torres — Não
 Roberto Vital — Não
 Robson Marinho — Não
 Rodrigues Palma — Não
 Ronaldo Cezar Coelho — Não
 Ronan Tito — Não
 Rubem Medina — Não
 Ruben Figueiró — Não
 Ruberval Pilotto — Não

Ruy Bacelar — Não
 Ruy Nadel — Não
 Salatiel Carvalho — Não
 Samir Achôa — Não
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Não
 Saulo Queiroz — Não
 Sérgio Brito — Não
 Sérgio Werneck — Não
 Severo Gomes — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Não
 Simão Sessim — Não
 Siqueira Campos — Sim
 Sólton Borges dos Reis — Não
 Tadeu França — Não
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Theodoro Mendes — Não
 Tito Costa — Não
 Ubiratan Aguiar — Não
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Não
 Valmir Campelo — Não
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Abstenção
 Victor Fontana — Não
 Vilson Souza — Sim
 Vinicius Cansanção — Abstenção
 Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Não
 Waldyr Pugliesi — Não
 Walmor de Luca — Não
 Wilma Maia — Não
 Wilson Campos — Não
 Wilson Martins — Não
 Ziza Valadares — Não

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 72

Senhor Presidente,
 Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01593-3 (art. 68) — **Iram Saraiva**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1 593
 (Do Sr. Iram Saraiva)

Corrija-se a redação do art. 68, **caput**, para restabelecer após a palavra "votação" a expressão "ou o Senado Federal".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio a Emenda nº 1 593, referente ao Destaque nº 72, do nobre Constituinte Iram Saraiva.
 Pergunto a S. Exª se mantém a emenda. (Pausa.)

A emenda — como disse — é a de nº 1.593, Destaque nº 72 — art. 68, **caput**:

"A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará projeto de lei ao Presidente da República que, aquiescendo, sancionará."

Deseja S. Ex^a que se inclua "ou o Senado Federal", após a palavra "votação":

"A Casa na qual tenha sido concluída a votação ou o Senado Federal enviará o projeto de lei."

Tenho a impressão de que está implícito. É o envio de autógrafa ao Presidente da República

O nobre Constituinte retirou? (Pausa)
Retirou, com os nossos cumprimentos

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio a Emenda nº 1.518, do nobre Constituinte Wilson Souza.

S. Ex^a retira? (Pausa.)
Retira, com os nossos cumprimentos

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Nion Albernaz retira a sua emenda? (Pausa.)

Emenda ao art. 73, inciso II: inserir após a palavra "fundações" a expressão "empresas públicas autárquicas".

O Sr. Nion Albernaz — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NION ALBERNAZ (PMDB — GO Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, retiramos a nossa emenda

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Presidência agradece a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Do Constituinte Luiz Alberto Rodrigues, emenda ao art. 73, inciso V

O Sr. Luiz Alberto Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para trazer um esclarecimento à Casa e à Mesa: todas as minhas emendas foram cedidas à Liderança para ordenar o trabalho, a fim de termos melhor aproveitamento.

A emenda está retirada pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Presidência agradece a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Júlio Costamilan retira a sua proposição? (Pausa)

Retirada a emenda, com os nossos aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Milton Reis está presente? (Pausa.)

Está prejudicada a sua proposição

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 608**

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01169-5. — **João Agripino**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 810**

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 1.232/2. — **Arnaldo Prieto**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 1.309**

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T01396-5. — **Fernando Gasparian**.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 1.493**

Senhor Presidente,
Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00667-5, de minha autoria, supressiva de expressão no art. 75. — **Jarbas Passarinho**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as Emendas destacadas.

EMENDA Nº 1.169 (Do Sr. João Agripino)

Suprima-se do § 2º do art. 75 a seguinte expressão:

"...para um mandato de seis anos, não renovável..." suprimindo-se, consequentemente, a expressão "exceto quanto à vitaliciedade" no § 3º do mesmo artigo e, bem assim, o art. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

EMENDA Nº 1.232 (Do Sr. Arnaldo Prieto)

Suprima-se no art. 75, §§ 2º e 3º, as seguintes expressões:

Art. 75

§ 2º "Para um mandato de seis anos não renovável";

§ 3º "Exato quanto à vitaliciedade"

EMENDA Nº 1.396 (Do Sr. Fernando Gasparian)

Suprimir a expressão "para um mandato de seis anos não renovável", do art. 75, § 2º, que ficaria com a seguinte redação: "Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos, obedecendo as seguintes condições:"

EMENDA Nº 667

(Do Sr. Jarbas Passarinho)

Suprima-se, no art. 75, a seguinte expressão:

§ 2º "... para um mandato de seis anos, não renovável." Em consequência, fica prejudicada parte do § 3º "... exceto quanto a vitaliciedade."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Os nobres Constituintes João Agripino — Destaque nº 608; Arnaldo Prieto — Destaque nº 810; Fernando Gasparian — Destaque nº 1.9; e Jarbas Passarinho — Destaque nº 1.93, objetivam a supressão parcial do art. 75, §§ 2º e 3º.

"Os Ministros do Tribunal de Contas serão escolhidos para um mandato de seis anos, não renovável, obedecendo as seguintes condições:"

S. Ex^{as} retiram "um mandato de seis anos, não renovável", para que o mandato seja vitalício. Quanto ao § 3º, a supressão de "exceto quanto a vitaliciedade, os Ministros terão as mesmas..." é consequente da primeira supressão.

Antes de conceder a palavra ao nobre Constituinte João Agripino, solicito aos Srs. Constituintes fiquem no plenário, porque vamos votar, ainda no período da manhã, esta última emenda. Depois, reiniciaremos nossos trabalhos às 15 horas, quando desejamos, com a maior brevidade, retomar a votação. Repito: fiquem no plenário, porque esta emenda é importante, pois de sua votação depende a decisão de vários destaques, aumentando, assim, a média da manhã.

Tem a palavra o nobre Constituinte João Agripino, para encaminhar.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB — PB. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, sendo esta a última emenda a ser votada neste turno da manhã, peço a atenção de V. Ex^{as} pela importância de que se reveste o assunto

Na votação do primeiro turno, foi inserido no texto constitucional que os Ministros do Tribunal de Contas da União não seriam mais vitalícios, ou seja, foi estipulado um mandato de seis anos não renovável

Junto com essa modificação, foi, no texto constitucional, atribuído ao Presidente da República a nomeação de 1/3 do Tribunal de Contas. E desse 1/3, dois membros, dois Ministros do Tribunal de Contas, serão nomeados dentre auditores e representantes do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Por conseguinte, de livre escolha do Presidente da República, será nomeado apenas um Ministro do Tribunal de Contas; os outros dois serão em lista tripla, assim mesmo dentre os auditores e os membros do Ministério Público. Os outros 2/3 da composição do Tribunal serão de escolha do Congresso Nacional; ou seja, será também uma escolha de caráter político. É importante frisar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a função do Juiz é, através dos tempos, protegida pela vitaliciedade. Não se dá vitaliciedade ao funcionário, mas ao cargo. É importante fazer essa distinção, porque não será o indivíduo que será vitalício no cargo, mas o seu cargo. Para que ele possa desempenhar as suas funções judicantes é que deve ser protegido pela vitaliciedade.

Lembro, aqui, um trecho dos comentários de Rui Barbosa à Constituição da República. Diz ele:

"O Juiz vitalício fica isento de influências e pressões dos outros Poderes e dos políticos. Essa vitaliciedade constitui a máxima garantia da magistratura do sistema brasileiro."

Tirar a vitaliciedade do Ministro do Tribunal de Contas da União é fazer com que ele perca a garantia de estar sob pressão, porque ele terá apenas um mandato de seis anos e terá que voltar à vida pública e, assim, estará sujeito a todo tipo de pressão, ainda mais que assumimos a responsabilidade de indicar dois terços desses Ministros

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, considero que a Assembléia Nacional Constituinte tem a responsabilidade de restaurar o princípio da vitaliciedade para os Ministros do Tribunal de Contas da União, para que, amanhã, não nos possamos queixar de que as decisões do Tribunal de Contas da União não têm sido as mais justas, as mais decentes e as mais honestas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Relator da matéria

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os eminentes Constituintes João Agripino, Arnaldo Prieto, Fernando Gasparian e Jarbas Passarinho têm razão nas suas emendas

As emendas suprimem o mandato de seis anos não renovável. Por quê, Sr. Presidente? Porque a grande justificativa é não ficar um Membro do Tribunal de Contas da União, sobretudo um Juiz, um Ministro, à mercê de um mandato temporário. Isso criaria, para aqueles que têm um bom nome, não aceitarem o múnus, a incumbência de participar do Tribunal de Contas da União, sabendo que, no quinto ano de exercício das suas atribuições, estariam no final de mandato.

Ademais, Sr. Presidente, as emendas também suprimem o art. 32 das Disposições Transitórias, que assegurava aos atuais Ministros do Tribunal de Contas da União a vitaliciedade.

Por esta razão, Sr. Presidente, a Relatoria encaminha pela aprovação das emendas

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não"

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará contrariamente à emenda.

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota "sim".

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recomendo à Bancada do PDS o voto "sim".

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é uma questão aberta na Bancada do PDT. A Liderança do PDT vota "sim".

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota "sim".

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA — (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal acompanha o ilustre Relator e sugere à sua Bancada vote "sim".

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota "não".

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará "não"

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro também votará "não" a esta emenda.

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDC orienta a sua Bancada a votar "não".

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. As emendas têm parecer favorável. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Presidência convoca sessão da Assembléia Nacional Constituinte para as 15 horas de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 852):

SIM — 205
NÃO — 132
ABSTENÇÃO — 4
TOTAL — 341

As emendas foram rejeitas.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Abigail Feitosa — Sim

Adauto Pereira — Sim

Ademir Andrade — Não

Adhemar de Barros Filho — Não

Adolfo Oliveira — Sim

Adroaldo Streck — Sim

Adylyson Motta — Sim

Aecio de Borba — Não

Airton Cordeiro — Sim

Alarico Abib — Sim

Alceni Guerra — Sim

Aldo Arantes — Não

Alfredo Campos — Sim

Aloysio Chaves — Não

Aloysio Teixeira — Sim

Aluizio Campos — Sim

Álvaro Antônio — Sim

Alysson Paulinelli — Sim

Amaral Netto — Sim

Arnaury Muller — Não

Anna Maria Rattes — Não

Antero de Barros — Não

Antônio Carlos Konder Reis — Sim

Antoniocarlos Mendes Thame — Sim

Antônio de Jesus — Não

Antonio Gaspar — Sim

Antonio Perosa — Não

Antonio Salim Curiati — Sim

Antonio Ueno — Não

Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Sim

Arnaldo Prieto — Sim

Arnold Fioravante — Sim

Artenir Werner — Sim

Artur da Távola — Não

Asdrubal Bentes — Sim

Augusto Carvalho — Não

Basílio Villani — Sim	Francisco Kuster — Não	José Maranhão — Sim
Benedicto Monteiro — Não	Francisco Pinto — Sim	José Maurício — Sim
Benedita da Silva — Não	Francisco Rossi — Não	José Melo — Sim
Bernardo Cabral — Sim	Furtado Leite — Sim	José Paulo Bisol — Não
Beth Azize — Não	Gastone Righi — Não	José Queiroz — Sim
Bocayuva Cunha — Sim	Genebaldo Correia — Sim	José Richa — Não
Bonifácio de Andrada — Sim	Geovani Borges — Não	José Serra — Não
Caio Pompeu — Não	Geraldo Alckmin Filho — Não	José Tavares — Sim
Carlos Alberto Caó — Sim	Geraldo Campos — Não	José Thomaz Nonô — Não
Carlos Chiarelli — Não	Geraldo Melo — Sim	José Ulisses de Oliveira — Não
Carlos Cotta — Não	Gerson Peres — Sim	José Yunes — Não
Carlos Mosconi — Não	Gonzaga Patriota — Sim	Jovanni Masini — Não
Carlos Santana — Sim	Guilherme Palmeira — Não	Júlio Costamilan — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim	Gumerindo Milhomem — Não	Jutahy Magalhães — Não
Célio de Castro — Não	Harlan Gadelha — Sim	Koyu Iha — Não
Celso Dourado — Não	Haroldo Lima — Não	Lavoisier Maia — Sim
César Maia — Sim	Hélio Costa — Sim	Leite Chaves — Não
Chagas Duarte — Sim	Hélio Rosas — Sim	Lélio Souza — Sim
Chagas Rodrigues — Não	Henrique Córdova — Sim	Leopoldo Peres — Sim
Chico Humberto — Sim	Hermes Zaneti — Não	Lezio Sathler — Sim
Cid Carvalho — Sim	Homero Santos — Sim	Lídice da Mata — Não
Cid Sabóia de Carvalho — Sim	Humberto Lucena — Sim	Lourenberg Nunes Rocha — Não
Cleonânio Fonseca — Sim	Humberto Souto — Não	Lourival Baptista — Sim
Cristina Tavares — Não	Ibsen Pinheiro — Sim	Lúcio Alcântara — Sim
Cunha Bueno — Sim	Inocêncio Oliveira — Sim	Lúcio Eduardo — Sim
Dáilton Canabrava — Sim	Iram Saraiva — Não	Luís Roberto Ponte — Sim
Darcy Deitos — Sim	Irma Passoni — Não	Luiz Alberto Rodrigues — Não
Del Bosco Amaral — Sim	Ismael Wanderley — Sim	Luiz Freire — Sim
Délio Braz — Não	Israel Pinheiro — Sim	Luiz Gushiken — Não
Denisar Arneiro — Sim	Itamar Franco — Não	Luiz Henrique — Sim
Dirce Tutu Quadros — Sim	Ivo Lech — Sim	Luiz Inácio Lula da Silva — Não
Dirceu Carneiro — Sim	Ivo Mainardi — Sim	Luiz Marques — Sim
Domingos Leonelli — Não	Jamil Haddad — Não	Luiz Salomão — Não
Edésio Frias — Abstenção	Jarbas Passarinho — Sim	Luiz Viana — Sim
Edivaldo Motta — Sim	Jayme Santana — Não	Luiz Viana Neto — Sim
Edme Tavares — Sim	Jesualdo Cavalcanti — Não	Lysâneas Maciel — Não
Edmilson Valentim — Não	Joaci Góes — Sim	Maguito Vilela — Sim
Eduardo Bonfim — Não	João Agripino — Sim	Manoel Castro — Sim
Eduardo Jorge — Não	João Alves — Sim	Manoel Moreira — Sim
Egídio Ferreira Lima — Não	João Calmon — Sim	Manoel Ribeiro — Não
Eliézer Moreira — Sim	João Carlos Bacelar — Sim	Marcelo Cordeiro — Sim
Enoc Vieira — Sim	João Lobo — Não	Márcia Kubitschek — Sim
Eraldo Tinoco — Sim	João Machado Rollemberg — Sim	Márcio Braga — Sim
Eraldo Trindade — Sim	João Paulo — Não	Márcio Lacerda — Não
Erico Pegoraro — Sim	Joaquim Bevilacqua — Não	Marco Maciel — Sim
Etevaldo Nogueira — Sim	Joaquim Hayckel — Sim	Marcos Perez Queiroz — Sim
Euclides Scalco — Não	Joaquim Sucena — Não	Maria de Lourdes Abadia — Não
Eunice Michiles — Sim	Jofran Frejat — Sim	Mana Lúcia — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim	Jonas Pinheiro — Sim	Máno Covas — Não
Expedito Machado — Não	Jorge Bornhausen — Não	Mário de Oliveira — Não
Fábio Feldmann — Não	Jorge Hage — Não	Mário Maia — Sim
Fábio Raunheitti — Sim	Jorge Leite — Sim	Marluce Pinto — Sim
Farabulini Júnior — Não	Jorge Medauar — Sim	Maurício Corrêa — Sim
Fausto Fernandes — Sim	Jorge Vianna — Sim	Maurício Fruet — Sim
Fausto Rocha — Sim	José Carlos Grecco — Não	Maurício Nasser — Sim
Felipe Mendes — Sim	José Carlos Sabóia — Não	Mauro Borges — Sim
Feres Nader — Não	José Carlos Vasconcelos — Sim	Mauro Campos — Não
Fernando Bezerra Coelho — Sim	José Costa — Sim	Mauro Miranda — Sim
Fernando Gasparian — Sim	José da Conceição — Não	Mauro Sampaio — Sim
Fernando Gomes — Sim	José Dutra — Sim	Max Rosenmann — Sim
Fernando Henrique Cardoso — Não	José Egreja — Sim	Mello Reis — Sim
Fernando Santana — Não	José Fernandes — Sim	Mendes Botelho — Não
Firmo de Castro — Sim	José Fogaça — Sim	Mendes Ribeiro — Sim
Flavio Palmier da Veiga — Sim	José Freire — Sim	Messias Soares — Sim
Florestan Fernandes — Não	José Genoíno — Não	Michel Temer — Não
França Teixeira — Sim	José Geraldo — Abstenção	Milton Barbosa — Sim
Francisco Amaral — Sim	José Guedes — Abstenção	Milton Reis — Sim
Francisco Coelho — Sim	José Ignácio Ferreira — Não	Miraldo Gomes — Sim
Francisco Dias Alves — Não	José Lins — Sim	Miro Teixeira — Sim
Francisco Diogenes — Não	José Luiz de Sá — Sim	Nabor Júnior — Sim
Francisco Dornelles — Sim	José Luiz Maia — Sim	Naphtali Alves de Souza — Sim

Nelson Carneiro — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nelson Friedrich — Não
 Nestor Duarte — Sim
 Ney Maranhão — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Nion Albernaz — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Não
 Odacir Soares — Não
 Olívio Dutra — Não
 Orlando Bezerra — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osmir Lima — Não
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Não
 Oswaldo Almeida — Sim
 Oswaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim
 Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Almada — Sim
 Paulo Delgado — Não
 Paulo Macarini — Não
 Paulo Paim — Não
 Paulo Ramos — Não
 Paulo Silva — Não
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Pompeu de Sousa — Não
 Raimundo Bezerra — Não
 Raimundo Lira — Sim
 Raquel Capiberibe — Não
 Raul Ferraz — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Rita Camata — Sim
 Rita Furtado — Sim
 Roberto Augusto — Não
 Roberto Balestra — Não
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim

Roberto Freire — Não
 Roberto Jefferson — Não
 Roberto Torres — Não
 Roberto Vital — Não
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Não
 Ronan Tito — Sim
 Rospide Netto — Sim
 Rubem Medina — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Ruy Bacelar — Sim
 Ruy Nedel — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Sérgio Werneck — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólon Borges dos Reis — Sim
 Tadeu França — Não
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Theodoro Mendes — Não
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Não
 Ulysses Guimarães — Abstenção
 Valmir Campelo — Não
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Não
 Vinicius Cansção — Sim
 Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Guimarães — Não
 Vítor Buaiz — Não
 Vladimir Palmeira — Não
 Waldyr Pugliesi — Não
 Walmor de Luca — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Não

O Sr. Haroldo Sabóia — Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO SABÓIA (PMDB — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está registrado.

VI — ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afif Domingos — PL; Agassiz Almeida — PMDB; Alécio Dias — PFL; Álvaro Pacheco — PFL; Álvaro Valle — PL; Antônio Câmara — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto — PTB; Carlos Cardinal — PDT; Carrel Benevides — PTB; Chagas Neto — PMDB; Divaldo Suruagy — PFL; Francisco Sales — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Ivo Cersósimo — PMDB; Jessé Freire — PFL; João da Mata — PDC; Juarez Antunes — PDT; Júlio Campos — PFL; Lúcia Braga — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Marcondes Gadelha — PFL; Mário Bouchardet — PMDB; Mauro Fecury — PFL; Nilso Sguarezi — PMDB; Noel de Carvalho — PDT; Olavo Pires — PTB; Osmundo Rebouças — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Valter Pereira — PMDB; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS;

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Encerro a sessão, designando para a de hoje, às 15 horas, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno.

Encerra-se a sessão às 12 horas e 58 minutos.

2 — ATA DA 324ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 24 DE AGOSTO DE 1988

I — Abertura da Sessão

II — Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

III — Leitura do Expediente

PEQUENO EXPEDIENTE

PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Cessão do uso da palavra nos termos do art. 39, § 2º, do Regimento Interno.

JOSÉ GENOÍNO — Apoio a ato público organizado pela Central Única dos Trabalhadores e por vários sindicatos, em prol de reivindicações dos trabalhadores, e necessidade de lhes ser garantida liberdade de manifestação.

SUMÁRIO

OLÍVIO DUTRA — Greve de trabalhadores do Serviço de Processamento de Dados do Governo, visando à devolução da Unidade de Referência de Preços — URP de abril e maio. Saudação do Partido dos Trabalhadores ao Partido Comunista do Brasil, pelo relançamento do jornal **A Tribuna da Classe Operária**. Trinta e quatro anos da morte do ex-Presidente Getúlio Vargas e restrições do PT ao getulismo.

VALMIR CAMPELO — Entrevista à televisão, do Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa do Distrito Federal, Arlécio Gazal, a propósito de dificuldades a serem enfrentadas pela Administração Pública local ante anúncio de cortes no Orçamento pelo Governo Federal.

AMÁURY MÜLLER — Montagem de operações policiais ao longo do Eixo Monumental,

em Brasília, Distrito Federal, com a finalidade de cercar passeata de reivindicações da classe trabalhadora. Crítica à "Operação Desmonte".

PAULO PAIM — Inserção nos Anais de moção aprovada em Congresso Nacional promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a propósito da manutenção, no segundo turno de votação da Assembléia Nacional Constituinte, de avanços assegurados na Carta constitucional.

OCTÁVIO ELÍSIO — Paralisação de atividades dos funcionários públicos do Estado de Minas Gerais no Dia Nacional da Luta dos Trabalhadores, em protesto contra o arrocho salarial. Dossiê a propósito de corrupção no Governo Newton Cardoso, de Minas Gerais,

a ser entregue pelo orador ao Presidente Ulysses Guimarães, ante noticiário publicado pelo **Jornal do Brasil** sob o título "Ulysses abre campanha do PMDB de Minas com elogios a Newton". Reivindicação de cumprimento dos horários das sessões da Assembleia Nacional Constituinte e da presença do Presidente Ulysses Guimarães em plenário na hora de início das votações.

PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Esclarecimentos ao Constituinte Octávio Elísio e à Casa a propósito do horário de início de votações da Assembleia Nacional Constituinte.

DORETO CAMPANARI — Duplicidade de tratamento entre bancários, economiários, servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, do Sistema Telebrás e da Companhia de Financiamento da Produção no que concerne a reajustes de vencimentos. Posição do ex-Ministro Mário Henrique Simonsen favorável à reposição inflacionária integral da Unidade de Referência de Preços — URP.

BENEDICTO MONTEIRO — Transcrição nos Anais de artigo do jornalista João Malato publicado em **O Liberal**, de Belém, Pará, a propósito da candidatura do Sr. Sahid Xerfan ao cargo de Prefeito de Belém.

ADYLSO MOTA — Apelo no sentido da manutenção no texto constitucional do § 1º do art. 38, relativo ao caráter da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

MACRO SAMPAIO — Sugestão de criação, pelo Presidente José Sarney, de política de capital humano, visando à melhoria de produtividade dos serviços do Estado.

ROY NEDEL — Expectativa de promulgação da nova Carta Magna para emancipação de Municípios gaúchos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

ITAMAR FRANCO — Inserção nos Anais de ofício dirigido ao orador pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte a propósito da criação do Comitê dos Bancos Estatais Mineiros.

VICTOR FACCIONI — Equívoco cometido pela Assembleia Nacional Constituinte na rejeição da emenda dos Constituintes Jarbas Passarinho e Gerson Peres que estabelecia a vitaliciedade para os Ministros do Tribunal de Contas da União.

JORGE QUEVED — Escolha, por votação de funcionários, professores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Prof. Alceu Ferrari para Reitor, e indicação de outro nome pelo Presidente da República.

SANDRÁ CAVALCANTI — Motivos da ausência da oradora a sessões da Assembleia Nacional Constituinte. Solicitação da bancada do PFL no sentido da votação, hoje, da emenda que estabelece dois turnos de eleições para prefeitos municipais nas cidades com mais de 200 mil eleitores.

EDUARDO JORGE — Manifestação de entidades da área de saúde visando à manutenção do § 4º do art. 204 do Projeto de Constituição, que prevê a proibição de comercialização de

sangue e dos hemoderivados. Relatório referendado pelo Conselho Federal de Medicina a propósito de assunto.

JARBAS PASSARINHO — Rejeição de emenda do orador que estabelecia vitaliciedade para os Ministros do Tribunal de Contas da União.

CELSO DOURADO — Necessidade de correções na aplicação do programa Proagro.

PRESIDENTE (Mário Maia) — Convocação dos Constituintes ao plenário, para fins de verificação de **quorum**.

CÉSAR MAIA — Manifestação da Associação dos Servidores da Financiadora de Estudos e Projetos — Finepe, ameaçada de extinção.

VASCO ALVES — Transcrição nos Anais de nota divulgada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, Estado do Espírito Santo, a propósito de arbitrariedades cometidas contra estudantes reunidos em manifestações de protesto pelo aumento no preço das passagens de transportes coletivos.

SIQUEIRA CAMPOS — Expediente dirigido pelo orador ao Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, ao Presidente da Eletrobrás, Mário Bhering, e ao Presidente da Eletronorte. Miguel Rodrigues Nunes, reivindicando imediata concessão de prioridade para a construção da hidrelétrica de Lajeado, Estado do Tocantins.

PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) — Concessão da palavra ao Constituinte Jamil Haddad. Presença do Presidente Ulysses Guimarães no plenário, a fim de assumir a Presidência e proceder à verificação de **quorum**. Convocação dos Constituintes ao plenário.

JAMIL HADDAD — Tentativa de solução da greve dos funcionários da Dataprev, da Datamec e do Serpro. Documento encaminhado pela Associação do Banco Central, Distrito Federal, ao Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados — Serpro.

ABIGAIL FEITOSA — Crítica à atuação do Presidente José Sarney à frente do Governo do País.

OSWALDO TREVISAN — Entrevista à revista "Manchete" em que o economista John Kenneth Galbraith indica a suspensão definitiva da dívida externa como única alternativa para que os países do Terceiro Mundo superem suas crises.

ILDURICO PINTO — Ameaça de extinção da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — Ceplac.

MESSIAS SOARES — Telex enviado pelo orador ao Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, a propósito de problemas enfrentados pelo 4º Distrito do Município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

MATHEUS IENSEN — Conveniência de adequação do crédito rural às reais possibilidades dos agricultores, visando a regularizar a produção.

JOVANNI MASINI — Necessidade de correção, no segundo turno, de incongruências existentes nas decisões tomadas no primeiro turno de votação do Projeto de Constituição.

PAULO MACARINI — Trabalho elaborado pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais — ABIOVE: "Repensando o Setor Soja para a Nova Arrancada do Desenvolvimento Brasileiro".

JOACI GÓES — Transcrição nos Anais de artigo de autoria do orador intitulado "Saúde de Orlando Gomes".

OSMAR LEITÃO — Rejeição de emenda de iniciativa do orador ao § 1º do art. 204 do Projeto de Constituição, relativo à participação das instituições privadas no sistema único de saúde. Posição do orador contrária à preferência concedida às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

ANTÔNIO DE JESUS — Quadragésimo aniversário da elevação de Porangatu, Goiás, à cidade.

FERES NADER — Dados preocupantes revelados pelo Simpósio AIDS — Perspectivas Epidemiológicas, Clínicas, Terapêuticas e Profiláticas.

AIRTON CORDEIRO — Centenário de fundação da Imprensa Paranaense, Estado do Paraná.

DIRCE TUTU QUADROS — Vinte e sete anos da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros.

ARNALDO FARIA DE SÁ — Satisfação com a rejeição de emenda que visava a limitar aos 1º e 2º graus a aposentadoria de professoras aos 25 anos e de professores aos 30 anos de serviço.

CARLOS VINAGRE — Projeto Calha Norte.

JOSÉ CARLOS GRECCO — Repúdio do orador a tentativa de excluir do texto constitucional a votação pelo sistema de dois turnos.

INOCÊNCIO OLIVEIRA — Proposição apresentada pelo orador à Câmara dos Deputados que vedará às emissoras de rádio e de televisão a exclusividade nas transmissões de eventos esportivos.

PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anúncio de verificação de **quorum**.

(Procede-se à verificação de **quorum**.)

PRESIDENTE — Existência de **quorum** para votação.

IV — Ordem do Dia

Votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno (Art. 29, § 4º, do Regimento Interno). (Votação iniciada.)

CÉSAR MAIA (Pela ordem) — Justificativa da ausência do Líder do PDT, Constituinte Brandão Monteiro.

PRESIDENTE — Solicitação de que não sejam feitas manifestações no recinto da Assembleia Nacional Constituinte sem ordem da Presidência.

MÁRIO LIMA — Presença em plenário do ex-Deputado Federal e ex-Governador de Pernambuco Barbosa Lima Sobrinho.

PRESIDENTE — Possibilidade do registro de presença dos Constituintes no curso da votação.

PRESIDENTE — Anúncio dos Destaques nº 281, do Constituinte Edivaldo Motta, e nº

1.230, do Constituinte José Carlos Vasconcelos, ao art. 75, inciso I, § 2º

ERICO PEGORARO (Pela ordem) — Registro de presença.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Erico Pegoraro.

SANTINHO FURTADO (Pela ordem) — Registro de presença.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Santinho Furtado.

PRESIDENTE — Leitura do texto dos destaques anunciados, relativos à escolha dos membros do Tribunal de Contas da União.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela rejeição da matéria.

PRESIDENTE — Parecer do Relator contrário à matéria. Retirada da emenda do Constituinte José Carlos Vasconcelos.

EDIVALDO MOTTA (Pela ordem) — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Edivaldo Motta.

PRESIDENTE — Prejudicialidade da proposição do Constituinte Nelson Sabrá, em virtude da ausência do autor.

PRESIDENTE — Consulta ao Relator sobre parecer a propósito de emenda do Constituinte José Carlos Vasconcelos.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Solicitação ao Constituinte José Carlos Vasconcelos no sentido da retirada de sua emenda.

PRESIDENTE — Retirada da emenda do Constituinte José Carlos Vasconcelos.

PRESIDENTE — Retirada da emenda do Constituinte Geraldo Campos.

PRESIDENTE — Destaque e emenda do Constituinte Edivaldo Motta, ao art. 75, § 4º

EDIVALDO MOTTA — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Edivaldo Motta.

PRESIDENTE — Anúncio de emendas dos Constituintes Humberto Lucena, Eunice Michiles e Guilherme Palmeira, que visam à supressão parcial do parágrafo único do art. 77. Retirada da emenda do Constituinte Humberto Lucena. Prejudicialidade da emenda da Constituinte Eunice Michiles em virtude da ausência da autora.

GUILHERME PALMEIRA — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Guilherme Palmeira.

RAIMUNDO LIRA (Pela ordem) — Registro de presença.

PRESIDENTE — Destaque nº 214, do Constituinte José Maurício.

JOSÉ MAURÍCIO (Pela ordem) — Retirada do destaque de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Maurício.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Consulta sobre as emendas ao art. 77.

CHICO HUMBERTO (Pela ordem) — Pedido de esclarecimento sobre não-votação do § 1º do art. 38, relativo a gastos públicos com propaganda.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Chico Humberto.

AIRTON CORDEIRO (Pela ordem) — Presença exercida por Governadores de Estado sobre os Constituintes no sentido de alteração da matéria mencionada pelo Constituinte Chico Humberto.

JOSÉ GENOÍNO (Pela ordem) — Impossibilidade de acordo entre as Lideranças sobre a matéria e necessidade de sua votação.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Genoíno.

PRESIDENTE — Anúncio de Requerimento de Destaque nº 596, Emenda nº 765-5, do Constituinte Arnaldo Martins, que visa à supressão da expressão "ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior" do parágrafo único do art. 80, relativo à eliminação da possibilidade de ser o cargo de Presidente, vago com a ausência do titular, assumido pelo Vice-Presidente.

ARNALDO MARTINS — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela rejeição da matéria.

PRESIDENTE — Parecer do Relator contrário à matéria.

CÉSAR MAIA (PDT), ADEMIR ANDRADE (PSB), NELSON JOBIM (PMDB), AMARAL NETTO (PDS), ROBERTO FREIRE (PCB), JOSÉ LOURENÇO (PFL), EDUARDO BONFIM (PC do B), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), JORGE HAGE (PSDB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), JOSÉ GENOÍNO (PT) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

SANDRA CAVALCANTI (Pela ordem) — Inconveniência de adiamento da votação da matéria referente aos dois turnos na eleição para as prefeituras.

PRESIDENTE — Resposta à Constituinte Sandra Cavalcanti.

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 854. Rejeição da Emenda nº 765.

PRESIDENTE — Anúncio do Destaque nº 592, do Constituinte Carlos Alberto Caó.

CARLOS ALBERTO CAÓ — Retirada do destaque de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Carlos Alberto Caó.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 1.591, Emenda nº 1.032-0, do Constituinte Egídio Ferreira Lima, que visa à supressão dos §§ 1º e 2º do art. 83.

EGÍDIO FERREIRA LIMA — Encaminhamento da votação.

JOSÉ FOGAÇA (Relator) — Parecer contrário à emenda.

PRESIDENTE — Parecer do Relator pela rejeição da matéria. Início da votação.

JOSÉ GENOÍNO (PT), JOSÉ LOURENÇO (PFL), ROBERTO FREIRE (PCB), EDUARDO BONFIM (PC do B), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), AMAURY MÜLLER (PDT), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), NELSON JOBIM

(PMDB), GASTONE RIGHI (PTB), JORGE HAGE (PSDB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

PRESIDENTE — Anúncio da realização de sessões durante toda a semana, inclusive no sábado e no domingo. Solicitação de comparecimento dos Constituintes.

PRESIDENTE — Encerramento de Votação nº 855. Rejeição da Emenda nº 1.032.

PRESIDENTE — Consulta sobre presença em plenário do Constituinte Marcos Queiroz.

MARCOS QUEIROZ — Manutenção da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 1.599, Emenda nº 1.036, do Constituinte Marcos Queiroz, que visa à supressão do parágrafo único do art. 85, a propósito da obrigatoriedade do envio ao Congresso Nacional, pelo Presidente e o Vice-Presidente da República, de relatório sobre suas viagens. Parecer do Relator favorável à emenda.

ROBERTO FREIRE (PCB), SIQUEIRA CAMPOS (PDC), JOSÉ GENOÍNO (PT), JOSÉ LOURENÇO (PFL), NELSON JOBIM (PMDB), JORGE HAGE (PSDB), GASTONE RIGHI (PTB), JOSÉ MAURÍCIO (PDT), ADEMIR ANDRADE (PSB), AMARAL NETTO (PDS), EDUARDO BONFIM (PC do B), JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Parecer do Relator favorável à emenda. Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

IVO MAINARDI (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Ivo Mainardi.

RICARDO IZAR (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Ricardo Izar.

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 856. Aprovação da Emenda nº 1.036.

PRESIDENTE — Anúncio de Destaque nº 37, do Constituinte Wagner Lago.

WAGNER LAGO (Pela ordem) — Retirada do destaque de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Wagner Lago.

PRESIDENTE — Destaque nº 53, Emenda nº 1.791-0, do Constituinte José Fogaça, que visa à supressão do art. 87, que estabelece a submissão ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, de medidas legislativas relevantes.

JOSÉ FOGAÇA — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Parecer do Relator pela aprovação da matéria.

SIQUEIRA CAMPOS (PDC), ROBERTO FREIRE (PCB), AMARAL NETTO (PDS), JOSÉ GENOÍNO (PT), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), NELSON JOBIM (PMDB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), JORGE HAGE (PSDB),

EDUARDO BONFIM (PC do B), JOSÉ LOURENÇO (PFL), ADEMIR ANDRADE (PSB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação (Procede-se à votação.)

ADYLSO MOTA (Pela ordem) — Retificação de voto na votação anterior.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Adylson Motta.

ERALDO TRINDADE (Pela ordem) — V Encontro Nacional das Associações de Imprensa e II Ciclo de Conferências sobre a Imprensa Brasileira, a realizar-se amanhã.

DIRCE TUTU QUADROS (Pela ordem) — Pedido de informação sobre votação do § 1º do art. 38, relativo à utilização de recursos públicos.

PRESIDENTE — Resposta à Constituinte Dirce Tutu Quadros.

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 857. Aprovação da Emenda nº 1.791.

PRESIDENTE — Anúncio da votação de destaque do Constituinte Ronaldo Aragão ao art. 38, § 1º, a propósito do caráter educativo da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos.

RONALDO ARAGÃO — Retirada do destaque de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Ronaldo Aragão.

CARLOS SANT'ANNA — Retrocesso, na votação, do art. 90 para o art. 38 e dificuldades para que se processe o encaminhamento.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Carlos Sant'Anna.

PRESIDENTE — Anúncio da votação do Destaque nº 265, do Constituinte Antônio de Jesus, ao art. 98, relativo a disposição em lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, sobre o Executivo, sobre o Estatuto da Magistratura.

ALDO ARANTES (Pela ordem) — Registro de voto "sim" omisso do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Aldo Arantes.

ANTÔNIO DE JESUS — Consulta sobre parecer do Relator a propósito de sua emenda.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela rejeição. Apelo no sentido de retirada da emenda

ANTÔNIO DE JESUS — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Antônio de Jesus.

PRESIDENTE — Destaque nº 717, do Constituinte Adolfo Oliveira, ao art. 98, inciso III.

ADOLFO OLIVEIRA — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Adolfo Oliveira.

PRESIDENTE — Destaque nº 519, do Constituinte Gastone Righi, relativo ao art. 98, inciso III, sobre critério de acesso aos Tribunais de segundo grau.

CUNHA BUENO (Pela ordem) — Sugestão de adiamento da votação da matéria

PRESIDENTE — Pedido de manifestação do Constituinte Gastone Righi.

GASTONE RIGHI — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gastone Righi.

PRESIDENTE — Destaque nº 248, do Constituinte Manuel Viana. Prejudicialidade da matéria, em virtude da ausência do autor.

PRESIDENTE — Destaque nº 1.448.

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Pedido de informação sobre número do artigo a que se refere o destaque anunciado.

PRESIDENTE — Destaque nº 1.676, do Constituinte Jayme Santana, sobre o art. 103, caput. Parecer do Relator favorável à matéria.

ALÍZIO CAMPOS (Pela ordem) — Consulta sobre oportunidade da votação de emenda de autoria do orador, ao art. 98, destacada, com parecer favorável do Relator.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Aluízio Campos.

PRESIDENTE — Destaque nº 1.448, do Constituinte Siqueira Campos.

SIQUEIRA CAMPOS — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Destaque nº 1.395, do Constituinte Miro Teixeira, ao art. 103, inciso II.

MIRO TEIXEIRA — Retirada do destaque de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Miro Teixeira.

PRESIDENTE — Prejudicialidade do destaque do Constituinte José Ignácio Ferreira, em virtude da ausência do autor.

PRESIDENTE — Destaque nº 1.076, do Constituinte José Jorge, ao art. 104, § 1º, sobre a elaboração de propostas orçamentárias dos Tribunais. Retirada do destaque pelo autor.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 731, Emenda nº 549-1, do Constituinte Victor Faccioni, ao § 1º do art. 105.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) — Informação da inexistência de discussão das lideranças sobre matérias posteriores ao art. 103.

ASDRUBAL BENTES (Pela ordem) — Desnecessidade da permanência dos Constituintes no plenário caso prevaleça a decisão das Lideranças.

PRESIDENTE — Compatibilização do trabalho do plenário com o dos Líderes. Realização de sessões pela manhã e à tarde, possibilitando tempo para reuniões de Lideranças. Encerramento da presente sessão às 19 horas.

OSCAR CORRÊA (Pela ordem) — Solicitação de fornecimento aos Constituintes, por escrito, da relação de destaques ainda não votados anteriores ao art. 103.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Oscar Corrêa.

VICTOR FACCIONI, CÉSAR MAIA — Encaminhamento da votação.

PRESIDENTE — Concessão da palavra ao relator. Esclarecimento de que a emenda em votação tem co-autoria do Constituinte José Maria Eymael.

JOSÉ MARIA EYMAEL (Pela ordem) — Solicitação do uso da palavra para encaminhar favoravelmente à emenda.

PRESIDENTE — Impossibilidade da concessão da palavra ao Constituinte José Maria Eymael, em virtude de já se haver encerrado o contraditório.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela rejeição da matéria

PRESIDENTE — Parecer do relator contrário à matéria em votação.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), ADEMIR ANDRADE (PSB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), AMARAL NETTO (PDS), ROBERTO FREIRE (PCB), CÉSAR MAIA (PDT), EDUARDO BONFIM (PC do B), NELSON JOBIM (PMDB), GASTONE RIGHI (PTB), ARTUR DA TÁVOLA (PSDB), JOSÉ LOURENÇO (PFL), ADOLFO OLIVEIRA (PL) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre o processo eletrônico de votação. (Procede-se à votação.)

JOSÉ COSTA (Pela ordem) — Sugestão a propósito da votação de matérias consideradas polêmicas.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte José Costa.

JOÃO MENEZES (Pela ordem) — Impropriedade de serem assuntos relevantes resolvidos pelas Lideranças, sem participação do plenário.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) — Pedido de informação sobre horários das próximas votações da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mário Covas.

MÁRIO COVAS (Pela ordem) — Reiteração de pedido de informação sobre horários das próximas sessões da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Mário Covas.

Presidente — Encerramento da votação nº 858. Rejeição das Emendas nºs 549 e 1.476.

EDME TAVARES (Pela ordem) — Registro de voto contrário não constante do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Edme Tavares.

NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Registro de voto "não".

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 160, Emenda nº 1.334-5, do Constituinte Vladimir Palmeira, que visa à supressão do caput ao art. 106, a propósito do exercício dos serviços notoriais e de registro.

VLADIMIR PALMEIRA, MICHEL TEMER — Encaminhamento da votação.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer contrário à emenda.

PRESIDENTE — Parecer do relator pela rejeição da matéria.

JOSÉ LOURENÇO (PFL), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), ADEMIR ANDRADE (PSB), JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL), EDUARDO BONFIM (PC do B), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), PAULO DELGAFO (PT), JORGE HAGE (PSDB), MENDES RIBEIRO (PMDB), ROBERTO FREIRE (PCB), GASTONE RIGHI (PTB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.
(Procede-se à votação.)

HÉLIO ROSAS (Pela ordem) — Retificação de voto.

SIQUEIRA CAMPOS (Pela ordem) — Retificação de voto.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Siqueira Campos.

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 859. Rejeição da Emenda nº 1.334.

PRESIDENTE — Anúncio do Destaque nº 1.045, do Constituinte Bocayuva Cunha, ao art. 106, **caput**, a propósito do caráter privado dos serviços notoriais de registro.

BOCAYUVA CUNHA — Sugestão de votação imediatamente após a declaração do parecer do relator.

PRESIDENTE — Parecer do relator pela rejeição da matéria.

BOCAYUVA CUNHA (Pela ordem) — Retirada da emenda de sua autoria.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Bocayuva Cunha.

PRESIDENTE — Destaque nº 1.121, do Constituinte Paulo Silva, ao § 1º do art. 106. Retirada do texto pelo autor.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 97, Emenda nº 1.606-9, do Constituinte Ivo Vanderlinde, que visa a suprimir do texto do § 1º do art. 106 a palavra "complementar". Parecer do relator favorável à matéria.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), JORGE HAGE (PSDB), AMAURY MÜLLER (PDT), EDUARDO BONFIM (PC do B), NELSON JOBIM (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), GASTONE RIGHI (PTB), ADOLFO OLIVEIRA (PL), ADEMIR ANDRADE (PSB), ROBERTO FREIRE (PCB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.
(Procede-se à votação.)

RAIMUNDO LIRA (Pela ordem) — Retificação de voto na votação anterior.

LÉZIO SATHLER (Pela ordem) — Declaração de voto "sim".

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 860. Aprovação da Emenda nº 1.606.

PRESIDENTE — Prejudicialidade do Destaque nº 1.193, do Constituinte Carlos Virgílio, em virtude da ausência do autor.

PRESIDENTE — Requerimentos de Destaque nº 1.253, Emenda nº 1.367-1, do Constituinte Maluly Neto, e nº 670, Emenda nº 599-7, do Constituinte Nabor Júnior, ao art. 108, inciso I, alínea "b", a propósito da competência do Supremo Tribunal Federal.

BERNARDO CABRAL (Relator) — Parecer pela aprovação da matéria.

PRESIDENTE — Parecer do relator favorável à matéria.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), ROBERTO FREIRE (PCB) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

FERNANDO SANTANA (Pela ordem) — Registro de voto "sim", na votação anterior, omissão do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Fernando Santana.

JORGE HAGE (PSDB), CHICO HUMBERTO (PDT), NELSON JOBIM (PMDB), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), ADEMIR ANDRADE (PSB), GASTONE RIGHI (PTB) — (Pela ordem) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

GONZAGA PATRIOTA (Pela ordem) — Sugestão de prolongamento da sessão até às 21 h e adiamento do acordo para amanhã.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Gonzaga Patriota.

AIRTON CORDEIRO (Pela ordem) — Greve dos professores paranaenses.

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 861. Aprovação das emendas nºs 1.367 e 599.

PRESIDENTE — Requerimento de Destaque nº 1.371, Emenda nº 1.363-9, do Constituinte Osvaldo Coelho, ao art. 108, inciso I, alínea "c", a propósito das infrações penais comuns e crimes de responsabilidade. Parecer do Relator favorável à matéria.

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), NELSON JOBIM (PMDB), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), FABRÍULINI JÚNIOR (PTB), ADEMIR ANDRADE (PSB), JORGE HAGE (PSDB), EDUARDO BONFIM (PC do B), ROBERTO FREIRE (PCB), AMAURY MÜLLER (PDT) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.
(Procede-se à votação.)

ROBERTO FREIRE (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

JOAQUIM BEVILÁCQUA (Pela ordem) — Registro de voto "sim" omissão do painel eletrônico.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Joaquim Bevilacqua.

DAVI ALVES SILVA (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Davi Alves Silva.

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 862. Aprovação da Emenda nº 1.363.

PRESIDENTE — Requerimentos de Destaque nº 742, Emenda nº 1.193-8, do Constituinte Lourival Baptista; nº 782, Emenda nº 63-4, do Constituinte Paulo Pimentel; nº 828, Emenda nº 326-9, do Constituinte Maurício Corrêa; nº 1.163, Emenda nº 1.681-6, do Constituinte José Costa; nº 1.341, Emenda nº 1.101-6, do Constituinte Osvaldo Bender; nº 252, Emenda nº 24-3, do Constituinte Nilson Gibson; nº 259, Emenda nº 406-1, do Constituinte Joaquim Bevilacqua; nº 293, Emenda nº 24-3, do Constituinte Paulo Zarzur; nº 304, Emenda nº 24-3, do Constituinte Lúcio Alcântara, que visam à supressão da expressão "do Superior Tribunal de Justiça" da alínea "d" do inciso I do art. 108, a propósito do **habeas corpus**, do **habeas data** e do mandado de injunção. Parecer do Relator pela aprovação da matéria.

CARLOS ALBERTO CAÓ (Pela ordem) — Registro de voto "sim" na votação anterior.

MAURO SAMPAIO (Pela ordem) — Registro de voto "sim".

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (Pela ordem) — Encaminhamento à Mesa de abaixo-assinado de Constituintes que se comprometem a comparecer às votações dos sábados e domingos.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

DARCY POZZA (Pela ordem) — Garantia da presença do orador nas sessões de sábado e domingo, embora não haja assinado o documento referido pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Darcy Pozza.

DASO COIMBRA (Pela ordem) — Desnecessidade da aposição de assinatura no documento em causa e presença do orador nas sessões referidas.

PRESIDENTE — Resposta ao Constituinte Daso Coimbra.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT), INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL), ROBERTO FREIRE (PCB), BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS), NELSON JOBIM (PMDB), JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC), CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT), ADEMIR ANDRADE (PSB), EDUARDO BONFIM (PC do B), ADOLFO OLIVEIRA (PL), JORGE HAGE (PSDB) — Declaração de voto das respectivas bancadas.

PRESIDENTE — Esclarecimento sobre o processo eletrônico de votação.

(Procede-se à votação.)

INOCÊNCIO OLIVEIRA (Pela ordem) — Desnecessidade da aposição de assinaturas à lista referida pelo Constituinte Luiz Inácio Lula da Silva. Conscientização da Assembléia Nacional Constituinte da necessidade de rápi-

da finalização dos trabalhos de elaboração constitucional.

PAULO DELGADO (Pela ordem) — Inexistência de impedimento à aposição de assinatura quando existe palavra empenhada.

DEL BOSCO AMARAL (Pela ordem) — Conveniência de assinatura da lista em ques-

ção, em virtude de permitir a previsão de **quorum**.

SÓLON BORGES DOS REIS (Pela ordem) — Desperdício consubstanciado na interrupção de sessão com existência de **quorum**.

PRESIDENTE — Encerramento da Votação nº 863. Aprovação das emendas votadas.

PRESIDENTE — Recebimento pela Mesa de declaração de voto "sim" do Constituinte Nilton Friedrich.

V — Encerramento

3 — MESA (Relação dos membros)

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

Ata da 324ª Sessão, extraordinária vespertina, em 24 de agosto de 1988

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Primeiro-Vice-Presidente; Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente; Mário Maia, Segundo-Secretário; e Arnaldo Faria de Sá, Terceiro-Secretário

ÀS 15:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa — PSB; Acival Gomes — PMDB; Adauto Pereira — PDS; Ademir Andrade — PSB; Adhemar de Barros Filho — PDT; Adolfo Oliveira — PL; Adroaldo Streck — PDT; Adyson Motta — PDS; Aécio de Borba — PDS; Aécio Neves — PMDB; Afonso Camargo — PTB; Afonso Arianos — PSDB; Afonso Sancho — PDS; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Ailton Cordeiro — PFL; Ailton Sandoval — PMDB; Alarico Abib — PMDB; Albano Franco — PMDB; Albérico Cordeiro — PFL; Albérico Filho — PMDB; Alcení Guerra — PFL; Aldo Arantes — PC do B; Alexandre Costa — PFL; Alexandre Puzyna — PMDB; Alfredo Campos — PMDB; Almir Gabriel — PMDB; Aloisio Vasconcelos — PMDB; Aloisio Chaves — PFL; Aloisio Teixeira — PMDB; Aluizio Bezerra — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysso Paulinelli — PFL; Amaral Netto — PDS; Amaury Müller — PDT; Amílcar Moreira — PMDB; Ângelo Magalhães — PFL; Anna Maria Rattes — PSDB; Annibal Barcellos — PFL; Antero de Barros — PMDB; Antônio Carlos Franco — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Antoniocarlos Mendes Thame — PFL; Antônio de Jesus — PMDB; Antonio Ferreira — PFL; Antonio Gaspar — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Antonio Perosa — PSDB; Antonio Salim Curiani — PDS; Antonio Ueno — PFL; Arnaldo Faria de Sá — PJ; Arnaldo Martins — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Arnaldo Prieto — PFL; Arnold Fioravante — PDS; Aroldo de Oliveira — PFL; Artenir Werner — PDS; Artur da Távola — PSDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Assis Canuto — PFL; Átila Lira — PFL; Augusto Carvalho — PCB; Áureo Mello — PMDB; Basílio Villani — PTB; Benedito Monteiro — PTB; Benedita da Silva — PT; Benito Gama — PFL; Bernardo Cabral — PMDB; Beth Azize — PSDB; Bezerra de Melo — PMDB; Bocayuva Cunha — PDT; Bonifácio de Andrada — PDS; Bosco França — PMDB; Caio Pompeu — PSDB; Carlos Alberto Caó — PDT; Carlos Benevides — PMDB; Carlos Chiarelli — PFL; Carlos

Cotta — PSDB; Carlos De'Carli — PTB; Carlos Mosconi — PSDB; Carlos Sant'Anna — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Cássio Cunha Lima — PMDB; Célio de Castro — PSDB; Celso Dourado — PMDB; César Cals Neto — PSD; César Maia — PDT; Chagas Duarte — PFL; Chagas Rodrigues — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Cid Carvalho — PMDB; Cid Sabóia de Carvalho — PMDB; Cláudio Ávila — PFL; Cleonânio Fonseca — PFL; Costa Ferreira — PFL; Cristina Tavares — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Dálton Canabrava — PMDB; Darcy Deitos — PMDB; Darcy Pozza — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Davi Alves Silva — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Délio Braz — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Dionísio Hage — PFL; Dirce Tutu Quadros — PSDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Djenal Gonçalves — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Doreto Campanari — PMDB; Edésio Frias — PDT; Edison Lobão — PFL; Edivaldo Holanda — PT; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Edmilson Valentim — PC do B; Eduardo Bonfim — PC do B; Eduardo Jorge — PT; Eduardo Moreira — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Elias Murad — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eraldo Tinoco — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Erico Pegoraro — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Etevaldo Nogueira — PFL; Euclides Scalco — PSDB; Eunice Michiles — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Expedito Machado — PMDB; Ezio Ferreira — PFL; Fábio Feldmann — PSDB; Fábio Raunheitti — PTB; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Fernandes — PMDB; Fausto Rocha — PFL; Felipe Cheidde — PMDB; Felipe Mendes — PDS; Feres Nader — PTB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Fernando Gasparian — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Henrique Cardoso — PSDB; Fernando Lyra — PDT; Fernando Santana — PCB; Fernando Velasco — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Flavio Palmier da Veiga — PMDB; Flávio Rocha — PL;

Florestan Fernandes — PT; Floriceno Paixão — PDT; França Teixeira — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco — PFL; Francisco Dias — PMDB; Francisco Diógenes — PDS; Francisco Dornelles — PFL; Francisco Küster — PSDB; Francisco Pinto — PMDB; Francisco Rollemberg — PMDB; Francisco Rossi — PTB; Furtado Leite — PFL; Gabriel Guerreiro — PMDB; Gandi Jamil — PFL; Gastone Righi — PTB; Genebaldo Correia — PMDB; Genesio Bernardino — PMDB; Geovani Borges — PFL; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Geraldo Campos — PSDB; Geraldo Fleming — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gerson Camata — PMDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gerson Peres — PDS; Gidel Dantas — PDC; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PMDB; Guilherme Palmeira — PFL; Gumercindo Milhomem — PT; Gustavo de Faria — PMDB; Harlan Gadelha — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Haroldo Sabóia — PMDB; Hélio Costa — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; Hélio Rosas — PMDB; Henrique Cordova — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Hermes Zaneti — PSDB; Hilário Braun — PMDB; Homero Santos — PFL; Humberto Lucena — PMDB; Humberto Souto — PFL; Iberê Ferreira — PFL; Ibsen Pinheiro — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Iram Saraiwa — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Irma Passoni — PT; Ismael Wanderley — PMDB; Israel Pinheiro — PMDB; Itamar Franco — ; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PDC; Jalles Fontoura — PFL; Jamil Haddad — PSB; Jarbas Passarinho — PDS; Jayme Paliarin — PTB; Jayme Santana — PSDB; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; Joaci Góes — PMDB; João Agripino — PMDB; João Alves — PFL; João Calmon — PMDB; João Carlos Bacelar — PMDB; João Castelo — PDS; João Cunha — PDT; João de Deus Antunes — PTB; João Herrmann Neto — PSB; João Lobo — PFL; João Machado Rollemberg — PFL; João Menezes — PFL; João Natal

PMDB; João Paulo — PT; João Rezek — PMDB; Joaquim Bevilacqua — PTB; Joaquim Francisco — PFL; Joaquim Hayckel — PMDB; Joaquim Sucena — PTB; Jofran Frejat — PFL; Jonas Pinheiro — PFL; Jôrnival Lucas — PDC; Jorge Arbage — PDS; Jorge Borñhausen — PFL; Jorge Hage — PSDB; Jorge Leite — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Quequed — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Agripino — PFL; José Camargo — PFL; José Carlos Coutinho — PL; José Carlos Grecco — PSDB; José Carlos Martínez — PMDB; José Carlos Sabóia — PSB; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Costa —; José da Conceição — PMDB; José Dutra — PMDB; José Egreja — PTB; José Elias — PTB; José Fernandes — PDT; José Fogaça — PMDB; José Freire — PMDB; José Genoíno — PT; José Geraldo — PMDB; José Guedes — PSDB; José Ignacio Ferreira — PSDB; José Jorge — PFL; José Lins — PFL; José Lourenço — PFL; José Luiz de Sá — PL; José Luiz Maia — PDS; José Maranhão — PMDB; José Maria Eymael — PDC; José Maurício — PDT; José Melo — PMDB; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Paulo Bisol — PSDB; José Queiroz — PFL; José Richa — PSDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; José Serra — PSDB; José Tavares — PMDB; José Teixeira — PFL; José Thomaz Nonô — PFL; José Tinoco — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB; José Viana — PMDB; José Yunes — PMDB; Giovanni Masini — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Jutahy Magalhães — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Lael Varella — PFL; Lavoisier Maia — PDS; Leite Chaves — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Leopoldo Peres — PMDB; Leur Lomanto — PFL; Levy Dias — PFL; Lezio Sathler — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Lourenberg Nunes Rocha — PTB; Lourival Baptista — PFL; Lúcia Vânia — PMDB; Lúcio Alcântara — PFL; Luís Eduardo — PFL; Luís Roberto Ponte — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Freire — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Luiz Henrique — PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Luiz Leal — PMDB; Luiz Marques — PFL; Luiz Salomão — PDT; Luiz Soyer — PMDB; Luiz Viana — PMDB; Luiz Viana Neto — PMDB; Lysâneas Maciel — PDT; Maguito Vilela — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Castro — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Manoel Ribeiro — PMDB; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Marco Maciel — PFL; Marcos Lima — PMDB; Marcos Queiroz — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Maria Lúcia — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário Covas — PSDB; Mário de Oliveira — PMDB; Mário Lima — PMDB; Mário Maia — PDT; Marluce Pinto — PTB; Matheus Iensen — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Corrêa — PDT; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Maurício Pádua — PMDB; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Mauro Benevides — PMDB; Mauro Borges — PDC; Mauro Campos — PSDB; Mauro Miranda — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Max Rosenmann — PMDB; Meira Filho — PMDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Mendes Botelho — PTB; Mendes Canale — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Messias Góis — PFL; Messias Soares — PTR; Michel Temer — PMDB; Milton Barbosa — PDC; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PMDB; Miraldo Gomes — PDC; Miro Teixeira —

PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Mussa Demes — PFL; Myrian Portella — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Narciso Mendes — PFL; Nelson Aguiar — PDT; Nelson Carneiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Sabrá — PFL; Nelson Seixas — PDT; Nelson Wedekin — PMDB; Nelson Friedrich — PSDB; Nestor Duarte — PMDB; Ney Maranhão — PMB; Nilson Gibson — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Norberto Schwantes — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Octávio Elísio — PSDB; Odacir Soares — PFL; Olívio Dutra — PT; Onofre Corrêa — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Orlando Pacheco — PFL; Oscar Corrêa — PFL; Osmar Leitão — PFL; Osmir Lima — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Osvaldo Coelho — PFL; Osvaldo Macedo — PMDB; Osvaldo Sobrinho — PTB; Osvaldo Almeida — PL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Ottomar Pinto — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paes Landim — PFL; Paulo Delgado — PT; Paulo Macarini — PMDB; Paulo Marques — PFL; Paulo Mincaroni — PMDB; Paulo Paim — PT; Paulo Pimentel — PFL; Paulo Ramos — PMN; Paulo Roberto — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Paulo Silva — PSDB; Paulo Zarzur — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Pedro Ceolin — PFL; Pimenta da Veiga — PSDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Plínio Martins — PMDB; Pompeu de Sousa — PSDB; Rachid Saldanha Derzi — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Raimundo Lira — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Raquel Cândido — PDT; Raquel Capiberibe — PSB; Raul Belém — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Renan Calheiros — PSDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ricardo Fiuza — PFL; Ricardo Izar — PFL; Rita Camata — PMDB; Rita Furtado — PFL; Roberto Augusto — PTB; Roberto Balestra — PDC; Roberto Brant —; Roberto Campos — PDS; Roberto D'Ávila — PDT; Roberto Freire — PCB; Roberto Jefferson — PTB; Roberto Torres — PTB; Roberto Vital — PMDB; Robson Marinho — PSDB; Rodrigues Palma — PTB; Ronaldo Aragão — PMDB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; orrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Rospide Netto — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB; Rubem Medina — PFL; Ruben Figueiró — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Ruy Nedei — PMDB; Sadie Hauache — PFL; Salatiel Carvalho — PFL; Samir Achôa — PMDB; Sandra Cavalcanti — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB; Sérgio Brito — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Severo Gomes — PMDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Sílvio Abreu — PSC; Simão Sessim — PFL; Siqueira Campos — PDC; Sólón Borges dos Reis — PTB; Sotero Cunha — PDC; Stélio Dias — PFL; Tadeu França — PDT; Telmo Kirst — PDS; Teotônio Vilela Filho — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tito Costa — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS; Uldurico Pinto — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valmir Campelo — PFL; Vasco Alves — PSDB; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS; Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PSDB; Vingt Rosado — PMDB; Vinicius Cansanção — PFL; Virgildásio de Senna — PSDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Guimarães — PT; Vitor Buaiz — PT; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Wagner Lago

— PMDB; Waldec Ornêlas — PFL; Waldyr Pugliesi — PMDB; Walmor de Luca — PMDB; Wilma Maia — PDT; Wilson Campos — PMDB; Wilson Martins — PMDB; Ziza Valadares — PSDB;

I — ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — A lista de presença registra o comparecimento de 310 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — LEITURA DA ATA

O SR. ADYLSON MOTTA, servindo como 2º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Passa-se à leitura do expediente.

III — EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Sendo evidente a falta de **quorum** em plenário, a Presidência, nos termos do art. 39, § 2º, do Regimento Interno, vai conceder a palavra ao Constituinte que dela queira fazer uso, até que se verifique a presença de **quorum** em plenário para a votação da matéria constante da Ordem do Dia, que é o Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) — Tem a palavra o nobre Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, queremos registrar o nosso apoio ao ato público que se realizará logo mais, aqui, em Brasília, reunindo várias categorias profissionais de trabalhadores, ao esse organizado pela Central Única dos Trabalhadores e por vários Sindicatos, como o dos Professores, dos Enfermeiros, dos Nutricionistas, dos Bancários, da Administração dos Serviços Federais, Servidores do GDF, Vigilantes, Rodoviários etc.

Ao manifestar o nosso apoio a este ato público, pela justeza das reivindicações que os companheiros estão distribuindo a vários Parlamentares, aqui chamamos a atenção para que seja garantida a plena liberdade de manifestação desses trabalhadores, porque, exatamente em função dessa manifestação política, em função das paralisações que ora se realizam no GDF e em Brasília, montou-se uma verdadeira operação de guerra, uma verdadeira operação militar, para intimidar, para ferir o direito da livre manifestação. Portanto, fazemos este breve registro de apoio ao ato, às manifestações, às reivindicações arroladas no panfleto que está sendo distribuído publicamente, inclusive dentro desta Casa, e, repetindo, chamamos a atenção para que seja garantida a livre manifestação desses sindicatos, desses trabalhadores. Não podemos, em torno de reivindicações tão

justas e tão legítimas, aceitar medidas proibitivas e repressivas contra o direito de manifestação dos trabalhadores de Brasília.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os 34 mil trabalhadores do Serviço de Processamento de Dados do Governo, tanto do Serpro como do Dataprev e Datamec, encontram-se em greve. Buscam, por todos os meios, exercer a pressão sobre o Governo, para que este lhes devolva a URP usurpada de abril e maio, e, como estão perto de sua data-base, também reivindicam, além das URPs congeladas, uma reposição de 16,06% da inflação de junho de 1987, expurgada pelo ex-Ministro Bresser Pereira, e uma produtividade de 15%.

O Governo lhes nega disposição para sentar à mesa de negociação. Os trabalhadores organizam-se, mobilizam-se, deixam apelo no Congresso, têm a sua força própria baseada na sua mobilização, e o Governo revida com demissões, ameaças e transferências. Os trabalhadores têm razões de sobra para manter o seu movimento. Queremos que chegue a bom termo, que o Governo recue na sua intransigência, sente-se à mesa de negociações, não demita nenhum trabalhador e encontre fórmulas satisfatórias para esse pleito que envolve 34 mil trabalhadores de forma direta, e mais outros tantos de maneira indireta.

Sr. Presidente, também queremos registrar, em nome do Partido dos Trabalhadores, a nossa saudação ao relançamento do jornal dos companheiros do Partido Comunista do Brasil, **A Tribuna da Classe Operária**. Não pudemos ontem estar presentes a esse ato realizado no Congresso. Saudamos esse relançamento. Temos divergências, algumas passageiras, episódicas, algumas de caráter estratégico, na questão do socialismo, mas estamos há muito tempo, enquanto integrantes da luta da classe trabalhadora, contra a ideologia da classe dominante, no mesmo caminho das transformações que devem ser realizadas no nosso País.

O jornal **A Tribuna da Classe Operária**, junto com outros periódicos que defendem a classe trabalhadora, estimula o debate, conscientiza as massas, contribui para o aprofundamento da democracia no nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Constituintes, também registramos a opinião do nosso Partido, nesta data em que se comemoram 34 anos da morte de Getúlio Vargas.

Esse fato não poderia passar despercebido por nós, de outra vertente da luta dos trabalhadores que não a inaugurada por Getúlio Vargas com o seu PTB.

Respeitamos a figura histórica de Getúlio Vargas e de seus seguidores, mas achamos que, lá mesmo, após a Revolução de 30 e no início da década de 40, quando se institucionalizou o sindicato em nosso País, por obra e graça das artimanhas políticas do Sr. Getúlio Vargas, o sindicato passou a ser um órgão de colaboração com o poder público, como sempre tiveram os institutos jurídico-políticos do fascismo.

Infelizmente, ainda estamos mantendo essa herança getulista na Constituição que está sendo aprovada.

Os três esteios do sindicalismo corporativista estão sendo mantidos: a unicidade imposta de

cima para baixo, em vez da unidade conquistada na luta; a estrutura centralizada, autoritária e artificial das Confederações e o Imposto Sindical, que tem financiado a burocracia e o peleguismo e propiciado a corrupção no meio sindical. Infelizmente esta é uma herança da qual gostaríamos de já nos ter descartado.

O getulismo, no entanto, entendemos, tem outras vertentes positivas que devem ser lembradas: a defesa da soberania nacional, o nacionalismo claro, que se impõe contra negociações com o grande capital nacional macio, unido com o capital estrangeiro.

Sabemos que a História se faz também por indivíduos. Também nós, do Partido dos Trabalhadores, sabemos que as conquistas sociais neste País até aqui alcançadas não foram obra de um só homem ou de alguns poucos. Foi o resultado de muitas lutas. Muitos trabalhadores tombaram sob a repressão da própria ditadura do Estado Novo, muitas perseguições ocorreram sobre os sindicatos, mesmo depois do Estado Novo, graças à legislação sindical herdada do getulismo.

Muitas conquistas sociais ainda estão por se fazer no nosso País, para que se aprofundem os direitos sociais e para que a democracia não seja um discurso, não seja uma carta, não seja uma lembrança; seja alguma coisa real, palpável, sentida e, na verdade, vivida por milhões de brasileiros.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna desta Casa para denunciar a situação desesperadora a que estará submetida a Capital da República em 1989, face aos cortes de orçamento anunciados pelo Governo Federal.

Preocupa toda a população do Distrito Federal a paralisação de projetos vitais, que esta brutal redução de verbas acarretará.

Em recente entrevista à televisão, o Secretário Extraordinário para Assuntos Econômicos e Reforma Administrativa do Distrito Federal, Dr. Arlécio Gazal, destacou as dificuldades que enfrentará a Administração Pública local para tocar projetos da maior importância, não destacando a possibilidade de interrupção de obras ora em andamento.

São sombrias as perspectivas para a Administração Pública do Distrito Federal, que se vê ameaçada de não ter como cumprir sequer os compromissos de custeio e com fornecedores.

Programas e projetos essenciais em execução podem ser paralisados, muitos deles em áreas prioritárias, como a despoluição do Lago Paranoá e as obras de reforma do Hospital de Base de Brasília, esta última imprescindível para restauração do sistema de saúde da Capital.

Todos conhecemos as carências por que passa o Sistema de Saúde local, cujo quadro de abandono conferiu uma imagem negativa à Assistência Médica na Capital da República, exposta ao deboche em programa humorístico de alcance nacional.

Essa situação corre o risco de agravar-se ainda mais, a prevalecer os profundos cortes impostos ao orçamento do Distrito Federal.

A população, de um modo geral, aguarda, com ansiedade, a conclusão de obras como as que o Governo local vem realizando no Hospital de Base, porque sabe que os médicos, enfermeiros

e demais profissionais de saúde de Brasília, ao contrário do que quer fazer crer a sátira televisiva, são competentes; o que lhes falta, para prestar uma assistência condigna aos usuários e à altura da Capital da República são precisamente instalações adequadas, equipamentos e outros elementos de infra-estrutura, que os cortes de Orçamento promovidos pelo Governo Federal ameaçam inviabilizar.

Destaco os reflexos negativos na área de saúde, porque este é um dos setores essenciais da vida comunitária. Entretanto, as dificuldades não estarão limitadas unicamente a esta esfera.

As despesas do Distrito Federal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são elevadas e a garantia do fluxo de recursos em proporções suficientes para assegurar o pleno funcionamento da cidade é, em algum nível, responsabilidade não apenas do Executivo local e da bancada de Brasília, mas, também, dos representantes de todos os Estados da Federação, pois esta é a Capital de todos os brasileiros.

Custa caro, muito caro, a manutenção de uma cidade que é sede do governo da maior nação latino-americana, ungida do privilégio de ser Patrimônio Cultural da Humanidade.

É dispendioso garantir segurança e tranquilidade às numerosas representações diplomáticas acreditadas em nosso País.

Como centro do poder político, e por isso mesmo elevada à categoria de imagem do Brasil como um todo, Brasília requer tratamento especial, consumindo significativa fatia de recursos na manutenção de padrões de habitabilidade dignos do seu **status** de Capital da República.

Há que se considerar, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não é apenas o Plano Piloto que demanda atenções constantes da Administração Pública local. Como todos sabem, e conforme já tive oportunidade de esclarecer nesta Tribuna, do outro lado do Plano Piloto de Lúcio Costa e Niemeyer, na periferia da Capital do Terceiro Milênio, concentra-se uma população estimada em mais de um milhão de habitantes, abrigada em oito cidades-satélites, exigindo investimentos vultosos em obras de infra-estrutura, capazes de assegurar condições primárias de sobrevivência.

Todo esse contingente de migrantes, situado nas cidades-satélites, não veio para o Distrito Federal motivado unicamente pela profecia dos rios de leite e mel de São João Bosco. O que os levou a procurar condições mais propícias em Brasília foi a pressão das dificuldades, da falta de oportunidade e de perspectiva de vida condigna, em seus Estados de origem. Isto, por si só, justifica a responsabilidade dos Parlamentares dos demais Estados nas questões atinentes ao Distrito Federal.

Urge, portanto, que sejam reconsiderados os cortes impostos ao Orçamento do Distrito Federal.

Há que se garantir um volume de recursos mais condizentes com as necessidades da Capital da República. Em prol dessa providência inadiável, conclamo os companheiros de bancada e reclamo o apoio dos representantes dos Estados co-irmãos.

Brasília é responsabilidade de todos nós, conto com o apoio e compreensão dos companheiros desta Casa.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Palácio do Planalto e seu braço político mais curto, o Governo do Distrito Federal, montaram, de ontem para hoje, uma série de alterações policiais e prejudiciais, não só aos direitos da classe trabalhadora como também aos interesses da sociedade brasileira.

Aqui, em Brasília — no Eixo Monumental, na parte fronteira aos Ministérios —, há uma verdadeira operação bélica e policialesca, montada com o dinheiro do povo, para reprimir exatamente o povo que vem à rua pleitear melhores condições de trabalho e salários mais justos.

Em meu nome e no do meu Partido hipoteco a solidariedade mais irrestrita aos trabalhadores que lutam por seus direitos, e condeno, veementemente, mais essa forma policialesca e autoritária que adota o Governo do Distrito Federal, com o beneplácito do Palácio do Planalto.

Quanto à outra operação, que ironicamente chamam de "Operação Desmonte", na verdade é uma operação de desmantelamento das aspirações nacionais, na medida em que o Orçamento para 1989 sofrerá, segundo a visão dos técnicos palacianos, cortes profundos em setores vitais para a economia brasileira, mas em outros nada vai acontecer. Por exemplo, os Ministérios militares — Exército, Aeronáutica e Marinha — não sofrerão o menor arranhão com a chamada "Operação Desmonte" do Senhor José Sarney. Basta-se ver, Sr. Presidente, que originalmente, a proposta orçamentária previa para o Ministério da Aeronáutica 12,8% — não houve qualquer corte; para o Ministério do Exército, 10,1% — também não sofreu qualquer corte; para o Ministério da Marinha, 8,5% — também não sofreu qualquer lesão no orçamento, na sua despesa de custeio. Um País que está em paz consigo mesmo e que persegue a construção de uma democracia com liberdade, com respeito aos direitos humanos, se dá ao luxo de não mexer nos recursos destinados a três Ministérios Militares e agride violentamente, por exemplo, o Ministério dos Transportes, que sofrerá uma redução de 75% em seu orçamento, Ministério que responde por cerca de 75 mil quilômetros de rodovias asfaltadas em todo o País e que, certamente, à míngua de recursos, transferirá esses encargos para os Estados e municípios, a partir da reforma tributária.

Outro Ministério duramente atingido pela "Operação Desmonte" é o da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que, originalmente, deveria receber 45 bilhões, 927 milhões e 443 mil cruzados. Depois que o Senhor José Sarney resolveu, uma vez mais, desafiar a Assembléia Nacional Constituinte, oprimir governadores e prefeitos para que tentem influir aqui, nas decisões de plenário, votando contra a reforma tributária, o orçamento do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário caiu para cerca de 8 bilhões.

Ora, Sr. Presidente, brinca-se com a passividade, com a paciência do povo brasileiro. Este País é o paraíso do latifúndio e necessita urgentemente de uma profunda e radical reforma agrária, sem a qual as cidades continuarão inchando e doentes, crescerão fácil o desemprego, os índices de violência e criminalidade. Enquanto isso, o campo continua sendo propriedade de alguns. E para se fazer a reforma agrária, com a qual o Governo da Nova República se comprometeu,

destinam tão-somente pouco mais de 8 bilhões de um total original de 45 bilhões.

Isto não pode continuar. Esta Constituição tem que ser concluída urgentemente, para que, posta em vigor, possamos mexer na peça orçamentária, na Lei de Meios, e mostrar ao Sr. José Sarney e à sua alegre equipe de áulicos palacianos que não estamos aqui para brincar, para nos curvarmos às imposições da força, do arbítrio, da prepotência.

Vamos construir a democracia que o Sr. José Sarney não quer, gostem ou não gostem os técnicos palacianos e os Urutus, que não adiantam vir para a rua, se não houver estradas asfaltadas neste País.

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabo de receber documento, e o tenho em mãos, e o anexo a este pronunciamento, que me foi passado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre, documento esse fruto de ampla discussão em congresso nacional da categoria, realizado na Bahia. O eixo deste documento aponta para que na Assembléia Nacional Constituinte se mantenham, nas votações do segundo turno, todos os avanços assegurados até o momento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE PORTO ALEGRE

MOÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre, por sua delegação a este VI Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, sendo realizado nos 21, 22 e 23 de julho de 1988, em Salvador — Bahia, Praia de Itapoan, vem propor que se adote uma resolução no sentido da mais ampla mobilização da categoria profissional e das demais categorias de trabalhadores do País, a fim de pressionar junto à Assembléia Nacional Constituinte pela aprovação, em segundo turno, entre outras, das seguintes conquistas nos seus direitos sociais aprovadas em primeiro turno:

- 1 — Salário mínimo unificado, cobrindo as necessidades vitais dos trabalhadores e de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, garantindo seu poder aquisitivo por reajustes periódicos;
- 2 — 44 horas semanais de trabalho;
- 3 — Jornada de seis horas para o trabalho em turnos ininterruptos;
- 4 — Acréscimo de 100% nas horas extras;
- 5 — Acréscimo de 1/3 na remuneração das férias anuais;
- 6 — Licença-maternidade de 120 dias e licença-paternidade de 8 dias;
- 7 — Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, a partir de um mínimo de 30 dias de prazo;
- 8 — Indenização compensatória de 40% do FGTS nas dispensas sem justa causa;
- 9 — Aumento de prescrição dos créditos trabalhistas para cinco anos durante a contra-

tualidade ou até dois anos após a rescisão do contrato de trabalho;

10 — Extensão aos trabalhadores rurais dos trabalhadores urbanos;

11 — Unicidade sindical e proibição da intervenção do Estado nos sindicatos;

12 — Direito irrestrito de greve, inclusive para os servidores públicos;

13 — Aposentadoria proporcional ao tempo de serviço aos 30 anos para os homens e aos 25 anos para as mulheres;

14 — Cálculo da aposentadoria com base no salário de contribuição dos últimos 36 meses, reajustados mês a mês.

Essa mobilização e essa pressão são tanto mais necessárias quando se sabe que os grandes empresários, as multinacionais e os latifundiários estão montando um **lobby** gigantesco para ver aprovadas as emendas supressivas desses direitos sociais, que não são muito expressivos, mas que, sem dúvida alguma, representam um grande avanço nas nossas reivindicações.

A mobilização e a pressão, contudo, não devem se restringir a garantir o que já foi aprovado em primeiro turno, mas, evidentemente, em procurar obter a aprovação daquelas emendas que ampliam essas conquistas, como a estabilidade no emprego, pois, como todos nós sabemos, não será tão cedo nem tão fácil modificar a Constituição que emanará da atual Constituinte, e que deverá reger nossas vidas por muitos anos.

Por isso, não há, no momento, tarefa mais importante, nem mais urgente, do que a que visa a mobilizar os trabalhadores brasileiros na defesa das conquistas que obteve na Assembléia Nacional Constituinte.

Porto Alegre, 18 de julho de 1988. — **Telmo Dalton Hoher**, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Paulo Paim, o Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Octávio Elísio.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PSDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Constituintes, os funcionários públicos do Estado de Minas Gerais paralisam suas atividades hoje, "Dia Nacional da Luta dos Trabalhadores", e o fazem em protesto contra o arrocho salarial a que estão submetidos pelo Governo Newton Cardoso. Para se ter uma idéia, tiveram esses funcionários um reajuste salarial, durante este Governo, de 1/5 da inflação no mesmo período.

É importante que esta Casa saiba que no Governo Newton Cardoso temos o maior arrocho salarial já sofrido pelo funcionalismo público, que vive a insegurança permanente das demissões e das perseguições, é um Governo que vem sendo denunciado pela corrupção.

Vamos entregar ao Presidente Ulysses Guimarães um resumo do dossiê da corrupção em Minas Gerais, feito pela coordenação sindical e as oposições do Estado. E o fazemos, Sr. Presidente, porque, lamentavelmente, o Presidente Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte, vai a Minas Gerais, dorme na fazenda do Governador Newton Cardoso e,

o mais grave, declara que vai a Minas Gerais porque é para lá que converge a política nacional:

"A política do Brasil passa por Minas Gerais e passa por Newton Cardoso. Eu vim me aconselhar com ele numa hora difícil para o País, onde temos assuntos a resolver na Constituinte, de importância capital. Vim ouvir o seu conselho. Vim ouvir a sua palavra."

Disse o Presidente Ulysses Guimarães, e está transcrito na grande imprensa durante esta semana.

É importante que o Presidente Ulysses Guimarães — talvez por estar preso à Constituinte e não conhecer o que se passa na política de Minas Gerais —, é importante que S. Ex^a saiba que o Governador Newton Cardoso representa um atraso em termos de política mineira. O Presidente Ulysses Guimarães tem compromissos com as tradições históricas do seu partido, mas é lamentável que tenha compromisso com aquele que nenhum compromisso tem com a tradição de democracia e de liberdade que o PMDB sempre pregou.

É importante que a Assembléia Nacional Constituinte registre: o Governador Newton Cardoso não pode ser conselheiro de ninguém, muito menos do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Finalmente, faço um apelo ao Presidente Ulysses Guimarães. O único caminho para se garantir tenhamos o **quorum** permanente durante esta semana, inclusive no fim de semana, é que os horários de convocação da Assembléia Nacional Constituinte sejam efetivamente cumpridos e que o Presidente Ulysses Guimarães esteja sentado a essa mesa, no exato momento para o qual convocou o início da votação. Sabemos muito bem que este plenário só alcança número no momento em que o Presidente Ulysses Guimarães se senta aí.

É, no mínimo, uma desconfiança com o eminente Vice-Presidente, que neste momento preside esta Casa, e que deve, logo ao se sentar, fazer a convocação do **quorum**, para que possamos iniciar as votações e com isto cumprir o nosso compromisso de terminar rapidamente a aprovação do texto constitucional.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Jornal do Brasil — 22/8/88

ULYSSES ABRE CAMPANHA DO PMDB DE MINAS COM ELOGIOS A NEWTON

NOVA SERRANA, MG — Trazido, sábado à noite, a esta cidade de menos de 15 mil habitantes, onde o partido não faz um prefeito há 20 anos e que não levou nem 2 mil pessoas para ouvir o seu discurso, o presidente nacional do PMDB e da Assembléia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, praticamente deixou de lado o candidato à prefeitura municipal e passou a enaltecer o governador Newton Cardoso, depois de ser chamado por ele de "pai da Constituinte".

"Vim a Minas Gerais, vim a este ponto de encontro de toda a política nacional. A política do Brasil passa por Minas e passa por Newton Cardoso. Eu vim me aconselhar com ele numa hora difícil para o país, onde temos assuntos a resolver, na Constituinte, de im-

portância capital. Vim ouvir a seu conselho. Vim ouvir a sua palavra — declarou Ulysses.

Para Newton, o ponto alto do comício aberto às 21h5min com o discurso do candidato à Prefeitura de Nova Serrana, o empresário Paulo César de Freitas, foi quando Ulysses o qualificou um "professor" para se vencer eleições municipais e o pediu "por empréstimo" para a campanha em outros estados. "Eu gostaria, meus amigos, que vocês me emprezassem o Newton Cardoso, para eu levá-lo a outros estados, levá-lo para os municípios.

Ulysses, distante de um grande público — estava a 123km de Belo Horizonte e a 30km da fazenda Rio Rancho, em Pitangui, do governador, onde passou o dia de sábado e pernitoitou — testemunhou que o PMDB em Minas, sob o comando de Newton Cardoso, fará uma campanha em cima das velhas promessas. Em troca da eleição do empresário Paulo César, o governador prometeu construir um ginásio poliesportivo, calçar as ruas da cidade, afaltar uma estrada de 7km e construir dezenas de casa populares.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência sente-se no dever de prestar esclarecimentos ao nobre Constituinte Octávio Elisio e à Casa.

O 2º-Vice-Presidente Jorge Arbage e eu temos recebido sucessivas demonstrações de confiança do Presidente Ulysses Guimarães. A mim mesmo já me coube, em diversas oportunidades, presidir esta Casa, inclusive com aquela coincidência de se ter registrado a **vocatio legis**, por uma matéria polêmica, controversa, que suscitou aquele impasse e me obrigou a aplicar o Regimento com a inflexibilidade nele prevista.

Acredito que, se, coincidentemente, o processo de verificação de **quorum** se faz com o comparecimento do próprio Titular da Presidência, é porque S. Ex^a deseja, ele próprio, comprometido com o projeto de elaboração constitucional, no menor espaço de tempo possível, ele deseja dar uma opinião, menos à Casa e mais ao povo brasileiro, do seu desejo firme, inabalável, de terminar, no menor espaço de tempo possível, a feitura da nova Lei Fundamental do País.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Doreto Campanari.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Constituintes, quando o Governo inventou a URP, não podia pressentir que criava um dos mais sérios problemas da sua administração. Em primeiro lugar, porque teve de negá-la, por dois meses, ao funcionalismo em geral, em segundo lugar porque as autarquias mais poderosas enfrentaram, com greves e ameaças de greve, a disposição governamental.

Depois dos bancários e dos economiários, chegaria a vez dos Correios e Telégrafos, que representam, igualmente, um poderoso instrumento de pressão.

Diante da ameaça, o Sr. Antônio Carlos Magalhães nem sequer consultou o Ministro Mailson da Nóbrega, autorizando um reajuste de 35% dos vencimentos dos funcionários da Empresa Brasi-

leira de Correios e Telégrafos e do Sistema Telebrás.

Sabe-se, no entanto, que o Ministro da Fazenda não escondeu a sua estranheza, diante dos seus companheiros de equipe, onde 20 economizaram o que é gasto por 3 ou 4, os demais atolados em sua falta de iniciativa, até para gastar.

Diante disso, não mais seria possível ao Governo atrasar a devolução da URP ao funcionalismo.

O próprio Ministro da Fazenda reconhece que houve uma perda salarial acima da pressuposta, como decorrência do avanço acelerado da inflação, calculada em 16 a 18%, atingindo, porém, a casa dos 24%.

Como resultado disso, o funcionalismo perdeu de 30 a 35%.

Por outro lado, segundo o Ministro, obteve-se um resultado satisfatório no controle do **déficit** público no primeiro semestre, da ordem de 1%, que permitirá ao Governo rever aquela decisão.

A reação do funcionalismo contra a duplicidade de tratamento dos bancários, economiários e do sistema Telebrás já se fez sentir no Ministério da Agricultura, onde a Companhia de Financiamento da Produção cruzou os braços, provocando a suspensão da venda, em leilão, de mais de noventa e sete mil toneladas de arroz para a exportação.

Nesse contexto, vale assinalar a posição do ex-Ministro e banqueiro Mário Henrique Simonsen, que defende, intransigentemente, a reposição inflacionária integral das URPs.

Formando, claramente, ao lado da CUT.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PTB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Constituintes. O jornal **O Liberal**, edição de ontem, traz uma crônica do jornalista João Malato, a respeito da candidatura do Sr. Sahid Xerfan, que concorre, nas eleições de 15 de novembro próximo, ao cargo de Prefeito de Belém, pela Coligação PTB-PDS-PFL.

Os conceitos do respeitável jornalista sobre o candidato da Coligação do Povo têm o aval da grande maioria da população belenense, que já teve como Prefeito por alguns meses esse homem íntegro, idealista, de notável experiência no conhecimento da problemática que a cidade de Belém necessita solucionar, para tornar-se realmente "Pórtico da Amazônia".

Faço, pois, a transcrição do artigo do jornalista João Malato nos anais da Assembléia Legislativa Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Jornal O Liberal — 23-8-88

João Malato

UM ADMINISTRADOR A ELEGER

Neste horror insondável que a vida me deu, contra a política e os políticos da atualidade — nos quais só vejo mediocridade, velhacaria e cupidez aos dinheiros públicos —, eu acabo de passar por um eclipse da minha desesperança, ao ter conhecimento da indi-

cação do empresário Sahid Xerfan como candidato ao cargo de Prefeito de Belém.

E se cheguei a alegrar-me com a notícia, foi porque lembrei-me dos poucos meses em que esse cidadão, saído do comércio, e que não tenho a honra de conhecer pessoalmente, esteve no exercício daquele cargo — e surpreendeu pelo dinamismo, pela capacidade de ação administrativa, pelo desinteresse aos subsídios, de que abriu mão, e ainda pelo seu horror ao empreguismo em que os dois últimos prefeitos superlotaram a municipalidade, ao ponto de não haver, nos edifícios da Comuna, acomodações para agasalhar tantos protegidos.

A cidade de Belém, desde as fecundas administrações de Nélito Lobato, Stélio Maroja e Ajax de Oliveira, que se transformou num pantanal de empreguismo e de escadadas eleitorais, em que o trapézio para os grandes saltos do acesso político é sustentado pela economia do contribuinte, que paga impostos escorchantes, inclusive o predial. De como marcha a administração municipal, quem a pode expressar é a página de cartas e reclamações dos jornais diários da nossa capital, cujas fotos incontestes constituem um documentário envergonhante do estado de completo abandono a que estão relegadas as nossas ruas, não só as do subsúrbio, como as do centro da cidade, num claro desmentido à onerosa propaganda que os cofres municipais subvencionam em todos os instrumentos de divulgação — com o realce indispensável ao nome do prefeito. No curto período de tempo em que o Sr. Sahid Xerfan esteve à frente da administração municipal, a população sentiu que alguma coisa tinha mudado na rotina da coisa pública, com um maior aligeiramento dos setores essenciais, a partir da limpeza urbana e da frequência dos servidores em seus núcleos de atuação, sem mais aquela sensação de vazio e desinteresse que é comum de se respirar nas repartições prefeiturais, quando a autoridade do prefeito se anula com as suas preocupações eleitorais e o seu desejo de agradar a todos. Mas Sahid Xerfan, além do seu dinamismo administrativo que tornou famosos o seu traje de "safári" e a sua bota de cano alto, apta para enfrentar os lameiros dos subúrbios, fez uma coisa inédita neste País de ganhadores vorazes dos dinheiros públicos: — na mesma hora da sua posse, na Prefeitura de Belém, declarou que renunciava por inteiro a sua quota de proventos de titular desse cargo, a qual passou a reforçar a verba da limpeza pública.

Só esse gesto comoveu a comunidade — e colocou-o no ápice de um contraste: entre os prefeitos que enriqueceram no cargo e ele, que começava por desprezar os subsídios. Se isso não lhe garantir a vitória nas eleições de 15 de novembro —, então é porque tudo já está perdido neste País.

Da minha parte, só um compromisso eu espero dele: que faça retornar a todas as ruas do Bairro Comercial as milhares de lajes de lioz português que há 300 anos guarneciam os passeios da importante área urbana, — e que foram retiradas na última experiência

de calçamento tentada pelo conceituado Clube dos Lojistas.

Só em acreditar numa reparação dessas, já é uma crença de vitória.

Um telegrama do governador.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS) — Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Constituintes, no nosso Projeto de Constituição, no Capítulo que trata da Administração Pública, tem havido uma manifesta vontade por parte dos Srs. Constituintes de estabelecer certas regras moralizadoras na Administração Pública. E quando se trata de funcionário público, então, esta Casa tem sido drástica em aplicar regras severas, até punindo, muitas vezes, os funcionários. No entanto quando se trata dos serviços da administração pública, não encontro essa mesma intransigência.

Vou fazer uma referência, Sr. Presidente. Considero o § 1º do art.38 uma das coisas mais inteligentes, apropriadas, adequadas, oportunas que há nesse texto. Quando se propôs que:

"A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

Parece-me que este é um dispositivo altamente saneador, moralizador, restaura a dignidade do Serviço Público e, por isso, deve persistir. Mas existem propostas de supressão — aliás quase todos os artigos as tem.

O que me causa surpresa é que nos últimos dias isso se transformou em um assunto polêmico, inclusive dando motivo a que o Governador de São Paulo, pessoalmente, tenha telefonado para alguns Constituintes — e me parece que o Governador de Minas Gerais também — apelando para que não deixem constar esse dispositivo da Carta Magna.

Então, faço este registro e deixo minha discordância pessoal — se é que isto vale para alguma coisa, pois significa apenas um voto. Faço, entretanto, um apelo aos Srs. Constituintes, para que não cedam, não transijam, não sejam condescendentes neste ponto porque estaremos dando um recuo; estaremos permitindo que continue essa orgia de gastos públicos que existe, hoje no Brasil, em que qualquer administrador assume o seu cargo e não tem escrúpulos em esbanjar o dinheiro do contribuinte, em função da sua promoção pessoal, até preocupado com o seu futuro político e preparando o seu caminho, através de um culto personalístico, que sai muito caro para a Nação e que é pago pelo contribuinte.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo para que não votemos aqui a rejeição do § 1º do art.38.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB CE) Pro-nuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, S^{as} e Srs. Constituintes, a educação e o desenvolvimento regional são as vertentes de uma política de capital humano, que há de determinar indubitavelmente uma vontade nacional para o Estado brasileiro.

A educação, por encontrarmos-nos sozinhos ao centro de nossas graníticas plagas improdutivas, despídos de nossas roupagens intelectuais nordestinas, é o primeiro passo.

A fome entorpece a inteligência e embute a razão. A inteligência extinta não pode reverdecer subitamente; e, assim, não poderemos romper o círculo da miséria, de que nos fazem lendário no País e no exterior, senão pela educação.

A educação deve conduzir-se pelo ideal das tradições humanísticas. Ideal de educação que deve reconhecer e cultivar os valores humanos e o senso moral, e preparar o homem e a mulher para a escolha de caminhos que a vida lhes reserva.

A intensificação do implante das escolas agrícolas no País, diminuindo a distância entre o campo e a cidade, é um dos papéis mais importantes da ação econômica e social do Governo Federal, pelo que, por si, justifica a tese que pretendemos esboçar.

Devemos promover uma reforma estrutural e administrativa, e, por outro lado, uma democratização das atividades educativas no País.

Neste contexto, o ensino elementar é fundamental e prioritário, dando-se-lhe condições que permitam o mais cedo e da forma mais justa possível a determinação das vocações, porquanto aumenta continuamente o interesse por uma melhor formação escolar.

A frequência da escola deve ser gratuita em todo o País. Além disso, o Estado deve fornecer gratuitamente todos os livros escolares e conceder igualmente transportes grátis para a escola, bem como bolsas de estudo e subsídios de estudo e subsídios de residência estudantil. Deve-se, outrossim, regulamentar a cooperação democrática entre alunos, pais e professores, funcionando todas as escolas em regime de co-educação, em todo o País.

O desenvolvimento regional é fundamento da própria Federação, consequência esta direta das idéias libertárias inerentes à pregação republicana, há quase cem anos.

O desenvolvimento regional derruirá o fortalecimento dos grandes Estados brasileiros, que chamando a si a representatividade do momento nacional, impõem-se sobre as demais unidades da Federação, manipulando-as de acordo com as conveniências, e ampliando-se pela derrubada das instituições democráticas.

A derrocada do regionalismo dá-se em nome do nacionalismo, tolhendo-se as aspirações, os sonhos e as oportunidades caboclas, e traumatizando-se as lideranças mais jovens.

Quem não se lembra dos primeiros anos de escola, quando cheios de entusiasmos e orgulhos, percorríamos ávidos as páginas de nossa Geografia e os mapas de nossa Coreografia, e íamos anotando as nossas imensas riquezas naturais: nossas minas de ouro; as nossas quedas d'água e nossos rios piscosos, nossos solos e florestas tropicais; nossos índios e nossos caboclos.

Daquelles tempos, vem a justificada alegria, com que passamos a querer mais o Brasil e a amar com intensidade nossos compatriotas. Daí o quadro que desejamos contemplar, não o do papel e o dos projetos dos nossos idealistas, mas o representado pelos nossos 8.500.000 quilômetros quadrados, desgraçadamente, vividos em torno do Equador, lutando contra a agressividade das condições tropicais a que estamos submetidos.

E este fato é que nos dá a plena convicção de que somente a forte empresa agrícola, desfru-

tando das vantagens da produção em larga escala, poderá proporcionar ao nosso povo a prosperidade que o Governo e todos lhe almejamos

Por isso, é que propomos, mui sinceramente, ao Presidente José Sarney, a criação de uma política de capital humano, como instrumento capaz de melhorar a produtividade dos serviços do Estado brasileiro.

Pessoalmente, julgamos oportuna esta política de capital humano, cujos princípios, em termos econômicos, não se chocam com a concepção da moderna economia que é justamente a do emprego de recursos, sem restrições de gastos, contanto que eles sejam de natureza reprodutiva.

Confessamo-nos, ainda, de acordo com a política do Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, porém assustam-nos as medidas de restrição de gastos para os setores educação, agricultura, saúde, transportes urbanos, tanto mais quanto já nos tem demonstrado a experiência que em tais circunstâncias é sempre a produção e o homem os mais afetados

Ora, nada mais nefasto à vida econômica do País, nessa contingência em que nos encontramos, sem produção para exportar e, consequentemente, sem divisas para importar, inter-regional e mundialmente, do que o apriorismo: "...gastar pouco."

Urgem, pois, medidas conciliadoras do interesse administrativo com as dos servidores e trabalhadores que mourejam na construção do Estado e da Nação brasileira, no campo econômico-financeiro.

Como se vê, o bom êxito a ser alcançado pelo Governo Federal residirá na implantação de uma política de capital humano, que não vejo o homem apenas como recurso abundante e descartável

É um imperativo de ordem moral e prática, além de econômica, tal política de capital humano.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. RUY NEDEL (PMDB — RS Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o art. 18, em seu § 4º, deixa para as instituições estaduais e leis estaduais a questão das emancipações nos diversos Estados do País. A formação de municípios não será mais da competência da União

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o IBGE enviou dados ao Procurador-Geral da República, Dr. Sepúlveda Pertence, sobre municípios do Estado do Rio Grande do Sul, dados populacionais de um censo realizado em 1980, com estimativa feita de mais de três anos. Pedimos aqui que a Procuradoria Geral da República e o próprio IBGE deixem de lado esse tumulto e aguardem a promulgação da nova Carta Magna, que está prestes a ser promulgada, e aí será da competência das leis estaduais essa questão, e teremos certeza de que os municípios do Rio Grande do Sul terão os seus pleitos, pois já têm os candidatos nas ruas, e estão fazendo as suas campanhas municipais, e esses municípios terão a sua personalidade jurídica com nova instalação da prefeituras a partir de 1º de janeiro do próximo ano. (Muito bem!)

O SR. ITAMAR FRANCO (MG — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, leio, para que conste dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte, ofício do Sindicato

dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte.

Sindicato dos Empregados
Em estabelecimentos Bancários
De Belo Horizonte

Belo Horizonte, 18 de agosto de 1988
Prezados Senhores, (Senador Itamar Franco)

O funcionalismo dos bancos estaduais mineiros (Credreal, Minas Caixa e Bemge) vêm vivendo momentos de grande apreensão com as várias notícias, que vêm sendo veiculadas na imprensa, da disposição do Governo do Estado de implantar profundas mudanças no sistema financeiro do Estado. Não bastassem os baixos salários, o emprego de milhares de pais de família está ameaçado

As notícias são das intenções de privatizar, liquidar ou fundir o Credreal com o Bemge; de transformar a Minas Caixa em Carteira de Habitação do Bemge ou fundi-la com a Caixa Econômica Federal, etc. São várias propostas e alternativas que estão sendo anunciadas. Todas com um ponto em comum: não vêm passando por nenhuma discussão na sociedade ou com os funcionários das instituições.

O Credreal e a Minas Caixa são instituições centenárias, com longa folha de serviços prestados à comunidade mineira.

Abro um parêntese, Sr. Presidente, para dizer que o Credreal foi fundado há mais de cem anos, na cidade de Juiz de Fora.

"As preocupações do funcionalismo com a defesa do emprego passam pela defesa destas instituições. A intervenção do Banco Central não se justifica e o texto em anexo esclarece e demonstra a viabilidade financeira destas instituições

Entendendo que a defesa destes bancos é uma tarefa do conjunto das entidades e instituições representativas do povo mineiro, o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte toma a iniciativa de chamar todos os interessados para formar um Comitê de Defesa dos Bancos Estaduais mineiros

É nosso propósito lançá-lo no próximo dia 25, às 18:00 horas, na sede do nosso Sindicato. Esperamos contar com o efetivo engajamento de V. Sªs neste Comitê, sendo indispensável a presença de todos neste evento

O papel que o Comitê pode assumir é imensurável e um deles, o de evitar a privatização ou a liquidação destas instituições, mantendo-as e resgatando-lhes o papel social que desempenharam até hoje.

Atenciosamente,

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte — Associação dos Servidores da Minas Caixa — **Marcelo José D'Agostini**, Presidente — **Antonio Sergio de Melo Braz**, Presidente."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dentre outros erros e equívocos que o Plenário da Assembleia Nacional Constituinte cometeu em suas decisões, acrescentou-se hoje pe-

la manha mais um, quando foi derrotada a Emenda dos nobres Constituintes Jarbas Passarinho e Gerson Peres que estabelecia a vitaliciedade para os Ministros do Tribunal de Contas.

Sr. Presidente, constitui um erro, porque, quer-me parecer, a vitaliciedade, uma tradição de mais de cem anos na vida do nosso País, é uma condição que tem sido assegurada a todos os Membros de todas as Cortes, que têm a difícil missão de julgar, quer no Judiciário, quer nos Tribunais de Contas.

O mandato de seis anos acabou sendo colocado no primeiro turno, em função da impossibilidade que ocorreu na ocasião de um entendimento para se assegurar ou a vitaliciedade ou um mandato maior de 8 anos; 8 ou 6 anos, de qualquer forma implicaria numa falha, num erro, que seria corrigido neste segundo turno, e que acabamos de ver, agora, lamentavelmente posto em prática. A tranquilidade que os Ministros devem ter para o julgamento e apreciação das contas, está aí no exame do dia-a-dia de tudo quanto é tipo de pressão que se nota, que se percebe na vida política administrativa do País — um País onde reina a impunidade, um País onde o Governador como Orestes Quércia — e a imprensa ainda hoje noticia — consegue destituir um delegado da Polícia Federal que está realizando inquérito em processo de corrupção no Banespa.

Ora, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas, na medida em que crescer a responsabilidade do próprio Congresso Nacional na sua missão de fiscalização, também vai crescer a responsabilidade do Tribunal de Contas; na medida em que crescer o jogo democrático, o Tribunal de Contas também deverá ter um papel ainda mais importante a desempenhar na transparência das contas públicas.

Lamentavelmente, esta Assembleia Nacional Constituinte, hoje pela manhã, quero crer mais em razão do baixo **quorum** no momento em que foi colocada em votação — pois a aprovação da emenda requeria 280 votos — do que propriamente por um consenso dentro e fora da Casa, deixou de acolher emenda que seria sumamente eficaz e necessária, por isso mesmo importante e indispensável.

Era, Sr. Presidente, o registro que eu queria fazer na oportunidade, lamentando, efetivamente, que se some mais um erro, mais um equívoco, entre outros que a Assembleia Nacional Constituinte já cometeu neste segundo turno (Muito bem! Palmas)

O SR. JORGE UÊQUED (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes, o Governo Federal tem errado reiteradamente na escolha dos reitores das universidades brasileiras, porque tem descumprido as listas que lhe são enviadas, deixando de escolher os nomes que vêm em primeiro lugar na lista, sem nenhuma explicação à sociedade. Dir-se-á que o Presidente da República tem o direito de optar entre os seis nomes que compõem a lista, mas o Presidente tem o dever de respeitar a vontade da maioria das universidades na escolha daqueles que vão dirigir as entidades. Não o tem feito ultimamente. Tem criado alguns problemas, como na Bahia, e agora no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, funcionários, professores e estudantes da Universidade Federal do Rio Grande

do Sul escolheram, na soma total de votos, o Professor Alceu Ferrari para dirigir aquela instituição. Lamentavelmente, o Presidente da República continuou errando ao deixar de escolher este nome para chefiar a universidade.

Não conhecia pessoalmente o Professor Alceu Ferrari até à data da sua escolha. Passei a conhecê-lo e a reconhecê-lo como um cidadão competente, um profissional especializado, um professor dedicado, um homem do melhor valor para a sua sociedade. A sua votação exprimi o desejo de estudantes, professores e funcionários em tê-lo como dirigente da Universidade.

Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu protesto pela insensibilidade do Presidente da República na escolha dos reitores das universidades, não obedecendo à classificação das listas que lhe são enviadas e não dando nenhuma explicação à sociedade, porque não segue a orientação eleitoral daquilo que foi determinado entre professores e alunos das universidades federais. (Muito bem!)

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, deixo registrados nos Anais desta Assembleia Nacional Constituinte os motivos que me levaram, pela primeira vez, desde a abertura dos nossos trabalhos, a faltar várias das nossas sessões. Subitamente fui obrigada a viajar para o Rio de Janeiro, porque houve um problema de saúde com a minha mãe e imediatamente desloquei-me para lá. Graças a Deus, ela já está em fase de recuperação e já pude retomar, aqui, os nossos trabalhos.

Agradeço aos meus Colegas que, na minha ausência, explicaram essa viagem súbita e inesperada, principalmente ao Presidente Ulysses Guimarães, aos Companheiros da Mesa, aos Companheiros do meu Partido, a vários amigos que temos aqui na Casa, assim como os telefonemas, a solidariedade e os votos de pronto restabelecimento. Enfim, agradeço essa corrente positiva para que, de fato, a pessoa mais preciosa que tenho na vida possa voltar a estar em ótimas condições. Por ter ficado longe, apresentei várias vezes desculpas às pessoas que me perguntavam, e me diziam: como é que você larga o trabalho da Constituinte e fica dez dias fora, no Rio de Janeiro? Pude responder, sem qualquer sombra de remorso, que Constituições o Brasil já teve oito, e mãe maravilhosa só tenho aquela!

Sr. Presidente, também aproveito o ensejo para pedir à Mesa que, nos trabalhos de hoje, coloque, finalmente, em votação a emenda que diz respeito aos dois turnos de eleições para prefeitos municipais nas cidades com mais de 200 mil eleitores. Este assunto não é mais passível de qualquer acordo entre lideranças de partidos. Este assunto não consegue acordo nem dentro dos próprios Partidos. Dentro do PFL, temos Companheiros nossos lutando para que a eleição seja apenas em um turno, porque este é o seu interesse nas suas Capitais; e temos os que querem as eleições em dois turnos, porque são os seus interesses nas outras Capitais. O mesmo acontece no PMDB, no PSDB, no PDS, no PTB, no PC do B, enfim, em todos os Partidos aqui representados, que têm grupos, que querem uma eleição em dois turnos, o que significa vantagem, e para alguns uma eleição em dois turnos significa um obstáculo.

Ora, se esta matéria já foi exaustivamente debatida, foi objeto de acordo, consta do texto do pri-

meiro turno e não há acordo, não vejo mais nenhum motivo para que esteja sendo jogada para votações futuras. Esta matéria já está ultrapassada e não temos mais o que discutir. E nós que somos a favor da manutenção do texto do primeiro turno, que queremos as eleições em dois turnos, porque achamos que a democracia no Brasil precisa prevalecer sobre os casuísmos; nós que achamos que a vontade do eleitor deve ser mais respeitada do que as eventuais conjunturas que cercam determinadas candidaturas, estamos realmente sentindo que a manobra só está sendo feita porque há pressões políticas poderosas neste sentido.

Sendo assim, Sr. Presidente, em nome do PFL do Estado do Rio de Janeiro, em discordância em relação às posições da Liderança do PFL nesta Casa, estou solicitando, em meu nome e em nome de toda a minha Bancada, seja colocada em votação, ainda hoje, a matéria referente aos dois turnos. Quem está interessado em derrubar aquilo que foi acordado e votado nesta Casa, que coloque aqui dentro os 280 votos regimentais que lhes são exigidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr.^a Constituinte Sandra Cavalcanti, o Sr. Mauro Benevides, 1.^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2.^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr.^a Constituintes, hoje, pela manhã, realizou-se no Salão Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, importante manifestação reunindo entidades da área da saúde de todo o Brasil, que propugnam pela manutenção do art. 204, § 4.^o, do Capítulo da Saúde, que prevê a proibição da comercialização do sangue e dos hemoderivados. Já sabíamos, inclusive foi bastante discutido no momento da votação do primeiro turno, da importância desse artigo. No entanto, nesse meio tempo, uma série de colocações foram trazidas aos Constituintes, inclusive chegaram até ao Relator Bernardo Cabral, o que levou a dar parecer pelo acolhimento parcial de emendas que derrubaram a proibição da comercialização do sangue que diziam que o Estado brasileiro não tinha capacidade de assumir essa tarefa de desenvolver a distribuição do sangue por todo o País e, muito menos a possibilidade de desenvolver a indústria dos hemoderivados.

Essa manifestação — com a presença de autoridades da área da saúde de todo o País, inclusive representantes dos hemocentros, centros oficiais que tratam da coleta e distribuição de sangue em vários Estados — veio responder, calmamente, a essas preocupações.

Neste momento, apelo ao Relator Bernardo Cabral para que tome conhecimento desse relatório, com o referendo do Conselho Federal de Medicina, que dá integral respaldo à decisão da Constituinte de proibir a comercialização do sangue e dos hemoderivados.

Já sabíamos da importante contribuição que esse atual descalabro do comércio do sangue no Brasil dá para os altos índices de comercialização de AIDS no País. Isso sabíamos e já foi

discutido. O Rio de Janeiro, por exemplo que é o local do País onde há mais bancos de sangue privados, é o Estado brasileiro onde os casos de AIDS por transfusão alcançam a cifra de 18%, índice não atingido em lugar nenhum do Mundo. Já sabíamos disso.

A partir desses dados técnicos, obtiveram algumas informações que são muito importantes para o conhecimento dos Constituintes, particularmente para o conhecimento do Relator Bernardo Cabral.

Primeiro, o Brasil tem plenas condições técnicas de produzir os hemoderivados. Deve dizer que o Hemocentro de Pernambuco, o Homope, é o principal produtor, atualmente, no Brasil, da albumina. Assim, o Brasil tem capacidade técnica para produzir os hemoderivados. Não produz porque o Governo não investe os recursos necessários, mas há capacidade técnica.

Em segundo lugar, ficamos sabendo que o Brasil tem 23 mil bancos de sangue privados — Paris tem apenas três bancos para toda a cidade. Há no Brasil um grande desperdício de plasma, o subproduto da coleta do sangue, matéria-prima de primeira necessidade, caríssima, e que é jogada fora.

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, ficamos sabendo também que nunca foram criadas condições para que o Brasil seja independente neste setor. O Brasil, que é totalmente dependente, exporta hemoderivados. Vejam bem que contradição: o Brasil depende 90% de importações, porque não desenvolve indústria própria neste campo; no entanto, exporta o material que é fabricado aqui, o que é um contra-senso, o que é um absurdo total.

Então, apelamos aos Sr.^s Constituintes que entrem em contato com esse relatório referendado pelo Conselho Federal de Medicina, a fim de que a Constituinte mantenha a posição de proibição da comercialização do sangue e dos hemoderivados; e que o Relator Bernardo Cabral, em contato com esses novos dados, mude o seu parecer de acolhimento parcial das emendas que suprimem essa proibição.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faço questão de registrar que esta é a primeira vez que tenho oportunidade de falar no período de comunicações breves. E por que decidi fazê-lo? Porque saí um pouco traumatizado, à uma hora da tarde, desta Casa, no momento em que verifiquei, com **quorum** baixo, que tivemos emendas apresentadas que foram votadas e não receberam 280 votos, para fazer com que todos os juízes do Tribunal de Contas da União sejam vitalícios.

Falo isso muito fraternalmente para a esquerda brasileira, e excluo o PDT, que teve a lucidez de abrir a questão na sua Bancada, enquanto as outras áreas da esquerda fecharam a questão e criaram, com isso, a possibilidade de termos dois tipos de ministros, por enquanto: o Ministro de Primeira Classe, que será vitalício, e o Ministro de Segunda Classe, que terá mandato.

A carne é fraca, Sr. Presidente, todos sabemos disso, e o que pode acontecer exatamente é que o Ministro que tenha um mandato de seis anos, quando ele vai fazer a fiscalização dos atos do Governo — ele é que vai ser o fiscal do Governo

—, devia ter a garantia da absoluta tranquilidade para fazer esse julgamento

Nós, aqui, não abrimos mão da nossa imunidade, da nossa inviolabilidade, nas palavras, nos atos, nos votos e opiniões que temos. E quando não damos vitaliciedade a um Juiz que vai julgar os atos do Governo, podemos jogar esse Juiz nos braços do próprio Governo, para com esse Governo negociar, não a sua recondução, porque vai ser proibida, mas o seu aproveitamento em outras áreas do Poder Executivo.

Isso me parece extremamente prejudicial ao próprio Tribunal de Contas da União. Haverá, entretanto, uma oportunidade para que essa opacidade da esquerda de hoje se transforme em transparência amanhã, porque ainda há uma emenda apresentada pelo Senador Cid Sabão de Carvalho que vai proporcionar à Casa o reexame da matéria sob outro ângulo, e, nessa ocasião, espero que as esquerdas pensem um pouco melhor sobre aquilo que elas hoje fizeram nesta Casa.

Aproveitando de um **quorum** baixo, não tivemos a possibilidade de fazer com que todos os Ministros do Tribunal de Contas da União tenham o mesmo tipo de qualidade, ou seja, vitaliciedade para todos.

É um apelo que faço. Provavelmente amanhã, Sr. Presidente, quebrarei outro recorde pessoal — até agora não perdi uma única sessão da Constituinte. Em abril aceitei um compromisso — voltado para o dia 25 de agosto, lembrei-me de minhas origens de vida militar — para falar sobre Duque de Caxias, que alguns agora já pretendem seja apenas um escravocrata. Assumi esse compromisso e tenho que falar no Ceará. Amanhã não estarei aqui. Provavelmente essa matéria voltará à votação amanhã, razão pela qual pedi esta oportunidade que me foi dada pelos Constituintes Siqueira Campos e César Maia, para usar da palavra neste instante e fazer um apelo à esquerda brasileira, para que não repita o seu procedimento de hoje. Reflita melhor sobre o futuro do Tribunal de Contas da União. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CELSO DOURADO (PMDB — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sei que o nosso compromisso maior é com o trabalho da Constituinte e que todos devemos estar concentrados e totalmente envolvidos, dando presença absoluta a este trabalho.

Sr. Presidente, as aflições e os gritos do homem do campo e do sertão, muitas vezes, chegam até nós. Diariamente somos procurados, de muitas formas, para repartir com eles algumas de suas aflições.

Sr. Presidente, o que me traz aqui é uma palavra sobre a política agrícola, sobretudo o problema do Proagro, que não é um seguro para o agricultor, mas um seguro para os banqueiros. Há algumas deformações nesse programa que precisam ser analisadas e urgentemente corrigidas. A primeira delas é a seguinte: no contrato de custeio agrícola é pago sempre 2% do contrato para a assistência técnica. Esta, porém, não existe, mas na hora do julgamento do processo, quando o agricultor perde a sua safra, muitas das vezes ele é penalizado, porque não cumpriu determinadas orientações técnicas — orientações que nunca recebeu, apenas pagou. E o seguro para débito do banqueiro lhe é negado, porque ele cometeu algumas faltas relacionadas com o procedimento

técnico. Isto está acontecendo, sobretudo, no sertão da Bahia, na região de Irecê. A segunda deformação, ainda relacionada com o Proagro: o julgamento sempre é feito vários meses depois da colheita. Acontece que o agricultor, sobretudo o pequeno agricultor, retira apenas a parcela da semeadura, mas o processo é deliberadamente, às vezes, atrasado. Ele não retira mais nenhuma parcela, mas, depois, o Proagro lhe é negado e àquela parcela relacionada com a colheita, o mínimo que roduto. Isto está levando muito dos pequenos agricultores à falência. É preciso que tomemos providência. Esta política agrícola do Governo está absolutamente equivocada e é preciso corrigi-la, senão teremos uma verdadeira falência no campo, sobretudo uma frustração total. E o homem desanimado vai de novo procurar as grandes cidades, para viver em precárias condições. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Antes de passar a palavra ao próximo orador, esta Presidência solicita aos Srs. Constituintes que estejam em seus Gabinetes ou em outras dependências do Congresso Nacional, compareçam ao Plenário, pois que, dentro de alguns minutos, será realizada a verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Tem a palavra o Sr. Constituinte César Maia

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tenho em mãos um manifesto da Associação dos Servidores da Financiadora de Estudos e Projetos, a Finep, em defesa dessa instituição. Leio seu texto, e faço dele as minhas palavras.

EM DEFESA DA FINEP

Fomos surpreendidos com as notícias publicadas nos jornais sobre a possível extinção da Finep — Financiadora de Estudos e Projetos, empresa do Ministério da Ciência e Tecnologia e principal agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico.

A proposta de extinção da Finep não é uma medida isolada ou de caráter exclusivamente administrativo. Esta proposta nociva, e o conseqüente desmantelamento de toda uma equipe de uma trama maior de enfraquecimento do MCT, visa atingir a política em favor da autonomia tecnológica do País em áreas estratégicas e decisivas para o futuro do País. A outra face desse processo é a crescente submissão aos banqueiros internacionais, a privatização de importantes empresas estatais e a instalação das ZPE.

Nos últimos 21 anos, a Finep foi a principal responsável pela criação e consolidação da infra-estrutura material e institucional para a pesquisa na maioria das áreas de conhecimento e nos setores mais importantes da tecnologia moderna. Contribuiu de forma decisiva para a formação de pesquisadores e especialistas, para a renovação de processos e produtos em áreas estratégicas como a informática, bem como na nacionalização de equipamentos e no melhor conhecimento e aproveitamento de nossos recursos naturais.

Além disso, a Finep apresenta uma característica que a distingue de todas as demais empresas e que a torna indispensável. É uma

empresa pública que, ao financiar o desenvolvimento tecnológico de empresas nacionais, promove a articulação das universidades e institutos de pesquisa com as necessidades do parque produtivo nacional.

A defesa da Finep passa pela compreensão de que não haverá progresso social duradouro sem autonomia política e econômica. E esta não se constrói sem apoio firme aos esforços para desenvolver uma ciência e tecnologia nacionais.

Por estas razões os servidores públicos da Finep, através de sua Associação, conclamam todos aqueles comprometidos com o desenvolvimento nacional, principalmente a comunidade científica e tecnológica, a lutar pela integridade e permanência deste órgão que é patrimônio da sociedade brasileira. Por fim, solicitamos a todos que, individualmente ou através de sua entidade, enviem, urgente, telegramas em defesa da Finep ao Presidente José Sarney e aos Ministros Mailson da Nóbrega, João Batista de Abreu e Ralph Biasi.

Certos de seu apoio e solidariedade, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

Sergio Murilo Calzavara Alves, Presidente da Assoc. dos Serv. da Finep.

Durante o discurso do Sr. Constituinte César Maia, o Sr. Mário Maia, 2º-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Vasco Alves.

O SR. VASCO ALVES (PSDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estivemos ontem, aqui, nesta tribuna, para denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Governo do Estado do Espírito Santo, que utilizou um aparato repressivo, sem precedente em nosso Estado, para reprimir uma manifestação estudantil em protesto contra o aumento do preço das passagens dos transportes coletivos da Grande Vitória. A atitude do Sr. Governador do Estado, que colocou a Polícia Militar com bombas e casquetes nas ruas, usou até a Polícia Federal, montando uma praça de guerra de fazer inveja aos mandatários da época do regime militar, mereceu repúdio unânime da comunidade capixaba.

Volto, hoje, a esta tribuna, Srs. Constituintes, para solicitar a transcrição, nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte, da nota divulgada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, a respeito das arbitrariedades cometidas contra os estudantes, que passo a ler:

“A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, em face das últimas ocorrências que atingiram estudantes em manifestação contra o aumento dos preços das passagens de ônibus, comparece perante a opinião pública para expor o seguinte:

a — O procedimento policial e a operação de repressão aos estudantes com uso de bombas de efeito ofensivo, além de pancadas de cassetete intoleráveis, merecendo o mais veemente repúdio;

b — Recentemente a Polícia Militar praticou uma injustificável violência, exportando menores

pobres desta cidade para o Estado do Rio de Janeiro, colimando, assim, a prática sistemática de violência contra menores carentes;

c — Num episódio recente dos ônibus, também, a Polícia Federal praticou violência, mantendo menores presos e impedindo o acesso de advogados.

Todas essas violências revelam a persistência do quadro de arbítrio do Estado que caracterizou o regime militar.

Exigimos a apuração das responsabilidades, a presença do Ministério Público nas investigações, a participação dos Juizados de Menores, que não pode omitir-se, e uma posição pública do governador declarando se a violência e o arbítrio constituem ou não o fundamento da Política da Segurança Pública de seu Governo."

Amanhã, Srs. Constituintes, está prevista mais uma manifestação estudantil, e reina grande expectativa quanto à reação do Governo do Estado. Os ânimos estão bastante acirrados. Há fortes preocupações com relação ao iminente choque entre o povo e as forças policiais.

Em razão disto, convido o Sr. Governador Max Mauro, a repensar os seus deveres de homem público, e desde logo, se houver alguma agressão aos estudantes, o Sr. Governador será o único responsável. (Muito bem!)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dou conhecimento à Casa de expedientes que dirigi, hoje ao Ministro Aureliano Chaves, ao Presidente Mário Bhering, da Eletrobrás, e ao Presidente Miguel Rodrigues Nunes, da Eletronorte, reivindicando a concessão da prioridade e imediata construção da Hidroelétrica do Lajeado, com o aproveitamento do potencial hidráulico das Corredeiras dos Pilões, do Rio Tocantins, situadas entre os Municípios de Miracema, Tocantínia e Porto Nacional, na área central do novo Estado do Tocantins

A construção da Hidroelétrica do Lajeado fortalecerá muito a economia do Estado do Tocantins, bem como do Norte e Nordeste do País, e colocará o nosso sistema energético em condições de atender ao crescimento da demanda de energia elétrica decorrente da criação do Estado do Tocantins e de integração com o Nordeste e com a Amazônia

Dentre em breve manterei audiências com as autoridades a que hoje me dirijo, para discutirmos as razões que justificam a imediata construção da Hidroelétrica do Lajeado.

Estou certo de que venceremos mais essa luta pelo desenvolvimento das ricas regiões do Estado do Tocantins.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

Exm^o Sr.
Ministro Aureliano Chaves
Ministério das Minas e Energia
Brasília — DF

Cumprimentando o eminente Ministro, transmito-lhe apelo no sentido de ser dada prioridade e adotadas providências para o início imediato da construção da Hidroelétrica Lajeado, no rio Tocantins, entre os municípios de Miracema do

Norte, Tocantínia e Porto Nacional, com aproveitamento do potencial das Corredeiras dos Pilões. Com a criação do Estado do Tocantins e integração de sua área aos grandes centros populacionais do Nordeste e às regiões Amazônicas, crescerá muito a demanda de energia elétrica. Após a construção das Hidroelétricas do Parnaíba e de Tucuruí, parece-me atender melhor aos interesses regionais e nacionais a construção da hidroelétrica do Lajeado, em face de sua localização e potencial. Fico na expectativa da decisão do eminente Ministro, que conta com a confiança do povo tocaninense.

Atenciosas saudações, Deputado **Siqueira Campos**.

Exm^o Sr. Dr. Miguel Rodrigues Nunes
DD. Presidente da Eletronorte
Brasília — DF

Cumprimentando o ilustre Presidente, solicito-lhe exame da possibilidade de ser concedida prioridade para construção da Hidroelétrica de Lajeado, com aproveitamento do potencial hidráulico das Corredeiras de Pilões, situadas entre os municípios de Miracema do Norte, Tocantínia e Porto Nacional. Com a criação do Estado do Tocantins e a sua consequente integração aos grandes centros urbanos do Nordeste e as vastidões amazônicas, crescerá muito a demanda de energia elétrica. Após construídas as hidroelétricas do Parnaíba e de Tucuruí, certamente será melhor para os interesses regionais e nacionais construir a Hidroelétrica de Lajeado, que excitará a economia do Estado do Tocantins e do País.

Atenciosamente, Deputado **Siqueira Campos**

Exm^o Sr. Dr. Mário Pinna Bhering
DD. Presidente da Eletrobrás
Rio de Janeiro — RJ

Cumprimentando o ilustre Presidente, solicito-lhe exame da possibilidade de ser concedida prioridade para construção da Hidroelétrica de Lajeado, com aproveitamento do potencial hidráulico das Corredeiras de Pilões, situadas entre os municípios de Miracema do Norte, Tocantínia e Porto Nacional. Com a criação do Estado do Tocantins e a sua consequente integração aos grandes centros urbanos do Nordeste e as vastidões amazônicas, crescerá muito a demanda de energia elétrica. Após construídas as hidroelétricas do Parnaíba e de Tucuruí, certamente será melhor para os interesses regionais e nacionais construir a Hidroelétrica de Lajeado, que excitará a economia do Estado do Tocantins e do País.

Atenciosamente, Deputado **Siqueira Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Amaldo Faria de Sá) — Antes de conceder a palavra ao nobre Constituinte Jamil Haddad, informamos que o Presidente Ulysses Guimarães já está no plenário, vai assumir a Presidência e procederá à verificação de **quorum**.

Portanto, os Srs. Constituintes que estiverem em seus Gabinetes dirijam-se ao plenário.

Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Jamil Haddad

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desde cedo tenho feito contatos telefônicos com o Ministro Mailson da Nóbrega, com o Ministro Almir Pazzianotto, no sentido de tentar-

mos os canais de comunicação para uma tentativa de solução da greve do pessoal de processamento de dados, da Dataprev, da Datamec e do Serpro.

Violências têm sido cometidas, pois já foram demitidos cerca de 300 funcionários do Serpro.

Passo à leitura de documento do Presidente da Associação dos Funcionários do Banco Central — DF, encaminhado ao Sr. Cincinato Rodrigues de Campos:

"Em nome dos funcionários do Banco Central, lotados em Brasília, repudiamos a conduta de V. S^a no desenrolar pacífico, democrático e ordeiro do movimento grevista dos trabalhadores dessa empresa."

Sabemos que há uma intransigência por parte do Governo em não querer aceitar a negociação com os funcionários do Serpro.

Faço um apelo patético a S. Ex^a o Sr. Ministro Mailson da Nóbrega, para que receba uma Comissão de Parlamentares, a fim de negociar o fim desta greve, que vem prejudicando o Serviço Público, como vem deixando intranquilos centenas e milhares de famílias. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ORADOR:

Ao
Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados — Serpro
Sr. Cincinato Rodrigues de Campos

Em nome dos funcionários do Banco Central, lotados em Brasília, repudiamos a conduta de V. S^a no desenrolar do pacífico, democrático e ordeiro movimento grevista dos trabalhadores dessa empresa.

V. S^a, além de fugir de toda e qualquer tentativa para solucionar o impasse da greve, deflagrada no dia 11, ainda demite e intimida o funcionalismo do Serpro com métodos truculentos, típicos do período negro da ditadura.

Lamentamos profundamente que V. S^a sequer se preocupe, quando toma tais atitudes, com o fato de estar denegando a imagem do Banco Central, empresa que possibilitou a V. S^a crescer como administrador e cimentar as relações que lhe permitiram galgar o importante posto que atualmente ocupa.

A conduta de V. S^a causa escárnio aos seus colegas do Banco Central e contribui para, mais uma vez — e infelizmente — notabilizar o banco como uma espécie de exportador de carrascos para os outros órgãos do Governo, pessoas que se esmeram em cumprir à risca toda política de sabotagem as empresas estatais, violentando diretamente o seu principal patrimônio: os trabalhadores.

Afonso Magalhães, Associação dos Funcionários do Banco Central/DF — Presidente

Durante o discurso do Sr. Constituinte Jamil Haddad, o Sr. Amaldo Faria de Sá, 3^a-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra a nobre Constituinte Abigail Feitosa

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs. Constituintes, além de ser classificado em todas as pesquisas de opinião como o Presidente da República mais impopular e com os menores índices de credibilidade de toda a nossa história, o Sr. Sarney detém agora o título de "Presidente-camaleônico", porque, a exemplo daquele réptil, muda de posição como quem troca de roupa.

Agora, o Sr. Sarney deixou de atacar a Constituinte Depois de derrotado por ela, foi para as emissoras de rádio dizer que já tinha determinado ao seu Ministério para proceder, na ação e no planejamento governamentais, em sintonia com os dispositivos do novo texto constitucional, porque não quer ser acusado de estar obstando a execução dos preceitos nele contidos.

Ora, Sr. Presidente, o exercício da Presidência da República e os encargos dele decorrentes exigem do seu ocupante, antes de mais nada, firmeza de decisões. Não é possível que o chefe de Estado de uma nação se mostre indeciso e reticente como o Sr. Sarney, porque a sua insegurança acaba se transferindo a todo o País e a todos os brasileiros.

A grande verdade é que o Sr. Sarney perdeu a maior oportunidade que um brasileiro já teve, que foi a de conduzir o processo constituinte e entregar o País reinstitucionalizado ao seu sucessor. Não teve grandeza para perceber o momento político e histórico que o Brasil estava vivendo. Aliou-se a forças do obscurantismo e do retrocesso, entregou a alma a falsos amigos e pretensos conselheiros.

Hoje, amarga todos esses títulos negativos; queiram os céus que fique por aí, porque já basta o mal que fez ao País e ao povo brasileiro

O SR. OSWALDO TREVISAN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs. Constituintes, a questão da dívida externa dos países do Terceiro Mundo, aí incluído o Brasil, é sempre um tema a passionizar os espíritos e a radicalizar posições.

Quando nosso Governo suspendeu o pagamento dos juros devidos ao sistema financeiro internacional, ato devido como sendo uma "motratória técnica", motivada pelo esgotamento de nossas reservas cambiais, passou a sofrer os mais virulentos ataques de setores estreitamente ligados aos nossos credores, em especial de antigos ministros e tecnocratas do regime passado, que foi o maior responsável pelo elevadíssimo patamar do endividamento brasileiro.

Com o passar do tempo e após sucessivas mudanças de gestores da economia nacional, o mesmo governo proclama entusiasticamente o "reingresso do País ao seio da comunidade financeira internacional", repetido chavão a acenar com o ingresso de novos recursos externos sem os quais o caos seria inevitável em curto prazo. Mesmo sem selar um acordo definitivo nas negociações da dívida, o Governo não hesitou em efetuar substanciais pagamentos, o maior deles da ordem de US\$ 1 bilhão, e estimular o aumento das exportações no propósito de obter maiores saldos comerciais para gerar meios cambiais ao resgate de elevadas parcelas do serviço dessa mesma dívida.

Não hesitou, igualmente, em promover violenta recessão da economia e perverso achatamento salarial, simplesmente para satisfazer os ditames

do Fundo Monetário Internacional e dos bancos credores

Enquanto os ministros da Fazenda e do Planejamento se vangloriam de estar encaminhando o "melhor acordo até hoje celebrado por um país devedor", indiferentes aos profundos efeitos sociais dessa política, e recebem rasgados elogios dos mais poderosos magnatas da agiotagem mundial, percebemos que nenhum dinheiro novo ingressa em nosso mercado como investimento ou empréstimo para induzir ao desenvolvimento nacional.

É extremamente oportuno, Sr. Presidente, trazer à reflexão desta Casa uma recente entrevista do conceituado economista norte-americano John Kenneth Galbraith, em que aquele ex-assessor de Roosevelt e de John Kennedy indica o caminho da suspensão definitiva da dívida como única alternativa aos países do Terceiro Mundo, para superarem a grave crise que os assola e retomarem o caminho do desenvolvimento.

Falando à revista **Manchete**, em Nova Iorque, Galbraith recomenda que se olhe para a história, dizendo. "Houve muitos casos no passado de grandes empréstimos internacionais que acabaram sendo perdoados. Os Estados Unidos emprestaram grandes quantias da Grã-Bretanha nos anos 30 para construir canais e estradas. Não era um empréstimo nacional, mas dos estados. Nunca foi pago — e foi melhor assim. Se estivessemos tentando pagar aqueles empréstimos, não teríamos dinheiro para comprar outros produtos essenciais ao nosso futuro desenvolvimento — produtos que, àquela altura, os europeus, inclusive os ingleses, estavam loucos para vender".

Prossiguiu, o economista norte-americano:

"Sempre achei que deveríamos respeitar essa história e reconhecer que os empréstimos do Terceiro Mundo — particularmente os da América Latina — não serão pagos. Devemos apagá-los da contabilidade e acabar com esse negócio increditável de emprestar mais dinheiro para que vocês paguem os juros do principal dos velhos empréstimos. É a maneira pela qual um grupo de ministros do lado de lá e um grupo de banqueiros do lado de cá empurram o problema para as próximas gerações."

Depois, recordando célebre ensinamento de seu mestre John Mainard Keynes, disse: "Quando você deve mil libras a seu banqueiro, está à mercê dele; quando deve um milhão, é o banqueiro que está à sua mercê. Veja o caso do Peru, que limitou o pagamento de juros a uma porcentagem dos ganhos com exportação. A medida causou controvérsia por algumas semanas, aí a discussão morreu. Nesta questão, os países do Terceiro Mundo não são impotentes"

Para Galbraith, os empréstimos jamais serão pagos, afirmando: "Quanto mais cedo resolvermos a situação, aceitando a perda, melhor será".

Sr. Presidente, quando constatamos a posição insuspeita de um dos maiores especialistas em economia mundial e comparamos com a posição hoje adotada pelo Governo brasileiro, percebemos o quanto de incompetência e impatriotismo marcam o tratamento da dívida externa.

E nos preocupamos com as advertências de um outro economista americano, que a semana passada proferiu palestra no seminário da Câmara Americana de Comércio, no Rio de Janeiro, professor Rudiger Dornbusch, do Massachusetts

Institute of Technology, segundo as quais o Brasil se defrontará brevemente com condições mais adversas com a inevitável alta das taxas de juro que o futuro presidente dos EUA determinará com o fito de reduzir drasticamente o déficit público

A queda do crescimento norte-americano provocará, no entendimento daquele técnico, acentuado aumento do serviço da dívida externa, completando com esta sombria previsão: "diante de qualquer cenário, o Brasil deverá ser alvo, a partir de abril de 1989, de uma ofensiva de Washington contra práticas desleais de comércio", insinuando ainda que "o Brasil está arriscado em se transformar num exportador de bananas"

Diante de tudo isso, não julgo prudente que o nosso Governo prossiga em sua política dócil, pusilânime e que somente encoraja os grupos econômicos internacionais a exercerem maiores pressões com evidente ofensa a nossa soberania.

O SR. ULDURICO PINTO (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cerca de 4 mil e 500 servidores da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC estão vivendo momentos de grande apreensão em face do noticiário dando conta de que o Governo estuda a sua extinção, medida essa que, se confirmada, representará um sério golpe para os legítimos e superiores interesses da economia nacional.

Deve ser lembrado que a CEPLAC foi criada no ano de 1957 e que seus objetivos são a recuperação da lavoura cacaueira e o reestabelecimento do equilíbrio financeiro dos cacaucultores brasileiros e nesses 31 anos de existência vem cumprindo inteiramente as suas finalidades.

É por isso, Sr. Presidente, que não podemos compreender a real motivação que está levando o Governo a estudar a extinção da CEPLAC, cujas atividades têm positiva repercussão no nosso Balanço de Pagamentos, já que a maior parte da produção cacaueira se destina à exportação

Deve ser assinalado ainda que a CEPLAC não contribui, de forma alguma, para o déficit público, porque o seu custeio é de responsabilidade da cota de contribuição cambial, recolhida pelo produtor de cacau, quer sobre o cacau em amêndoas, quer sobre o produto industrializado

Entendemos, por isso, Sr. Presidente, que a preservação da Ceplac é exigência do próprio interesse público, não podendo ela ser incluída no Programa de Desmonte do Governo Federal, porque seria uma medida violenta e arbitrária e que não atenderia aos verdadeiros interesses da economia nacional

O SR. MESSIAS SOARES (PT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, darei conhecimento a Casa do telex que enviei ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda Ei-lo.

URGENTE

Exmº Sr. Ministro Máilon da Nóbrega
Ministério da Fazenda
Brasília — DF

Exmº Senhor

Estive reunido, no domingo próximo passado, com figuras das mais representativas do 4º Distrito do Município de Duque de Caxias/RJ, avaliando seus inúmeros problemas e possíveis soluções

Trata-se de um Distrito, antes próspero, que vem sofrendo profundos problemas de empobrecimento et desprestígio. É praticamente composto das localidades de Mantiquira et Xerém et está instalada, em grande parte, em terras do Ministério da Fazenda, possuindo, mais ou menos, algo em torno de 40 mil habitantes.

Primeiro, instalaram em seu acesso um posto de cobrança de pedágio. Segundo, a Fiat do Brasil desativou o parque industrial que teria adquirido da extinta fábrica nacional de motores com incentivos do Governo do Estado do Rio de Janeiro et, em seguida, se associando ao Governo de Minas Gerais, provocando cerca de 6 mil desempregados. Terceiro, o aluguel que o Ministério da Fazenda vem cobrando aos residentes em suas unidades habitacionais vem aumentando vertiginosamente, por último, a tarifa de água, cobrada pela Cedae, empresa do Governo do RJ, esta variando entre quase 2 mil a mais de 8 mil cruzados, para uma população que não pode pagar nem 1 mil cruzados et, como sabemos, a política de aumento das tarifas é executada pelo Governo Federal.

Isto posto, solicito, respeitosamente, a vossência, estudos no sentido de proibir a cobrança de pedágio aos carros com placa do Município de Duque de Caxias/RJ. Entendimento com a Fiat do Brasil objetivando reativar o seu parque industrial ou cedê-lo a outra empresa, ainda que estrangeira, que tenha interesse em ali se instalar. Promover a venda dos imóveis — recuperados ou reconstruídos pelos atuais moradores — a preço justo et com financiamento a longo prazo et, finalmente, estudar uma tarifa diferenciada para cobrança aos usuários da Cedae, em acordo com o Governo do RJ.

Lembro, ainda, que recentemente, a unidade hospitalar de base — Serviço de Assistência Social Evangélico — foi desativada, em razão de irregularidades que levaram ao cancelamento do convênio com a previdência, prejudicando a região no setor de atendimento de saúde et propiciando o atraso de meses nos vencimentos de centenas de funcionários, cuja solução vossência poderia dar, através de entendimento com o Ministério da Previdência, no sentido de fazer um outro convênio ou desapropriar a unidade et colocá-la em funcionamento.

Como vossência pode observar, tratam-se de problemas angustiantes que necessitam de urgente solução antes de o 4º Distrito de Duque de Caxias se transforme numa comunidade fantasma, com o esvaziamento populacional da região, que se encontra profundamente assustada.

Na expectativa de prontas soluções aproveito para reiterar protestos de respeito et admiração.

Atenciosamente,

Deputado Federal Constituinte **Messias Soares/RJ** — Líder do PTR.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. MATHEUS IENSEN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apesar de sua reconhecida capacidade de produção, representada por um inegável poder de recuperação já demonstrado várias vezes em períodos bastante críticos, o setor agrícola revela agora nítidos sinais de desgaste, indicando que, dificilmente, poderá resistir às in-

certezas et aos entraves gerados pelo atual momento econômico.

Perdendo cada vez mais dinheiro, o agricultor tem sido obrigado a reduzir a sua plantação ou até mesmo a abandonar a idéia de investir na sua própria atividade em troca de algo mais atrativo como as remunerações oferecidas pelo mercado financeiro de papéis. Com efeito, sem dispor de preços et de uma política agrícola estáveis, esse agricultor, afetado pelos resultados imprevisíveis da inflação, reúne razões suficientes para temer a sua sorte, principalmente quanto se trata de resgatar a dívida assumida nos financiamentos.

Em defesa, portanto, de melhores condições de financiamento para o campo, ressaltamos a importância de se adequar a concessão de crédito rural às reais possibilidades dos agricultores, bem como à impenosidade de se regularizar a produção et garantir o abastecimento à população. Na realidade, com os crescentes obstáculos encontrados para saldar seu débito et após constatar a insuficiência dos enormes esforços pessoais empreendidos na sua tarefa, resta somente ao agricultor, como último recurso, contar com o apoio governamental no sentido da adoção de mecanismos mais justos do que os índices atualmente em vigor. Vale dizer que a correção monetária, com base na variação da OTN, faz com que a agricultura se torne impraticável. Uma alternativa bastante válida consistiria, então, na criação de um plano de equivalência na área do crédito rural. No caso, o agricultor obteria et pagaria o empréstimo com base na sua produção. Assim, por exemplo, um empréstimo correspondente a 1.000 sacas de arroz resultaria em um pagamento igualmente calculado sobre o valor de 1.000 sacas do mesmo produto, acrescido de juros razoáveis.

Também o Ministro Íris Rezende tem manifestado grande preocupação a esse respeito. Com o objetivo de viabilizar a atividade do produtor rural, apontando sempre as soluções capazes de permitir o bom desempenho agrícola, o Ministro, a quem dirigimos sinceras congratulações pela efetiva et brilhante atuação frente à pasta sob sua responsabilidade, identifica na complexa questão do crédito rural um dos maiores problemas enfrentados pelo setor.

De fato, ao lado dos danos causados por numerosos acidentes de origem climática et pela grande incidência de pragas, as inquietações et dificuldades geradas pelo atual sistema de funcionamento do crédito rural constituem mais um componente negativo do quadro desfavorável no qual se insere a agricultura no Brasil. Acrescente-se a isso ainda o hábito de as autoridades corrigirem as distorções econômicas à custa da produção rural, conduzindo-se os preços dos produtos agrícolas a patamares irrisórios, ao passo que os insumos, como óleo diesel, fertilizantes, defensivos, sementes et equipamentos, recebem reajustes sempre muito superiores.

O agricultor, por sua vez, vai lutando com grande dificuldade. Evidentemente, precisa de financiamentos, mas, dentro da situação atual, diante de um predomínio exagerado das incertezas, torna-se forçoso admitir que não existe a necessária segurança nem mesmo nos empréstimos destinados ao atendimento de despesas de custeio et resgatáveis em prazo inferior a seis meses. Assim, envolvido em uma crise permanente cujos parâmetros já perderam o contato com a realidade,

fica ainda mais difícil prever o que poderá ocorrer em dois ou seis anos, ou seja, nos prazos comumente estipulados para o resgate das dívidas referentes aos empréstimos contratados para efeito de investimentos.

Como se vê, trata-se de um problema com extensas ramificações. Mas, a partir das claras concepções formuladas pelo talento et capacidade de compreensão do Ministro, cremos que a solução reside simplesmente no melhor aproveitamento do imenso potencial da agricultura brasileira. Em última análise, a amarga crise financeira na qual o País se encontra mergulhado poderá ser superada, sem qualquer sombra de dúvida, mediante o incentivo sistemático et duradouro do Governo à atividade agrícola, em especial se essa tarefa estiver confiada a homens sérios et honestos como o atual Ministro Íris Rezende.

Era o que tínhamos a dizer

O SR. JOVANNI MASINI (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, volto a chamar a atenção desta Casa para algumas graves discrepâncias et incongruências existentes entre decisões tomadas em primeiro turno, que podem et devem ser corrigidas nesta fase final. Uma Constituição é, antes de tudo, um sistema de normas, que devem, obviamente, guardar coerência entre seus mandamentos. Se o Sistema constitucional a ser promulgado em breve resolveu adentrar, em detalhe, as esferas econômica et social, suas normas não podem apresentar discrepâncias que criem impasses insuperáveis.

Que discrepâncias são essas? De um lado, promovemos sensível ampliação dos direitos sociais, restabelecemos a justiça para as aposentadorias, determinamos substancial descentralização de recursos para os Estados et Municípios. Tais decisões, cujo objetivo meritório é resgatar a dívida social et federativa acumulada durante o autoritarismo, precisam ser complementadas por outras que estimulem a produção et a geração de riquezas, pois do contrário não haverá condições materiais de dar-lhes aplicação concreta. Ocorre que, de outro lado, aprovamos dispositivos que inibem a atividade produtiva, afugentam os investimentos, fossilizam a economia. Se os direitos sociais já foram confirmados em segundo turno, é imprescindível que as limitações à livre iniciativa sejam revistas et eliminadas.

A nova ordem constitucional não marca opção pelo socialismo. Os direitos sociais aprovados são o grande testemunho disso. O direito de greve, por exemplo, é típico dos países capitalistas, nenhum país socialista o admite. Por isso mesmo, é preciso que os dispositivos da ordem econômica permitam que a economia livre floresça entre nós. Precisamos deixar para trás o cartorialismo, o corporativismo et as reservas de mercado que beneficiam uns poucos em detrimento de todos. Do contrário, não haverá produção, não haverá desenvolvimento, nem progresso; et os direitos sociais, por conseguinte, não sairão da folha de papel.

Precisamos, urgentemente, de investimentos produtivos, que gerem riquezas, empregos et salários dignos. Precisamos inverter o quadro negativo presente, em que o dinheiro deixa o setor produtivo para engordar os ganhos estéreis do mercado financeiro. E a nova Constituição, depo-

sitária de tantas esperanças, não pode sinalizar negativamente ao investimento produtivo, à geração de riquezas, empregos e salários. Infelizmente, o texto aprovado em primeiro turno sinaliza negativamente à produção. É preciso corrigi-lo agora.

Há um ponto que me parece eloquente nesse sentido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes. É o que concerne aos investimentos estrangeiros. Criou-se uma mentalidade demagógica e irrealista, nacionalista no pior sentido, através do qual se considera que tudo o que vem de fora é necessariamente ruim para o país. E aqui se comete um enorme equívoco. O texto aprovado em primeiro turno desestimula a entrada de capital de risco em nosso país.

O capital de risco, como o próprio termo diz, representa uma aposta no Brasil. A empresa estrangeira investe correndo o risco de perder. O dinheiro que entra sob a forma de investimento não custa nada para o Brasil. Em primeiro turno, proibimos que o investidor estrangeiro arriscasse na prospecção de petróleo, minerais e na pesquisa em informática. Qual o resultado prático? Ou os brasileiros arriscarão seu patrimônio, ou o Estado o fará. Como a iniciativa privada e o setor público nacionais não dispõem de recursos necessários, teremos de recorrer ao exterior, através de capital de empréstimo, aumentando a dívida externa. Ou seja, passaremos a pagar por um dinheiro que, se permitido o investimento de risco, nada nos custaria.

Este e outros exemplos devem provocar nossa reflexão, para que possamos corrigir os erros e entregar ao país uma boa Constituição. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a cultura de soja volta-se para o abastecimento interno e concorre com preciosas divisas de exportação.

O soja já tem história neste País e poderá escrever ainda bons e valiosos capítulos, no desenvolvimento econômico e social desta nação, pelo aporte de divisas, novas tecnologias, descortino de uma agricultura moderna, com a abertura de novas fronteiras agrícolas, urbanas e industriais.

A ABIÓVE — Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, apresentou um elenco de propostas, almejando alcançar maior produção, maior produtividade, aumento do poder aquisitivo dos agricultores, mais mercado de trabalho, exportações, incremento do consumo interno e crescente aumento de tributos ao Erário.

Pela oportunidade do assunto e do debate passo a ler "Repensando o Setor Soja Para a Nova Arrancada do Desenvolvimento Brasileiro":

REPENSANDO O SETOR SOJA PARA A NOVA ARRANCADA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

1) Sumário

— Com este trabalho verificamos as perspectivas amplamente favoráveis do complexo soja a nível mundial e concluímos que este mercado está aberto para o Brasil em função das suas potencialidades e vocação agrícola. Dependemos essencialmente de Vontade Política.

— Neste contexto foi feita uma avaliação das dificuldades estruturais de âmbito interno e externo, que afetaram o desenvolvimento do setor, difi-

cultando enormemente uma maior participação brasileira nos mercados internacionais.

— As vantagens comparativas, que favorecem o Brasil no complexo soja, permitem-nos assegurar que "Repensando o Setor Soja" em busca de caminhos para a superação dos diversos problemas existentes, e que entendemos perfeitamente administráveis, através de propostas contidas no trabalho, poderão contribuir imensamente "Para a Nova Arrancada do Desenvolvimento Brasileiro".

— Neste ano o setor soja teria sido economicamente abalado com seqüelas profundas, não fosse a seca ocorrida nos EUA. Esta circunstância representa uma oportunidade incomum de mercado, já na próxima safra, com significativas ampliações de nossas exportações, divisas, empregos e renda nacional.

2) Propostas

a) Eliminação da Pesada Carga Tributária

— Adequar o ICM às características sociais dos produtos no mercado interno, através da seletividade.

— Extensão da imunidade tributária na exportação, já concedida aos manufaturados, para os produtos do complexo soja.

b) Alcance de uma política agrícola adequada e estável.

— Formular um plano de desenvolvimento estratégico ao setor com a participação dos segmentos envolvidos, estabelecendo metas e diretrizes de ação, com responsabilidade.

— Direcionar recursos de crédito em volume adequado às necessidades de custeio e eliminar a discriminação à soja, efetivada com menores limites de financiamento.

— Prover os necessários recursos às indústrias para a modalidade de EQF.

— Criar linhas de crédito para investimento, visando incorporação de novas áreas de produção e aprimoramento tecnológico para as indústrias.

— Reduzir as taxas de juros a níveis compatíveis com as de nossos concorrentes.

— Eliminar a comissão de 1,25% antecipada a CFP, nos EGF/Indústria em outras operações.

c) Adequação dos elevados custos de transporte

— Reduzir, no curto prazo, as tarifas ferroviárias do setor, compatibilizando-as com as de nossos concorrentes.

— Melhorar o padrão de eficiência dos transportes de carga.

— Estimular o investimento em ferrovias e hidrovias.

d) Contenção das tarifas portuárias

— Reverter, de imediato, os elevados aumentos concedidos recentemente as tarifas portuárias, compatibilizando-as com as do mercado internacional.

e) Elevação da produtividade da lavoura

— Estabelecer instrumentos, principalmente creditícios, que premiem os mais eficientes.

— Facilitar a transferência dos conhecimentos tecnológicos disponíveis nos institutos de pesquisa.

f) Obstrução aos subsídios e protecionismos

— Gestionar, diplomaticamente, visando a eliminação dos subsídios concedidos na CEE e nos EUA e da proteção na Argentina.

— Criar, internamente, formas inteligentes de convivência com os subsídios de nossos concorrentes.

— Dar continuidade ao processo contra os EUA junto ao GATT, em relação ao EEP, até a retirada do óleo de soja daquele Programa.

— Eliminar a alíquota de 10% na CEE sobre as importações do óleo de soja do Brasil.

3) Potencialidades da soja a nível mundial

— Demanda futura crescente da soja e derivados conforme conclusão do seminário "Perspectivas das óleos proteaginosas para o ano 2000".

— Paris, 4-3-88

QUADRO 1
Projeções Mundiais — Milhões t (*)

Ano	Produção Soja	Consumo Farelo Soja	Consumo Óleo Soja
1980	93,7	58,1	12,4
1980	102,4	68,3	14,7
1998/2000	140,0	103,9	22,4

(*) Gráfico 1 anexo
Fonte: Oil World

Produtos que competem no mesmo mercado e vantagem para a soja em função do elevado teor de proteína

QUADRO 2
Rendimento/Proteínas
Principais Oleaginosas

Produto	Rendimento %		Participação na Produção Mundial de Proteínas — %
	Óleo	Farelo	
Soja	18	79	70
Girassol	40	46	8
Amendoim	28	40	4
Colza	37	60	9
Caroço Algodão	14	47	9

Fonte: USDA

QUADRO 3
Participação na Produção Mundial de Soja
(em %)

• Estados Unidos	54
• Brasil	18
• Argentina	7
• CEE	1

Fonte: Usda

QUADRO 4
Participação no Volume das Exportações Mundiais
do Complexo Soja
(em %)

	Grão	Farelo	Óleo
• Estados Unidos	72	26	15
• Brasil	11	33	26
• China	5	13	20
• CEE	0	20	26

Fonte: Usda

QUADRO 5
Consumo Per Capita de Óleos
e Gorduras Comestíveis

País	kg/hab
CEE	38,5
Estados Unidos	39,4
Brasil	18,7
Argentina	23,4
URSS	22,8
China	7,5
Índia	7,2

Fonte: Oil World

4) Aspectos da soja no Brasil

QUADRO 6
Evolução da Produção/Área/Rendimento (*)

Ano	Produção 1000 t	Área 1000 ha	Rendimento kg/ha
1980	15.156	8.774	1.727
1982	12.836	8.202	1.565
1984	15.536	9.417	1.650
1986	14.200	9.580	1.482
1988 (¹)	17.324	10.372	1.670

(*) Gráficos 2 e 3 anexos

(¹) Estimativa

Fonte: IBGE/ABIOVE

QUADRO 7
Destino da Produção (1000 T)

Ano	Mercado Interno		Exportação		
	Consumo Farelo	Consumo Óleo	Grão	Farelo	Óleo
1980	2.782	1.543	1.549	6.582	769
1982	2.178	1.527	501	7.721	849
1984	1.949	1.583	1.561	7.587	928
1986	2.789	2.001	1.200	6.542	386
1988 (¹)	2.800	1.850	2.500	8.125	850

(¹) Estimativa

Fonte: ABIOVE/CACEX

• Uso do farelo de soja na avicultura e suinocultura permitiu que de uma produção informal passássemos para industrialização tecnicada em larga escala.

• No Brasil se consome mais aves e suínos somados do que carne bovina, além de ovos.

QUADRO 8
Produção Carnes e Ovos

Ano	Carnes 1000 t			Ovos Milhões Dúzias
	Bovina	Suína	Frango	
1980	2.084	980	1 228	767
1982	2.385	1.150	1.508	970
1984	2.096	960	1.356	871
1986	1.850	1.080	1.617	1.084
1987 ⁽¹⁾	2.250	1.300	1.799	1 282

⁽¹⁾ Preliminar

Fonte: IBGE/APINCO/ABCS/CIBA/APA

QUADRO 9
Complexo Soja
Participação na Geração de Divisas

Ano	Receitas em Milhões US\$		Participação % do Complexo Soja no Total
	Complexo Soja	Total	
1980	2.277	20.132	11
1982	2.122	20.175	11
1984	2.565	27.005	10
1986	1.562	22.382	7
1988 ⁽¹⁾	3.244	29.500	11

⁽¹⁾ Estimativa

Fonte: CACEX/ABIOVE

● A soja revolucionou a agricultura brasileira pelo uso de insumos modernos, aplicação de tecnologia e poder de competição internacional, além de substituir, com vantagem de preço, os derivados de algodão e amendoim e as gorduras animais.

● A expansão da soja está ocorrendo em regiões anteriormente, consideradas inviáveis a agricultura, transformando-as, através da fixação de nitrogênio no solo, em áreas férteis e com elevados níveis de produtividade.

QUADRO 10
Localização da Produção de Soja Brasil

Ano	Participação % Produção	
	Áreas Tradicionais	Centro-Oeste
1980	85	15
1982	77	23
1984	71	29
1986	88	42
1988 ⁽¹⁾	56	44

⁽¹⁾ Estimativa

Fonte: IBGE/ABIOVE

● Mercado crescente da soja para consumo humano: extrato — Farinhas — proteínas — lecitina.

● Desenvolvimento da soja até 1983 apoiado pelo crédito rural.

QUADRO 11
Crédito Rural para a Soja
Custeio e Comercialização (*)

Ano	US\$ Bilhões
1980	2,20
1981	2,45
1982	2,37
1983	1,68
1984	1,03
1985	1,81
1986	1,49

(*) Gráfico 4 anexo

Fonte: BACEN

●Vantagens brasileiras

— Disponibilidade de terras agricultáveis, principalmente na região Centro-Oeste.
— Condições climáticas favoráveis com possibilidades de duas safras anuais.

— Variedades de elevada produtividade adaptadas as regiões tropicais.

— Estoque de tecnologia que pode ser implementada no curto prazo.

— Moderno parque industrial.

— Custo de produção agrícola e industrial no Brasil é menor do que em nosso principal concorrente — EUA.

	Custo soja Fazenda	Custo processamento Industrial
Brasil	US\$ 165/t	US\$ 12/t
EUA	US\$ 179/t	US\$ 17/t

5) Competitividade Internacional

1) Aspectos internos desfavoráveis

● Em razão de no Brasil as despesas com impostos, crédito, transporte e portuárias serem superiores as dos EUA (quadro 12), o setor transferiu as mãos do governo cerca de US\$ 1 bilhão em relação àquele país.

a) Pesada Carga Tributária

— no mercado interno: ICM = 17,0%, FUNRURAL = 2,5%, PIS = 0,75% e FINSOCIAL = 0,60%.

— na exportação: ICM = 13,0%, FUNRURAL = 2,5% e PIS = 0,75%

b) Política Agrícola Inadequada e Instável

— falta planejamento — falta plano de desenvolvimento — escassez de recursos de crédito — preços mínimos não garantem produtor — a soja é tratada como produto de exportação e o sojicultor é considerado capitalizado. Por estas razões o setor recebe tratamento diferenciado

— os recursos para carregamento de estoques tem sido insuficientes. Na última temporada, não houve recursos oficiais para as indústrias do Sul do país.

— foram retirados os recursos oficiais para os instrumentos auxiliares de comercialização — NPR e CCI.

— taxas de juros elevadas

● Brasil = 15 a 20% a.a. reais

● EUA = 3 a 6% a.a. reais

— comissão da CFP onera os EGF indústria em até 4,7% a.a.

c) Elevados Custos de Transporte

— concentração do uso do transporte rodoviário que é o mais caro: Brasil = 74%, EUA = 16% (gráfico 5)

QUADRO 12
Complexo Soja
Comparativo da Competitividade Mundial
(US\$/t)

Descrição	Brasil 1983	Brasil 1988	Estados Unidos (1)	Argentina (2)
1) Controlados pelo Governo				
a) Custeio Agrícola (70% custo fazenda)	(11,86)	3,47	1,88	3,47
b) Custo EGF — Indústria + produtor (3)	(4,58 + 4,07)	2,03 + 0,67	0,92	2,70
c) Capital Giro (Res. Racen 674/882)	(7,27)	—	—	—
d) Imposto na Exportação	34,78	42,08	0	12,02/35,51
e) despesas Portuárias	4,92	7,83	3,49	5,03
f) Frete Interno	20,24	26,18	14,99	14,39
Total Governo	32,16	82,26	21,28	37,61/61,10
Diferencial em Relação Brasil 88	50,10	—	60,98	44,65/21,16
2) Setor Privado				
a) Custo Processamento	14,00	12,00	17,00	11,00
b) Custo Soja Fazenda	146,30	165,00	(179,00)	(148,82)
c) Dedução Custeio Agrícola (Item 1 A)	11,86	(3,47)	(1,88)	(3,47)
Total Setor Privado	172,16	175,53	194,12	156,35
Diferencial em relação Brasil 88	3,37	—	(18,59)	19,18
3) Total Geral	204,32	257,79	215,40	193,96/217,45
Diferencial em relação Brasil 88	53,47	—	42,39	63,83/40,34
4) Perda — Base Safra 88 = 17,3 milhões t (US\$ milhões)	925	—	733	1.104/698

Obs:(1) Os cálculos referentes aos Estados Unidos não contemplaram os subsídios existentes naquele país.

(2) valores de custeio agrícola e custo EGF estimados em igualdade com o Brasil. Imposto na exportação considera indústria exportando derivados (US\$ 12,02) e cooperativa exportando soja em grão (US\$ 35,51)

(3) Custo EGF corresponde a financiamento de 15% do valor da safra

Fonte: ABIOVE/Terminal de Embarque/RFFSA/FECOTRIGO/USDA/MTC

— tarifas do transporte ferroviário vem sendo reajustadas acima da inflação (gráfico 6)

● inflação 12 meses até abril/88 = 381%;

● tarifas 12 meses até abril/88 = 496%;

d) Despesas Portuárias Acima dos Concorrentes

— Brasil US\$ 7,83/t soja;

— EUA US\$ 3,49/t soja;

— Argentina US\$ 5,03/t soja;

— reajuste nos últimos doze meses bem superior a inflação (gráficos 7, 8 e 9);

— inflação 12 meses até abril/88 = 381%;

— tarifas portuárias 12 meses até abril/88 = 880%;

— a taxa de utilização dos portos (tabela A) foi reajustada nos últimos 12 meses até abril/88 em cerca de 2000%;

— no Brasil são pagas despesas portuárias que, além de não existirem em outros países, não se justificam internamente. Um exemplo é aquela

paga ao Sindicato dos Arrumadores (de embalagem) do Rio Grande do Sul, nos embarques a granel

e) Baixa Produtividade da Lavoura

QUADRO 13 Produtividade da Soja Principais Países Produtores

	Média 82/87 (KG/HA)	1987
EUA	2.054	2.238
CEE	2.468	2.749
Argentina	2.062	1.994
Brasil	1.684	1.814

Fonte: Oil World/USDA e ABIOVE/IBGE

— perdemos no complexo soja cerca de US\$ 1,1 bilhão de divisas médias anuais em função de a produtividade ser baixa em relação aos EUA, CEE e Argentina.

II) Aspectos Externos Desfavoráveis

Subsídios e Protecionismos

—EUA

● diversos programas de crédito a importadores — taxas subsidiadas de 3 a 20 anos;

● EEP — Programa de Incremento às Exportações — deslocou o Brasil de mercado tradicionais de óleo de soja, subsidiando quase a totalidade das exportações americanas no primeiro semestre/88 (gráficos 10, 11, 12 e 13).

—CEE

● tributa as importações de óleo de soja em 10% e não há alíquota para a entrada de matéria-prima;

● preços de garantia aos produtores fixados em níveis bem superiores aos de mercado (2 a 3 vezes acima) (gráfico 14).

QUADRO 14 CEE — GASTOS NA PRODUÇÃO DE OLEAGINOSAS (*) (gastos em milhões ECU's e produção 1000 t)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Gastos	204	346	568	710	931	646	1098	1690	1865
Prod. Colza	1201	2050	2020	2663	2448	3439	3645	3694	5923
Prod. Girassol	720	807	901	1512	1727	2298	2750	3257	3729
Prod. Soja	16	14	27	25	89	145	337	902	1469
Prod. Oleaginosas	1937	2871	2948	4200	4264	5882	6732	7853	11121

(*) Gráfico 15 anexo

FONTE: European Agricultural Guidance and Guarantee Fund e USDA

— Argentina

● alíquotas do imposto de exportação diferenciadas entre grão (12,5%) e derivados (4,5%) como política de retenção da matéria-prima e estímulo à exportação do farelo e óleo.

QUADRO 15 Crescimento do Complexo Soja — Argentina (1000 t)

Ano	Produção Soja	Esmagamento	Exportação		
			Grão	Farelo	Óleo
1980	3.500	778	2.700	290	92
1982	4.150	1.919	2.001	997	174
1984	7.000	3.617	3.117	2.557	484
1986	7.100	4.432	2.604	3.404	692
1988	9.860	6.500	2.500	4.800	980

Fonte: Oil World/Safras & Mercados

— Brasil

● Não há qualquer subsídio ao setor.

6) GRAFICOS

GRÁFICO 1

Produção Mundial das Principais Oleaginosas
(em Milhões T)

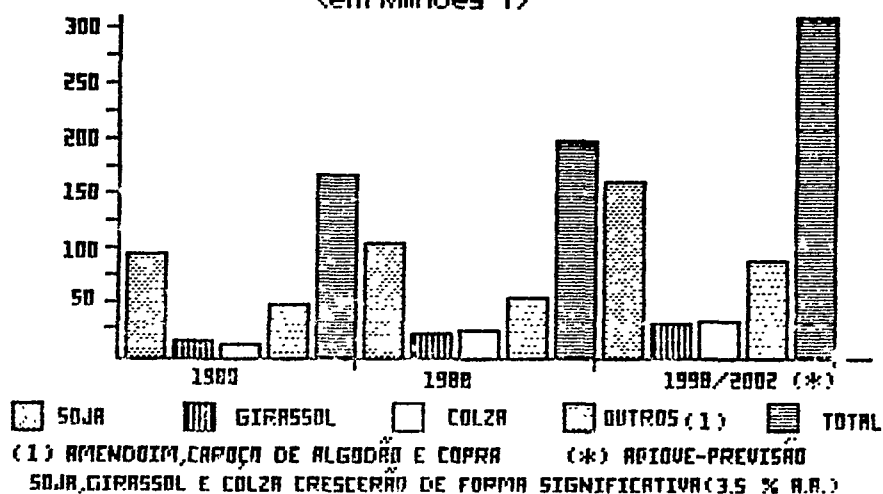
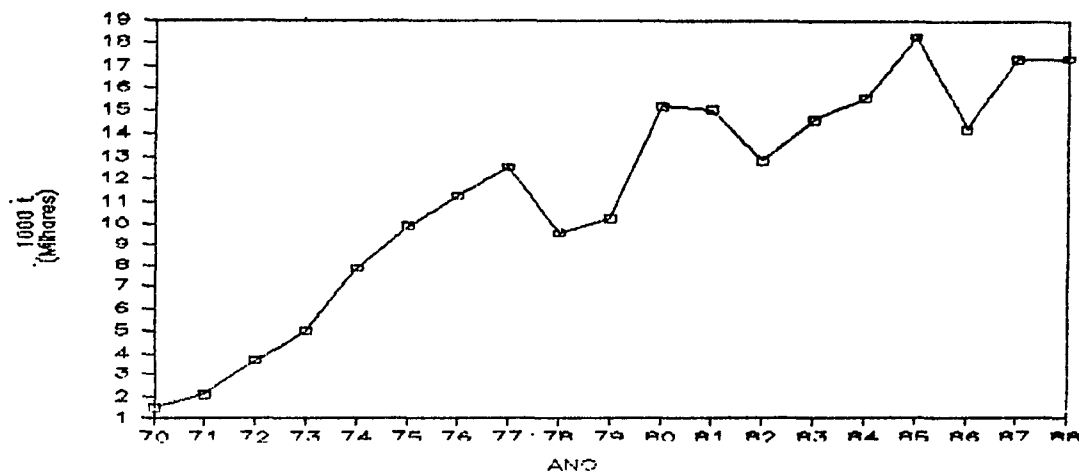


GRÁFICO 2

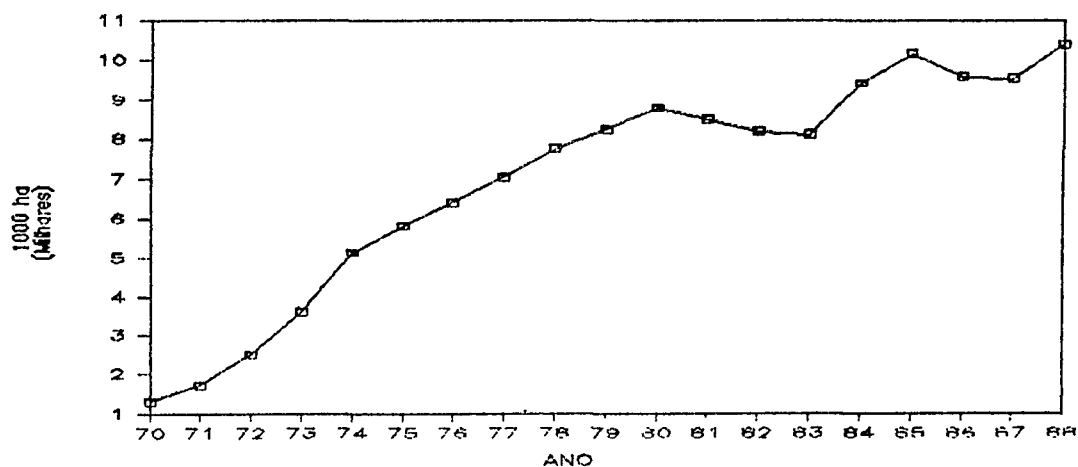
EVOLUCAO DA PRODUCAO DE SOJA - BRASIL



FONTE: IBGE/ABIOVE

GRÁFICO 3

EVOLUCAO DA AREA DE SOJA - BRASIL

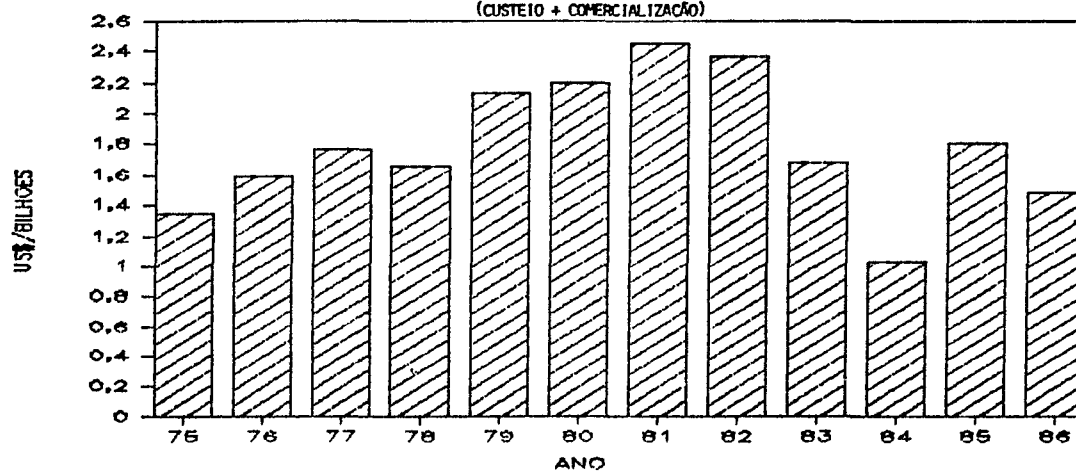


FONTE: IBGE/ABIOVE

GRÁFICO 4

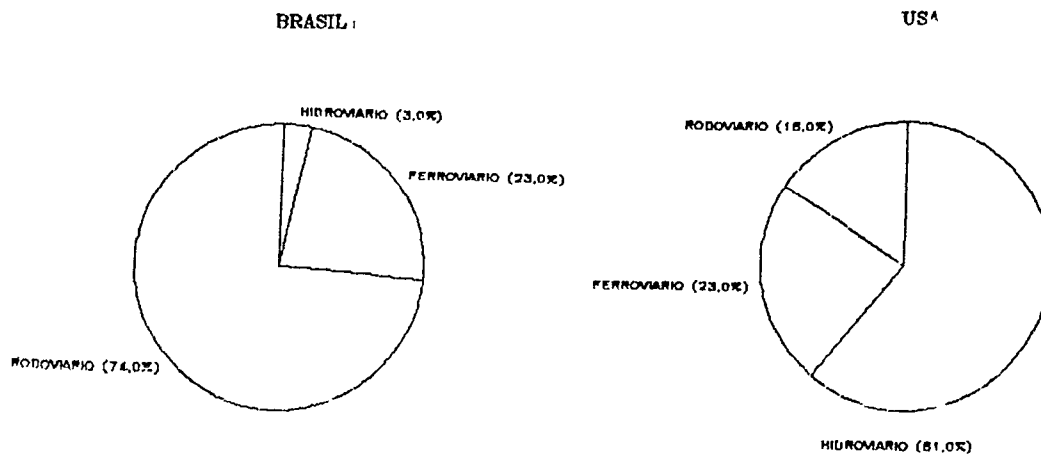
CREDITO RURAL PARA SOJA - BRASIL

(CUSTEIO + COMERCIALIZAÇÃO)



FONTE: DADOS BÁSICOS DO BACEN

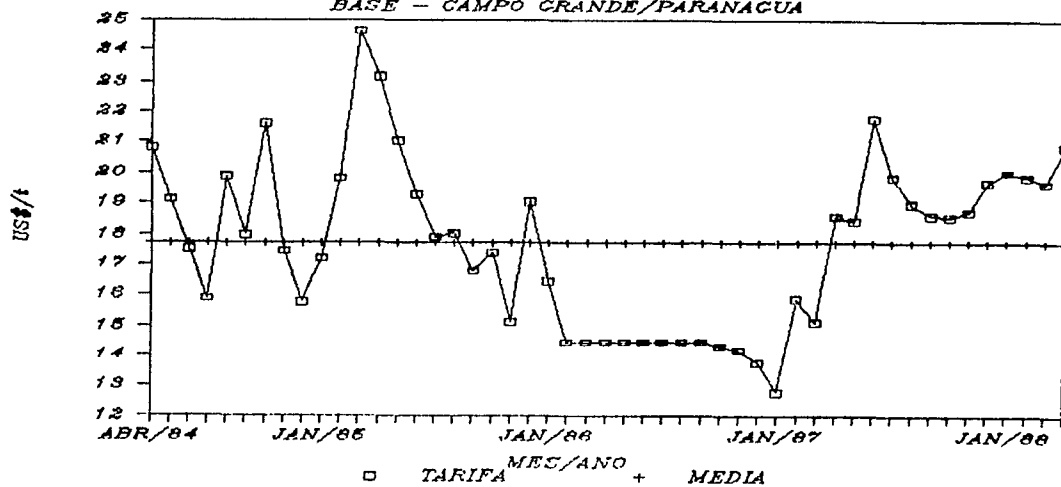
GRÁFICO 5
MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS
SETOR SOJA



FONTE: ABIOVE/RELATÓRIO ITC

GRÁFICO 6

TARIFA FERROVIÁRIA SOJA
BASE - CAMPO GRANDE/PRANAGUA

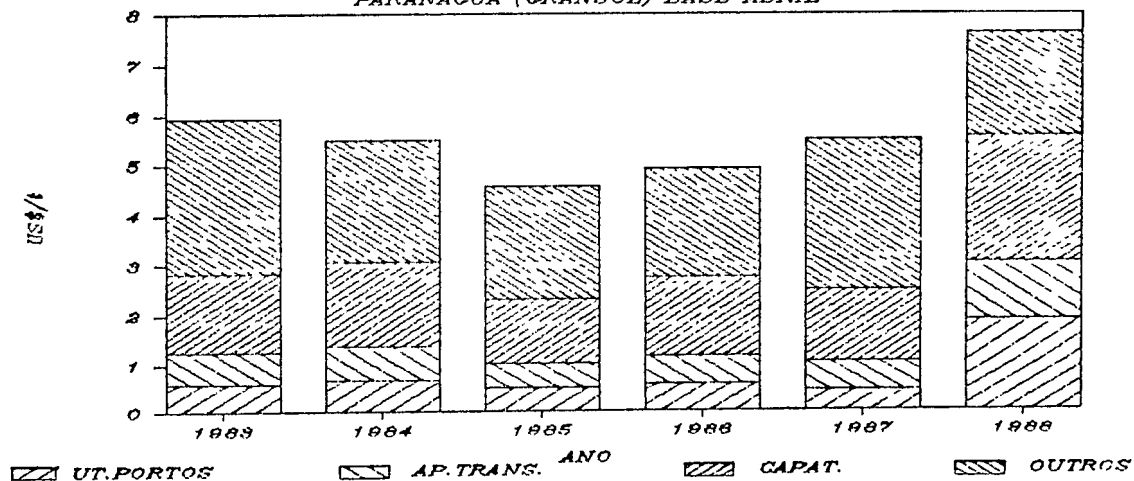


FONTE: RFFSA

GRÁFICO 7

DESPESAS PORTUARIAS — SOJA EM GRAO

PARANACUA (GRANSOL) BASE ABRIL

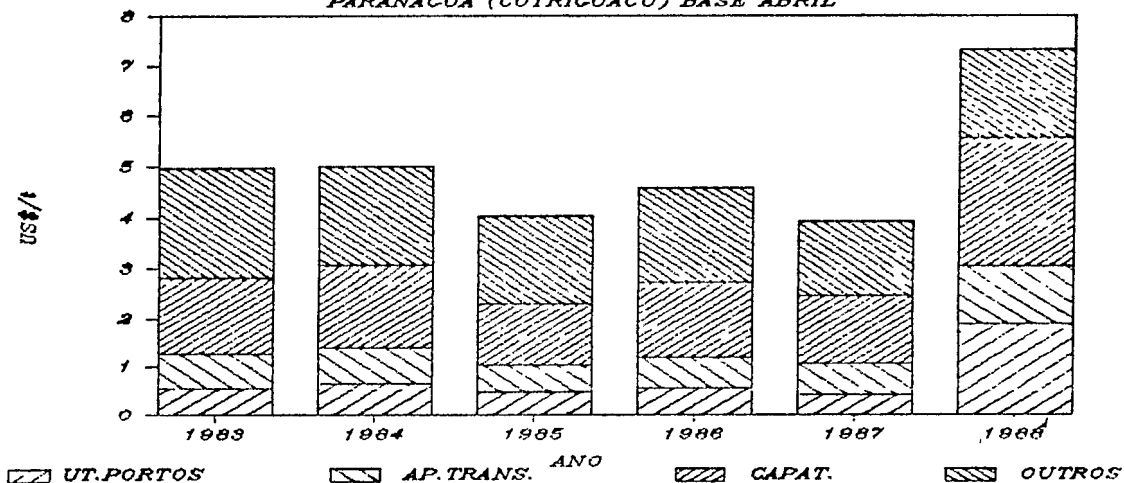


FONTE: ABIOVE/TERMINAIS

GRÁFICO 8

DESPESAS PORTUARIAS — FARELO DE SOJA

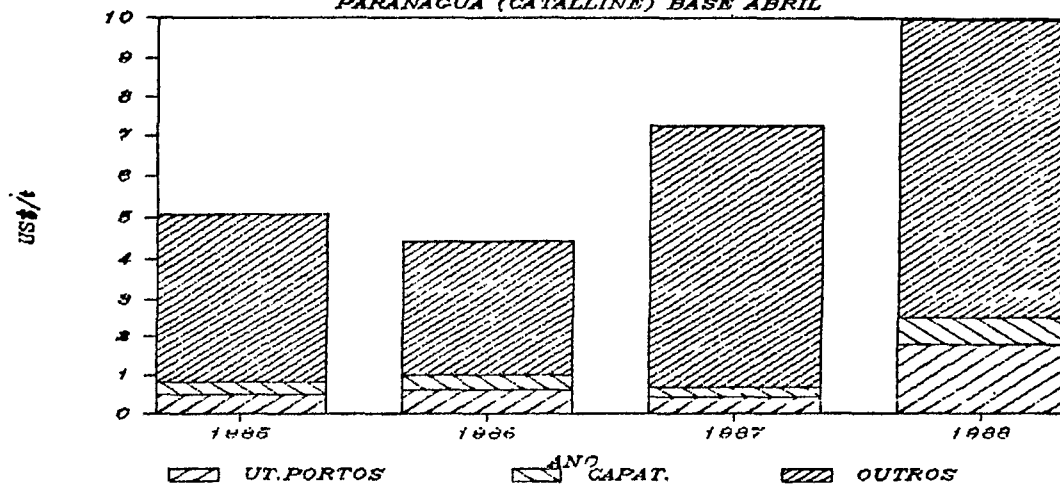
PARANACUA (COTRIGUACU) BASE ABRIL



FONTE: ABIOVE/TERMINAIS

GRÁFICO 9

DESPESAS PORTUARIAS — ÓLEO DE SOJA **PARANAGUA (CATTALINE) BASE ABRIL**



FONTE: ABIOVE/TERMINAIS

GRÁFICO 10

ESTADOS UNIDOS — EXPORTAÇÕES DE ÓLEO DE SOJA

(1000 T)

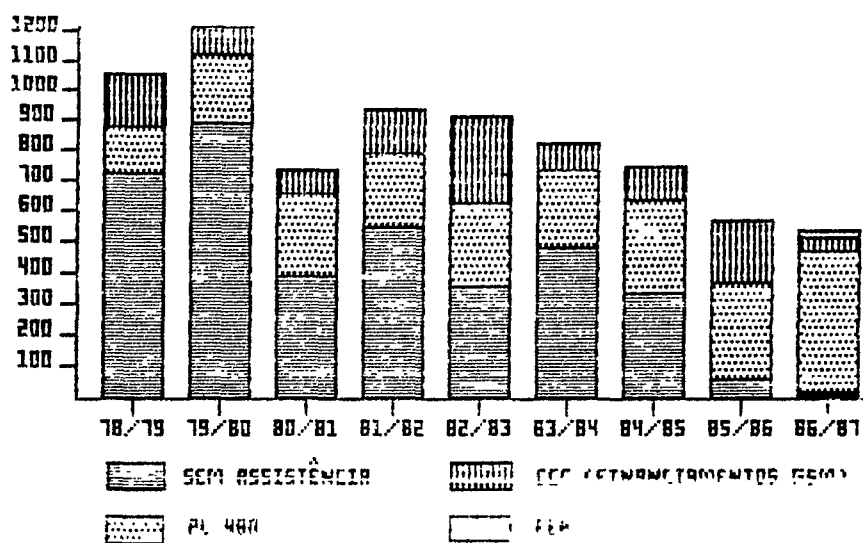
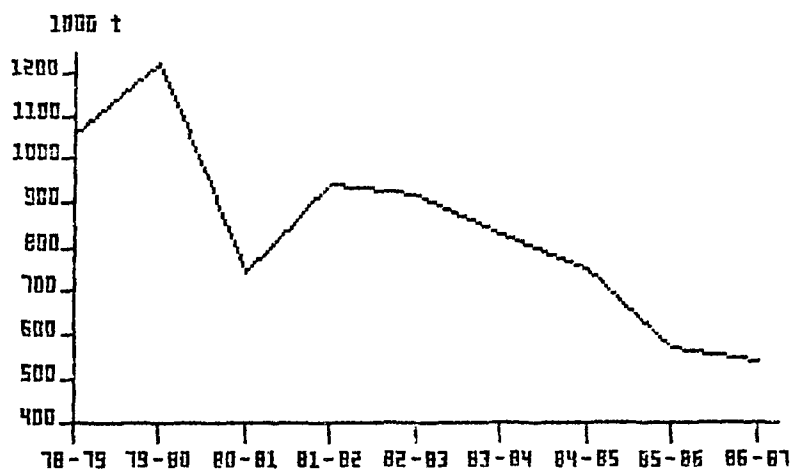
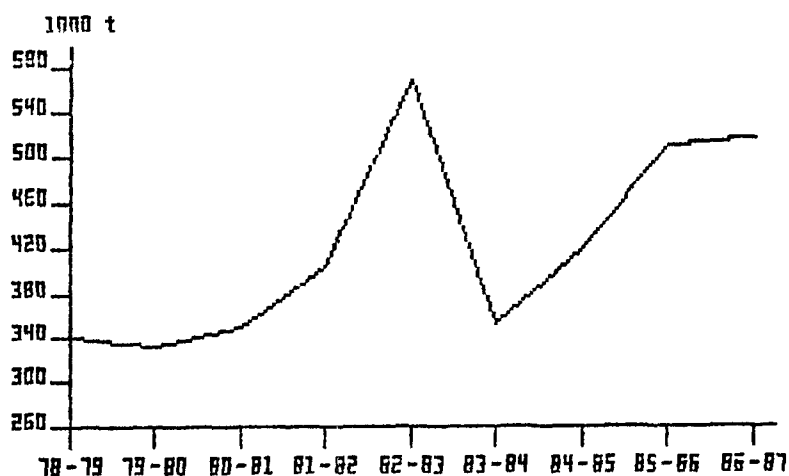


GRÁFICO 11
ESTADOS UNIDOS - EXPORTAÇÕES DE ÓLEO DE SOJA
TOTAL



FONTE: USDA

GRÁFICO 12
ESTADOS UNIDOS - EXPORTAÇÕES DE ÓLEO DE SOJA
COM ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL



ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL COMPREENDE OS PROGRAMAS:
 PL 480 , GSM 25 , GSM 101 , GSM 102 E GSM 104 .

FONTE: USDA

GRÁFICO 13

ESTADOS UNIDOS - EXPORTAÇÕES DE ÓLEO DE SOJA SEM ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL

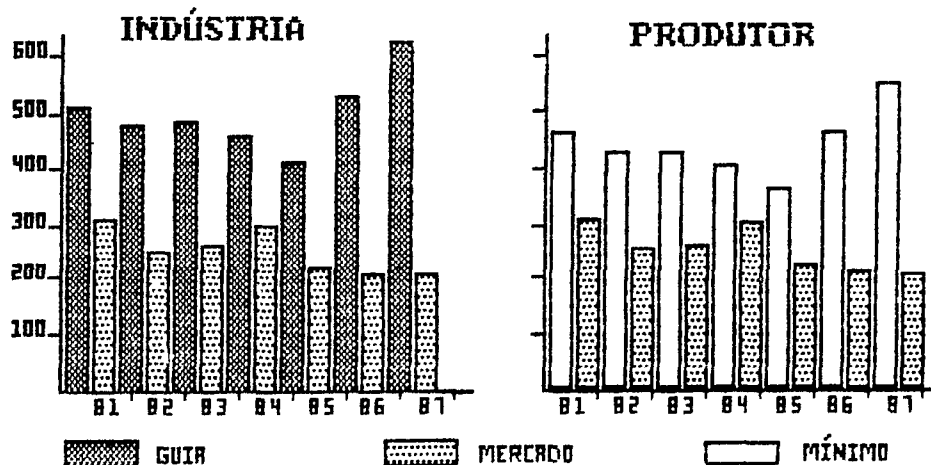


FONTE: USDA

GRÁFICO 14

SOJA - CEE COMPARATIVO COM VALORES DO MERCADO MUNDIAL

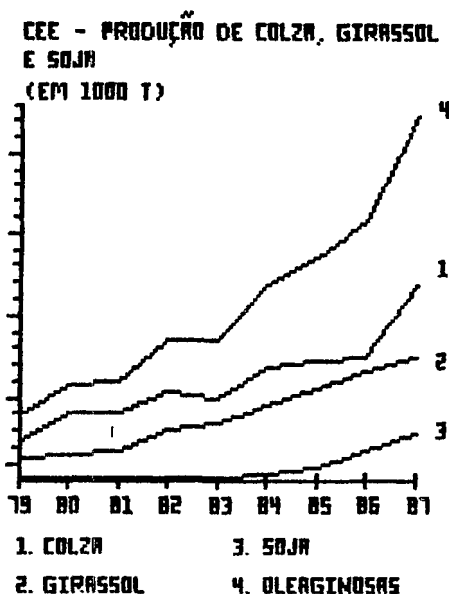
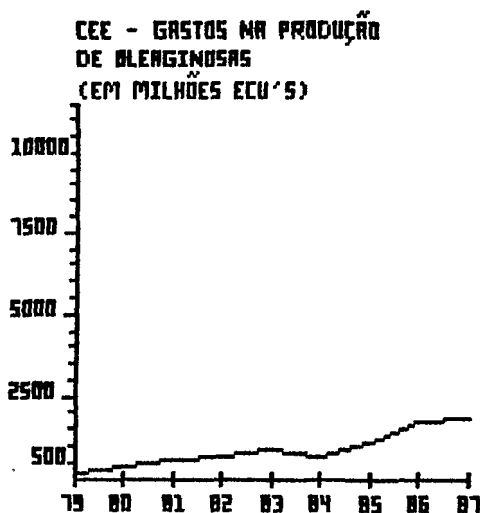
SEM 1155/77



885 : MERCADO CORRESPONDE A COTAÇÃO CIE PORTFOLIO - RTI WORLD

FONTE: ASA

GRÁFICO 15



FONTE : EUROPEAN AGRICULTURAL GUIDANCE AND GUARANTEE FUND E USDA.

Como se vê, a produção nacional de soja ainda não atingiu a 20 milhões de toneladas. O Brasil tem um potencial a ser explorado e poderá crescer vertiginosamente. Este fato faz parte do progresso e do futuro desta terra e desta gente. Vamos em frente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOACI GÓES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, em anexo, artigo de nossa autoria em memória do Professor Orlando Gomes, cuja transcrição nos Anais dessa Assembléia Nacional Constituinte requeremos.

“SAUDADE DE ORLANDO GOMES

Joaci Góes

Por singular e irônica coincidência, soube do passamento do mestre Orlando Gomes, precisamente no momento em que, arrumando livros em uma nova estante, reunia no mesmo espaço títulos de sua obra copiosa, todos eles com dedicatórias carinhosas, testemunho de nossa intensa e fraterna convivência, ao longo dos últimos trinta anos: a primeira no 1º volume, do reconhecimento dos filhos adúlteros, datada em 1958 em co-autoria com Nelson Carneiro, a última SANS ADIEU — 50 anos de Cátedra — a mim por ele enviada — não faz 15 dias — coletânea de depoimentos sobre o seu longo e superior exercício da Cátedra. Não quis a fatalidade que chegasse a agradecer-lhe esta última oferenda o que deveria ocorrer, no curso dos próximos dias em jantar que, em nossa casa, ofereceríamos em sua homenagem.

Parados ali, eu e minha mulher, a par da dolorosa perda do querido amigo de tantos

saraus e inesquecíveis vilegiaturas, sentimo-nos aterrados diante da manchete com que a **Tribuna da Bahia** legendava a foto do grande morto:

A BAHIA PERDE ORLANDO GOMES

O pesado silêncio que se seguiu à triste notícia foi provocado também, pelo sentimento de fragilidade que se apoderou de nós. Afinal de contas a influência de Orlando Gomes em nossa vida intelectual é de tal modo marcante, que suscitava em todos nós a impressão de sua imortalidade física.

E ali estava, na frieza dos tipos impressos, a inapelável interrupção de uma biografia gloriosa que no dia 7 de dezembro próximo completaria setenta e nove anos.

Se para a Bahia e o Brasil, no plano do seu significado permanente, mais importante que a vida física de Orlando Gomes é a obra notável que realizou, a ponto de consagrá-lo, nos últimos anos, como “o maior jurista vivo dos povos de língua portuguesa”, os inúmeros amigos que soube cultivar sentem-se possuídos de um grande vazio e de uma indizível saudade.

Pessoalmente, perdemos, além do amigo, o guru, o mestre de lições que não se aprendem na escola.

Inexcedível na disciplina que, sem esforço aparente, imprimiu à própria vida, a obra fecunda que lega à cultura nacional é fruto, sem dúvida da associação feliz entre a perse-

verança e o gênio, que colocou a serviço da concepção do Direito como um instrumento de compreensão da realidade social a serviço da promoção da cidadania.

A organização e o rigor metódico que lhe permitiram desempenhar com excepcional brilho, as inúmeras e variadas tarefas de que se incumbiu, permitiram-lhe exibir sempre uma postura de olímpica tranquilidade. Homem de gestos compassados, voz mansa e quase imune às emoções d'alma, dono de uma elegância que o passar dos anos não esmaeceu e que se afirmava, como ele mesmo dizia, na constância dos setenta quilos de peso que o acompanhava desde os vinte anos, a sobriedade do seu trajar, ditada por recomendações do bom gosto, a polidez sem qualquer afetação e a serena altivez com que a todos encarava, tudo isso conferia a Orlando Gomes um perfil singularmente aristocrático, no mais genuíno sentido da expressão.

Os trinta e seis livros que escreveu integram a bibliografia obrigatória de quantos estudam o Direito neste País. O dom mágico do seu poder de síntese e a superior qualidade literária do seu texto elevam-no ao patamar dos grandes artistas. Sua dedicação infatigável ao trabalho e ao estudo e a serenidade que nunca perdeu, mesmo quando vítima de preterições, continuarão como exemplos para as futuras gerações.

Tenho para mim que se passará muito tempo até que se enxugue o último pranto da morte de Orlando Gomes; até que se desfaça este angustiante sentimento de orfanidade coletiva.

ÀS PESQUISAS DA CIÊNCIA JURÍDICA

O Voto (Universitário, Bahia, 1932; O Estado e o Indivíduo, Bahia, 1933 (tese de concurso); A Convenção Coletiva de Trabalho, Gráfica Popular, Bahia, 1936 (tese de concurso); Direito do Trabalho, Estudos, Bahia, 1940, 2ª edição, 1953, 3ª edição LTR, São Paulo, 1979; Introdução ao Direito do Trabalho, Ed. Revista Forense, Rio, 1944 (esgotada); O Salário no Direito Brasileiro, J. Konfino, Ed. Rio, 1947 (esgotada); A Crise do Direito Brasileiro, Max Limonad, São Paulo, 1953 (esgotada); 2 Introdução ao Direito Civil, Forense, Rio, 1958, 7ª ed. 1987 (obra premiada pelo Instituto dos Advogados da Bahia); Os Direitos Reais, Ed. Rev. Forense, Rio, 1958, 10ª edição, 1978; Questões de Direito Civil, Liv. Progresso, Bahia, 1958, 4ª edição, 1976, Saraiva; Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro, Liv. Progresso, Bahia, 1958; Contatos, Forense, Rio, 1959, 11ª edição, 1987; Marx e Kelsen, Ed. Freitas Bastos, Rio, 1960 (esgotada); Obrigações, Ed. Rev. Forense, Rio, 1960, 6ª edição, 1981; Direito Privado, Ed. Freitas Bastos, Rio, 1960 (esgotada); em colaboração com Elson Gottschalk — Curso de Direito do Trabalho, Forense, Rio, 1963, 10ª edição, 1987; Memória Justificativa do Anteprojeto de Código Civil, Imprensa Nacional, Rio, 1963; Anteprojeto do Código Civil, Imprensa Nacional, 1962, Fo-

rense, 1983; A reforma do Código Civil, Ed. da Universidade da Bahia, 1987; Direito Econômico, Bahia, D. L. Salvador, 1975, em colaboração com Antunes Varela Saraiva, São Paulo, 1977; Transformações Gerais do Direito e das Obrigações, Ed. MEC, Tribunais, São Paulo, 1967, 2ª edição, 1980; em colaboração com Nelson Carneiro — do reconhecimento dos filhos adulterinos, Forense, Rio, 1952, 2ª, 1957; Direito da Família, Forense, Rio, 1970, 3ª, 1978; Alienação Fiduciária e Garantia, Ed. Rev. Tribunais 1970, 4ª edição, 1974; Contrato de Adesão, Ed. Rev. Tribunais, 1972; Novas Questões do Direito Civil, Saraiva, São Paulo, 1979, 2ª edição de 1978; Direito e Desenvolvimento, Ed. Universidade da Bahia, 1961; Questões do Direito do Trabalho, LTR, São Paulo, 1973; O Novo Direito de Família, Bahia, 1979, 2ª edição, Sérgio Fabrício, Porto Alegre; Harengas, Bahia, 1972; Escritos Menores, Saraiva, São Paulo, 1981; Novíssimas Questões do Direito Civil, Saraiva, São Paulo, 1984, 2ª edição, 1988; Novos Estudos do Direito Civil, Forense, Rio, 1985; Ensaios de Direito Civil e Direitos do Trabalho, AIDÉ, Rio, 1986; Questões mais recentes do Direito Privado, São Paulo Saraiva, 1988.

Além destas obras colaborou assiduamente na Revista Forense, na Revista dos Tribunais e Fórum, da Revista da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, Scientia Jurídica, de Portugal, Ciências Jurídicas do Brasil, Revista da Universidade de Tulane, Nova Orleans, E.U. América do Norte, e Gaze-ta Del Trabajo, de Buenos Aires

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente

O SR. OSMAR LEITÃO (PFL — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a redação dada ao § 1º do art. 204, do texto ora submetido ao segundo turno regimental de votação, prescreve que as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

Entendendo que as finalidades do Sistema Único de Saúde é a universalização do atendimento médico-hospitalar e sua permanente atualização, ofereci emenda ao dispositivo citado, prescrevendo a supressão do texto "tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos", constante da parte final do referido parágrafo.

Justificando a proposição, esclareci que a preferência instituída não faz sentido, pois o que é de interesse público, no caso, é a prestação eficiente dos serviços médicos — qualidade que devem possuir tanto as instituições privadas como as entidades filantrópicas que venham a participar do Sistema.

Além disso, em face do processo de competição que caracteriza a livre iniciativa, as instituições privadas aprimoram seus serviços permanentemente, não merecendo por esse fato um segundo plano entre os prestadores da assistência médica-hospitalar devida à população.

Finalmente, os argumentos produzidos na Emenda concluíram que, se os serviços das instituições privadas são prestados mediante contrato

de direito público, cuja rescisão imediata fica autorizada, está evidentemente resguardado, como é devido, o interesse da população.

A Relatoria, infelizmente, não se sensibilizou com essa justificativa, oferecendo parecer pela rejeição da emenda, porquanto entende que a preferência dada às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos destina-se a ressaltar "a relevância pública dos serviços de saúde"

Inconformado com essas razões, insisto em que o tema deve merecer maior reflexão. A relevância pública das ações e serviços de saúde não será logicamente exaltada pela preferência assegurada às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos, mas pelo apoio, sem discriminações, ao conjunto de setores que se vão dedicar à assistência da população.

Até por definição, tal como consta do art. 202 do Projeto em votação, "as ações e serviços de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e também por pessoa física ou jurídica de direito privado".

Era o que tinha a dizer. (muito bem!)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é com imenso prazer que parabeno a população porangatuense, através de seu honrado Prefeito, Sr. João Gonçalves dos Reis, e sua Câmara Municipal, na pessoa de seu Presidente, Ivan Vieira Soares, pelo quadragésimo aniversário de elevação à cidade de Porangatu.

Segundo consta, a povoação, denominada Descoberto, data do início da mineração de ouro, originária de famosos garimpos do bandeirante João Leite.

Dizem que em 1592, os Padres da Cia. de Jesus construíram na região a fazenda de Pindobeira, que notabilizou-se como colônia de índios

Dizem ainda que foi na região onde se localiza a cidade que ocorreu a história do negro Dunga, escravo possuidor de enorme pepita de ouro, querendo sua liberdade, cortava-a diariamente para pagar a tamina imposta pelo seu senhor.

Na divisão administrativa de 1911, aparece como distrito de Pilar, já na divisão de 1933, surge como pertencente a Santana (Uruaçu).

Tomou seu atual nome pelo Decreto-Lei nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, permanecendo como distrito de Uruaçu.

Através da Lei nº 122 de 1948, tornou-se município.

Hoje, com uma população de 44 000 habitantes, é muito importante para o Estado de Goiás, visto produzir 46 200 ton de arroz; 10.500 de milho; 1.500 de mandioca.

Possui ainda 111 estabelecimentos industriais e 200 comerciais; 7 agências bancárias e 2 retransmissoras de televisão, com mais uma em andamento.

Além de seu potencial econômico, investe na educação, possuindo 80 escolas de 1º e 2º graus e uma Faculdade.

A saúde também merece atenção, possuindo 3 hospitais.

Sr. Presidente, Porangatu é um município novo mas que ocupa lugar de destaque no Estado, em virtude do potencial de seu povo e capacidade administrativa de seus dirigentes.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. FERES NADER (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tomamos conhecimento, com grande perplexidade, do avanço da Aids entre os índios brasileiros e os menores abandonados. São dois fatores recentes que estão preocupando as autoridades do setor, com reflexos em todos os brasileiros. O fato só se tornou público durante o Simpósio Aids — Perspectiva Epidemiológicas, Clínicas, Terapêuticas e profiláticas.

Os números são altamente preocupantes. Até agora, foram registrados 118 casos de Aids em crianças e adolescentes no Brasil, infectados através de transfusão de sangue, aleitamento, durante a gestação ou por viver em promiscuidade. O número corresponde a 3% do total de casos no País, superior ao índice nos Estados Unidos, que é de 2%, onde a contaminação do sangue é menor. Apesar da fiscalização nos bancos de sangue, houve pelo menos dois casos de Aids em crianças devido à transfusão, nos últimos seis meses.

O problema já estabeleceu polêmica entre os especialistas. Enquanto um grupo defende a necessidade de orientar as mães infectadas a não amamentarem, pois já está comprovada a transmissão do vírus pelo leite, outros acham que essa informação não deve ser motivo de campanha ao público para não prejudicar o esforço que as autoridades e médicos fazem para divulgar as vantagens do aleitamento materno.

Entendemos que se deva orientar as mães infectadas, mas observando que aquelas que estiverem sadias devem amamentar os seus filhos.

Na área indígena, o quadro ganha novos agravantes principalmente pelo fato de ainda ser desconhecido o número de infectados. Ademais, pela própria tradição dos silvícolas, haverá dificuldades para um confinamento dos enfermos.

A Aids é o grande fantasma que amedronta, cresce e mata, nos dias coevos. A vacina capaz de detê-lo parece muito distante, apesar de todo o esforço dos cientistas no sentido de isolar o vírus HIV, que sofre mutações com velocidade muito rápida. Acredita-se que a doença será controlada, mas a curto prazo isso não acontecerá através dos conhecimentos da ciência mas sim pela educação da população, a que chamaremos "medidas preventivas".

Sugerimos, Sr. Presidente, que se procure, com urgência, confinar os índios infectados, a fim de que a doença não faça novas vítimas. Do mesmo modo, há necessidade de se promover o recolhimento dos menores já infectados, como se tem feito com os enfermos de outros segmentos da sociedade brasileira. Desse modo, poderá haver um maior controle da Aids, até que a ciência descubra uma droga capaz de eliminar o vírus HIV.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. AIRTON CORDEIRO (PFL — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 27 deste agosto, o Paraná festeja o centenário de fundação da Imprensa Paranaense.

O centenário, em si, no Brasil, de uma empresa autenticamente nacional, é fato que extrapola a rotina de nossa história econômico-empresarial.

Mas, para nós, paranaenses, o centenário da Imprensa Paranaense, hoje colocada entre as principais do País, tanto pelo faturamento, recolhimento de tributos, quanto pelos benefícios sociais

que gera para milhares de funcionários, é fator de júbilo muito particular.

A família Schrappe, que mantém e dirige a empresa, modelar, exemplo de avanço tecnológico no segmento gráfico, é legatária de uma história de ousadia: a de crença no Brasil e seu destino, escrita pelo imigrante alemão Max Schrappe, que no século passado, recém-chegado à maioridade, resolveu que, nesta terra, deixaria frutos exemplares.

Os frutos legados pelo pioneiro Max Schrappe estão aí, visíveis, notáveis nas exportações de rótulos e embalagens, no abastecimento do mercado interno com produto gráfico que mostra — através da Imprensa Paranaense — que o Brasil oferece, no segmento, trabalhos competitivos com aqueles das nações de largas tradições no setor.

A história da Imprensa Paranaense é indissociável da vida de nosso Estado: nasceu com o Barão do Serro Azul, uma paradigma muito distinto, no capítulo das atividades empresariais paranaenses. Lá se imprimiu o *Jornal* — O 19 de dezembro —, marco de nossa vida cultural, no Paraná, e marco da história dos meios de comunicação social, no século passado.

Em meio às incertezas que cercam a Nação, contemplar o centenário da Imprensa Paranaense é refletir em torno de histórias de vidas que multiplicam benefícios sociais e econômicos ao País.

Nos dividendos sociais gerados pela Imprensa Paranaense, dos mais notáveis, e a capacidade que o pioneiro Max Schrappe e seus descendentes demonstraram: a da formação profissional e o constante aperfeiçoamento daqueles que formaram e dos que formam seus quadros funcionais. Seus colaboradores, como os Schrapperadores costumam referir-se aos seus empregados.

Não exagero, porque a conheço e dela me orgulho: a Imprensa Paranaense é notável formadora de mão-de-obra especializada. Ela, ao longo de 100 anos de existência, parece ter definido como bandeira esta quase obsessão de preparar quadros para o segmento industrial gráfico, suprimindo as notórias e lastimáveis deficiências do setor oficial na preparação profissional para ramo gráfico.

E, ao preparar, o homem para atender, dentro dos melhores padrões internacionais, a um dos segmentos com ressonância na vida cultural do País — o gráfico —, a Imprensa Paranaense torna-se redobrada merecedora de nossa homenagem.

Em Curitiba, onde tem a sede, e nas unidades de São Paulo e Blumenau, a família Schrappe e seus milhares de colaboradores são um dos melhores exemplos de confiança no Brasil: mantém a Imprensa Paranaense acompanhando a evolução tecnológica, mundial ampliam investimentos e recursos humanos, formam novas gerações de profissionais gráficos positivamente diferenciados no contexto nacional, participa substancialmente para o carregamento de divisas, exportando serviços gráficos.

O registro, nos Anais desta Casa, do centenário da Imprensa Paranaense é, pois, acredo, uma questão de justiça. (Muito bem!)

A SRA. DIRCEU TUTU QUADROS (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Brasil celebra no dia

de amanhã uma das páginas mais tristes de sua História Republicana: a renúncia a 25 de agosto de 1961 do então Presidente Jânio Quadros.

Em gesto intempestivo e injustificável, que a todos colheu com surpresa e indignação, o Presidente deu cabo a sete meses de governo com lacônico bilhete ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro Moura Andrade, e alguns argumentos mal-alinhados deixados em poder do seu Ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta.

Ainda hoje, passados quase três décadas, o Brasil sofre com as consequências de seu ato, depois de confiar-lhe a Suprema Magistratura da Nação com consagrada votação no pleito de 3 de outubro de 1960.

Jânio Quadros, após realizar um governo brilhante e honesto no Estado de São Paulo, elegendo seu sucessor um dos homens públicos mais sérios e competentes de sua época, o saudoso Prof. Carvalho Pinto, percorreu todo o Brasil com um discurso moralizador, nacionalista e de esperança. Colheu nas praças públicas das centenas de cidades por onde andou, na mais festiva e vitoriosa de todas as campanhas eleitorais que este País já viu, o apoio em massa de seus patriotas. Prometeu a "revolução pelo voto", atacou a corrupção administrativa presente na máquina estatal, lembrou seu governo em São Paulo e acenou com a poderosa bandeira das mudanças estruturais e da paz social.

Adolescente ainda, orgulhosa de meu pai, viajei todo o Brasil em sua companhia, auxiliando-o, torcendo por sua eleição, secretariando-o e, sutilmente, servindo de motivação para o eleitorado mais jovem.

Lembro-me do discurso célebre do governador da Bahia, o sempre querido amigo Juracy Magalhães, na Convenção Nacional da UDN no Palácio Tiradentes, onde alertando os seus correligionários para o estilo extremamente pessoal de Jânio Quadros, colocou-se como alternativa eleitoral e encerrou sua profética oração com um verso de Carlos Drummond de Andrade — "E agora, José?"

E agora, Brasil?

Agora, passados 27 anos, com mudanças sociais, políticas e econômicas profundas, cabe uma análise rápida, mas nunca superficial, das consequências da renúncia de Jânio Quadros, do Brasil pós-Jânio, da quase guerra-civil com o veto dos ministros militares ao saudoso Vice-Presidente João Goulart, da solução capenga do parlamentarismo e do golpe militar de 64, que acabaria por cassar os direitos políticos e confinar por boa temporada o ex-Presidente Jânio Quadros.

Jânio representou um transe histórico na vida de seu povo. Sua palavra, sua mensagem renovadora, a vassourada moralizadora que prometera aos brasileiros, sua marca histórica de 6 milhões de votos, tudo isso, enfim, representou a modernidade na vida pública, sepultando um passado de mitos, de ameaças de golpes, de soluções políticas ineficientes. Todavia, ironia das ironias, o homem encarregado de acabar com os golpes e de sepultar os mitos, mitificou-se e demonstrou uma estranha e desconhecida tendência para o totalitarismo e a ditadura personalista.

Se por um lado seu governo foi progressista, entregando ao Chanceler Afonso Fainhos de Melo Franco a tarefa de realizar uma política externa independente e avançada, chegando mesmo a

condecorar a figura legendaria de Ernesto Che Guevara, por outro, perdeu-se nas páginas do folclore político e do pitoresco, inaugurando um estilo por demais pessoal e pouco frutífero de administrar um país pobre e subdesenvolvido como o nosso.

A renúncia de Jânio, raiz de todos os nossos problemas, responsável pela antevéspera do golpe de 64, injustificável e inaceitável para os milhões de brasileiros que o elegeram, é fato que marca de forma lamentável nossa história recente. Por seu aspecto imprevisível, por sua conotação golpista, pelo trágico e pelo bisonho, merecerá dos brasileiros um silêncio de repulsa, tristeza e desaprovção.

Se existe um aspecto positivo em seu curto governo, o da moralidade, devo saudá-lo, por questão de Justiça e isenção. Principalmente agora, nestes dias agitados, quando o Vice-Presidente José Sarney, levado pelo acaso ao cume do poder, comanda um desgoverno corrupto, incompetente e impopular.

Não poderia deixar de registrar minhas palavras sinceras hoje quando a mágoa e a decepção substituem a vergonha que me cobriu naqueles tempos passados.

Agosto rima com desgosto, mas não rima com resignação.

Haveremos de estar vigilantes, atentos aos homens públicos, para que com a força dos ideais, empunhando bandeiras decentes ou cabos-de-vassouras, jamais deixem o caminho certo da fidelidade ao povo para, mais na frente, o abandono e se recolherem à solidão do mar, fugindo de não se sabe o quê ou em busca de um poder que jamais irão merecer.

Hoje, Srs. Constituintes, é um dia de reflexão, tristeza e dor para os milhões de brasileiros que um dia acreditaram em Jânio Quadros. (Muito bem!)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PJ — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com imensa satisfação constatamos na última sessão que a rejeição de uma absurda emenda de adequação queria alterar a aposentadoria de professoras aos 25 anos e professores aos 30 anos, limitando-as aos 1º e 2º Graus, em relação aos professores da rede pública, visto que os da rede privada têm essa limitação votada no primeiro turno.

Não se pode falar em compatibilizar com um texto futuro, que certamente será alterado, pois temos emenda supressiva para tanto, entre outras, e se, como espero no segundo turno, suprimirmos essa limitação, não poderíamos alterar por suposição.

Por isso antes da votação tentamos impugnar, remetendo a votação para posteriormente votarmos concomitantemente.

Quanto à limitação da rede privada, esclarecemos que foi a única alternativa, para que nossa emenda fosse acolhida, pois na reunião de lideranças, queria se impedir esse tipo de aposentadoria para as professoras. Então, concordamos com o texto, para com a votação da supressão, estendermos à totalidade da categoria.

Estamos satisfeitos, pois apresentamos emendas desde a primeira fase de Subcomissões, Comissões, Sistematização e Plenário para garantirmos aposentadoria diferenciada aos nossos

mestres responsáveis pela educação e cultura de nosso povo.

Foi uma luta intensa, mas não tão grande que pudesse justificar o reconhecimento que devoto à minha primeira professora, jovem que permitiu-me chegar a ser um Constituinte.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando o brigadeiro Octávio Moreira Lima reconheceu, numa entrevista, que a Amazônia é uma região vulnerável em infraestrutura e até mesmo em proteção de vôo, referia-se a um dos fatos conhecidos por quantos sobrevoam seu território.

Evidentemente, a abalizada opinião do Ministro da Aeronáutica estava apoiada em avaliações feitas através de recente operação da FAB na região, apurando-se que ela não somente pode ser alvo da incursão de grupos guerrilheiros estrangeiros, como já aconteceu, mas também de constantes atividades predatórias à ecologia, além daquelas relacionadas com o contrabando, inclusive de tóxicos.

Assim, o Projeto Calha Norte é suficiente para garantir à região o mínimo de segurança, tanto mais quanto, nas últimas décadas, os projetos propostos para a Amazônia não foram realizados a contento.

Conclui o brigadeiro que a chamada ideologia da “segurança nacional” serviu apenas para perseguições durante a fase de conflito ideológico.

O almirante Maximiano da Fonseca, quando Ministro da Marinha, defendeu a tese da volta dos civis ao poder e da redemocratização como fatores capazes de melhorar o problema da segurança efetiva, prevendo-se, em consequência, a mesma estrutura dos outros comandos de área já previstos no plano diretor do Exército, com a elevação do grau de segurança em áreas pobres da região, à semelhança do que ocorreu em Tabatinga, onde o Exército dispõe de uma unidade para emprego na selva, considerada um das mais adestradas do Hemisfério: o Centro de Instrução de Guerra na Selva, sediado em Manaus.

A Aeronáutica pretende reforçar suas guarnições na Amazônia, constituídas pelo 7º Comando Aéreo, pelas bases de Roraima e Porto Velho, Belém e Manaus.

Atua na região uma força que faz o patrulhamento fluvial e marítimo, promovendo o apoio social às populações ribeirinhas, operando com dois navios hospital.

Identificaram-se, na região, três espaços diferenciados de fronteira: um, entre Tabatinga e Oiapoque; o segundo na orla ribeirinha dos rios Solimões e Amazonas e seus principais afluentes; o terceiro, formado pelo núcleo interiorano, no restante da área.

Mas, para êxito do Projeto da Calha Norte, é preciso que o estudo dos problemas sejam integrados, não se esquecendo a Amazônia dos países vizinhos, especialmente quanto ao intercâmbio comercial.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ CARLOS GRECCO (PSDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, desejamos deixar assinalado o nosso mais veemente repúdio à tentativa de expurgar do texto constitucional, em elabo-

ração a votação pelo sistema de dois turnos, a qual configura inequívoco autoritarismo no campo eleitoral.

Ora, Sr. Presidente, não se compreende como estejamos escrevendo uma Carta sob inspiração de princípios democráticos e, ao mesmo tempo, admita que conste em seu texto um casuísmo inominável como a da exclusão dos dois turnos nas eleições de 15 de novembro.

A democracia pressupõe o voto como fonte legítima de poder, e esse voto, para afirmar-se como manifestação democrática, não pode estar viciado por casuísmos e por manobras que visam apenas implantar a ditadura das minorias.

Entendemos, Sr. Presidente, que já é hora de tratarmos as eleições em nosso País como coisa séria; a consagração desse grande absurdo representaria, a nosso ver, uma lesão irreparável ao novo texto constitucional, que se é novo não pode ter cheiro de mofo.

É inquestionável a excelência democrática do princípio eleitoral de dois turnos, o qual consagra sempre a maioria expressa de forma democrática e livre, afastando a possibilidade de que tenhamos eleitos que não poderão exercer o mandato em sua plenitude, porque podem ser legais mas não serão jamais legítimos.

Reafirmamos por isso, Sr. Presidente, o nosso absoluto repúdio a essa tentativa, preferindo ficar com a decisão histórica do nosso Partido, PSDB, que não fará jamais o jogo do autoritarismo e do casuísmo.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, apresentamos uma proposição à deliberação da Câmara dos Deputados, vedando em todo o território nacional, às emissoras de rádio e de televisão, a exclusividade nas transmissões de eventos esportivos de qualquer natureza.

Os contratos firmados visando a transmissão de eventos esportivos e que por qualquer razão não venha a ser utilizados com a efetiva transmissão, serão cedidos a outra emissora que se disponha a indenizar, com quantia igual à do valor do contrato firmado pela emissora detentora do direito de transmissão com as entidades realizadoras do evento.

A cessão do direito de transmissão poderá ser efetuada a uma ou mais emissoras.

O valor da indenização de que trata este artigo mesmo no caso de cessão a mais de uma emissora, nunca ultrapassará o do original do contrato previsto para aquele evento ou na falta de valor específico será calculado na proporção exata que a ele caberia tendo-se por base o montante do contrato.

Na hipótese de cessão do contrato a duas ou mais emissoras, estas se cotizarão para cobrirem o valor contratado.

É de interesse do público telexpectador esportivo acompanhar pela televisão a realização de partidas de futebol em que o clube que apresenta sua região ou aquele de que é torcedor esteja disputando o jogo daquele dia.

No entanto, já está se tomando hábito ver-se esse público privado de acompanhar esses eventos esportivos, vez que, quer no futebol, quer no basquetebol, vôlei e outros esportes, as emissoras de televisão se aperfioaram no sistema de com-

petição pela exclusividade na transmissão do acontecimento esportivo, não pelo de importante que haverá em si, mas sobretudo visando a impossibilidade de que suas congêneres lhes tirem a liderança de audiência naquele horário.

Fica, então, o telespectador entregue à caprichosa programação das emissoras que detêm a exclusividade das transmissões contratadas de antemão, sem alternativa de escolher outro canal que pudesse estar transmitindo esses jogos.

Portanto, apresentamos uma proposição, que visa proporcionar às emissoras de radiodifusão e de TV, o direito de levar até seu público o programa que ele deseja assistir, sem que o fato cause quaisquer prejuízos nem àqueles que detêm o direito de transmissão, nem aos clubes ou entidades envolvidos no evento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Peço aos Srs. Constituintes ocupem seus lugares, para que seja feita a verificação de **quorum**.

Queiram registrar os números de códigos. (Pausa)

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(Procede-se à verificação de **quorum**)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Encerrada a verificação.

Vai ser feita a apuração. (Pausa.)

Estão presentes 325 Srs. Constituintes.

Há número para votação.

REGISTRARAM PRESENÇA OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães
Abigail Feitosa
Acival Gomes
Ademir Andrade
Adhemar de Barros Filho
Adolfo Oliveira
Adroaldo Streck
Adylson Motta
Afonso Sancho
Agripino de Oliveira Lima
Ailton Cordeiro
Ailton Sandoval
Albérico Cordeiro
Alceni Guerra
Aldo Arantes
Alfredo Campos
Almir Gabriel
Aloisio Vasconcelos
Aloysio Chaves
Aluizio Campos
Álvaro Antônio
Amaral Netto
Amaury Müller
Anna Maria Rattes
Annibal Barcellos
Antônio Carlos Franco
Antônio Carlos Konder Reis
Antoniocarlos Mendes Thame
Antônio de Jesus
Antonio Gaspar
Antonio Mariz
Arnaldo Faria de Sá
Arnaldo Moraes
Arolde de Oliveira

Arténir Werner
 Artur da Távola
 Asdrubal Bentes
 Assis Canuto
 Átila Lira
 Augusto Carvalho
 Benedicto Monteiro
 Benedita da Silva
 Bernardo Cabral
 Beth Azize
 Bocayuva Cunha
 Caio Pompeu
 Carlos Alberto Caó
 Carlos Cotta
 Carlos Mosconi
 Carlos Sant'Anna
 Carlos Vinagre
 Cássio Cunha Lima
 Célio de Castro
 Celso Dourado
 César Maia
 Chagas Duarte
 Chagas Rodrigues
 Cid Sabóia de Carvalho
 Cláudio Ávila
 Cleonânio Fonseca
 Darcy Deitos
 Daso Coimbra
 Delfim Netto
 Délio Braz
 Denisar Arneiro
 Dionísio Hage
 Dirce Tutu Quadros
 Dirceu Carneiro
 Djenal Gonçalves
 Domingos Leonelli
 Doreto Campanari
 Edésio Frias
 Edivaldo Motta
 Edme Tavares
 Edmilson Valentim
 Eduardo Bonfim
 Eduardo Jorge
 Eduardo Moreira
 Egídio Ferreira Lima
 Eliel Rodrigues
 Eraldo Tinoco
 Eraldo Trindade
 Etevaldo Nogueira
 Euclides Scalco
 Evaldo Gonçalves
 Expedito Machado
 Ézio Ferreira
 Fábio Feldmann
 Fábio Raunheitti
 Farabulini Júnior
 Fausto Fernandes
 Feres Nader
 Fernando Bezerra Coelho
 Fernando Gomes
 Flávio Rocha
 Florestan Fernandes
 Floriceno Paixão
 França Teixeira
 Francisco Amaral
 Francisco Benjamim
 Francisco Carneiro
 Francisco Dias Alves
 Francisco Diógenes
 Francisco Dornelles
 Francisco Küster

Francisco Pinto
 Francisco Rossi
 Furtado Leite
 Gastone Righi
 Genebaldo Correia
 Geovani Borges
 Geraldo Alickmin Filho
 Geraldo Campos
 Geraldo Fleming
 Gerson Peres
 Gidel Dantas
 Gonzaga Patriota
 Guilherme Palmeira
 Gumercindo Milhomem
 Harlan Gadelha
 Haroldo Lima
 Hélio Duque
 Hélio Manhães
 Henrique Córdova
 Hilário Braun
 Homero Santos
 Humberto Lucena
 Humberto Souto
 Iberê Ferreira
 Ibsen Pinheiro
 Inocêncio Oliveira
 Irma Passoni
 Israel Pinheiro
 Itamar Franco
 Ivo Lech
 Ivo Mainardi
 Jairo Carneiro
 Jalles Fontoura
 Jamil Haddad
 Jarbas Passarinho
 Jayme Paliarin
 Jayme Santana
 Jesualdo Cavalcanti
 Joaci Góes
 João Calmon
 João Cunha
 João de Deus Antunes
 João Machado Rollemberg
 João Menezes
 João Paulo
 Joaquim Bevilacqua
 Joaquim Francisco
 Joaquim Sucena
 Jofran Frejat
 Jorge Arbage
 Jorge Bornhausen
 Jorge Hage
 Jorge Leite
 Jorge Medauar
 Jorge Queued
 Jorge Vianna
 José Camargo
 José Carlos Grecco
 José Carlos Sabóia
 José Carlos Vasconcelos
 José da Conceição
 José Dutra
 José Elias
 José Fernandes
 José Fogaça
 José Genoino
 José Jorge
 José Lins
 José Luiz de Sá
 José Luiz Maia
 José Maria Eymael

José Maurício
 José Paulo Bisol
 José Queiroz
 José Richa
 José Tavares
 José Teixeira
 José Ulisses de Oliveira
 José Yunes
 Júlio Costamilan
 Jutahy Magalhães
 Koyu Iha
 Lael Varella
 Leite Chaves
 Lélío Souza
 Leopoldo Peres
 Leur Lomanto
 Lídice da Mata
 Lourival Baptista
 Lúcio Alcântara
 Luís Eduardo
 Luís Roberto Ponte
 Luiz Alberto Rodrigues
 Luiz Freire
 Luiz Henrique
 Luiz Inácio Lula da Silva
 Luiz Marques
 Luiz Salomão
 Luiz Viana Neto
 Lysâneas Maciel
 Maguito Vilela
 Maluly Neto
 Manuel Viana
 Marcelo Cordeiro
 Márcia Kubitschek
 Marco Maciel
 Marcos Perez Queiroz
 Mário Assad
 Mário Covas
 Mário Lima
 Mário Maia
 Matheus Jensen
 Maurício Corrêa
 Maurílio Ferreira Lima
 Mauro Benevides
 Mauro Borges
 Mauro Campos
 Mauro Sampaio
 Meira Filho
 Mendes Botelho
 Mendes Canale
 Mendes Ribeiro
 Messias Góis
 Messias Soares
 Michel Temer
 Milton Barbosa
 Milton Lima
 Milton Reis
 Miraldo Gomes
 Miro Teixeira
 Moema São Thiago
 Moysés Pimentel
 Mozarildo Cavalcanti
 Nabor Júnior
 Naphthalí Alves de Souza
 Nelson Aguiar
 Nelson Carneiro
 Nelson Jobim
 Nelson Wedekin
 Nestor Duarte
 Ney Maranhão
 Nilson Gibson

Nion Albermaz
 Octávio Elísio
 Olívio Dutra
 Onofre Corrêa
 Orlando Bezerra
 Osmar Leitão
 Osvaldo Bender
 Oswaldo Almeida
 Oswaldo Trevisan
 Paes de Andrade
 Paulo Almada
 Paulo Delgado
 Paulo Macarini
 Paulo Marques
 Paulo Paim
 Paulo Pimentel
 Paulo Ramos
 Paulo Zarzur
 Pedro Canedo
 Plínio Arruda Sampaio
 Plínio Martins
 Raimundo Bezerra
 Raimundo Rezende
 Raquel Capiberibe
 Renato Vianna
 Ricardo Izar
 Rita Camata
 Roberto Brant
 Roberto Campos
 Roberto D'Ávila
 Roberto Freire
 Roberto Jefferson
 Roberto Torres
 Roberto Vital
 Robson Marinho
 Rodrigues Palma
 Ronan Tito
 Rosa Prata
 Rospide Netto
 Ruy Bacelar
 Ruy Nedei
 Sadie Hauache
 Salatiel Carvalho
 Sandra Cavalcanti
 Sérgio Spada
 Sérgio Werneck
 Severo Gomes
 Sigmaringa Seixas
 Sívio Abreu
 Simão Sessim
 Siqueira Campos
 Sólon Borges dos Reis
 Sotero Cunha
 Tadeu França
 Telmo Kirst
 Teotônio Vilela Filho
 Theodoro Mendes
 Tito Costa
 Ubiratan Aguiar
 Uldurico Pinto
 Valmir Campelo
 Vasco Alves
 Vicente Bogo
 Victor Faccioni
 Victor Fontana
 Vilson Souza
 Vingt Rosado
 Vinicius Cansanção
 Virgildásio de Senna
 Virgílio Galassi
 Virgílio Guimarães

Vitor Buaiz
 Vladimir Palmeira
 Wagner Lago
 Waldyr Pugliesi
 Walmor de Luca
 Wilson Campos
 Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 — Vai-se passar à

IV — ORDEM DO DIA

Votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno. (Art. 29, § 4º do Regimento Interno). (Votação iniciada).

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, justifico a ausência do Líder do meu Partido, Deputado Brandão Monteiro, que se encontra no Rio de Janeiro, em função de problemas familiares.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Peço que, no recinto da Assembléia Nacional Constituinte, só com ordem da Presidência, se faça qualquer manifestação. Peço a colaboração dos Srs. Constituintes.

O Sr. Mário Lima — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveito este intervalo para comunicar a V. Exª que se encontra no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte o nosso ex-Colega, Deputado Federal por três Legislaturas, ex-Governador de Pernambuco, atual Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Dr. Barbosa Lima Sobrinho (palmas), o grande pernambucano e brasileiro que tem dedicado toda a sua vida à defesa dos interesses nacionais. Inclusive V. Exª o teve como companheiro naquela sua patriótica anticandidatura, quando V. Exª defendia, por todos os meios e modos, a democracia para o povo brasileiro. Ele está-se dirigindo à Presidência para cumprimentar V. Exª e, ao mesmo tempo, fazer entrega de uma bandeira, simbolizando a luta dos nacionalistas em defesa das riquezas nacionais e, de maneira especial, do monopólio estatal do petróleo.

O Dr. Barbosa Lima Sobrinho, ex-Governador de Pernambuco e ex-Deputado Federal por três Legislaturas, é orgulho do nosso povo! (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Srs. Constituintes, a chamada é para efeito de **quorum**. Para ganhar tempo, peço a compreensão dos que ainda não votaram que, atingido o **quorum** regimental, há condições de passarmos à votação. A presença dos companheiros será registrada no curso da votação.

Há número para votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio, do nobre Constituinte Edivaldo Motta, o Destaque nº 281, e do Constituinte José Carlos Vasconcelos, o Destaque nº 1.230.

O Sr. Erico Pegoraro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, demorei 15 minutos esperando o elevador no 8º andar. Quero registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Perfeito.

O Sr. Santinho Furtado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Será registrada a presença de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 O destaque objetiva o art. 75, inciso I, trata-se do Tribunal de Contas:

"Art. 75 —
 I — um terço escolhido pelo Presidente da República com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, entre auditores..."

Aqui vem o que os autores desejam retirar:

"... e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, sendo os critérios o de atividade e merecimento."

Quer-se retirar a expressão "membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União".

Pergunto se o nobre Constituinte Edivaldo Motta está presente. (Pausa.)

Peço aos Srs. Constituintes tomem os seus lugares, para que eu tenha condições de conduzir os trabalhos. (Pausa.)

O nobre Constituinte Edivaldo Motta está no plenário? (Pausa.)

S. Exª está na Casa.

O texto é dos nobres Constituintes Edivaldo Motta e José Carlos Vasconcelos.

Tem a palavra o nobre Relator

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) —
 Sr. Presidente, a fim de não perdermos muito tempo, apenas anuncio aos Srs. Constituintes que esta emenda não tem como ser acolhida.

Sou pela sua rejeição, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 O Sr. Relator é pela rejeição da proposição.

É o art. 75, inciso I, do § 2º Retira a expressão "Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas". (Pausa.)

O nobre Constituinte José Carlos Vasconcelos retira a emenda.

O Sr. Edivaldo Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Edivaldo Motta retira a emenda com os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Nelson Sabrá está presente? (Pausa.)

S. Ex^a não está. Portanto, fica prejudicada a sua proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) Há uma emenda do nobre Constituinte José Carlos Vasconcelos.

Qual é a opinião do Relator?

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) - Sr. Presidente, prefiro pedir ao nobre Constituinte José Carlos Vasconcelos que retire a sua emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Atendendo ao apelo, o nobre Constituinte retira a emenda, com as nossas palmas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Emenda do nobre Constituinte Geraldo Campos. (Pausa.)

S. Ex^a retirou a sua proposição, com os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Há outra emenda do nobre Constituinte Edivaldo Motta. Há um destaque e uma emenda. Art. 75, § 4º

S. Ex^a está presente?

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para colaborar com os trabalhos da Constituinte, retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Muito grato ao eminente Constituinte Edivaldo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Temos aqui emendas dos Constituintes Humberto Lucena, Eunice Michiles e Guilherme Palmeira. S. Ex^{as} desejam supressão parcial, art. 77, parágrafo único. O que desejam é o seguinte... (Pausa.) O Constituinte Humberto Lucena retira.

A Constituinte Eunice Michiles está presente em plenário? (Pausa.)

S. Ex^a não está presente. A proposição fica prejudicada.

O Constituinte Guilherme Palmeira está presente em plenário? (Pausa.)

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL — AL. Sem revisão do orador.) — Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Os nossos agradecimentos.

O Sr. Raimundo Lira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito à Mesa que registre a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Do nobre Constituinte José Maurício, Destaque nº 214.

O texto do nobre Constituinte José Maurício é o seguinte:

"Suprimir, no art. 79, § 2º . . ."

O Sr. José Maurício — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, objetivando a celeridade dos trabalhos, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, e as emendas do art. 77?

O Sr. Chico Humberto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a nos pudesse explicar o porquê da não votação do § 1º do art. 38, uma vez que já passamos, várias vezes já foi protelada, já foi adiada a votação, e sabemos das pressões que os Governadores de Estado estão fazendo em cima dos Constituintes para poder modificar essa emenda, que é a emenda moralizadora dos gastos do dinheiro público em propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Quero dizer a V. Ex^a que não é somente esta emenda. Existem várias emendas que estão sendo estudadas, ou pelas Lideranças ou pela Presidência.

Peço a V. Ex^a, para o bom andamento dos trabalhos, tenha compreensão que, assim que ultimemos estudo será comunicada a decisão a respeito da emenda.

O Sr. Ailton Cordeiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AIRTON CORDEIRO (PFL — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveitando ainda o que acaba de afirmar o Constituinte Chico Humberto, quero dizer a V. Ex^a e à Assembleia Nacional Constituinte que vários Governadores de Estado deste País, beneficiários diretos do uso indevido do dinheiro público para a sua promoção pessoal, estão pressionando Constituinte para que essa matéria seja alterada.

Como um dos autores da emenda, ao lado do Constituinte Chico Humberto, afirmo a V. Ex^a que, como não há acordo de Lideranças, vamos

exigir a votação do texto original do Projeto de Constituição B.

Peço a V. Ex^a, em nome da moralidade, inclusive da dignidade desta Assembleia, que esta matéria seja votada imediatamente, Sr. Presidente. Está insuportável o clima aqui dentro deste Plenário. (Muito Bem! Palmas.)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, até para agilizar os trabalhos da Mesa, está circulando uma proposta de nova redação de acordo, o que é impossível, porque não há acordo possível entre as Lideranças para dar nova redação ao texto sobre a publicidade. Portanto, repito, é impossível viabilizar o acordo para produzir uma nova redação. O texto terá que ser votado, e a emenda supressiva. E há uma nova emenda sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Eu diria que o texto será votado hoje. Como estou ouvindo V. Ex^a terei que ouvir outros setores que estavam na busca de um entendimento. Se não há entendimento, votaremos, mas votaremos hoje a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 596

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T00765-5. **Arnaldo Martins.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 765 (Do Sr. Arnaldo Martins)

Suprimir do parágrafo único do art. 80, a expressão "ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior", ficando a seguinte redação:

"Art. 80.

Parágrafo único. Se, decorridos dez dias, da data fixada para a posse, o Presidente não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Passa-se à votação do Destaque nº 596 do nobre Constituinte Arnaldo Martins, que diz respeito ao art. 80, parágrafo único. (Pausa.)

Pergunto se o nobre Constituinte Arnaldo Martins está presente no Plenário.

O parágrafo único diz o seguinte:

"Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior...

S. Ex^a deseja retirar a referência a ou "Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago".

Quer dizer, seria declarado vago com a ausência do Presidente, eliminando-se a possibilidade de que a assunção se faça pelo Vice.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Arnaldo Martins, para encaminhar.

O SR. ARNALDO MARTINS (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lembramos, ao apresentar a nossa emenda, dos graves problemas que houve, no ano de 1985, com a assunção do Presidente José Sarney; lembramos daquela madrugada, da doença do então eleito Presidente Tancredo Neves e que, naquela madrugada, em que não se sabia quem assumiria, dois juristas viraram a noite para decidir quem seria o Presidente do País: um deles foi o nosso Presidente Ulysses Guimarães, aqui presente; o outro, foi o General Leônidas Pires. Os dois juntos viraram madrugada para saber, num caso como esse do Presidente Tancredo Neves, quem assumiria a Presidência da República. Vários juristas, inclusive Dalmo Dallari, de São Paulo, fizeram um trabalho em que mostravam que o Presidente José Sarney jamais poderia assumir a Presidência da República, tendo em vista que o seu Titular não o havia feito. Logo, não haveria um cargo vago para o seu substituto.

Apresentamos, então uma emenda, no sentido de que não haja mais esse problema. Desde já, devemos dizer aos Srs. Constituintes que, quando apresentamos a emenda, estávamos na fase em que só valiam as emendas verdadeiramente supressivas ou de correção de linguagem, porque, anteriormente, não tínhamos condições de apresentar outro tipo de emenda.

Apresentamos uma emenda, na qual fizemos um acréscimo, que pedimos ao Sr. Presidente da nossa Assembléia Nacional Constituinte, bem como às Lideranças, a aprovem desta maneira. Então, o texto do parágrafo único do art. 80 ficaria da seguinte forma:

"Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente não tiver assumido o cargo, este será declarado vago, havendo nova eleição."

É a nossa proposta. É o que pedimos seja aprovado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na leitura que acaba de fazer o eminente Constituinte Arnaldo Martins, S. Ex.^a acrescenta uma expressão que não existe na sua emenda, depois de "vago, havendo nova eleição".

Em verdade, S. Ex.^a acaba com o cargo de Vice-Presidente da República.

Ademais, Sr. Presidente, a redação do parágrafo único do art. 80 está condizente com a boa doutrina e técnica legislativa.

Por esta razão, pela rejeição; "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

O Relator, como ouviram, é pela rejeição da proposição.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "não".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota "não".

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota "não".

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em nome do Direito, da lógica e da decência política, recomendando à minha Bancada vote "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "não".

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recomendo à Bancada do PFL votar "não".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B votará "não".

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a questão é aberta na Bancada do Partido Democrata Cristão, mas esta Liderança votará "sim".

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "não".

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, houve um acordo de todas as Lideranças no sentido da rejeição da emenda. O Partido Liberal vota "não".

O Sr. José Genoino — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Os Srs. Constituintes queiram tomar os seus lugares, por favor.

Vamos aos códigos.

Estamos aqui para votar e a forma normal de votar é sentado; excepcionalmente é que se vota no posto avulso. (Pausa.)

Podem votar. A proposição tem parecer contrário do eminente Relator.

Votem "sim", "não" ou "abstenção".

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

A Sr. Sandra Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, peço licença a V. Ex.^a para, aproveitando este espaço de tempo em que alguns Colegas estão votando nos postos avulsos, solicitar à Mesa a votação da matéria referente aos dois turnos de eleição para as prefeituras. Não há acordo algum possível na Casa. A matéria realmente chegou a um ponto em que não há acordo nem dentro das próprias legendas partidárias. Nós, por exemplo, do PFL do Estado do Rio de Janeiro, não vamos acompanhar as posições da Liderança do nosso Partido, porque cada Bancada está votando de acordo com as perspectivas locais de cada cidade, de cada município.

Então, Sr. Presidente, é terrível para todos que essa matéria vá sendo procrastinada, adiada, quando não vai haver acordo. Não vamos entrar em acordo para votar a matéria dos dois turnos. Queremos que ela venha a Plenário e quem quiser derrubar o texto motivo de acordo, motivo de votação no primeiro turno e na Comissão de Sistematização, que consiga os 280 votos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Ouvi com atenção a ponderação de V. Ex.^a como também ouviu de dos Líderes, vou manter contatos com S. Ex.^a a respeito deste assunto, para que possamos decidir.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 854):

SIM — 21

NÃO — 378

ABSTENÇÃO — 4

TOTAL — 403

A emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Não

Adaauto Pereira — Não

Ademir Andrade — Não

Adhemar de Barros Filho — Não

Adolfo Oliveira — Não

Adroaldo Streck — Não

Adylson Motta — Sim

Afonso Arinos — Não

Afonso Sancho — Não

Agripino de Oliveira Lima — Não

Ailton Cordeiro — Não

Ailton Sandoval — Não

Albano Franco — Não

Albérico Cordeiro — Não

Alceni Guerra — Não

Aldo Arantes — Não

Alexandre Puzyna — Não

Alfredo Campos — Não

Almir Gabriel — Não

Aloisio Vasconcelos — Não

Aloysio Chaves — Não

Aluizio Campos — Não

Álvaro Antônio — Não

Alysson Paulinelli — Não

Amaral Netto — Sim

Amaury Müller — Não

Ângelo Magalhães — Não

Anna Maria Rattes — Não

Annibal Barcellos — Não

Antônio Carlos Franco — Não

Antônio Carlos Konder Reis — Não

Antônio de Jesus — Não

Antonio Ferreira — Não

Antonio Gaspar — Não

Antonio Perosa — Não

Antonio Salim Curiati — Não

Antonio Ueno — Não

Arnaldo Faria de Sá — Não

Arnaldo Martins — Sim

Arnaldo Moraes — Não

Arnold Fioravante — Sim

Arolde de Oliveira — Não

Artur da Távola — Não

Asdrubal Bentes — Não

Assis Canuto — Não

Átila Lira — Não

Augusto Carvalho — Não

Basílio Villani — Não

Benedicto Monteiro — Não

Benedita da Silva — Não

Bernardo Cabral — Não

Beth Azize — Não

Bocayuva Cunha — Não

Bonifácio de Andrada — Não

Caio Pompeu — Não

Carlos Alberto Caó — Não

Carlos Chiarelli — Não

Carlos Cotta — Não

Carlos Mosconi — Não

Carlos Sant'Anna — Não

Cássio Cunha Lima — Não

Célio de Castro — Não

Celso Dourado — Não

César Maia — Não

Chagas Duarte — Não

Chagas Rodrigues — Não

Chico Humberto — Não

Cid Sabóia de Carvalho — Não

Cláudio Ávila — Não

Cristina Tavares — Sim

Cunha Bueno — Sim

Dálton Canabrava — Não

Darcy Deitos — Não

Darcy Pozza — Não

Daso Coimbra — Não

Delfim Netto — Sim

Délio Braz — Não

Denisar Arneiro — Sim

Dionísio Dal Prá — Não

Dirce Tutu Quadros — Não

Dirceu Carneiro — Não

Djenal Gonçalves — Não

Domingos Leonelli — Não

Edésio Frias — Não

Edivaldo Motta — Não

Edme Tavares — Não

Edmilson Valentim — Não

Eduardo Bonfim — Não

Eduardo Jorge — Não

Eduardo Moreira — Não

Egídio Ferreira Lima — Não

Eliel Rodrigues — Não

Eraldo Tinoco — Abstenção

Eraldo Trindade — Não

Erico Pegoraro — Não

Ervin Bonkoski — Sim

Etevaldo Nogueira — Não

Euclides Scalco — Não

Eunice Michiles — Não

Evaldo Gonçalves — Não

Exedito Machado — Não

Ézio Ferreira — Não

Fábio Feldmann — Não

Farabulini Júnior — Não

Fausto Fernandes — Não

Fausto Rocha — Não

Felipe Mendes — Não

Fernando Bezerra Coelho — Não

Fernando Gomes — Não

Fernando Santana — Não

Firmo de Castro — Não

Flavio Palmier da Veiga — Não

Flávio Rocha — Não

Florestan Fernandes — Não

Floríceno Paixão — Não

França Teixeira — Não

Francisco Amaral — Não

Francisco Benjamim — Não

Francisco Carneiro — Não

Francisco Dias Alves — Não

Francisco Diógenes — Não

Francisco Dornelles — Não

Francisco Küster — Não

Francisco Pinto — Não

Francisco Rollemberg — Não

Francisco Rossi — Não

Furtado Leite — Não

Gabriel Guerreiro — Não

Gastone Righi — Não

Genebaldo Correia — Não

Genésio Bernardino — Não

Geraldo Alckmin Filho — Não

Geraldo Campos — Não

Geraldo Fleming — Não

Geraldo Melo — Não

Gerson Camata — Não

Gerson Marcondes — Não

Gerson Peres — Não

Gidel Dantas — Não

Gonzaga Patriota — Não

Guilherme Palmeira — Não

Gumerindo Milhomem — Não

Harlan Gadelha — Não

Haroldo Lima — Não

Haroldo Sabóia — Não

Hélio Costa — Não

Hélio Manhães — Não

Henrique Córdova — Sim

Hermes Zaneti — Não

Hilário Braun — Não

Homero Santos — Não

Humberto Lucena — Não

Humberto Souto — Não

Iberê Ferreira — Não

Ibsen Pinheiro — Não

Inocêncio Oliveira — Não

Iram Saraiva — Não

Irapuan Costa Júnior — Não

Irma Passoni — Não

Israel Pinheiro — Não

Itamar Franco — Não

Ivo Lech — Não

Ivo Mainardi — Não

Jacy Scanagatta — Não

Jairo Cameiro — Não

Jalles Fontoura — Não

Jamil Haddad — Não

Jarbas Passarinho — Sim

Jayme Paliarin — Não

Jayme Santana — Não

Jesualdo Cavalcanti — Não

Jesus Tajra — Não

Joaci Góes — Não

João Agripino — Não

João Calmon — Não

João Carlos Bacelar — Não

João de Deus Antunes — Não

João Herrmann Neto — Não

João Machado Rollemberg — Não

João Menezes — Não

João Paulo — Não

Joaquim Bevilacqua — Não

Joaquim Sucena — Não

Jofran Frejat — Não

Jonas Pinheiro — Não

Jorge Arbage — Sim

Jorge Bornhausen — Não

Jorge Hage — Não

Jorge Leite — Não

Jorge Medauar — Não

Jorge Uequed — Não

Jorge Vianna — Não

José Agripino — Não

José Camargo — Não

José Carlos Grecco — Não

José Carlos Martinez — Não

José Carlos Sabóia — Não

José Carlos Vasconcelos — Não

José Costa — Não

José da Conceição — Não

José Dutra — Não

José Egreja — Sim

José Elias — Não

José Fernandes — Não

José Genoíno — Não

José Guedes — Não

José Ignácio Ferreira — Não

José Jorge — Não

José Lins — Não

José Lourenço — Não

José Luiz de Sá — Não
 José Luiz Maia — Não
 José Maria Eymael — Sim
 José Maurício — Não
 José Moura — Não
 José Paulo Bisol — Não
 José Queiroz — Não
 José Richa — Não
 José Santana de Vasconcellos — Não
 José Tavares — Não
 José Thomaz Nonô — Não
 José Tinoco — Não
 José Ulisses de Oliveira — Não
 José Yunes — Não
 Júlio Costamilan — Não
 Jutahy Magalhães — Não
 Koyu Iha — Não
 Lael Varela — Não
 Lavoisier Maia — Não
 Leite Chaves — Não
 Lélío Souza — Não
 Leopoldo Peres — Não
 Leur Lomanto — Não
 Lídice da Mata — Não
 Lourival Baptista — Não
 Lúcia Vânia — Não
 Lúcio Alcântara — Não
 Luís Eduardo — Não
 Luís Roberto Ponte — Não
 Luiz Alberto Rodrigues — Não
 Luiz Freire — Não
 Luiz Gushiken — Não
 Luiz Henrique — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não
 Luiz Marques — Não
 Luiz Salomão — Não
 Luiz Viana — Não
 Luiz Viana Neto — Não
 Lysâneas Maciel — Não
 Maguito Vilela — Não
 Maluly Neto — Não
 Manoel Castro — Não
 Manoel Moreira — Não
 Manoel Ribeiro — Não
 Manuel Viana — Sim
 Marcelo Cordeiro — Não
 Márcia Kubitschek — Não
 Márcio Braga — Não
 Márcio Lacerda — Não
 Marco Maciel — Não
 Marcos Lima — Não
 Marcos Perez Queiroz — Não
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Maria Lúcia — Não
 Mário Assad — Não
 Mário Covas — Não
 Mário de Oliveira — Não
 Mário Lima — Não
 Mário Maia — Não
 Marluce Pinto — Não
 Matheus Iensen — Não
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Fruet — Não
 Maurício Nasser — Não
 Mauro Benevides — Não
 Mauro Borges — Não
 Mauro Campos — Não
 Mauro Sampaio — Não
 Meira Filho — Não
 Mendes Botelho — Não
 Mendes Canale — Não

Mendes Ribeiro — Não
 Messias Góis — Não
 Messias Soares — Não
 Michel Temer — Não
 Milton Barbosa — Não
 Milton Lima — Não
 Milton Reis — Não
 Miraldo Gomes — Não
 Miro Teixeira — Não
 Moysés Pimentel — Sim
 Mozarildo Cavalcanti — Não
 Mussa Demes — Não
 Nabor Júnior — Não
 Naphtali Alves de Souza — Não
 Narciso Mendes — Não
 Nelson Cameiro — Não
 Nelson Jobim — Não
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nelson Friedrich — Não
 Nestor Duarte — Não
 Ney Maranhão — Não
 Nilson Gibson — Não
 Nion Albernaz — Não
 Norberto Schwantes — Não
 Nyder Barbosa — Não
 Octávio Elísio — Não
 Odacir Soares — Não
 Olívio Dutra — Não
 Onofre Corrêa — Não
 Orlando Bezerra — Não
 Oscar Corrêa — Não
 Osmar Leitão — Não
 Osmir Lima — Não
 Osvaldo Bender — Não
 Osvaldo Macedo — Não
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Oswaldo Almeida — Não
 Oswaldo Trevisan — Não
 Paes Landim — Não
 Paulo Almada — Não
 Paulo Delgado — Não
 Paulo Macarini — Não
 Paulo Marques — Não
 Paulo Paim — Não
 Paulo Pimentel — Não
 Paulo Ramos — Não
 Paulo Roberto Cunha — Não
 Paulo Silva — Não
 Paulo Zarzur — Não
 Pedro Canedo — Não
 Pedro Ceolin — Não
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Plínio Martins — Não
 Pompeu de Sousa — Não
 Raimundo Bezerra — Não
 Raimundo Lira — Não
 Raimundo Rezende — Abstenção
 Raquel Cândido — Não
 Raquel Capiberibe — Não
 Raul Belém — Não
 Renato Bernardi — Não
 Renato Vianna — Não
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Não
 Roberto Balestra — Não
 Roberto Campos — Não
 Roberto D'Ávila — Não
 Roberto Freire — Não
 Roberto Torres — Não
 Roberto Vital — Não

Robson Marinho — Não
 Rodrigues Palma — Não
 Ronaldo Cezar Coelho — Não
 Ronan Tito — Não
 Rosa Prata — Abstenção
 Rospide Netto — Não
 Ruy Bacelar — Não
 Ruy Nedel — Não
 Sadie Hauache — Não
 Salatiel Carvalho — Não
 Samir Achôa — Não
 Sandra Cavalcanti — Não
 Santinho Furtado — Não
 Saulo Queiroz — Não
 Sérgio Naya — Não
 Sérgio Spada — Não
 Sérgio Wernick — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Não
 Simão Sessim — Não
 Siqueira Campos — Sim
 Sólón Borges dos Reis — Não
 Sotero Cunha — Não
 Stélio Dias — Não
 Tadeu França — Não
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Theodoro Mendes — Não
 Tito Costa — Não
 Ubiratan Aguiar — Não
 Ubiratan Spinelli — Não
 Uldurico Pinto — Não
 Valmir Campelo — Não
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Não
 Victor Fontana — Não
 Vilson Souza — Não
 Vingt Rosado — Não
 Vinicius Cansção — Não
 Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Galassi — Não
 Virgílio Guimarães — Não
 Vitor Buaiz — Não
 Vladimir Palmeira — Não
 Wagner Lago — Não
 Waldyr Pugliesi — Não
 Walmor de Luca — Não
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Não

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Destaque nº 592, do Constituinte Carlos Alberto
 Caó, a quem concedo a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT —
 R.J. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente,
 está retirado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Agradecemos a V. Exª a preciosa colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, requerimento de destaque nos se-
 guintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.591

Sr. Presidente, requeiro destaque para a Emenda
 nº 2T01032-0. — **Egídio Ferreira Lima.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 É a seguinte matéria destacada:

EMENDA Nº 1.032
(Do Sr. Egidio Ferreira Lima)

Suprimam-se os §§ 1º e 2º do art. 83, do Projeto de Constituição.

Em decorrência da supressão, impõe-se, igualmente, sejam suprimidos as expressões "e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição", contidas no art. 84 seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 1 591, do Constituinte Egidio Ferreira Lima, que suprime os § 1º e 2º do art. 83, a quem concedo a palavra

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB — PE) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no art. 43, o projeto disciplina questão relevante e fadada a ter profunda repercussão política no curso do processo e no curso da democracia

O Sr. Relator prevê a hipótese da vacância do cargo de Presidente e de Vice-Presidente da República e diz que ocorrendo isto, serão procedidas eleições no prazo de 90 dias

Poderia e deveria ter ficado aí no **caput** do artigo com o que a vacância, em relação ao Presidente e ao Vice-Presidente, determinaria, forçosamente, a realização de eleição, mas, o Relator não quis assim. No § 1º, S. Exª estabelece que, se esta vacância se verificar a partir do segundo ano de mandato do Presidente e o Vice-Presidente da República, os sucessores deverão ser eleitos pelo Congresso Nacional.

Aí se comete uma falha e um equívoco da maior gravidade. Devemo-nos lembrar de que o regime é presidencialista e que a eleição indireta do Presidente da República pelo Congresso Nacional não se compadece com o regime presidencialista, não se ajusta, não se harmoniza à natureza e ao caráter do regime presidencialista.

Este artigo, este mecanismo, como se encontra posto, é uma fonte de crise e de impasses. Estamos todos lembrados, e devemos refletir sobre os exemplos oferecidos pela nossa História, como foram dolorosos para o nosso País os episódios da não aceitação pelo estamento e por setores da sociedade da figura do Vice-Presidente da República.

Lembrem-se do que ocorreu com Café Filho, logo depois com Carlos Luz e, também, com João Goulart. Lembrem-se de que esses Vice-Presidentes foram eleitos pelo voto direto, em eleição popular.

Imaginem, agora, um Presidente da República eleito pelo voto indireto para cumprir dois anos de mandato.

Dentro do próprio regime autoritário, temos o exemplo doloroso de Pedro Aleixo, que, sendo o Vice-Presidente do ex-General e Presidente Arthur da Costa e Silva, foi impedido pelas Forças Armadas de assumir a Presidência da República.

Deixar o texto como se encontra é alimentar um viveiro para impasses e grandes crises.

O que deveria ter feito o texto?

Deveria ter parado na hipótese de que, vagando a Presidência e a Vice-Presidência, seriam realizadas eleições populares, qualquer que tenha sido o decurso do mandato, até a ocorrência do evento e se iniciaria, com a nova eleição, um novo mandato, completo, de Presidente da República. Ele não seria eleito pelo voto popular para cumprir

um ano, dois, três meses, mas iniciaria um novo mandato.

Por isso, a emenda conserva o **caput** do art. 83, que está assim redigido.

"Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição em 90 dias depois de aberta a última vaga"

E extirpa o § 1º, porque ele prevê a hipótese da eleição indireta para Presidente e Vice-Presidente e, em decorrência, suprime, também, o § 2º. A emenda ainda remete o Constituinte para o art. 44, mandando retirar a expressão "e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição", porque, nas Disposições, se prevê que todo mandato de Presidente da República se inicia no dia 1º de janeiro. Quem fez isso procedeu com o propósito de fazer coincidir o ano financeiro com o início do mandato. Mas a administração é impessoal. Não há que ligá-la ao Presidente da República pela morte, pela renúncia, pelo fim do mandato. S. Exª deixa o cargo e não há nenhuma solução de continuidade na administração

Por isso a emenda, Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Relator José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na verdade, a Emenda Egidio Ferreira Lima baseia-se no princípio da não regularidade dos mandatos, princípio que havíamos adotado quando da organização, nesta Constituinte, do sistema parlamentarista. O princípio da dissolução da Câmara levava à não regularidade dos mandatos. Mas, agora, foi adotado o princípio da regularidade, com posse a 1º de janeiro. Se não tivéssemos os §§ 1º e 2º, ficaria em aberto esta questão, criando-se uma grave instabilidade institucional, um vácuo que pudesse dar margem a situações contrárias ao processo democrático.

Dai por que, Sr. Presidente, o parecer do Relator é contrário à emenda do ilustre Constituinte Egidio Ferreira Lima.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O Relator se manifesta pela rejeição da proposição.

Vamos votar. Queiram ocupar os seus lugares, para que possamos votar (Pausa.)

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim" na Emenda Egidio Ferreira Lima.

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço licença a V. Exª para solicitar à Bancada do PFL vote "não".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, vamos manter o texto, votaremos "não".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para preservar a estabilidade das instituições, a Liderança do PDC orienta a sua Bancada a votar "sim".

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "não".

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS libera a Bancada para votar o assunto.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, constringido com o fato de a emenda ser do eminente Constituinte Egidio Ferreira Lima, a Liderança acompanha o Relator e vota "não".

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará "não" à emenda.

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "não" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer contrário. (Pausa.)

Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem "sim", "não" ou "abstenção".

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação*)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —

Quero, ao agradecer o comparecimento tão significativo dos Srs. Constituintes, confirmar que teremos sessão durante toda a semana: sexta-feira, sábado, domingo, continuando, depois, segunda-feira, e assim por diante.

É necessário, é um apelo da Constituinte e desta Nação, para que possamos realmente progredir. E estamos progredindo de uma maneira bastante sensível, animadora e estimuladora, mas não pode haver esse interregno.

Peço que os companheiros estejam aqui. Está confirmado. Estou pedindo aos que estão fora venham para as sessões, inclusive sexta-feira, sábado, domingo, é claro que continuaremos na segunda-feira.

É o apelo que a Constituinte faz aos seus dignos membros.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —

Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 855):

SIM — 60
NÃO — 329
ABSTENÇÃO — 3
TOTAL — 392

A Emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Não
Adauto Pereira — Não
Ademir Andrade — Não
Adhemar de Barros Filho — Não
Adolfo Oliveira — Não
Adroaldo Streck — Não
Adylson Motta — Sim
Afonso Arinos — Não
Afonso Sancho — Não
Agripino de Oliveira Lima — Não
Airton Cordeiro — Não
Airton Sandoval — Não
Alceni Guerra — Sim
Aldo Arantes — Não
Alexandre Puzyna — Não
Alfredo Campos — Não
Aloisio Vasconcelos — Não
Aloysio Chaves — Não
Álvaro Antônio — Não
Alysson Paulinelli — Não
Amaral Netto — Não
Amaury Muller — Não
Ângelo Magalhães — Não
Anna Maria Rattes — Sim
Annibal Barcellos — Não
Antônio Carlos Franco — Não
Antônio Carlos Konder Reis — Não
Antônio de Jesus — Não
Antonio Ferreira — Não

Anônio Gaspar — Sim
Antonio Perosa — Não
Antonio Salim Cunati — Não
Antonio Ueno — Não
Arnaldo Faria de Sá — Não
Arnaldo Martins — Não
Arnaldo Moraes — Não
Arnold Fioravante — Não
Artenir Werner — Abstenção
Artur da Távola — Não
Asdrubal Bentes — Não
Assis Canuto — Não
Átila Lira — Não
Augusto Carvalho — Não
Basílio Villani — Não
Benedicto Monteiro — Não
Benedita da Silva — Sim
Bernardo Cabral — Não
Beth Azize — Não
Bocayuva Cunha — Não
Bonifácio de Andrada — Sim
Caio Pompeu — Não
Carlos Alberto Caó — Não
Carlos Chiarelli — Não
Carlos Cotta — Não
Carlos Mosconi — Não
Carlos Sant'Anna — Não
Carlos Vinagre — Não
Cássio Cunha Lima — Não
Célio de Castro — Não
Celso Dourado — Sim
César Maia — Não
Chagas Duarte — Não
Chagas Rodrigues — Não
Chico Humberto — Não
Cid Sabóia de Carvalho — Não
Cláudio Ávila — Não
Cristina Tavares — Não
Cunha Bueno — Sim
Dáilton Canabrava — Não
Darcy Deitos — Não
Darcy Pozza — Sim
Daso Coimbra — Não
Delfim Netto — Sim
Délío Braz — Sim
Denisar Arneiro — Não
Dionísio Dal Prá — Não
Dionísio Hage — Não
Dirceu Tutu Quadros — Não
Dirceu Carneiro — Sim
Djenal Gonçalves — Não
Domingos Juvenil — Não
Domingos Leonelli — Não
Doreto Campanari — Sim
Edésio Frias — Não
Edison Lobão — Não
Edivaldo Motta — Sim
Edme Tavares — Não
Edmilson Valentim — Não
Eduardo Bonfim — Não
Eduardo Jorge — Sim
Eduardo Moreira — Não
Egídio Ferreira Lima — Sim
Eliel Rodrigues — Não
Eraldo Trindade — Não
Ervin Bonkoski — Não
Etevaldo Nogueira — Não
Eunice Michiles — Não
Evaldo Gonçalves — Não
Exedito Machado — Não
Ézio Ferreira — Não

Fábio Feldmann — Não
Fausto Fernandes — Não
Fausto Rocha — Não
Felipe Mendes — Não
Fernando Bezerra Coelho — Não
Fernando Henrique Cardoso — Sim
Fernando Santana — Não
Firmo de Castro — Não
Flavio Palmier da Veiga — Não
Flávio Rocha — Não
Florestan Fernandes — Sim
França Teixeira — Sim
Francisco Amaral — Não
Francisco Benjamim — Não
Francisco Carneiro — Não
Francisco Dias Alves — Não
Francisco Dornelles — Sim
Francisco Küster — Não
Francisco Rollemberg — Não
Francisco Rossi — Não
Gabriel Guerreiro — Sim
Gastone Righi — Não
Genésio Bernardino — Não
Geovani Borges — Não
Geraldo Alckmin Filho — Não
Geraldo Campos — Não
Geraldo Fleming — Não
Geraldo Melo — Não
Gerson Camata — Não
Gerson Marcondes — Não
Gerson Peres — Não
Gonzaga Patriota — Não
Guilherme Palmeira — Não
Gumerindo Milhomem — Sim
Harlan Gadelha — Sim
Haroldo Lima — Não
Haroldo Sabóia — Não
Hélio Costa — Não
Hélio Manhães — Não
Hélio Rosas — Abstenção
Henrique Córdova — Sim
Hermes Zaneti — Não
Hilário Braun — Não
Humberto Lucena — Não
Humberto Souto — Não
Iberê Ferreira — Não
Ibsen Pinheiro — Não
Inocêncio Oliveira — Não
Iram Saraiva — Não
Irapuan Costa Júnior — Não
Irma Passoni — Sim
Israel Pinheiro — Não
Itamar Franco — Sim
Ivo Lech — Não
Ivo Vanderlinde — Não
Jacy Scanagatta — Não
Jairo Azi — Sim
Jairo Carneiro — Sim
Jamil Haddad — Não
Jarbas Passarinho — Não
Jayme Paliarin — Não
Jayme Santana — Não
Jesualdo Cavalcanti — Não
Jesus Tajra — Não
João Agripino — Sim
João Calmon — Não
João Carlos Bacelar — Não
João de Deus Antunes — Não
João Herrmann Neto — Não
João Machado Rollemberg — Não
João Menezes — Não

João Paulo — Não
 Joaquim Bevilacqua — Não
 Joaquim Sucena — Não
 Jofran Frejat — Não
 Jonas Pinheiro — Não
 Jorge Arbage — Sim
 Jorge Bornhausen — Não
 Jorge Hage — Não
 Jorge Leite — Não
 Jorge Uequed — Não
 Jorge Vianna — Não
 José Agripino — Não
 José Camargo — Não
 José Carlos Grecco — Não
 José Carlos Sabóia — Não
 José Carlos Vasconcelos — Não
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Sim
 José Elias — Não
 José Fernandes — Não
 José Fogaça — Não
 José Genoíno — Sim
 José Guedes — Não
 José Jorge — Não
 José Lins — Não
 José Lourenço — Não
 José Luiz de Sá — Não
 José Luiz Maia — Sim
 José Maranhão — Não
 José Maurício — Não
 José Melo — Não
 José Mendonça Bezerra — Não
 José Moura — Não
 José Paulo Bisol — Não
 José Queiroz — Não
 José Richa — Não
 José Santana de Vasconcellos — Não
 José Serra — Sim
 José Tavares — Não
 José Thomaz Nonô — Não
 José Tinoco — Não
 José Ulisses de Oliveira — Não
 José Viana — Não
 José Yunes — Não
 Giovanni Masini — Não
 Júlio Costamilan — Não
 Jutahy Magalhães — Não
 Koyu Iha — Não
 Lael Varella — Não
 Lavoisier Maia — Não
 Leite Chaves — Não
 Lélío Souza — Não
 Leopoldo Peres — Não
 Leur Lomanto — Não
 Levy Dias — Não
 Lezio Sathler — Não
 Lídice da Mata — Não
 Lúcia Vânia — Não
 Lúcio Alcântara — Não
 Luís Eduardo — Não
 Luís Roberto Ponte — Não
 Luiz Alberto Rodrigues — Não
 Luiz Freire — Não
 Luiz Gushiken — Sim
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Não
 Luiz Viana — Não
 Luiz Viana Neto — Não
 Lysâneas Maciel — Não
 Maguito Vilela — Não
 Maluly Neto — Não

Manoel Castro — Não
 Manoel Moreira — Não
 Manoel Ribeiro — Não
 Manuel Viana — Não
 Marcelo Cordeiro — Não
 Márcia Kubitschek — Não
 Márcio Braga — Não
 Márcio Lacerda — Não
 Marco Maciel — Não
 Marcos Lima — Não
 Marcos Perez Queiroz — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Maria Lúcia — Não
 Mário Assad — Não
 Mário Covas — Não
 Mário de Oliveira — Não
 Mário Lima — Não
 Mário Maia — Não
 Marluce Pinto — Não
 Matheus Iensen — Não
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Fruct — Não
 Maurício Nasser — Não
 Maurício Pádua — Não
 Mauro Benevides — Não
 Mauro Borges — Não
 Mauro Campos — Não
 Mauro Miranda — Não
 Mauro Sampaio — Não
 Max Rosenmann — Não
 Meira Filho — Não
 Mello Reis — Não
 Mendes Botelho — Não
 Mendes Ribeiro — Não
 Messias Góis — Não
 Michel Temer — Não
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Lima — Não
 Milton Reis — Não
 Miro Teixeira — Sim
 Moema São Thiago — Não
 Mozarildo Cavalcanti — Não
 Nabor Júnior — Não
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Narciso Mendes — Não
 Nelson Aguiar — Não
 Nelson Carneiro — Não
 Nelson Jobim — Não
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nelton Friedrich — Não
 Ney Maranhão — Não
 Nilson Gibson — Não
 Norberto Schwantes — Não
 Nyder Barbosa — Não
 Octávio Elisio — Não
 Odacir Soares — Não
 Olívio Dutra — Sim
 Onofre Corrêa — Não
 Orlando Bezerra — Não
 Oscar Corrêa — Não
 Osmar Leitão — Não
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Não
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Não
 Oswaldo Trevisan — Não
 Ottomar Pinto — Não
 Paes Landim — Não
 Paulo Almada — Não
 Paulo Delgado — Sim

Paulo Macarini — Não
 Paulo Paim — Não
 Paulo Pimentel — Não
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Roberto — Não
 Paulo Roberto Cunha — Não
 Paulo Silva — Não
 Paulo Zarzur — Não
 Pedro Canedo — Não
 Pedro Ceolin — Não
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Plínio Martins — Não
 Raimundo Bezerra — Não
 Raimundo Lira — Não
 Raimundo Rezende — Não
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberibe — Não
 Raul Ferraz — Não
 Renato Bernardi — Não
 Renato Vianna — Não
 Ricardo Izar — Não
 Rita Camata — Não
 Rita Camata — Não
 Roberto Augusto — Não
 Roberto Balestra — Sim
 Roberto Brant — Não
 Roberto D'Ávila — Não
 Roberto Freire — Não
 Roberto Torres — Não
 Roberto Vital — Não
 Robson Marinho — Não
 Rodrigues Palma — Não
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Ronan Tito — Não
 Rosa Prata — Não
 Rospide Netto — Não
 Ruy Bacelar — Não
 Ruy Nadel — Não
 Sadie Hauache — Não
 Salatiel Carvalho — Não
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Não
 Saulo Queiroz — Não
 Sérgio Naya — Não
 Sérgio Spada — Não
 Sérgio Werneck — Não
 Severo Gomes — Não
 Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Não
 Simão Sessim — Não
 Siqueira Campos — Não
 Sólton Borges dos Reis — Não
 Sotero Cunha — Sim
 Stélio Dias — Sim
 Tadeu França — Sim
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Theodoro Mendes — Não
 Tito Costa — Não
 Ubiratan Aguiar — Não
 Ubiratan Spinelli — Não
 Uldurico Pinto — Não
 Ulysses Guimarães — Abstenção
 Valmir Campelo — Não
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Não
 Vilson Souza — Não
 Vingt Rosado — Não
 Vinicius Cansanção — Não

Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Galassi — Não
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Waldyr Pugliesi — Não
 Wilma Maia — Não
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Não
 Ziza Valadares — Não

O Sr. Farabulini Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na votação anterior o meu voto foi “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Pergunto se está na Casa o nobre Constituinte Marcos Queiroz.

O SR. MARCOS QUEIROZ (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo que minha emenda seja submetida à votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.599

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T01036-2. — **Marcos Queiroz.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1 036
(Do Sr. Marcos Queiroz)

Suprima-se o parágrafo único do art. 85, do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A emenda do nobre Constituinte é de nº 1.036, Destaque nº 1 599. Refere-se ao art. 85, que trata da competência do Presidente da República. S. Exª deseja suprimir o parágrafo único. O parágrafo único diz o seguinte.

“Ficam o Presidente e o Vice-Presidente da República obrigados a enviar ao Congresso Nacional relatório circunstanciado dos resultados de suas viagens.”

Vincula-se ao **caput** do art. 81, que só com a licença do Congresso é que o Presidente ou o Vice-Presidente da República poderão ausentar-se do País.

A emenda tem parecer favorável do Relator.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como há acordo de Liderança, o Partido Comunista Brasileiro votará “sim”. É justa a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O PCB vota “sim” e a emenda é considerada justa.

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Democrata Cristão vota “sim”.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota “sim”, conforme acordo de todas as Lideranças

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço licença a V. Exª para recomendar à Bancada do PFL votar “sim”.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”, com o acordo.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará “sim” à emenda.

O Sr. José Maurício — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. JOSÉ MAURÍCIO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT, honrando o acordo, vota “sim”.

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro também vota “sim”.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS vota “sim”.

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PC do B vota “não”

O Sr. José Luiz de Sá — Sr. Presidente; peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A emenda tem parecer favorável (Pausa.)

Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem “sim”, “não” ou “abstenção”

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O Sr. Ivo Mainardi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. IVO MAINARDI (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para registrar o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O Sr. Ricardo Izar — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RICARDO IZAR (PFL — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para registrar o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 856):

SIM — 369
 NÃO — 21
 ABSTENÇÃO — 3
 TOTAL — 393

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
 Acival Gomes — Sim
 Adauto Pereira — Sim

Ademir Andrade — Sim
 Adhemar de Barros Filho — Sim
 Adolfo Oliveira — Sim
 Adroaldo Streck — Sim
 Adylson Motta — Sim
 Aécio de Borba — Sim
 Afonso Arinos — Sim
 Ailton Cordeiro — Sim
 Ailton Sandoval — Sim
 Albano Franco — Sim
 Aldo Arantes — Não
 Alexandre Puzyna — Sim
 Alfredo Campos — Sim
 Aloisio Vasconcelos — Sim
 Aloysio Chaves — Sim
 Aluizio Bezerra — Sim
 Aluizio Campos — Sim
 Álvaro Antônio — Sim
 Alysson Paulinelli — Sim
 Amaral Netto — Sim
 Amaury Müller — Sim
 Ângelo Magalhães — Sim
 Anna Maria Rattes — Sim
 Annibal Barcellos — Sim
 Antero de Barros — Sim
 Antônio Carlos Franco — Sim
 Antônio Carlos Konder Reis — Sim
 Antoniocarlos Mendes Thame — Sim
 Antônio de Jesus — Sim
 Antonio Ferreira — Sim
 Antonio Perosa — Sim
 Antonio Salim Curati — Sim
 Antonio Ueno — Sim
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Arnaldo Martins — Sim
 Arnaldo Moraes — Sim
 Arnold Fioravante — Sim
 Artur da Távola — Sim
 Asdrubal Bentes — Sim
 Assis Canuto — Sim
 Átila Lira — Sim
 Augusto Carvalho — Sim
 Basílio Villani — Sim
 Benedicto Monteiro — Sim
 Benedita da Silva — Sim
 Bernardo Cabral — Sim
 Beth Azize — Sim
 Bocayuva Cunha — Sim
 Bonifácio de Andrada — Sim
 Bosco França — Não
 Caio Pompeu — Sim
 Carlos Alberto Caó — Sim
 Carlos Benevides — Sim
 Carlos Chiarelli — Sim
 Carlos Cotta — Sim
 Carlos Mosconi — Sim
 Carlos Sant'Anna — Sim
 Cássio Cunha Lima — Sim
 Célio de Castro — Sim
 César Maia — Sim
 Chagas Duarte — Sim
 Chagas Rodrigues — Sim
 Chico Humberto — Sim
 Cid Sabóia de Carvalho — Sim
 Cláudio Ávila — Sim
 Cunha Bueno — Sim
 Dálton Canabrava — Sim
 Darcy Deitos — Sim
 Darcy Pozza — Sim
 Daso Coimbra — Não
 Delfim Netto — Sim

Délio Braz — Não
 Denisar Arneiro — Sim
 Dionísio Dal Prá — Sim
 Dionísio Hage — Sim
 Dirce Tutu Quadros — Sim
 Dirceu Carneiro — Não
 Djenal Gonçalves — Sim
 Domingos Leonelli — Sim
 Doreto Campanari — Sim
 Edésio Frias — Sim
 Edison Lobão — Sim
 Edivaldo Motta — Sim
 Edme Tavares — Sim
 Edmilson Valentim — Não
 Eduardo Bonfim — Não
 Eduardo Jorge — Sim
 Eduardo Moreira — Sim
 Egídio Ferreira Lima — Sim
 Eliel Rodrigues — Sim
 Enoc Vieira — Sim
 Eraldo Tinoco — Sim
 Eraldo Trindade — Sim
 Erico Pegoraro — Sim
 Ervin Bonkoski — Sim
 Etevaldo Nogueira — Sim
 Eunice Michiles — Sim
 Evaldo Gonçalves — Sim
 Expedito Machado — Sim
 Êzio Ferreira — Sim
 Fábio Feldmann — Sim
 Fábio Raunheitti — Sim
 Farabulini Júnior — Não
 Fausto Fernandes — Sim
 Fausto Rocha — Sim
 Felipe Mendes — Sim
 Fernando Gomes — Sim
 Fernando Santana — Sim
 Firmo de Castro — Sim
 Flávio Palmier da Veiga — Sim
 Flávio Rocha — Sim
 Florestan Fernandes — Sim
 Floriceno Paixão — Sim
 França Teixeira — Sim
 Francisco Amaral — Sim
 Francisco Benjamim — Sim
 Francisco Carneiro — Sim
 Francisco Dias Alves — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Francisco Küster — Não
 Francisco Rollemberg — Sim
 Francisco Rossi — Sim
 Gabriel Guerreiro — Sim
 Gastone Righi — Sim
 Genebaldo Correia — Sim
 Genésio Benquardino — Sim
 Geovani Borges — Sim
 Geraldo Campos — Sim
 Geraldo Fleming — Sim
 Geraldo Melo — Sim
 Gerson Marcondes — Sim
 Gerson Peres — Sim
 Gonzaga Patriota — Sim
 Guilherme Palmeira — Sim
 Gumercindo Milhomem — Sim
 Harlan Gadelha — Sim
 Haroldo Lima — Não
 Haroldo Sabóia — Sim
 Hélio Costa — Sim
 Hélio Rosas — Sim
 Henrique Córdova — Sim
 Henrique Eduardo Alves — Sim

Hermes Zaneti — Sim
 Hilário Braun — Sim
 Homero Santos — Sim
 Humberto Lucena — Sim
 Humberto Souto — Sim
 Iberê Ferreira — Sim
 Ibsen Pinheiro — Sim
 Inocêncio Oliveira — Sim
 Iram Saraiva — Sim
 Irupuan Costa Júnior — Sim
 Irma Passoni — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 Itamar Franco — Não
 Ivo Lech — Sim
 Jairo Azi — Sim
 Jairo Carneiro — Sim
 Jamil Haddad — Não
 Jarbas Passarinho — Sim
 Jayme Paliarin — Sim
 Jayme Santana — Sim
 Jesualdo Cavalcanti — Sim
 Jesus Tajra — Sim
 João Agripino — Sim
 João Alves — Sim
 João Calmon — Sim
 João Carlos Bacelar — Sim
 João de Deus Antunes — Sim
 João Herrmann Neto — Sim
 João Machado Rollemberg — Sim
 João Menezes — Sim
 João Natal — Sim
 João Paulo — Sim
 Joaquim Bevilacqua — Sim
 Joaquim Sucena — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Jorge Arbage — Sim
 Jorge Hage — Sim
 Jorge Leite — Sim
 Jorge Medauar — Sim
 Jorge Uequed — Sim
 Jorge Vianna — Sim
 José Agripino — Sim
 José Camargo — Sim
 José Carlos Coutinho — Sim
 José Carlos Grecco — Sim
 José Carlos Sabóia — Sim
 José Carlos Vasconcelos — Sim
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Sim
 José Egreja — Sim
 José Elias — Sim
 José Fernandes — Sim
 José Fogaça — Sim
 José Genoíno — Sim
 José Geraldo — Sim
 José Guedes — Sim
 José Ignácio Ferreira — Sim
 José Jorge — Sim
 José Lins — Sim
 José Lourenço — Sim
 José Luiz de Sá — Sim
 José Luiz Maia — Sim
 José Maranhão — Sim
 José Maria Eymael — Sim
 José Maurício — Sim
 José Melo — Sim
 José Mendonça Bezerra — Sim
 José Moura — Sim
 José Paulo Bisol — Sim
 José Queiroz — Sim
 José Richa — Sim

José Santana de Vasconcellos — Sim
 José Serra — Sim
 José Tavares — Sim
 José Thomaz Nonô — Sim
 José Tinoco — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 José Viana — Sim
 José Yunes — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Sim
 Koyu Iha — Sim
 Lael Varella — Sim
 Lavoisier Maia — Sim
 Leite Chaves — Não
 Lélio Souza — Sim
 Leopoldo Peres — Abstenção
 Levy Dias — Sim
 Lezio Sathler — Não
 Lídice da Mata — Não
 Lúcia Vânia — Sim
 Lúcio Alcântara — Sim
 Luís Eduardo — Sim
 Luís Roberto Ponte — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Sim
 Luiz Gushiken — Sim
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Sim
 Luiz Salomão — Sim
 Luiz Viana — Sim
 Luiz Viana Neto — Abstenção
 Lysâneas Maciel — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Manuel Viana — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Braga — Sim
 Márcio Lacerda — Sim
 Marcos Perez Queiroz — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Sim
 Maria Lúcia — Sim
 Mário Assad — Não
 Mário Covas — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mário Lima — Sim
 Mário Maia — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Matheus Iensen — Sim
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Fruet — Sim
 Maurício Nasser — Sim
 Maurício Pádua — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Mauro Benevides — Sim
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Campos — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Mauro Sampaio — Sim
 Max Rosenmann — Sim
 Mello Reis — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Ribeiro — Sim
 Messias Góis — Sim
 Michel Temer — Sim
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Lima — Sim
 Milton Reis — Sim
 Miro Teixeira — Não

Moema São Thiago — Sim
 Mozarildo Cavalcanti — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Narciso Mendes — Sim
 Nelson Aguiar — Sim
 Nelson Carneiro — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Nelson Wedekin — Não
 Nelton Friedrich — Sim
 Nestor Duarte — Sim
 Ney Maranhão — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Sim
 Olívio Dutra — Sim
 Onofre Corrêa — Sim
 Orlando Bezerra — Sim
 Oscar Corrêa — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Oswaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Marques — Não
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Roberto — Sim
 Paulo Roberto Cunha — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Plínio Martins — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberibe — Sim
 Raul Ferraz — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Não
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Balestra — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim
 Roberto Freire — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Ronan Tito — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Rospide Netto — Sim
 Ruy Bacelar — Sim
 Ruy Nedel — Sim
 Sadie Hauache — Sim
 Salatiel Carvalho — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim

Saulo Queiroz — Sim
 Sérgio Spada — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Sílvio Abreu — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólton Borges dos Reis — Sim
 Sotero Cunha — Sim
 Stélio Dias — Sim
 Tadeu França — Sim
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Sim
 Ulysses Guimarães — Abstenção
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Sim
 Vingt Rosado — Sim
 Vinicius Cansanção — Sim
 Virgildásio de Senna — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilma Maia — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio o Destaque nº 37, de autoria do nobre
 Constituinte Wagner Lago.

O SR. WAGNER LAGO (PMDB — MA.) Sr.
 Presidente, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 O nobre Constituinte Wagner Lago retira o desta-
 que, com os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, requerimento de destaque nos se-
 guintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 53

Senhor Presidente, requeiro destaque para a
 Emenda nº 2T01791-0 — **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.791 (Do Sr. José Fogaça)

Suprime integralmente o artigo 87.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio o Destaque nº 53, de autoria do nobre
 Constituinte José Fogaça. S. Exª deseja a supres-
 são do art. 87 que diz:

“Uma vez, em cada Sessão Legislativa, o
 Presidente da República poderá submeter ao
 Congresso Nacional medidas legislativas que
 considere programáticas e de relevante inte-
 resse nacional.”

Tem a palavra o autor do destaque, para sua justificação.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr. Constituintes, não retiro esta emenda, uma vez que tenho o apoio da maioria decisiva das Lideranças e entendo que o que consta no art. 87 é realmente uma demasia no texto constitucional. O Presidente da República submeter medidas programáticas uma vez em cada sessão legislativa, não tem sentido, não tem lógica nesse texto. Justificar-se-ia esse texto se tivéssemos um regime parlamentarista e se desse, excepcionalmente, ou seja, uma vez em cada ano ou em cada sessão legislativa, o direito de o Presidente da República submeter ao Congresso Nacional tais medidas programáticas. Porém, dentro do sistema presidencialista que já aprovamos e já consolidamos no texto, essas medidas programáticas se tornam perfeitamente dispensáveis.

Daí por que, Sr. Presidente, peço aos Sr. Constituintes aprovem a emenda supressiva.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos ao Relator. (Pausa.)

O Relator manifesta-se pela aprovação. Vamos à votação.

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "sim".

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, recomendo à Bancada do PDS o voto "sim".

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O Sr. Carlos Alberto Caó — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim".

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota "sim".

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.ª para indicar à minha Bancada que vote "sim".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB também vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação

Srs. Constituintes queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer favorável. (Pausa.) Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem "sim", "não" ou "abstenção". Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Adilson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADILSON MOTTA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero retifi-

car o meu voto na votação anterior a esta, porque, na verdade, votei "sim", quando desejava votar "não". Apenas para que conste dos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Ex.ª será atendido.

O Sr. Eraldo Trindade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL — AP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, gostaria de comunicar a este Plenário que amanhã, a partir das 10 horas — é um assunto importante — teremos no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, a abertura do V Encontro Nacional das Associações de Imprensa e o II Ciclo de Conferências sobre a Imprensa Brasileira.

Como vice-presidente da Associação de Imprensa do Distrito Federal, fui incumbido, por essa entidade, de reiterar o convite a V. Ex.ª e aos nobres colegas Parlamentares, para que se façam presentes a essa solenidade, que é de alta importância e onde serão debatidos inúmeros assuntos relacionados à Imprensa brasileira.

Em que pese sabermos que amanhã V. Ex.ª, Sr. Presidente, deverá convocar sessão da Constituinte para o horário da manhã, fica o convite.

A Sr. Dirce Tutu Quadros — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra a nobre Constituinte.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS (PSDB — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, estamos sendo pressionados pela Imprensa de São Paulo, e pela Imprensa em geral, com relação à votação do art. 38, § 1º, que diz respeito à utilização de recursos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vou pôr a emenda em votação.

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS — Hoje, Sr. Presidente, agora?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vou colocar em votação

A SRA. DIRCE TUTU QUADROS — Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 857):

SIM — 387
NÃO — 3
ABSTENÇÃO — 3
TOTAL — 393

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Acival Gomes — Sim
Adaauto Pereira — Sim
Ademir Andrade — Sim
Adhemar de Barros Filho — Sim
Adolfo Oliveira — Sim
Adroaldo Streck — Sim
Adilson Motta — Sim

Aécio de Borba — Sim	Domingos Leonelli — Sim	Irajá Rodrigues — Sim
Afonso Arinos — Sim	Doreto Campanari — Sim	Iram Saraiva — Sim
Airton Cordeiro — Sim	Edésio Frias — Sim	Irapuan Costa Júnior — Sim
Albano Franco — Sim	Edison Lobão — Sim	Irma Passoni — Sim
Albérico Cordeiro — Sim	Edivaldo Motta — Sim	Israel Pinheiro — Sim
Alceni Guerra — Sim	Edme Tavares — Sim	Itamar Franco — Sim
Alexandre Puzyna — Sim	Edmilson Valentim — Sim	Ivo Lech — Sim
Alfredo Campos — Sim	Eduardo Bonfim — Sim	Ivo Mainardi — Sim
Aloisio Vasconcelos — Sim	Eduardo Jorge — Sim	Ivo Vanderlinde — Sim
Aloysio Chaves — Sim	Eduardo Moreira — Sim	Jairo Azi — Sim
Aloysio Teixeira — Sim	Egídio Ferreira Lima — Sim	Jairo Carneiro — Sim
Aluizio Bezerra — Sim	Eliei Rodrigues — Sim	Jamil Haddad — Sim
Álvaro Antônio — Sim	Enoc Vieira — Sim	Jarbas Passarinho — Sim
Alysson Paulinelli — Sim	Eraldo Tinoco — Sim	Jayme Paljarin — Sim
Amaral Netto — Sim	Eraldo Trindade — Sim	Jayme Santana — Sim
Amaury Müller — Sim	Erico Pegoraro — Sim	Jesualdo Cavalcanti — Sim
Anna Maria Rattes — Sim	Ervin Bonkoski — Sim	Jesus Tajra — Sim
Annibal Barcellos — Sim	Etevaldo Nogueira — Sim	João Agripino — Sim
Antero de Barros — Sim	Eunice Michiles — Sim	João Alves — Sim
Antônio Carlos Franco — Sim	Expedito Machado — Sim	João Calmon — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Sim	Ézio Ferreira — Sim	João Carlos Bacelar — Sim
Antoniocarlos Mendes Thame — Sim	Fábio Feldmann — Sim	João de Deus Antunes — Sim
Antônio de Jesus — Sim	Fábio Raunheitti — Sim	João Herrmann Neto — Sim
Antonio Ferreira — Sim	Farabulini Júnior — Sim	João Machado Rollemberg — Sim
Antonio Gaspar — Sim	Fausto Rocha — Sim	João Menezes — Sim
Antonio Perosa — Não	Felipe Mendes — Sim	João Natal — Sim
Arnaldo Faria de Sá — Sim	Fernando Gomes — Sim	João Paulo — Sim
Arnaldo Martins — Sim	Fernando Henrique Cardoso — Sim	Joaquim Bevilacqua — Sim
Arnold Fioravante — Sim	Fernando Santana — Sim	Joaquim Francisco — Sim
Artur da Távola — Sim	Firmino de Castro — Sim	Joaquim Sucena — Sim
Asdrubal Bentes — Sim	Flavio Palmier da Veiga — Sim	Jofran Frejat — Sim
Assis Canuto — Sim	Flávio Rocha — Sim	Jonas Pinheiro — Sim
Átila Lira — Sim	Florestan Fernandes — Sim	Jorge Bornhausen — Sim
Augusto Carvalho — Sim	Florêncio Paixão — Sim	Jorge Hage — Sim
Basílio Villani — Sim	França Teixeira — Sim	Jorge Leite — Sim
Benedicto Monteiro — Sim	Francisco Amaral — Sim	Jorge Medauar — Sim
Bernardo Cabral — Sim	Francisco Benjamim — Sim	Jorge Uequed — Sim
Beth Azize — Sim	Francisco Carneiro — Sim	Jorge Vianna — Sim
Bocayuva Cunha — Sim	Francisco Dias Alves — Sim	José Agripino — Sim
Bonifácio de Andrada — Sim	Francisco Dornelles — Sim	José Camargo — Sim
Bosco França — Sim	Francisco Küster — Sim	José Carlos Coutinho — Sim
Caio Pompeu — Sim	Francisco Rollemberg — Sim	José Carlos Grecco — Sim
Carlos Alberto Caó — Sim	Francisco Rossi — Sim	José Carlos Martinez — Sim
Carlos Chiarelli — Sim	Gabriel Guerreiro — Sim	José Carlos Sabóia — Sim
Carlos Cotta — Sim	Gastone Righi — Sim	José Costa — Sim
Carlos Mosconi — Sim	Genebaldo Correia — Sim	José da Conceição — Sim
Carlos Sant'Anna — Sim	Genésio Bernardino — Sim	José Egreja — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim	Geovani Borges — Sim	José Elias — Sim
Célio de Castro — Sim	Geraldo Campos — Sim	José Fernandes — Sim
Celso Dourado — Sim	Geraldo Fleming — Abstenção	José Fogaça — Sim
César Maia — Sim	Geraldo Melo — Sim	José Genoíno — Sim
Chagas Duarte — Sim	Gerson Marcondes — Sim	José Geraldo — Sim
Chagas Rodrigues — Sim	Gerson Peres — Sim	José Guedes — Sim
Chico Humberto — Sim	Gonzaga Patriota — Sim	José Ignacio Ferreira — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Sim	Guilherme Palmeira — Sim	José Jorge — Sim
Cláudio Ávila — Sim	Gumerindo Milhomem — Sim	José Lins — Sim
Cleonânio Fonseca — Sim	Harlan Gadelha — Sim	José Lourenço — Sim
Cristina Tavares — Sim	Haroldo Lima — Sim	José Luiz de Sá — Sim
Cunha Bueno — Sim	Haroldo Sabóia — Sim	José Luiz Maia — Sim
Dálmton Canabrava — Sim	Hélio Costa — Sim	José Maranhão — Sim
Darcy Pozza — Sim	Hélio Manhães — Sim	José Maria Eymael — Sim
Daso Coimbra — Sim	Hélio Rosas — Sim	José Maurício — Sim
Davi Alves Silva — Sim	Henrique Córdova — Sim	José Melo — Abstenção
Del Bosco Amaral — Sim	Henrique Eduardo Alves — Sim	José Mendonça Bezerra — Sim
Delfim Netto — Sim	Heráclito Fortes — Sim	José Moura — Sim
Délio Braz — Não	Hermes Zaneti — Sim	José Paulo Bisol — Sim
Denisar Arneiro — Sim	Hilário Braun — Sim	José Queiroz — Sim
Dionísio Dal Prá — Sim	Humberto Lucena — Sim	José Richa — Sim
Dirce Tútu Quadros — Sim	Humberto Souto — Sim	José Santana de Vasconcellos — Sim
Dirceu Carneiro — Sim	Ibsen Pinheiro — Sim	José Serra — Sim
Djenal Gonçalves — Sim	Inocêncio Oliveira — Sim	José Tavares — Sim

José Thomaz Nonô — Sim
 José Tinoco — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 José Viana — Sim
 José Yunes — Sim
 Jovanni Masini — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Sim
 Koyu Iha — Sim
 Lavoisier Maia — Sim
 Leite Chaves — Sim
 Lélío Souza — Sim
 Leopoldo Peres — Sim
 Leur Lomanto — Sim
 Levy Dias — Sim
 Lezio Sathler — Sim
 Lídice da Mata — Sim
 Lúcia Vânia — Sim
 Lúcio Alcântara — Sim
 Luís Eduardo — Sim
 Luís Roberto Ponte — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Sim
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Sim
 Luiz Salomão — Sim
 Luiz Viana — Sim
 Luiz Viana Neto — Sim
 Lysâneas Maciel — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Manuel Viana — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Braga — Sim
 Márcio Lacerda — Sim
 Marco Maciel — Sim
 Marcos Perez Queiroz — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Sim
 Maria Lúcia — Sim
 Mário Covas — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mário Lima — Sim
 Mário Maia — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Matheus Iensen — Sim
 Maurício Corrêa — Sim
 Maurício Fruet — Sim
 Maurício Nasser — Sim
 Maurício Pádua — Sim
 Mauro Benevides — Sim
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Campos — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Mauro Sampaio — Sim
 Max Rosenmann — Sim
 Meira Filho — Sim
 Melo Reis — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Ribeiro — Sim
 Messias Góis — Sim
 Michel Temer — Sim
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Lima — Sim
 Milton Reis — Sim
 Miro Teixeira — Sim
 Moema São Thiago — Sim
 Mozarildo Cavalcanti — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Nelson Carneiro — Sim

Nelson Jobim — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Nelson Wedekin — Sim
 Nelton Friedrich — Sim
 Ney Maranhão — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Nion Albernaz — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Octávio Elísio — Sim
 Orlando Bezerra — Sim
 Oscar Corrêa — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Oswaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim
 Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Almada — Sim
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Marques — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Roberto — Sim
 Paulo Roberto Cunha — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Plínio Martins — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberibe — Sim
 Raul Ferraz — Sim
 Renato Bernardi — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Sim
 Rita Furtado — Sim
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim
 Roberto Freire — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Aragão — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Não
 Ronan Tito — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Rospide Netto — Sim
 Ruy Bacelar — Sim
 Ruy Nadel — Sim
 Sadie Hauache — Sim
 Salatiel Carvalho — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Saulo Queiroz — Sim
 Sérgio Naya — Sim
 Sérgio Werneck — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Sílvio Abreu — Sim

Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólton Borges dos Reis — Sim
 Stélio Dias — Sim
 Tadeu França — Sim
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Sim
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Sim
 Vingt Rosado — Sim
 Vinicius Cansanção — Sim
 Virgildásio de Senna — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilma Maia — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio a votação de destaque ao art. 38, § 1º,
 que diz respeito à:

“Publicidade dos atos, programas, obras,
 serviços e campanhas dos órgãos públicos
 deverá ter caráter educativo, informativo ou
 de orientação social, dela não podendo constar
 nomes, símbolos ou imagens que caracterizem
 promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

O que se quer, no texto, é retirar essa parte final.

Pergunto se o nobre Constituinte Ronaldo Aragão, autor do destaque, está presente.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — GO.
 Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Se V. Exª o retira, homologação ao nobre Constituinte.

O Sr. Carlos Sant'Anna — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB — BA.
 Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estávamos no art. 90 e V. Exª retroagiu para o 38. Felizmente, estava presente ali o nobre Constituinte. Mas, evidentemente, dessa forma fica muito difícil o encaminhamento, porque V. Exª está no 90 e passa para o 38 e depois passa para o 92. Fica muito difícil. E o Constituinte que tem sua emenda fica em dificuldade, exatamente porque, num dado instante, ele pode não estar presente, por não esperar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Esclareço ao nobre Líder que temos estabelecido um sistema de votação de matéria quando há um entendimento, e todos são testemunhas disso; quando não há entendimento, voltamos para a matéria em que não vai haver entendimento, como esta.

De maneira que estou seguindo aquilo que já se praticou em emendas anteriores.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Sr. Presidente, por exemplo, V. Exª vai anunciar esta votação. Não poderia anunciar as duas ou três seguintes, uma vez que V. Exª não segue a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — No ordenamento dos trabalhos, na Câmara, no Senado, em qualquer setor, é a matéria que está colocada no momento. Não se pode estar anunciando duas ou três matérias, posteriores.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Não é isto que quero dizer. É que, pelo Regimento, é pela ordem crescente. Se não é na ordem crescente dos artigos, V. Exª vai ter que anunciar que a primeira votação vai ser sobre o art. 90; depois que votar o art. 90, vai para o 38; a seguinte, vai para o 120. Para se ter uma idéia.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Estamos fazendo isso em benefício da Constituição futura. Estamos no intuito de servir, e peço a V. Exª, que é um Líder, a colaboração.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Sr. Presidente, sempre tenho sido cortês com V. Exª, mas estou fazendo um esforço dramático. E tenho um senhor assessoramento para acompanhar!

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Prometo a V. Exª ser mais vagaroso, para que V. Exª acompanhe.

O SR. CARLOS SANT'ANNA — Não quero que V. Exª seja vagaroso, não. Quero saber quais são as votações que se seguem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio o texto, mostro as divergências que existem sobre os textos; isso é distribuído com antecedência. V. Exª há de compreender que o pobre Presidente, que está à frente dos trabalhos, está fazendo aquilo que lhe é possível fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos anunciar o Destaque de nº 265.

É o artigo 98: "Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que disporá sobre o Executivo, sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios..." S. Exª quer retirar:

"De iniciativa do Supremo Tribunal Federal."

O nobre Constituinte Antônio de Jesus está presente? (Pausa.)

Tem a palavra o nobre Constituinte Antônio de Jesus, autor da proposição.

O Sr. Aldo Arantes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nessa

votação votei "sim" e o meu voto não foi registrado

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — V. Exª será atendido.

Com a palavra o Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Gostaria de saber do nobre Relator se a minha emenda está com parecer pela aprovação ou rejeição.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — O parecer do Relator é pela rejeição, uma vez que entende que a lei complementar, neste caso, deve ser de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

Aliás, formulo um apelo a V. Exª, para que retire a emenda. É o apelo que faço a V. Exª

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em homenagem ao nobre Relator, e como é próprio do sábio mudar de opinião, e para a dinamização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte retira a emenda, com os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque nº 717, de autoria do nobre Constituinte Adolfo Oliveira.

Trata-se de destaque ao art. 98, inciso III.

O nobre Constituinte mantém a sua proposição?

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na reunião das Lideranças elas se posicionaram contrariamente à minha emenda, embora respeitassem os motivos que consideraram superiores à mesma. Em face disto, Sr. Presidente, para colaborar com o bom andamento dos trabalhos, retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Agradecemos a V. Exª sua colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio, do nobre Constituinte Gastone Righi, o Destaque nº 519, que diz respeito ao art. 98, inciso III, que assim dispõe:

"O acesso aos Tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, e, alternadamente, apurados em última entrância, ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, observados o inciso II e a classe de origem."

Deseja S. Exª retirar o final: "e a classe de origem"?

Tem a palavra o nobre Constituinte Gastone Righi.

O Sr. Cunha Bueno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, diante dos

desentendimentos das Lideranças, sugiro a V. Exª adiar esta votação. Os Líderes não se entendem. Sugiro a V. Exª adie a votação, mesmo porque também não estudei a matéria ainda e não estou seguro da votação. Como V. Exª já fez isso em vezes anteriores, sugiro que adie.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Nobre Constituinte Gastone Righi, aguardamos a manifestação de V. Exª

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, consultei todas as Lideranças e elas, por unanimidade, se opõem à emenda. É evidente que será uma perda de tempo. Só quero ressaltar e deixar registradas as escusas, porque a emenda é originária da Ordem dos Advogados do Brasil, e foi o seu Conselho que me pediu a apresentação.

Portanto, retiro, pela constatação de que é impossível a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O eminente Líder Gastone Righi retira o destaque, com os nossos agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 248. É seu autor o nobre Constituinte Manuel Viana.

Está presente o nobre Constituinte Manuel Viana? (Pausa.)

É o art. 100, parágrafo único, e art. 134, § 5º, inciso II.

Se S. Exª não estiver presente, vou considerar prejudicada a proposição. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos ao Destaque nº 1.448.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — É fundamental, Sr. Presidente, dizer qual é o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — E também o nobre Constituinte Jayme Santana, Destaque nº 1.676. Diz respeito ao art. 103, **caput**. Pergunto primeiro: Estão presentes os autores dos destaques?

Pergunto se está presente o Líder Siqueira Campos.

Está presente. S. Exª alega que há erro de redação no art. 103, **caput**, desejando retornar à redação aprovada em primeiro turno.

O parecer do relator é favorável.

Tem a palavra o nobre Constituinte Siqueira Campos.

O Sr. Aluizio Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há uma emenda de minha autoria ao art. 98, com parecer favorável do Relator e destacada. Pergunto a V. Exª se ela será votada depois do art. 100.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O art. 98 está sendo objeto de um acordo. A emenda de V. Ex^a está incluída na possibilidade desse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 1.448, do Constituinte Siqueira Campos.

O nobre Constituinte Siqueira Campos está presente?

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fizemos um texto comum, houve um acordo, de forma que retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Miro Teixeira está presente? Destaque nº 1.395 art. 103, inciso II, supressiva parcial.

Pergunto se S. Ex^a vai manter, se não terei que levar ao conhecimento do Plenário o que S. Ex^a pretende.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou informado de que existe um acordo contrário das Lideranças. Conseqüentemente, vamos economizar tempo. Lamento, porém retiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Fico muito grato ao nobre Constituinte Miro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Destaque nº 932, do nobre Constituinte José Ignácio Ferreira.

Está presente S. Ex^a? (Pausa.)

Pergunto, pela segunda vez, o Constituinte está presente? (Pausa.)

Pela terceira vez. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente. Sua proposição está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte José Jorge é autor do Destaque nº 1.076, que diz respeito ao art. 104, § 1º:

“Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes.”
é o que S. Ex^a quer retirar — “na lei de diretrizes orçamentárias.”

É o texto.

O nobre Constituinte retira o destaque? (Pausa.) S. Ex^a retira o destaque.
Muito grato a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 731**

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para a Emenda nº 2T00549-1, que suprime do art. 105, § 1º, a expressão “apresentados até 1º de julho, data em que terão”. — **Victor Faccioni**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 549

(Do Sr. Victor Faccioni)

Suprima-se a expressão “apresentados até 1º de julho, data em que terão”, do art. 105, § 1º

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O nobre Constituinte Victor Faccioni é autor do Destaque e da Emenda nº 549 ao art. 105, § 1º

Pergunto, primeiro, se S. Ex^a está presente. (Pausa.)

S. Ex^a está presente.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, informo a V. Ex^a e à Casa que, a partir do art. 103, nenhuma matéria foi discutida nas reuniões de Líderes.

Então, Sr. Presidente, torna-se muito difícil uma votação neste plenário, um acordo sobre qualquer dessas matérias. Está sendo feita uma votação em que não houve acordo dos Líderes.

Portanto, Sr. Presidente, essas matérias precisavam ser melhor estudadas, caso contrário, vamos votar dispositivos que, depois, vamo-nos arrependendo de ter deixado no texto constitucional matérias que não queríamos que ficassem.

Era esta a nossa manifestação e queira que constasse dos Anais da Casa, porque trata-se de um precedente muito grave. (Muito bem!)

O Sr. Asdrúbal Bentes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a prosperar o entendimento do eminente Líder do PFL, nós, Constituintes, não precisaremos ficar aqui. As Lideranças decidem e vamos para casa.

Entendo que temos que votar, nós Constituintes, todos nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos prosseguir a votação. Contamos, inclusive, com a boa vontade dos Líderes e direi o seguinte: temos que compatibilizar o trabalho de Plenário com o dos Líderes, para que a votação tenha o curso que todos esperamos. Sendo assim, mantemos as sessões pela manhã, e à tarde. Marcaremos um horário para terminar as sessões da tarde, porque temos que dar tempo para que os Líderes se reúnam, pois é muito importante o trabalho dos Líderes.

Quanto às sessões da tarde, vamos marcar para encerrá-las às 19 horas, e peço aos Líderes varem a madrugada. Façam esse esforço. Estamos todos cansados, com **stress**, e alguns colegas têm até se valido do serviço médico da Casa, mas tem que ser assim. Não podemos nem desejamos votar sem esse trabalho preliminar das Lideranças, que muito colaboram. Também não podem, pela necessidade desse esforço das Lideranças, os nossos companheiros, que aqui vieram, e em grande número, ficar aqui sentados, esperando, de manhã e de tarde, sem se ter matéria para aprovar.

Fica, assim, decidido que vamos terminar a sessão de hoje às 19 horas.

O Sr. Oscar Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSCAR CORRÊA (PFL — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Casa toda percebe a preocupação de V. Ex^a em acelerar os nossos trabalhos.

Estamos votando o art. 103 ou 104. Fica parecendo, perante a opinião pública, que, em realidade — e V. Ex^a sabe que esta Casa deve, inclusive, obrigação aos seus eleitores, ao povo de um modo geral —, fica parecendo que já estamos resolvendo, decididos até os arts. 103, 104.

Então, faço uma questão de ordem a V. Ex^a, na forma de requerimento, solicitando que seja estendida a toda a Mesa e, em especial, à Secretaria, que V. Ex^a forneça, por escrito, à Casa os artigos, os destaques que não foram ainda votados — e são em grande quantidade —, anteriores ao art. 103, que estamos votando, para que tenhamos condição de dizer o que vai ser votado e o que não foi votado.

O que o povo brasileiro imagina, nesta altura, é que metade do nosso trabalho já ficou resolvido, e não é verdade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Eu vou procurar atender a V. Ex^a, vou fazer um esforço, mais este, para que a matéria, que é publicada, que é distribuída, seja enviada aos Constituintes.

Temos orador na tribuna. Dou a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, Sr. Presidente, lamento que esta matéria seja votada sem que tenha havido uma apreciação prévia das Lideranças, o que poderia facilitar o encaminhamento, e que essa prática venha a prejudicar a sua apreciação. Por isso, chamaria a atenção do Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Trata-se de emenda apresentada pelo nobre Constituinte Leopoldo Peres e por mim, em co-autoria com o Constituinte José Maria Eymael, que objetiva suprimir, no § 1º, art. 105, a expressão “apresentados até 1º de julho, data em que terão...” Suprimir esta expressão e esta data, esta limitação, por quê? Em razão dos precatórios judiciais que o art. 101 diz que serão incluídos no orçamento para pagamento no ano seguinte. E os precatórios judiciais que forem emitidos depois da data de 1º de julho, Sr. Presidente, como ficarão? Não poderá haver mensagem retificativa ao Orçamento? Creio que esta data é limitativa e prejudicial, se fixarem 1º de julho como a última data para a inclusão em Orçamento para pagamento das decisões judiciais.

É este o sentido da emenda que apresentamos. A previsão orçamentária para o pagamento das despesas judiciais deve constituir uma rotina, em que a estimativa dos recursos seja feita levando-se em conta não só os precatórios como também o comportamento estatístico e a projeção inflacionária. Esta principalmente, quando os débitos não possam ser pagos no próprio exercício do recebimento dos precatórios. Embora o intento do citado dispositivo seja oferecer garantia aos credores, ele tende a transferir os pagamentos sempre para o exercício subsequente, além do que as verbas orçamentárias estarão atreladas aos

casos, quando o pagamento poderia ser feito no próprio exercício das sentenças, no entanto, na ordem destas.

Por estas razões, Sr. Presidente, espero que o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte acolha a emenda que apresentamos, juntamente com os Constituintes Leopoldo Peres e José Maria Eymael. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte César Maia, para encaminhar.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esta matéria já foi votada por nós, pelo menos três vezes. O que querem os autores desta proposta? Querem um privilégio, os precatórios, que eles sejam incluídos no Orçamento da União, dos Estados e dos municípios, com cláusula de correção monetária.

Expliquei, já outras vezes, que isso significaria um rombo nos cofres públicos de 10 bilhões de dólares — de 10 bilhões de dólares. Por que a data de 1º de julho? Porque todos os órgãos da Administração Pública têm que apresentar o seu orçamento até 1º de julho, e o Governo deve apresentar ao Legislativo um orçamento até 31 de agosto.

Não é nenhuma cláusula diferenciada dos outros órgãos, ministérios, órgãos da administração direta ou indireta. Este é um dispositivo normal. A supressão desse dispositivo vai acarretar prejuízo enorme ao erário, e, portanto, ao contribuinte e à população.

Então, peço mais uma vez — pela quarta vez — que o Plenário da Constituinte derrote esta emenda, pois é uma emenda gravosa ao interesse público.

Apenas isto, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Relator.

Lembro aos Srs. Constituintes que é uma Emenda da co-autoria do nobre Constituinte José Maria Eymael.

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nos termos regimentais, solicito a V. Exª me conceda o direito da palavra, para falar a favor. Depois, outro Constituinte, se quiser, que encaminhe contra.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Não posso, porque o contraditório já se encerrou.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL — Sr. Presidente, não pode ser julgado o contraditório quando existem duas intenções de falar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Em primeiro lugar, a inscrição é prévia, o que estamos fazendo desde o começo da votação. Há sempre o contraditório. Não havendo contraditório, não é possível, porque se desrespeita essa regra, que é fundamental e democrática.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Victor Faccioni pretende suprimir a expressão "apresentados até 1º de julho, data em que terão..."

Sr. Presidente, a Relatoria deu parecer contrário, e chamaria a atenção dos eminentes Constituintes para o fato de o que está disposto no parágrafo único se enquadra na sistemática da elaboração orçamentária, razão pela qual o ideal é que se mantenha a redação.

Pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Pela rejeição, diz o Relator.

O Sr. Plínio Arruda Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores votará "não".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "não".

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Democracia Cristã, ao mesmo tempo em que lamenta não ter tido oportunidade de exercer a palavra, recomenda à sua Bancada, na defesa do desapropriar, na defesa daqueles que são injustiçados pelo Estado, e que não terão atualizados os seus débitos, para que vote "sim", a favor da emenda.

O Sr. Amaral Netto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como Líder do PDS, faço um apelo, uma recomendação, não só ao meu Partido como a toda a Constituinte, para que vote "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "não".

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "não".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "não".

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota "não".

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará "sim" à emenda.

O Sr. Artur da Távola — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto "não".

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada vote "não".

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer contrário do Relator. (Pausa.)

Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem "sim", "não" ou "abstenção".

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ COSTA (PSDB — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, permita-me o intervalo para fazer uma sugestão a V. Exª. Sei da dificuldade em presidir essas sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Permito-me sugerir a V. Exª que as matérias consideradas polêmicas, e cuja votação, eventualmente, fosse colocada, ou fosse levada para o momento mais adiante, não ultrapassassem ao último instante em que se vota o Título pertinente àquela matéria.

A sugestão tem dois objetivos: primeiro, tenho visto aqui as dificuldades que tem a imprensa, por exemplo, para informar a opinião pública a respeito das matérias que estão sendo aprovadas. Isso pode gerar uma confusão muito grande lá fora. Em segundo lugar, é esse ordenamento; se os adiamentos da votação não ultrapassassem o último instante que temos para votação do Título, se tornaria mais fácil a fiscalização dessas votações e, evidentemente, a contribuição de cada um dos Constituintes ao trabalho da Presidência. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa irá examinar com toda atenção as sugestões de V. Exª

O Sr. João Menezes — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOÃO MENEZES (PFL — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem para que fique registrado nos Anais da nossa Constituinte a opinião de um grande número ou da maioria dos Constituintes.

A reclamação diz respeito a esses assuntos que estão sendo resolvidos pelas Lideranças. Temos, aqui, doze Partidos. Destes, três representam, talvez, 80% do Plenário, e nove representam 20%. O que se está fazendo? Está-se discutindo entre os doze Líderes dos Partidos assuntos de menor relevância, como se eles resolvessem pela Casa.

Deixo aqui registrado o meu protesto, e dos Constituintes, porque o resultado desses acordos de Lideranças não representam, de forma alguma, o pensamento dos Constituintes que compõem esta Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem!)

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, V. Exª poderia dizer-me qual o horário de votação nesta semana, quais as sessões que nela ocorrerão, para que possa levantar a minha questão de ordem.

No final da semana, vi a respeitosa figura de V. Exª na televisão convocando-nos a todos para estarmos aqui presentes no esforço concentrado.

Na segunda-feira, a sessão foi suspensa rapidamente; a de terça, de manhã, também foi suspensa. Agora, V. Exª nos diz que acabaremos a sessão de hoje às 19 horas.

Ora, as duas sessões de hoje, Sr. Presidente, demandaram, no seu total, menos tempo do que uma única sessão demandaria.

Na sessão convocada para às 9 horas, a primeira votação começou faltando 5 minutos para

às 11 horas; às 13 horas terminou. Agora, à tarde, começamos a primeira votação às 16 horas e 15 minutos; vamos terminar às 19 horas. Significa, no total, que tivemos menos tempo de votação do que se tivéssemos uma única sessão.

É muito louvável que V. Exª vá à televisão convocar-nos para estar aqui presentes; mas é muito desagradável para os que estão presentes, porque a impressão da opinião pública é que V. Exª zela — como tem que zelar — para que estejamos presentes e que nós aqui não estemos presentes. A idéia que fica é a de que o Presidente, muito justamente, sustenta os bons trabalhos da Constituinte e que os demais não fazem isso, quando estamos aqui, hoje, sem saber, sequer, quando vamos ter sessão.

Na semana passada, pela televisão, assisti à convocação de que a sessão começaria na segunda-feira às 18 horas, e, depois, se sucederia de manhã e à tarde, até domingo.

V. Exª não pode abrigar a idéia de que haveria sessões sábado e domingo, se hoje já nos limitamos às 19 horas, e se ainda não sabemos a que horas amanhã teremos sessão, se será de manhã ou à tarde. Como pressupor que teremos no sábado e domingo sessão, se não levamos a sério a convocação que V. Exª fez?

É dramático, Sr. Presidente, porque V. Exª realmente se apresenta publicamente como o homem que é: o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte na plenitude da sua responsabilidade, convocando a todos os Companheiros para vir aqui e vários de nós aqui comparecermos, querendo igualmente dividir com V. Exª o mérito de estar trabalhando, o que, aliás, não é mérito, e sim obrigação. Mas não dá para estarmos aqui sem sequer saber como vamos desenvolver o trabalho nesta semana.

V. Exª acabou de anunciar que terminaremos a sessão de hoje às 19 horas, e confesso a V. Exª que não sei sequer como serão as sessões.

Digo isto porque o Partido ao qual pertenço trouxe um documento a V. Exª, propondo-se a trabalhar por quatro semanas consecutivas, com todos os Membros de sua Bancada aqui presentes, fato para o qual está-se esforçando, para tentar terminar a Constituição.

Agora, precisamos saber de V. Exª, realmente, de uma vez por todas, qual é o nosso projeto. Não dá para ficarmos a cada dia e a cada instante mudando os horários, senão, Sr. Presidente, não tem sentido permanecermos aqui ao final do mês.

Olhem o **quorum** que temos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Desejo dizer a V. Exª, em primeiro lugar, que as vezes em que tenho me manifestado convocando os Srs. Constituintes para as sessões, tenho feito justiça ao trabalho Constituinte com relação ao **quorum** que temos tido e, também, quanto ao rendimento. Tenho agradecido por telegrama e pessoalmente.

Devo dizer, ainda, que somente me utilizo deste meio quando sou procurado para, em primeiro lugar, que os Srs. Constituintes possam tomar conhecimento das sessões que serão convocadas, e, em segundo lugar, para que a opinião pública saiba do trabalho que se está realizando, porque tenho sempre dito do rendimento que temos alcançado, dos destaques e das emendas que têm sido aprovadas.

Desejo dizer a V. Exª que convocamos sessão para segunda-feira, mas, lamentavelmente, não houve **quorum**, e confesso que assumi a responsabilidade de não fazê-lo cedo, aguardando, achando até justo, alguns com dificuldades de aviões, para que tivéssemos sessões à tarde.

Declarei, desde o início em que começamos o nosso trabalho de plenário, que tínhamos que compatibilizar — e V. Exª, como Líder, também sabe dessa repartição de tempo que fizemos — os trabalhos das Lideranças e o de plenário.

Como desejamos agora dar um rendimento maior, em uma semana denominada de esforço concentrado, é que decidimos fazer sessões pela manhã e à tarde, mas não eliminamos os trabalhos das Lideranças, pedindo que as mesmas façam esforço à noite, para fornecer o material, a fim de que possamos realizar a votação. E é por isso que levamos a sessão até às 19 horas.

Vou fazer um esforço agora dar um rendimento começemos — às vezes não temos informação completa do **quorum** para abertura, e se não houver **quorum** prejudica-se a sessão; isso tem determinado algum atraso, vamos procurar corrigir.

Devo dizer a V. Exª que longe de mim querer colocar-me bem, em detrimento, principalmente, da Constituinte, das Lideranças, dos Companheiros que trabalham nesta Casa; sou o primeiro a exaltar esse trabalho aqui, em Brasília, e onde quer que me encontre.

Vou fazer, portanto, um esforço para que haja um rendimento além daquele que temos obtido, e agradeço aos Constituintes que aqui têm verdadeiramente colaborado, para que pudéssemos chegar aos resultados a que chegamos até agora, quando já vislumbramos o término dos nossos trabalhos.

O Sr. Mário Covas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de ter uma resposta de V. Exª: em que dias e horários serão feitas as sessões?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio antes das sessões quais os horários das votações. Temos sessão pela manhã, posso marcar entre 8 e 9 horas, para começar a votação verdadeiramente entre 9 e 10 horas, e a sessão marcada para as 14 horas e 30 minutos. É o horário que, aliás, o Regimento assinala.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação nº 858):

SIM — 94
NÃO — 287
ABSTENÇÃO — 12
TOTAL — 393

A emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Acival Gomes — Não
Ademir Andrade — Não
Ademar de Barros Filho — Não
Adolfo Oliveira — Não

Adroaldo Streck — Sim
 Adylson Motta — Sim
 Aécio de Borba — Sim
 Aécio Neves — Não
 Affonso Camargo — Não
 Afonso Sancho — Sim
 Agripino de Oliveira Lima — Não
 Alarico Abib — Não
 Albano Franco — Sim
 Albérico Cordeiro — Não
 Alcení Guerra — Não
 Aldo Arantes — Não
 Alexandre Costa — Não
 Alexandre Puzyna — Não
 Alfredo Campos — Não
 Almir Gabriel — Não
 Aloisio Vasconcelos — Não
 Aloysio Chaves — Não
 Aloysio Teixeira — Não
 Aluizio Bezerra — Não
 Aluizio Campos — Não
 Álvaro Antônio — Não
 Alysson Paulinelli — Sim
 Amaral Netto — Sim
 Amaury Müller — Não
 Amílcar Moreira — Não
 Ângelo Magalhães — Não
 Anna Maria Rattes — Não
 Annibal Barcellos — Não
 Antero de Barros — Não
 Antônio Carlos Franco — Sim
 Antônio Carlos Konder Reis — Não
 Antônio de Jesus — Não
 Antonio Ferreira — Não
 Antonio Gaspar — Não
 Antonio Perosa — Não
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Arnaldo Martins — Não
 Arnaldo Prieto — Não
 Arnold Fioravante — Sim
 Arolde de Oliveira — Não
 Artur da Távola — Não
 Assis Canuto — Abstenção
 Átila Lira — Não
 Augusto Carvalho — Não
 Basílio Villani — Sim
 Benedicto Monteiro — Sim
 Benedita da Silva — Não
 Bernardo Cabral — Não
 Beth Azize — Não
 Bocayuva Cunha — Não
 Bonifácio de Andrada — Sim
 Bosco França — Sim
 Carlos Alberto Caó — Não
 Carlos Benevides — Não
 Carlos Chiarelli — Sim
 Carlos Cotta — Não
 Carlos Mosconi — Não
 Carlos Sant'Anna — Não
 Cássio Cunha Lima — Não
 Célio de Castro — Não
 Celso Dourado — Não
 César Maia — Não
 Chagas Duarte — Não
 Chagas Rodrigues — Não
 Chico Humberto — Não
 Cid Sabóia de Carvalho — Não
 Cláudio Ávila — Não
 Cleonânicio Fonseca — Sim
 Cristina Tavares — Não
 Cunha Bueno — Sim

Dálton Canabrava — Não
 Darcy Deitos — Não
 Darcy Pozza — Sim
 Davi Alves Silva — Sim
 Del Bosco Amaral — Sim
 Delfim Netto — Não
 Délio Braz — Não
 Denisar Arneiro — Sim
 Dionísio Dal Prá — Não
 Djenal Gonçalves — Sim
 Domingos Leonelli — Sim
 Doreto Campanari — Sim
 Edésio Frias — Não
 Edivaldo Motta — Não
 Edmilson Valentim — Não
 Eduardo Bonfim — Não
 Eduardo Jorge — Não
 Eduardo Moreira — Sim
 Egidio Ferreira Lima — Não
 Eliel Rodrigues — Não
 Enoc Vieira — Não
 Eraldo Tinoco — Abstenção
 Eraldo Trindade — Não
 Erico Pegoraro — Não
 Eunice Michiles — Não
 Expedito Machado — Não
 Fábio Feldmann — Sim
 Fábio Raunheitti — Sim
 Farabulini Júnior — Sim
 Fausto Rocha — Não
 Felipe Mendes — Sim
 Feres Nader — Sim
 Fernando Bezerra Coelho — Não
 Fernando Gasparian — Não
 Fernando Gomes — Não
 Fernando Lyra — Não
 Fernando Santana — Não
 Firmo de Castro — Não
 Flavio Palmier da Veiga — Não
 Flávio Rocha — Não
 Florestan Fernandes — Não
 Floriceno Paixão — Não
 França Teixeira — Sim
 Francisco Amaral — Não
 Francisco Carneiro — Não
 Francisco Coelho — Não
 Francisco Dias Alves — Não
 Francisco Diógenes — Sim
 Francisco Dornelles — Não
 Francisco Küster — Não
 Francisco Pinto — Não
 Francisco Rollemberg — Não
 Francisco Rossi — Não
 Gastone Righi — Sim
 Genésio Bernardino — Não
 Geraldo Alckmin Filho — Não
 Geraldo Campos — Não
 Geraldo Melo — Não
 Gerson Marcondes — Não
 Gerson Peres — Sim
 Gilson Machado — Sim
 Gonzaga Patriota — Não
 Guilherme Palmeira — Não
 Gumercindo Milhomem — Não
 Gustavo de Faria — Sim
 Harlan Gadelha — Não
 Haroldo Lima — Não
 Haroldo Sabóia — Não
 Hélio Costa — Não
 Hélio Duque — Sim
 Hélio Manhães — Não

Hélio Rosas — Não
 Henrique Córdova — Sim
 Henrique Eduardo Alves — Não
 Heráclito Fortes — Não
 Hermes Zaneti — Não
 Humberto Souto — Não
 Ibsen Pinheiro — Não
 Inocêncio Oliveira — Não
 Iram Saraiva — Não
 Irapuan Costa Júnior — Sim
 Irma Passoni — Não
 Israel Pinheiro — Não
 Itamar Franco — Não
 Ivo Lech — Não
 Ivo Mainardi — Não
 Ivo Vanderlinde — Não
 Jacy Scanagatta — Não
 Jairo Azi — Sim
 Jairo Carneiro — Sim
 Jamil Haddad — Não
 Jarbas Passarinho — Sim
 Jayme Paliarin — Sim
 Jesualdo Cavalcanti — Não
 Jesus Tajra — Sim
 João Agripino — Sim
 João Alves — Abstenção
 João Calmon — Não
 João Carlos Bacelar — Sim
 João de Deus Antunes — Sim
 João Herrmann Neto — Não
 João Lobo — Não
 João Machado Rollemberg — Não
 João Menezes — Sim
 João Natal — Não
 João Paulo — Não
 João Rezek — Sim
 Joaquim Bevilacqua — Não
 Joaquim Francisco — Não
 Joaquim Hayckel — Abstenção
 Jofran Frejat — Não
 Jonas Pinheiro — Não
 Jorge Bornhausen — Não
 Jorge Hage — Não
 Jorge Leite — Não
 Jorge Medauar — Não
 Jorge Queved — Não
 Jorge Vianna — Sim
 José Agripino — Não
 José Camargo — Não
 José Carlos Coutinho — Não
 José Carlos Grecco — Não
 José Carlos Martinez — Não
 José Carlos Sabóia — Não
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Não
 José Egreja — Sim
 José Elias — Sim
 José Fernandes — Sim
 José Freire — Sim
 José Genoíno — Não
 José Geraldo — Sim
 José Guedes — Não
 José Jorge — Não
 José Lins — Não
 José Lourenço — Não
 José Luiz de Sá — Não
 José Luiz Maia — Abstenção
 José Maranhão — Não
 José Maria Eymael — Sim
 José Maurício — Não
 José Melo — Não

José Mendonça Bezerra — Sim
 José Moura — Não
 José Paulo Bisol — Não
 José Queiroz — Não
 José Richa — Não
 José Tavares — Não
 José Thomaz Nonô — Não
 José Tinoco — Não
 José Ulisses de Oliveira — Não
 José Viana — Não
 José Yunes — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Não
 Koyu Iha — Não
 Lavoisier Maia — Não
 Leite Chaves — Não
 Lélis Souza — Sim
 Leopoldo Peres — Sim
 Leur Lomanto — Não
 Levy Dias — Não
 Lídice da Mata — Não
 Louremberg Nunes Rocha — Sim
 Lúcia Vânia — Sim
 Lúcio Alcântara — Não
 Luís Eduardo — Não
 Luís Roberto Ponte — Não
 Luiz Alberto Rodrigues — Não
 Luiz Freire — Não
 Luiz Gushiken — Não
 Luiz Henrique — Não
 Luiz Inácio Lula da Silva — Não
 Luiz Marques — Não
 Luiz Salomão — Não
 Luiz Viana — Não
 Luiz Viana Neto — Não
 Lysâneas Maciel — Não
 Maguito Vilela — Não
 Manoel Castro — Não
 Manuel Viana — Abstenção
 Marcelo Cordeiro — Não
 Márcia Kubitschek — Não
 Márcio Braga — Sim
 Marco Maciel — Não
 Marcos Perez Queiroz — Não
 Maria de Lourdes Abadia — Não
 Maria Lúcia — Não
 Mário Assad — Não
 Mário de Oliveira — Não
 Mário Maia — Não
 Marluce Pinto — Não
 Matheus Iensen — Não
 Maurício Corrêa — Não
 Maurício Fruet — Não
 Maurício Pádua — Não
 Mauro Benevides — Não
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Campos — Não
 Mauro Miranda — Não
 Mauro Sampaio — Não
 Max Rosenmann — Sim
 Meira Filho — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Ribeiro — Não
 Messias Góis — Não
 Michel Temer — Não
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Reis — Não
 Miro Teixeira — Não
 Mozarildo Cavalcanti — Não
 Mussa Demeis — Não
 Nabor Júnior — Não

Naphtali Alves de Souza — Não
 Nelson Aguiar — Não
 Nelson Carneiro — Não
 Nelson Jobim — Não
 Nelson Seixas — Não
 Nelson Wedekin — Não
 Nestor Duarte — Abstenção
 Ney Maranhão — Não
 Nilson Gibson — Não
 Nion Albernaz — Não
 Norberto Schwantes — Não
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Não
 Olívio Dutra — Não
 Orlando Bezerra — Não
 Osmir Lima — Não
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Oswaldo Trevisan — Não
 Ottomar Pinto — Não
 Paes de Andrade — Não
 Paes Landim — Não
 Paulo Delgado — Não
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Paim — Não
 Paulo Pimentel — Não
 Paulo Ramos — Não
 Paulo Roberto Cunha — Sim
 Paulo Silva — Não
 Paulo Zarzur — Abstenção
 Pedro Cenedo — Sim
 Pedro Ceolin — Não
 Pimenta da Veiga — Não
 Plínio Arruda Sampaio — Não
 Pompeu de Sousa — Não
 Raimundo Bezerra — Não
 Raimundo Lira — Não
 Raimundo Rezende — Abstenção
 Raquel Cândido — Não
 Raquel Capiberibe — Não
 Raul Belém — Não
 Raul Ferraz — Não
 Renan Calheiros — Não
 Renato Bernardi — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Vianna — Não
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Não
 Roberto Augusto — Não
 Roberto Brant — Não
 Roberto Campos — Sim
 Roberto Freire — Não
 Roberto Jefferson — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Não
 Robson Marinho — Não
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Aragão — Não
 Ronan Tito — Não
 Rosa Prata — Não
 Ruberval Pilotto — Sim
 Ruy Bacelar — Não
 Ruy Nadel — Não
 Sadie Hauache — Não
 Salatiel Carvalho — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Santinho Furtado — Não
 Sérgio Naya — Não
 Sérgio Spada — Não
 Severo Gomes — Não

Sigmaringa Seixas — Não
 Sílvio Abreu — Abstenção
 Simão Sessim — Não
 Siqueira Campos — Sim
 Sólton Borges dos Reis — Sim
 Sotero Cunha — Sim
 Tadeu França — Não
 Teotônio Vilela Filho — Não
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Não
 Ubiratan Aguiar — Não
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Não
 Valmir Campelo — Não
 Vasco Alves — Não
 Vicente Bogo — Não
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Não
 Vilson Souza — Não
 Vingt Rosado — Não
 Vinicius Cansção — Não
 Virgildásio de Senna — Não
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Não
 Vitor Buaz — Não
 Vladimir Palmeira — Não
 Wagner Lago — Não
 Waldeck Ornêlas — Abstenção
 Waldyr Pugliesi — Não
 Wilson Campos — Não
 Wilson Martins — Não
 Ziza Valadares — Não

O Sr. Edme Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDMÉ TAVARES (PFL — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não tendo sido registrado o meu voto, solicitaria que o fosse: “não”

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O registro será feito.

O Sr. Nelson Friedrich — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PSDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, gostaria de registrar o meu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE **Nº 160**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T01334-5. — **Vladimir Palmeira.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.334
 (Do Sr. Vladimir Palmeira)

Suprima-se o **caput** do art. 106.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio, portanto, o Destaque nº 160, do nobre

Constituinte Wladimir Palmeira. S. Ex^a reporta-se ao **caput** do art. 106, que deseja suprimir.

"Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público."

Tem a palavra o Constituinte Wladimir Palmeira, autor da proposição.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, chamaria a atenção para a seguinte questão: o art. 106 diz:

"Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado por delegação do Poder Público."

E contém mais dois parágrafos.

Minha emenda destaca somente o **caput**, por quê? Por que o **caput** reconhece que o serviço notarial e registral é um serviço público, mas, curiosamente, delega, expressamente, a obrigatoriedade desse serviço, por concessão, à empresa privada. Ao **suprimir o caput** queremos que a lei tenha flexibilidade para administrar esse serviço público da forma que achar mais correto, e em alguns lugares é o próprio Poder Público que exerce diretamente este serviço. É o caso do Brasil, inclusive de alguns Estados; e, em outros casos, pode delegar esta competência ao setor privado, mas é inconcebível que o serviço público, definido e reconhecido como tal, seja, obrigatoriamente, exercido privadamente, quando, inclusive, no caso do Brasil, já não se dá desta forma em todos os Estados da Federação.

Por isso, acabando com o **caput**, não estamos estatizando os serviços de cartório de registro. Estamos simplesmente permitindo que a lei deixe ao Poder Público a faculdade de/ou exercer diretamente, ou dar concessão à empresa privada, a pessoas físicas.

Deixo isso claro, porque, na maior parte dos serviços públicos, nesta Constituição, todos dizem: "Ou o Poder Público exerce diretamente, ou, em outros casos, o Poder Público exerce diretamente ou através de concessão. Este é o único caso em que se delega expressamente ao setor privado, e é um caso onde o setor privado é o mais suspeito, porque todo defensor da livre iniciativa, quando critica a intervenção estatal, fala que não quer uma economia cartorial. Justamente onde o setor privado reproduziu as piores práticas da economia, queremos tirar a intervenção do Estado, se ela, eventualmente, for necessária.

Por isso mesmo, a minha emenda não exige uma posição pela estatização ou pela privatização, mas dá ao Poder Público, como em todo outro tipo de serviço público, a faculdade de exercer esse serviço ou de delegá-lo ao setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o Sr. Constituinte Michel Temer, para encaminhar.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em primeiro lugar, ao fazer a sustentação contrária a esta emenda, apenas relembro os vários episódios desde a Comissão de Sistematização e os episódios que a antecederam.

Desde as Subcomissões e as Comissões Temáticas, esta matéria vem sendo questionada e amplamente derrotada. E derrotada com fortíssimas

razões. Tive oportunidade até, no primeiro turno do plenário, de sustentar que a razão pela qual essa matéria ganhou estrutura constitucional foi exatamente em função daqueles que, na Subcomissão, tentaram estatizar os serviços. Como os serviços eram privados, a tentativa na Subcomissão foi exatamente a de estatizar. Tenho observado nas várias sustentações, que a natureza privada desses serviços só tem trazido benefícios. em nenhum momento houve qualquer queixa desses serviços. Há, isto sim, queixas em relação aos eventuais emolumentos que são cobrados.

Mas, sabidamente, o Sr. Relator já previu, no Projeto de Constituição que a lei estabelecerá a forma e o montante da cobrança dos emolumentos.

Devo registrar mais, em face do argumento que me foi lançado, que certas matérias, tais como certidão de óbito, certidão de nascimento, são atos notariais, e que são cobrados. Entretanto, o Projeto de Constituição prevê a gratuidade desses atos.

De modo que o sistema montado pelo Constituinte é muito adequado, muito correto, muito conseqüente e, a esta altura, confesso a V. Ex^a, da menor relevância, em face do que já foi votado nas várias comissões.

Pela rejeição, Sr. Presidente, e Srs. Constituintes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Com a palavra o nobre Relator.

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Constituinte Michel Temer tem absoluta razão na sua justificativa.

Por isso, Sr. Presidente, pela rejeição da emenda. O parecer é "não".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O parecer do Relator é pela rejeição.

Vamos votar.

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Ex^a licença para solicitar à Bancada do PFL que vote "não".

O Sr. Carlos Alberto Caó — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim", a favor da emenda.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS aconselha a votar "não", contra a emenda.

O Sr. Ademir Andrade — sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota "sim".

O Sr. José Luiz de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PFL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota com o Relator, "não".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a liderança do PDC vota com o Relator, "não".

O Sr. Paulo Delgado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o PT vota a favor, "sim".

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim" à emenda.

O Sr. Mendes Ribeiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "sim."

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará “não” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Códigos. Podem votar O parecer do Relator é contrário à proposição. (Pausa.)

Votem “sim”, “não” ou “abstenção”.

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Hélio Rosas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HÉLIO ROSAS (PMDB — SP Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, solicito fique consignada a minha justificativa, pois na hora de votar, houve um equívoco, e vai sair “sim”, quando a minha disposição era votar “não”; portanto, realmente o meu voto é “não”.

O Sr. Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, equivocadamente, votei “sim”. Meu voto era para ser “não”. Peço desculpas aos cartorários do Brasil. Eu deveria ter votado “não”. Infelizmente, equivoquei-me e votei “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — As palavras de V. Ex.^a constarão do registro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (Votação nº 859):

SIM — 145
NÃO — 243
ABSTENÇÃO — 8
TOTAL — 396

A emenda foi rejeitada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Não

Adauto Pereira — Não

Ademir Andrade — Sim

Adhemar de Barros Filho — Sim

Adolfo Oliveira — Não

Adroaldo Streck — Não

Adylson Motta — Não

Aécio de Borba — Não

Aécio Neves — Abstenção

Afonso Sancho — Não

Agripino de Oliveira Lima — Não

Alarico Abib — Não

Albano Franco — Não

Albérico Cordeiro — Não

Alcení Guerra — Não

Aldo Arantes — Sim

Alexandre Puzyna — Não

Alfredo Campos — Não

Almir Gabriel — Sim

Aloysio Chaves — Não

Aloysio Teixeira — Não

Aluizio Campos — Não

Álvaro Antônio — Não

Alysson Paulinelli — Não

Amaury Müller — Sim

Amilcar Moreira — Não

Ângelo Magalhães — Sim

Anna Maria Rattes — Sim

Annibal Barcellos — Não

Antero de Barros — Sim

Antônio Carlos Franco — Não

Antônio Carlos Konder Reis — Não

Antônio de Jesus — Não

Antonio Ferreira — Não

Antonio Gaspar — Não

Antonio Perosa — Não

Antonio Ueno — Não

Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Não

Arnaldo Moraes — Não

Arnaldo Prieto — Não

Arnold Fioravante — Não

Arolde de Oliveira — Não

Artenir Werner — Não

Artur da Távola — Sim

Assis Canuto — Não

Átila Lira — Não

Augusto Carvalho — Sim

Áureo Mello — Não

Basílio Villani — Não

Benedicto Monteiro — Sim

Benedita da Silva — Sim

Bernardo Cabral — Não

Beth Azize — Sim

Bocayuva Cunha — Sim

Bonifácio de Andrada — Não

Caio Pompeu — Não

Carlos Alberto Caó — Sim

Carlos Benevides — Não

Carlos Chiarelli — Não

Carlos Cotta — Sim

Carlos De'Carli — Não

Carlos Mosconi — Sim

Cássio Cunha Lima — Não

Célio de Castro — Sim

Celso Dourado — Sim

César Maia — Sim

Chagas Duarte — Sim

Chagas Rodrigues — Sim

Chico Humberto — Sim

Christóvam Chiaradia — Não

Cid Carvalho — Não

Cid Sabóia de Carvalho — Sim

Cláudio Ávila — Não

Cristina Tavares — Sim

Cunha Bueno — Não

Dáilton Canabrava — Não

Darcy Pozza — Não

Davi Alves Silva — Abstenção

Delfim Netto — Não

Délio Braz — Não

Denisar Arneiro — Não

Dionísio Dal Prá — Não

Dirce Tutu Quadros — Sim

Djenal Gonçalves — Não

Doreto Campanari — Não

Edésio Frias — Sim

Edivaldo Motta — Sim

Edme Tavares — Não

Edmilson Valentim — Sim

Eduardo Bonfim — Sim

Eduardo Jorge — Sim

Eduardo Moreira — Não

Egídio Ferreira Lima — Sim

Eliei Rodrigues — Não

Enoc Vieira — Não

Eraldo Tinoco — Não

Eraldo Trindade — Não

Etevaldo Nogueira — Não

Eunice Michiles — Não

Expedito Machado — Não

Fábio Feldmann — Não

Farbulini Junior — Não

Fausto Rocha — Não

Felipe Mendes — Não

Fernando Bezerra Coelho — Não

Fernando Gasparian — Sim

Fernando Gomes — Sim

Fernando Henrique Cardoso — Sim

Fernando Lyra — Sim

Fernando Santana — Sim

Firmino de Castro — Não

Flávio Rocha — Não

Florestan Fernandes — Sim

Floriano Paixão — Sim

França Teixeira — Não

Francisco Amaral — Não

Francisco Carneiro — Não

Francisco Coelho — Não

Francisco Dias Alves — Sim

Francisco Diógenes — Não

Francisco Dornelles — Não

Francisco Kuster — Sim

Francisco Pinto — Sim

Francisco Rollemberg — Não

Francisco Rossi — Não

Furtado Leite — Não

Gastone Righi — Não

Genésio Bernardino — Não

Geovani Borges — Não

Geraldo Alckmin Filho — Sim

Geraldo Campos — Sim

Gerson Camata — Não

Gerson Marcondes — Não

Gerson Peres — Não

Gilson Machado — Não

Gonzaga Patriota — Sim

Guilherme Palmeira — Não

Gumerindo Milhomem — Sim

Gustavo de Faria — Não

Harlan Gadelha — Sim

Haroldo Lima — Sim

Haroldo Sabóia — Sim

Hélio Costa — Sim

Hélio Duque — Não

Hélio Manhães — Não

Hélio Rosas — Sim

Henrique Córdova — Não

Henrique Eduardo Alves — Abstenção

Hermes Zaneti — Sim

Hilário Braun — Sim

Homero Santos — Não

Humberto Souto — Não

Inocência Oliveira — Não

Iram Saraiva — Não

Irapuan Costa Júnior — Não

Irma Passoni — Sim

Ismael Wanderley — Não

Israel Pinheiro — Não

Itamar Franco — Sim

Ivo Lech — Não

Ivo Mainardi — Não

Ivo Vanderlinde — Não

Jacy Scanagatta — Não	Leur Lomanto — Sim	Osmir Lima — Não
Jairo Azi — Sim	Lídice da Mata — Sim	Osvaldo Bender — Não
Jairo Carneiro — Não	Louremberg Nunes Rocha — Não	Osvaldo Macedo — Não
Jamil Haddad — Sim	Lúcia Vânia — Não	Osvaldo Sobrinho — Não
Jarbas Passarinho — Não	Lúcio Alcântara — Não	Oswaldo Trevisan — Não
Jayme Paliarin — Não	Luís Eduardo — Sim	Ottomar Pinto — Não
Jayme Santana — Sim	Luís Roberto Ponte — Sim	Paes de Andrade — Sim
Jesualdo Cavalcanti — Sim	Luiz Alberto Rodrigues — Sim	Paes Landim — Abstenção
Jesus Tajra — Não	Luiz Freire — Sim	Paulo Delgado — Sim
João Agripino — Sim	Luiz Gushiken — Sim	Paulo Macarini — Não
João Alves — Não	Luiz Henrique — Não	Paulo Marques — Não
João Calmon — Sim	Luiz Inácio Lula da Silva — Sim	Paulo Paim — Sim
João Carlos Bacelar — Sim	Luiz Marques — Não	Paulo Pimentel — Não
João Castelo — Não	Luiz Salomão — Sim	Paulo Ramos — Sim
João de Deus Antunes — Não	Maguito Vilela — Não	Paulo Roberto Cunha — Não
João Herrmann Neto — Não	Manoel Castro — Sim	Paulo Silva — Sim
João Machado Rollemberg — Não	Manoel Ribeiro — Sim	Paulo Zazur — Não
João Natal — Não	Manuel Viana — Não	Pedro Canedo — Não
João Paulo — Sim	Marcelo Cordeiro — Não	Pedro Ceolin — Não
João Rezek — Não	Márcia Kubitschek — Não	Pimenta da Veiga — Abstenção
Joaquim Bevilacqua — Sim	Márcio Braga — Não	Plínio Arruda Sampaio — Sim
Joaquim Francisco — Não	Marco Maciel — Não	Plínio Martins — Não
Jofran Frejat — Não	Marcos Perez Queiroz — Sim	Pompeu de Sousa — Sim
Jonas Pinheiro — Não	Maria de Lourdes Abadia — Não	Raimundo Bezerra — Sim
Jorge Arbage — Não	Maria Lúcia — Não	Raimundo Lira — Sim
Jorge Bornhausen — Não	Mário Assad — Não	Raimundo Rezende — Não
Jorge Hage — Sim	Mário Covas — Não	Raquel Cândido — Sim
Jorge Leite — Não	Mário de Oliveira — Não	Raquel Capiberibe — Sim
Jorge Medauar — Sim	Mário Maia — Sim	Raul Belém — Sim
Jorge Uequed — Não	Marluce Pinto — Não	Renan Calheiros — Não
Jorge Vianna — Não	Matheus Iensen — Não	Renato Johnsson — Não
José Camargo — Não	Maurício Corrêa — Abstenção	Renato Vianna — Não
José Carlos Martínez — Não	Maurício Fruet — Não	Roberto Augusto — Não
José Carlos Sabóia — Sim	Maurício Nasser — Não	Roberto Brant — Não
José Costa — Sim	Maurício Pádua — Não	Roberto Campos — Não
José da Conceição — Não	Maurílio Ferreira Lima — Sim	Roberto D'Ávila — Sim
José Egreja — Não	Mauro Benevides — Não	Roberto Freire — Sim
José Elias — Não	Mauro Borges — Não	Roberto Torres — Não
José Fernandes — Sim	Mauro Campos — Sim	Roberto Vital — Sim
José Freire — Não	Mauro Miranda — Não	Robson Marinho — Não
José Genoíno — Sim	Mauro Sampaio — Sim	Rodrigues Palma — Não
José Geraldo — Não	Max Rosenmann — Não	Ronaldo Aragão — Sim
José Guedes — Sim	Meira Filho — Não	Ronaldo Cezar Coelho — Sim
José Jorge — Não	Mendes Botelho — Sim	Rosa Prata — Não
José Lins — Não	Messias Góis — Sim	Rospide Netto — Não
José Lourenço — Não	Michel Temer — Não	Rubem Branquinho — Não
José Luiz de Sá — Não	Milton Barbosa — Não	Ruberval Pilotto — Não
José Luiz Maia — Não	Milton Reis — Não	Ruy Bacelar — Sim
José Maria Eymael — Não	Miraldo Gomes — Sim	Ruy Nadel — Sim
José Maurício — Sim	Miro Teixeira — Sim	Sadie Hauache — Não
José Melo — Não	Moema São Thiago — Sim	Salatiel Carvalho — Não
José Mendonça Bezerra — Sim	Mozarildo Cavalcanti — Não	Samir Achôa — Não
José Moura — Não	Nabor Júnior — Não	Sandra Cavalcanti — Sim
José Paulo Bisol — Sim	Naphtali Alves de Souza — Não	Santinho Furtado — Não
José Queiroz — Abstenção	Nelson Aguiar — Sim	Sérgio Naya — Não
José Richa — Não	Nelson Carneiro — Sim	Sérgio Spada — Sim
José Santana de Vasconcellos — Não	Nelson Jobim — Sim	Severo Gomes — Sim
José Serra — Sim	Nelson Seixas — Sim	Sigmaringa Seixas — Sim
José Tavares — Não	Nelson Wedekin — Sim	Sílvio Abreu — Não
José Thomaz Nonô — Não	Nelson Friedrich — Sim	Simão Sessim — Não
José Tinoco — Não	Nestor Duarte — Não	Siqueira Campos — Sim
José Ulisses de Oliveira — Sim	Ney Maranhão — Não	Sólon Borges dos Reis — Não
José Viana — Não	Nilson Gibson — Não	Sotero Cunha — Não
José Yunes — Sim	Nion Albernaz — Não	Stélio Dias — Não
Júlio Costamilan — Não	Nyder Barbosa — Não	Tadeu França — Sim
Jutahy Magalhães — Não	Octávio Elisio — Sim	Telmo Kirst — Não
Koyu Iha — Sim	Olivio Dutra — Sim	Teotônio Vilela Filho — Não
Lavoisier Maia — Não	Orlando Bezerra — Não	Theodoro Mendes — Não
Leite Chaves — Não	Orlando Pacheco — Não	Tito Costa — Não
Lélio Souza — Sim	Oscar Corrêa — Não	Ubiratan Aguiar — Sim
Leopoldo Peres — Não	Osmar Leitão — Não	Ubiratan Spinelli — Não

Uldurico Pinto — Sim
 Valmir Campelo — Não
 Vasco Alves — Sim
 Victor Faccioni — Não
 Victor Fontana — Não
 Vilson Souza — Sim
 Vingt Rosado — Não
 Vinicius Cansação — Não
 Virgílio Galassi — Não
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Bualz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldeck Ornêlas — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilma Maia — Não
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Não
 Ziza Valadares — Não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Detachene nº 1.045, do nobre Constituinte Bocayuva Cunha. S. Exª se reporta ao art. 106, **caput**. É uma supressiva parcial:

"Os serviços notariais de registro são exercidos em caráter privado."

S. Exª quer retirar do texto, onde está escrito "são exercidos em caráter privado", S. Exª quer retirar "em caráter privado".

Dou a palavra ao eminente autor.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sugiro que se entre na votação diretamente e se ouça a opinião do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O parecer do Relator é pela rejeição. Vamos à votação.

O Sr. Bocayuva Cunha — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BOCAYUVA CUNHA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em face da evidente maioria contrária à emenda e atendendo aos apelos que estão sendo feitos pelas Lideranças, retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Retirada a emenda pelo eminente autor, Constituinte Bocayuva Cunha

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Do nobre Constituinte Paulo Silva, o Destaque nº 1.121. S. Exª deseja, no art. 106, § 1º, suprimir a expressão (Pausa.)
 S. Exª retira o texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 97

Senhor Presidente,
 Requeiro, nos termos da Resolução nº 3, de 1988, destaque para a Emenda 2T01606-9 (art. 106, § 1º). — **Ivo Vanderlinde**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.606

(Do Sr. Ivo Vanderlinde)

Suprimir do texto do § 1º, do art. 106, a palavra "complementar".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Do nobre Constituinte Ivo Vanderlinde, Destaque nº 97. É o art. 106, § 1º.

Indago se S. Exª está presente. (Pausa.)

No art. 106, § 1º, "lei complementar", S. Exª deseja retirar a exigência de a lei ser complementar. Seria lei ordinária, maioria simples.

O parecer do Relator é favorável. S. Exª se manifesta pela aprovação.

O Sr. Plínio Arruda Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota "sim".

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota "sim".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota "sim".

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal acompanha o Relator e sugere à sua Bancada vote "sim".

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS recomenda à sua bancada a votar "sim".

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará "sim" à emenda.

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal vota "sim".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB vota "sim".

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDC vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A proposição tem parecer favorável. (Pausa.) Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem "sim", "não" ou "abstenção".

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Raimundo Lira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente o meu voto na votação anterior saiu "sim", mas o voto é "não".

O Sr. Lézio Sathler — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LÉZIO SATHLER (PMDB — ES. Sem
revisão do orador.) — Sr. Presidente, para declarar
o meu voto "sim", nesta votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
Será registrado o voto de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar
o resultado (Votação nº 860):

SIM — 371

NÃO — 9

ABSTENÇÃO — 4

TOTAL — 384

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim
Ademir Andrade — Sim
Adhemar de Barros Filho — Sim
Adolfo Oliveira — Sim
Adroaldo Streck — Sim
Adylson Motta — Sim
Aécio de Borba — Sim
Aécio Neves — Sim
Afonso Sancho — Sim
Aripino de Oliveira Lima — Sim
Alarico Abib — Sim
Albano Franco — Sim
Albérico Cordeiro — Sim
Alceni Guerra — Sim
Aldo Arantes — Sim
Alexandre Puzyna — Sim
Alfredo Campos — Sim
Aloysio Chaves — Sim
Aloysio Teixeira — Sim
Aluizio Bezerra — Sim
Aluizio Campos — Sim
Álvaro Antônio — Sim
Alysson Paulinelli — Sim
Amaury Müller — Sim
Amílcar Moreira — Sim
Ângelo Magalhães — Sim
Anna Maria Rattes — Sim
Annibal Barcellos — Sim
Antero de Barros — Sim
Antônio Carlos Franco — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Sim
Antoniocarlos Mendes Thame — Sim
Antônio de Jesus — Sim
Antonio Ferreira — Sim
Antonio Gaspar — Sim
Antonio Perosa — Sim
Arnaldo Faria de Sá — Sim
Arnaldo Martins — Sim
Arnaldo Moraes — Sim
Arnold Fioravante — Sim
Arolde de Oliveira — Sim
Artenir Werner — Sim
Artur da Távola — Sim
Átila Lira — Sim
Augusto Carvalho — Sim
Áureo Mello — Sim
Basílio Villani — Sim
Benedicto Monteiro — Sim
Benedita da Silva — Sim
Bernardo Cabral — Sim
Beth Azize — Sim

Bonifácio de Andrada — Sim
Caio Pompeu — Sim
Carlos Benevides — Sim
Carlos Chiarelli — Sim
Carlos Cotta — Sim
Carlos De'Carli — Sim
Carlos Mosconi — Sim
Carlos Sant'Anna — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim
Célio de Castro — Sim
Celso Dourado — Sim
César Maia — Sim
Chagas Duarte — Sim
Chagas Rodrigues — Sim
Chico Humberto — Sim
Christóvam Chiaradia — Sim
Cid Carvalho — Sim
Cid Sabóia de Carvalho — Sim
Cláudio Ávila — Sim
Cunha Bueno — Sim
Dálmton Canabrava — Não
Darcy Pozza — Não
Davi Alves Silva — Sim
Del Bosco Amaral — Sim
Delfim Netto — Sim
Délio Braz — Sim
Denisar Arneiro — Sim
Dionísio Dal Prá — Sim
Dirceu Carneiro — Sim
Djenal Gonçalves — Sim
Doreto Campanari — Sim
Edésio Frias — Sim
Edivaldo Motta — Sim
Edme Tavares — Sim
Edmilson Valentim — Sim
Eduardo Bonfim — Sim
Eduardo Jorge — Sim
Eduardo Moreira — Sim
Egídio Ferreira Lima — Sim
Eliel Rodrigues — Sim
Enoc Vieira — Sim
Eraldo Tinoco — Abstenção
Eraldo Trindade — Sim
Etevaldo Nogueira — Sim
Euclides Scalco — Sim
Eunice Michiles — Sim
Exedito Machado — Sim
Fábio Feldmann — Sim
Farabulini Júnior — Sim
Fausto Rocha — Sim
Felipe Mendes — Sim
Fernando Bezerra Coelho — Sim
Fernando Gasparian — Sim
Fernando Gomes — Sim
Fernando Lyra — Sim
Firmo de Castro — Sim
Flávio Rocha — Sim
Florestan Fernandes — Sim
Floríceno Paixão — Sim
França Teixeira — Sim
Francisco Amaral — Sim
Francisco Carneiro — Sim
Francisco Coelho — Sim
Francisco Dias Alves — Sim
Francisco Diógenes — Sim
Francisco Dornelles — Sim
Francisco Kuster — Sim
Francisco Pinto — Sim
Francisco Rollemberg — Sim
Francisco Rossi — Sim
Furtado Leite — Sim

Gastone Righi — Sim
Genebaldo Correia — Sim
Geovani Borges — Sim
Geraldo Alckmin Filho — Sim
Geraldo Campos — Sim
Gerson Marcondes — Sim
Gerson Peres — Sim
Gilson Machado — Sim
Gonzaga Patriota — Sim
Guilherme Palmeira — Sim
Gumerindo Milhomem — Sim
Harlan Gadelha — Sim
Haroldo Lima — Sim
Haroldo Sabóia — Sim
Hélio Costa — Sim
Hélio Duque — Sim
Hélio Manhães — Sim
Hélio Rosas — Sim
Henrique Córdova — Sim
Henrique Eduardo Alves — Sim
Hermes Zaneti — Sim
Hilário Braun — Sim
Homero Santos — Sim
Humberto Souto — Sim
Ibsen Pinheiro — Sim
Inocêncio Oliveira — Sim
Iram Saraiva — Sim
Irma Passoni — Sim
Ismael Wanderley — Sim
Israel Pinheiro — Sim
Itamar Franco — Sim
Ivo Lech — Sim
Ivo Mainardi — Não
Ivo Vanderlinde — Sim
Jacy Scanagatta — Sim
Jairo Azi — Sim
Jairo Carneiro — Sim
Jamil Haddad — Sim
Jarbas Passarinho — Sim
Jayme Paliarin — Sim
Jesualdo Cavalcanti — Sim
Jesus Tajra — Sim
João Agripino — Sim
João Calmon — Sim
João Carlos Bacelar — Sim
João Castelo — Sim
João Herrmann Neto — Sim
João Natal — Sim
João Paulo — Sim
João Rezek — Sim
Joaquim Bevilacqua — Sim
Joaquim Francisco — Sim
Jofran Frejat — Sim
Jonas Pinheiro — Sim
Jorge Arbage — Sim
Jorge Bornhausen — Sim
Jorge Hage — Sim
Jorge Uequed — Sim
José Camargo — Sim
José Carlos Coutinho — Sim
José Carlos Grecco — Sim
José Carlos Martínez — Sim
José Carlos Sabóia — Sim
José Costa — Sim
José da Conceição — Sim
José Egreja — Sim
José Elias — Sim
José Fernandes — Não
José Fogaça — Sim
José Genoíno — Sim
José Geraldo — Não

José Guedes — Sim
 José Ignácio Ferreira — Sim
 José Jorge — Sim
 José Lins — Sim
 José Luiz de Sá — Sim
 José Luiz Maia — Sim
 José Maranhão — Sim
 José Maria Eymael — Sim
 José Maurício — Sim
 José Melo — Sim
 José Moura — Sim
 José Paulo Bisol — Sim
 José Queiroz — Sim
 José Richa — Sim
 José Serra — Sim
 José Tavares — Sim
 José Thomaz Nonô — Sim
 José Tinoco — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 José Viana — Sim
 José Yunes — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Sim
 Koyu Iha — Sim
 Lavoisier Maia — Sim
 Leite Chaves — Sim
 Lélío Souza — Sim
 Leopoldo Peres — Não
 Leur Lomanto — Sim
 Lídice da Mata — Sim
 Lúcia Vânia — Sim
 Lúcio Alcântara — Sim
 Luís Eduardo — Sim
 Luís Roberto Ponte — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Sim
 Luiz Gushiken — Sim
 Luiz Henrique — Sim
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Sim
 Luiz Salomão — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Manoel Ribeiro — Sim
 Manuel Viana — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Braga — Sim
 Márcio Lacerda — Sim
 Marco Maciel — Não
 Marcos Perez Queiroz — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Sim
 Maria Lúcia — Sim
 Mário Covas — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mário Maia — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Matheus Iensen — Sim
 Mattos Leão — Sim
 Maurício Corrêa — Sim
 Maurício Fruet — Sim
 Maurício Nasser — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Mauro Benevides — Sim
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Campos — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Mauro Sampaio — Sim
 Max Rosenmann — Sim
 Meira Filho — Sim

Mendes Botelho — Sim
 Mendes Canale — Sim
 Mendes Ribeiro — Sim
 Messias Góis — Sim
 Milton Barbosa — Sim
 Miraldo Gomes — Sim
 Miro Teixeira — Sim
 Mozanildo Cavalcanti — Sim
 Nabor Júnior — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Nelson Aguiar — Sim
 Nelson Carneiro — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Nelson Wedekun — Sim
 Nelton Friedrich — Sim
 Nestor Duarte — Sim
 Ney Maranhão — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Nion Albernaz — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Sim
 Olívio Dutra — Sim
 Orlando Bezerra — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Oswaldo Almeida — Sim
 Oswaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim
 Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Abstenção
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Marques — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Pimentel — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Roberto Cunha — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Pimenta da Veiga — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Plínio Martins — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberbe — Sim
 Raul Belém — Sim
 Renan Calheiros — Não
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Sim
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim
 Roberto Freire — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Aragão — Sim

Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Rosa Prata — Não
 Rospide Netto — Sim
 Rubem Branquinho — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Ruy Bacelar — Abstenção
 Ruy Nedel — Sim
 Sadie Hauache — Sim
 Salatiel Carvalho — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Sérgio Naya — Sim
 Sérgio Spada — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Sívio Abreu — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólon Borges dos Reis — Sim
 Sotero Cunha — Sim
 Tadeu França — Sim
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim
 Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldunco Pinto — Sim
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Sim
 Vingt Rosado — Sim
 Vinícius Cansanção — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldeck Ornêlas — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilma Maia — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio, do nobre Constituinte Carlos Virgílio, o
 Destaque nº 1.193.

Pergunto se o nosso nobre Colega está na Casa.
 (Pausa.)

S. Ex.^a não se encontra em plenário.

Está prejudicada a emenda de S. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de des-
 taque

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Nº 1.253

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para a Emenda nº
 2T01367-1 alínea **b** do inciso do artigo 108. —
Maluly Neto.

REQUERIMENTO DE DESTAQUE

Nº 670

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para a Emenda nº
 2T00599-7. — **Nabor Júnior**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — São as seguintes as emendas destacadas:

EMENDA Nº 1.367
(Do Sr. Maluly Neto)

Acrescente-se “o Vice-Presidente”, na alínea **b** do inciso I do artigo 108, que, por omissão, não constou no Projeto-B.

—A referida alínea passará a ter, em consequência, a seguinte redação:

— “**b** — nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente e os Ministros de Estado, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;”

EMENDA Nº 599
(Do Sr. Nabor Júnior)

Corrija-se “erro manifesto” no art. 108, “b”, da Parte Permanente, dando-se-lhe a seguinte redação:

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República e o Vice-Presidente da República, bem como os Ministros de Estado, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Anuncio o Destaque de nº 1.253, de autoria do nobre Constituinte Maluly Neto, e o de nº 670, de autoria do nobre Constituinte Nabor Júnior.

O Constituinte Maluly Neto está presente? (Pausa.)

No art. 108:

“Compete ao Supremo Tribunal Federal, cabendo-lhe:

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República...”

S. Exª deseja incluir o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado nos julgamentos perante o Supremo Tribunal Federal.

Parece que é correção de uma omissão.

Como se manifesta o nobre Relator?

O SR. BERNARDO CABRAL (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encareço o voto favorável do Plenário, porque a emenda corrige um erro manifesto, que é a não — inclusão do Vice-Presidente nesse dispositivo. Com esta emenda, passa haver a inclusão e, conseqüentemente, se corrige.

Pela aprovação da emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Pela aprovação da emenda, com parecer favorável do Relator.

Vamos votar.

O Sr. Plínio Arruda Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará “sim”.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará “sim”.

O Sr. Fernando Santana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar meu voto “sim” na votação anterior, que não foi registrado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — O registro será feito, não há dúvida.

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

O Sr. Chico Humberto — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT vota “sim”.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada vote “sim”.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS aconselha votar “sim”.

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB vota “sim”.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB votará “sim” à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares. A emenda tem parecer favorável. (Pausa.)

Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem “sim”, “não” ou “abstenção”.

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Gonzaga Patriota — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas a título de sugestão.

Somos quase 400 Constituintes, aqui, agora às 19 horas. Acordo à noite nunca funciona. Assim sendo, poderíamos votar até às 21 horas e o acordo ficaria para amanhã pela manhã, porque ir embora agora...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A sessão da Constituinte já está convocada para amanhã às 9 horas. Vamos votar de manhã e à tarde, mesmo porque a experiência, principalmente a de ontem, foi muito proveitosa, direi mesmo que foi excepcional. É resultado muito animador.

O Sr. Ailton Cordeiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AIRTON CORDEIRO (PFL — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, aproveitando o processo de votação, apenas gostaria de comunicar à Constituinte que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná foi fechada, hoje, para os professores que estão em greve, que impetram mandado de segurança e que, graças a esse mandado, estão, outra vez, com as portas do Estado do Paraná reabertas.

É a greve dos professores paranaenses, em busca de melhores condições de trabalho e salários.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado: (Votação nº 861.)

SIM — 381

NÃO — 0

ABSTENÇÃO — 4

TOTAL — 385

As emendas foram aprovadas.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Acival Gomes — Sim
Ademir Andrade — Sim
Adhemar de Barros Filho — Sim
Adroaldo Streck — Sim
Adylson Motta — Sim

Aécio de Borba — Sim
 Aécio Neves — Sim
 Afonso Sancho — Sim
 Agripino de Oliveira Lima — Sim
 Airton Cordeiro — Sim
 Alarico Abib — Sim
 Albano Franco — Sim
 Albérico Cordeiro — Sim
 Alcení Guerra — Sim
 Aldo Arantes — Sim
 Alfredo Campos — Sim
 Aloysio Chaves — Sim
 Aloysio Teixeira — Sim
 Aluizio Bezerra — Sim
 Aluizio Campos — Sim
 Alysso Paulinelli — Sim
 Amaury Müller — Sim
 Amílcar Moreira — Sim
 Ângelo Magalhães — Sim
 Anna Maria Rattes — Sim
 Annibal Barcellos — Sim
 Antônio Carlos Konder Reis — Sim
 Antonio Carlos Mendes Thame — Sim
 Antônio de Jesus — Sim
 Antonio Gaspar — Sim
 Antonio Perosa — Sim
 Antonio Ueno — Sim
 Arnaldo Faria de Sá — Sim
 Arnaldo Martins — Sim
 Arnaldo Moraes — Sim
 Arnaldo Prieto — Sim
 Arnold Fioravante — Sim
 Arolde de Oliveira — Sim
 Arterir Werner — Sim
 Artur da Távola — Sim
 Átila Lira — Sim
 Augusto Carvalho — Sim
 Aureo Mello — Sim
 Basílio Villani — Sim
 Benedicto Monteiro — Sim
 Benedita da Silva — Sim
 Bernardo Cabral — Sim
 Beth Azize — Sim
 Bocayuva Cunha — Sim
 Bonifácio de Andrada — Sim
 Caio Pompeu — Sim
 Carlos Alberto Caó — Sim
 Carlos Benevides — Sim
 Carlos Chiarelli — Sim
 Carlos Cotta — Sim
 Carlos De'Carli — Sim
 Carlos Mosconi — Sim
 Carlos Sant'Anna — Sim
 Cássio Cunha Lima — Sim
 Célio de Castro — Sim
 Celso Dourado — Sim
 César Cals Neto — Sim
 César Maia — Sim
 Chagas Duarte — Sim
 Chagas Rodrigues — Sim
 Chico Humberto — Sim
 Christóvam Chiaradia — Sim
 Cid Sabóia de Carvalho — Sim
 Cláudio Ávila — Sim
 Cunha Bueno — Sim
 Dálton Canabrava — Sim
 Darcy Deitos — Sim
 Daso Coimbra — Sim
 Delfim Netto — Sim
 Délio Braz — Sim
 Denisar Arneiro — Sim

Dionísio Dal Prá — Sim
 Dirceu Tutu Quadros — Sim
 Dirceu Carneiro — Sim
 Djenal Gonçalves — Abstenção
 Edésio Frias — Sim
 Edivaldo Motta — Sim
 Edme Tavares — Sim
 Edmilson Valentim — Sim
 Eduardo Bonfim — Sim
 Eduardo Jorge — Sim
 Eduardo Moreira — Sim
 Egídio Ferreira Lima — Sim
 Eliel Rodrigues — Sim
 Enoc Vieira — Sim
 Eraldo Tinoco — Sim
 Eraldo Trindade — Sim
 Etevaldo Nogueira — Sim
 Euclides Scalco — Sim
 Eunice Michiles — Sim
 Evaldo Gonçalves — Sim
 Expedito Machado — Sim
 Fábio Feldmann — Sim
 Farbulini Júnior — Sim
 Fausto Rocha — Sim
 Felipe Mendes — Sim
 Fernando Bezerra Coelho — Sim
 Fernando Gasparian — Sim
 Fernando Gomes — Sim
 Fernando Santana — Sim
 Firmo de Castro — Sim
 Flávio Rocha — Sim
 Florestan Fernandes — Sim
 Floriceno Paixão — Sim
 França Teixeira — Sim
 Francisco Amaral — Sim
 Francisco Carneiro — Sim
 Francisco Coelho — Sim
 Francisco Dias Alves — Sim
 Francisco Diogenes — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Francisco Küster — Sim
 Francisco Pinto — Sim
 Francisco Rollemberg — Sim
 Francisco Rossi — Sim
 Furtado Leite — Sim
 Gastone Righi — Sim
 Genebaldo Correia — Sim
 Geovani Borges — Sim
 Geraldo Alckmin Filho — Sim
 Geraldo Campos — Sim
 Geraldo Fleming — Sim
 Gerson Camata — Sim
 Gerson Marcondes — Sim
 Gerson Peres — Sim
 Gilson Machado — Sim
 Gonzaga Patriota — Sim
 Guilherme Palmeira — Sim
 Gumerindo Milhomem — Sim
 Harlan Gadelha — Sim
 Haroldo Lima — Sim
 Haroldo Sabóia — Sim
 Hélio Costa — Sim
 Hélio Duque — Sim
 Hélio Manhães — Sim
 Hélio Rosas — Sim
 Henrique Córdova — Sim
 Heráclito Fortes — Sim
 Hermes Zaneti — Sim
 Homero Santos — Sim
 Humberto Souto — Sim
 Ibsen Pinheiro — Sim

Inocêncio Oliveira — Sim
 Iram Saraiva — Sim
 Irma Passoni — Sim
 Ismael Wanderley — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 Itamar Franco — Sim
 Ivo Lech — Sim
 Ivo Mainardi — Sim
 Ivo Vanderlinde — Sim
 Jacy Scanagatta — Sim
 Jairo Azi — Sim
 Jairo Carneiro — Sim
 Jalles Fontoura — Sim
 Jamil Haddad — Sim
 Jarbas Passarinho — Sim
 Jayme Paliarin — Sim
 Jayme Santana — Sim
 Jesualdo Cavalcanti — Sim
 Jesus Tajra — Abstenção
 João Agripino — Sim
 João Calmon — Sim
 João Carlos Bacelar — Sim
 João Castelo — Sim
 João de Deus Antunes — Sim
 João Herrmann Neto — Sim
 João Machado Rollemberg — Sim
 João Natal — Sim
 João Paulo — Sim
 João Rezek — Sim
 Joaquim Bevilacqua — Sim
 Joaquim Francisco — Sim
 Joaquim Sucena — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Jonas Pinheiro — Sim
 Jorge Arbage — Sim
 Jorge Bornhausen — Sim
 Jorge Hage — Sim
 Jorge Uequed — Sim
 José Camargo — Sim
 José Carlos Coutinho — Sim
 José Carlos Grecco — Sim
 José Carlos Martinez — Sim
 José Carlos Sabóia — Sim
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Sim
 José Egreja — Sim
 José Elias — Sim
 José Fernandes — Sim
 José Fogaça — Sim
 José Freire — Sim
 José Genoíno — Sim
 José Geraldo — Sim
 José Guedes — Sim
 José Ignácio Ferreira — Sim
 José Jorge — Sim
 José Lins — Sim
 José Luiz de Sá — Sim
 José Luiz Maia — Sim
 José Maranhão — Sim
 José Melo — Sim
 José Moura — Sim
 José Paulo Bisol — Sim
 José Queiroz — Sim
 José Richa — Sim
 José Serra — Sim
 José Tavares — Sim
 José Thomaz Nonô — Abstenção
 José Tinoco — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 José Viana — Sim
 José Yunes — Sim

Jovanni Masini — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Sim
 Koyu Iha — Sim
 Lavoisier Maia — Sim
 Leite Chaves — Sim
 Lélío Souza — Sim
 Leopoldo Peres — Sim
 Leur Lomanto — Sim
 Lezio Sathler — Sim
 Lídice da Mata — Sim
 Lúcia Vânia — Sim
 Lúcio Alcântara — Sim
 Luís Eduardo — Sim
 Luís Roberto Ponte — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Sim
 Luiz Gushiken — Sim
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Salomão — Sim
 Lysâneas Maciel — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Manoel Ribeiro — Sim
 Manuel Viana — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Braga — Sim
 Márcio Lacerda — Sim
 Marco Maciel — Sim
 Marcos Perez Queiroz — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Sim
 Maria Lúcia — Sim
 Mário Assad — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mário Maia — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Mattos Leão — Sim
 Maurício Corrêa — Sim
 Maurício Fruet — Sim
 Maurício Nasser — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Mauro Benevides — Sim
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Campos — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Mauro Sampaio — Sim
 Max Rosenmann — Sim
 Meira Filho — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Canale — Sim
 Mendes Ribeiro — Sim
 Messias Góis — Sim
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Lima — Sim
 Milton Reis — Sim
 Miraldo Gomes — Sim
 Miro Teixeira — Sim
 Moema São Thiago — Sim
 Mozarlildo Cavalcanti — Sim
 Mussa Demes — Sim
 Nabor Júnior — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Nelson Aguiar — Sim
 Nelson Carneiro — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Nelson Wedekin — Sim
 Nelton Friedrich — Sim
 Nestor Duarte — Sim

Ney Maranhão — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Sim
 Olívio Dutra — Sim
 Orlando Bezerra — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Oswaldo Almeida — Sim
 Oswaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Marques — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Pimentel — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Roberto Cunha — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Pimenta da Veiga — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberibe — Sim
 Raul Belém — Sim
 Renan Calheiros — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Sim
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Balestra — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim
 Roberto Freire — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Aragão — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Rospide Netto — Sim
 Rubem Branquinho — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Ruy Bacelar — Sim
 Sadie Hauache — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Sérgio Spada — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaranga Seixas — Sim
 Sílvio Abreu — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólon Borges dos Reis — Sim
 Tadeu França — Sim
 Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim

Theodoro Mendes — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Sim
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Sim
 Vingt Rosado — Sim
 Vinicius Cansação — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldeck Ornêlas — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilma Maia — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, requerimento de destaque nos seguintes termos:

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº 1.371

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T01363-9 artigo 108, inciso I, alínea c. — **Oswaldo Coelho**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 É a seguinte a matéria destacada:

EMENDA Nº 1.363
 (Do Sr. Oswaldo Coelho)

Acrescente-se à alínea c do inciso I do art. 108: "Os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no inciso I do art. 53", que, por omissão, não constou no Projeto de Constituição.

Em consequência, a alínea c do inciso I do art. 108 passará a ter a seguinte redação:

"c— nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado, ressalvado o disposto no inciso I do art. 53, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;"

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Anuncio o destaque do nobre Constituinte Oswaldo Coelho.

A sua emenda se vincula ao art. 108, inciso I, alínea c, que estabelece:

"nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidades, os Membros dos Tribunais Superiores e os do Tribunal de Conta da União e o Chefe da Missão Diplomática de caráter permanente."

É uma emenda no sentido de corrigir omissão, acrescentando-se "os Ministros de Estado", o que não constava originariamente, ressalvado o disposto no inciso I do art. 53.

É o adendo que se propõe.

O Relator se manifesta pela aprovação.

Vamos à votação.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada vote "sim".

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM — (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é outra emenda que caracteriza a correção absoluta do texto.

Tem razão o Sr. Relator e o PMDB vota "sim".

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS fica de acordo com o Relator e vota "sim".

O Sr. Plínio Arruda Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PT votará "sim".

O Sr. Farabulini Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PTB vota "sim".

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará "sim".

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota "sim".

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará "sim".

O Sr. Amaury Müller — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT votará "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos proceder à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares.

Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem "sim", "não" ou "abstenção".
Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço registrar o meu voto "sim".

O Sr. Joaquim Bevilacqua — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOAQUIM BEVILÁQUA (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a gentileza de registrar o meu voto "sim", que não saiu no painel.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será registrado o voto de V. Exª

O Sr. Davi Alves Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS — MA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço registrar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Será registrado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado (votação) nº 862:

SIM — 375
NÃO — 0
ABSTENÇÃO — 2
TOTAL — 377

A emenda foi aprovada.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção
Acival Gomes — Sim

Adauto Pereira — Sim
Ademir Andrade — Sim
Adhemar de Barros Filho — Sim
Adroaldo Streck — Sim
Adylson Motta — Sim
Aécio Neves — Sim
Afonso Sancho — Sim
Aripino de Oliveira Lima — Sim
Airton Cordeiro — Sim
Alarico Abib — Sim
Albano Franco — Sim
Albérico Cordeiro — Sim
Alceni Guerra — Sim
Aldo Arantes — Sim
Alfredo Campos — Sim
Aloysio Chaves — Sim
Aloysio Teixeira — Sim
Aluizio Bezerra — Sim
Aluizio Campos — Sim
Álvaro Antônio — Sim
Alysson Paulinelli — Sim
Amaury Müller — Sim
Amílcar Moreira — Sim
Ângelo Magalhães — Sim
Anna Maria Rattes — Sim
Annibal Barcellos — Sim
Antero de Barros — Sim
Antônio Carlos Konder Reis — Sim
Antônio de Jesus — Sim
Antonio Perosa — Sim
Antonio Ueno — Sim
Arnaldo Faria de Sá — Sim
Arnaldo Martins — Sim
Arnaldo Moraes — Sim
Arnold Fioravante — Sim
Artenir Werner — Sim
Artur da Távola — Sim
Átila Lira — Sim
Augusto Carvalho — Sim
Áureo Mello — Sim
Basílio Villani — Sim
Benedicto Monteiro — Sim
Benedita da Silva — Sim
Bernardo Cabral — Sim
Beth Azize — Sim
Bocayuva Cunha — Sim
Bonifácio de Andrada — Sim
Caio Pompeu — Sim
Carlos Benevides — Sim
Carlos Chiarelli — Sim
Carlos Cotta — Sim
Carlos De'Carli — Sim
Carlos Mosconi — Sim
Carlos Sant'Anna — Sim
Cássio Cunha Lima — Sim
Célio de Castro — Sim
Celso Dourado — Sim
César Cals Neto — Sim
César Maia — Sim
Chagas Duarte — Sim
Chagas Rodrigues — Sim
Chico Humberto — Sim
Christóvam Chiaradia — Sim
Cid Carvalho — Sim
Cid Sabója de Carvalho — Sim
Cláudio Ávila — Sim
Cristina Tavares — Sim
Cunha Bueno — Sim
Darcy Deitos — Sim
Darcy Pozza — Sim
Daso Coimbra — Sim

Delfim Netto — Sim	Ismael Wanderley — Sim	Júlio Costamilan — Sim
Délio Braz — Sim	Israel Pinheiro — Sim	Jutahy Magalhães — Sim
Denisar Arneiro — Sim	Itamar Franco — Sim	Koyu Iha — Sim
Dionísio Dal Prá — Sim	Ivo Lech — Sim	Lavoisier Maia — Sim
Dionísio Hage — Sim	Ivo Mainardi — Sim	Leite Chaves — Sim
Dirce Tutu Quadros — Sim	Ivo Vanderlinde — Sim	Lélio Souza — Sim
Djenal Gonçalves — Sim	Jacy Scanagatta — Sim	Leopoldo Peres — Sim
Edésio Frias — Sim	Jairo Azi — Sim	Leur Lomanto — Sim
Edivaldo Motta — Sim	Jairo Carneiro — Sim	Lezio Sathler — Sim
Edme Tavares — Sim	Jalles Fontoura — Sim	Lídice da Mata — Sim
Edmilson Valentim — Sim	Jamil Haddad — Sim	Lúcia Vânia — Sim
Eduardo Bonfim — Sim	Jarbas Passarinho — Sim	Lúcio Alcântara — Sim
Eduardo Jorge — Sim	Jayme Paliarin — Sim	Luís Eduardo — Sim
Eduardo Moreira — Sim	Jayme Santana — Sim	Luís Roberto Ponte — Sim
Egídio Ferreira Lima — Sim	Jesualdo Cavalcanti — Sim	Luiz Alberto Rodrigues — Sim
Elieel Rodrigues — Sim	Jesus Tajra — Sim	Luiz Freire — Sim
Eraldo Tinoco — Sim	João Agripino — Sim	Luiz Gushiken — Sim
Eraldo Trindade — Sim	João Calmon — Sim	Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
Etevaldo Nogueira — Sim	João Carlos Bacelar — Sim	Luiz Marques — Sim
Euclides Scalco — Sim	João Castelo — Sim	Luiz Salomão — Sim
Eunice Michiles — Sim	João de Deus Antunes — Sim	Lysâneas Maciel — Sim
Evaldo Gonçalves — Sim	João Herrmann Neto — Sim	Maguito Vilela — Sim
Expedito Machado — Sim	João Lobo — Sim	Maluly Neto — Sim
Fábio Feldmann — Sim	João Machado Rollemberg — Sim	Manoel Castro — Sim
Fábio Raunheitti — Sim	João Natal — Sim	Manoel Moreira — Sim
Farabulini Júnior — Sim	João Paulo — Sim	Manoel Ribeiro — Sim
Fausto Rocha — Sim	João Rezek — Sim	Marcelo Cordeiro — Sim
Felipe Mendes — Sim	Joaquim Francisco — Sim	Márcia Kubitschek — Sim
Fernando Bezerra Coelho — Sim	Joaquim Sucena — Sim	Márcio Braga — Sim
Fernando Gasparian — Sim	Jofran Frejat — Sim	Márcio Lacerda — Sim
Fernando Gomes — Sim	Jonas Pinheiro — Sim	Marco Maciel — Sim
Fernando Lyra — Sim	Jorge Arbage — Sim	Marcos Perez Queiroz — Sim
Fernando Santana — Sim	Jorge Bornhausen — Sim	Maria de Lourdes Abadia — Sim
Fernando Velasco — Sim	Jorge Hage — Sim	Maria Lúcia — Sim
Firmino de Castro — Sim	Jorge Uequed — Sim	Mário Assad — Sim
Florestan Fernandes — Sim	José Agripino — Sim	Mário de Oliveira — Sim
Floríceno Paixão — Sim	José Camargo — Sim	Mário Maia — Sim
França Teixeira — Sim	José Carlos Coutinho — Sim	Marluce Pinto — Sim
Francisco Amaral — Sim	José Carlos Grecco — Sim	Mattos Leão — Sim
Francisco Carneiro — Sim	José Carlos Martinez — Sim	Maurício Corrêa — Sim
Francisco Dias Alves — Sim	José Carlos Sabóia — Sim	Maurício Fruet — Sim
Francisco Diógenes — Sim	José Costa — Sim	Maurício Nasser — Sim
Francisco Dornelles — Sim	José da Conceição — Sim	Maurício Pádua — Sim
Francisco Küster — Sim	José Egreja — Sim	Maurílio Ferreira Lima — Sim
Francisco Rollemberg — Sim	José Elias — Sim	Mauro Benevides — Sim
Francisco Rossi — Sim	José Fernandes — Sim	Mauro Borges — Sim
Furtado Leite — Sim	José Fogaça — Sim	Mauro Campos — Sim
Gastone Righi — Sim	José Freire — Sim	Mauro Miranda — Sim
Genebaldo Correia — Sim	José Genoíno — Sim	Max Rosenmann — Sim
Geovani Borges — Sim	José Geraldo — Sim	Mendes Botelho — Sim
Geraldo Campos — Sim	José Guedes — Sim	Mendes Canale — Sim
Geraldo Fleming — Sim	José Ignácio Ferreira — Sim	Mendes Ribeiro — Sim
Gerson Camata — Sim	José Jorge — Sim	Messias Góis — Sim
Gerson Marcondes — Sim	José Lins — Sim	Michel Temer — Sim
Gerson Peres — Sim	José Luiz de Sá — Sim	Milton Barbosa — Sim
Gilson Machado — Sim	José Luiz Maia — Sim	Milton Lima — Sim
Gonzaga Patriota — Sim	José Maranhão — Sim	Milton Reis — Sim
Guilherme Palmeira — Sim	José Maria Eymael — Sim	Miraldo Gomes — Sim
Gumerindo Milhomem — Sim	José Maurício — Sim	Miro Teixeira — Sim
Harlan Gadelha — Sim	José Melo — Sim	Moema São Thiago — Sim
Haroldo Lima — Sim	José Moura — Sim	Mozarildo Cavalcanti — Sim
Haroldo Sabóia — Sim	José Paulo Bisol — Sim	Nabor Júnior — Sim
Hélio Costa — Sim	José Queiroz — Sim	Naphtali Alves de Souza — Sim
Hélio Rosas — Sim	José Richa — Sim	Nelson Aguiar — Sim
Henrique Córdova — Sim	José Serra — Sim	Nelson Carneiro — Sim
Hermes Zaneti — Sim	José Tavares — Sim	Nelson Jobim — Sim
Humberto Souto — Sim	José Thomaz Nonô — Sim	Nelson Seixas — Sim
Ibsen Pinheiro — Sim	José Tinoco — Sim	Nelson Wedekin — Sim
Inocêncio Oliveira — Sim	José Viana — Sim	Nestor Duarte — Sim
Iram Saraiva — Sim	José Yunes — Sim	Nilson Gibson — Sim
Irma Passoni — Sim	Jovanni Masini — Sim	Nion Albernaz — Sim

Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Sim
 Octávio Elísio — Sim
 Olívio Dutra — Sim
 Onofre Corrêa — Abstenção
 Orlando Bezerra — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osmir Lima — Sim
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Osvaldo Almeida — Sim
 Osvaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim
 Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Sim
 Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Marques — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Pimentel — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Roberto Cunha — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Pimenta da Veiga — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Capiberibe — Sim
 Raul Belém — Sim
 Renan Calheiros — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Sim
 Rita Furtado — Sim
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Balestra — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto D'Ávila — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Aragão — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Rubem Branquinho — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Ruy Bacelar — Sim
 Ruy Nedel — Sim
 Sadie Hauache — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Sérgio Spada — Sim
 Sérgio Werneck — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Sílvio Abreu — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólon Borges dos Reis — Sim
 Tadeu França — Sim

Telmo Kirst — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Valmir Campelo — Sim
 Valter Pereira — Sim
 Vasco Alves — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Sim
 Vingt Rosado — Sim
 Vinicius Cansção — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim
 Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldeck Ornêlas — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilma Maia — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Sobre a mesa, os seguintes requerimentos de destaque:

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 742**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T01193-8. — **Lourival Baptista.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 782**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T00063-4. — **Paulo Pimentel.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 828**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T00326-9. — **Maurício Corrêa.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 1.163**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T01681-6. — **José Costa.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 1.341**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T01101-6 (Art. 108, inciso I, alínea d). — **Osvaldo Bender.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 252**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T00024-3. Suprima-se, na alínea **d**, do inciso I, do art. 108, expressão. — **Nilson Gibson.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 259**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T00406-1. — **Joaquim Beviláqua.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 293**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T00024-3. Suprima-se, na alínea **d**, do inciso I do art. 108 expressão “do Superior Tribunal de Justiça”. — **Paulo Zarzur.**

**REQUERIMENTO DE DESTAQUE
 Nº 304**

Senhor Presidente, requero destaque para a Emenda nº 2T00024-3. Autoria do Dep. Nilson Gibson. Suprima-se, na alínea **d**, do inciso I, do art. 108 a expressão “do Superior Tribunal de Justiça”. — **Lúcio Alcântara.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 São as seguintes as emendas destacadas:

**EMENDA Nº 1.193
 (Do Sr. Lourival Baptista)**

Suprima-se, na alínea **d** do inciso I do artigo 108, a expressão “do Superior Tribunal de Justiça”.

**EMENDA Nº 63
 (Do Sr. Paulo Pimentel)**

Suprima-se a expressão “do Superior Tribunal de Justiça”, na alínea **d**, do inciso I do art. 108 do Projeto aprovado no 1º Turno, Projeto de Constituição (B).

Art. 108
 I —
 d — suprimir a expressão “do Superior Tribunal de Justiça”.

**EMENDA Nº 326
 (Do Sr. Maurício Corrêa)**

Suprima-se do art. 108, inciso I, alínea **d**, a referência “do Superior Tribunal de Justiça”, e a alínea **j**.

**EMENDA Nº 1.681
 (Do Sr. José Costa)**

Referência: alínea **d** do item I do art. 108 do Projeto de Constituição “B”.

Objetivo: suprimir a expressão “do Superior Tribunal de Justiça”.

**EMENDA Nº 1.101
 (Do Sr. Osvaldo Bender)**

Art 108, inciso I, alínea **d**.
 Suprima-se a expressão

“.. do Superior Tribunal de Justiça...”

**EMENDA Nº 24
 (Do Sr. Nilson Gibson)**

Suprima-se, na alínea **d** do inciso I do art. 108 a expressão.

“do Superior Tribunal de Justiça”

**EMENDA Nº 406
 (Do Sr. Joaquim Beviláqua)**

Suprima-se a seguinte expressão “do Superior Tribunal de Justiça”, do art. 108, I, **d**, do Projeto de Constituição, o qual ficará com a seguinte redação:

“I — processar e julgar originariamente:

.....
 O **habeas corpus**, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança, o **habeas data** e o mandado de injunção contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal.”

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Temos o Destaque nº 742, do nobre Constituinte Lourival Baptista; Destaque nº 782, do nobre Constituinte Paulo Pimentel; Destaque nº 828, do nobre Constituinte Maurício Corrêa; Destaque nº 1.163, do nobre Constituinte José Costa; Destaque nº 1.341, do Constituinte Osvaldo Bender; Destaque nº 252, do nobre Constituinte Nilson Gibson; Destaque nº 259, do nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua; Destaque nº 293, do nobre Constituinte Paulo Zarzur; Destaque nº 304, do nobre Constituinte Lúcio Alcântara.

Os nobres Constituintes desejam, no art. 108, inciso I letra d:

“O **habeas corpus**, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores, o mandado de segurança, o **habeas data** e o mandado de injunção contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, do Superior Tribunal de Justiça.”

Querem retirar a referência quanto à competência do Supremo Tribunal Federal, no caso especificado do Superior Tribunal de Justiça.

É o texto.

Relator dá parecer pela aprovação.

O Sr. Carlos Alberto Caó — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a V. Exª registrar o meu voto “sim” na votação anterior.

O Sr. Mauro Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero registrar o meu voto “sim”.

O Sr. Luiz Inácio Lula da Silva — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na semana passada, desta tribuna, comuniquei a V. Exª que iria fazer um abaixo-assinado, na tentativa de conseguir acumular um mínimo de 280 assinaturas, para poder existir um compromisso de se realizar sessões nos sábados e domingos. Como V. Exª tem, reiteradas vezes, comunicado à opinião pública nacional que vai convocar sessão e essas sessões não acontecem por falta de **quorum**, e normalmente as pessoas que vêm são prejudicadas, entendia, e entendo, que só deveriam ser convocadas sessões nos sábados, domingos e nas sextas-feiras se houver a certeza de que teremos, aqui, na Casa, 281 Constituintes para dar **quorum**, porque, se tivermos 280, aqueles que não gostam de comparecer terão que vir, porque será votada a Constituição.

Tenho, aqui, em mãos, um abaixo-assinado com a assinatura de 350 Constituintes, que se comprometeram a vir votar, nesse esforço concentrado, no final de semana. É bem possível

que algum Companheiro que assinou possa não querer vir.

Então, peço a V. Exª dois favores: primeiro, que seja publicada a lista dos Constituintes que assinaram o abaixo-assinado, e, se algum Sr. Constituinte não quiser vir, ainda amanhã poderá avisar que não virá.

Só saberemos se teremos sessão na sexta, sábado e domingo, amanhã.

Não é possível que 200 ou 250 Constituintes se matem, aqui, sábado e domingo, em detrimento daqueles que não querem vir.

Então, peço a V. Exª mande publicar a lista dos que assinaram. Quem não quiser vir amanhã ainda terá tempo de retirar o seu nome, e quem quiser vir ainda poderá procurar a Mesa e assinar, amanhã, para que tenhamos sessão, com **quorum**, sexta, sábado e domingo.

Vou entregar a V. Exª o abaixo-assinado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Obrigado pela importante colaboração de V. Exª. Vamos passar à votação da matéria.

O Sr. Darcy Pozza — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DARCY POZZA (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não assinei essa lista e vou estar presente, essa divulgação, na verdade, não vai adiantar nada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa vai examinar a matéria.

Vamos passar à votação.

O Sr. Daso Coimbra — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eEstarei presente, porque estou sempre aqui e a minha obrigação não exige a assinatura num papel desse. Minha obrigação é estar presente e estarei aqui, como outros. Não admito é demagogia de alguns.

Isto é demagogia de algumas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Mesa vai examinar a questão levantada. Vamos à votação.

O Sr. Plínio Arruda Sampaio — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota “sim”.

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido da Frente Liberal recomenda à sua Bancada vote “sim”.

O Sr. Roberto Freire — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PCB votará “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Aguardem, por favor, para votarmos esta emenda, porque há muitos destaques e a nossa média diária aumentará em função disso. Por favor, fique na Casa.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDS vai votar “sim”.

O Sr. Nelson Jobim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. NELSON JOBIM (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PMDB acompanha o Relator e vota “sim”.

O Sr. José Maria Eymael — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PDC acompanha o Sr. Relator e vota “sim”.

O Sr. Carlos Alberto Caó — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT — RJ. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o PDT votará “sim”.

O Sr. Ademir Andrade — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSB votará “sim”.

O Sr. Eduardo Bonfim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B — AL. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PC do B vota “sim”.

O Sr. Adolfo Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o Partido Liberal também vota “sim”.

O Sr. Jorge Hage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JORGE HAGE (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Vamos à votação.

Srs. Constituintes, queiram tomar os seus lugares.

É recomendada a aprovação da proposição pelo eminente Relator e as Lideranças se manifestaram unanimemente a favor.

Queiram registrar os números de códigos. (Pausa.)

Votem "sim", "não" ou "abstenção".

Acionem, simultaneamente, o botão preto no painel e a chave sob a bancada, mantendo-os pressionados, até que as luzes se apaguem. (Pausa)

(*Procede-se à votação*)

O Sr. Inocêncio Oliveira — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Sem revisão do orador.) — Meu caro Presidente, quanto à lista de assinaturas divulgada pelo ilustre Presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, gostaria de dizer a V. Ex^a que não assinei essa lista, mas estarei presente. Não vejo necessidade da divulgação dessa lista. Acredito que isso não é necessário.

O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte tem feito várias convocações neste sentido. Depende apenas da responsabilidade dos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, que está sendo contestada por essa lista. É um absurdo, Sr. Presidente, essa lista. O que deve haver é uma conscientização da Assembléia Nacional Constituinte do término, o mais rápido possível, da nova Constituição do País.

Então, quero protestar pela maneira como está sendo feita essa lista, que não conduz a nada e não vai fazer com que os Constituintes venham a este plenário — os Constituintes virão porque têm responsabilidade com a Assembléia Nacional Constituinte, com a Constituição do seu País e com a História, que haverá de registrar aqueles que aqui comparecem e aqueles que aqui estão ausentes.

Era esta a minha manifestação, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Paulo Delgado — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quem tem palavra não tem medo de assinar a palavra empenhada.

O Sr. Del Bosco Amaral Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa lista é mais do que louvável. É necessária, mesmo que alguns venham a faltar. Depois, ela mostra que vamos ter **quorum** e isso vai entusiasmar aqueles que poderiam faltar.

Parabéns pela lista, e que todos a assinem!

O Sr. Sólón Borges dos Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, é um desperdício: 404 votantes e temos que sustar os trabalhos. É um desperdício, repito.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Está encerrada a votação. A Mesa vai proclamar o resultado. (Votação nº 863):

SIM — 397

NÃO — 3

ABSTENÇÃO — 4

TOTAL — 404

As Emendas foram aprovadas.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Presidente Ulysses Guimarães — Abstenção

Acival Gomes — Sim

Ademir Andrade — Sim

Adhemar de Barros Filho — Sim

Adolfo Oliveira — Sim

Adroaldo Streck — Sim

Adylson Motta — Sim

Aécio de Borba — Sim

Aécio Neves — Sim

Afonso Sancho — Sim

Agripino de Oliveira Lima — Sim

Airton Cordeiro — Sim

Alarico Abib — Sim

Albano Franco — Sim

Albérico Cordeiro — Sim

Alceni Guerra — Sim

Aldo Arantes — Sim

Alfredo Campos — Sim

Aloysio Chaves — Sim

Aloysio Teixeira — Sim

Aluizio Bezerra — Sim

Aluizio Campos — Sim

Álvaro Antônio — Sim

Alysson Paulinelli — Sim

Amaury Müller — Sim

Amílcar Moreira — Sim

Ângelo Magalhães — Sim

Anna Maria Rattes — Sim

Annibal Barcellos — Sim

Antero de Barros — Sim

Antônio Carlos Konder Reis — Sim

Antoniocarlos Mendes Thame — Sim

Antônio de Jesus — Sim

Antonio Perosa — Sim

Antonio Ueno — Sim

Arnaldo Faria de Sá — Sim

Arnaldo Martins — Sim

Arnaldo Moraes — Sim

Arnaldo Prieto — Sim

Arnold Fioravante — Sim

Arolde de Oliveira — Sim

Artenir Werner — Sim

Artur da Távola — Sim

Átila Lira — Sim

Augusto Carvalho — Sim

Áureo Mello — Sim

Basílio Villani — Sim

Benedicto Monteiro — Sim

Benedita da Silva — Sim

Bernardo Cabral — Sim

Beth Azize — Sim

Bocayuva Cunha — Sim

Bonifácio de Andrada — Sim

Carlos Alberto Caó — Sim

Carlos Benevides — Sim

Carlos Chiarelli — Sim

Carlos Cotta — Sim

Carlos De'Carli — Sim

Carlos Mosconi — Sim

Carlos Sant'Anna — Sim

Cássio Cunha Lima — Sim

Célio de Castro — Sim

Celso Dourado — Sim

César Cals Neto — Sim

César Maia — Sim

Chagas Duarte — Sim

Chagas Rodrigues — Sim

Christóvam Chiaradia — Sim

Cid Carvalho — Sim

Cid Sabóia de Carvalho — Sim

Cláudio Ávila — Sim

Cristina Tavares — Sim

Cunha Bueno — Sim

Dálmton Canabrava — Sim

Darcy Deitos — Sim

Darcy Pozza — Sim

Daso Coimbra — Sim

Davi Alves Silva — Sim

Del Bosco Amaral — Sim

Delfim Netto — Sim

Délio Braz — Sim

Denisar Arneiro — Sim

Dionísio Dal Prá — Sim

Dionísio Hage — Sim

Dirce Tutu Quadros — Sim

Dirceu Carneiro — Sim

Djenal Gonçalves — Sim

Edésio Frias — Sim

Edivaldo Motta — Sim

Edme Tavares — Sim

Edmilson Valentim — Sim

Eduardo Bonfim — Sim

Eduardo Jorge — Sim

Eduardo Moreira — Sim

Egídio Ferreira Lima — Sim

Eliel Rodrigues — Sim

Eraldo Tinoco — Abstenção

Eraldo Trindade — Sim

Etevaldo Nogueira — Sim

Euclides Scalco — Sim

Eunice Michiles — Sim

Evaldo Gonçalves — Sim

Exedito Machado — Sim

Fábio Feldmann — Sim

Farabulini Júnior — Sim

Fausto Rocha — Sim

Felipe Mendes — Sim

Fernando Bezerra Coelho — Sim

Fernando Gasparian — Sim

Fernando Gomes — Sim

Fernando Henrique Cardoso — Sim

Fernando Lyra — Sim

Fernando Santana — Sim
 Fernando Velasco — Sim
 Firmo de Castro — Sim
 Flávio Rocha — Sim
 Florestan Fernandes — Sim
 Floriceno Paixão — Sim
 França Teixeira — Sim
 Francisco Amaral — Sim
 Francisco Carneiro — Sim
 Francisco Coelho — Sim
 Francisco Dias Alves — Sim
 Francisco Diógenes — Sim
 Francisco Dornelles — Sim
 Francisco Kuster — Sim
 Francisco Rollemberg — Sim
 Francisco Rossi — Sim
 Gabriel Guerreiro — Sim
 Gastone Righi — Sim
 Genebaldo Correia — Sim
 Geovani Borges — Sim
 Geraldo Alckmin Filho — Sim
 Geraldo Campos — Sim
 Geraldo Fleming — Sim
 Gerson Camata — Sim
 Gerson Marcondes — Sim
 Gerson Peres — Sim
 Gilson Machado — Sim
 Gonzaga Patriota — Sim
 Guilherme Palmeira — Sim
 Gumercindo Milhomem — Sim
 Harlan Gadelha — Sim
 Haroldo Lima — Sim
 Haroldo Sabóia — Sim
 Hélio Costa — Sim
 Hélio Manhães — Sim
 Hélio Rosas — Sim
 Henrique Córdova — Sim
 Heráclito Fortes — Sim
 Hermes Zaneti — Sim
 Homero Santos — Sim
 Humberto Lucena — Não
 Humberto Souto — Sim
 Inocêncio Oliveira — Sim
 Iram Saraiva — Sim
 Irma Passoni — Sim
 Ismael Wanderley — Sim
 Israel Pinheiro — Sim
 Itamar Franco — Sim
 Ivo Lech — Sim
 Ivo Mainardi — Sim
 Ivo Vanderlinde — Sim
 Jacy Scanagatta — Sim
 Jairo Azi — Sim
 Jairo Carneiro — Sim
 Jalles Fontoura — Sim
 Jamil Haddad — Sim
 Jarbas Passarinho — Sim
 Jayme Paliarin — Sim
 Jayme Santana — Sim
 Jesualdo Cavalcanti — Sim
 Jesus Tajra — Sim
 João Agripino — Sim
 João Calmon — Sim
 João Carlos Bacelar — Sim
 João Castelo — Sim
 João de Deus Antunes — Sim
 João Herrmann Neto — Sim
 João Lobo — Sim
 João Machado Rollemberg — Sim
 João Natal — Sim
 João Paulo — Sim

João Rezek — Sim
 Joaquim Bevilacqua — Sim
 Joaquim Francisco — Sim
 Joaquim Sucena — Sim
 Jofran Frejat — Sim
 Jonas Pinheiro — Sim
 Jorge Arbage — Sim
 Jorge Bornhausen — Sim
 Jorge Hage — Sim
 Jorge Medauar — Sim
 Jorge Uequed — Sim
 José Agripino — Sim
 José Camargo — Sim
 José Carlos Coutinho — Sim
 José Carlos Grecco — Sim
 José Carlos Martínez — Sim
 José Carlos Sabóia — Sim
 José Costa — Sim
 José da Conceição — Sim
 José Egreja — Sim
 José Elias — Sim
 José Fernandes — Sim
 José Fogaça — Sim
 José Freire — Sim
 José Genoíno — Sim
 José Geraldo — Sim
 José Guedes — Sim
 José Ignácio Ferreira — Sim
 José Jorge — Sim
 José Lins — Sim
 José Luiz de Sá — Sim
 José Luiz Maia — Sim
 José Maranhão — Sim
 José Maria Eymael — Sim
 José Maurício — Sim
 José Melo — Sim
 José Moura — Sim
 José Paulo Bisol — Sim
 José Queiroz — Sim
 José Richa — Sim
 José Serra — Sim
 José Tavares — Sim
 José Thomaz Nonô — Sim
 José Tinoco — Sim
 José Ulisses de Oliveira — Sim
 José Viana — Sim
 José Yunes — Sim
 Jovanni Masini — Sim
 Júlio Costamilan — Sim
 Jutahy Magalhães — Sim
 Koyu Iha — Sim
 Lael Varella — Sim
 Lavoisier Maia — Sim
 Leite Chaves — Não
 Lélío Souza — Sim
 Leopoldo Peres — Sim
 Leur Lomanto — Sim
 Lezio Sathler — Sim
 Lídice da Mata — Sim
 Lourival Baptista — Sim
 Lúcia Vânia — Sim
 Lúcio Alcântara — Sim
 Luís Eduardo — Sim
 Luís Roberto Ponte — Sim
 Luiz Alberto Rodrigues — Sim
 Luiz Freire — Sim
 Luiz Gushiken — Sim
 Luiz Inácio Lula da Silva — Sim
 Luiz Marques — Sim
 Luiz Salomão — Sim
 Luiz Viana Neto — Sim

Lysâneas Maciel — Sim
 Maguito Vilela — Sim
 Maluly Neto — Sim
 Manoel Castro — Sim
 Manoel Moreira — Sim
 Manoel Ribeiro — Sim
 Manuel Viana — Sim
 Marcelo Cordeiro — Sim
 Márcia Kubitschek — Sim
 Márcio Lacerda — Sim
 Marco Maciel — Sim
 Marcos Perez Queiroz — Sim
 Maria de Lourdes Abadia — Sim
 Maria Lúcia — Sim
 Mário Assad — Sim
 Mário de Oliveira — Sim
 Mário Maia — Sim
 Marluce Pinto — Sim
 Mattos Leão — Sim
 Maurício Corrêa — Sim
 Maurício Fruet — Sim
 Maurício Nasser — Sim
 Maurício Pádua — Sim
 Maurílio Ferreira Lima — Sim
 Mauro Benevides — Sim
 Mauro Borges — Sim
 Mauro Campos — Sim
 Mauro Miranda — Sim
 Mauro Sampaio — Sim
 Max Rosenmann — Sim
 Mendes Botelho — Sim
 Mendes Canale — Sim
 Mendes Ribeiro — Sim
 Messias Góis — Sim
 Michel Temer — Sim
 Milton Barbosa — Sim
 Milton Lima — Sim
 Milton Reis — Sim
 Miraldo Gomes — Sim
 Miro Teixeira — Sim
 Moema São Thiago — Sim
 Mussa Demes — Sim
 Nabor Júnior — Sim
 Naphtali Alves de Souza — Sim
 Nelson Aguiar — Sim
 Nelson Carneiro — Sim
 Nelson Jobim — Sim
 Nelson Sabrá — Sim
 Nelson Seixas — Sim
 Nelson Wedekin — Sim
 Nestor Duarte — Sim
 Ney Maranhão — Sim
 Nilson Gibson — Sim
 Nion Albemaz — Sim
 Norberto Schwantes — Sim
 Nyder Barbosa — Não
 Octávio Elísio — Sim
 Olívio Dutra — Sim
 Onofre Corrêa — Abstenção
 Orlando Bezerra — Sim
 Orlando Pacheco — Sim
 Osmar Leitão — Sim
 Osmir Lima — Abstenção
 Osvaldo Bender — Sim
 Osvaldo Macedo — Sim
 Osvaldo Sobrinho — Sim
 Osvaldo Almeida — Sim
 Osvaldo Trevisan — Sim
 Ottomar Pinto — Sim
 Paes de Andrade — Sim
 Paes Landim — Sim

Paulo Delgado — Sim
 Paulo Macarini — Sim
 Paulo Marques — Sim
 Paulo Paim — Sim
 Paulo Pimentel — Sim
 Paulo Ramos — Sim
 Paulo Roberto Cunha — Sim
 Paulo Silva — Sim
 Paulo Zarzur — Sim
 Pedro Canedo — Sim
 Pedro Ceolin — Sim
 Pimenta da Veiga — Sim
 Plínio Arruda Sampaio — Sim
 Pompeu de Sousa — Sim
 Raimundo Bezerra — Sim
 Raimundo Lira — Sim
 Raimundo Rezende — Sim
 Raquel Cândido — Sim
 Raquel Capiberbe — Sim
 Raul Belém — Sim
 Raul Ferraz — Sim
 Renan Calheiros — Sim
 Renato Johnsson — Sim
 Renato Vianna — Sim
 Ricardo Izar — Sim
 Rita Camata — Sim
 Roberto Augusto — Sim
 Roberto Balestra — Sim
 Roberto Brant — Sim
 Roberto Campos — Sim
 Roberto Freire — Sim
 Roberto Torres — Sim
 Roberto Vital — Sim
 Robson Marinho — Sim
 Rodrigues Palma — Sim
 Ronaldo Aragão — Sim
 Ronaldo Cezar Coelho — Sim
 Ronan Tito — Sim
 Rosa Prata — Sim
 Rubem Branquinho — Sim
 Ruberval Pilotto — Sim
 Ruy Bacelar — Sim
 Ruy Nedel — Sim
 Salatiel Carvalho — Sim
 Samir Achôa — Sim
 Sandra Cavalcanti — Sim
 Santinho Furtado — Sim
 Sérgio Spada — Sim
 Sérgio Wernick — Sim
 Severo Gomes — Sim
 Sigmaringa Seixas — Sim
 Sílvio Abreu — Sim
 Simão Sessim — Sim
 Siqueira Campos — Sim
 Sólton Borges dos Reis — Sim
 Tadeu França — Sim
 Teotônio Vilela Filho — Sim
 Tito Costa — Sim
 Ubiratan Aguiar — Sim
 Ubiratan Spinelli — Sim
 Uldurico Pinto — Sim
 Valmir Campelo — Sim
 Vasco Alves — Sim
 Vicente Bogo — Sim
 Victor Faccioni — Sim
 Victor Fontana — Sim
 Vilson Souza — Sim
 Vinicius Cansanção — Sim
 Virgílio Galassi — Sim
 Virgílio Guimarães — Sim
 Vitor Buaiz — Sim

Vladimir Palmeira — Sim
 Wagner Lago — Sim
 Waldeck Ornêlas — Sim
 Waldyr Pugliesi — Sim
 Wilma Maia — Sim
 Wilson Campos — Sim
 Wilson Martins — Sim
 Ziza Valadares — Sim

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte declaração de voto:

REQUERIMENTO

Requeiro registro de meu voto "sim" nos Destaques de Nilson Gibson 252-2 a Osvaldo Bender, 1101-6, (correspondentes à reunião de emendas), controle 3.603. — 24-8-88, **Nelson Friedrich** — PSDB — PR.

V — ENCERRAMENTO

PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Afif Domingos — PL; Agassiz Almeida — PMDB; Alécio Dias — PFL; Álvaro Pacheco — PFL; Álvaro Valle — PL; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Mariz — PMDB; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto — PTB; Carlos Cardinal — PDT; Carrel Benevides — PTB; Chagas Neto — PMDB; Divaldo Suruagy — PFL; Francisco Sales — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Ivo Cersósimo — PMDB; Jessé Freire — PFL; João da Mata — PDC; Juarez Antunes — PDT; Júlio Campos — PFL; Lúcia Braga — PFL; Mansueto de Lavor — PMDB; Marcondes Gadelha — PFL; Mário Bouchardet — PMDB; Mauro Fecury — PFL; Nilso Sguarezi — PMDB; Noel de Carvalho — PDT; Olavo Pires — PTB; Osmundo Rebouças — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Valter Pereira — PMDB; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) —
 Encerro a sessão, designando para a de amanhã, dia 25, quinta-feira, às 9 horas, anteriormente convocada, a seguinte

ORDEM DO DIA

Prosseguimento da votação das emendas destacadas, oferecidas ao Projeto de Constituição em segundo turno.

Encerra-se a sessão às 19 horas e 2 minutos.

OFÍCIOS N.ºs

SGM-179/87-ANC, de 1-9-87 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, José Botelho Filho, comunicando frequência dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, lotados nesta Secretaria Geral durante o mês de agosto.

SGM-180/87-ANC, de 17-9-87 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, Ademar Silveira Sabino, solicitando autorização para que funcionários

do SF que prestam serviços de Plenário à ANC possam fazer refeições no Restaurante do Anexo III.

SGM-181/87-ANC, de 8-9-87 — ao Diretor da Assessoria do Senado Federal, Edgard Lincoln de Proença Rosa, sobre o trabalho prestado à ANC.

SGM-182/87-ANC, de 21-9-87 — ao Diretor-Executivo do PRODASEN, Sérgio de Otero Ribeiro, sobre a colaboração do PRODASEN na preparação dos índices dos Anais da ANC.

SGM-183/87-ANC, de 23-10-87 — ao Constituinte Paulo Ramos, comunicando que o Requerimento de Informações de sua autoria sobre conversão da dívida externa em capital de risco foi avocado pelo Constituinte Mauro Benevides, 1.º Vice-Presidente, em 18-8-87.

SGM-184/87-ANC, de 24-10-87 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, Ademar Silveira Sabino, encaminhando relação dos servidores da Votação Eletrônica, integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, cuja frequência será controlada diretamente pelo Secretário-Geral da ANC.

SGM-185/87-ANC, de 3-11-87 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, José Botelho Filho, comunicando frequência dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, lotados nesta Secretaria-Geral, durante o mês de outubro p.p.

SGM-186/87-ANC, de 13-11-87 — ao Constituinte Antero de Barros, comunicando que o Requerimento de Informações de sua autoria sobre viagens dos Ministros da Nova República foi encaminhado ao Senhor 1.º Vice-Presidente.

SGM-187/87-ANC, de 13-11-87 — ao Constituinte Amaury Müller, comunicando o indeferimento do Requerimento de sua autoria, postulando a interpelação judicial do Sr. Ronaldo Caiaido, Presidente da UDR.

SGM-188/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Victor Faccioni, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o acidente ocorrido em Goiânia e demais aparelhos radioativos existentes no País.

SGM-189/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Brandão Monteiro, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a instalação pela Rede Globo, de antenas especiais para transmissão de TV a cabo.

SGM-190/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Brandão Monteiro, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre contratos celebrados entre a Embratel e a Empresa Victori Comunicações Ltda.

SGM-191/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eduardo Jorge, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o programa de distribuição de leite à população de baixa renda.

SGM-192/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eduardo Jorge, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre os recursos do FAS.

SGM-193/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Aúreo Mello, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a ação do Conselho Administrativo da Defesa Econômica relativamente à atuação da Combrascan.

SGM-194/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Paulo Delgado, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a liberação de recursos para a Hidrosistemas de Engenharia de Recursos Hídricos.

SGM-195/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Gerson Peres, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre recursos despendidos no Programa Nuclear Paralelo.

SGM-196/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Amaral Netto, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre trabalho do SNI relacionado com a atuação dos Ministros.

SGM-197/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Roberto Jefferson comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre concursos realizados pela Procuradoria Geral da República.

SGM-198/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Antonio Salim Curiati, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria sobre o patrocínio da 1ª Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação à Mulher.

SGM-199/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Virgílio Guimarães, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria sobre a não-realização de reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana em Conceição de Araguaia.

SGM-200/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eduardo Jorge, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria sobre seguro social, prestação de assistência à saúde, posicionamento do Ministério da Previdência e Assistência Social, sobre achatamento salarial, aposentadoria por tempo de serviço.

SGM-201/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Paulo Delgado, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o Plano de Desmobilização de Imóveis.

SGM-202/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Haroldo Lima, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre notícia veiculada pelo **Jornal do Brasil** de 12-7-87, quanto a participação de oficial do Exército em passeata da UDR.

SGM-203/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da Repú-

blica de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o não-hasteamento da bandeira nacional defronte da Embaixada Brasileira em Ottawa, Canadá.

SGM-204/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Amaury Müller, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a atuação de madeiras clandestinas e da Funai na Amazônia Legal.

SGM-205/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Gerson Peres, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre contrato entre o IBDF e a Comercial Madeiras Exportação S/A — CEMEX, para exploração de madeiras na Floresta Nacional do Tapajós.

SGM-206/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Antonio Salim Curiati, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a tramitação de pedidos de registro de produtos tóxicos destinados ao uso doméstico.

SGM-207/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Cunha Bueno, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria sobre prejuízos no setor agrícola e a possibilidade de aplicar ao MCR-37 o tratamento do MCR-18.

SGM-208/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Vicente Bogo, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria sobre anteprojeto de regulamentação da mão-de-obra indígena.

SGM-209/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Paulo Ramos, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre relação de conversões feitas nos últimos cinco anos, com especificação da fonte credora, valor em dólar e cruzado, data e empresa e setor atingidos.

SGM-210/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Osvaldo Macedo, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre contrato de risco para exploração de petróleo entre a Petrobrás e empresas privadas nacionais e multinacionais.

SGM-211/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre aquisições de imóveis com recursos do Fundap e de um prédio para instalação de uma diretoria regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Belém, Pará.

SGM-212/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Floriceno Paixão, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a receita e os critérios de arrecadação, aplicação e distribuição de recursos do Finsocial.

SGM-213/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Olívio Dutra, comunicando o encaminha-

mento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a aplicação de recursos na produção de aeronave militar AMX pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

SGM-214/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Odacir Soares, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a situação jurídica, fiscal contábil, ingresso de estrangeiros para o trabalho e a fiscalização das entidades religiosas missionárias, mais especificamente do Conselho Indigenista Missionário — CIMI.

SGM-215/87-ANC, de 3-12-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre despesas com publicações em defesa do Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, no caso da compra de imóveis funcionais.

SGM-216/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Siqueira Campos, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre notícia veiculada em **O Estado de S. Paulo**, de 2-8-87, sobre campanha organizada para influir nas decisões da ANC, no tocante ao problema indígena.

SGM-217/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre aquisição de apartamentos funcionais para servidores do Iapas, Inamps e INPS.

SGM-218/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre alienação de mansões da Península Sul, em Brasília, e contratação de prestação de serviços para residências oficiais.

SGM-219/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Stélio Dias, comunicando que o *Requerimento de Informações de sua autoria sobre franquias postal para expedição de telegramas de eleitor ou eleitores contendo propostas à ANC, como forma de mais estreita participação do povo nos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna do Brasil*, foi rejeitado pela Mesa da ANC, em reunião de 12-11-87.

SGM-220/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre ação judicial que Furnas S.A. Centrais Elétricas promovem contra a Westinghouse Company, nos Estados Unidos, envolvendo equipamento fornecido para a Usina Nuclear de Angra dos Reis.

SGM-221/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eraldo Trindade, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria sobre participação de capital estrangeiro e nacional, nas empresas que atuam no Brasil na área de mineração.

SGM-222/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Samir Achôa, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da Repú-

blica de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre empréstimo compulsório sobre gasolina e álcool, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 27-7-86.

SGM-223/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eduardo Jorge, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre atendimento e credenciamento pelo Ministério da Previdência e Assistência Social de médicos para o Hospital São Bento, ex-Hospital Geral da Lapa — SP.

SGM-224/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eduardo Jorge, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre instalação e operação de reatores nucleares no Centro Experimental de Aramar, em Iperó, São Paulo, para utilização do urânio. (U-235).

SGM-225/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre aplicação do vale transporte aos servidores da administração direta e indireta.

SGM-226/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eduardo Jorge, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre contratação de servidores para a irrigação de áreas em terrenos cristalinos no Estado da Bahia.

SGM-227/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Amaral Netto, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre desapropriação de área de 865ha., em Belmonte, Bahia.

SGM-228/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a veracidade da denúncia formulada pela ABIFER — Associação Brasileira da Indústria Ferroviária, a respeito da importação de vagões, locomotivas e carros de passageiros para a Cia. Vale do Rio Doce e Rede Ferroviária Federal.

SGM-229/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre redistribuição de servidores dos quadros e tabelas permanentes para diversas instituições de ensino.

SGM-230/87-ANC, de 3-12-87 — ao Constituinte Paulo Ramos, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a participação do Sr. Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento em Seminário realizado no Rio de Janeiro, aos 18-9-87.

SGM-231/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Amaral Netto, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre aplicação da Lei nº 4.137/62, em relação ao grupo canadense Combrascan.

SGM-232/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte José Tavares, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da Repú-

blica de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a construção da Ferrovia do Açúcar, rodovia Rio-Santos e Usinas Três Irmãos e de Angra I.

SGM-233/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Antero de Barros, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre viagens realizadas pelos Senhores Ministros de Estado.

SGM-234/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Ubiratan Aguiar, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre projeto de utilização e a prestação de serviços nas jazidas de urânio de Itaia, Estado do Ceará.

SGM-235/87-ANC, de 23-11-87 — ao Constituinte Eduardo Jorge, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre convênio entre os ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde e Governos Estaduais para a atualização das ações de saúde.

SGM-236/87-ANC, de 1-12-87 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, José Botelho Filho, comunicando frequência dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, lotados nesta Secretaria Geral, durante o mês de novembro.

SGM-237/87-ANC, de 1-12-87 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, Ademar Silveira Sabino, comunicando que a funcionária Sílvia Regina Santana Carvalho Prisco Viana, ponto nº 4.166, passa a integrar o grupo do Núcleo de Apoio desta Secretaria Geral.

SGM-238/87-ANC, de 1-12-87 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, José Botelho Filho, comunicando que a funcionária Sílvia Regina Santana Carvalho Prisco Viana teve frequência integral do mês de novembro.

SGM-239/87-ANC, de 1-12-87 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, Ademar Silveira Sabino, comunicando que a funcionária Ana Lúcia Rocha Studart terá exercício na Secretaria Geral da ANC, provisoriamente.

SGM-240/87-ANC, de 10-12-87 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, Ademar Silveira Sabino, comunicando integração de Ana Lúcia Rocha Studart, no Núcleo de Apoio à Constituinte, da SGM.

SGM-241/87-ANC, de 10-12-87 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, José Botelho Filho, participando que os servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC lotados no Serviço de Votação Eletrônica dessa Secretaria Geral, tiveram frequência integral no mês de novembro do corrente.

SGM-242/87-ANC, de 18-12-87 — ao Diretor do Departamento de Pessoal da CD, Jorge Odilon dos Anjos, comunicando que a funcionária Dayse Clarice Pereira Fonseca Aires, não participa do Núcleo de Apoio dessa Secretaria Geral, desde o mês de junho do corrente ano.

SGM-243/87-ANC, de 18-12-87 — ao Diretor do Departamento de Pessoal da CD, Jorge Odilon dos Anjos, comunicando que o funcionário Estevam dos Santos Silva nunca participou dos trabalhos do Grupo do Núcleo de Apoio da Secretaria Geral da ANC.

SGM-001/88-ANC, de 7-1-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre despesas com a realização de concurso, com dispensa de licitação, pela CEF.

SGM-002/88-ANC, de 5-1-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, encaminhando relação dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC com frequência integral no mês de dezembro de 1987.

SGM-004/88-ANC, de 13-1-88 — ao Diretor Geral da Secretaria da ANC, participando a inclusão do servidor Wilson Renato da Silva, no Núcleo de Apoio à Constituinte, desta Secretaria Geral da Mesa.

SGM-005/88-ANC, de 13-1-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, participando que os servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, lotados no Serviço de Votação Eletrônica desta Secretaria Geral tiveram frequência integral no mês de dezembro de 1987.

SGM-006/88-ANC, de 14-1-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, comunicando que a servidora Daise Clarice Pereira Fonseca Aires está desligada dos trabalhos da Constituinte desde junho de 1987; e o servidor Estevam dos Santos Silva, embora conste da relação inicial dos servidores do Núcleo de Apoio desta Secretaria Geral, nunca participou dos trabalhos.

SGM-007/88-ANC, de 20-1-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, comunicando que a servidora Maria José de Souza Paiva, lotada na Primeira Secretaria, passa a integrar o Núcleo de Apoio desta Secretaria Geral.

SGM-008/88-ANC, de 22-1-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, solicitando autorização para que o Assessor Mozart Viana de Paiva continue prestando serviços nesta Secretaria Geral da Mesa da ANC.

SGM-009/88-ANC, de 26-1-88 — ao Líder do PMDB no SF, encaminhando dois crachás destinados a servidores daquela Liderança.

SGM-010/88-ANC, de 26-1-88 — ao Líder do PFL, no SF — encaminha dois crachás destinados a servidores daquela Liderança.

SGM-010/88-ANC, de 4-3-88 — ao 2º-Vice-Presidente da ANC, solicitando o fornecimento de credencial aos servidores relacionados.

SGM-011/88-ANC, de 26-1-88 — ao Líder do PDS, no SF — encaminha dois crachás destinados a servidores daquela Liderança.

SGM-012/88-ANC, de 26-1-88 — ao Líder do PC do B, na CD — encaminha um crachá destinado a servidor daquela Liderança.

SGM-013/88-ANC, de 26-1-88 — ao Líder do PDC, na CD — encaminha um crachá destinado a servidor daquela Liderança.

SGM-014/88-ANC, de 27-1-88 — ao Líder do PSB, na CD — encaminha um crachá destinado a servidor daquela Liderança.

SGM-015/88-ANC, de 27-1-88 — ao Líder do PDT, na ANC — encaminha 3 crachás destinados a servidores daquela Liderança.

SGM-016/88-ANC, de 27-1-88 — ao Líder do PSB, encaminhando 2 crachás destinados a servidores daquela Liderança.

SGM-017/88-ANC, de 27-1-88 — ao Líder do PTR, na ANC — encaminha 1 crachá destinado a servidor daquela Liderança.

SGM-018/88-ANC, de 29-1-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, comunicando que a servidora Nísia de Ávila Porto Nunes fica dispensada do Grupo de Controle Administrativo do Núcleo de Apoio à ANC.

SGM-019/88-ANC, 1-2-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, comunicando frequência integral dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, lotados nesta Secretaria Geral, no mês de janeiro de 1988.

SGM-020/88-ANC, de 1-2-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD comunicando a frequência integral dos servidores lotados no Serviço de Votação Eletrônica desta Secretaria Geral, no mês de janeiro.

SGM-021/88-ANC, 3-2-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, transferindo os Agentes de Serviço Legislativo, que integram o Grupo V da Tabela I do Núcleo de Apoio à ANC para o Grupo IV.

SGM-022/88-ANC, de 1-2-88 — ao Diretor da Assessoria Legislativa, informando que os Assessores citados foram incumbidos do registro das decisões do Plenário da ANC.

SGM-023/88-ANC, de 10-2-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, comunicando o desligamento da funcionária Flávia Isa Obino Boeckel, do Núcleo de Apoio à ANC.

SGM-024/88-ANC, de 10-2-88 — ao 2º-Secretário da Mesa da ANC, encaminhando relação relativa às sessões plenárias da ANC, de 27 e 28-1-88, 1-12-88 e 2-2-88.

SGM-025/88-ANC, de 1-3-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista, comunicando a frequência integral dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, no mês de fevereiro p.p.

SGM-026/88-ANC, de 1-3-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista da CD, participando frequência integral dos servidores lotados no Serviço de Votação Eletrônica desta Secretaria Geral, integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, durante o mês de fevereiro p.p.

SGM-027/88-ANC, de 9-3-88 — ao Constituinte Fernando Bezerra Coelho, encaminhando os Diários da ANC de nº 172 a 186.

SGM-028/88-ANC, de 10-3-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, solicitando transferência para esta Secretaria Geral da Mesa, dos servidores relacionados, esclarecendo que suas frequências serão comunicadas por esta Secretaria Geral.

SGM-029/88-ANC, de 10-3-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, solicitando designar para integrar o Grupo de Apoio da Secretaria Geral da Mesa a servidora Leila Maria Tostes Segal.

SGM-030/88-ANC — de 10-3-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, solicitando transferência dos Assessores Legislativos João dos Santos Coelho Neto, Adilson Conceição, Roberto Torres Holanda e Wandir da Silva Ferreira para a Secretaria Geral da Mesa, durante os trabalhos da ANC, esclarecendo que a frequência dos referidos servidores será comunicada por esta Secretaria Geral.

SGM-031/88-ANC — de 15-3-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, encaminhando relação de servidores do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação, Seção de Sonorização e Gravação em Plenário, em adendo ao Ofício SGM-028/88-ANC, de 10-3-88, solicitando ainda,

a exclusão dos servidores Arnaldo Genari de Oliveira e Alexandre Lúcio Fonseca e a inclusão do servidor Humberto Sampaio Neto.

SGM-031/88-ANC, de 16-1-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista, comunicando que o servidor Guilherme Carlos Feliciano de Lima, removido para o Núcleo de Apoio à Constituinte desta Secretaria Geral, passa a servir no Grupo da Votação Eletrônica.

SGM-033/88-ANC, de 4-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista, comunicando frequência integral dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, lotados nesta Secretaria Geral durante o mês de março p. p.

SGM-034/88-ANC, de 4-4-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista, comunicando que os servidores integrantes do Núcleo de Apoio à ANC, lotados nesta Secretaria Geral, tiveram frequência integral no mês de março p.p.

SGM-035/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Paulo Ramos, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre emissão primária de moeda nacional.

SGM-036/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Paulo Ramos, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a dívida interna.

SGM-037/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Paulo Delgado, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a compra do programa "Amaral Netto, o Repórter".

SGM-038/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Mário Lima, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a posição do Ministro da Fazenda quanto ao Plano de Cargos e Salários que cria a carreira de Auditoria de Indústria e Comércio.

SGM-039/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Mário Lima, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre recursos da caderneta de poupança no Banco Central do Brasil.

SGM-040/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Mário Lima, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a privatização da Metalurgia da Caraiíba Metais Indústria e Comércio S/A. — CMSA.

SGM-041/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Mário Lima, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre aquisição de equipamentos para a hidrelétrica de Xingó.

SGM-042/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Farabulini Júnior, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre empréstimo concedido pelo BNDES à TROL — Indústria de Plásticos.

SGM-043/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Farabulini Júnior, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a ação penal contra a Brasilinvest.

SGM-044/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Farabulini Júnior, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre empréstimos do BNDES à Sharp.

SGM-045/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a receita, transferência de recursos e liquidez no mercado financeiro.

SGM-046/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre aquisição de aeronave pelo Banco do Brasil.

SGM-047/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a viagem do Professor João Baptista de Medeiros Vargens, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao Reino de Marrocos.

SGM-048/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre conclusões de Comissões de Inquérito previstas no Decreto-Lei nº 2.321/87.

SGM-049/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a criação da Petrobrás Overseas.

SGM-050/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a realização de concurso público pela Secretaria de Administração Pública.

SGM-051/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adroaldo Streck, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre gastos com o projeto da Ferrovia Norte-Sul.

SGM-052/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre transformação de Missões Diplomáticas Permanentes em Representações Especiais.

SGM-053/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre grameamento de telefones.

SGM-054/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a situação administrativa, financeira e contábil do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

SGM-055/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre atividade de economistas do Banco

Mundial na disciplina e ordenamento do sistema financeiro nacional.

SGM-056/88-ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Olívio Dutra, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, no projeto da aeronave militar AMX.

SGM-057/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Eduardo Bonfim, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre relatório do incidente entre a Polícia Militar e garimpeiros, na ponte do Rio Tocantins, Marabá.

SGM-058/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre missões diplomáticas.

SGM-059/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Eraldo Trindade, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre apuração de irregularidades na Mineração Jacundá, subsidiária da British Petroleum.

SGM-060/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte João da Mata, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre salários dos operários das frentes de serviço instaladas na Paraíba.

SGM-061/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Farabulini Júnior, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre ações ajuizadas contra atos lesivos praticados na Administração Pública.

SGM-062/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Amaral Netto, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre empréstimo do BNDES à Cia. Industrial Santa Matilde, de Três Rios, Rio de Janeiro.

SGM-063/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre matéria publicada nos meios de comunicação referente ao Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

SGM-064/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Amaral Netto, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a importação de máquinas para fabricação de latas e pintura e secagem de embalagens.

SGM-065/88 — ANC, de 5-4-88 — ao Constituinte Davi Alves Silva, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre providências adotadas no sentido de reaver, em território paraguaio, veículos furtados no Brasil.

SGM-066/88 — ANC, de 6-4-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, solicitando desligar

o servidor João Evangelista Pereira Lisboa, para integrar o Grupo de Apoio da SGM, Serviço de Votação Eletrônica.

SGM-067/88 — ANC, de 6-4-88 — ao Constituinte Paulo Delgado, comunicando que a Mesa em reunião de 29-3-88 aprovou parecer favorável do Sr. 1º-Vice-Presidente, ao Requerimento s/nº/88, de sua autoria, que requer às Mesas da CD e SF seja assegurado o pleno cumprimento do disposto no inciso III do art. 35 da Constituição Federal e por analogia aos Senhores Constituintes, considerando a realização de sessões da ANC desde sua instalação.

SGM-068/88 — ANC, de 6-4-88 — ao Constituinte Aroldo de Oliveira, comunicando que a Mesa em reunião de 29-3-88, aprovou parecer pela rejeição à Indicação de sua autoria que "sugere à Mesa da ANC propor projeto de resolução visando a imediata votação em plenário das questões referentes à duração do mandato do atual Presidente da República e do Sistema de Governo".

SGM-069/88 — ANC, de 6-4-88 — ao Constituinte Gastone Righi, comunicando que a Mesa, em reunião de 29-3-88, aprovou parecer do Sr. 1º-Vice-Presidente, pelo encaminhamento ao Presidente da CD da Representação feita pelo Procurador-Geral da República, de capitulação e incursão de Sua Excelência em crime previsto na Lei de Imprensa e Código Eleitoral, em decorrência de denúncia do Vice-Governador de São Paulo, da prática de crime contra a honra, em programa eleitoral gratuito, de 15-10-86.

SGM-070/88 — ANC, de 6-4-88 — ao Constituinte Gerson Peres, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a confecção de cartazes para a campanha de combate à dengue, no Rio de Janeiro.

SGM-071/88 — ANC, de 6-4-88 — ao Constituinte Farabulini Júnior, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a aplicação dos recursos arrecadados pela Previdência Social, em benefícios.

SGM-072/88 — ANC, de 19-4-88 — a Diretora da Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal, encaminhando informações solicitadas pelo Of. 63/88, de 5 de abril de 1988.

SGM-073/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, de Requerimento de Informações, sobre contratos com a Empresa Juiz de Fora para transporte de servidores da Secretaria de Ação Comunitária (SEAC).

SGM-074/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Davi Alves Silva comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a conclusão do serviço de saneamento básico da cidade de Imperatriz, Maranhão.

SGM-075/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Virgílio Guimarães, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, de Requerimento de Informações de sua autoria, sobre as quantias enviadas pelas empresas estrangeiras do setor de derivados do petróleo, às respectivas matrizes.

SGM-076/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Juarez Antunes, comunicando o encami-

namento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre obra em imóvel de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, RJ.

SGM-077/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre liberação de verba para a Prefeitura de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

SGM-078 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Juarez Antunes, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre funcionários e política salarial da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, RJ.

SGM-079/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Juarez Antunes, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre as empresas devedoras da Previdência Social em todo o País.

SGM-080/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Paulo Ramos, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria sobre exploração de minérios em território brasileiro sem o preenchimento das exigências legais.

SGM-081/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Paulo Ramos, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre as formas de incentivos fiscais concedidos a empresários brasileiros.

SGM-082/88 — ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a privatização da empresa Aracruz Celulose.

SGM-083/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre recursos arrecadados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, previstos na Lei nº 7.632/87 e que motivaram abertura de crédito suplementar.

SGM-084/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre a Instrução Normativa nº 38, de 17-3-88, da Receita Federal, permitindo a dedução de percentuais aos Magistrados e representantes do Ministério Público.

SGM-085/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o número de funcionários regidos por qualquer regime, por ministério e o valor das folhas de pagamento nos últimos 5 anos.

SGM-086/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre devedores do Fundo de Assistência

Social, gerado pelo IAPAS, no montante de Cz\$ 8.532.679.456,81.

SGM-087/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o montante do excesso de arrecadação ocorrido na receita da União Federal, no 1º trimestre de 1988.

SGM-088/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o uso da quantia de Cz\$ 61.670.000,00 pelo Instituto de Atividades Espaciais, do Ministério da Aeronáutica, a título de remuneração de serviços.

SGM-089/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre o teor da Exposição de Motivos nº 15, de 18-3-88, referente ao uso de terras públicas federais.

SGM-090/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte César Maia, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre empréstimos concedidos em 1975/1976 a empresas privada, para projetos considerados prioritários.

SGM-091/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Arnaldo Faria de Sá, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República, do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre prestações de contas do Ministério da Previdência e Assistência Social.

SGM-092/88-ANC, de 26-4-88 — ao Constituinte Adylson Motta, comunicando o encaminhamento ao Gabinete Civil da Presidência da República do Requerimento de Informações de sua autoria, sobre viagem ao exterior de servidora da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

SGM-093/88-ANC, de 27-4-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, encaminhando relação dos Srs. Constituintes que participaram da votação realizada na sessão do dia 26-4-88.

SGM-094/88-ANC, de 28-4-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, encaminhando a relação dos Srs. Constituintes que participaram das votações realizadas na sessão do dia 27-4-88.

SGM-095/88-ANC, de 29-4-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, encaminhando a relação dos Srs. Constituintes que participaram das votações realizadas na sessão do dia 28-4-88.

SGM-096/88-ANC, de 29-4-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, encaminhando a relação dos Srs. Constituintes que participaram das votações realizadas na sessão de 29-4-88.

SGM-097/88-ANC, de 2-5-88 — ao Diretor-Geral da Coordenação de Pessoal Trabalhista — comunica frequência integrantes dos servidores do Núcleo de Apoio à Assembléia Nacional Constituinte lotados na SGM.

SGM-098/88-ANC, de 3-5-88 — ao Diretor-Geral da Secretaria da ANC, encaminhando a relação dos Srs. Constituintes que participaram das votações realizadas na sessão de 2-5-88.

SGM-099/88-ANC, de 3-5-88 — ao Diretor da Coordenação de Pessoal Trabalhista — comunica frequência integral dos servidores integrantes do Núcleo de Apoio à Assembléia Nacional Constituinte, lotados na SGM, Serviço de Votação Eletrônica.

RESENHA DA CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

GP-0-443/87-ANC, de 27-8-87 — ao Presidente da Comissão de Sistematização, comunicando decisões do plenário da ANC sobre sessões plenárias da referida Comissão e sobre questão de ordem levantada pelo Constituinte Floriceno Paixão sobre admissão de destaques às emendas oferecidas durante os primeiros 30 dias da discussão do projeto de Constituição e àquelas oferecidas durante os 6 dias ao substitutivo do Relator, nos termos do Regimento Interno.

GP-0-452/87-ANC, de 23-9-87 — ao Ministro Interino das Relações Exteriores, encaminhando cópia do discurso do Constituinte Amaury Müller, proferido na sessão da ANC do dia 16-9-87.

GP-0-453/87-ANC, de 23-9-87 — ao Ministro Interino das Relações Exteriores, encaminhando cópia do discurso do Constituinte Bocayuva Cunha, proferido na sessão da ANC do dia 16-9-87 e ainda cópia do Requerimento do Constituinte João Hermann Neto, apresentado no mesmo dia.

GP-0-454/87-ANC, de 23-9-87 — ao Corregedor-Geral da Justiça de São Paulo, encaminhando teor das emendas apresentadas sobre Justiça de Paz.

GP-0-455/87-ANC, de 30-9-87 — ao Constituinte Bocayuva Cunha, comunicando reiteração do Of. ANC-64/87-SGM, de 7-7-87.

GP-0-462/87-ANC, de 29-10-87 — ao Ministro da Aeronáutica, encaminhando cópia do Ofício do Constituinte José Agripino com esclarecimento relativo a acusações ao Assessor Parlamentar daquele Ministério.

GP-0-463/87-ANC, de 29-10-87 — ao Governador do Estado de São Paulo, solicitando o pronunciamento oficial do Sr. Governador a respeito do incidente ocorrido na Penitenciária do Estado de São Paulo, envolvendo a Constituinte Benedita da Silva.

GP-0-465/87-ANC, de 9-11-87 — ao Constituinte Mendes Ribeiro sobre a votação da ES 30726-6, na Comissão de Sistematização.

GP-0-476/87-ANC, de 18-12-87 — ao Presidente do Senado Federal, consultando sobre a concordância na realização de sessão solene para homenagear o Arquiteto Oscar Niemeyer.

GP-0-482/88 — ANC, de 26-1-88 — ao Constituinte Afif Domingos, comunicando que a mesa da ANC aprovou o parecer do Relator, Primeiro-Vice-Presidente, pelo encaminhamento à Comissão de Fiscalização e Controle, do Requerimento de sua autoria, sobre alocação de recursos do Orçamento da União ao projeto de desenvolvimento do urânio.

GP-0-486/88 — ANC, de 20-2-88 — ao Constituinte Lúcio Alcântara, encaminhando informações prestadas pelo Secretário-Geral da Mesa da ANC a respeito do Requerimento de Informações, sobre o Sistema Eletrônico de Votação.

GP-0-487/88 — ANC, de 29-2-88 — ao Constituinte Eraldo Trindade, comunicando reiteração ao Gabinete Civil da Presidência da República, dos termos do Ofício ANC — 149/87 — SGM.

GP-0-488/88 — ANC, de 23-2-88 — ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, reiterando os termos do Ofício ANC — 58/87 — SGM, de 7-7-87.

GP-0-489/88 — ANC, de 23-2-88 — ao Constituinte Ademir Andrade, comunicando que reiterou ao Gabinete Civil da Presidência da República os termos do Ofício 58/87 — SGM, de 7-7-87.

GP-0-496/88 — ANC, de 6-3-88 — ao Constituinte Jorge Arbage, comunicando sua indicação para representar a Presidência da ANC na solenidade de posse do Presidente do Clube de Diretores Lojistas, em Belém, Pará.

GP-0-498/88 — ANC, de 14-3-88 — ao Constituinte Ademir Andrade, encaminhando cópia do Aviso nº 169 — SAP, de 7-3-88, sobre Requerimento de Informações de sua autoria, referente a lotes e sobras de ouro, prata, paládio e outros metais nobres produzidos em Serra Pelada e comprados pela CEF.

GP-0-499/88 — ANC, de 14-3-88 — ao Constituinte Olívio Dutra, encaminhando cópia do Aviso nº 170 — SAP, de 7-3-88 da Presidência da República, sobre Requerimento de Informações de sua autoria, referente a questão de censura.

GP-0-500/88 — ANC, de 14-3-88 — ao Constituinte Adhemar de Barros Filho, encaminhando os Diários da ANC que publicaram as atas das sessões de 10 e 11 de fevereiro de 1988.

GP-0-504/88 — ANC, de 29-3-88 — ao Constituinte Antoniocarlos Mendes Thame, encaminhando a relação dos Requerimentos de Informações dos Senhores Constituintes sobre assuntos de interesse geral e enviados ao Gabinete Civil da Presidência da República.

GP-0-506/88 — ANC, de 29-3-88 — ao Constituinte Jofran Frejat, encaminhando documentos solicitados.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

MESA

Presidente:
ULYSSES GUIMARÃES

1º-Vice-Presidente:
MAURO BENEVIDES

2º-Vice-Presidente:
JORGE ARBAGE

1º-Secretário:
MARCELO CORDEIRO

2º-Secretário:
MÁRIO MAIA

3º-Secretário:
ARNALDO FARIA DE SÁ

1º-Suplente de Secretário:
BENEDITA DA SILVA

2º-Suplente de Secretário:
LUIZ SOYER

3º-Suplente de Secretário:
SOTERO CUNHA

LIDERANÇAS NA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

PMDB

Líder:

Nelson Jobim

Vice-Líderes:

Nelson Carneiro

Paulo Macarini

Gonzaga Patriota

Osmir Lima

Henrique Eduardo Alves

Ubiratan Aguiar

Joaci Góes

Nestor Duarte

Antonio Mariz

Walmor de Luca

Raul Belém

Hélio Manhães

Teotônio Vilela Filho

Aluizio Bezerra

Nion Albernaz

Oswaldo Macedo

Jovanni Massini

Miro Teixeira

Mendes Ribeiro

PFL

Líder:

José Lourenço

Vice-Líderes:

Inocêncio Oliveira

Fausto Rocha

Ricardo Fiuza

Geovani Borges

Mozarildo Cavalcante

Valmir Campelo

Messias Góis

Arolde de Oliveira

Alércio Dias

Evaldo Gonçalves

Simão Sessim

Divaldo Suruagy

José Agripino

Maurício Campos

Paulo Pimentel

José Lins

Paes Landim

PSDB

Líder:

Artur da Távola

Vice-Líderes:

Octávio Elysio

Anna Maria Rattes

Jorge Hage

Euclides Scalco

José Serra

Célio de Castro

Vicente Bogo

Chagas Rodrigues

PSD

Líder:

Amaral Netto

Vice-Líderes:

Victor Faccioni

Carlos Virgílio

PTB

Líder:

Gastone Righi

Vice-Líderes:

Sólon Borges dos Reis

Roberto Jefferson

Elias Murad

PDT

Líder:

Brandão Monteiro

Vice-Líderes:

Amaury Müller

Adhemar de Barros Filho

Vivaldo Barbosa

Raquel Cândido

PT

Líder:

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Líderes:

Plínio Arruda Sampaio

José Genoíno

PDC

Líder:

Mauro Borges

Vice-Líderes:

José Maria Eymael

Siqueira Campos

PL

Líder:

Adolfo Oliveira

PSB

Líder:

Ademir Andrade

PC do B

Líder:

Haroldo Lima

Vice-Líder:

Aldo Arantes

PCB

Líder:

Roberto Freire

Vice-Líder:

Fernando Santana

PMB

Líder:

Ney Maranhão

PTR

Líder:

Messias Soares

PSD

Líderes:

César Cals Neto

PMN

Líder:

Paulo Ramos

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Presidente:
Afonso Arinos — PFL — RJ

1º-Vice-Presidente:
Aluizio Campos — PMDB — PB

2º-Vice-Presidente:
Brandão Monteiro — PDT — RJ

Relator:
Bernardo Cabral — PMDB — AM

Titulares

PMDB

Abigail Feitosa	José Ignácio Ferreira
Ademir Andrade	José Paulo Bisol
Alfredo Campos	José Richa
Almir Gabriel	José Serra
Aluizio Campos	José Ulisses de Oliveira
Antonio Britto	Manoel Moreira
Artur da Távola	Mário Lima
Bernardo Cabral	Milton Reis
Carlos Mosconi	Nelson Carneiro
Carlos Sant'Anna	Nelson Jobim
Celso Dourado	Nelson Friedrich
Cid Carvalho	Nilson Gibson
Cristina Tavares	Oswaldo Lima Filho
Egídio Ferreira Lima	Paulo Ramos
Fernando Bezerra Coelho	Pimenta da Veiga
Fernando Gasparian	Prisco Viana
Fernando Henrique Cardoso	Raimundo Bezerra
Fernando Lyra	Renato Vianna
Francisco Pinto	Rodrigues Palma
Haroldo Sabóia	Sigmaringa Seixas
João Calmon	Severo Gomes
João Hermann Neto	Theodoro Mendes
José Fogaça	Virgildásio de Senna
José Freire	Wilson Martins
José Geraldo	

PFL

Afonso Arinos	José Jorge
Alceni Guerra	José Lins
Aloysio Chaves	José Lourenço
Antonio Carlos Mendes	José Santana de
Thame	Vasconcellos
Arnaldo Prieto	José Thomaz Nonô
Carlos Chiarelli	Luís Eduardo
Christóvam Chiaradia	Marcondes Gadelha
Edme Tavares	Mário Assad
Eraldo Tinoco	Oswaldo Coelho
Francisco Domelles	Paulo Pimentel
Francisco Benjamim	Ricardo Fiuza
Inocência Oliveira	Sandra Cavalcanti

PDS

Antonlocarlos Konder Reis	Jarbas Passarinho
Darcy Pozza	José Luiz Maia
Gerson Peres	Virgílio Távora

PDT

Brandão Monteiro	Lysâneas Maciel
José Maurício	

PTB

Francisco Rossi	Joaquim Beviláqua
Gastone Righi	

PT

Luiz Inácio Lula da Silva	Plínio Arruda Sampaio
---------------------------	-----------------------

PL

Adolfo Oliveira

PDC

Siqueira Campos

PC do B

Haroldo Lima

PCB

Roberto Freire

PSB

Jamil Haddad

PMDB

Antonio Farias

Suplentes

PMDB

Aécio Neves	Luiz Henrique
Albano Franco	Manoel Viana
Antonio Mariz	Márcio Braga
Chagas Rodrigues	Marcos Lima
Daso Coimbra	Michel Temer
Délio Braz	Miro Teixeira
Euclides Scalco	Nelson Wedekin
Israel Pinheiro	Octávio Elísio
João Agripino	Roberto Brant
João Natal	Rose de Freitas
José Carlos Grecco	Uldurico Pinto
José Costa	Vicente Bogo
José Maranhão	Vilson de Souza
José Tavares	Ziza Valadares

PFL

Enoc Vieira	Jonas Pinheiro
Furtado Leite	José Lourenço
Gilson Machado	José Tinoco
Hugo Napoleão	Mozarildo Cavalcanti
Jesualdo Cavalcante	Valmir Campelo
João Menezes	Páes Landim
Jofran Frejat	Ricardo Izar
	Oscar Corrêa

PDS

Adylson Motta	Victor Faccioni
Bonifácio de Andrada	

PDT

Bocayuva Cunha	Luiz Salomão
----------------	--------------

PTB

Ottomar Pinto

PT

José Genoíno

PL

Afif Domingos

PDC

José Maria Eymael	Roberto Ballestra
-------------------	-------------------

PC do B

Aldo Arantes

PCB

Fernando Santana

PSB

Beth Azize

PMB

Israel Pinheiro Filho

Reuniões: terças, quartas e quintas-feiras.

Secretária: Maria Laura Coutinho

Telefones: 224-2848 — 213-6875 — 213-6878.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Preço de Assinatura

(Inclusa as despesas de correio via terrestre)

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	6.00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal-Agência-PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do:

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF.
CEP: 70 160

Maiores informações pelos telefones (061) 211-4128 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuições de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 96

(outubro a dezembro de 1987)

Está circulando o nº 96 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 352 páginas, contém as seguintes matérias:

Os dilemas institucionais no Brasil — **Ronaldo Poletti**
A ordem estatal e legalista. A política como Estado e o direito como lei — **Nelson Saldanha**
Compromisso Constituinte — **Carlos Roberto Pellegrino**
Mas qual Constituição? — **Torquato Jardim**
Hermenêutica constitucional — **Celso Bastos**
Considerações sobre os rumos do federalismo nos Estados Unidos e no Brasil — **Fernanda Dias Menezes de Almeida**
Rui Barbosa, Constituinte — **Rubem Nogueira**
Relaciones y convenios de las Provincias con sus Municipios, con el Estado Federal y con Estados extranjeros — **Jesús Luis Abad Hernando**
Constituição sintética ou analítica? — **Fernando Herren Fernandes Aguillar**
Constituição americana, moderna aos 200 anos — **Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza**
A Constituição dos Estados Unidos — **Kenneth L. Penegar**
A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira — **Fernando Whitaker da Cunha**
Uma análise sistêmica do conceito de ordem econômica e social — **Diogo de Figueiredo Moreira Neto e Ney Prado**
A intervenção do Estado na economia — seu processo e ocorrência históricos — **A. B. Cotrim Neto**
O processo de apuração do abuso do poder econômico na atual legislação do CADE — **José Inácio Gonzaga Franceschini**
Unidade e dualidade da magistratura — **Raul Machado Horta**

Judiciário e minorias — **Geraldo Ataliba**
Dívida externa do Brasil e a arguição de sua inconstitucionalidade — **Nailê Russomano**
O Ministério Público e a Advocacia de Estado — **Pinto Ferreira**
Responsabilidade civil do Estado — **Carlos Mário da Silva Velloso**
Esquemas privatísticos no direito administrativo — **J. Crerella Júnior**
A sindicância administrativa e a punição disciplinar — **Edmir Netto de Araújo**
A vinculação constitucional, a recorribilidade e a acumulação de empregos no Direito do Trabalho — **Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena**
Os aspectos jurídicos da inseminação artificial e a disciplina jurídica dos bancos de esperma — **Senador Nelson Carneiro**
Casamento e família na futura Constituição brasileira, a contribuição alemã — **João Baptista Villela**
A evolução social da mulher — **Joaquim Lustosa Sobrinho**
Os seres monstruosos em face do direito romano e do civil moderno — **Silvio Meira**
Os direitos intelectuais na Constituição — **Carlos Alberto Bittar**
O direito autoral do ilustrador na literatura infantil — **Hildebrando Pontes Neto**
Reflexões sobre os rumos da reforma agrária no Brasil — **Luiz Edson Fachin**

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas
Senado Federal,
Anexo I, 22º andar
Praça dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF
Telefones: 211-3578 e
211-3579

PREÇO DO
EXEMPLAR:
Cz\$ 150,00

Assinatura
para 1988
(nºs 97 a 100):
Cz\$ 600,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775. Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

Regimentos das Assembléias Constituintes do Brasil

Obra de autoria da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal

— Edição: 1986 —

- Antecedentes históricos.
- Regimentos das Assembléias Constituintes de 1823, de 1890-91, de 1933-34 e de 1946. Textos comentados pelos Constituintes.
- Normas regimentais disciplinadoras do Projeto de Constituição que deu origem à Constituição de 1967.
- Índices temáticos dos Regimentos e dos pronunciamentos. Índices onomásticos.

496 páginas
Preço: Cz\$ 150.00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, anexo 1, 22.º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefone: 211-3578.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal, remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Atende-se, também, pelo sistema de reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cz\$ 6,00